



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**Unidade Jurisdicionada Consolidadora:** FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

**Unidade(s) Jurisdicionada(s) Consolidada(s):**

COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO/BA  
COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS/PA  
COORDENAÇÃO REGIONAL INTERIOR SUL/SC  
COORDENAÇÃO REGIONAL DO JURUÁ/AC  
COORDENAÇÃO REGIONAL MARANHÃO/MA  
COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS/AM  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO/MG  
COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE I/AL  
COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO/MT  
COORDENAÇÃO REGIONAL PASSO FUNDO/RS  
COORDENAÇÃO REGIONAL PONTA PORÃ/MS  
COORDENAÇÃO REGIONAL RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT  
COORDENAÇÃO REGIONAL DO VALE DO JAVARI/AM  
COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE/MT  
COORDENAÇÃO REGIONAL XINGU/MT

BRASÍLIA  
Março/2014



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU/PR nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

**Unidade Jurisdicionada Consolidadora:** FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

**Unidade(s) Jurisdicionada(s) Consolidada(s):**

COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO/BA  
COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS/PA  
COORDENAÇÃO REGIONAL INTERIOR SUL/SC  
COORDENAÇÃO REGIONAL DO JURUÁ/AC  
COORDENAÇÃO REGIONAL MARANHÃO/MA  
COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS/AM  
COORDENAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO/MG  
COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE I/AL  
COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO/MT  
COORDENAÇÃO REGIONAL PASSO FUNDO/RS  
COORDENAÇÃO REGIONAL PONTA PORÃ/MS  
COORDENAÇÃO REGIONAL RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT  
COORDENAÇÃO REGIONAL DO VALE DO JAVARI/AM  
COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE/MT  
COORDENAÇÃO REGIONAL XINGU/MT

BRASÍLIA  
Março/2014

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE .....	23
2.1 Identificação da unidade jurisdicionada .....	23
2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade.....	28
2.3 Organograma funcional .....	30
2.4 Macroprocessos finalístico .....	31
2.5 Macroprocessos de apoio .....	31
2.6 Principais parceiros .....	31
3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	31
3.1 Planejamento da unidade.....	31
3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	32
3.2.1 Programa temático.....	32
3.2.1.1 Análise situacional .....	33
3.2.2 Objetivo .....	50
3.2.2.1 Análise situacional .....	50
3.2.3 Ações .....	92
3.2.3.1 Ações – OFSS .....	92
3.2.3.2 Ações/subtítulos – OFSS.....	107
3.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não processados – OFSS.....	107
3.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI .....	107
3.2.3.5 - Análise Situacional .....	107
3.3 Informações sobre outros resultados da gestão .....	107
4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	108
4.1 Estrutura de governança .....	108
4.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos.....	109
4.3 Sistema de Correição.....	111
4.4 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU .....	114
4.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos .....	114
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	114
5.1 Execução das despesas .....	114
5.1.1 Programação.....	114
5.1.1.1 Análise crítica.....	115
5.1.2 Movimentação de créditos interna e externa.....	116
5.1.2.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa .....	116
5.1.2.2 – Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa .....	120
5.1.3 Realização da despesa .....	121

5.1.3.1	Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total .....	121
5.1.3.2	Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ .....	122
5.1.3.3	Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total.....	124
5.1.3.4	Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ .....	127
5.1.3.5	Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação .....	129
5.1.3.6	Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação .....	130
5.1.3.7	Análise crítica da realização da despesa.....	133
5.2	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos .....	135
5.3	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	135
5.3.1	Análise crítica.....	136
5.4	Transferências de recursos .....	137
5.4.1	Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício .....	137
5.4.2	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	141
5.4.3	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.....	141
5.4.4	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse .....	142
5.4.5	Análise crítica.....	143
5.5	Suprimento de fundos.....	144
5.5.1	Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	144
5.5.2	Suprimento de fundos – Conta Tipo “B” .....	144
5.5.3	Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) .....	144
5.5.4	Prestações de contas de Suprimento de Fundos .....	145
5.5.5	Análise Crítica.....	146
5.6	Renúncias sob a gestão da UJ.....	146
6	<b>GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS</b>	<b>146</b>
6.1	Estrutura de pessoal da unidade .....	146
6.1.1	Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada .....	146
6.1.1.1	Lotação.....	146
6.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada .....	168
6.1.2	Qualificação da força de trabalho.....	214
6.1.2.1	Estrutura de cargos e de funções .....	214
6.1.2.2	Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.....	260
6.1.2.3	Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade.....	260
6.1.3	Custos de pessoal da unidade jurisdicionada .....	288
6.1.4	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	348

6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria.....	348
6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.....	372
6.1.5 Cadastramento no Sisac.....	387
6.1.5.1 Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do Sisac.....	387
6.1.5.2 Atos sujeitos à comunicação ao TCU.....	402
6.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	414
6.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.....	435
6.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.....	436
6.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	437
6.2. Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários.....	438
6.2.1. Informações sobre terceirizações de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.....	438
6.2.2. Autorização expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para a substituição de terceirizados.....	438
6.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada.....	438
6.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão.....	453
6.2.5 Análise crítica dos itens 6.2.3 e 6.2.4.....	466
6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários.....	470
<b>7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....</b>	<b>473</b>
7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros.....	473
7.1.1 Gestão da frota de veículos próprios.....	507
7.1.2 Gestão da frota de veículos de terceiros.....	507
7.2 Gestão do patrimônio imobiliário.....	508
7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial.....	508
7.2.1.1 Análise crítica.....	511
7.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional.....	513
7.2.2.1 Análise crítica.....	514
7.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ.....	516
7.2.3.1 Análise crítica.....	516
7.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros.....	518
<b>8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....</b>	<b>520</b>
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	520
8.1.1 Análise Crítica.....	523
<b>9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....</b>	<b>523</b>
9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	523
9.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados.....	547
9.3 Consumo de papel, energia elétrica e água.....	547

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	554
10.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU .....	554
10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício .....	554
10.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	569
10.2 Tratamento de Recomendações do OCI.....	582
10.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício .....	582
10.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício .....	604
10.3 Informações sobre a atuação da unidade de Auditoria Interna .....	620
10.4 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	626
10.4.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	626
10.4.2 Situação do cumprimento das obrigações .....	627
10.5 Medidas adotadas em caso de dano ao erário.....	627
10.6 Alimentação Siasg e Siconv .....	627
11. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	628
12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	628
12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público .....	628
12.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	629
13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	631
13.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ.....	631
14 DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	632
15 CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	632
15.1 Contratação de consultores na modalidade “produto” .....	632
15.2 Análise crítica.....	647
16 AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS .....	647
17 Termos de Parceria Celebrados pela Unidade Jurisdicionada.....	647
18 Gestão das Atividades Relacionadas à Arrecadação das Multas Aplicadas, bem como ao Registro dos Inadimplentes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e na Dívida Ativa .....	647
19 Resultados e Conclusões .....	647
19.1 Atuação frente aos objetivos estratégicos traçados para o exercício de 2013.....	647
20 ANEXOS.....	649

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

AC – Estado do Acre  
AcadeBio - Academia Nacional de Biodiversidade  
AL – Estado de Alagoas  
AHE - Aproveitamento Hidroelétrico  
AM – Estado do Amazonas  
AP – Estado do Amapá  
APA – rea de Proteo Ambiental  
APIZ - Associao do Povo Indígena Zoró  
APL - Arranjo Produtivo Local  
APOINME - Articulao dos Povos e Organizaes Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo  
ARPA - Programa reas Protegidas da Amazônia  
ARPINSUL - Articulao dos Povos Indígenas da Região Sul  
ARPIPAN - Articulao dos Povos Indígenas do Pantanal  
Art. - Artigo  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
ATIX - Associao da Terra Indígena do Xingu  
BA – Estado da Bahia  
BR - Rodovias Federais  
Cadúnico - Cadastro nico para Programas Sociais do Governo Federal  
CE – Estado do Ceará  
CEF - Caixa Econômica Federal  
CEPAC/UNB - Centro de Pesquisa e Pós-graduao das Américas da Universidade de Brasília  
CEV - Centro de Exposio e Vendas  
CFT - Comisso de Finanças e Tributaao  
CGE - Câmara de Gestão Estratégica  
CGETNO - Coordenao Geral de Etnodesenvolvimento  
CGGAM – Coordenao-Geral Gestão Ambiental  
CGGP - Coordenao Geral de Gestão de Pessoal Territorial  
CGIIRC - Coordenao-Geral de ndios Isolados e Recente Contato  
CGLIC - Coordenao Geral de Licenciamento Ambiental  
CGMT - Coordenao Geral de Monitoramento  
CGOF - Coordenao Geral de Orçamento e Finanças  
CGPC - Coordenao-Geral de Promoo de Cidadania  
CGPDS - Coordenao geral de promoo dos Direitos Sociais  
CGPIMA – Coordenao-Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente  
CGU – Controladoria-Geral da União  
CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econômica  
CNATER - Conferência Nacional de ATER  
CNIS - Cadastro Nacional de Informaaes Sociais  
CNJ Conselho Nacional de Justiça  
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público  
CNPI - Comisso Nacional de Política Indigenista  
CNPIR - Conselho Nacional de Políticas de Promoo da Igualdade Racial  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
COGER - Coordenao de Gnero e Assuntos Geracionais  
COGETI - Coordenao de Gestão em Tecnologia da Informaao  
COIAB - Coordenao das Organizaes Indígenas da Amazônia Brasileira  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPF - Cadastro de Pessoal Física  
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal  
CPIN - Comissão Permanente de Informações de Planejamento, Monitoramento e Avaliação  
CPMA - Comitê de Planejamento, Monitoramento e Avaliação  
CR - Coordenação Regional  
CRAS – Conselho Regional de Assistência Social  
CRC – Conselho Regional de Contabilidade  
CTL - Coordenação Técnica Local  
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce  
DAGES - Diretoria de Administração e Gestão  
DAP - Declaração de Aptidão Produtiva  
DAP I - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
DBR – Declaração de Bens e Rendas  
DEA - Despesas de Exercícios Anteriores  
Dec. – Decreto  
DEM/MT – Partido dos Democratas/Mato Grosso  
DF - Distrito Federal  
DN – Decisão Normativa  
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes  
DOE – Diário Oficial do Estado  
DOU - Diário Oficial da União  
DPDS - Diretoria de promoção ao Desenvolvimento Sustentável  
DPF - Departamento de Polícia Federal  
DPT – Diretoria de Proteção Territorial  
DRP - Diagnostico Rápido Participativo  
DSEI - Distritos Sanitários Especiais Indígenas  
ECAM - Equipe de Conservação da Amazônia  
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio  
EPP – Empresa de pequeno porte  
ES – Estado do Espírito Santo  
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  
FENAFRA - Feira Nacional de Agricultura Familiar  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FPE - Frente de Proteção Etnoambiental  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde  
GASMAT – Revendedora de Gás Natural LTDA  
GATI - Projeto Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas  
GEAP - Fundação de Seguridade Social-,  
GEF – Fundo Internacional para o Meio Ambiente  
GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit  
GO – Estado de Goiás  
GPS – Sistema de Posicionamento Global  
IBAMA- Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil  
IEPÉ–Instituto de Pesquisa e Formação Indígena  
IES - Instituições do Ensino Superior  
IMIBI - União das Mulheres Indígenas do Baixo Içana

IN – Instrução Normativa  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial  
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
ISA - Instituto Socioambiental  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
LT - Linha de Transmissão  
MA – Estado do Maranhão  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MD - Ministério da Defesa  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
ME – Microempresa  
MEC – Ministério da Educação  
MG – Estado de Minas Gerais  
MI - Museu do Índio  
MJ - Ministério da Justiça  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MME - Ministério de Minas e Energia  
MPF - Ministério Público Federal  
MPOG - Ministério do Planejamento e Gestão  
MPS - Ministério da Previdência Social  
MS – Estado do Mato Grosso do Sul  
MT - Estado do Mato Grosso  
Nº - Número  
OCI - Órgão de Controle Interno  
OE - Objetivo Estratégico  
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OPAN - Operação Amazônia Nativa  
PA – Estado do Pará  
PAAV – Plano Anual de Aquisição de Veículos  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PACIG - Programa de Apoio às Comunidades Indígena Guarani  
PAD - Projeto de Assentamento Dirigido  
PADC - Plano Anual de Desenvolvimento e Capacitação  
PB – Estado da Paraíba  
PBA – Projeto Básico Ambiental  
PBSM - Plano Brasil Sem Miséria  
PC – Prestação de Contas  
PCH - Pequenas Centrais Hidroelétricas  
PCPR - Relatório de Prestação de Contas da Presidência da República  
PDPI - Programa Demonstrativo para Povos Indígenas  
PE – Estado de Pernambuco  
PGF - Procuradoria Geral Federal  
PGPM-Bio - Programa de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade  
PGTA - Plano de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas  
PI – Estado do Piauí  
PIN - Posto Indígena  
PL - Projeto de Lei

PLOA - Projeto de Lei Orçamentária  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas  
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural  
PNSB - Plano Nacional da Sociobiodiversidade  
Port. – Portaria  
PPA – Plano Plurianual  
PR – Estado do Paraná  
PRES - Presidência da FUNAI  
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
RANI - Registro Administrativo de Nascimento de Indígena  
REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RG – Relatório de gestão  
RJ – Estado do Rio de Janeiro  
RN – Estado do Rio Grande do Norte  
RO – Estado de Rondônia  
RPMA - Redes Locais de Planejamento, Monitoramento e Avaliação  
RR – Estado de Roraima  
RS – Estado do Rio Grande do Sul  
SAF - Sistema Agro Florestal  
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional  
SC – Estado de Santa Catarina  
SDH - Secretaria de Direitos Humanos  
SE – Estado de Sergipe  
SEAD – Serviço de Apoio Administrativo  
SEAS - Serviço de Assistência Social Indígena da UJ  
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade  
SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos  
SEDUC- Secretarias de Educação Estaduais  
SEGAT - Serviço de Gestão Ambiental e Territorial  
SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas  
SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena  
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIASI - Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena da Funasa  
SICONV - O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal  
SII - Sistema Indigenista de Informação  
SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento  
Siorg – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
Sisac – Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões  
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar  
SNJ - Secretaria Nacional de Juventude  
SP – Estado de São Paulo  
SPM - Secretaria de Política para as Mulheres  
SPU - Secretaria de Patrimônio da União  
SRH/MP Secretaria de Recursos Humanos/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
STI – Sistema de Terras Indígenas  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
SUS - Sistema Único de Saúde

TAC - Termo de Ajuste Conduta  
TAKINA - Assembléia das Mulheres Indígenas do Mato Grosso  
TC - Termo de Cooperação  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
TI - Terra Indígena  
TMI - Taxa de Mortalidade Infantil  
TNC - The Nature Conservancy  
TO – Estado de Tocantins  
UFC - Universidade Federal do Ceará  
UG - Unidade Gestora  
UHE - Usina Hidroelétrica  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UnB – Universidade Federal de Brasília  
UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNIR - Universidade Federal de Rondônia  
UO – Unidade Orçamentária

## LISTA DE QUADROS, TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES

Quadro 2.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado .....	23
Quadro 3.2.1 – Programa Temático .....	32
Quadro 3.2.2 – Objetivo .....	50
Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS .....	92
Quadro 4.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ .....	109
Quadro 5.1.1 – Programação de Despesas .....	114
Quadro 5.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa .....	116
Quadro 5.1.2.2 – Movimentação Orçamentária EXterna por Grupo de Despesa .....	120
Quadro 5.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	121
Quadro 5.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ.....	122
Quadro 5.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total .....	124
Quadro 5.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ .....	127
Quadro 5.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	129
Quadro 5.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	130
Quadro 5.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	137
Quadro 5.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios .....	141
Quadro 5.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre Transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	141
Quadro 5.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse .....	142
Quadro 5.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) .....	144
Quadro 5.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	144
Quadro 5.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) .....	145
Quadro 6.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ.....	146
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194035 - Sede (Brasília-DF) –.....	147
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194005 - Alto Purus.....	148
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194063 - Alto Solimões .....	148
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194075 - Amapá e Norte do Pará .....	149
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194033 - Araguaia Tocantins .....	149
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194018 - Baixo São Francisco.....	150
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194011 - Baixo Tocantins.....	150
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194003 - Cacoal.....	151
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194020 - Campo Grande.....	151
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194010 - Centro-Leste do Pará .....	152
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194028 - Cuiabá .....	152
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194064 - Dourados .....	153
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194004 - Guajará Mirim.....	154
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194061 - Interior Sul.....	154
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 190004 - Ji-Paraná .....	155
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194049 - Juruá .....	155
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194044 - Kayapó Sul do Pará .....	156
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194046 - <b>Litoral Sudeste</b> .....	156
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194047 - Litoral Sul.....	157
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194045 - Madeira .....	157
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194006 - Manaus .....	158
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194074 – Maranhão .....	159
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194048 - Médio Purus .....	159
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo .....	160
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194077 - Nordeste I.....	160
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194041 - Nordeste II.....	161
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso.....	161
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194036 - Norte do Mato Grosso .....	162
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194027 - Passo Fundo .....	162
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194085 - Ponta Porã .....	163
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194042 - Ribeirão Cascalheira –.....	164
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194008 - Rio Negro .....	164
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194009 - Roraima .....	165
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194068 - Sul da Bahia .....	165
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194012 - Tapajós .....	166

Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194007 - Vale do Javari.....	166
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194029 - Xavante .....	167
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194031 – Xingú.....	167
Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194022 - <b>Museu do Índio</b> – .....	168
Quadro 6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	168
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194035 - Sede (Brasília-DF) .....	170
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194005 - Alto Purus .....	171
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194063 - Alto Solimões.....	172
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194075 - Amapá e Norte do Pará .....	173
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194033 - Araguaia Tocantins .....	174
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194018 - Baixo São Francisco.....	175
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194011 - Baixo Tocantins .....	176
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194003 - Cacoal .....	178
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194020 - Campo Grande .....	179
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194010 - Centro-Leste do Pará.....	180
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194028 - Cuiabá .....	181
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194064 - Dourados .....	182
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194004 - Guajará Mirim.....	183
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194061 - Interior Sul .....	184
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 190004 - Ji-Paraná.....	185
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194049 - Juruá.....	187
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194044 - Kayapó Sul do Pará.....	188
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194046 - Litoral Sudeste .....	189
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194047 - Litoral Sul .....	190
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194045 - Madeira .....	191
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194006 - Manaus.....	192
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194074 - Maranhão .....	193
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194048 - Médio Purus .....	194
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo .....	196
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194077 - Nordeste I.....	197
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194041 - Nordeste II.....	198
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso.....	199
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194036 - Norte do Mato Grosso .....	200
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194027 - Passo Fundo .....	201
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194085 - Ponta Porã .....	202
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194042 - Ribeirão Cascalheira .....	204
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194008 - Rio Negro.....	205
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194009 - Roraima.....	206
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194068 - Sul da Bahia .....	207
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194012 - Tapajós.....	208
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194007 - Vale do Javari.....	209
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194029 - Xavante .....	210
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194031 - Xingú.....	212
Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194022 - Museu do Índio .....	213
Quadro 6.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	214
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194035 - Sede (Brasília-DF).....	214
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194005 - Alto Purus.....	215
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194063 - Alto Solimões .....	216
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194075 - Amapá e Norte do Pará.....	216
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194033 - Araguaia Tocantins .....	217
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194018 - Baixo São Francisco.....	218
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194011 - Baixo Tocantins .....	218
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194003 - Cacoal.....	219
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194020 - Campo Grande .....	220

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194010 - Centro-Leste do Pará .....	220
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194028 – Cuiabá .....	221
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194064 – Dourados .....	222
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194004 - Guajará Mirim .....	222
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194061 - Interior Sul .....	223
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 190004 - Ji-Paraná .....	224
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194049 - Juruá .....	224
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194044 - Kayapó Sul do Pará .....	225
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194046 - Litoral Sudeste .....	226
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194047 - Litoral Sul .....	226
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194045 - Madeira .....	227
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194006 - Manaus .....	227
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194074 - Maranhão .....	228
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194048 - Médio Purus .....	229
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo .....	229
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194077 - Nordeste I .....	230
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194041 - Nordeste II .....	231
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso .....	231
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194036 - Norte do Mato Grosso .....	232
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194027 - Passo Fundo .....	233
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194085 - Ponta Porã .....	233
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194042 - Ribeirão Cascalheira .....	234
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194008 - Rio Negro .....	235
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194009 – Roraima .....	235
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194068 - Sul da Bahia .....	236
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194012 – Tapajós .....	237
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194007 - Vale do Javari .....	237
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194029 - Xavante .....	238
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194031 - Xingú .....	239
Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194022 - Museu do Índio .....	239
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194035 - Sede (Brasília-DF) - por faixa etária .....	240
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194005 - Alto Purus .....	240
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194063 - Alto Solimões .....	241
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194075 - Amapá e Norte do Pará - por faixa etária .....	241
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194033 - Araguaia Tocantins - por faixa etária .....	242
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194018 - Baixo São Francisco - por faixa etária .....	243
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194011 - Baixo Tocantins .....	243
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194003 – Cacoal .....	244
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194020 - Campo Grande .....	244
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194010 - Centro-Leste do Pará .....	245
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194028 - Cuiabá .....	245
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194064 - Dourados .....	246
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194004 - Guajará Mirim .....	246
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194061 - Interior Sul .....	247
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 190004 - Ji-Paraná - por faixa etária .....	247
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194049 - Juruá - por faixa etária .....	248
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194044 - Kayapó Sul do Pará - por faixa etária .....	248
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194046 - Litoral Sudeste - por faixa etária .....	249
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194047 - Litoral Sul - por faixa etária .....	249
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194045 - Madeira - por faixa etária .....	250

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194006 - Manaus - por faixa etária .....	250
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194074 - Maranhão - por faixa etária.....	251
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194048 - Médio Purus - por faixa etária .....	251
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo - por faixa etária.....	252
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194077 - Nordeste I - por faixa etária .....	252
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194041 - Nordeste II - por faixa etária.....	253
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso - por faixa etária.....	253
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194036 - Norte do Mato Grosso - por faixa etária .....	254
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194027 - Passo Fundo - por faixa etária .....	254
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194085 - Ponta Porã - por faixa etária .....	255
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194042 - Ribeirão Cascalheira - por faixa etária .....	255
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194008 - Rio Negro - por faixa etária .....	256
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194009 - Roraima - por faixa etária .....	257
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194068 - Sul da Bahia - por faixa etária .....	257
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194012 - Tapajós - por faixa etária .....	258
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194007 - Vale do Javari - por faixa etária.....	258
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194029 - Xavante - por faixa etária .....	259
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194031 - Xingú - por faixa etária.....	259
QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194022 - Museu do Índio - por faixa etária.....	259
Quadro 6.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.....	260
Quadro 6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade .....	260
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194035 - Sede (Brasília-DF) - por nível de escolaridade .....	261
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194005 - Alto Purus - por nível de escolaridade .....	262
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194063 - Alto Solimões - por nível de escolaridade.....	262
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194075 - Amapá e Norte do Pará - por nível de escolaridade .....	263
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194033 - Araguaia Tocantins - por nível de escolaridade .....	264
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194018 - Baixo São Francisco - por nível de escolaridade.....	264
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194011 - Baixo Tocantins - por nível de escolaridade .....	265
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194003 - Cacoal - por nível de escolaridade .....	266
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194020 - Campo Grande - por nível de escolaridade .....	266
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194010 - Centro-Leste do Pará - por nível de escolaridade.....	267
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194028 - Cuiabá - por nível de escolaridade .....	268
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194064 - Dourados - por nível de escolaridade.....	268
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194004 - Guajará Mirim - por nível de escolaridade.....	269
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194061 - Interior Sul - por nível de escolaridade .....	270
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 190004 - Ji-Paraná - por nível de escolaridade.....	270
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194049 - Juruá - por nível de escolaridade.....	271
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194044 - Kayapó Sul do Pará - por nível de escolaridade.....	272
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194046 - Litoral Sudeste - por nível de escolaridade .....	272
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194047 - Litoral Sul - por nível de escolaridade .....	273
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194045 - Madeira - por nível de escolaridade .....	274
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194006 - Manaus - por nível de escolaridade.....	274
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194074 - Maranhão - por nível de escolaridade .....	275
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194048 - Médio Purus - por nível de escolaridade.....	276
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo - por nível de escolaridade.....	276
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194077 - Nordeste I - por nível de escolaridade.....	277
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194041 - Nordeste II - por nível de escolaridade .....	278
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso - por nível de escolaridade .....	278
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194036 - Norte do Mato Grosso - por nível de escolaridade.....	279
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194027 - Passo Fundo - por nível de escolaridade .....	280
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194085 - Ponta Porã - por nível de escolaridade .....	280
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194042 - Ribeirão Cascalheira - por nível de escolaridade .....	281
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194008 - Rio Negro - por nível de escolaridade.....	282
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194009 - Roraima - por nível de escolaridade.....	282
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194068 - Sul da Bahia - por nível de escolaridade .....	283
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194012 - Tapajós - por nível de escolaridade.....	284
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194007 - Vale do Javari - por nível de escolaridade .....	284
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194029 - Xavante - por nível de escolaridade .....	285
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194031 - Xingú - por nível de escolaridade .....	285
Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194022 - Museu do Índio - por nível de escolaridade .....	286
Quadro 6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	288
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194035 - Sede (Brasília-DF).....	290

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194035 - Sede (Brasília-DF).....	292
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194005 - Alto Purus .....	293
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194063 - Alto Solimões.....	295
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194075 - Amapá e Norte do Pará.....	296
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194033 - Araguaia Tocantins .....	297
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194018 - Baixo São Francisco.....	299
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194011 - Baixo Tocantins .....	300
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194003 - Cacoal .....	301
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194020 - Campo Grande .....	303
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194010 - Centro-Leste do Pará.....	304
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194028 - Cuiabá.....	305
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194064 - Dourados.....	307
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194004 - Guajará Mirim.....	308
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194061 - Interior Sul .....	309
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 190004 - Ji-Paraná.....	311
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194049 - Juruá.....	312
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194044 - Kayapó Sul do Pará.....	313
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194046 - Litoral Sudeste.....	315
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194047 - Litoral Sul .....	316
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194045 - Madeira .....	318
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194006 - Manaus.....	319
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194074 - Maranhão .....	321
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194048 - Médio Purus .....	322
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo.....	323
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194077 - Nordeste I.....	325
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194041 - Nordeste II .....	326
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso .....	328
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194036 - Norte do Mato Grosso .....	329
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194027 - Passo Fundo .....	330
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194085 - Ponta Porã.....	332
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194042 - Ribeirão Cascalheira.....	333
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194008 - Rio Negro.....	334
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194009 - Roraima.....	336
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194068 - Sul da Bahia .....	337
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194012 - Tapajós.....	339
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194007 - Vale do Javari.....	340
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194029 - Xavante .....	342
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194031 - Xingú .....	343
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194022 - Museu do Índio.....	345
Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194035 - Sede (Brasília-DF).....	346
Quadro 6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de Dezembro .....	348
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194035 - Sede (Brasília-DF).....	348
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194005 - Alto Purus.....	349
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194063 - Alto Solimões.....	349
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194075 - Amapá e Norte do Pará .....	350
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194033 - Araguaia Tocantins .....	351
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194018 - Baixo São Francisco.....	351

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194011 - Baixo Tocantins.....	352
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194003 - Cacoal.....	352
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194020 - Campo Grande.....	353
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194010 - Centro Leste do Pará .....	354
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194028 - Cuiabá .....	354
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194064 - Dourados .....	355
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194004 - Guajará-Mirim.....	355
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194061 - Interior Sul .....	356
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 190004 - Ji-Paraná.....	357
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194049 - Juruá .....	357
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194044 - Kayapó Sul do Pará .....	358
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194046 - Litoral Sudeste.....	359
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194047 - Litoral Sul.....	359
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194045 - Madeira .....	360
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194006 - Manaus .....	360
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194074 - Maranhão .....	361
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194048 - Médio Purus .....	362
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo .....	362
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194077 - Nordeste I.....	363
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194041 - Nordeste II.....	363
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso.....	364
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194036 - Norte do Mato Grosso .....	365
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194027 - Passo Fundo .....	365
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194085 - Ponta Porã .....	366
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194042 - Ribeirão Cascalheira .....	367
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194008 - Rio Negro .....	367
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194009 - Roraima.....	368
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194068 - Sul da Bahia .....	368
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194012 - Tapajós .....	369
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194007 - Vale do Javari.....	370
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194029 - Xavante .....	370
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194031 - Xingú.....	371
Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194022 - Museu do Índio.....	371
Quadro 6.1.4.2 - Instituidores de Pensão .....	372
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194035 - Sede (Brasília-DF).....	372
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194005 - Alto Purus .....	373
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194063 - Alto Solimões .....	373
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194075 - Amapá e Norte do Pará.....	373
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194033 - Araguaia Tocantins.....	374
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194018 - Baixo São Francisco .....	374
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194011 - Baixo Tocantins.....	375
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194003 - Cacoal.....	375
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194020 - Campo Grande.....	375
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194010 - Centro Leste do Pará.....	376
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194028 - Cuiabá.....	376
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194064 - Dourados.....	377
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194004 - Guajará-Mirim .....	377
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194061 - Interior Sul.....	377
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 190004 - Ji-Paraná .....	378
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194049 - Juruá .....	378
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194044 - Kayapó Sul do Pará .....	378
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194046 - Litoral Sudeste .....	379
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194047 - Litoral Sul.....	379
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194045 - Madeira.....	380
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194006 - Manaus .....	380
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194074 - Maranhão .....	380
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194048 - Médio Purus.....	381
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo .....	381
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194077 - Nordeste I .....	381
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194041 - Nordeste II.....	382
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso .....	382
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194036 - Norte do Mato Grosso .....	382
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194027 - Passo Fundo.....	383

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194085 - Ponta Porã.....	383
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194042 - Ribeirão Cascalheira.....	384
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194008 - Rio Negro .....	384
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194009 - Roraima .....	384
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194068 - Sul da Bahia.....	385
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194012 - Tapajós .....	385
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194007 - Vale do Javari.....	385
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194029 - Xavante.....	386
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194031 - Xingú .....	386
Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194022 - Museu do Índio.....	387
Quadro 6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	387
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194035 - Sede (Brasília-DF).....	387
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194005 - Alto Purus.....	388
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194063 - Alto Solimões .....	388
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194075 - Amapá e Norte do Pará.....	388
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194033 - Araguaia Tocantins.....	389
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194018 - Baixo São Francisco .....	389
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194011 - Baixo Tocantins.....	390
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194003 - Cacoal.....	390
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194020 - Campo Grande.....	390
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194010 - Centro-Leste do Pará .....	391
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194028 - Cuiabá.....	391
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194064 - Dourados .....	391
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194004 - Guajará Mirim .....	392
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194061 - Interior Sul.....	392
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 190004 - Ji-Paraná .....	393
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194049 - Juruá .....	393
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194044 - Kayapó Sul do Pará .....	393
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194046 - Litoral Sudeste.....	394
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194047 - Litoral Sul.....	394
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194045 - Madeira.....	395
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194006 - Manaus .....	395
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194074 - Maranhão.....	395
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194048 - Médio Purus .....	396
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo .....	396
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194077 - Nordeste I .....	396
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194041 -Nordeste II.....	397
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso.....	397
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194036 - Norte do Mato Grosso .....	398
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194027 - Passo Fundo.....	398
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194085 - Ponta Porã.....	398
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194042 - Ribeirão Cascalheira.....	399
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194008 - Rio Negro .....	399
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194009 - Roraima .....	399
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194068 - Sul da Bahia.....	400
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194012 - Tapajós .....	400
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194007 - Vale do Javari.....	401
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194029 - Xavante.....	401
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194031 - Xingú.....	401
Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194022 - Museu do Índio.....	402
Quadro 6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	402
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194035 - Sede (Brasília-DF).....	403
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194005 - Alto Purus .....	403
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194063 - Alto Solimões .....	403
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194075 - Ampá e Norte do Pará.....	403
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194033 - Araguaia Tocantins.....	404
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194018 - Baixo São Francisco.....	404
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194011 - Baixo Tocantins.....	404
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194003 - Cacoal .....	405
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194020 - Campo Grande.....	405

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194010 - Centro-Leste do Pará	405
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194028 - Cuiabá	406
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194064 - Dourados	406
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194004 - Guajará Mirim	406
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194061 - Interior Sul	406
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 190004 - Ji-Paraná	407
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194049 - Juruá	407
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194044 - Kayapó Sul do Pará	407
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194046 - Litoral Sudeste	408
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194047 - Litoral Sul	408
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194045 - Madeira	408
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194006 - Manaus	409
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194074 - Maranhão	409
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194048 - Médio Purus	409
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo	409
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194077 - Nordeste I	410
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194041 - Nordeste II	410
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso	410
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194036 - Norte do Mato Grosso	411
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194027 - Passo Fundo	411
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194085 - Ponta Porã	411
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194042 - Ribeirão Cascalheira	412
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194008 - Rio Negro	412
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194009 - Roraima	412
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194068 - Sul da Bahia	412
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194012 - Tapajós	413
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194007 - Vale do Javari	413
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194029 - Xavante	413
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194031 - Xingú	414
Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194022 - Museu do Índio	414
Quadro 6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	414
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194035 - Sede (Brasília-DF)	415
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194005 - Alto Purus	415
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194063 - Alto Solimões	416
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194075 - Amapá e Norte do Pará	416
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194033 - Araguaia Tocantins	417
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194018 - Baixo São Francisco	417
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194011 - Baixo Tocantins	418
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194003 - Cacoal	419
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194020 - Campo Grande	419
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194010 - Centro Leste do Pará	420
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194028 - Cuiabá	420
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194064 - Dourados	421
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194004 - Guajará-Mirim	421
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194061 - Interior Sul	422
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 190004 - Ji-Paraná	422
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194049 - Juruá	423
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194044 - Kayapó Sul do Pará	423
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194046 - Litoral Sudeste	424
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194047 - Litoral Sul	424
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194045 - Madeira	425
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194006 - Manaus	425
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194074 - Maranhão	426
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194048 - Médio Purus	426
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo	427
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194077 - Nordeste I	427
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194041 - Nordeste II	428
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso	428
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194036 - Norte do Mato Grosso	429
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194027 - Passo Fundo	429

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194085 - Ponta Porã .....	430
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194042 - Ribeirão Cascalheira .....	430
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194008 - Rio Negro .....	431
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194009 - Roraima .....	432
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194068 - Sul da Bahia .....	432
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194012 - Tapajós .....	433
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194007 - Vale do Javari .....	433
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194029 - Xavante .....	434
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194031 - Xingú .....	434
Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194022 - Museu do Índio .....	435
6.1.5.4 Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico .....	435
Quadro 6.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007) .....	435
Quadro 6.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva .....	438
Quadro 6.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....	453
Quadro 6.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários .....	470
Quadro 7.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	508
Quadro 7.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional .....	513
Quadro 7.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ .....	516
Quadro 7.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros .....	518
Quadro 8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada .....	520
Quadro 9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	523
Quadro 9.3 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água .....	547
Quadro 10.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	554
Quadro 10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	555
Quadro 10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	555
Quadro 10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	556
Quadro 10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	557
Quadro 10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	557
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	558
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	558
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	559
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	560
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	560
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	561
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	561
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	562
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	562
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	563
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	564
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	564
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	565
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	565
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	566
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	566
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	567
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	567
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	568
Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	569
Quadro 10.1.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício .....	569
Quadro 10.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI .....	582
Quadro 10.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	604
Quadro 10.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	626
Quadro 10.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013 .....	627
Quadro 10.6.1 – Declaração De Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV .....	627
Quadro 15.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais .....	632
20.2 Quadro – Declaração De Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV .....	649

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Instrução Normativa TCU nº 67/2013, alterada pela Instrução Normativa nº 72/2013 da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 129/2013, Decisão Normativa TCU nº 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e demais orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

A estrutura e a numeração dos itens e dos quadros do presente relatório de gestão seguiu o modelo padrão estabelecido pelo Ministério da Justiça para o Relatório de Gestão Consolidado das contas de 2013, com base em recomendações do TCU. Assim, no modelo já foram excluídos os itens que não se aplicam às Autarquias e Fundações, conforme a alínea “C” do quadro A1 – Anexo II da Portaria nº 127/2013.

Com relação ao item *17 Termos de Parceria Celebrados pela Unidade Jurisdicionada*, não foram celebrados termos de parcerias pela unidade.

As principais realizações no exercício de 2013 foram:

- Diálogo entre Governo e povos indígenas por meio da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e dos Comitês Regionais;
- Avanços na implementação do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) - fruto de parceria entre a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF), abrangendo 8 núcleos regionais com 32 terras indígenas que são as áreas de referência do projeto;
- Apoio a iniciativas de pesca e de beneficiamento do pescado, com a definição de estratégias para estruturação do Arranjo Produtivo Local do pescado entre indígenas do sul da Bahia e a elaboração do Plano de Manejo do Pirarucu (*Arapaima gigas*) com o povo Paumari/AM;
- Aplicação de recursos para participação indígena em mais de 100 eventos, tais como assembleias, seminários, oficinas, encontros de capacitação, fóruns e conselhos de políticas públicas, com enfoque em questões de gênero e geração, enfrentamento à violência e uso de álcool e outras drogas, processos educativos comunitários e fortalecimento das organizações indígenas;
- Apoio financeiro a 1.450 estudantes indígenas matriculados em Instituições do Ensino Superior em parceria com o MEC. Apoios técnico e financeiro foram concedidos a projetos educativos comunitários de valorização cultural e sustentabilidade dos povos indígenas, a projetos político-pedagógicos de escolas indígenas, elaborados junto às secretarias estaduais e municipais de educação e instituições parceiras;
- Mutirões para acesso à documentação básica, garantindo a cidadania dos povos indígenas. Foram emitidos cerca de 15.000 documentos civis, sendo 11 mil, aproximadamente, correspondentes a emissões de Registro Civil de Nascimento;
- Distribuição de cerca de 227 mil cestas de alimentos para cerca de 50 mil famílias indígenas, em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional;

- Desenvolvimento dos trabalhos pelo Museu do Índio no campo da conservação e tratamento de acervos, pesquisa, documentação e atividades de valorização cultural, visando disponibilizar aos índios o acesso às informações sistematizadas sobre as línguas e culturas de seus povos e aos registros documentais. Tais ações tiveram como objetivo a capacitação técnica dos pesquisadores indígenas, para que assumam a gestão de seus patrimônios culturais;
- Conclusão dos procedimentos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Mato Castelhana/RS, Kaxuyana-Tunayana/AM e PA, Riozinho/AM e Xacriabá/MG, bem como publicado o relatório circunstanciado de constituição da Reserva Indígena Taba dos Anacé/CE;
- Demarcação física e aviventação de limites em Terras Indígenas resultando numa superfície de aproximadamente de 302.104 ha e beneficiando uma população de quase 30.0000 indígenas;
- Efetivados nos cartórios de imóveis os registros de sete Terras Indígenas, sendo seis na região Norte e uma no Centro-Oeste, totalizando a superfície de 1.072.480 ha;
- Constituídas quatro Comissões para as indenizações de não indígenas;
- Proteção dos povos *Yanomami* e *Ye'Kuana* e combate à extração minerária irregular, com a cooperação com órgãos de segurança, como Departamento de Polícia Federal, Exército Brasileiro, Ibama e Polícia Militar Ambiental; e
- Atividades de monitoramento territorial em terras indígenas em parceria com os órgãos de segurança pública, Forças Armadas e povos indígenas. Cabe destaque à ação realizada na TI *Marãiwatsédé*, que garantiu a posse plena dos 164.251 hectares ao povo Xavante.

As principais dificuldades para a realização dos objetivos e metas estabelecidos para o ano de 2013, tendo como horizonte o Plano Pluri-Anual 2012-2015, foram:

- a) o contingenciamento de recursos que afetou toda a Administração Pública Federal, a partir do final de julho de 2013;
- b) a carência de servidores efetivos e a não aprovação de concurso público no ano. Nesse ponto, cabe ressaltar que há um déficit de cerca de 2500 vagas criadas pela Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, e que não foram lotadas no concurso realizado em 2010. Hoje, a Funai tem 2.428 servidores distribuídos entre a Sede, as 37 Coordenações Regionais e as 291 Coordenações Técnicas Locais, atendendo quase 1 milhão de indígenas distribuídos em todo o território nacional;

Nesse âmbito, cabe, ainda, destacar que a Fundação está buscando aperfeiçoar os seus fluxos e trâmites internos, de modo a gerir melhor os recursos aplicados e atender de forma mais adequada sua missão institucional, qual seja, proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil.

## 2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

### 2.1 Identificação da unidade jurisdicionada

Quadro 2.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça			<b>Código SIORG:</b> 000316
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Fundação Nacional do Índio			
<b>Denominação Abreviada:</b> FUNAI			
<b>Código SIORG:</b> 000173		<b>Código LOA:</b> 30202	
			<b>Código SIAFI:</b> 194088
<b>Natureza Jurídica:</b> Fundação do Poder Executivo		<b>CNPJ:</b> 00.059.311/0001-26	
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública Geral			<b>Código CNAE:</b> 8411-6/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(61) 3247-6000	(61) 3247-7000	(61) 3247-6001
<b>Endereço Eletrônico:</b> funai@funai.gov.br ; presidencia@funai.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.funai.gov.br">http://www.funai.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Fundação Nacional do Índio - FUNAI - SBS Quadra 02 Lote 14 Bloco H,			

<b>Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas</b>			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO/BA	00059311004032	194018	88104
COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS/PA	00059311005438	194011	87633
COORDENAÇÃO REGIONAL INTERIOR SUL/SC	00059311005942	194061	87791
COORDENAÇÃO REGIONAL DO JURUÁ/AC	00059311007562	194049	108033
COORDENAÇÃO REGIONAL MARANHÃO/MA	00059311005780	194074	87987
COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS/AM	00059311007481	194048	108028
COORDENAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO/MG	00059311001289	194019	87621
COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE I/AL	00059311004628	194077	87910
COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO/MT	00059311006752	194036	88054
COORDENAÇÃO REGIONAL PASSO FUNDO/RS	00059311002846	194027	119833
COORDENAÇÃO REGIONAL PONTA PORÁ/MS	00059311005004	194085	87608
COORDENAÇÃO REGIONAL RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT	00059311006833	194042	88117
COORDENAÇÃO REGIONAL DO VALE DO JAVARI/AM	00059311006590	194007	120210
COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE/MT	00059311000983	194029	88135
COORDENAÇÃO REGIONAL XINGU/MT	00059311006167	194031	87956

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO – DAGES	00059311000126	194035	87501
DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT	00059311000126	194151	87876
DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPS	00059311000126	194152	87847
<b>Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
<p>Constituição de 1988 – especialmente o Capítulo VIII - Dos Índios – que é um marco fundamental do direito dos povos indígenas;</p> <p>Lei de Criação da Funai - da Lei n.º 5.371 de 5/12/1967 em substituição ao SPI;</p> <p>Lei n.º 6.001 de 19/12/1973 - Estatuto do Índio;</p> <p>Decreto 5051/04, que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho;</p> <p>Decreto n.º 7.778, de 27/07/2012, publicado no Diário Oficial da União de 30/07/2012, aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio;</p> <p>Decreto n.º 1.775, de 08/01/1996, dispõe sobre procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas;</p> <p>Decreto n.º 7747, de 05 de junho de 2012 institui a Política Nacional de Gestão e Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
<p>Portaria N.º 3, de 3 de JANEIRO de 2013 - acresce o inciso VI ao art. 7º e o inciso X ao art.13 da Portaria N.º 1.746 de 28 de dezembro de 2012;</p> <p>Portaria N.º 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012, definição e aprovação de seu Regimento Interno da Funai, alterado pela Portaria N.º 332 /PRES, de 05 DE abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 08 de abril de 2013;</p> <p>Portaria N.º 1.746/PRES, de 28 de dezembro de 2012, institui a sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação Funai;</p> <p>Portaria N.º 849/PRES, de 04 de agosto de 2009, regulamenta o acesso de estudante indígena ao ensino superior;</p> <p>Portaria N.º 744/PRES, de 01 de agosto de 2007 - regulamentação para Concessão de Apoio Financeiro a Indígenas;</p> <p>Portaria Interministerial N.º 127, DE 29 de maio de 2008 que estabelece normas relativas às transferências de recursos da união mediante convênios e contratos de repasse;</p> <p>Portaria 1.682/2011, 8 de Dezembro de 2011, estabelece as diretrizes e critérios para a concepção e execução de ações de proteção territorial e etnoambiental em terras indígenas;</p> <p>Portaria N.º 180/PRES/FUNAI, de 27 de fevereiro de 2009, que regulamenta a concessão de certidão a indígenas como extrativista artesão;</p> <p>Portaria n.º 928/Pres, de 21.09.2007, estabelece as normas de utilização dos recursos de Tecnologia da Informação.</p>			

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas	
<p>Nova Versão do Manual de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - IN nº 04/2010, agora – “Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de TI” e IN nº 02/2012;</p> <p>Instrução Normativa Nº 001/2012 regulamenta procedimentos para o processo de acompanhamento e licenciamento ambiental;</p> <p>Instrução Normativa Nº 004/2012 retifica disposições da IN 001/2012;</p> <p>Acordo de Cooperação Técnica, julho de 2009, entre Ministério Da Previdência Social e a Fundação Nacional do Índio (Funai) visando à realização da inscrição e comprovação da atividade da população indígena brasileira como segurado especial. A Funai é responsável pela inclusão e certificação dos dados relativos aos indígenas no cadastro nacional de informações sociais (CNIS);</p> <p>Instrução Normativa Nº 45 INSS/PRES, de 06 de agosto de 2010, regulamenta que o indígena pode ser enquadrado como segurado especial;</p> <p>Instrução Normativa nº 003/2012, de 20 de abril de 2012, que disciplina a emissão de atestados administrativos e declaração de reconhecimento de limites de terras indígenas;</p> <p>Instrução Normativa nº 003/2012, de 20 de fevereiro de 2012, que disciplina o pagamento de indenização pelas benfeitorias derivadas de boa fé em terras indígenas;</p> <p>Manual de promoção ao etnodesenvolvimento em terras indígenas. Diretoria de Assistência, Coordenação Geral de Desenvolvimento Comunitário, 2008.</p>	
<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas</b>	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
194088	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
19208	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
194007	19208

194018	19208
194019	19208
194029	19208
194031	19208
194036	19208
194042	19208
194048	19208
194049	19208
194061	19208
194074	19208
194077	19208
194085	19208
194011	19208
194027	19208
194035	19208
194151	19208

## 2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, fundação pública instituída em conformidade com a Lei no 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, tem por finalidade:

- I – proteger e promover os direitos dos povos indígenas, em nome da União;
- II - formular, coordenar, articular, monitorar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro, baseada nos seguintes princípios:
  - a) reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas;
  - b) respeito ao cidadão indígena, suas comunidades e organizações;
  - c) garantia ao direito originário, à inalienabilidade e à indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e ao usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes;
  - d) garantia aos povos indígenas isolados do exercício de sua liberdade e de suas atividades tradicionais sem a obrigatoriedade de contatá-los;
  - e) garantia da proteção e conservação do meio ambiente nas terras indígenas;
  - f) garantia de promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos povos indígenas; e
  - g) garantia de participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Estado que definam políticas públicas que lhes digam respeito;
- III - administrar os bens do patrimônio indígena, exceto aqueles cuja gestão tenha sido atribuída aos indígenas ou às suas comunidades, conforme o disposto no art. 29, podendo também administrá-los por expressa delegação dos interessados;
- IV - promover e apoiar levantamentos, censos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre os povos indígenas visando à valorização e à divulgação de suas culturas;
- V - monitorar as ações e serviços de atenção à saúde dos povos indígenas;
- VI - monitorar as ações e serviços de educação diferenciada para os povos indígenas;
- VII - promover e apoiar o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas, conforme a realidade de cada povo indígena;
- VIII - despertar, por meio de instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indígena; e
- IX - exercer o poder de polícia em defesa e proteção dos povos indígenas.

Conforme estabelece o Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012, as competências relacionadas à atividade-fim da FUNAI, são de responsabilidade da Diretoria de Proteção Territorial (DPT), da Diretoria de Promoção dos Direitos Sociais (DPDS) e do Museu do Índio que, em conjunto com as subunidades que as compõem, contam com o apoio das Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais e Coordenações das Frentes de proteção Etnoambiental na execução das ações em suas diversas áreas de atuação.

A Diretoria de Proteção Territorial (DPT) atua nas funções de planejamento, coordenação e implementação das políticas de proteção territorial; realização de estudos de identificação e

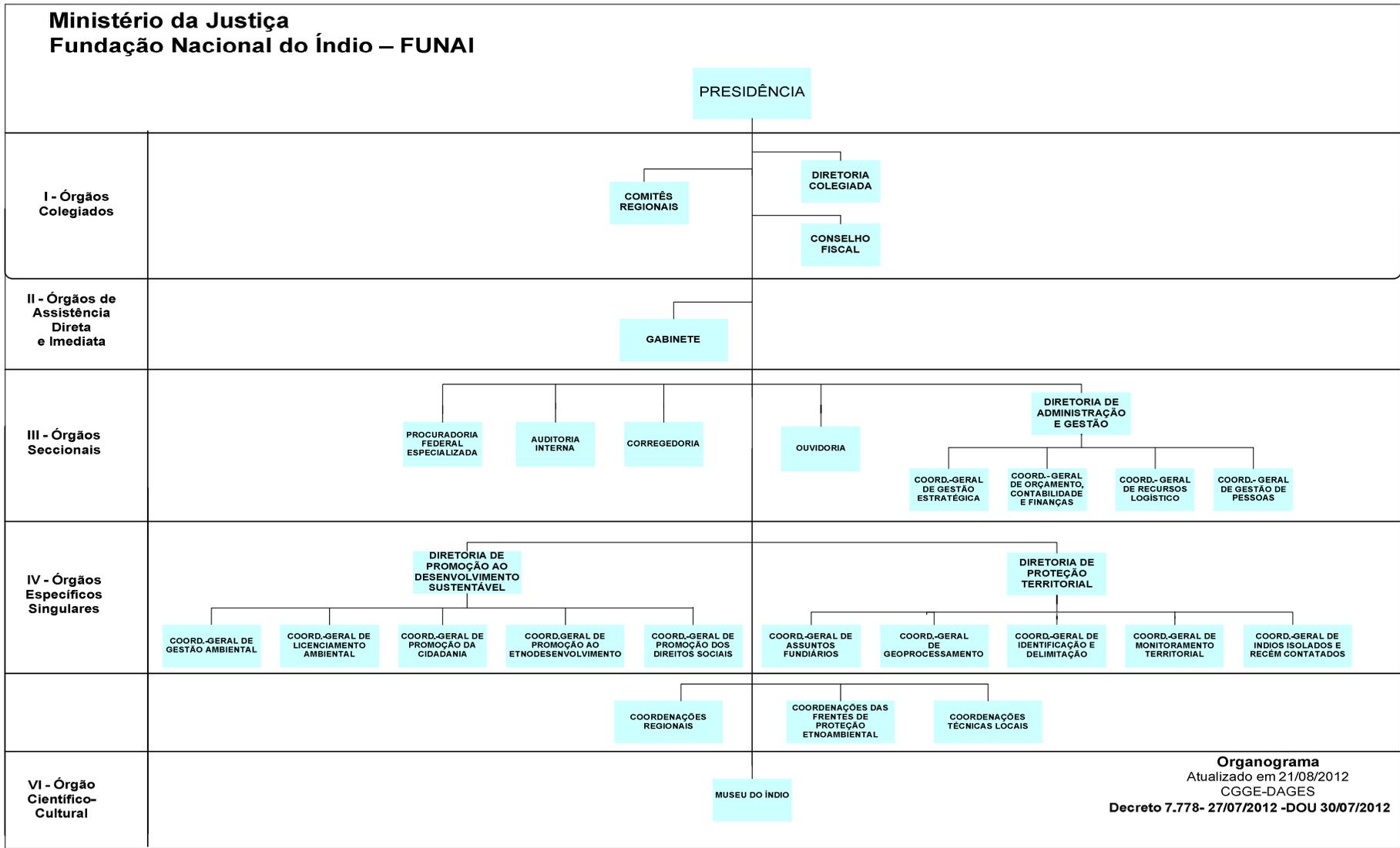
delimitação de terras indígenas; realização da demarcação e regularização fundiária das terras indígenas; monitoramento das terras indígenas regularizadas e aquelas ocupadas por populações indígenas, incluídas as isoladas e de recente contato; proteção aos grupos isolados e recém contatados; implementação das políticas nas terras ocupadas por populações indígenas de recente contato; aprovação das informações e dados geográficos que compõem cada terra indígena e o processo de regularização fundiária; disponibilização de informações e dados geográficos; implementação de ações de vigilância, fiscalização e de prevenção de conflitos em terras indígenas e retirada dos invasores; e coordenação das atividades das Frentes de Proteção Etnoambiental.

A Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) atua nas funções de planejamento, coordenação, implementação e monitoramento das políticas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas; a promoção de políticas de gestão ambiental para a conservação e a recuperação do meio ambiente; a promoção do etnodesenvolvimento; a promoção e proteção dos direitos sociais indígenas; o monitoramento das ações de saúde das comunidades indígenas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde; e o monitoramento das ações de educação escolar indígena realizadas pelos Estados e Municípios, em articulação com o Ministério da Educação.

Ao Museu do Índio compete resguardar as manifestações culturais representativas da história e tradições das populações étnicas indígenas brasileiras, bem como coordenar programas de estudos e pesquisas de campo, nas áreas de etnologia indígena e indigenismo e divulgar estudos e investigações sobre as sociedades indígenas; executar a política de preservação, conservação e proteção legal dos acervos institucionais-etnográficos, textuais, imagéticos e bibliográficos com objetivo cultural, educacional e científico, dentre outras.

A Diretoria de Administração e Gestão (DAGES) atua nas funções de planejamento, coordenação e monitoramento da execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de Recursos Humanos, de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Informação e Informática, de Serviços Gerais, e de Organização e Inovação Institucional; coordenação, controle e execução financeira dos recursos da renda indígena; gestão do patrimônio indígena.

2.3 Organograma funcional



## 2.4 Macroprocessos finalístico

O modelo de gestão da FUNAI segue a lógica funcional, em que cada unidade administrativa desenvolve suas funções, conforme a forma de organização e competências definidas no seu Estatuto e no Regimento Interno, não tendo ainda se estruturado para o funcionamento de acordo com o modelo de gestão por processos, que pressupõe a sensibilização dos gestores sobre a importância da gestão de processos como forma de maximização da utilização de recursos, com vistas à melhoria contínua do serviço público e, também, a necessária capacitação dos servidores para internalização dos conhecimentos sobre as metodologias e ferramentas para a modelagem e gestão dos processos, seus indicadores de resultados, metas e avaliação de desempenho dos processos.

Desse modo, a instituição não dispõe das informações na forma requerida pela Portaria TCU 175/2013, para este item no que se refere ao agrupamento de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição, assim como da descrição sucinta sobre como foram conduzidos no exercício de referência do relatório.

Porém, é relevante destacar que, após quase 20 anos de vigência do Regimento Interno da Fundação, conforme a Portaria 542, de 21 de dezembro de 1993, foi aprovado o novo regimento interno por meio da Portaria 1.733 de 27 de dezembro de 2012, implantada no decorrer do exercício de 2013, o que se constitui em um marco importante para definição dos macroprocessos.

## 2.5 Macroprocessos de apoio

No exercício de 2013 foi iniciado o trabalho de identificação dos macroprocessos de apoio, porém ainda não houve a incorporação do modelo de gestão por processos na condução das ações, conforme observações contidas no item 2.4.

Assim a instituição não dispõe das informações sistematizadas na forma solicitada na Portaria TCU 175/2013, para este item Macroprocessos de Apoio, quanto ao agrupamento de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição, assim como da descrição sucinta sobre como foram conduzidos no exercício de referência do relatório.

## 2.6 Principais parceiros

As informações requeridas para este item são relacionadas aos macroprocessos finalísticos, os quais ainda não foram estabelecidos na forma compreendida pela Portaria 175/2013, conforme mencionado no item 2.4.

## 3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

As informações do item 3.2.3.2 e do Quadro 3.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS foram inseridas no item 3.2.3.1 e no Quadro 3.2.3.1 - Ações OFSS. O item e Quadro 3.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 – Restos a Pagar – OFSS e o item e Quadro 3.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento não se aplicam a UJ. As informações do item 3.2.3.5 - Análise Situacional foram inseridas na sequência dos quadros 3.2.3.1.

### 3.1 Planejamento da unidade

O planejamento da Funai para o ano de 2013 seguiu o modelo estabelecido na Portaria Nº 1.746/PRES, de 28 de dezembro de 2012, e foi expresso no plano de ação e nos planos de trabalho, construídos com a participação da Presidência, das Coordenações Gerais que compõem as três diretorias, do Museu do Índio e das Coordenações Regionais – CR e das das Frentes de Proteção Etnoambiental.

Na elaboração do Plano de Ação buscou-se o alinhamento com o Macro Objetivo do Ministério da Justiça “Promoção da Cidadania e da Justiça”, com os Objetivos estratégicos da FUNAI estabelecidos para o PPA 2012-2015; e com os Objetivos estratégicos da FUNAI: “Ampliar a presença do Estado em territórios vulneráveis” e “Proteger e promover os direitos dos povos indígenas”, desdobrados e classificados nos seguintes eixos temáticos: GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL; DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA; CULTURA; e GESTÃO.

Para cada eixo temático foram definidas ações a partir dos objetivos, das iniciativas e das metas do PPA, que deram base à construção dos planos de trabalho, composto pelos projetos e atividades a cargo das Coordenações Regionais. O Plano de Ação e os Planos de Trabalho estão disponibilizados no Sistema de Planejamento – SIPLANE, que se constituiu na ferramenta de apoio para captar as informações de planejamento em todas as suas etapas.

As próprias diretorias, por intermédio das suas Coordenações Gerais são incumbidas de acompanhar e prestar informações sobre o planejamento, programação e execução orçamentária, física, financeira, quanto ao alcance das metas, iniciativas e indicadores das ações sob suas responsabilidades, conforme definido no regimento interno.

### 3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

#### 3.2.1 Programa temático

Quadro 3.2.1 – Programa Temático

<b>Identificação do Programa de Governo</b>				
Código Programa	2065			
Título	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas			
<b>Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)</b>				
<b>Esfera</b>	<b>a) Global PPA 2012-2015</b>	<b>b) Dotação Posição final - 2012</b>	<b>c) Dotação Posição final - 2013</b>	<b>d) Remanescente (a-b-c)</b>
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	793.307.000	97.549.467	148.284.718	547.472.815
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	0	0	0	0
Total	793.307.000	97.549.467	148.284.718	547.472.815
<b>Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013</b>				(em R\$ 1,00)
<b>Lei Orçamentária 2013</b>				

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
102.625.114	43.166.598	41.590.952	1.754.534	59.458.515,71	0
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	26.400.904	178.206	20.786.729	1.538.101	4.076.073
Processados	6.713	-	3.300	3.413	-

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	148.284.718	Dotação OI	-	Outras Fontes	-

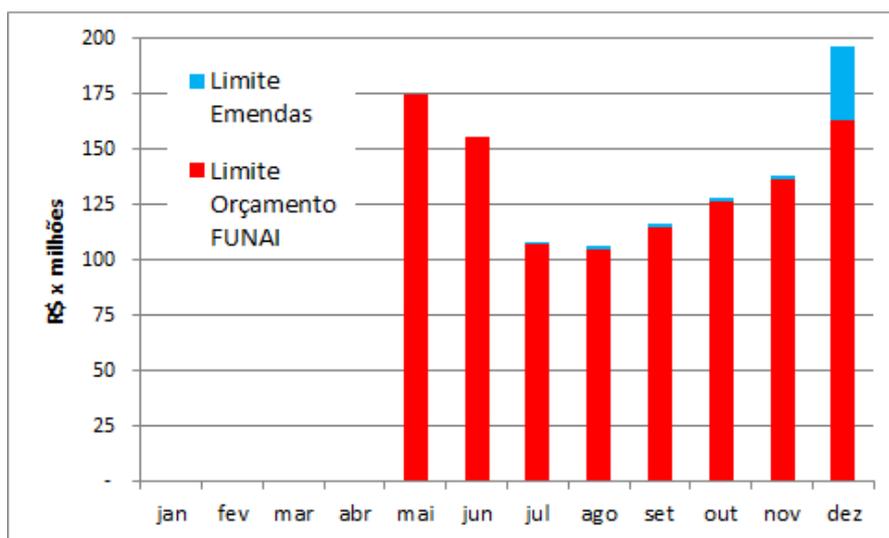
### 3.2.1.1 Análise situacional

A Lei Orçamentária Anual nº 12.798, de 04 de abril de 2013 atribuiu à FUNAI dotação orçamentária em custeio e investimento no valor de R\$ 194,0 milhões para o exercício de 2013.

O Decreto Nº 7.995 de 2 de maio de 2013, estabeleceu os limites para movimentação e empenho de dotação orçamentária para o exercício de 2013. O Decreto 8.062 de 29 de julho de 2013 reduziu substancialmente os limites do Decreto nº 7.995/13 impondo forte restrição orçamentária a todos os órgãos do Governo Federal, estabelecendo limites específicos para determinadas naturezas de despesa. A publicação de outro Decreto, o de nº 8.143 de 22 de novembro de 2013, amenizou estas restrições. Até 31 de dezembro, o limite de empenho estabelecido pelo Ministério da Justiça para esta Fundação Nacional do Índio foi de R\$ 163,0 milhões, porém é necessário destacar que, deste total, R\$ 27 milhões foram autorizados somente a partir do mês de dezembro. O limite autorizado para esta FUNAI correspondeu a 84 % da Lei Orçamentária aprovada.

Em adição ao total de créditos executados para as ações da FUNAI, foi estabelecido o limite - e posteriormente empenhado - o valor de R\$ 33,3 milhões para emendas parlamentares. O limite total foi igual a R\$ 196,3 milhões que corresponde à soma dos limites para as ações da FUNAI e para as emendas parlamentares. O Quadro I mostra a evolução mensal do limite orçamentário autorizado para FUNAI. Nota-se a partir de julho, após a publicação do Decreto 8.062/13, uma queda brusca no valor do limite, recuperado somente no mês de dezembro.

**GRÁFICO I: EVOLUÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO AUTORIZADO EM 2013 À FUNAI**

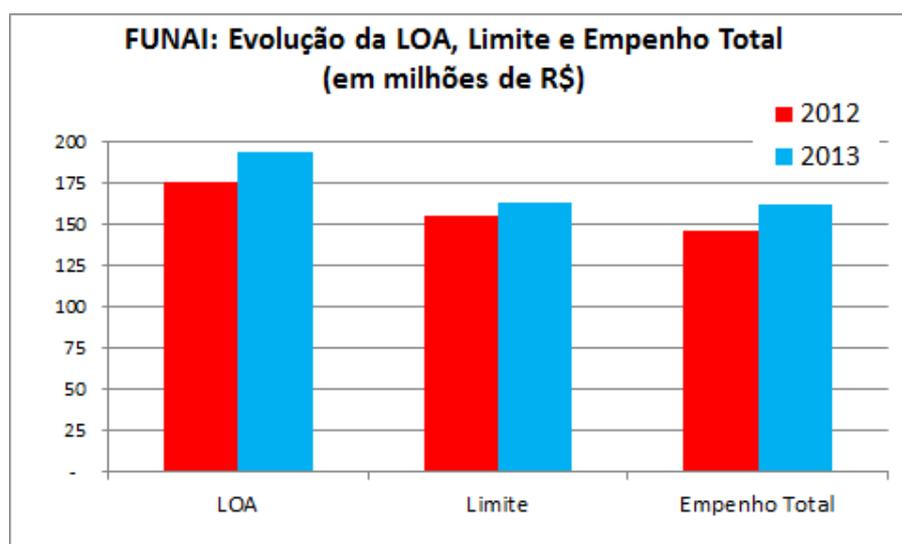


Fonte: Siafi Operacional

No exercício de 2012, a dotação orçamentária aprovada para a FUNAI foi de R\$ 176,2 milhões, enquanto o limite de empenho autorizado correspondeu a 88% da dotação e foi igual a R\$ 155,4 milhões. Nota-se que enquanto a Lei Orçamentária apresentou um crescimento de 10% de um exercício para o outro, o limite autorizado para empenho aumentou apenas 5%, refletindo a restrição na execução orçamentária de 2013.

Em 2013 o montante de créditos empenhados por todas as unidades da FUNAI somou R\$ 162,2 milhões (99,5% do limite autorizado), que representou um acréscimo de 10,8% em relação ao valor de R\$ 146,4 milhões empenhado no exercício de 2012. Os empenhos já liquidados correspondem a R\$ 110,8 milhões (68% dos recursos empenhados) e os empenhos a liquidar são R\$ 51,3 milhões. O Gráfico II compara os anos de 2012 e 2013.

**GRÁFICO II: COMPARAÇÃO da LOA, LIMITE e EMPENHO TOTAL EM 2012 E 2013**



Fonte: Siafi Operacional e Gerencial

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR AÇÃO.

Em 2013, o valor total de R\$ 162,2 milhões de créditos empenhados foi distribuído da seguinte forma: R\$ 92,9 milhões em ações de responsabilidade da DAGES (57% do total de créditos da FUNAI); R\$ 37,0 milhões em ações da DPDS (23%); R\$ 26,8 milhões em ações da DPT (17%) e R\$ 5,6 milhões em ações do Museu do Índio (3%).

Comparados aos valores empenhados no exercício anterior, ocorreu uma redução de 20% do valor empenhado pelo Museu do Índio. O crédito empenhado para atividades das demais Diretorias apresentaram um aumento em valores absolutos, porém o crescimento para atividades da DPT foi de apenas 4%, índice bastante inferior ao percentual de aumento da dotação orçamentária total da FUNAI que foi de 10% do ano de 2012 para 2013. O maior índice de crescimento de um exercício para o outro foi no valor empenhado para atividades da DPDS, que alcançou 19% de aumento. Enquanto no ano de 2012 as atividades da DPDS representavam 21% do total de créditos empenhados pela FUNAI, em 2013 essa parcela atingiu 23% do total empenhado. O Quadro I mostra a evolução do valor empenhado por Diretoria da FUNAI de 2012 para 2013.

Quadro I: EVOLUÇÃO DOS CRÉDITOS EMPENHADOS PELA FUNAI POR DIRETORIA

valores em R\$ x 1.000					
DIRETORIA	Total Empenhado 2012 (A)	% em relação ao Total da FUNAI 2012	Total Empenhado 2013 (B)	% Empenhado 2013 / Empenhado 2012 (B/A)	% em relação ao Total da FUNAI 2013
<b>DAGES</b>	<b>82.676</b>	<b>56%</b>	<b>92.856</b>	<b>12%</b>	<b>57%</b>
<b>DPDS</b>	<b>31.121</b>	<b>21%</b>	<b>36.950</b>	<b>19%</b>	<b>23%</b>
<b>DPT</b>	<b>25.676</b>	<b>18%</b>	<b>26.815</b>	<b>4%</b>	<b>17%</b>
<b>MUSEU</b>	<b>6.927</b>	<b>5%</b>	<b>5.564</b>	<b>-20%</b>	<b>3%</b>
<b>TOTAL FUNAI</b>	<b>146.401</b>	<b>100%</b>	<b>162.185</b>	<b>11%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi Gerencial

A maior parte dos empenhos ordenados na ação de *Administração da Unidade*, autorizados pela DAGES, refere-se a despesas fixas de funcionamento da sede e das unidades descentralizadas. O valor empenhado para estas despesas – locação de imóveis, apoio administrativo, vigilância, conservação e limpeza, telefone, energia elétrica, correio, água e esgoto, internet, taxas e IPTU – atingiu R\$ 54,5 milhões. Desse montante, as despesas fixas de funcionamento da sede correspondem a R\$ 27,2 milhões e as despesas das demais unidades a R\$ 27,3 milhões.

Outro valor significativo ordenado pela DAGES refere-se a serviços de informática empenhados na sede da FUNAI que somaram R\$ 7,5 milhões e abrangem a sustentação e suporte da infraestrutura de informática e prestação de serviços na modalidade fábrica de software.

O total de investimentos da ação de *Administração da Unidade* foi de R\$ 12,0 milhões, sendo a maior parcela – R\$ 7,4 milhões – utilizada para aquisição de equipamentos de informática. Destaca-se também o valor utilizado para aquisição de 33 veículos, que alcançou R\$ 3,1 milhões.

Na ação de *Promoção e Desenvolvimento Social dos Povos Indígenas*, cujas atividades são autorizadas pela DPDS, o maior valor empenhado foi para o plano orçamentário de *Proteção Social dos Povos Indígenas* (R\$ 17,1 milhões, incluindo as atividades ligadas aos Territórios da Cidadania) que corresponde a 46% dos créditos desta Diretoria. Em seguida o maior valor foi para o plano orçamentário de *Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas* onde foi empenhado o valor de R\$ 10,8 milhões, correspondente a 29% do total da DPDS.

Destacam-se entre os valores empenhados no plano orçamentário de *Proteção Social dos Povos Indígenas* as despesas relativas a direitos sociais e previdenciários, despesas com segurança alimentar e investimento em infraestrutura comunitária. A maior parcela refere-se às atividades de atendimento aos indígenas em busca de seus direitos sociais e previdenciários, que somaram R\$ 8,1 milhões sendo que as unidades que mais receberam créditos para tais atividades foram as CR Kayapó Sul do Pará, CR Roraima, CR Cuiabá, CR Rio Negro e CR Maranhão.

Nas atividades de Infraestrutura Comunitária foram empenhados R\$ 3,1 milhões, utilizados para construção de casas em Terras Indígenas da região Sul do Brasil (R\$ 1,4 milhões), aquisição de oito veículos (R\$ 963 mil), entre outras atividades.

Outro valor significativo são as despesas com segurança alimentar que alcançaram R\$ 1,7 milhões e cuja execução orçamentária ocorreu principalmente nas CR Ponta Porã, CR Dourados, CR Baixo São Francisco, CR Interior Sul, CR Ribeirão Cascalheira e CR Maranhão.

Especificamente para ações ligadas ao Programa Territórios da Cidadania, foram empenhados R\$ 1,3 milhões, sendo que 70% desse valor foram usados para investimentos por meio da aquisição de seis caminhonetes, seis barcos e mobiliário e outros utensílios para uso das CR Roraima e CR Rio Negro.

No plano orçamentário de *Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas* destaca-se o valor empenhado para investimentos que atingiu R\$ 3,6 milhões. Foram adquiridas nove caminhonetes (R\$ 862 mil), cinco caminhões (R\$ 716 mil), dois automóveis (R\$ 78 mil), cinco tratores (519 mil), 31 barcos (R\$ 270 mil), obras para construção de galpões e mesas de secagem para castanhas em comunidades Suruí-Paiter e Cinta Larga (R\$ 124 mil), motores (42 mil) e aquisição de equipamentos agrícolas no valor aproximado de R\$ 760 mil.

Nas despesas de custeio, alguns dos maiores valores empenhados referem-se à aquisição de sementes (R\$ 1,5 milhões), ração para animais (R\$ 155 mil), material para uso veterinário e zootécnico (R\$ 203 mil), ferramentas (R\$ 421 mil), combustíveis (R\$ 2,0 milhões), diárias e passagens (R\$ 1,1 milhão), locação de meios de transporte (R\$ 231 mil) e gêneros alimentícios (R\$ 230 mil).

No plano orçamentário de *Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas* foram empenhados R\$ 4,35 milhões. Os maiores valores são com despesas em diárias e passagens (R\$ 1,2 milhões), cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (R\$ 816 mil), aquisição de mudas e sementes para projetos agroflorestais (R\$ 678 mil) entre outras. O valor empenhado em investimentos corresponde a R\$ 389 mil que foram utilizados principalmente na aquisição de duas caminhonetes (R\$ 206 mil), motores (R\$ 34 mil), tachos, raladores e fornos para casa de farinha (R\$ 93 mil).

No plano orçamentário de *Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas* foi empenhado o valor total de R\$ 2,3 milhões. As atividades desse plano orçamentário foram ampliadas e absorvidas no decorrer do exercício pelo plano orçamentário de *Promoção da Cidadania dos Povos Indígenas*, no qual foram empenhados mais R\$ 2,2 milhões. A soma do empenho desses dois planos orçamentários resultou em R\$ 4,5 milhões. Os maiores valores empenhados referem-se a pagamento de auxílio financeiro a estudantes indígenas da CR Roraima (R\$ 213 mil), CR Interior Sul (R\$ 177 mil), CR Baixo São Francisco (R\$ 192 mil), CR Minas Gerais e Espírito Santo (R\$ 133 mil), CR Cuiabá (R\$ 206 mil), CR Araguaia-Tocantins (R\$ 65 mil), CR Litoral Sudeste (R\$ 182 mil) e estudantes da UNB (R\$ 530 mil). Outros valores significativos referem-se à locação de meios de transporte (R\$ 360 mil), pagamento de diárias e passagens (833 mil), fornecimento de combustíveis (R\$ 457 mil) e gêneros alimentícios (R\$ 360 mil). Destaca-se ainda no plano orçamentário da *Promoção da Cidadania dos Povos Indígenas* o valor empenhado para apoio à mobilização social dos povos indígenas, no valor de R\$ 838 mil.

Ainda dentro da ação de *Promoção e Desenvolvimento Social dos Povos Indígenas*, foi empenhado o valor de R\$ 255 mil no plano orçamentário de *Acompanhamento do Componente Indígena no Licenciamento Ambiental*. Destaca-se nesse montante o valor empenhado para atividades da cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (R\$ 150 mil).

Na ação de *Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas*, cujas atividades são autorizadas pela DPT, o maior valor empenhado foi para o plano orçamentário de *Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas* (R\$ 12,9 milhões) que corresponde a 48% dos créditos desta Diretoria. Em seguida o maior valor foi para o plano orçamentário de *Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas* onde foi empenhado o valor de R\$ 9,6 milhões, correspondente a 36% do total empenhado pela DPT.

No total de créditos empenhados para atividades do plano orçamentário de *Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas* os maiores valores referem-se à indenização de benfeitorias na TI Pankararu em cumprimento a decisão judicial (R\$ 5,0 milhões) e também atividades em terras indígenas jurisdicionadas à CR Alto Purus (R\$ 504 mil), à CR Kayapó Sul do Pará (R\$ 1,3 milhões), CR Maranhão (R\$ 380 mil), CR Médio Purus (R\$ 390 mil), Minas Gerais e Espírito Santo (R\$ 318 mil) e CR Passo Fundo (R\$ 222 mil). Os investimentos e inversões realizados foram na aquisição de equipamentos de informática (R\$ 91 mil) e na aquisição de uma fazenda no município de Santa Rita de Cássia/BA para atendimento a indígenas Atikum.

No plano orçamentário de *Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas*, foi empenhado o valor de R\$ 2,1 milhões para investimentos, utilizados para a aquisição de 14 caminhonetes (R\$ 1,7 milhões), 22 barcos (R\$ 150 mil), aparelhos de comunicação (R\$ 99 mil) e GPS (R\$ 43 mil). As maiores despesas empenhadas em custeio foram para locação de veículos e horas de voo para atividades na Terra Indígena Apyterewa e outras Tis jurisdicionadas à CR Kayapó Sul do Pará (R\$ 1,3 milhões), atividades nas Tis jurisdicionadas às CR Cacoal (R\$ 519 mil), CR Maranhão (R\$ 350 mil), CR Araguaia-Tocantins (R\$ 266 mil), CR Madeira (R\$ 254 mil), CR Xingu (209 mil) e CR Ji-Paraná (R\$ 204 mil).

Também de responsabilidade da DPT estão as atividades de *Localização e Proteção dos Povos Indígenas Isolados*, nas quais foi empenhado em 2013 o valor de R\$ 3,5 milhões, que corresponde a 13% do total empenhado nas ações da Diretoria. Nas atividades de custeio, os maiores valores foram descentralizados à Frente de Proteção Etnoambiental Awá-Guajá (R\$ 614 mil), FPEA Yanomami (R\$ 542 mil), FPEA Vale do Javari (R\$ 417 mil), FPEA Purus (R\$ 250 mil) e FPEA Madeirinha (R\$ 217 mil). No valor empenhado para investimentos, destaca-se a aquisição de um caminhão para uso na FPEA Awá-Guajá (R\$ 238 mil) e seis motores de popa (R\$ 54 mil) para a FPEA Yanomami.

Por fim, no plano orçamentário de *Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato*, foi empenhado o valor de R\$ 828 mil, que corresponde a 3% do total empenhado pela DPT. Nas atividades de custeio, os maiores valores empenhados neste plano orçamentário são referentes a diárias e passagens (R\$ 363 mil), combustível (R\$ 179 mil) e gêneros alimentícios (R\$ 72 mil). O valor empenhado para investimentos alcançou R\$ 92 mil e foi utilizado na aquisição de três motores de popa para a FPEA Vale do Javari e um motor de popa para a FPEA Yanomami. seis notebooks (R\$ 10 mil), quatro motosserras (R\$ 8 mil) e mobiliário e outros equipamentos diversos.

Na ação de *Preservação Cultural dos Povos Indígenas*, de responsabilidade do Museu do Índio, foi empenhado o montante de R\$ 5,6 milhões. O maior valor foi para atividades do plano orçamentário de *Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas*, que alcançou R\$ 1,94 milhão (35% do total empenhado na ação). Nesse plano orçamentário, destacam-se os créditos empenhados na contratação de serviços de montagem de exposição e cenários para mostra de longa duração (R\$

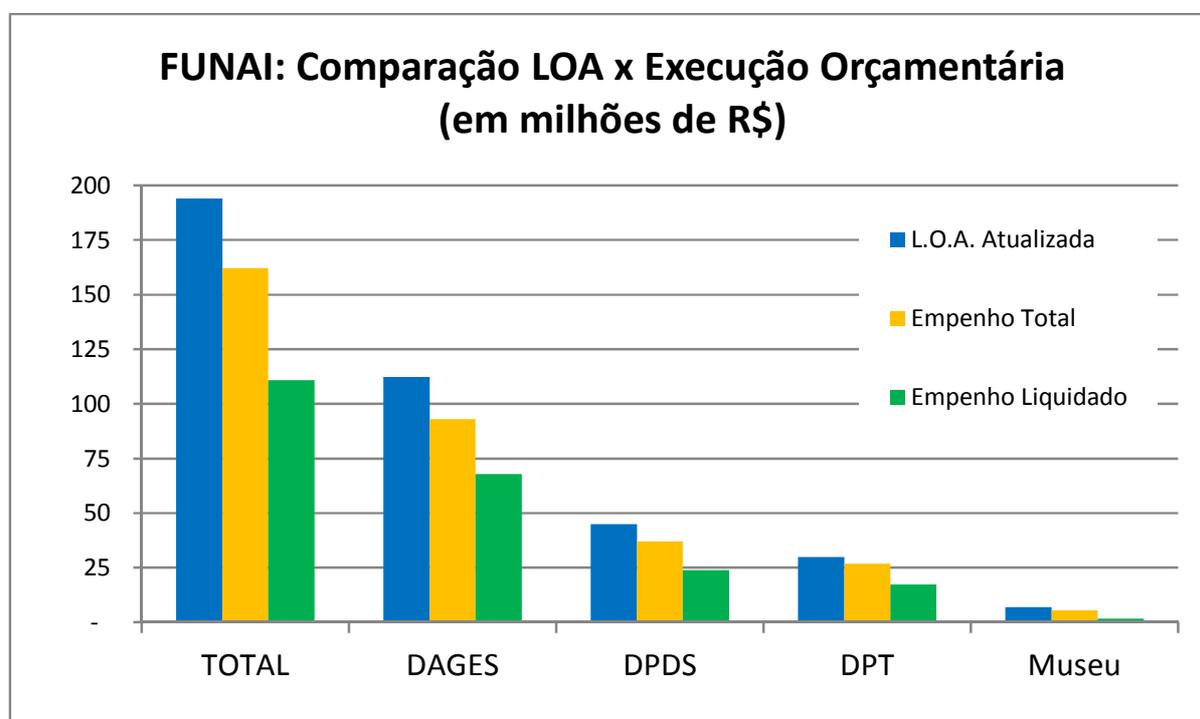
407 mil) e material para montagem das exposições (R\$ 112 mil). O valor empenhado para investimentos foi de R\$ 511 mil, e foi utilizado principalmente para instalação de sistema de ar condicionado no Museu do Índio (R\$ 108 mil), obras (R\$ 111 mil), equipamentos de informática (R\$ 114 mil), equipamentos eletrônicos (R\$ 131 mil) e mobiliário (R\$ 40 mil).

No plano orçamentário de *Pesquisa sobre Populações Indígenas*, foi empenhado o valor de R\$ 1,85 milhão (33% da ação). Nesse valor, destacam-se os créditos empenhados para serviços gráficos (R\$ 1,22 milhão) e na aquisição de umidificadores e condicionadores de ar para o Museu de Índio (R\$ 90 mil).

Por fim, no plano orçamentário de *Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas* foi empenhado o valor de R\$ 1,76 milhão (32% do total empenhado na ação). Destacam-se os créditos orçamentários utilizados para investimentos, no valor total de R\$ 888 mil. Foram utilizados principalmente para obras no Centro de Cultura Audiovisual de Goiânia (R\$ 289 mil), aquisição de servidores de rede e estações de trabalho de informática (R\$ 369 mil), equipamentos eletrônicos (R\$ 189 mil) entre outros. Nas despesas de custeio os maiores valores referem-se à manutenção e reforma do prédio do Museu do Índio (R\$ 145 mil), e combustível (R\$ 212 mil) e gêneros de alimentação (R\$ 134 mil) para os projetos desenvolvidos no Museu e nas Coordenações Regionais.

O Gráfico III e o Quadro II a seguir sumarizam a execução orçamentária da FUNAI por ações – exceto Emendas Parlamentares - até o dia 31 de dezembro de 2013. O Anexo I mostra a execução até o detalhamento dos planos internos que compõem as ações.

**GRÁFICO III: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA até 31/dezembro/2013 POR DIRETORIA – exceto emendas parlamentares**



Fonte: Siafi Gerencial

Quadro II: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA até 31/dezembro/2013 POR PTRES (EXCETO EMENDAS PARLAMENTARES)

valores em R\$ x 1.000

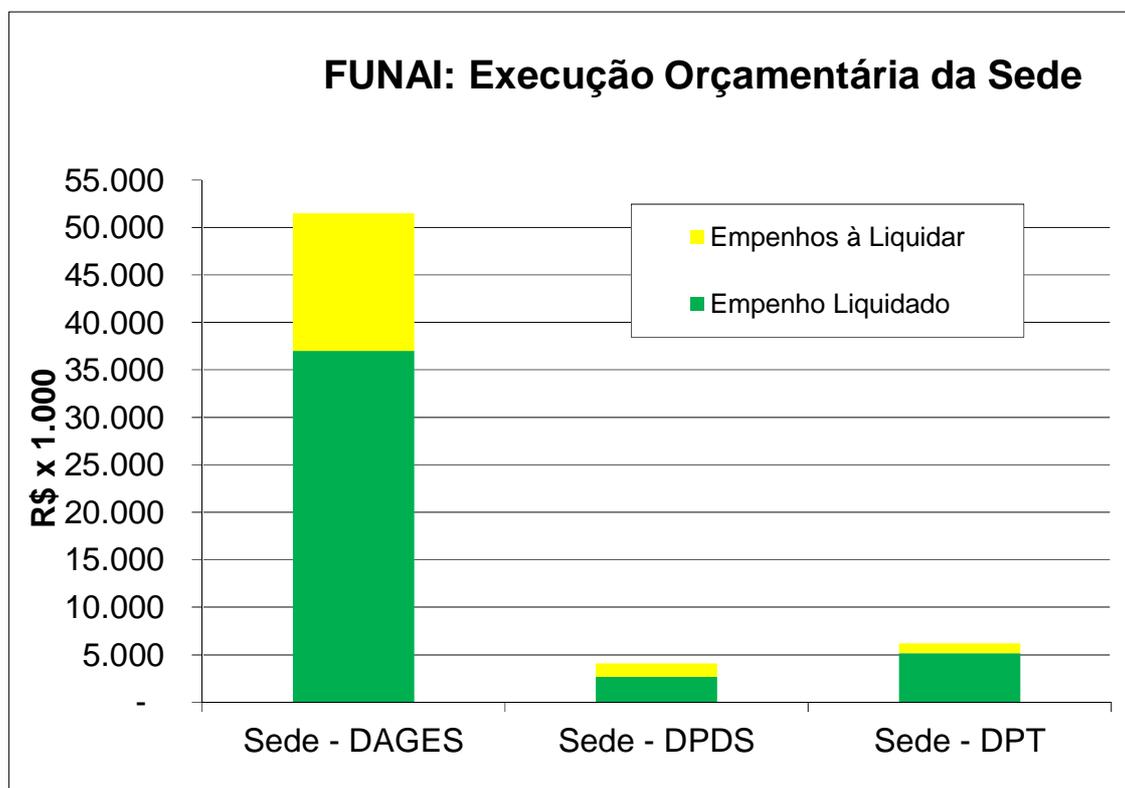
PTRES	Empenho Liquidado (A)	Empenho à Liquidar (B)	Total Empenhado C = (A + B)	% Empenho Liquidado / Total Empenhado	LOA 2013	L.O.A. + Crédito	Limite	% Total Empenhado / LOA + Créditos	% Total Empenhado / Limite
<b>DAGES</b>	<b>67.826</b>	<b>25.030</b>	<b>92.856</b>	<b>73%</b>	<b>112.270</b>	<b>112.270</b>		<b>83%</b>	
<i>Despesas Administrativas</i>	66.162	16.943	83.105	80%	79.785	93.735		89%	
<i>Capacitação de servidores</i>	1.279	48	1.328	96%	1.330	1.380		96%	
<i>Construção da sede</i>	-	-	-	0%	10.655	5.655		0%	
<i>Capacitação indígenas para CRs</i>	1	-	1	100%	500	500		0%	
<i>Adequação/modernização das unidades</i>	383	8.039	8.422	5%	20.000	11.000		77%	
<b>DPDS</b>	<b>23.891</b>	<b>13.060</b>	<b>36.950</b>	<b>65%</b>	<b>44.809</b>	<b>44.809</b>		<b>82%</b>	
<i>Promoção do etnodesenvolvimento</i>	5.682	5.087	10.769	53%	12.155	12.155		89%	
<i>Proteção social dos povos indígenas</i>	10.754	4.988	15.742	68%	19.292	16.219		97%	
<i>Territórios da Cidadania</i>	1.284	34	1.318	97%	1.501	1.501		88%	
<i>Gestão ambiental e territorial das Tis</i>	2.305	2.045	4.350	53%	5.560	5.560		78%	
<i>Componente Indígena no Lic.Ambiental</i>	56	198	255	22%	-	1.700		15%	
<i>Promoção da Cidadania</i>	1.646	585	2.231	74%	-	5.251		42%	
<i>Fomento e valor. dos proc.educativos</i>	2.163	122	2.285	95%	6.301	2.423		94%	
<b>DPT</b>	<b>17.402</b>	<b>9.413</b>	<b>26.815</b>	<b>65%</b>	<b>29.863</b>	<b>29.863</b>		<b>90%</b>	
<i>Delimitação e demarcação de Tis</i>	5.404	7.481	12.885	42%	17.943	15.643		82%	
<i>Fiscalização e Monitoramento Territorial</i>	8.332	1.256	9.588	87%	8.113	9.813		98%	
<i>Localização e Proteção Índios Isolados</i>	3.005	510	3.514	85%	2.972	3.572		98%	
<i>Prom.direitos povos recente contato</i>	662	166	828	80%	836	836		99%	
<b>MUSEU</b>	<b>1.720</b>	<b>3.843</b>	<b>5.564</b>	<b>31%</b>	<b>7.057</b>	<b>7.057</b>		<b>79%</b>	
<i>Promoção do patrimônio cultural</i>	661	1.103	1.764	37%	2.268	2.268		78%	
<i>Preservação do conhecimento</i>	847	1.101	1.948	43%	2.786	2.786		70%	
<i>Pesquisa populações indígenas</i>	213	1.639	1.852	11%	2.003	2.003		92%	
<b>TOTAL</b>	<b>110.839</b>	<b>51.346</b>	<b>162.185</b>	<b>68%</b>	<b>194.000</b>	<b>194.000</b>	<b>163.004</b>	<b>84%</b>	<b>99%</b>

Fonte: Siafi Gerencial

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE GESTORA.

Do valor total de R\$ 162,2 milhões de créditos orçamentários empenhados pelas unidades da FUNAI em 2013, R\$ 100,3 milhões (61,8%) foi realizado pelas Coordenações Regionais e Museu do Índio, e R\$ 61,9 milhões (38,2%) pela sede. Em 2012, o total empenhado pelas CRs e Museu foi de R\$ 99,9 milhões e pela sede foi de R\$ 46,5 milhões. O empenho da sede apresentou um aumento de 33% de um exercício para o outro enquanto o empenho nas unidades descentralizadas aumentou somente 0,4%. Em 2012 o valor empenhado pela sede correspondeu a 31,5% dos gastos totais da FUNAI e em 2013 subiu para 38,2% do total. As principais razões para essa alteração na relação entre empenhos da sede e das demais unidades estão no aumento do gasto com a locação do imóvel da sede e com a forte restrição orçamentária determinada pelo Decreto 8.062 de 29 de julho de 2013, que embaraçou sobremaneira a execução orçamentária das Coordenações Regionais. O gráfico IV exhibe a execução orçamentária da sede da FUNAI detalhada por cada Diretoria.

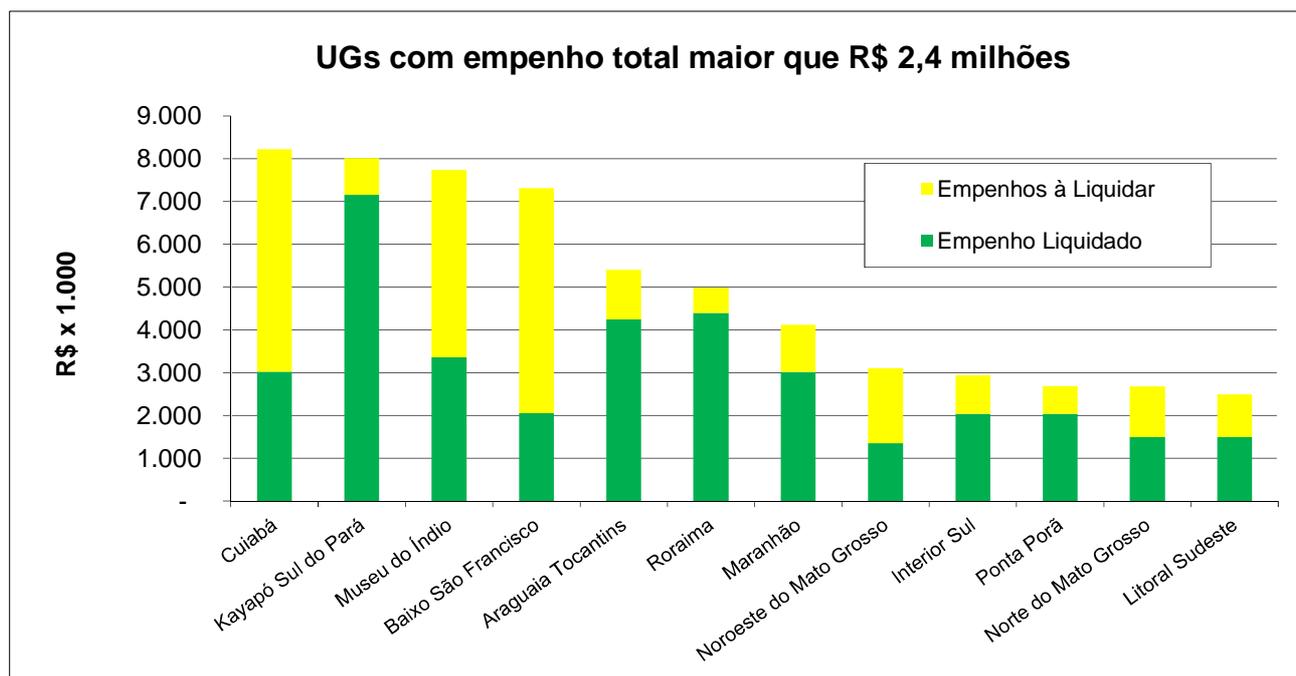
GRÁFICO IV: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA em 31/dezembro/2013 da SEDE



Fonte: Siafi Gerencial

As Unidades Gestoras – exceto as da sede - que receberam maior volume de recursos foram a CR Cuiabá, CR Kayapó Sul do Pará, o Museu do Índio, a CR Baixo São Francisco e a CR Araguaia-Tocantins. O Gráfico V mostra as doze unidades que mais empenharam créditos orçamentários em 2013. É necessário destacar que aproximadamente R\$ 2,8 milhões do valor total de créditos orçamentários recebidos pela CR Cuiabá, foram empenhados para a aquisição de veículos e equipamentos de informática para utilização em outras Coordenações Regionais, aproveitando-se as licitações realizadas pela CR Cuiabá.

**GRÁFICO V: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA em 31/dezembro/2013: UGs com mais de R\$ 2,4 milhão em créditos**



Fonte: Siafi Gerencial

Destaca-se que a CR Baixo São Francisco empenhou no exercício de 2012 o valor de R\$ 1,8 milhões e em 2013 atingiu o total de R\$ 7,3 milhões. Grande parte desse acréscimo deve-se aos créditos utilizados para pagamento de indenizações fundiárias (R\$ 5,0 milhões). Outras CRs que alcançaram um crescimento expressivo na capacidade de empenho do exercício de 2012 para 2013 foram a CR Ponta Porã e a CR Litoral Sudeste. A CR Ponta Porã apresentou um crescimento de 21% no total de créditos empenhados e a CR Litoral Sudeste um crescimento de 64%, passando de R\$ 1,5 milhões empenhados em 2012 para R\$ 2,5 milhões em 2013.

As demais Coordenações Regionais e Museu do Índio, que aparecem no gráfico V, também figuravam no topo da classificação em valores empenhados no exercício de 2012, e mantiveram sua capacidade de execução.

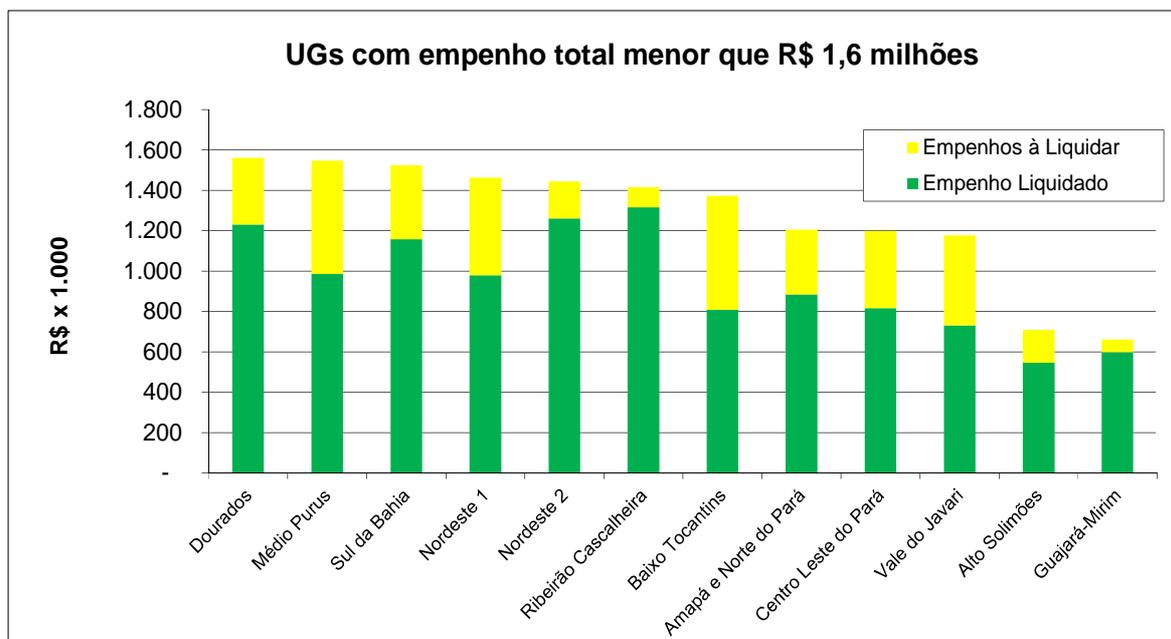
As unidades gestoras que receberam menos créditos foram CR Guajará-Mirim, CR Alto Solimões, CR Vale do Javari, CR Centro Leste do Pará e CR Amapá e Norte do Pará. O Gráfico VI mostra as Coordenações Regionais que empenham menos créditos orçamentários no exercício de 2013.

Citação especial deve ser feita à CR Guajará-Mirim, que apesar de ter sido a Coordenação Regional que teve o menor número de créditos orçamentários empenhados em 2013 e também em 2012, apresentou um alto índice de liquidação de despesas. Aproximadamente 90% do total empenhado foi liquidado pela CR, deixando para o exercício seguinte um valor muito pequeno em restos a pagar. Isso demonstra um planejamento eficaz por parte da CR e sugere um potencial de crescimento para o empenho de maiores valores no futuro.

Comparando-se os valores empenhados em 2013 com o ano de 2012, verifica-se para certas Coordenações Regionais uma queda significativa. Os casos mais agudos são a CR Alto Solimões que passou de R\$ 2,0 milhões empenhados em 2012 para R\$ 710 mil em 2013 (redução de 64%), a CR Vale do Javari de R\$ 1,9 milhões em 2012 para R\$ 1,2 milhões em 2013 (redução de 37%), a CR Nordeste I de R\$ 2,5 milhões em 2012 para R\$ 1,5 milhões em 2013 (redução de 39%) e a CR Centro Leste do Pará com redução de 25% no total empenhado de 2012 para 2013.

As CR Amapá e Norte do Pará, CR Baixo Tocantins e CR Ribeirão Cascalheira também figuravam no exercício de 2012 entre as unidades com menor volume de créditos empenhados.

**GRÁFICO VI: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA em 31/dezembro/2013: UGs com menos de R\$ 1,6 milhão em créditos**

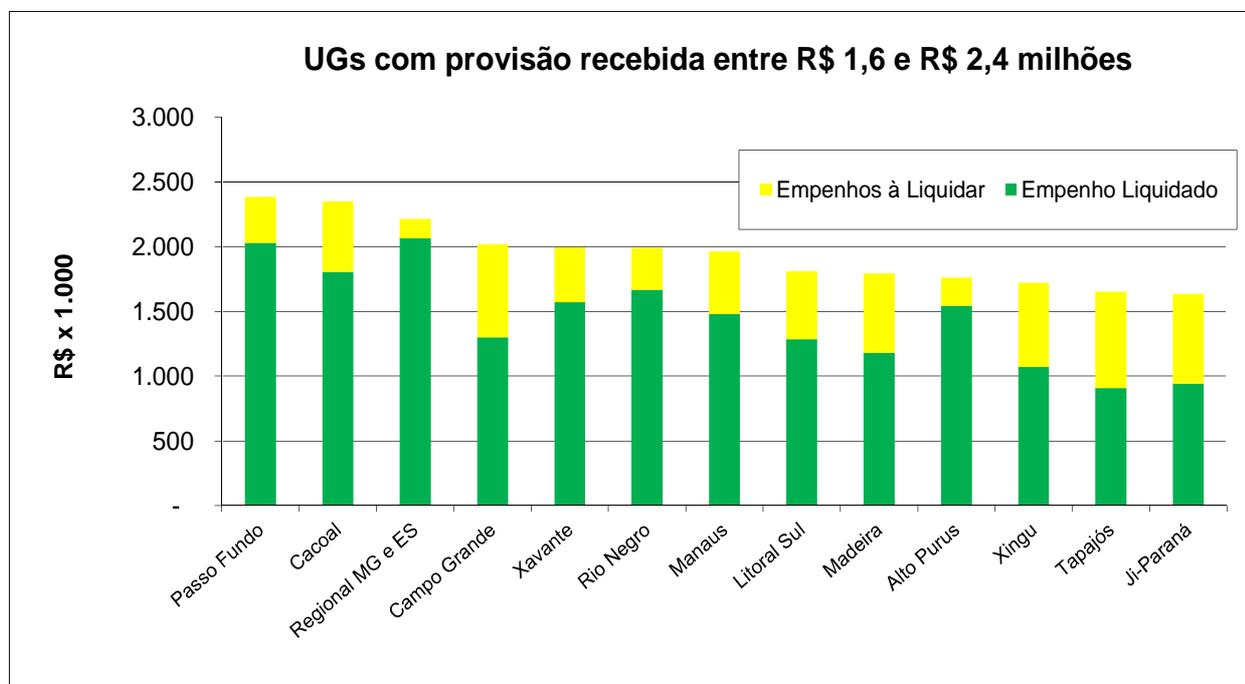


Fonte: Siafi Gerencial

No Gráfico VII, a seguir, estão as Coordenações Regionais que apresentaram valor empenhado total entre R\$ 1,6 milhões e R\$ 2,4 milhões. É necessário ressaltar o expressivo aumento no valor empenhado em 2013 quando comparado ao exercício de 2012 que algumas CRs conseguiram. Destaca-se a CR Rio Negro que passou R\$ 1,0 milhão em 2012 para R\$ 1,99 milhões em 2013, dobrando sua capacidade de execução. Também a CR Minas Gerais e Espírito Santo que passou de R\$ 1,6 milhões para R\$ 2,2 milhões (crescimento de 40%), as CR Madeira e CR Xingu que apresentaram 30% de acréscimo no total empenhado.

Por outro lado, verificou-se que a CR Xavante apresentou um total empenhado de R\$ 3,5 milhões em 2012 e sofreu um decréscimo de 44%, apresentando um valor de R\$ 2,0 milhões empenhado em 2013.

**GRÁFICO VII: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA em 31/dez/2013 da SEDE: UGs com créditos entre R\$ 1,6 e R\$ 2,4 milhões**



Fonte: Siafi Gerencial

Após o encerramento do exercício orçamentário, em 31 de dezembro de 2013, algumas unidades gestoras cancelaram créditos orçamentários já empenhados, devido a problemas no processo de licitação ou na liquidação de despesas. Há casos em que o cancelamento é realizado automaticamente pelo sistema quando não há indicação pelo ordenador de despesa que aquele empenho será inscrito na conta de restos a pagar para o exercício seguinte. O valor total desses cancelamentos atingiu R\$ 2,0 milhões. Proporcionalmente, as CR Alto Purus, com 13,6% dos créditos empenhados cancelados e a CR Xavante com 6,3% foram as Coordenações Regionais com maior redução de empenhos. Trata-se de recursos perdidos, que caso fossem cancelados antes do final do exercício orçamentário poderiam ser remanejados e aproveitados em outras unidades gestoras ou outras ações. O empenho total da FUNAI de R\$ 162,2 milhões atingiria o valor de R\$ 164,2 milhões que representa um aumento de 1,2%.

O Quadro III mostra a execução orçamentária por Unidade Gestora em 2013, e o Anexo II mostra a execução orçamentária em 2013 com o cruzamento de valores entre as Unidades Gestoras e Ações Orçamentárias.

**QUADRO III: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA até 31/dezembro/2013 POR UNIDADE GESTORA**

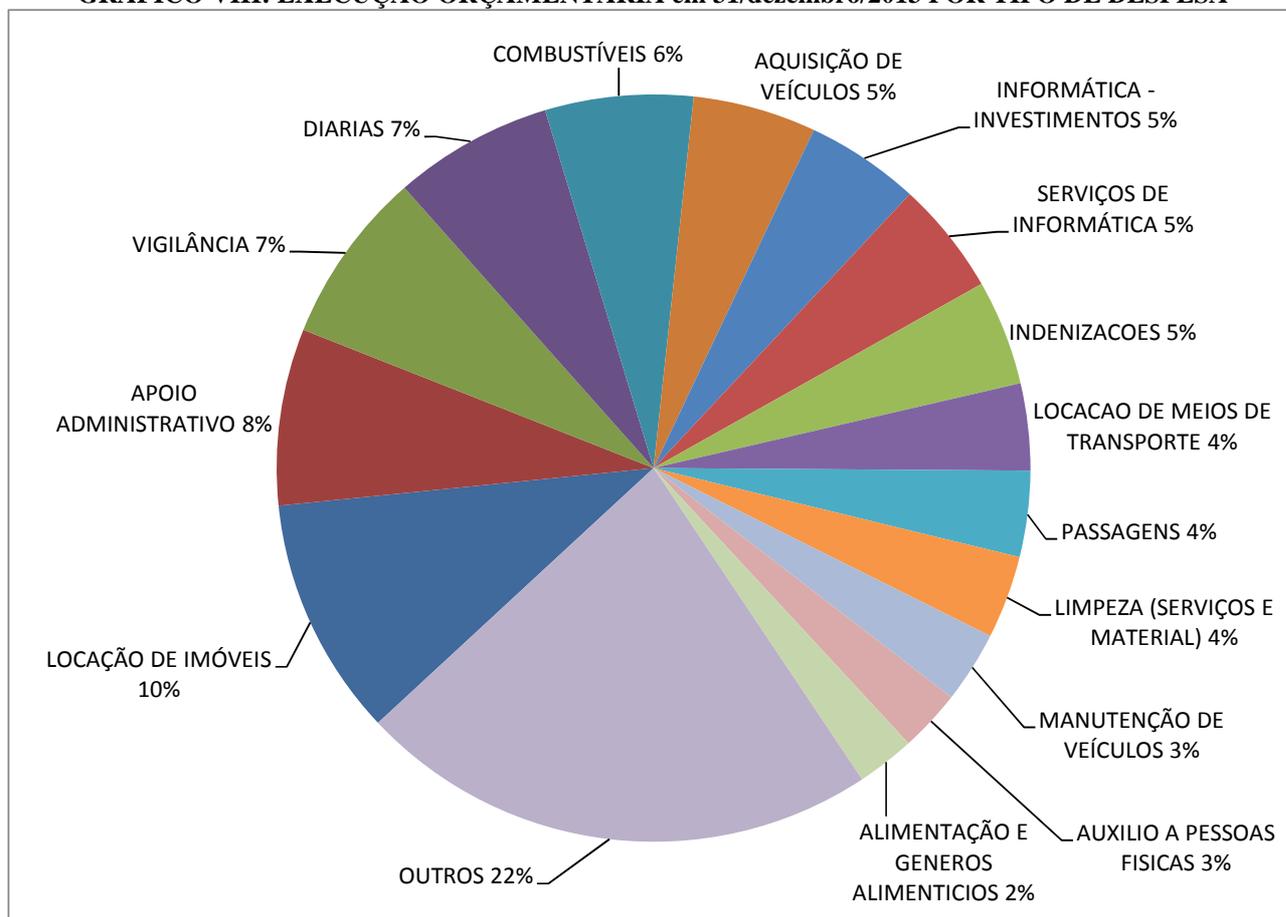
UG	Orçamento FUNAI					Créditos Cancelados após encerramento do exercício	% Créditos Cancelados / Total Empenhado
	Empenho Liquidado	Empenhos à Liquidar	Total Empenhado	% Total Empenhado em relação ao total da FUNAI			
Alto Purus	1.545.753	214.369	1.760.122	1,1%	276.011	13,6%	
Alto Solimões	546.799	163.178	709.977	0,4%	-	0,0%	
Amapá e Norte do Pará	885.497	320.157	1.205.655	0,7%	-	0,0%	
Araguaia Tocantins	4.248.997	1.154.900	5.403.897	3,3%	48.511	0,9%	
Baixo São Francisco	2.055.056	5.259.745	7.314.801	4,5%	108.123	1,5%	
Baixo Tocantins	808.962	564.039	1.373.000	0,8%	31.193	2,2%	
Cacoal	1.806.030	543.121	2.349.151	1,4%	1.907	0,1%	
Campo Grande	1.298.943	718.332	2.017.275	1,2%	75.902	3,6%	
Centro Leste do Pará	816.582	382.710	1.199.292	0,7%	26.944	2,2%	
Cuiabá	3.022.397	5.204.430	8.226.827	5,1%	349.770	4,1%	
Dourados	1.231.553	331.092	1.562.645	1,0%	-	0,0%	
Guajará-Mirim	598.219	62.264	660.482	0,4%	16.382	2,4%	
Interior Sul	2.039.352	903.689	2.943.041	1,8%	-	0,0%	
Ji-Paraná	940.712	695.805	1.636.517	1,0%	34.349	2,1%	
Kayapó Sul do Pará	7.151.687	865.997	8.017.683	4,9%	6.329	0,1%	
Litoral Sudeste	1.494.987	1.001.375	2.496.362	1,5%	47.650	1,9%	
Litoral Sul	1.287.125	524.558	1.811.684	1,1%	44.479	2,4%	
Madeira	1.179.879	613.219	1.793.098	1,1%	5.804	0,3%	
Manaus	1.480.687	483.240	1.963.928	1,2%	80.730	3,9%	
Maranhão	3.016.374	1.105.025	4.121.399	2,5%	43.013	1,0%	
Médio Purus	985.972	561.674	1.547.645	1,0%	-	0,0%	
Museu do Índio	3.360.941	4.375.228	7.736.169	4,8%	28.224	0,4%	
Nordeste 1	978.967	484.339	1.463.306	0,9%	66.929	4,4%	
Nordeste 2	1.261.314	182.906	1.444.220	0,9%	-	0,0%	
Noroeste do Mato Grosso	1.354.145	1.751.966	3.106.111	1,9%	366	0,0%	
Norte do Mato Grosso	1.498.490	1.183.222	2.681.712	1,7%	14.311	0,5%	
Passo Fundo	2.028.927	354.718	2.383.645	1,5%	27.036	1,1%	
Ponta Porã	2.039.530	647.865	2.687.395	1,7%	21.481	0,8%	
Regional MG e ES	2.063.431	149.243	2.212.673	1,4%	32.886	1,5%	
Ribeirão Cascalheira	1.315.880	99.803	1.415.683	0,9%	32.798	2,3%	
Rio Negro	1.667.887	322.831	1.990.718	1,2%	1.182	0,1%	
Roraima	4.396.052	586.740	4.982.792	3,1%	96.794	1,9%	
Sul da Bahia	1.159.313	365.956	1.525.269	0,9%	85.194	5,3%	
Tapajós	908.514	743.728	1.652.242	1,0%	33.209	2,0%	
Vale do Javari	730.812	444.986	1.175.798	0,7%	19.376	1,6%	
Xavante	1.571.463	423.389	1.994.851	1,2%	133.999	6,3%	
Xingu	1.069.745	649.852	1.719.597	1,1%	13.775	0,8%	
<b>SUBTOTAL DAS UNIDADES DESCENTRALIZADAS</b>	<b>65.846.975</b>	<b>34.439.689</b>	<b>100.286.663</b>	<b>61,8%</b>	<b>1.804.658</b>	<b>1,8%</b>	
Sede - DAGES	37.014.279	14.469.545	51.483.824	31,7%	179.904	0,3%	
Sede - DPDS	2.673.562	1.411.039	4.084.601	2,5%	-	0,0%	
Sede - DPT	5.169.809	1.025.721	6.195.530	3,8%	17.000	0,3%	
<b>SUBTOTAL DA SEDE</b>	<b>44.857.650</b>	<b>16.906.305</b>	<b>61.763.956</b>	<b>38,1%</b>	<b>196.904</b>	<b>0,3%</b>	
<b>Destaque para o Ministério da Justiça</b>	<b>134.833</b>	<b>-</b>	<b>134.833</b>	<b>0,1%</b>			
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>110.704.625</b>	<b>51.345.994</b>	<b>162.185.453</b>	<b>100%</b>	<b>2.001.562</b>	<b>1,2%</b>	

Fonte: Siafi Gerencial

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TIPO DE DESPESA.

Do valor total de R\$ 162,2 milhões empenhados pelas unidades da FUNAI em 2013, os gastos com locação de imóveis, apoio administrativo, vigilância e diárias (de servidores e colaboradores) se destacam, e correspondem a 32% do total empenhado. O Gráfico VIII e o anexo III mostram a execução total em 2013 por tipo de despesa.

**GRÁFICO VIII: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA em 31/dezembro/2013 POR TIPO DE DESPESA**



Fonte: Siafi Gerencial

No exercício de 2012, os créditos empenhados em locação de imóveis alcançaram R\$ 5,8 milhões e corresponderam a 4,0% do total empenhado pela FUNAI. Em 2013 o valor empenhado para esse tipo de despesa foi de R\$ 16,8 milhões, que representa 10,3% do empenho total da FUNAI. A mudança da sede da FUNAI para o novo prédio foi a principal causa para esse aumento.

O valor total empenhado em apoio administrativo passou de R\$ 10,1 milhões em 2012 para R\$ 12,4 milhões em 2013 (crescimento de 22%). Em 2012 essa despesa representava 6,9% da despesa total da FUNAI e em 2013 esse índice passou para 7,6% da despesa total.

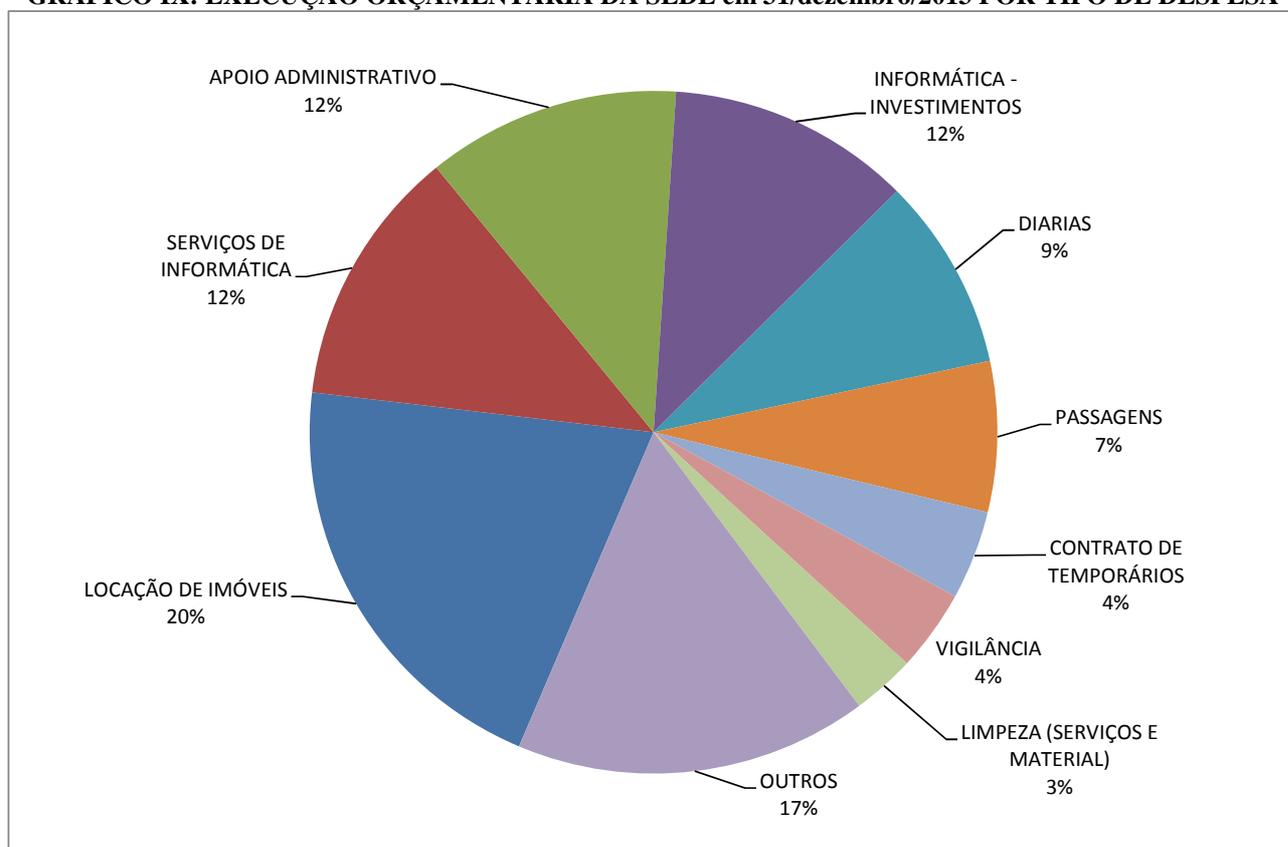
As despesas com vigilância passaram de R\$ 11,2 milhões em 2012 para R\$ 12,1 milhões em 2013. O valor representa 7,5% do total empenhado pela FUNAI em 2013, percentual similar ao exercício de 2012. O valor empenhado em diárias foi de R\$ 11,1 milhões em 2013, aproximadamente R\$ 350 mil a menos que o empenhado no exercício anterior. Em 2012 as diárias representavam 7,8% do valor total empenhado pela FUNAI e em 2013 representam 6,8% do total.

Em 2012, a aquisição de veículos representou 7,8% do valor total de créditos empenhados pela FUNAI com R\$ 11,4 milhões. Essa proporção caiu para 5,8% em 2013 com um total empenhado de R\$ 8,6 milhões.

As despesas com combustível representaram 6,4% do total empenhado pela FUNAI em 2013, com R\$ 10,3 milhões. Em 2012 o total empenhado nesse item foi de R\$ 8,5 milhões que correspondia a 5,8% do total da FUNAI. É necessário destacar que combustível foi um dos poucos tipos de despesa de uso intensivo pela FUNAI que não foi contingenciado pelo Decreto nº 8.062/13, o que contribuiu para o aumento do valor empenhado nesse item.

São diferentes as distribuições das despesas da sede da FUNAI e das Coordenações Regionais. O Gráfico IX mostra as despesas empenhadas somente pela sede da FUNAI, que atingiram o valor de R\$ 61,8 milhões.

**GRÁFICO IX: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA SEDE em 31/dezembro/2013 POR TIPO DE DESPESA**



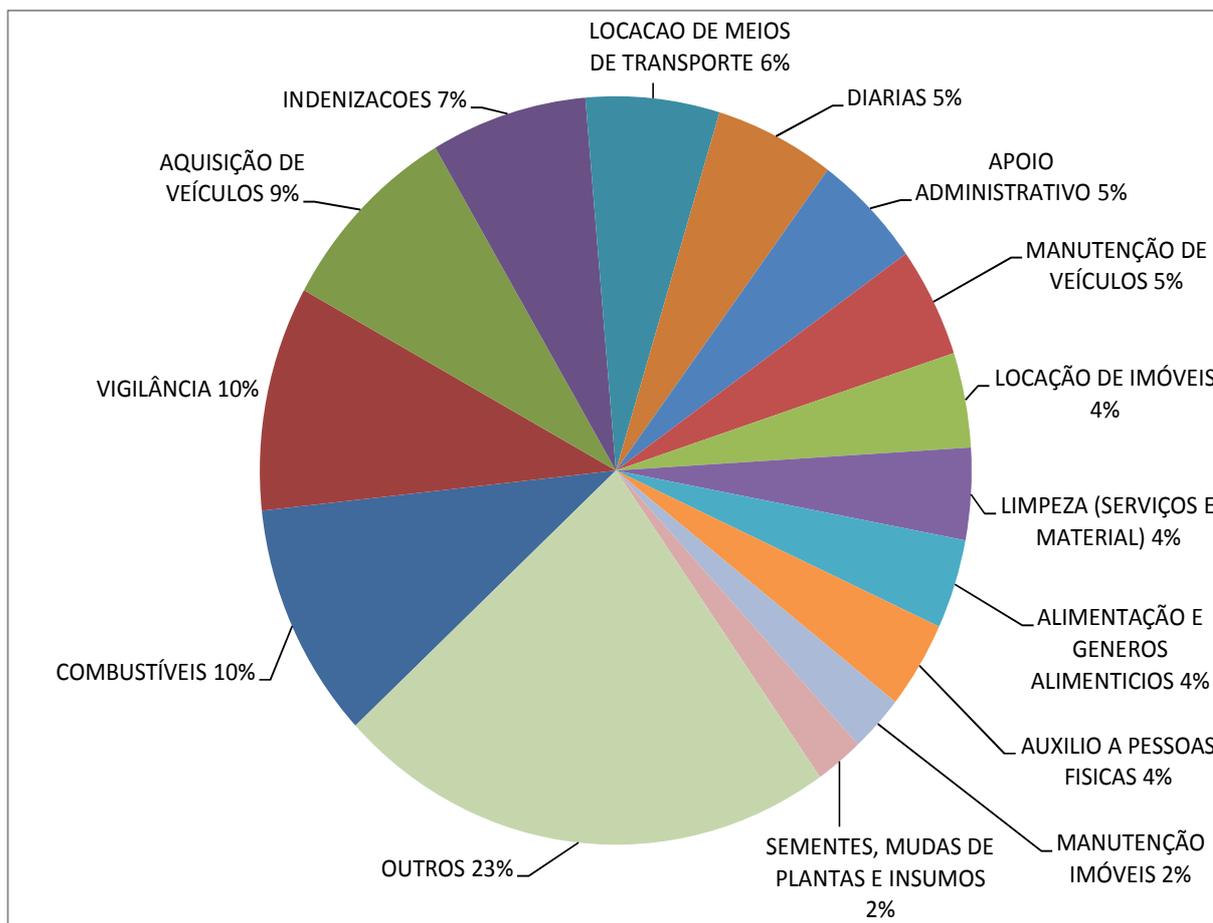
Fonte: Siafi Gerencial

Nota-se que o valor com locação do imóvel corresponde a 20% do total empenhado pela sede. O valor empenhado com serviços e investimentos realizados em informática, apoio administrativo e com a locação do prédio da sede representam 56% do total empenhado pela sede em 2013.

Diferente da sede, nas Coordenações Regionais e no Museu do Índio somente as despesas com apoio administrativo encontram-se entre as mais significativas. As despesas com combustíveis, vigilância, aquisição de veículos, indenizações, locação de meios de transporte, diárias e apoio administrativo representam 52% do total empenhado pelas unidades

descentralizadas. Das despesas totais, 23% dos créditos estão distribuídos em variados itens, cada um deles representando menos que 2% do total de créditos empenhados. O Gráfico X mostra as despesas empenhadas somente pelas CRs e Museu do Índio, que atingiram o valor de R\$ 100,3 milhões.

**GRÁFICO X: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS CRs E MUSEU DO ÍNDIO em 31/dezembro/2013 POR TIPO DE DESPESA**



Fonte: Siafi Gerencial

No orçamento da FUNAI, o valor empenhado em investimento foi de R\$ 22,9 milhões, que corresponde a 14% do empenho total. A maior parte desse valor – aproximadamente 75% - foi utilizada para a aquisição de veículos, aquisição de equipamentos de informática e realização de obras. Além desse montante, foram ainda utilizados créditos orçamentários provenientes de emendas parlamentares no valor de R\$ 1,7 milhões especificamente para a aquisição de equipamentos e obras, que somados ao valor do orçamento próprio da FUNAI resultam em R\$ 24,7 milhões empenhados para investimentos. O anexo IV mostra os valores empenhados com investimentos detalhados por ação orçamentária e quantidade de equipamentos.

#### **EMENDAS PARLAMENTARES**

Além do valor de R\$ 194,0 milhões determinado na Lei Orçamentária anual de 2013 para a FUNAI, foram aprovadas emendas parlamentares no valor adicional de R\$ 54,9 milhões. A FUNAI empenhou 61% do orçamento para as emendas, que corresponde a R\$ 33,3 milhões.

A maior parte desse valor corresponde a indenizações para regularização de terras indígenas, conforme as emendas parlamentares propostas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias. O valor empenhado dessas duas emendas foi de R\$ 31,5 milhões.

As outras emendas parlamentares com execução orçamentária referem-se à estruturação do Centro de Formação Indígena localizado no município do Oiapoque, aquisição de veículo para atendimento às comunidades indígenas do Tocantins, realização de projeto de educação no Parque Indígena do Xingu e a construção do auditório do Centro de Cultura Audiovisual de Goiânia.

Houve um aumento expressivo da execução orçamentária das emendas parlamentares quando comparadas ao valor executado em 2012. Naquele exercício a FUNAI empenhou somente o valor de R\$ 150 mil para aquisição de mobiliário para uso no Centro de Atendimento a Indígenas localizado em Oiapoque.

No Quadro IV está demonstrada a execução orçamentária das emendas parlamentares aprovadas no orçamento da FUNAI no exercício de 2013.

## **DESTAQUES DE OUTROS ÓRGÃOS**

Além dos valores determinado na Lei Orçamentária anual de 2013, a FUNAI executou créditos recebidos como destaques orçamentários de outros órgãos do Governo Federal no valor total de R\$ 7,9 milhões.

Foram recebidos os seguintes destaques: R\$ 3,7 milhões do DNIT referente à construção de trechos rodoviários em Rondônia e no Pará, R\$ 3 milhões do Fundo Nacional sobre Mudanças no Clima para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), R\$ 460 mil do Fundo Nacional de Educação, R\$ 438 mil do Ministério da Justiça para reuniões da CNPI, R\$ 324 mil do Ministério da Cultura para o projeto “Fórum Nacional Setorial para as Culturas dos Povos Indígenas” e R\$ 4 mil da Agência Nacional de Aviação Civil.

Em 2012, o valor recebido pela FUNAI por destaques orçamentários foi de R\$ 5,2 milhões, a maior parte desse valor proveniente também do DNIT como compensação por obras rodoviárias.

**Quadro IV: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA até 31/dezembro/2013 DAS EMENDAS PARLAMENTARES**

valores em R\$ x 1.000

PTRES	Empenho Liquidado	Empenho Liquidado	Empenho Liquidado	Empenho à Liquidar	Empenho à Liquidar	Empenho à Liquidar	TOTAL Empenhado	TOTAL Empenhado	TOTAL Empenhado	% Execução: Total Empenhado / L.O.A. + Crédito	% Execução: Total Empenhado / L.O.A. + Crédito	% Execução: Total Empenhado / L.O.A. + Crédito	L.O.A. + Crédito	L.O.A. + Crédito	L.O.A. + Crédito
	Custeio	Invest	Total	Custeio	Invest	Total	Custeio	Invest	Total	Custeio	Invest	Total	Custeio	Invest	Total
<b>DAGES</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	-	<b>500</b>	<b>500</b>
<i>Construção da sede de Boa Vista-RR / Proponente Angela Portela</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%	0%	-	500	500
<b>DPDS</b>	-	<b>153</b>	<b>153</b>	<b>89</b>	<b>1.077</b>	<b>1.166</b>	<b>89</b>	<b>1.230</b>	<b>1.319</b>	<b>18%</b>	<b>88%</b>	<b>69%</b>	<b>500</b>	<b>1.400</b>	<b>1.900</b>
<i>Prom.e Des.Social - Município do Oiapoque / Proponente Dalva Figueiredo / UG Executora: CR Amapá e Norte do Pará</i>	-	153	153	-	490	490	-	643	643	0%	80%	80%	-	800	800
<i>Prom.e Des.Social - Estado do Amapá / Proponente Janete Capiberibe</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	0%	0%	400	-	400
<i>Aquisição de veículos no Estado do TO / Proponente João Costa / UG Executora: CR Araguaia-Tocantins</i>	-	-	-	-	500	500	-	500	500	0%	100%	100%	-	500	500
<i>Projeto Miyararé/Kawirã Xingu / Proponente Rodrigo Rollemberg / UG Executora: CR Xingu</i>	-	-	-	89	87	176	89	87	176	89%	87%	88%	100	100	200
<b>DPT</b>	-	-	-	<b>31.477</b>	-	<b>31.477</b>	<b>31.477</b>	-	<b>31.477</b>	<b>87%</b>	<b>0%</b>	<b>61%</b>	<b>36.000</b>	<b>16.000</b>	<b>52.000</b>
<i>Indenização aos atuais possuidores de títulos / Proponente: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania / UG Executora: Sede</i>	-	-	-	20.000	-	20.000	20.000	-	20.000	100%	0%	100%	20.000	-	20.000
<i>Fiscalização e demarcação de Tis / Proponente: Comissão Direitos Humanos e Minorias / UG Executora: CR Campo Grande</i>	-	-	-	11.477	-	11.477	11.477	-	11.477	72%	0%	36%	16.000	16.000	32.000
<b>MUSEU</b>	-	-	-	-	<b>500</b>	<b>500</b>	-	<b>500</b>	<b>500</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	-	<b>500</b>	<b>500</b>
<i>Preservação Cultural no Estado de GO / Proponente: Rubens Otoni / UG Executora: Museu do Índio</i>	-	-	-	-	500	500	-	500	500	0%	100%	100%	-	500	500
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>153</b>	<b>153</b>	<b>31.566</b>	<b>1.577</b>	<b>33.143</b>	<b>31.566</b>	<b>1.730</b>	<b>33.296</b>	<b>86%</b>	<b>9%</b>	<b>61%</b>	<b>36.500</b>	<b>18.400</b>	<b>54.900</b>
% sobre o TOTAL EMPENHADO	0,0%	8,9%	0,5%	100,0%	91,1%	99,5%	100%	100%	100%						

Fonte: Siafi Gerencial

### 3.2.2 Objetivo

#### 3.2.2.1 Análise situacional

A seguir serão apresentados os quadros por objetivo e as respectivas análises da execução das ações programadas para o exercício de 2013, em relação a cada objetivo e metas do PPA.

Quadro 3.2.2 – Objetivo						
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direitos, especialmente em áreas vulneráveis.					
<b>Código</b>	0943	<b>Órgão</b>	Fundação Nacional do Índio - Funai			
<b>Programa</b>	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	<b>Código</b>	2065			
Fonte: SIOP						
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
	Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas	-	-	-	-	-
	Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas	-	-	-	-	-
	Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas	UN	12	02	04	33,3
	Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas	-	-	-	-	-
	Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas	-	-	-	-	-

	Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira	-	-	-	-	-
	Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas	-	-	-	-	-
	Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento	UN	20	09	22	110,0
	Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento	-	-	-	-	-
	Regulamentação do poder de polícia da FUNAI	-	-	-	-	-
<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras	UN	08	01	01	12,5
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Territórios Indígenas da Amazônia Legal	UN	02	00	00	00
02	Territórios Indígenas do Nordeste	UN	03	00	00	00
03	Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	UN	03	01	01	33,3
<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade	a)Prevista 2015	b)Realizada em	c)Rea	d)%

		medida		2013	lizada até 2013	Realização (c/a)
02	Delimitação de 56 terras indígenas	UN	56	07	20	35,7
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Territórios Indígenas da Amazônia Legal	UN	21	01	10	47,6
02	Territórios Indígenas do Nordeste	UN	10	02	04	40,0
03	Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	UN	25	04	06	24,0
<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
03	Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas	UN	45	03	05	11,0
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Territórios Indígenas da Amazônia Legal	UN	15	02	03	20,0
02	Territórios Indígenas do Nordeste	UN	10	01	01	10,0
03	Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	UN	20	00	01	5,0
<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
04	Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela	UN	05	01	02	40,0
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
	Territórios Indígenas da Amazônia Legal	UN	05	01	02	40,0

**METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS**

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
05	Estudos e localização de 08 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas.	UN	08	01	03	37,5
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
	Territórios Indígenas da Amazônia Legal	UN	08	01	03	37,5

**METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS**

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade	a)Prevista 2015	b)Realizada em	c)Realizada	d)% Realização
------------	-------------------	---------	-----------------	----------------	-------------	----------------

		medida		2013	até 2013	(c/a)
06	Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente.	UN	210	127	217	103,3
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
01	Territórios Indígenas da Amazônia Legal	UN	170	104	156	91,8
02	Territórios Indígenas do Nordeste	UN	29	07	16	55,2
03	Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	UN	11	16	45	409,0
<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
07	Homologação da demarcação de 40 terras indígenas	UN	40	01	08	20,0
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
01	Territórios Indígenas da Amazônia Legal	UN	24	01	08	33,3
02	Territórios Indígenas do Nordeste	UN	05	00	00	00
03	Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	UN	11	00	00	00
<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
08	Indenizar e extrusar ocupantes de boa fé de 40 terras indígenas.	UN	40	11	21	52,5
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
01	Territórios Indígenas da Amazônia Legal	UN	21	05	10	47,6
02	Territórios Indígenas do Nordeste	UN	07	03	05	71,4
03	Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	UN	12	03	06	50,0

#### Análise situacional

Dentre as ações desenvolvidas pela Funai referentes à política de proteção territorial, destacam-se os seguintes eixos com vistas a garantir a posse plena dos povos indígenas sobre suas terras: (i) realização dos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas e o consequente reconhecimento dessas terras pela Funai, por meio da aprovação do Relatório Circunstanciado, bem como os demais atos administrativos visando o prosseguimento do processo de demarcação de terras indígenas, nos termos do Decreto n.º 1775/96; (ii) realização de demarcação física das terras indígenas; (iii) ações de regularização dominial das terras indígenas, através dos registros em cartórios e na Secretaria do Patrimônio da União; (iv) ações de regularização fundiária *stricto sensu*, por meio dos levantamentos fundiários de avaliação benfeitorias e os respectivos procedimentos visando o pagamento das indenizações das benfeitorias; (v) ações de proteção dos povos indígenas isolados, por meio de atividades de confirmação de referências de índios isolados e monitoramento das terras indígenas com presença já confirmada de índios isolados, bem como ações de promoção de direitos aos povos recém contatados; (vi) ações de monitoramento territorial das terras indígenas, por meio das atividades de vigilância, com participação das comunidades indígenas, e de fiscalização, por meio de articulação com os órgãos ambientais e forças policiais.

Quanto ao processo de Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas, em 2013 foram constituídos 9 Grupos Técnicos de estudos complementares de identificação e delimitação das Terras Indígenas: Amâncio e Mbiguaçu (SC), Baixo Rio Negro II/Santa Isabel (AM), Baixo Seruini/Baixo Tumiã (AM), Dourados-Amambaiegua (MS), Jamamadi de Lourdes/Cajueiro (AM), Jaminawa Colocação de São Paulino (AM), Kaxinawá Seringal Curralinho (AC), Krenak de Sete Salões (MG) e Pipipã (PE), os estudos complementares necessários a constituição da reserva indígena Cinta Vermelha Jundiba (MG); 4 novos GTs de informações preliminares das áreas denominadas: Jeju e Areal (PA),

Puruborá (RO), Rio Cautário (RO) e Teresa Cristina (MT).

Após a aprovação do Decreto n.º 7.747, de 05 de junho de 2012, que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, os Grupos Técnicos (GTs) de identificação e delimitação vêm sendo orientados a levantar subsídios para a gestão futura das terras indígenas, de modo a implementar a necessária integração entre regularização e gestão das terras indígenas. Quando necessário, podem ser elaborados Diagnósticos Socioambientais, como ocorreu com as TIs Fulni-ô (PE), Herarekã Xetá (PR), Jaminawa do Rio Caeté (AC) e Lalima (MS).

Foram delimitadas 07 terras indígenas, com aprovação dos respectivos Relatórios Circunstanciados e a publicação do resumo nos diários oficiais da União e unidades federadas, a saber: Iguatemipegua I (MS), Caxixó (MG), Tupinambá de Belmonte (BA), Boa Vista do Sertão do Promirim (SP), Lago do Limão (AM), Jaraguá (SP) e Tapeba (CE).

Além disso, foram concluídos os procedimentos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Mato Castelhana (RS), Kaxuyana-Tunayana (AM e PA), Riozinho (AM) e Xacriabá (MG), aguardando análise da Presidência do órgão indigenista. Foi concluído também o relatório circunstanciado de constituição da Reserva Indígena Taba dos Anacé, no Ceará, destinada ao povo Anacé.

Os fatores que contribuíram para a delimitação dessas terras indígenas foram: quadro técnico capacitado, embora em número insuficiente, para elaborar e analisar os relatórios circunstanciados de identificação e delimitação de terras indígenas, bem como para analisar as contestações interpostas pelos interessados; normatização de fluxos internos no âmbito do setor competente (CGID/DPT); utilização de critérios claros para priorizar procedimentos; investimento em monitoramento de ações; reelaboração de documentos orientadores para a redação das peças técnicas que fundamentam o procedimento de identificação e delimitação; qualificação do diálogo com as unidades descentralizadas e com a representação indígena.

Do mesmo modo, foram encaminhados ao Ministério da Justiça, com vistas à expedição de Portaria Declaratória, 03 processos de demarcação de Terra Indígenas, referentes às Terras Indígenas Irapuá/RS, Kawahiva do Rio Pardo/MT, e Taunay-Ipegue/MS.

Em relação aos atos administrativos previstos no processo de demarcação de terras indígenas que não são de competência da Funai, destacam-se as seguintes realizações: emissão de três Portarias Declaratórias pelo Ministro da Justiça, referentes às Tis Cue-Cué Marabitanas (AM), Tremembé de Queimadas (CE) e Guanabara (AM); e a homologação da Terra Indígena Kayabi – PA/MT, pela Presidenta da República.

No que se refere às ações de demarcação física e aviventação de limites em Terras Indígenas realizadas em 2013, destacam-se as concluídas em nove terras indígenas – aviventação: Awá (MA), Caarapó (MS), Dourados (MS), Vale do Guaporé, Pequizal e Taihantesu (MT), e demarcação das TIs: Xucuru-Kariri (AL), Piaçaguera (SP), Caramuru/Paraguassú (BA), Xapecó (Pinhalzinho e Canhandão)/SC .

Para as ações de regularização dominial das terras indígenas, foram efetivados integral e parcialmente, nos Cartórios de Imóveis, os registros de sete Terras Indígenas.

Na regularização fundiária foram constituídos quatro grupos técnicos para os

estudos de levantamento e avaliação de benfeitorias instaladas por não índios em 4 terras indígenas – Buriti (MS), Caramuru-Paraguassu (BA), Cachoeira Seca (PA) e Xucuru-Kariri (AL), sendo elaboradas as vistorias de 239 ocupações de não índios.

No processo de indenização de benfeitorias consideradas de boa-fé, foram constituídas sete Comissões para as indenizações de não indígenas para 17 terras indígenas – Serrinha (RS), Nonoai (RS), Morro dos Cavalos (SC), Entre Serras (PE), Pankararu (PE), Paumari do Lago Marahã (AM), Apurinã do Igarapé São João (AM), Itixi Mitari (AM), Apyterewa (PA), Atikum (AL), Krikati (MA), Arara do Rio Amônia (AC), Xucuru (PE), com procedimento de depósito judicial – Badjonkore (PA), Comboios (ES), Tupiniquim (ES), Lago do Marinheiro (AM) e Yanomami (AM/RR) indenizando 57 ocupantes não índios (de forma consensual e depósito judicial). No caso da TI Morro dos Cavalos e Entre Serras, os pagamento não foram iniciados. Ademais, nos casos das terras indígenas Comboios e Yanomami as indenizações foram pagas com recursos orçamentários empenhados de exercícios financeiros anteriores. Resultando num total de 16 terras indígenas trabalhadas no exercício de 2013 com o pagamento de indenização de benfeitorias realizadas.

Em razão do contingenciamento de recursos orçamentários, foram paralisados os trabalhos dos Grupos de Trabalho de avaliação de benfeitorias de 04 terras indígenas –Baía dos Guató (MS), Igarapé Grande (AM), Xukuru-Kariri (AL), Caramuru-Paraguassu (BA) e das comissões de pagamento de 4 terras indígenas – Maranduba (TO), Serrinha (RS), Rio Gregório (AC), Arara da Volta Grande do Xingu (PA), além dos trabalhos de identificação, delimitação e demarcação terem sido adiados para o exercício de 2014.

Considerando que a finalidade última do Objetivo n.º 0943 e da Ação 20UF é garantir a posse plena dos povos indígenas as suas terras de ocupação tradicional, foram considerados para fins de atingimento da meta tão somente as terras indígenas em que foram realizados pagamento de indenização de benfeitorias implantadas pelos ocupantes não-indígenas de boa-fé. Portanto, 16 terras indígenas trabalhadas com o pagamento de indenização de benfeitorias realizadas.

No que se refere aos Povos Indígenas Isolados foram realizados trabalhos de localização e proteção desses indígenas no Estado do Maranhão, a partir da constituição de Grupo Técnico, que teve como resultado a localização de dois grupos de índios isolados. Além disso, foi possível articular com os demais órgãos de segurança o cumprimento da ação judicial de extrusão dos não índios da Terra Indígena Awá-Guja. A ação de desintrusão da TI Awa vem sendo conduzida em caráter prioritário pelo Governo Federal, considerando que além da vulnerabilidade do povo Awa, trata-se de uma Terra Indígena regularizada que não está na posse plena das comunidades indígenas.

Também foram realizadas ações relevantes de proteção dos povos Yanomami e Ye´Kuana, com o desenvolvimento de 11 ações de combate à extração minerária irregular, com a cooperação com órgãos de segurança, como Departamento de Polícia Federal, Exército Brasileiro, Ibama e Polícia Militar Ambiental.

No âmbito de qualificação da metodologia aplicada na proteção de localização e monitoramento de índios isolados, foi realizada Oficina de Capacitação na Terra Indígena Uru Eu Wau Wau, visando a capacitação de agentes públicos para a execução dessa política.

Das 23 terras indígenas com presença de índios isolados confirmadas, foram trabalhadas 22 terras indígenas por meio de ações de proteção, monitoramento localização.

O recurso desse Plano Orçamentário – PO, aprovado na LOA, não foi suficiente e no segundo semestre foi necessário o remanejamento do PO 0002 – Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas para este a fim de dar prosseguimento as ações e não prejudicar as atividades desenvolvidas com os povos indígenas isolados.

Em relação às ações de monitoramento territorial de terras indígenas, destaca-se a realizada na TI Marãiwatsédé, que garantiu a posse plena dos 164.251 hectares ao povo Xavante. Neste ponto, cabe ressaltar a manutenção das ações de fiscalização na área, coibindo o desenvolvimento de atividades ilícitas por parte de não índios no interior da Terra Indígena .

Igualmente, destacam-se as ações referentes ao combate a incêndios em terras indígenas, em parceria com o Ibama/Prevfogo, inclusive com perícias de incêndios, em especial o ocorrido na TI Marãiwatsédé.

Também foram realizadas ações de monitoramento territorial e fiscalização nas seguintes terras indígenas: TI Apyterewa, área de influência da UHE Belo Monte, com o apoio de 02 bases permanentes; participação em etapas da Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, nas TIs Vale do Javari, Yanomami e Raposa Serra do Sol, para o combate de ilícitos na Faixa de Fronteira; ações intensivas de fiscalização e combate à extração de madeira nas TIs Caru, Awá e Alto Turiaçu; articulação de ações de fiscalização de pesca ilegal em TIs na região do Rio Negro; participação em etapas da Operação Ilea Pátria, coordenada pelo Ministério da Defesa, no Complexo do Alto Turiaçu e nas TIs Sete de Setembro e Zoró; implantação de base de proteção permanente no rio Curuçá, TI Vale do Javari, implantação de Sala de Situação para redução de conflitos territoriais na TI Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, com articulação institucional entre órgãos de segurança pública estadual e federal.

A superação significativa das metas de fiscalização e monitoramento de terras indígenas, estabelecidas pela FUNAI, em especial no norte do Mato Grosso, Rondônia e sudoeste do Pará, região do denominado “arco do desmatamento” onde se localizam as terras indígenas mais desmatadas da Amazônia Legal, justifica-se pela necessidade de se combater os ilícitos nas terras indígenas, como a retirada ilegal de madeira, decorrente da crescente pressão pela expansão da fronteira agrícola.

Vale destacar que numa análise temporal dos dados para as Terras Indígenas na Amazônia Legal dos últimos 05 anos, demonstrou que a taxa de desmatamento foi decrescente ao longo dos anos analisados. O percentual de redução da taxa de desmatamento entre 2008 e 2012 gira em torno dos 20% ao ano. No ano de 2012, verificou-se o maior percentual (22%) de diminuição da taxa de desmatamento.

Foram realizadas operações de retiradas de ocupantes de má-fé em três terras indígenas, a saber, TI Apyterewa, TI Marãiwatsédé e TI Yanomami

No âmbito da parceria com os empreendimentos das Usinas Hidrelétricas – UHE de Santo Antônio e Jirau, foram realizadas vistorias em bases operacionais de proteção territorial implantadas e acompanhamento de ações de vigilância indígena, bem como a continuidade da coordenação das operações Tekohá e Extremo Sul, em articulação com a Departamento da Polícia Federal e Força Nacional de Segurança Pública, ambas no Cone Sul do Mato Grosso do Sul, para redução de conflitos territoriais e ações de segurança pública.

Ademais, foram realizadas atividades de capacitação de 106 servidores e 79

indígenas, em nove cursos de Cartografia básica e Uso de GPS, Noções de Legislação Indigenista e Ambiental, Prevenção e Monitoramento de Incêndios em TIs e Manual de Proteção: Atuação em Terras Indígenas, todos no âmbito do Programa de Capacitação de Proteção Territorial.

Cabe ressaltar a realização de cerca de 250 atividades de monitoramento territorial em 127 terras indígenas, em parceria com os órgãos de segurança pública, Forças Armadas e povos indígenas. Das 127 terras indígenas fiscalizadas, 114 terras indígenas são regularizadas.

No segundo semestre, o recurso originalmente aprovado pela LOA para esse Plano Orçamentário - PO não foi suficiente, e foi necessário fazer um remanejamento do PO da Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas para dar prosseguimento as atividades em andamento e assim não prejudicar essas ações, sendo possível o aumento da meta física.

Ressalta-se, no entanto, que existem hoje cerca de 400 terras indígenas regularizadas, de forma que a meta de 92 terras indígenas fiscalizadas/protegidas representa tão somente 23% do total de terras indígenas regularizadas, visto que o orçamento destinado para ações de fiscalização e proteção do presente Plano Orçamentário é insuficiente para atuação efetiva de fiscalização no conjunto das terras indígenas regularizada.

Além das limitações orçamentárias e de recursos humanos, soma-se outro elemento de ordem mais complexa que dificulta o atingimento das metas estabelecidas. Fatores históricos, culturais e políticos concorrem para dificultar e até mesmo impedir a execução das metas, tais como o caráter insuficiente, parcial e/ou distorcido das informações sobre os direitos territoriais indígenas, repassadas à sociedade nacional, especialmente à população não indígena que vive próxima às populações indígenas, que acaba por ensejar práticas discriminatórias e, em alguns casos, violentas contra os povos indígenas e servidores da FUNAI. Este cenário se expressa atualmente sob a forma de um alinhamento político e social contrário à efetivação dos direitos territoriais indígenas, que perpassa instâncias do Estado brasileiro, onde o respeito pela vida e pela sobrevivência cultural dos povos indígenas é muitas vezes apresentado como contrário e/ou concorrente com interesses econômicos setoriais. As consequências desse cenário se revelam nas dificuldades impostas as tomada de decisões por parte das autoridades competentes nos termos do Decreto n.º 1775/96, na profusão de ações judiciais que determinam a suspensão temporária dos processos de demarcação de terras indígenas, em todas as suas fases, e em medidas legislativas, como a PEC 215/00, que visam tornar o processo demarcatório de terras indígenas mais moroso e vulnerável a contingências político-partidárias.

Por fim, é importante enfatizar que dentre os fatores que vem dificultando a execução das metas estabelecidas no processo de regularização das terras indígenas destaca-se, dentre outras, a insuficiência de recursos humanos qualificados e capacitados para desenvolver atividades específicas, o que leva a ampliação dos prazos para finalização dos estudos, bem como a redução dos limites de movimentação e empenho constantes do Decreto 8.062/2013, principalmente em diárias e passagens, que afeta diretamente atividades como a de identificação/delimitação, regularização fundiária dentre outras.

## ***2 – Restos a Pagar***

O Programa Proteção e Promoção de Direitos dos Povos Indígenas, tem como uma de suas Ações a Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato (20UF), que se subdivide em quatro Planos Orçamentários que são: PO1- *Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas*, PO2- *Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas*, PO3 - *Localização e Proteção dos Povos Indígenas Isolados* e PO4 - *Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato*, que estão sobre a responsabilidade e execução da Diretoria de Proteção Territorial – DPT.

- *PO1- Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas*  
R\$ 1.256.225,55 inscritos em Restos a Pagar não Processados. Os maiores valores foram em investimento na aquisição de veículos de tração mecânica R\$ 513.447,00 (41%), aparelhos e equipamentos de comunicação R\$ 111.871,84 (9%), Embarcações R\$82.895,00 (6,5%); já para o custeio temos aquisição de combustíveis e lubrificantes R\$ 215.806,23 (17%), material para manutenção de veículos R\$ 52.050,35 (4%), ferramentas R\$ 44.216,26 (3,5%), passagens no país R\$ 41.609,14 (3,3%) e manutenção de veículos (R\$ 40.537,20 (3,2%), todos insumos necessários para as operações em campo de fiscalização e monitoramento territorial.
- Para os Restos a Pagar Processados num total de R\$ 233.622,59 já foram liquidados R\$ 197.529,30 (85,5%).
- *PO2- Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas*  
Foram inscritos em Restos a Pagar Não Processados um total de R\$ 5.987.591,00 , para a indenização de benfeitorias de boa-fé aos ocupantes não índios nas terras indígenas Krikati/MA (R\$ 43.413,19), Apurinã do Igarapé São João/AM (R\$ 292.969,56), Arara do Rio Amônia/AC (R\$ 33.889,48), Pankararu/PE (R\$ 4.907.127,67), Serrinha/RS (R\$ 82 .649,84) e Apyterewa/PA (R\$ 627.541,26).
- *PO3 - Localização e Proteção dos Povos Indígenas Isolados*  
R\$ 509.580,64 inscritos em Restos a Pagar Não Processados, temos 6 Frentes de Proteção Etnoambiental foram responsáveis por 80% desse valor a saber: FPEA Yanomami – CR Roraima (R\$ 111.226,22); FPEA Cuminapanema –CR Centro Leste do PA (R\$ 80.947,55); FPEA Madeirinha – CR Cuiabá e Ji-Paraná (R\$ 63.680,64); FPEA Vale do Javari – CR Vale do Javari (R\$ 54.402,26) e FPEA Uru-Eu-Wau-Wau – CR Ji-Paraná (R\$ 50.535,82).
- *PO4 - Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato*  
R\$ 165.847,05 inscritos em Restos a Pagar Não Processados, temos 3 Coordenações Regionais responsáveis por 70% desse valor, a saber: CR Vale do Javari (R\$ 48.025,90) que atende a FPEA Vale do Javari; CR Ji-Paraná (R\$ 35.456,54) que atende as FPEAs Madeirinha, Guaporé e Uru-Eu-Wau-Wau; CR Roraima (R\$ 33.011,78) que atende a FPEA Yanomami,

Para os Restos a Pagar Processados num total de R\$ 20.222,13 já foram liquidados R\$ 18.415,13 (91%).

O principal motivo da não liquidação dos empenhos em 2013 foi o atraso no recebimento dos recursos financeiros, em função do contingenciamento que durou até o mês de outubro e o recebimento de crédito no mês de dezembro, a exemplo, as Emendas

Parlamentares. Podemos destacar ainda que ao final do exercício houve a necessidade de proceder a um remanejamento orçamentário entre Planos Orçamentários - POs.

No mês de Outubro/2013 o PO1 - Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas já se encontrava com todo o seu recurso empenhado, e dada as ações governamentais pactuadas, bem como a continuidade de operações importantes com elevado custo de manutenção, como Operação TSA'AMRI (TI Maraiwatsede); ações de fiscalização e monitoramento territorial do estado do Mato Grosso do Sul, concernentes a Operação Tekohá, no município de Dourados/MS, e Terras indígenas localizadas na região do Cone Sul; operação de fiscalização na TI Apyterewa, além de atividades previstas no contexto do Controle do desmatamento na Amazônia Legal, acarretaram no remanejamento de crédito entre Planos Orçamentários no valor de de R\$ 1.700.000,00. A continuidade das atividades refletem o grande esforço para minimizar e dirimir ilícitos ambientais nas Terras Indígenas, sua paralização poderiam impactar negativamente nas ações de fiscalização que apresentam interface com as seguintes obras do PAC: Belo Monte, BR 158 e BR 070, Jirau, Tele Pires e outros.

No mês de Novembro o PO3 - Localização e Proteção dos Povos Indígenas Isolados, já encontrava-se com o seu orçamento todo empenhado, necessitando de remanejamento de crédito entre Planos Orçamentários no valor de R\$ 600.000,00, para continuidade às ações governamentais pactuadas e a das atividades de proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato, sendo está atividades realizadas por meios de expedições terrestre e fluviais, sobrevoos, que apresentam um elevado custo de execução, devido as regiões de difícil acesso , bem como a manutenção das 33 Bases de Proteção Etnoambiental localizadas em toda a Amazônia Legal, que são responsáveis pela proteção do território dos povos indígenas isolados de recente contato.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.		
<b>Código</b>	0945	<b>Órgão</b>	Fundação Nacional do Índio - Funai /Ministério do Meio Ambiente.
<b>Programa</b>	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	<b>Código</b>	2065

Fonte: SIOP

As ações desempenhadas em relação ao objetivo 0945 tiveram o envolvimento da Funai, de órgãos governamentais e não governamentais e de organizações indígenas, contribuindo para a efetividade das ações propostas. Com vistas a fortalecer e implementar políticas públicas ambientais e de etnodesenvolvimento para as terras indígenas no Brasil, em especial na Amazônia, foram celebrados Termos de Cooperação Técnicas com alguns parceiros, entre os quais se destacam a GIZ (agência de cooperação do governo alemão) e as organizações não governamentais TNC (The Nature Conservancy) e IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil)

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas	UN	0	0	0	0
02	Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena					
03	Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante					
04	Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas					
05	Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas	UN	13	25	25	1,9
06	Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos	UN	02	00	02	1,0
07	Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas	UN	06	13	15	2,5
08	Implementar 5 Centros de	UN	00	00	00	0,00

	Formação Indígena					
09	Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas	UN	60	179	179	3,0
10	Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros	UN	01	01	01	1,0
11	Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos					
12	Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável					

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas	UN	01	00	00	0,0
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
01	Bioma Amazônia	UN		00		
02	Bioma Caatinga	UN		00		
03	Bioma Cerrado	UN		00		

04	Bioma Mata Atlântida	UN		00		
05	Bioma Pampa	UN		00		
06	Bioma Pantanal	UN		00		

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
02	Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda	UN	02	04	06	3,0
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Territórios Indígenas do Norte	UN		04		
02	Territórios Indígenas do Nordeste	UN		00		

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
03	Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas	UN	02	02	04	2,0

	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
01	Bioma Cerrado	UN				
02	Bioma Mata Atlântida	UN				
03	Bioma Pantanal	UN				

<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
04	Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas	UN	02	03	05	2,5
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
01	Bioma Amazônia	UN		01		
02	Bioma Caatinga	UN		00		
03	Bioma Cerrado	UN		02		
04	Bioma Mata Atlântida	UN		00		
05	Bioma Pampa	UN		00		
06	Bioma Pantanal	UN		00		

<b>METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
05	Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras	UN	300	623	1.019	3,4

	indígenas					
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
01	Territórios Indígenas do Norte	UN		194		
02	Territórios Indígenas do Nordeste	UN		62		
03	Territórios Indígenas do Sul	UN		29		
04	Territórios Indígenas do Centro-Oeste	UN		79		
05	Territórios Indígenas do Sudeste	UN		43		

## Análise Situacional

**Meta:** Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas.

Em apoio a iniciativas das Unidades Regionais da Funai (CRs e CTLs) e das comunidades indígenas, deu-se sequência, em 2013, a projetos e atividades que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental das terras indígenas, tais como recuperação de áreas degradadas (PRADs), desenvolvimento de sistemas agroflorestais (SAFs), ações de educação ambiental e de gestão de resíduos sólidos.

A implementação do Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros/ Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI, coordenado pela FUNAI em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF), bem como com as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME e COIAB e com a organização não governamental TNC, tem contribuído bastante como “piloto” da PNGATI – para testar e consolidar novas metodologias e abordagens, em consonância com a implementação de tal política. O projeto GATI abrange 32 terras indígenas jurisdicionadas a 17 Coordenações Regionais da Funai em todos os biomas brasileiros, distribuídas em 8 núcleos regionais: Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental, Amazônia/Cerrado, Nordeste I, Nordeste II, Pantanal/Cerrado, Sul e Sudeste.

Em algumas regiões observou-se uma ampliação considerável da participação indígena nos projetos e atividades. Ações com envolvimento de representantes indígenas como multiplicadores das propostas apresentadas demonstraram ganhos nos resultados esperados. Outro importante fator de sucesso nos resultados esperados são as redes de parcerias. Alguns projetos apresentados para a Funai, que contaram com a atuação dos consultores regionais do Projeto GATI no apoio à elaboração e com a participação das parcerias regionais, já demonstraram mudança qualitativa relevante nas demandas apresentadas.

Em 2013, foram apoiados 25 projetos, entre os quais: manejo de fauna no Rio Negro (AM); viveiros de mudas do cerrado entre os Apinajé (região do Rio Araguaia/ TO); enriquecimento de áreas com palmeira jussara, enriquecimento de quintais e roças e implantação de SAFs em diversas terras indígenas Guarani e Terena (litoral Sudeste e MS); início de recuperação de nascentes com os Maxacali (MG) e Terena (MS); início de recuperação de áreas degradadas com Guarani e Xokleng (SC); apoio ao uso de remédios tradicionais/ farmácia viva pelos Apinajé (TO); educação ambiental voltada para o tratamento adequado do lixo nas aldeias (SE, NE e PA).

Além disso, foram realizadas ao longo do ano aproximadamente 21 atividades que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental nas terras indígenas, entre as quais: intercâmbios em agroecologia (Xocó em AL); curso de produção de adubo orgânico (Bakairi/ MT e Xerente/ TO); curso de permacultura (Guarani Kaiowá –MS)

Meta: Implementar 51 Planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) configuram-se como processos participativos de construção de acordos comunitários em prol da gestão sustentável das terras indígenas. Nesse sentido, caracterizam-se como processos que estão em conformidade com os tempos indígenas para tomadas de decisão e celebração de acordos, o que vai variar muito caso a caso e, não obstante, está bastante atrelado às configurações sociopolíticas de cada grupo indígena, bem como às especificidades operacionais e logísticas (aldeias às vezes muito distantes umas das outras, dificuldades de locomoção e comunicação para agendar as reuniões etc.).

A publicação das “Diretrizes para elaboração de PGTAs de terras indígenas” em 2012 e de sua 2ª. Edição em 2013 (“Orientação para elaboração de PGTAs de terras indígenas”) procurou, levando em consideração as experiências de indígenas e parceiros quanto ao processo de construção de planos de gestão, bem como as definições contidas na PNGATI, fornecer um panorama das etapas consideradas relevantes para elaboração de PGTAs. Sugerem-se, nesse material, as seguintes etapas: a) Sensibilização e Mobilização; b) Diagnóstico; c) Planejamento; d) Execução; e) Monitoramento e Avaliação.

Algumas articulações foram importantes para o atendimento dessa Meta PPA, entre as quais citamos:

1. Lançamento do edital no valor de R\$ 4.000.000,00 para seleção de projetos de elaboração de PGTAs a serem financiados pela iniciativa PDPI/ MMA. Por meio desse edital, foram aprovadas 16 propostas de PGTAs no âmbito da Amazônia Legal.

2. Foram iniciados dois PGTAs em áreas definidas como prioritárias pela Funai para o período 2012-2015. Em Marãiwatsédé, terra do povo indígena Xavante extrusada no início de 2013, iniciou-se, em parceria com a organização não governamental OPAN (Operação Amazônia Nativa), a etapa de diagnóstico, tendo-se realizado duas oficinas de etnomapeamento. Na região paraense do Rio Tapajós, realizou-se oficina de sensibilização e mobilização nas terras indígenas Sai-Cinza e Munduruku, do povo indígena de mesmo nome, momento no qual se decidiu associar as atividades do etnomapeamento a um processo de formação de indígenas já em curso por lá, denominado Ibaorebu.

3. Negociou-se, com o Fundo Clima, apoio à elaboração de PGTAs nos biomas do Cerrado e Caatinga e, com o Fundo Amazônia, apoio à elaboração e implementação de PGTAs na Amazônia Legal.

4. A Funai apoiou a elaboração dos PGTAs realizados pela OPAN nas terras Myky, Manoki e Pirineus de Souza, localizadas no Mato Grosso, os quais foram finalizados e publicados.

5. A Funai apoiou a elaboração dos PGTAs das terras Arara do Igarapé Humaitá, Kaxinawa da Praia do Carapanã, Jaminawa – Arara do Rio Bagé, Kampa do Igarapé Primavera, Alto Purus e Jaminawa do Caeté, todas localizadas no Acre.

6. A Funai apoiou a revisão e atualização dos PGTAs das terras Kaxinawa do Rio Humaitá e Kampa do Rio Amônia, também localizadas no Acre.

7. Foi constituído um Termo de Cooperação Internacional entre Funai, Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e PNUD para implementação da PNGATI (BRA013/19 PNGATI). Os recursos do Fundo Clima no valor de R\$3.000.000,00 foram empenhados via destaque orçamentário para a Funai para elaboração de PGTAs na região do Cerrado e Caatinga.

9. Em Roraima, dois PGTAs foram finalizados em parceria com organização indígena, nas terras Serra do Moça, Boqueirão e Mangueira.

Em síntese, foram elaborados 14 PGTAs em 2013 e iniciados mais dois, a serem finalizados em 2014

Meta: Implementar 5 Centros de Formação Indígena

Quanto a essa Meta, é preciso destacar a necessidade de alteração da meta para “Apoiar implementação de 3 Centros de Formação Indígena”. Trata-se de corrigir erro de origem, quando da elaboração do PPA.

Destaque-se também que se encontram em discussão duas estratégias distintas, tendo como perspectiva as possibilidades de atender concretamente esta Meta: i) construir os centros de formação, com estrutura predial e projeto político pedagógico; ii) construir o projeto político pedagógico em interface com a gestão territorial e ambiental de terras indígenas, utilizando-se de outras estruturas já dadas (as próprias aldeias, escolas, universidades etc.). Essa é uma sinalização presente nos levantamentos dos assessores do projeto GATI, a partir de dois intercâmbios realizados com representantes indígenas das áreas de referência (Sul e Cerrado/Pantanal), para conhecerem centros de formação na Amazônia. Nesses intercâmbios, os indígenas puderam conhecer pessoalmente as potencialidades, mas, sobretudo as dificuldades de se manter e gerir uma estrutura de centro de formação. Os resultados dos intercâmbios foram compartilhados em seminários regionais (dois no Mato Grosso do Sul e um em Florianópolis), nos quais as propostas de centros de formação foram discutidas com um grupo mais amplo, incluindo possíveis parceiros institucionais (universidades federais e estaduais, Institutos Federais, ONGs e outros).

Meta: Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e outros 300 gestores indígenas para qualificar ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas.

Deu-se continuidade à proposta de curso básico e modular de Formação Continuada em PNGATI. As seguintes ações a esse respeito foram realizadas em 2013:

1. Foram definidos o marco orientador e a estrutura básica do curso, denominado "Formar PNGATI".
2. Foram definidas 3 turmas, de cerca de 35 pessoas cada, para regiões da Amazônia: Rondônia, Roraima e Sul do Amazonas, a partir de parceria com a ONG IEB.
3. Os cursos propriamente ditos tiveram seu início no segundo semestre de 2013, atendendo, em módulos de 40h/ aula, servidores da própria Funai, do ICMBio e do Ibama, além de indígenas de 14 povos de Rondônia, 6 povos de Roraima e outros 6 do Sul do Amazonas.
4. Por meio de termo de cooperação técnica firmado entre ICMBio e MMA, no valor de R\$ 320.000,00, expandiu-se o Formar PNGATI para o bioma Mata Atlântica, nas regiões Sul e Sudeste do país. Constituiu-se turma de 40 participantes (indígenas e gestores federais), para processo de formação dividido 5 módulos, totalizando 200 horas/aula. Foram realizados a oficina de mobilização para adequação do curso à realidade local e, em novembro de 2013, o primeiro módulo, reunindo gestores do ICMBio, da própria Funai, de instituições parceiras (SEDUC/SP, CATI-SP, EMATER/RS e PBA da UHE de Mauá no rio Tibagi) e 19 indígenas de seis povos (Terena, Xokleng, Kaingang, Guarani Kaiowá, Mbyá e Nandeva).
5. Iniciou-se trabalho de articulação junto à APOINME e instituições públicas parceiras, com vistas à constituição de turma também no bioma caatinga. Oficina inaugural de divulgação do curso foi realizada em dezembro de 2013.

Em agosto de 2013, também se realizou, em Brasília, curso de formação em PNGATI destinado a servidores das unidades regionais da Funai, especialmente aos chefes de Serviços de Gestão Ambiental e Territorial (SEGATs), com duração de 5 dias. Participaram 38 servidores de Coordenações Regionais e outros das Coordenações Gerais da Funai.

Com as iniciativas acima, iniciou-se em 2013 o processo de formação de cerca de 183 gestores indígenas e não indígenas.

**Meta:** Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros.

Foi lançada a 2ª. Edição do material referente à “Orientação para elaboração de Planos de Gestão em Terras Indígenas”.

**Meta:** Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas.

Foi assinada e publicada, em abril de 2013, Portaria que regulamenta o Artigo 8º do Decreto 7.747, de 05 de junho de 2012, definindo estrutura, composição e funcionamento do Comitê Gestor da PNGATI. Realizada em outubro, a 1ª Reunião do Comitê definiu Plano de Trabalho para realização de diversas atividades, entre elas a elaboração de proposta técnica, metodológica e orçamentária da Conferência. Ficou sugerida a revisão de responsáveis, tendo em vista tratar-se de uma meta mais ampla, envolvendo a participação de representantes indígenas, vários setores da Funai e outros órgãos federais. O Comitê Gestor

propôs que sejam realizadas conferências regionais em 2014, a fim de trabalhar documento básico, agendando para 2015 a realização da Conferência Nacional propriamente dita.

Meta: Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena.

Em 2012, escolheu-se 2014 como o exercício em que essa meta seria realizada. De acordo com esse planejamento, no exercício de 2013 seriam providenciados os preparativos, como elaboração de projeto consistente, articulação de parcerias e captação de recursos. Alterações na direção da Funai, aliadas ao contingenciamento de recursos, foram determinante para que se inviabilizassem tais preparativos. Tendo em vista, ademais, que 2014 foi lançado como Ano da Agricultura Familiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), há necessidade de se avaliar melhor se será mantido como Ano da Sociobiodiversidade. Esse assunto será levado à Diretoria Colegiada da Funai para uma decisão final, considerando a necessidade de articulações institucionais com o MDA.

Meta: Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas.

Essa meta tem previsão de realização no Exercício de 2014. Avaliação atual relativa à capacidade operacional das Coordenações Gerais da Funai envolvidas aponta para a necessidade de divisão da meta entre os anos de 2014 e 2015 – sendo três eventos em cada Exercício –, dadas as articulações necessárias, tanto em nível de Funai/Sede, quanto em relação às Coordenações Regionais envolvidas, o que será definido em reunião de avaliação do Projeto GATI e elaboração do seu Plano Operativo Anual.

Meta: Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Krahô, Pareci e Xavante.

Foi iniciado diálogo com a cooperação técnica alemã (GIZ), com vistas a possível apoio para viabilização desse trabalho no Exercício 2014.

Meta: Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda.

Foram pré-selecionados para apoio oito Arranjos Produtivos Locais (APLs): fibras na região do Rio Negro; mel de índios do Xingu; pesca na região do Purus; pesca no sul da Bahia; frutos no Nordeste; mel de indígenas Wassu-Cocal; seringa e castanha em Rondônia, Sul do Amazonas e noroeste do Mato Grosso. O atingimento da meta vem sendo prejudicado pela falta de pessoal e pelos recorrentes contingenciamentos de recursos relativos a diárias e passagens, uma vez que o apoio aos APLs pressupõe atividades de articulação e de formação.

Foi realizada consulta às Coordenações Regionais da Funai que se responsabilizam pelo acompanhamento dos APLs selecionados para identificação de marcas indígenas e verificação da necessidade de registro dessas marcas. Após consulta a representantes do APL do mel do Xingu, confirmou-se o interesse de registro da marca “Mel dos Índios do Xingu”. Concedeu-se apoio à reelaboração de Projeto de Entrepasto apícola no Parque Indígena do Xingu.

Ainda no que se refere a marcas coletivas, realizou-se reunião entre a Funai e o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) para definição de estratégias conjuntas de atuação e definição de bases para formalização da parceria entre as duas instituições. Encaminhou-se ao INPI relação de etnônimos, para fins de proteção aos povos indígenas.

No que diz respeito a cadeias de valor, foi apoiada a troca de experiências entre a Coordenação Regional do Médio Purus e o Instituto Mamirauá. Dois servidores daquela CR participaram de iniciativa do Instituto: o “Curso de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros com foco no Manejo Participativo de Pirarucu”. Também se concedeu apoio à elaboração de plano de manejo de pirarucu pela etnia Paumari (AM), na jurisdição dessa mesma CR. O plano foi aprovado pelo Ibama em 2013. As atividades de pesca, beneficiamento e venda de pirarucu pelos Paumari foram apoiadas em setembro. A Funai participou do II Seminário Regional de Pesca em Lábrea (AM).

Quanto aos demais APLs: realizou-se, na primeira quinzena de setembro, oficina de trabalho para definição e planejamento do APL de pesca do Sul da Bahia; deu-se continuidade, conforme previsto nos Planos de Trabalhos das Unidades regionais da Funai responsáveis, às atividades de apoio ao APL de fibras do Rio Negro (sistematização de informações e reuniões de articulação), ao APL de castanha do Corredor Tupi-Mondé e ao APL da seringa do povo Rikbaktsa (MT).

Meta: Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas.

Foram realizadas reuniões para planejamento da meta na Funai-Sede, nas Coordenações Regionais e terras indígenas selecionadas: TI Kadiweu (MS), TI Parque do Araguaia (Ilha do Bananal-TO), TI Paresi (MT) e TI Ligeiro (RS). Finalizou-se o processo de acordo com os indígenas da TI Kadiweu, que, tendo servido de base para um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), prevê a regularização da atividade pecuária, com formação de rebanho próprio da comunidade indígena e a retirada de animais pertencentes a terceiros. Finalizou-se processo de acordo com os indígenas e os produtores não indígenas com interesse na TI Paresi, que teve TAC assinado e publicado, prevendo a retirada de terceiros envolvidos em atividades produtivas irregulares na TI e a aquisição de insumos visando a transição para a prática de agricultura sustentável. Finalizou-se Diagnóstico Preliminar dos Projetos Sustentáveis na TI Parque do Araguaia, realizado com participação dos indígenas, cuja implementação, a partir de 2013, visa à substituição de atividades irregulares nessa TI. Realizaram-se atividades referentes à implementação de acordo entre as comunidades no âmbito dessa TI.

Também se investiu na definição de procedimentos destinados a desenvolver a transição para atividades produtivas sustentáveis, realizando-se atividades nesse sentido em outras TIs, que, embora manifestem irregularidades no usufruto dos recursos naturais, não foram

incluídas na quantificação e regionalização da presente meta - exemplo é a TI Ivaí (PR), localizada na área de jurisdição da CR Interior Sul.

Meta: Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas.

Foram apoiadas reuniões técnicas e feiras de sementes tradicionais: a Feira Ingarikó (RR) e a Feira Mebengokré (PA). Apoiou-se o MDA na promoção da Feira de Produtos Tradicionais Indígenas que ocorreu em Cuiabá em paralelo aos Jogos Indígenas. Apoiou-se, ainda, a Feira de Trocas e Sementes Tradicionais dos indígenas Krahô (TO).

Meta: Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas.

Realizou-se o II Módulo do Curso de Formação em Etnodesenvolvimento (abril 2013), visando qualificar o trabalho das equipes das Coordenações Regionais e Sede, de forma a aprimorar instrumentos, metodologias e procedimentos de elaboração e implementação de processos e projetos que atendam, de maneira mais efetiva, às diferentes dimensões de etnodesenvolvimento. Essa ação trouxe melhorias identificáveis na qualidade dos projetos apresentados pelas Coordenações Regionais, havendo ainda a necessidade de aprimoramento dos mecanismos, rotinas e instrumentos de monitoramento das ações.

Em função do processo de planejamento da Funai estendeu-se às Coordenações Regionais, via processo contínuo de capacitação, diretrizes para incrementar a elaboração de seus planos de trabalho locais, a serem executados junto aos indígenas e parceiros. Como consequência, os 396 projetos de 2012 passaram para 623 em 2013, contemplando o protagonismo indígena e a sustentabilidade das ações.

Meta: Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável.

Entre o segundo semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2013 foram realizados os diagnósticos previstos para subsidiar a regulamentação: TI Rio Gregório (Yawanawá) e TI Seringal Independência (Huni Kuin)/ AC; TIs Barra Velha, Aldeia Velha, Coroa Vermelha e Reserva Indígena da Jaqueira (Pataxó)/ BA; TIs Bracuí, Piaçaguera e Aguapeú (Guarani)/ RJ e SP; TI Tenharim do Marmelos (Tenharim)/AM. Complementando o levantamento de informações dos casos piloto, acompanharam-se, no mesmo período, outras ações que serviram como casos complementares, que são: a gestão das atividades turísticas no Pico da Neblina (AM) e sua relação com a comunidade indígena da TI Yanomami; a discussão sobre a regulamentação do turismo no Parque Indígena do Xingu (MT) junto às 14 etnias que nele vivem; apresentação de Plano de Trabalho de Turismo na TI Nove de Janeiro, do povo Parintintin (AM).

Já no segundo semestre/2013 foram realizadas reuniões com a comunidade indígena Tapurupuara-Mirim, na região do médio Rio Negro (AM), sobre a demanda por Acordo de Cooperação de Turismo.

Foi elaborada, discutida e finalizada proposta de regulamentação de Visitação em Terras Indígenas, a ser apresentada e avaliada em Oficina prevista para janeiro de 2014, com vistas

a que seja validada e possa, então, ser encaminhada à Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. Desse evento devem participar servidores da Funai - das Coordenações Gerais envolvidas com a temática e das Coordenações Regionais às quais se ligam os casos acompanhados -, indígenas dos casos piloto, da Comissão Nacional de Política Indigenista e do Comitê Gestor da PNGATI.

**Meta:** Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos

A atuação da Funai nos processos de licenciamento ambiental tem como principal objetivo buscar garantir o adequado acompanhamento da Funai em processos de empreendimentos passíveis de afetar Terras Indígenas, garantindo o respeito aos direitos indígenas, o desenvolvimento sustentável e a integridade territorial.

Um dos pilares dessa meta é a participação dos povos indígenas em todas as fases do Licenciamento Ambiental. Para tanto, além da regulamentação da participação da Funai, têm sido promovidas, no âmbito dos procedimentos da Funai nos Processos de Licenciamento, reuniões de esclarecimento, de apresentação/ validação dos estudos, apresentação/ validação das análises da Funai, dentre outros. A criação da CGLIC, não basta a plena execução das ações do licenciamento. Deve ser garantida consolidação da mesma como Coordenação-Geral através do fortalecimento da equipe, tanto com o aumento de servidores, quanto à qualificação dos servidores. Tais condições darão condições à Funai de pleno cumprimento dessa meta.

Ressalta-se que a garantia da participação indígena nos processos de licenciamento ambiental requer, complementarmente, que o processo de consulta e de informação seja como uma rotina de toda a Funai, em suas áreas de competência. O cumprimento pleno desta meta supõe diálogo estreito com outras ações da Funai, como e o caso da ação de mobilização. Mesmo não se tratando de uma ação diretamente relacionada ao licenciamento ambiental, o fomento à mobilização qualificada e informada contribui para a discussão e para a participação, também qualificada, dos povos indígenas, empoderando-os para que possam exercer seu direito de escolha e de intervenção nos Processos de Licenciamento, em todas suas fases.

No ano de 2013 foram realizados mais de 150 (cento e cinquenta) deslocamentos, totalizando cerca de 100 (cem) missões envolvendo Processos de Licenciamento Ambiental.

Em termos comparativos, no segundo semestre de 2012 (ano que teve contingenciamento orçamentário) foram cerca de 42 (quarenta e duas) missões. No segundo semestre de 2013 (também marcado pelo contingenciamento de recursos), conseguiu-se manter numericamente os parâmetros no ano anterior: 45 (quarenta e cinco) missões.

Entretanto, em termos qualitativos, em 2013 a CGLIC conseguiu desenvolver missões que extrapolaram o acompanhamento dos processos, como realizado ordinariamente. Como já citado foi possível desenvolver oficinas e debates para o melhoramento dos procedimentos do acompanhamento da Funai nos processos de licenciamento ambiental, fato esse que também

contribuiu para o aperfeiçoamento técnico dos servidores da Funai. Destaca-se ainda que, além dos mais de 600 Processos com acompanhamento da CGLIC, foram abertos mais de 100 (cem) processos de janeiro a junho de 2013 e mais de 150 (cento e cinquenta) de julho a

dezembro. Destacam-se o acompanhamento de grandes projetos previstos nos programas governamentais, como o PAC.

Meta: Regular a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos

Em continuidade ao desenvolvido em 2012, quando foram publicadas duas Instruções Normativas com base na Portaria Interministerial 419, publicada em 2011, promoveu-se uma Oficina com as unidades regionais da Funai, denominada "Oficina Sobre Compensação e Mitigação e Controle Ambiental do Componente Indígena no Processo de Licenciamento Ambiental". A referida oficina teve como alvo o público interno da Funai, especialmente os técnicos da sede e das regionais envolvidos na análise de impactos e acompanhamento dos planos de compensação e mitigação voltados às comunidades indígenas afetadas por empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental.

Além disso, em 2013, realizou-se reunião específica para capacitação de servidores em relação às compensações ambientais, destacando-se experiências com compensações financeiras, advindas da instalação e operação de grandes empreendimentos. Outro ponto relevante foi a contribuição da CGLIC na discussão sobre a Portaria Interministerial 419/2011, bem como em relação às normativas internas da Funai, Iphan e Fundação Palmares sobre o Licenciamento Ambiental.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.		
<b>Código</b>	0948	<b>Órgão</b>	Fundação Nacional do Índio – Funai.
<b>Programa</b>	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	<b>Código</b>	2065

Fonte: SIOP

O Objetivo 0948 visa promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. Tem como metas as abaixo indicadas.

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Apoiar a realização de 150 eventos das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processo de formação, para promoção de	UN	100	108	280	2,8

	seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas.					
02	Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento					
03	Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados.					
04	Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais para atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos.					
05	Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitárias ou de habitações em terras indígenas.	UN	90	177	177	2,0
06	Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social nas 36 Coordenações Regionais da Funai, adequando e potencializando o acesso a direitos previdenciários dos povos indígenas.	UN	10	19	33	3,3
07	Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nomeação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país.	UN	01	01	02	2,0
08	Promoção de eventos de capacitação voltados à prevenção e a violência contra criança.					
09	Propor adequações das políticas de assistência social,					

com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais, para atendimentos dos povos indígenas, inclusive criando mecanismo de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos.					
---	--	--	--	--	--

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena.	UN	01	01	01	1,0
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Territórios Indígenas do Norte	UN		00		
02	Territórios Indígenas do Centro-Oeste	UN		00		
03	Territórios Indígenas do Sul e Sudeste	UN		00		
04	Territórios Indígenas do Nordeste Minas Gerais	UM		00		

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
02	Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas.	UN	00	00	00	0,0

	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
01	Territórios Indígenas do Norte	UN		00		
02	Territórios Indígenas do Nordeste de Minas Gerais	UN		00		
03	Territórios Indígenas do Centro-Oeste	UN		00		
04	Territórios Indígenas do Sul	UN		00		

### Análise Situacional

**Meta:** Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas.

As atividades de mobilização voltadas à participação dos povos indígenas na construção e avaliação de políticas públicas, bem como de difusão de informações sobre direitos sociais e de cidadania, continuam sendo centrais ao processo de diálogo do Governo Federal com os Povos Indígenas. A ação articulada da Funai com o Ministério da Justiça, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Política para as Mulheres, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria dos Direitos Humanos, o Ministério de Desenvolvimento Social, da Cultura, da Saúde e da Educação e, ainda, organizações internacionais como a OIT, Unicef, GIZ, Pnud, juntamente com povos e organizações indígenas, permitiu a participação representativa de lideranças indígenas de todas as regiões do país em encontros, reuniões, oficinas e seminários, como, por exemplo, o Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional, realizado nos dias 12 e 13/11/2013, as oficinas de prevenção e combate ao alcoolismo e drogas que vêm sendo realizadas por meio das Coordenações Regionais, o evento cultural e esportivo que deu prosseguimento às atividades desenvolvidas no programa Karajá, no período de 23 a 27/09/2013, reuniões de Conselhos e Comitês de saúde e educação, mesas de diálogos sobre a questão fundiária, a II Conferencia Nacional de Cultura, ocorrida no período de 27/11 a 01/08/2013, as atividades paralelas à XII Edição dos Jogos dos Povos Indígenas.

Fundamentalmente, a ação de mobilização contribuiu para a continuidade das subseqüentes reuniões ampliadas da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) em dezembro de 2013, que exigem atividades de mobilização prévias aos eventos. Localmente, as atividades de difusão de direitos contribuíram para o fortalecimento das organizações indígenas e para o engajamento de outros poderes, órgãos e instituições na defesa e promoção dos direitos sociais e de cidadania, sendo chave para o enfrentamento de situações de violência, discriminação e desigualdade.

Assim, apesar da meta de apoiar a realização de 150 eventos já ter sido atingida nos anos anteriores, o que foi apontado no primeiro semestre de 2013 como atividades a serem desenvolvidas no segundo semestre não foram alcançadas na sua totalidade, devido ao contingenciamento orçamentário.

Com isso, foram apoiados 44 eventos no primeiro semestre e mais 64 no segundo, totalizando 108 eventos apoiados no exercício de 2013. O contexto nacional de discussão acerca de direitos constitucionais indígenas no Congresso Nacional e nas diversas pastas ministeriais exigirão do governo federal a garantia de participação dos indígenas em instâncias políticas e de consulta, nos termos das legislações em vigor. Para o próximo exercício, estão planejadas atividades junto com as unidades descentralizadas da Funai para a construção de documentos orientadores sobre gênero e assuntos geracionais, mobilização, participação e consulta, entre outros em articulação com outras CGs, além de uma Oficina com Mulheres Indígenas para discutir o Espaço nacional de diálogo em parceria com a SPM.

Meta: Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento. "

Com o intuito de reduzir o sub-registro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizadas ações em todas as regiões do país. A estimativa é que foram efetivadas em 2013, aproximadamente, 14.500 mil novas emissões de documentos civis, com destaque para a realização de mutirões nas regiões jurisdicionadas à CR Baixo São Francisco/BA, à CR Ponta Porã/MS, à CR Roraima e Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami/RR, à CR Tapajós/PA e à CR Rio Negro/AM. Em parceria com os Governos dos Estados, Conselho Nacional de Justiça e Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a Fundação Nacional do Índio empenhou-se em 2013 nas ações para a erradicação do sub-registro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nomeação próprias dos indígenas, conforme a Resolução Conjunta entre CNJ e CNMP de 2012.

Foram cerca de 7.500 novos documentos civis emitidos no 1º semestre de 2013 - 6.500 dos quais referentes ao Registro Civil de Nascimento (RCN) - e 7.000, no 2º, sendo 4.500 destes referentes ao RCN, totalizando-se 11.000 novas emissões de RCN em 2013 para indígenas. Vale observar que a emissão do RCN é considerada a porta de entrada para os Direitos Sociais e de Cidadania para toda a população brasileira. Destaca-se que, entretanto, não é possível quantificar a contribuição percentual no alcance da meta nacional, impossibilitando, portanto, uma avaliação mais fina dos dados apresentados.

Meta: Instituir um Acordo de Cooperação que garanta o respeito às formas de nomeação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país.

Esta meta foi cumprida em 2012, conforme registrado no relatório de gestão anterior.

Meta: Propor adequações das políticas de assistência social com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares etc.) para o atendimento dos povos indígenas.

Esta ação foi considerada prioritária para o ano de 2013. Avançou-se com a parceria estabelecida com o MDS. Efetivou-se a pactuação da construção de um Acordo de Cooperação Técnica para trabalhar com a Secretaria Nacional de Assistência Social

(SNAS)/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) , em 2014, a qualificação da Política Nacional de Assistência Social para os povos indígenas. Cabe ressaltar, ainda, a parceria firmada pela Funai e SNAS/ MDS no que tange ao acompanhamento de uma pesquisa que será realizada, em 2014, sobre a qualificação dos serviços do CRAS para os povos indígenas. Foram também pactuadas para o ano de 2014 visitas técnicas conjuntas a fim de subsidiar a construção do Acordo de Cooperação e também a qualificação da política.

Meta: Implantação de sistema interligado nas 36 Coordenações Regionais da Funai aos canais remotos do Ministério da Previdência Social.

Apesar das dificuldades em operacionalizar o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o INSS que prevê a implantação desses canais remotos de atendimento, no ano de 2013 foram 14 Coordenações Regionais da Funai inscritas para operar o sistema no primeiro semestre de 2013 e mais 05 Coordenações Regionais inscritas no segundo semestre de 2013. Totalizando-se 19 Coordenações Regionais da Funai inscritas para operar o sistema em 2013. Frisa-se que, conforme já sinalizado para o INSS, faz-se necessário revisar o ACT a fim de que ele se adeque às necessidades dos indígenas e também à incapacidade da Funai em operacionalizá-lo em sua integralidade, visto que há ações que não dependem exclusivamente do órgão indigenista e que, devido a contingenciamentos orçamentários seguidos, este não conseguiu ainda estruturar suas CRs e CTLs. Tal situação torna impossível o acesso completo, via internet, aos canais remotos do Ministério da Previdência Social.

Meta: Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica distribuída em aldeias.

Diante das dificuldades para a operacionalização dos 13 projetos de substituição, decidiu-se por levar a demanda da substituição dos alimentos da cesta básica para um Comitê que foi instituído pela Casa Civil, chamado Comitê das Ações Integradas em Saúde e Segurança Alimentar. Este Comitê discute ações de saúde e segurança alimentar e possui como convidado nas discussões o MDS, que é o órgão responsável pela Ação de Distribuição de Alimento (ADA), na qual se inserem as cestas básicas. Significa que a compra dos alimentos que vai para as cestas básicas entregues aos indígenas e outros grupos populacionais é coordenada pelo MDS. Portanto, é o MDS, junto à Conab, quem deve fazer a substituição dos alimentos industrializados das cestas por alimentos da agricultura familiar, entre outros. Assim sendo, depois de reuniões com as CRs e Sesai, foram enviadas sugestões para o MDS, via Comitê. O referido Comitê acatou as sugestões da Funai e Sesai para a substituição dos alimentos e encaminhou ao MDS que é o responsável pela compra, junto à Conab. Até o momento, essa substituição não foi concretizada.

Meta: Realizar quatro pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas.

No momento de revisão do PPA, sugerido pela Dages/ Funai, foi solicitada a mudança desta meta, visto que não há possibilidade de operacionalização desta agenda e também foi considerado que isso seria abarcado no âmbito do Comitê das Ações Integradas de Saúde e Segurança Alimentar. Sendo assim, esta meta está paralisada e sem perspectiva de ser realizada.

Meta: Definição de uma legislação específica para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados.

Depois dos avanços informados em 2012, criou-se um grupo para discutir tais normas, e a primeira delas foi a elaboração da Instrução Normativa que estabelece diretrizes e orienta a atuação das Unidades (Sede e Regionais) da Funai no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Depois de reuniões e avanços, as discussões foram temporariamente suspensas, devido à criação do Grupo de Trabalho sobre Ingresso em Terra Indígena. As diretrizes que estão sendo propostas nesse GT impactam diretamente na IN-PNHR. Portanto, para que a Fundação não publique normatizações conflitantes, adotamos o princípio da precaução. Lembrando que a IN-PNHR está sendo construída com os parceiros CAIXA, Ministério das Cidades e BB. A perspectiva é de que julho de 2014 a IN esteja consolidada.

Meta: Executar 10.000 obras de Infraestrutura Comunitária ou de habitações em Terras Indígenas.

Ressaltamos aqui o parecer do final do exercício de 2012, que solicita a imediata revisão desta meta, pois a Funai não possui recursos orçamentários suficientes e não é o órgão federal responsável por financiar a construção direta de moradias em larga escala ou de outras obras de infraestrutura comunitária, como, por exemplo, estradas, pontes, rede de energia elétrica, sistemas de abastecimento de água e pistas de pouso. Trabalha-se somente com financiamento de casas tradicionais ou ainda dentro das nossas competências com obras de pequeno porte como os abrigos provisórios. Foram autorizadas no ano de 2013, a construção de 1.777 casas via PNHR, 2 Pólos Base de saúde e 1 quadra poliesportiva. Foram descentralizados recursos para adquirir 380 kits removíveis de madeira que atendem a população de indígenas acampados no estado do Paraná e Rio Grande do Sul, além dos recursos para reconstrução de 04 casas de indígenas da Etnia Xokleng e que se encontram em situação de risco de desmoronamento (Estado de Santa Catarina) e recursos para manutenção de casas atingidas pelas chuvas (RS/SC/PR). Há ainda a priorização e envio de recursos para a construção de 28 casas tradicionais e o realdeamento de 2 aldeias (mudança de lugar de aldeia). Além da manutenção de 13 km de estradas na Terra Indígena Kapotnhinore, 80km de estradas na Terra Indígena Kapoto/ Jarinã, 45km na Terra Indígena Panará e 55km na Terra Indígena Terena, todas no Estado do Pará. Há ainda a manutenção de 24 Km de estradas em TIs e articulação para o atendimento de 42 aldeias no programa Luz para Todos. Realizou-se, também, articulação com MDS e Sesai para priorização e implantação do Programa Água para Todos nas Terras e Comunidades Indígenas localizadas no semi-árido brasileiro.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.		
<b>Código</b>	0950	<b>Órgão</b>	Fundação Nacional do Índio – Funai.
<b>Programa</b>	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	<b>Código</b>	2065

Fonte:  
SIOP

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade	a)Prevista	b)Realizada	c)Realizada	d)% Realização

		medida	2015	em 2013	até 2013	(c/a)
01	Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território.	UN	36	0	0	0
02	Implementação do Conselho de Política Indigenista.	UN	1	0	0	0
03	Integração dos sistemas de informação sobre os Povos Indígenas.	UN	1	0	0	0

### Análise Situacional

Meta: Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território.

Análise Situacional da Meta: Na ocasião da concepção do PPA 2012-2015, essa meta foi definida com o propósito de elaboração de planejamento regionalizado com vistas à integração das ações dos diversos ministérios que participam do Programa Temático dos Povos Indígenas, sob a coordenação da FUNAI. A proposta é que esse planejamento regionalizado fosse materializado nos Planos Regionais Indigenistas. A elaboração dos Planos Regionais depende ainda de uma articulação interinstitucional a ser construída. Dentre as ações necessárias à consecução dessa meta destaca-se a compatibilização das bases territoriais sobre as quais se assentam as ações de cada instituição, incluindo as jurisdições da FUNAI, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e os Territórios Etnoeducacionais, assim como a organização das bases informacionais únicas que satisfaçam as necessidades de informação de todos os órgãos envolvidos nos planos. Pretende-se que as ações para a consecução dessa meta sejam desenvolvidas ao longo de 2013 e 2014.

Meta: Implementação do Conselho de Política Indigenista.

A Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI foi criada pelo Decreto de 22 de março de 2006, instalada em abril de 2007, sendo seus membros empossados pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. É presidida pela presidente da FUNAI, sendo composta ainda por 20 lideranças indígenas que representam aproximadamente 220 povos e 180 línguas diferentes, duas ONGs indigenistas e 12 representantes governamentais.

Faz hoje parte do Conselho Indigenista, porém, espera-se que ela seja transformada em um Conselho de Política Indigenista. Até o presente momento, o processo de criação do Conselho está na Câmara Federal sob o Projeto de Lei nº 3.571/2008.

Em 2013 a CNPI conseguiu realizar uma ampla agenda de trabalho para discussão de temas diversos que afetam diretamente os direitos dos povos indígenas. Neste período foram realizadas três reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária, nas seguintes datas:

20º Reunião Ordinária 23/07/2013 a 27/07/2013;

8º Reunião Extraordinária do dia 19/08/2013 a 23/08/2013;

21º Reunião Ordinária 30/09/2013 a 04/10/2013;

22º Reunião Ordinária 09/12/2013 a 12/12/2013.

Meta: Integração dos sistemas de informação sobre os Povos Indígenas.

Operacionalização para funcionamento do Sistema Indigenista de Informação – SII no ambiente de produção da FUNAI.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.		
<b>Código</b>	0951	<b>Órgão</b>	Fundação Nacional do Índio – Funai.
<b>Programa</b>	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	<b>Código</b>	2065

Fonte: SIOP

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato.	-	-	-	-	-
02	Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato.	UN	05	09	18	3,6

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Implementação da política de proteção e promoção dos povos indígenas de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às frentes de proteção etnoambiental da	UN	11	12	17	154,5

	Funai.					
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
01	Territórios Indígenas da Amazônia Legal	UN	11	12	17	154,5

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
02	Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da Funai.	UN	11	10	12	109,0
	<b>Regionalização da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a)Prevista 2015</b>	<b>b)Realizada em 2013</b>	<b>c)Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
01	Territórios Indígenas da Amazônia Legal		11	10	12	109,0

### Análise Situacional

Sobre a proteção dos povos indígenas de recente contato, muito se avançou na constituição dos programas de políticas específicos. Foram instituídas três consultorias para os Programas Korubo e Zoé. Intensificou-se a implementação de ações de cunho educativo e intercultural, capacitando-se servidores, e promovendo articulações interinstitucionais, com órgãos como o MEC, MDA, MDS, INCRA, Governos estaduais e Municipais e SESAI-MS.

Em relação à saúde, houve resultados relevantes, como a constituição do Grupo de Trabalho Interministerial, SESAI-MS e FUNAI-MJ, instituído com a finalidade de desenvolver políticas específicas de saúde para os povos indígenas isolados e de recente contato.

Das 06 terras indígenas com presença de índios de recente contato (Yanomami, Vale do Javari, Zoe, Ava-Canoeiro, Zuruhã e Uru -Eu -Wau- Wau ), a Funai desenvolveu ações de proteção e promoção dos direitos dos 06 povos indígenas de recém contato.

Ressalta-se, no entanto, as dificuldades decorrentes da redução dos limites de movimentação e empenho constantes do Decreto 8.062/213, que restringe a capacidade de implementação de iniciativas voltadas para a proteção dos povos indígenas de recente contato.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.		
<b>Código</b>	0952	<b>Órgão</b>	Fundação Nacional do Índio – Funai.
<b>Programa</b>	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	<b>Código</b>	2065

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Apoiar financeiramente estudantes indígenas fora da aldeia	UN				
02	Apoiar tecnicamente e financeiramente cursos de formação de professores indígenas.	UN				
03	Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação escolar indígena.					
04	Implantar processos de discussão para implementação de cursos de ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas.					

#### Análise Situacional

O Objetivo 0952 visa promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Meta: Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia

No ano de 2013, a Funai manteve o apoio financeiro aos estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior (IES), matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, visando garantir o cumprimento de compromissos anteriores assumidos em cooperações com instituições de ensino para apoiar a continuidade dos estudos com qualidade nas respectivas instituições.

Com vistas à garantia do direito ao acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, a Funai fez gestões junto ao MEC que resultaram na criação da Portaria 389/2013, do Programa Bolsa Permanência, que assegura o apoio aos estudantes indígenas nas Universidades Federais. A proposição é que o programa seja disseminado e os estudantes das instituições federais atendidos por meio de auxílio financeiro da Funai sejam cadastrados e passem a usufruir dos recursos disponibilizados pelo Programa. Atualmente, são 1.900 (mil e novecentos) estudantes cadastrados no FNDE/ MEC, sendo que nem todos ainda estão recebendo o benefício. Desta forma a Funai poderá priorizar ações de acompanhamento e apoio à extensão comunitária no período de formação.

Ainda assim, em 2013 foram apoiados técnica e financeiramente cerca de 1.600 (mil e seiscentos) estudantes indígenas, matriculados em IES, inclusive estaduais e particulares, em vários estados da Federação. O apoio da Funai atendeu, no âmbito das cooperações firmadas desde o final da década de 1990, à necessidade de condições de acesso e permanência de estudantes indígena, inclusive com a garantia de retorno e manutenção de vínculos dos estudantes com suas famílias e comunidades, visto que tal medida não é atendida ainda pelo Programa Bolsa Permanência. A Funai ainda manteve esforços de articulação com instituições de ensino para a garantia de vagas para estudantes indígenas por meio de vestibulares específicos e criação de programas de acompanhamento e adaptação de estudantes.

No cômputo geral, comparado ao ano anterior, a redução de alunos apoiados no final do ano deveu-se à conclusão dos cursos, ao não atendimento de critérios pelas normativas, ou encerramentos de termos de cooperação, e incentivo à inscrição no Programa Bolsa Permanência.

Em 2013, a liberação de recursos orçamentários para a manutenção dos auxílios financeiros aos estudantes indígenas impactou sobremaneira nas ações no âmbito da promoção aos processos educativos comunitários voltados à sustentabilidade, visto estar a Funai executando uma política pública que não é mais de sua competência, muito embora ainda não tenha sido inteiramente assumida pelas IES ou pelo MEC.

Meta: Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas

A Funai apoiou técnica e financeiramente a formação de cerca de 600 (seiscentos) professores indígenas no magistério visando assegurar o atendimento às demandas das escolas e participação nas instâncias de controle social da educação escolar indígena. Além disso, nesta meta foram incluídos projetos de ações educativas de base comunitária voltadas para a sustentabilidade e valorização dos processos indígenas de transmissão de conhecimentos.

Esse apoio foi junto com a UFG, Unemat, UFSC, UFGD, UFMG e UFRR em Cursos de Licenciatura Intercultural, voltados para formação de professores indígenas. A proposta é que à medida que os estudantes das licenciaturas interculturais das instituições federais de ensino passem a ser atendidos pelo Programa Bolsa Permanência (MEC), a Funai possa

investir recursos no acompanhamento dos projetos de cursos de formação de magistério e de nível médio. A formação do professor indígena inclui uma especificidade, que é a de conhecedor da própria cultura, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas próprias línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Nos cursos de magistério indígena Ibaorebu e Mëbêngôkre, Panará e Tapajuna (MPT) foram realizadas etapas de processo de formação. Apoio à formação diferenciada de profissionais indígenas (professores, técnicos em enfermagem, técnicos em agroecologia), para que possam atuar como pesquisadores e multiplicadores de práticas sustentáveis e dos conhecimentos próprios, a exemplo do Projeto Ibaorebu (Munduruku), do Programa MPT (Mëbêngôkre, Panará e Tapajuna) e do projeto de educação construído com os Ka'apor.

A Funai também desenvolveu a temática da formação no âmbito da formulação dos Programas voltados a povos indígenas de “recente contato” (Awá-Guajá, Zo'é, Korubo, Yanomami, Akuntsu e Kanoé), por meio do apoio aos profissionais que atuam junto às Frentes de Proteção Etnoambiental, no sentido de construir um repertório de atitudes básicas que favoreçam a execução dos Programas e atuação junto aos indígenas, conforme as suas demandas por conhecimentos necessários à autonomia e ao favorecimento da proteção, recuperação, quando for o caso, e sustentabilidade de seus territórios.

Nesse sentido, em 2013 foram apoiados 25 (vinte e cinco) projetos educativos comunitários. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais, em articulações intersetoriais e interinstitucionais.

Meta: Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis

Em 2013 a Funai, em articulação com o Ministério da Educação (MEC), apoiou as ações e atividades decorrentes das discussões e implantação dos Territórios Etnoeducacionais (TEE), contemplando as etapas de consultas, construção dos instrumentos de pactuação entre os dirigentes das instituições e representantes indígenas.

Foi firmado termo de cooperação entre Funai e MEC para mobilização e acompanhamento dos TEEs. Atualmente são 23 (vinte e três) TEEs pactuados, com denominações e circunscrições territoriais definidas pelo MEC: Rio Negro, Baixo Amazonas, Juruá-Purus, Cone Sul, Povos do Pantanal, Auwe Uptabi, Xingu, Yby Yara-Bahia, Yxmna, Alto Solimões, Vale do Javari, Cinta Larga, Médio Solimões, Pykawatynhr, Tapajós, Arapiuns, Timbira, Tupi Mondé, Tupi Tupari, Tupi Txapakura, Vale do Araguaí, Yjhukatu e Potirõ. Outros 03 (três) TEEs encontram-se em fase de consulta, sendo que foi prevista a realização de reuniões do TEE Médio Xingu (Altamira) que não puderam ser realizadas em virtude dos contratempos apresentados pelos demais atores envolvidos (Nesa, MEC, Seducs).

A Funai elaborou documentos orientadores objetivando estabelecer um fluxo de acompanhamento adequado das políticas de educação pelas unidades descentralizadas e pelos próprios indígenas. Foram realizados estudos para o desenvolvimento de aperfeiçoamento do controle social indígena, como, por exemplo, a organização, no MEC ou nos órgãos de educação estaduais e municipais, de um banco de dados das políticas de educação indígena e de investimentos na educação escolar indígena.

Meta: Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena

A demanda pela construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena segue sendo uma proposta da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena em 2009. A Funai ainda não avançou na elaboração de subsídios específicos. Contudo, para o próximo período está prevista a discussão com as unidades descentralizadas sobre o acompanhamento da política de Educação Escolar Indígena, de responsabilidade do MEC, e da importância da garantia de participação indígena nos sistemas de governança e controle social das escolas indígenas. A sistematização dessas informações servirá de base para a construção dos subsídios.

**Meta:** Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena

No ano de 2013, a Funai apoiou encontros e assembleias de professores indígenas, e a participação de indígenas e servidores em reuniões com Secretarias Estaduais de Educação, Conselhos de Educação e representações do Ministério Público Federal nos estados para tratar de temas relacionados aos direitos indígenas nas políticas públicas de educação.

A Funai deu continuidade às ações articuladas com a Secadi/ MEC para a implantação dos territórios etnoeducacionais. Apoiou a realização de reunião em 06 (seis) TEEs. No primeiro semestre de 2013, a Fundação ainda acompanhou as ações de educação escolar indígena no âmbito do PBA da UHE Belo Monte e discussões acerca da educação escolar na região de fronteira Brasil/ Colômbia. Também foram realizadas reuniões de acompanhamento com lideranças indígenas junto ao MPF e Secretaria de Educação do Maranhão. A Funai tem representação em conselhos estaduais de educação escolar indígena e participa em nível nacional da Comissão Nacional de Apoio a Produção de Materiais Didáticos Indígenas e Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, e das Comissões dos Programas de Ações Afirmativas das Universidades Federais e Estaduais com as quais possui parceria, espaços estes de controle social estratégicos para a política de educação. A proposta para o próximo ano é priorizar atividades de formação voltadas para qualificar a participação e atuação em instâncias de controle social das políticas de educação, incentivando a regularização e autonomia das escolas indígenas.

**Meta:** Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas

No decorrer do ano de 2013 foi dada continuidade ao processo de discussão com algumas Unidades dos Institutos Federais de Educação com vistas à implantação de cursos de ensino médio técnico que atendam a demandas de alguns povos indígenas. Discutem-se projetos específicos de formação profissional, destinados a suprir as necessidades de algumas comunidades indígenas no que se refere à formação de quadros que contribuam para a sustentabilidade e a gestão.

Foi dada continuidade ao curso de agroecologia de Marabá-PA com o Instituto Federal do Pará, de agricultura familiar Mehi com o povo Canela do MA, em parceria com o Instituto Federal do Maranhão-IFMA, e iniciada a discussão com o IFMT para um curso de ensino médio para o povo Tapirapé. O assunto é uma das demandas prioritárias de diferentes comunidades indígenas. Serão definidas estratégias e metodologia para orientação das Coordenações Regionais, com subsídios para discussão do assunto com comunidades e os Institutos Federais de Educação. Foram feitas gestões junto ao MEC e Setec para atuação em parceria objetivando que os projetos sejam adequados às demandas e especificidades dos povos indígenas.

Além disso, a Funai, em articulação interna (CGPC, CGETNO, CGGAM), desenvolve ações de educação para a sustentabilidade e acompanha a implantação de centros de formação para povos indígenas no âmbito da PNGATI e dos Programas Especiais para Povos Indígenas de Recente Contato (Zo'é, Korubo, Awá, Akuntsu e Canoe e Yanomami).

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processos de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.		
<b>Código</b>	0953	<b>Órgão</b>	Fundação Nacional do Índio – Funai.
<b>Programa</b>	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	<b>Código</b>	2065

Fonte: SIOP

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI					
02	Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas					
03	Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena					
04	Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão					
05	Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI					

#### Análise situacional

No tocante a Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI, no exercício

em análise foi concluída a mudança da Sede da FUNAI, do Edifício Lex Projeção “A” no SRTVS – Brasília/DF, para novo endereço no Edifício Cleto Meireles no SBS, Quadra 2, Lote 14 – Brasília/DF, com vistas a necessária melhoria das acomodações físicas, enquanto aguarda-se o processo de construção da Nova Sede. A execução orçamentária do presente PO foi de 77% da LOA Atualizada, dentre as principais realizações no período de janeiro a dezembro de 2013, com vistas a adequação da infraestrutura física da sede e unidades regionais da Funai, destacamos a destinação de recursos orçamentários para aquisições de equipamentos de informática, totalizando R\$ 4,5 milhões, tais como: desktops (1.037), licença de software (91), notebooks (38), e outros equipamentos tais como impressoras (14) monitores (23) nobreak (28) estabilizadores (25) placa de rede (20) e switches (4). Ainda destacamos a renovação da frota de veículos de algumas Coordenações Regionais, no qual foi empenhado o valor de R\$ 2,8 milhões. Foram adquiridos 18 caminhonetes, 2 caminhões, 9 automóveis e 1 micro-ônibus no presente plano orçamentário.

Foi iniciada a contratação de Empresa para a construção do auditório do Centro de Cultura Audiovisual de Goiânia/GO, sob a gestão do Museu do Índio/RJ, com o valor empenhado de R\$ 366 mil.

Destacamos a aquisição de mobiliário para as Coordenações Regionais no montante de R\$ 497 mil. Foram adquiridos armários (133), cadeira (336), mesa (210), estantes (91), dentre outros.

Também para equipar a infraestrutura das Coord. Regionais foram adquiridos utensílios domésticos no valor total de R\$ 129 mil, tais como: condicionadores de ar (98), fogão (20), refrigerador (15), ventilador (26) dentre outros aparelhos.

Com relação à tecnologia de informação e comunicação – tic, as aquisições e contratações realizadas em 2013 tiveram por objetivo prover meios físicos e lógicos para que a Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação tenha recursos suficientes para dar suporte à própria Sede da FUNAI e às suas Coordenações Regionais. Destacam-se entre as ações realizadas no período: aquisição de Links MPLS para conexão entre a sede Brasília e 21 Coordenações Regionais espalhados por vários estados do Brasil; contratação de uma empresa especializada em desenvolvimento de softwares (Fabrica de Software), para a manutenção e desenvolvimento dos novos sistemas demandados pelas coordenações; contratação de serviço de impressão corporativa (Prestação de serviços de impressão centralizada e/ou departamental (outsourcing)) para a sede e todas as Coordenações Regionais; contratação de uma empresa especializada em Help-Desk para controlar e atender os chamados dos usuários lotados na sede Brasília, que estão com dificuldade ou problemas em seus equipamentos (Hardware) ou software; e aquisição de soluções de monitoramento de políticas e ações, e segurança de endpoint.

No objetivo em análise, o valor empenhado em investimentos foi de R\$ 22,9 milhões, que corresponde a 14% do empenho total. A maior parte desse valor – aproximadamente 75% - foi utilizada para a aquisição de veículos, aquisição de equipamentos de informática e realização de obras. Além desse montante, foram ainda utilizados créditos orçamentários provenientes de emendas parlamentares no valor de R\$ 1,7 milhões especificamente para a aquisição de equipamentos e obras, que somados ao valor do orçamento próprio da FUNAI resultam em R\$ 24,7 milhões empenhados para investimentos. O anexo IV mostra os valores empenhados com investimentos detalhados por ação orçamentária e quantidade de equipamentos.

Quanto a capacitação e informação de 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas a capacitação O que se refere a capa O Comitê Regional é a instância regional de planejamento, articulação,

gestão compartilhada e controle social. É também, o espaço onde, indígenas, servidores da FUNAI e de outros órgãos do Governo Federal planejam, em conjunto, as ações da Coordenação Regional, acompanham sua execução e avaliam os resultados da política indigenista.

A Fundação Nacional do Índio iniciou a formação dos Comitês Regionais em atendimento a uma determinação constante no Decreto 7.056 de 28 de dezembro de 2009, o qual estabeleceu que, como parte de nova estruturação da Fundação, deveriam ser instituídos Comitês Regionais de composição paritária entre servidores e representantes indígenas locais. Com a edição do Decreto 7.778, de 27 de julho de 2012, ficou revogado o Decreto 7.056 de 28 de dezembro de 2009, passando a vigor da seguinte forma:

Art. 9º A FUNAI instituirá Comitês Regionais para cada Coordenação Regional.

§ 1º Os Comitês Regionais serão compostos por Coordenadores Regionais, que os presidirão, Assistentes, Chefes de Divisão e de Serviços, Chefes das Coordenações Técnicas Locais, representantes indígenas locais e de órgãos e entidades da administração pública federal, na forma do regimento interno da FUNAI.

§ 2º As reuniões dos Comitês Regionais ocorrerão ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 3º O quórum para a realização das reuniões dos Comitês Regionais será de, no mínimo, cinquenta por cento dos membros votantes e as deliberações ocorrerão por maioria simples de votos, excetuados casos previstos no regimento interno em que se exijam quórum qualificado.

§ 4º Em caso de impedimento do membro titular, ele será representado por seu substituto legal.

§ 5º Os Comitês Regionais poderão, por intermédio do Presidente ou por decisão de seu plenário, convidar outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, técnicos, especialistas, representantes de entidades não governamentais, membros da sociedade civil e da CNPI para prestar informações e opinar sobre questões específicas, sem direito a voto, na forma do regimento do Comitê Regional.

§ 6º A representação indígena de que trata o § 1º não será exercida por servidores públicos federais.

Vale ressaltar que os Comitês Regionais são espaços de exercício da cidadania, em que servidores e indígenas planejam em conjunto as ações das respectivas Coordenações Regionais, acompanhando sua execução e avaliando os resultados. A instalação dos Comitês Regionais foi iniciada em 2011 com a respectiva formação dos seus membros. Neste primeiro momento com foco tanto para a participação na gestão da política indigenista, como também para a colaboração na construção dos Planos Regionais Indigenistas.

Entre 2011 e 2012 foram instalados 27 Comitês Regionais em todo o Brasil.

No primeiro semestre de 2013, foram instalados 03 Comitês Regionais, procedendo-se à devida capacitação dos membros de cada Comitê sobre temas tais como gestão compartilhada, participação cidadã, controle social e política indigenista do estado brasileiro. Também se realizou, na instalação dos Comitês, a discussão e a aprovação dos Regimentos Internos e a posse dos seus membros.

A meta estipulada em 2012 de instalação de 10 Comitês Regionais em 2013, ainda não foi atingida. Para o exercício de

2013, pretende-se instalar 50% do restante dos Comitês Regionais e a consequente formação de seus membros titulares e suplentes. Ressalta-se que esta ação só será efetivada se tivermos a garantia de aporte financeiro para execução desta ação.

Para o primeiro semestre de 2014 pretende-se instalar os restantes dos Comitês Regionais com isso atingindo-se a meta de um Comitê para cada uma das 37 Coordenações Regionais, com membros respectivos formados para efetiva participação na gestão compartilhada da política indigenista.

Vale ressaltar ainda que, no primeiro semestre de 2013, um total de 10 Coordenações Regionais conseguiram manter sua agenda de trabalho para o funcionamento dos Comitês Regionais, que em sua essência necessita a cada reunião fazer uma continuação do processo formativo dos seus membros, sobre temas relevantes para a execução da política indigenista em cada uma das regiões do Brasil. Estas reuniões ordinárias são importantes ferramentas para a avaliação, construção e validação dos planejamentos regionais.

Importante destacar que o alcance de 81% da meta prevista no PPA 2012/2015 deste objetivo se deu pela efetiva capacitação e participação dos representantes dos povos indígenas e dos servidores das Coordenações Regionais da Funai em todo este processo, garantindo com isso, a gestão compartilhada da política indigenista.

O que se refere ao desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena em 2013, as áreas gestoras da Funai iniciaram a utilização da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII) para o cadastro das informações/dados pertinentes a cada um de seus módulos; ainda no referido exercício foram levantadas necessidades de adequação deste sistema às novas atividades finalísticas da FUNAI. Necessidades que estão sendo atendidas dentro do escopo da Fábrica de Software e Fábrica de Métrica (contratadas no 2º Semestre de 2013 por esta Fundação); A segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII), esta em processo de correção e ajuste pela empresa responsável pela execução deste projeto, o que acarretará, em 2014, a execução do processo de homologação por parte das áreas gestoras dos módulos.

Na Meta relativa ao Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão O Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a Funai, meta detalhada no PPA 2012-2015, apresenta complexidade institucional, técnica e financeira que exige dinâmica de implementação fortemente baseada na articulação dos atores envolvidos, para executá-la nos moldes de uma gestão compartilhada.

No desenvolvimento do PPA, a fase de implantação do Programa resultou em importantes realizações na FUNAI, como a publicação da Portaria nº 797/PRES, de 25/06/12, que institui Norma de Implementação dos Programas de Capacitação e Desenvolvimento de RH. Tal portaria representa o 1º passo na execução da meta, pois, além de regulamentar as ações de capacitação, traz diretrizes para assegurar o acesso dos servidores da FUNAI em ações de capacitação. Com a publicação dessa Portaria, proporcionou-se aos servidores, de forma planejada, 79 ações de capacitação nas modalidades presencial, Pós-Graduação lato-sensu, Especialização/MBA, mestrado/doutorado e educação à distância, sendo 47 ações realizadas em 2012 e 32 ações no ano de 2013, totalizando 5.114 horas-aulas.

O quantitativo geral de servidores capacitados foi de 1.653 servidores, sendo 891 no ano de 2012 e 762 em 2013. O II Encontro de Administração e Gestão também representou uma das principais realizações para a implantação do Programa de Capacitação. Com o objetivo de aprimorar as competências em gestão pública, desenvolvendo Trilhas de Aprendizagem de Planejamento, Orçamento e da Logística Pública, o evento desencadeou processo gerencial na área de capacitação para alcançar a situação desejada de maneira efetiva e com a melhor concentração de esforços e recursos. Neste sentido, foi iniciada a implantação da Gestão por Competência na Fundação, conforme Dec. nº 5.707/2006.

Outra medida para fomentar o desenvolvimento dos servidores da FUNAI foi assinatura do Contrato nº 293/2012, celebrado entre esta Fundação e a Universidade de Brasília para promoção do I Curso de Especialização em Direito dos Povos Indígenas. Voltado especialmente para servidores ocupantes de cargo de nível superior, o curso tem como objetivo prover condições para aperfeiçoamento e/ou reformulação de práticas jurídicas e periciais em curso no âmbito da promoção e aplicação dos direitos dos povos indígenas no Brasil. No intuito de disciplinar, acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos na capacitação e formação do quadro funcional, foi publicada a Portaria nº 1.137/PRES, de 11/09/13, que criou o Comitê Gestor de Capacitação da FUNAI – CGCAP.

O Comitê tem papel importante na condução da Política de Capacitação e Desenvolvimento, e assegura a profissionalização dos servidores da FUNAI. Ressaltam-se que no contexto da melhoria contínua na prestação de serviços, as exigências de capacitação e os mecanismos de apoio evoluem constantemente, e devem ser aperfeiçoados ou adequados continuamente. Assim a meta de implantação do Programa de Capacitação, embora parte de plano de médio prazo (2012-2015), será sempre passível de melhorias e modificações contínuas, gerando, expectativas para os próximos períodos. Entre essas expectativas, ressaltamos a implementação da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, como forma de valorizar o conhecimento dos servidores e promover a gestão do conhecimento dentro da FUNAI. Como subsídio à prática de concessão da referida gratificação, temos como expectativa, a realização de um Curso para Formação de Instrutores. Além disso, a execução total do contrato nº 293/2012, firmado com a UnB, é prioridade, assim como outras ações de capacitação necessárias ao bom desenvolvimento das demais metas do PPA.

### 3.2.3 Ações

#### 3.2.3.1 Ações – OFSS

Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	10.30202.14.125.2065.20UF Atividade <b>Tipo:</b>
<b>Título</b>	- Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato.
<b>Iniciativa</b>	0406 Realizar a delimitação, a demarcação e a regularização fundiária, a fiscalização, a vigilância, o combate e a prevenção de ilícitos, o monitoramento territorial, espacial e ambiental e, a extrusão de não índios das terras indígenas, bem como localizar e proteger povos indígenas isolados e de recente contato.

<b>Objetivo</b>	Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis <b>Código: 0943</b>					
<b>Programa</b>	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas <b>Código: 2065 Tipo: Temático</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30202 – Fundação Nacional do Índio					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
87.863.432	87.863.432	58.292.424	17.402.383	16.772.180	630.202	40.890.041
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.060.626	1.866.428	105.484				

**Fonte:** SIAFI Gerencial

## Análise Situacional

### **Restos a Pagar**

Os principais motivos da não liquidação dos empenhos em 2013 foi o atraso no recebimento dos recursos financeiros, em função da expedição do Decreto nº 8062 de 29/07/2013, que alterou o Decreto nº 7995 de 02/05/2013, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, estabelecendo limites específicos para determinadas naturezas de despesas. O contingenciamento durou até o mês de outubro e o recebimento de crédito no mês de dezembro, a exemplo, as Emendas Parlamentares.

Para os Restos a Pagar Processados destacamos o pagamento de R\$ 491.924,53 (78%);

Quanto aos Restos a pagar não Processados:

- Dos R\$ 40.890.041,43 inscritos em Restos a Pagar Não Processados, R\$ 31.477.133,75 (77%) referem-se a Emendas Parlamentares; R\$ 7.481.254,44 (18,3%) referem-se à ações do PO2- Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas; R\$ 1.256.225,55 (3%) ao PO1- Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas; R\$ 509.580,64 (1,2%) ao PO3 – Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados e R\$ 165.847,05 (0,5%) ao PO4 – Promoção dos Direitos do Povos Indígenas de Recente Contato.
- Emenda Parlamentar proposta pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias – 37EMP no valor de R\$ 11.477.133,75 (37 EMP), executado pela CR de Campo Grande para custear o pagamento de indenizações por benfeitorias edificadas de boa fé por ocupantes não-índios no interior da Terra Indígena Buriti (etnia Terena, localizada nos municípios de Dois Irmãos e Sidrolândia/MS).
- Emenda Parlamentar proposta pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (36EMP) de R\$ 20.000.000,00, valor aplicado no cumprimento da decisão judicial proferida na Ação Cautelar nº 0001628-72.2013.403.6006, ajuizada incidentalmente à Ação Civil Pública nº 000150341.2012.4.03.6006, que tramita na 1ª Vara Federal de Naviraí/MS, para o pagamento de indenização por benfeitorias edificadas de boa fé por não índios no interior da TI TI Yvykatu (etnia Guarani Nhandeva, localizada no município de Japorã/MS).
- R\$ 5.987.591,00 em indenizações por benfeitorias de boa fé a serem pagas aos ocupantes de não índios nas terras indígenas Pankararu/PE (R\$ 4.907.127,67) em cumprimento à decisão judicial constante da Ação Civil Pública nº 0002772-33.1993.4.05.8300 – Seção Judiciária de Pernambuco – 28ª Vara da Justiça Federal de Arcoverde/PE; Krikati/MA (R\$ 43.413,19); Apurinã do Igarapé São João/AM (R\$ 292.969,56); Arara do Rio Amônia/AC (R\$ 33.889,48); Serrinha/RS (R\$ 82.649,84) e Apyterewa/PA (R\$ 627.541,26).
- R\$ 928.786,00 referente à aquisição do imóvel da Fazenda Jenipapeiro, localizada no município de Santa Rita de Cássia/BA, com a finalidade de assentar famílias indígenas Atikum, expulsas de sua área originária por conflitos internos.

Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS (Continuação)

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	10.30202.14.423.2065.2384 <b>Tipo:</b> Atividade
<b>Título</b>	- Promoção e Desenvolvimento Social dos Povos Indígenas
<b>Iniciativa</b>	0428 - Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social e ambiental dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais, o etnodesenvolvimento e as perspectivas de gênero e geracional destes povos.
<b>Objetivo</b>	- Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições. <b>Código:</b> 0948

<b>Programa</b>	- Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas <b>Tipo:</b> Temático					<b>Código:</b> 2065
<b>Unidade Orçamentária</b>	30202 – Fundação Nacional do Índio					
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
46.708.910	46.708.910	38.268.977	24.043.753	23.352.704	691.048	14.225.224
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.293.578,03	5.449.671,13	1.072.415,88				

**Fonte:** SIAFI Gerencial

### Análise Situacional

Na ação de Promoção e Desenvolvimento Social dos Povos Indígenas, o maior valor empenhado foi para o plano orçamentário de Proteção Social dos Povos Indígenas (R\$ 17, milhões, incluindo as atividades ligadas aos Territórios da Cidadania) que corresponde a 46% dos créditos da DPDS. Em seguida o maior valor foi para a plano orçamentário de Promoção do Ernodesenvolvimento em Terras Indígenas onde foi empenhado o valor de R\$ 10,5 milhões, correspondente a 29% do total da DPDS.

Destaca-se entre os valores empenhados na plano orçamentário de Proteção Social dos Povos Indígenas as despesas relativas a direitos sociais e previdenciários, despesas com segurança alimentar e investimento em infraestrutura comunitária. A maior parcela refere-se às atividades de atendimento aos indígenas em busca de seus direitos sociais e previdenciários, que somaram R\$ 8,1 milhões sendo que as Unidades que mais receberam créditos para tais atividades foram CR Roraima, CR Cuiabá, CR Rio Negro e CR Maranhão.

Ressaltamos que o orçamento de Proteção Social dos Povos Indígenas, no ano de 2013, foi dividido em ações de três Coordenações-Gerais. Além da Coordenação-Geral de Promoção aos Direitos Sociais, o recurso contido neste PO foi utilizado em ações de gênero, geracional e mobilização pela Coordenação-Geral de Promoção à Cidadania – CGPC e pela Coordenação-Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento – CGEtno em ações de fomento.

Nas atividades de Infraestrutura Comunitária foram empenhados R\$ 3,1 milhões, utilizados para construção de casas em Terras Indígenas da região Sul do Brasil (R\$ 1,4 milhões), aquisição de oito veículas (R\$ 963 mil reais), entre outras atividades.

Outro valor significativo são as despesas com ações que visam remediar uma situação de insegurança alimentar que alcançaram R\$ 1,7 milhões e cuja execução orçamentária ocorreu principalmente nas CR Ponta Porã, CR Dourados, CR Baixo São Francisco, CR Interior Sul, CR Ribeirão Cascalheira e CR Maranhão, onde a principal ação é a entrega de cestas básicas, remediando situações de fragilidade das comunidades.

Especificamente para ações ligadas ao Programa Territórios da Cidadania, foram empenhados R\$ 1,3 milhões, sendo que 70% desse valor foram usados para investimentos por meio da aquisição de seis caminhonetes, seis barcos e mobiliário e outros utensílios para uso das CR Roraima e CR Rio Negro. Destaca-se que, especificamente neste caso, o recurso proveniente do Programa Territórios da Cidadania são exclusivos para essas duas Coordenações Regionais.

Nas despesas de custeio, alguns dos maiores valores empenhados referem-se à aquisição de sementes (R\$ 1,5 milhões), ração para animais (R\$ 155 mil), material para uso veterinário e zootécnico (R\$ 203 mil), ferramentas (R\$ 421 mil), combustíveis (R\$ 2,0 milhões), diárias e passagens (R\$ 1,1 milhão), locação de meios de transporte (R\$ 231 mil) e gêneros alimentícios (R\$ 230 mil).

No plano orçamentário Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas foram empenhados R\$ 4,35 milhões. Os maiores valores são com despesas em diárias e passagens (R\$ 1,2 milhões), cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (R\$ 816 mil), aquisição de mudas e sementes para projetos agroflorestais (R\$ 678 mil) entre outras. O valor empenhado em investimentos corresponde a R\$ 389 mil que foram utilizados principalmente na aquisição de duas caminhonetes (R\$ 206 mil), motores (R\$ 34 mil), tachos, raladores e fornos para casa de farinha (R\$ 93 mil).

No plano orçamentário de Fomento e Valorização dos Processos Educativos aos Povos Indígenas foi empenhado o valor total de R\$ 2,3 milhões. As atividades desse plano orçamentário foram ampliadas e absorvidas no decorrer do exercício pelo plano orçamentário de Promoção da Cidadania dos Povos Indígenas, no qual foram empenhados mais R\$ 2,2 milhões. A soma do empenho desses dois planos orçamentários resultou em R\$ 4,5 milhões. Os maiores valores empenhados referem-se a pagamento de auxílio financeiro a estudantes indígenas da CR Roraima (R\$ 213 mil), CR Interior Sul (R\$ 177 mil), CR Baixo São Francisco (R\$ 192 mil), CR Minas Gerais e Espírito Santo (R\$ 133 mil), CR Cuiabá (R\$ 206 mil), CR Araguaia-Tocantins (R\$ 65 mil), CR Litoral Sudeste (R\$ 182 mil) e estudantes da UNB (R\$ 530 mil). Outros valores significativos refere-se à locação de meios de transporte (R\$ 360 mil), pagamento de diárias e passagens (R\$ 833 mil), fornecimento de combustíveis (R\$ 457 mil) e gêneros alimentícios (R\$ 360 mil). Destaca-se ainda no plano orçamentário da Promoção da Cidadania dos Povos Indígenas o valor empenhado para apoio à mobilização social dos povos indígenas, no valor de R\$ 838 mil.

Ainda dentro da ação de Promoção e Desenvolvimento Social dos Povos Indígenas, foi empenhado o valor de R\$ 255 mil no plano orçamentário de Acompanhamento da Componente Indígena na Licenciamento Ambientai. Destaca-se nesse rrontante o valor empenhado para atividades da cooperação técnica co o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (RS 150 mil).

Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS (Continuação)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	10.30202.13.391.2065.8635 Atividade					<b>Tipo:</b>
<b>Título</b>	- Preservação Cultural dos Povos Indígenas					
<b>Iniciativa</b>	042A - Apoiar projetos, eventos e estudos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas, e preservar e difundir o conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas. Código: 042A					
<b>Objetivo</b>	- Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade. <b>Código:</b> 0949					
<b>Programa</b>	- Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas 2065 <b>Tipo:</b> Temático					<b>Código:</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	30202 – Fundação Nacional do Índio					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.557.376	7.557.376	6.063.712	1.720.461	1.466.067	254.395	4.343.250
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto cultural implantado		Unidade				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
84.993,95	84.993,95		Projeto cultural implantado	Unidade	

Fonte: SIAFI Gerencial

Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS (Continuação)

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	10.30202.14.122.2065.13D6 Projeto					<b>Tipo:</b>
<b>Título</b>	- Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio					
<b>Iniciativa</b>	042I - Construção do edifício sede da FUNAI Código: 042A					
<b>Objetivo</b>	- Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processos de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física. Código: 0953					
<b>Programa</b>	- Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas Tipo: Temático					<b>Código:</b> 2065
<b>Unidade Orçamentária</b>	30202 – Fundação Nacional do Índio					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.655.000	5.655.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0	0	0	Sede construída	percentual de execução física	0

Fonte: SIAFI Gerencial

### Análise Situacional

Instaurados os procedimentos legais iniciais para a construção do edifício sede da Funai, não foi possível cumprir a meta da ação, entretanto, foi elaborado o Termo de Referência visando a contratação de empresa de arquitetura e engenharia consultiva para elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura, engenharia e complementares. No exercício em análise, foram realizadas consultas junto ao mercado visando a avaliação de completude e a coerência da especificação dos requisitos e a adequação e a exequibilidade dos critérios de aceitação consubstanciados no aludido Termo de Referência, numa ação preventiva, bem como verificar eventuais situações de conflitos e inconsistências entre requisitos, em face das complexidades dos mesmos, numa forma de ação contingencial, com vistas a mitigação de riscos quando de futuro processos licitatórios. Ao tempo também em que está sendo efetivado, de forma conjunta, aquelas atividades, pesquisa de preços junto ao mercado para realização da referida contratação.

### Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS (Continuação)

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	10.30202.14.122.2065.148B Projeto <b>Tipo:</b>
<b>Título</b>	- Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI
<b>Iniciativa</b>	- Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI. Código: 042K
<b>Objetivo</b>	- Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processos de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física. <b>Código:</b> 0953
<b>Programa</b>	- Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas <b>Código:</b> 2065 <b>Tipo:</b> Temático
<b>Unidade Orçamentária</b>	30202 – Fundação Nacional do Índio
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária 2013</b>	

<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
500.000	500.000	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.433.179,35	2.378.561,54	25.257,17	Projeto Implantado	Unidade		

Fonte: SIAFI Gerencial.

Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS (Continuação)

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>	10.30202.14.122.2112.2000 Atividade					<b>Tipo:</b>
<b>Título</b>	- Administração da Unidade					
<b>Programa</b>	- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2112 Manutenção					<b>Tipo:</b> Gestão e
<b>Unidade Orçamentária</b>	30202 – Fundação Nacional do Índio					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
101.615.251	106.615.251	93.159.538	68.101.487	66.982.154	1.119.332	25.058.050
<b>Execução Física</b>						

Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20.932.478	16.329.450	2.523.245				

#### Análise Situacional

#### Cumprimento das metas: Não há metas.

• **Eventuais problemas de execução:** A dotação foi insuficiente para o atendimento das despesas de funcionamento Administrativo, assim, foi necessário o remanejamento de dotações entre os Planos Orçamentários. Outro fator preponderante que dificultou a execução orçamentária foi o contingenciamento de recursos, considerando que o Decreto nº 7.995, de 02 de maio de 2013 contingenciou por grupo de despesa e as Portarias SOF nºs 267 e 268/2013, contingenciaram por natureza de despesa detalhada. Também foi solicitado crédito adicional e atendido no final do exercício no valor de R\$ 2,8 milhões que fora executado parcialmente na seguinte condição: “cota de limite de encerramento do exercício” ou se a Administração providenciasse o cancelamento de empenho.

O valor empenhado para estas despesas – locação de imóveis, apoio administrativo, vigilância, conservação e limpeza, telefone, energia elétrica, correio, água e esgoto, internet, taxas e IPTU – atingiu R\$ 54,5 milhões. Desse montante, as despesas fixas de funcionamento da sede correspondem a R\$ 27,2 milhões e as despesas das demais unidades a R\$ 27,3 milhões. Outro valor significativo refere-se a serviços de informática empenhados na sede da FUNAI que somaram R\$ 7,5 milhões e abrangem a sustentação e suporte da infraestrutura de informática e prestação de serviços na modalidade fábrica de software.

**Restos a pagar:** A maior dificuldade enfrentada no exercício 2013 decorre do forte contingenciamento orçamentário experimentado pela FUNAI. A título de informação em agosto, esta Fundação contou com apenas 54% da dotação autorizada e parceladamente até o percentual de 84% no período de setembro a dezembro. O valor autorizado até novembro foi insuficiente para fazer face à dotação aprovada em lei para o programa de Administração da Unidade. Todavia, a execução alçou 99% do limite de autorização de gasto no exercício em análise, permanecendo na condição de Restos a Pagar Não Processados cerca de 15% do valor autorizado de empenho.

#### Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS (Continuação)

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	10.30202.14.122.2112.2004 Atividade
<b>Título</b>	- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus
	<b>Tipo:</b>

	Dependentes					
<b>Programa</b>	- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2112 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30202 – Fundação Nacional do Índio					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.305.263	5.630.000	5.562.470	5.562.470	5.140.138	5.000	10.000
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes		Unidade	4.263		3.951	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
10.000		10.000	Pessoa beneficiada	Unidade	0	

Fonte: Siafi Gerencial

#### Análise Situacional

**Cumprimento das Metas:** Mesmo com a redução de beneficiários assistidos por motivo de exclusão dos dependentes maiores de 21 anos e de estudante de faculdade até 24 anos, foi garantido aos servidores, empregados e seus dependentes, a assistência médica e Odontológica no exercício de 2013, conforme a adesão dos mesmos.

**Eventuais Problemas de Execução:** Não houve

**Superações significativas das metas estabelecidas:** não houve

**Restos a pagar:** não houve

#### Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS (Continuação)

<b>Identificação da Ação</b>
------------------------------

<b>Código</b>	10.30202.14.122.2112.2010 Atividade					<b>Tipo:</b>
<b>Título</b>	- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e seus Empregados					
<b>Programa</b>	- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2010					<b>Tipo:</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	30202 – Fundação Nacional do Índio					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
228.000	268.700	253.408	253.408	253.408	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e seus Empregados.		Unidade				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: Siafi Gerencial

#### Análise Situacional

**Cumprimento das Metas:** Variação percebida no exercício de 2013, tendo em vista a inclusão dos servidores empossados no último concurso.

**Eventuais Problemas de Execução:** Não houve

**Superações significativas das metas estabelecidas:** não houve

**Restos a pagar:** não houve

#### Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS (Continuação)

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Código</b>	10.30202.14.122.2112.2011 Atividade
	<b>Tipo:</b>

<b>Título</b>	- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados					
<b>Programa</b>	- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2012 <b>Tipo:</b> Gestão e Manutenção					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30202 – Fundação Nacional do Índio					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
780.000	880.000	856.247	856.247	856.247	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		Unidade	361		988	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Pessoa Beneficiada	Unidade	0	

Fonte: Siafi Gerencial

#### Análise Situacional

**Cumprimento das Metas:** Variação percebida no exercício de 2013, tendo em vista a inclusão dos servidores empossados no último concurso

**Eventuais Problemas de Execução:** Não houve

**Superações significativas das metas estabelecidas:** não houve

**Restos a pagar:** não houve

#### Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS (Continuação)

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Código</b>	10.30202.14.122.2112.2012 Atividade <b>Tipo:</b>
<b>Título</b>	- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

<b>Programa</b>	- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça <b>Código:</b> 2112 Manutenção <b>Tipo:</b> Gestão e					
<b>Unidade Orçamentária</b>	30202 – Fundação Nacional do Índio					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.280.000	13.330.000	13.089.432	13.089.432	13.089.432	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		Unidade	3.092	0	5.768	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	Pessoa Beneficiada	Unidade	0	

Fonte: Siafi Gerencial

#### Análise Situacional

**Cumprimento das Metas:** Variação percebida no exercício de 2013, tendo em vista a inclusão dos servidores empossados no último concurso

**Eventuais Problemas de Execução:** Não houve

**Superações significativas das metas estabelecidas:** não houve

**Restos a pagar:** não houve

#### Quadro 3.2.3.1 – Ações – OFSS (Continuação)

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	10.30202.14.122.2112.2000 Atividade <b>Tipo:</b>
<b>Título</b>	- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação
<b>Programa</b>	- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

		<b>Código:</b> 2112 Manutenção			<b>Tipo:</b> Gestão e	
<b>Unidade Orçamentária</b>		30202 – Fundação Nacional do Índio				
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.330.000	1.380.000	1.327.729	1.327.729	1.273.391	1.800	48.314
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação.		Unidade				
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
259.486	84.845	20.508				

Fonte: Siafi Gerencial

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Código</b>		2004				
<b>Descrição</b>		Assistência Médica aos Servidores e Empregados – exames periódicos.				
<b>Unidade Responsável</b>		Fundação nacional do Índio - Funai				
<b>Unidade Orçamentária</b>		30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai				
<b>Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)</b>						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não	

					Processados	
445.263	0	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – exames periódicos.	Unidade			445.263	0

Fonte: Siafi Gerencial

#### Análise Situacional

**Cumprimento das Metas:** não foi cumprida esta meta.

O processo manteve-se na constituição do Termo de Referência, faltando para sua finalização e demais providências do processo licitatório dois tipos de dados imprescindíveis: a) a lotação real de todos os servidores contemplados pela Portaria Normativa 04, de 15/09/2009, que estabelece a aplicação do Decreto nº. 6.856/2009, que dispõe sobre os exames médicos periódicos dos servidores dos órgãos e entidades do SIPEC e que fazem jus a participar do processo de realização dos exames independente de adesão a plano de saúde; b) e o endereço de todas as unidades desta Fundação, sobretudo das Coordenações Técnicas Locais.

**Eventuais Problemas de Execução:** não foi executado porque os exames não foram realizados.

**Superações significativas das metas estabelecidas:** não houve

**Restos a pagar:** não houve

#### 3.2.3.2 Ações/subtítulos – OFSS

As informações relativas ao Quadro deste Item foram inseridas nos Quadros 3.2.3.1.

#### 3.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não processados – OFSS

O quadro 3.2.3.3 – Ações não previstas LOA 2013 - restos a pagar - OFSS não se aplica a esta Fundação.

#### 3.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI

O quadro 3.2.3.4 – Ações do orçamento de investimento não se aplica a UJ.

#### 3.2.3.5 - Análise Situacional

As informações do item 3.2.3.5 - Análise Situacional foram inseridas na sequência dos quadros 3.2.3.1.

### 3.3 Informações sobre outros resultados da gestão

As informações relativas a este Item constam de forma pormenorizada nas análises situacionais das Ações que integram os Quadros 3.2.2.1.

Em função da complexidade que envolve a definição de indicadores, inclusive por requerer o domínio dos conhecimentos das diversas temáticas de competência desta Fundação, foi programada para o exercício 2014 a estruturação de um projeto específico para a construção dos indicadores da instituição, sob a coordenação da DAGES, que deverá contar com a participação de todas as unidades, compreendendo a capacitação dos servidores para aplicação dos conceitos, metodologias e ferramentas voltadas à construção da base de dados que se constitui em principal desafio para a construção de um sistema de indicadores e para o acompanhamento dos resultados das ações. Esta medida está em sintonia com as determinações do Acórdão TCU N° 4679/2013 – 2ª Câmara e do Acórdão TCU N° 111/2014 – 2ª Câmara.

#### 4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

##### 4.1 Estrutura de governança

A estrutura organizacional da FUNAI, em conformidade ao Regimento Interno aprovado pela Portaria No 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012, e alterado pela Portaria N° 332 /PRES, de 05 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 08 de abril de 2013. contempla os seguintes órgãos seccionais com vistas a governança e autocontrole da gestão: Auditoria Interna; Corregedoria e Ouvidoria.

A Auditoria Interna audita a gestão, sob os aspectos orçamentário, financeiro, contábil, operacional, pessoal e de sistemas da FUNAI, conforme o plano anual de auditoria interna; avalia os procedimentos administrativos e operacionais quanto à conformidade com a legislação, regulamentos e normas; avalia e propor medidas saneadoras para eliminar ou mitigar os riscos internos identificados em ações de auditoria; realiza auditoria de natureza especial, não prevista no plano de atividades de auditoria interna, e elabora estudos e relatórios específicos, quando demandado pelo Conselho Fiscal ou pela Direção da FUNAI; examina a prestação de contas anual da FUNAI e da renda do patrimônio indígena, e emite parecer prévio; estabelece planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando maior eficiência, eficácia e efetividades dos controles internos; elaborar o plano anual de auditoria interna e relatório anual auditoria interna, assim como manter atualizado o manual de auditoria interna; coordenar as ações para prestar informações, esclarecimentos e justificativas aos órgãos de controle interno e externo; examinar e emitir parecer sobre tomada de contas especial, quanto ao cumprimento dos normativos a que se sujeita, emanados do órgão de controle externo; e prestar orientação às demais unidades da FUNAI, nos assuntos inerentes à sua área de competência.

A Corregedoria promove a correição nos órgãos internos e unidades descentralizadas, para verificar a regularidade e eficácia dos serviços e propor medidas saneadoras de seu funcionamento; instaura sindicâncias e processos administrativos disciplinares; examina denúncias, representações e demais expedientes que tratam de irregularidades funcionais; julgar e aplicar penalidades, em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão de até trinta dias; instruir os processos administrativos disciplinares, cujas penalidades propostas forem demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, para remessa ao Ministro de Estado da Justiça para julgamento; e exercer as demais competências previstas no art. 5º do Decreto no 5.480, de 30 de junho de 2005.

À Ouvidoria compete encaminhar denúncias de violação dos direitos indígenas individuais e coletivos; contribuir na resolução dos conflitos indígenas; e promover a articulação entre a FUNAI, povos, comunidades e organizações indígenas, instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, que tratam dos direitos humanos, para prevenir, mediar e resolver as tensões e conflitos e garantir a convivência amistosa das comunidades indígenas; e contribuir para o desenvolvimento de políticas em prol das populações indígenas.

#### 4.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos

Quadro 4.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p><b>Análise Crítica:</b></p> <p>A FUNAI vem envidando esforços para a melhoria da qualidade de seus controles internos administrativos. Contudo, ainda não dispõe de mecanismos instituídos formalmente que respondam a cada elemento do modelo na forma proposta no quadro “Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ”.</p> <p>Os procedimentos de controle em sua maioria são adotados no âmbito das próprias unidades, conforme a sensibilidade dos gestores e servidores na busca de sempre atender aos normativos que regem cada assunto e</p>					

atividade. À medida da necessidade são elaboradas normas para orientações sobre assuntos específicos.

Nesse sentido a instituição percebe a necessidade dos controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade, para tanto, realizou no exercício de 2013 a capacitação de 762 servidores em diversas áreas, com destaque na realização do II Encontro de Administração e Gestão que representou uma das principais realizações para capacitar sua força de trabalho no intuito de garantir o fiel cumprimento das Leis e normas que regem a execução orçamentária no âmbito do Serviço Público Federal.

Além disso, vem também aprimorando seus mecanismos de controles dos acervos patrimoniais da Sede e de suas unidades descentralizadas com monitoramento das atividades e treinamento de servidores de forma a aprimorar a eficiência na elaboração de inventários patrimoniais, encaminhando à Corregedoria da Fundação os casos em que são identificados danos ou prejuízos ao erário pelo mau uso de bens públicos, no intuito de contribuir com o alcance dos objetivos e metas estabelecidas. Além disso, encontram-se em discussões no âmbito da instituição o código de ética e a política de comunicação e divulgação visando propiciar os mecanismos necessários para o funcionamento dos controles internos com suas respectivas avaliações.

As práticas de avaliação de riscos e de monitoramento são conduzidas de forma individual pelas unidades não havendo ainda um modelo formal com essa finalidade específica para a instituição. Contudo encontra-se em processo de construção uma sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação com a perspectiva de dotar a FUNAI de instrumentos para a formalização dos objetivos e metas que tem como objetivos, dentre outros, possibilitar além do monitoramento a realização de diagnósticos dos riscos e fragilidades dos seus processos, nos diversos níveis da gestão, visando a adoção de medidas saneadoras e o provimento de informações úteis à tomada de decisão.

#### Escala de valores da Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

### 4.3 Sistema de Correição

A Corregedoria da Funai está regulamentada através do Decreto nº 7.778 de 27 de julho de 2012, em seu artigo 16, e também no Regimento Interno desta Fundação (Portaria nº 1.733/PRES, de 27 de dezembro de 2012), em seus artigos de 31 a 33, abaixo transcritos:

*“Decreto nº 7.778*

*Art. 16. À Corregedoria compete:*

*I - promover correição nos órgãos internos e unidades descentralizadas, para verificar a regularidade e eficácia dos serviços e propor medidas saneadoras de seu funcionamento;*

*II - instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares;*

*III - examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratam de irregularidades funcionais;*

*IV - julgar e aplicar penalidades, em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão de até trinta dias;*

*V - instruir os processos administrativos disciplinares, cujas penalidades propostas forem demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, para remessa ao Ministro de Estado da Justiça para julgamento; e*

*VI - exercer as demais competências previstas no art. 5o do Decreto no 5.480, de 30 de junho de 2005.*

*PORTARIA No 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012.*

*(...)*

*Art. 31. À **Corregedoria – CORREG** compete:*

*I - promover correição nos órgãos internos e unidades descentralizadas, para verificar a regularidade e eficácia dos serviços e propor medidas saneadoras de seu funcionamento;*

*II - instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares;*

*III - examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratam de irregularidades funcionais;*

*IV - julgar e aplicar penalidades, em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão de até trinta dias;*

*V - instruir os processos administrativos disciplinares, cujas penalidades propostas forem demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, para remessa ao Ministro de Estado da Justiça para julgamento; e*

*VI - exercer as demais competências previstas no art. 5o do Decreto no 5.480, de 30 de junho de 2005.*

*Art. 32. À **Coordenação de Assuntos Disciplinares - COAD** compete:*

*I - coordenar a instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares;*

*II - coordenar a preparação dos atos necessários ao julgamento e aplicação de penalidades, pelo Corregedor, aos servidores lotados ou em exercício na FUNAI, decorrentes de sindicâncias ou de processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão de até trinta dias;*

*III - supervisionar e acompanhar o andamento das sindicâncias e processos administrativos disciplinares da FUNAI;*

*IV - coordenar a fiscalização das atividades funcionais dos órgãos internos e unidades descentralizadas;*

*V - planejar, orientar, supervisionar, avaliar e controlar as atividades de correição no âmbito da FUNAI;*

*VI - acompanhar as atividades da Comissão de Ética da FUNAI;*

*VII - realizar estudos para elaboração de normas em sua área de atuação; e*

*VIII - assessorar o Corregedor no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento da Corregedoria.*

*Art. 33. Ao **Serviço de Análise Correicional – SEAN** compete:*

*I - examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração;*

*II - examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;*

*III - preparar os atos necessários à instauração e ao julgamento, pelo*

*Corregedor, das sindicâncias, inclusive patrimonial e dos processos administrativos disciplinares;*

*IV - executar as atividades de investigação e inspeções, preliminares aos processos de sindicância e administrativos disciplinares e aos demais procedimentos correccionais, que tenham por finalidade a apuração de responsabilidade disciplinar de servidores e empregados públicos lotados ou em exercício na FUNAI;*

*V - realizar diligências, requisitar informações, dados, processos e quaisquer documentos no interesse da atividade correicional;*

*VI - apreciar consultas e manifestar-se sobre matérias relacionadas à ética e disciplina funcionais; e*

*VII - examinar os recursos que versem sobre disciplina funcional e preparar os atos de julgamento pelo Corregedor.*

**Art. 34. Ao Serviço de Controle e Apoio Técnico – SECAT compete:**

*I - preparar os atos necessários à requisição de servidores das unidades da FUNAI, para compor comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar;*

*II - registrar a tramitação e os resultados das sindicâncias, dos processos administrativos disciplinares e dos expedientes em curso, da Corregedoria;*

*III - solicitar à Procuradoria Federal Especializada da FUNAI o acompanhamento de ações judiciais relativas às atividades correccionais;*

*IV- controlar as informações referentes aos feitos administrativos disciplinares; e*

*V - realizar as atividades de concessão de diárias e passagens e monitorar a apresentação das respectivas prestações de contas, no âmbito da Corregedoria.”*

Principais resultados das atividades desta Corregedoria no ano de 2013. (dados extraídos dos arquivos internos desta Unidade)
PADs instaurados: <b>26</b>
Sindicâncias Punitivas instauradas: <b>02</b>
Sindicâncias Investigativas instauradas: <b>24</b>
PADs julgados por esta Corregedoria em 2013: <b>09</b>
PADs julgados pelo MJ: <b>11</b>
Sindicâncias julgadas em 2013: <b>08</b>
Quantidade de suspensões aplicadas: <b>13</b>
Quantidade de advertências aplicadas: <b>02</b>
Quantidade de demissões: 19
Destituição do cargo: 07
Nota de culpa: 06

Relatórios extraídos do sistema CGUPAD.

## **CGU-PAD - RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS**

### **Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

### **Fundação Nacional do Índio**

Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Quadro Consolidado: Número de Procedimentos

Total de Processos Administrativos Disciplinares 10

Total de Ritos Sumários 0

Total de Sindicâncias 1

Total de Sindicâncias Patrimoniais 0

Total de Procedimentos 11

**CGU-PAD Controladoria-Geral da União**  
**RELATÓRIO DE RESULTADOS DE JULGAMENTOS POR SITUAÇÃO**  
**01/01/2013 A 31/12/2013**

**Dados do Filtro:**

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Quadro Consolidado

Total Apenado: 44

Total Penalidade prescrita: 0

Esta Corregedoria atualmente conta com 18 (dezoito) servidores lotados nesta, sendo que 10 (dez), atuam exclusivamente na composição de Comissões Disciplinares.

Para composição das comissões disciplinares, tivemos ainda a colaboração de 03 (três) servidores do DPRF, disponibilizados por meio de ofício e 07(sete) disponibilizados pelas Regionais desta Fundação.

**4.4 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

As ações da Corregedoria estão em consonância com os preceitos contidos nos artigos 4º e 5º da Portaria nº 1.043/2007/CGU, ou seja, tem lançado na medida do possível, no sistema CGU-PAD, os procedimentos instaurados. Ocorre porém, que devido as licenças por problemas de saúde da servidora designada para tal mister, o sistema não está devidamente atualizado, mas temos o compromisso de atualiza-lo o mais rápido possível.

**4.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos**

A FUNAI ainda não possui um sistema de indicadores para monitorar e avaliar o funcionamento do modelo de governança e a efetividade dos controles internos na forma proposta na Portaria 175/2013. No entanto, pretende desenvolver projeto nesse sentido, em 2014.

**5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Não houve ocorrência na UJ, durante o exercício, de informações previstas no *Quadro 5.2 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos* e para os itens 5.2.1 e 5.2.2. Para o *Quadro 5.5.2 - Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por suprido (Conta Tipo “B”)* e para o item 5.5.2 *Suprimento de fundos – Conta Tipo “B”*, não foram realizadas despesas no exercício. O item 5.6 *Renúncias sob a gestão da UJ* e seus subitens e Quadros não se aplicam a UJ.

**5.1 Execução das despesas**

**5.1.1 Programação**

**Quadro 5.1.1 – Programação de Despesas**

<b>Unidade Orçamentária :</b> Fundação Nacional do Índio	<b>Código UO:</b> 30202	<b>UGO:</b> 194088	
<b>Origem dos Créditos Orçamentários</b>	<b>Grupos de Despesa Correntes</b>		
	<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3- Outras Despesas Correntes</b>

<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			334.655.470		205.951.860
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>		24.187.962		20.703.306
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
<b>Créditos Cancelados</b>		851.732		641.622	
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2013 (A)</b>			357.991.700		226.013.544
<b>Dotação final 2012(B)</b>			341.375.704		169.221.798
<b>Variação (A/B-1)*100</b>			4,9%		33,6%
<b>Origem dos Créditos Orçamentários</b>			<b>Grupos de Despesa Capital</b>		
			<b>4 – Investimen tos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6- Amortização da Dívida</b>
<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>			67.304.633	928.786	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>				
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>			
	<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>			
		<b>Reabertos</b>	16.301.550	309.595	
<b>Créditos Cancelados</b>		33.965.156	309.595		
<b>Outras Operações</b>					
<b>Dotação final 2013 (A)</b>			49.641.027	928.786	
<b>Dotação final 2012(B)</b>			48.335.238	1.309.595	
<b>Variação (A/B-1)*100</b>			2,7%	-29,1%	

Fonte: Siafi Gerencial

#### 5.1.1.1 Análise crítica

Acerca da compatibilidade das dotações orçamentárias, de forma geral ficou aquém da necessidade da Fundação para o seu cumprimento institucional, houve 99% de execução

orçamentária do limite liberado para empenho e 16% da dotação permaneceu contingenciada, assim, vários planos de trabalhos não foram executados no exercício de 2013 em virtude dos cortes efetuados na proposta orçamentária apresentada às instâncias superiores, bem como a necessidade maior de limite orçamentário.

Para o cumprimento da programação de trabalho, cumpre ressaltar que os remanejamentos entre os grupos de despesas só foram operacionalizados no final do exercício, de forma tempestiva que resultou na demora nos pagamentos das obrigações contratuais e questionamentos por parte dos fornecedores de bens e serviços, bem como expressivo aumento dos restos a pagar.

Houve suplementação de 33% na dotação do grupo de despesa “outras despesas correntes”, que restou demonstrada a necessidade inicial do aporte quando da elaboração do orçamento para fazer face ao processo de gestão orçamentária, entretanto, as dificuldades aumentaram considerando que a suplementação dependeu de limite de empenho extra chamado de “cota de encerramento do exercício” ou então se a Fundação providenciasse cancelamentos de empenhos para executar a suplementação, acarretando em atrasos na execução bem como o cancelamento de empenho para o atendimento dos casos considerados prioritários.

No exercício em análise, temos a informar que houve pequeno crescimento da dotação orçamentária da Funai, comparando-se os exercício de 2012 e 2013, entretanto, foi necessário a indicação de cancelamento parcial da dotação de investimento para fazer face as despesas de custeio, comprometendo o plano de investimento da Fundação.

## 5.1.2 Movimentação de créditos interna e externa

### 5.1.2.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa

Quadro 5.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	194088	190004	302020612221122000			1.121,00
	194088	194005	302020612221122000			1.421,90
	194088	194028	302020612221122000			3.339,90
	194088	194041	302020612221122000			2.227,75
	194088	194044	302020612221122000			13.816,40
	194088	194046	302020612221122000			5.232,00
	194088	194047	302020612221122000			3.795,20
	194088	194063	302020612221122000			1.121,00
	194088	194064	302020612221122000			1.166,10
	194088	190004	302021339120658635			33.903,27
	194088	194003	302021339120658635			29.337,76
	194088	194004	302021339120658635			11.851,66

	194088	194005	302021339120658635			23.540,23
	194088	194006	302021339120658635			16.252,49
	194088	194008	302021339120658635			29.118,90
	194088	194009	302021339120658635			18.900,82
	194088	194020	302021339120658635			27.953,96
	194088	194022	302021339120658635			3.378.389,9 7
	194088	194028	302021339120658635			13.330,18
	194088	194033	302021339120658635			81.987,44
	194088	194041	302021339120658635			2.592,60
	194088	194044	302021339120658635			107.034,44
	194088	194045	302021339120658635			30.329,69
	194088	194047	302021339120658635			15.944,21
	194088	194063	302021339120658635			15.340,97
	194088	194064	302021339120658635			6.013,66
	194088	194067	302021339120658635			16.478,56
	194088	190004	302021412221122000			570.410,48
	194088	194003	302021412221122000			1.051.750,0 9
	194088	194004	302021412221122000			386.171,17
	194088	194005	302021412221122000			730.016,49
	194088	194006	302021412221122000			1.142.278,6 0
	194088	194008	302021412221122000			245.190,40
	194088	194009	302021412221122000			792.889,96
	194088	194010	302021412221122000			731.959,04
	194088	194012	302021412221122000			657.664,62
	194088	194020	302021412221122000			518.727,42
	194088	194022	302021412221122000			2.496.904,9 3
	194088	194028	302021412221122000			2.792.633,0 0
	194088	194033	302021412221122000			3.427.498,8 9
	194088	194041	302021412221122000			821.924,75
	194088	194044	302021412221122000			1.951.855,2 4
	194088	194045	302021412221122000			737.615,10
	194088	194046	302021412221122000			1.152.723,7 6
	194088	194047	302021412221122000			773.912,19
	194088	194063	302021412221122000			275.137,31
	194088	194064	302021412221122000			799.527,91
	194088	194067	302021412221122000			1.503.899,8 9
	194088	194068	302021412221122000			986.029,83
	194088	194075	302021412221122000			740.396,45
	194088	190004	302021412221122000			570.410,48
	194088	194003	302021412221122000			1.051.750,0 9
	194088	194004	302021412221122000			386.171,17
	194088	194005	302021412221122000			730.016,49
	194088	194006	302021412221122000			1.142.278,6 0
	194088	194008	302021412221122000			245.190,40
	194088	194009	302021412221122000			792.889,96
	194088	194010	302021412221122000			731.959,04

	194088	194012	302021412221122000		657.664,62
	194088	194020	302021412221122000		518.727,42
	194088	194022	302021412221122000		2.496.904,93
	194088	194028	302021412221122000		2.792.633,00
	194088	194033	302021412221122000		3.427.498,89
	194088	194041	302021412221122000		821.924,75
	194088	194044	302021412221122000		1.951.855,24
	194088	194045	302021412221122000		737.615,10
	194088	194046	302021412221122000		1.152.723,76
	194088	194047	302021412221122000		773.912,19
	194088	194063	302021412221122000		275.137,31
	194088	194064	302021412221122000		799.527,91
	194088	194067	302021412221122000		1.503.899,89
	194088	194068	302021412221122000		986.029,83
	194088	194075	302021412221122000		740.396,45
	194088	190004	3020214125206520UF		575.257,67
	194088	194003	3020214125206520UF		623.762,05
	194088	194004	3020214125206520UF		78.068,57
	194088	194005	3020214125206520UF		625.676,04
	194088	194006	3020214125206520UF		153.017,55
	194088	194008	3020214125206520UF		183.454,60
	194088	194009	3020214125206520UF		855.758,16
	194088	194010	3020214125206520UF		284.719,08
	194088	194012	3020214125206520UF		33.063,58
	194088	194020	3020214125206520UF		11.582.419,73
	194088	194028	3020214125206520UF		450.116,12
	194088	194033	3020214125206520UF		441.196,68
	194088	194041	3020214125206520UF		85.450,27
	194088	194044	3020214125206520UF		3.280.820,23
	194088	194045	3020214125206520UF		307.566,80
	194088	194046	3020214125206520UF		56.677,77
	194088	194047	3020214125206520UF		69.424,71
	194088	194063	3020214125206520UF		73.997,33
	194088	194064	3020214125206520UF		49.846,15
	194088	194067	3020214125206520UF		73.584,24
	194088	194068	3020214125206520UF		192.702,29
	194088	194075	3020214125206520UF		20.015,75
	194088	190004	302021442320652384		406.692,10
	194088	194003	302021442320652384		491.712,99
	194088	194004	302021442320652384		156.172,01
	194088	194005	302021442320652384		373.512,66
	194088	194006	302021442320652384		636.577,15
	194088	194008	302021442320652384		1.249.790,59
	194088	194009	302021442320652384		1.865.737,12
	194088	194010	302021442320652384		164.485,61
	194088	194012	302021442320652384		464.240,02
	194088	194020	302021442320652384		904.974,62

	194088	194028	302021442320652384			848.388,98
	194088	194033	302021442320652384			1.168.057,11
	194088	194041	302021442320652384			516.462,07
	194088	194044	302021442320652384			1.727.432,01
	194088	194045	302021442320652384			550.231,16
	194088	194046	302021442320652384			1.032.515,40
	194088	194047	302021442320652384			791.914,05
	194088	194063	302021442320652384			320.823,84
	194088	194064	302021442320652384			704.637,63
	194088	194067	302021442320652384			804.250,90
	194088	194068	302021442320652384			200.662,88
	194088	194075	302021442320652384			434.944,97
<b>Recebidos</b>						
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas de Capital</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebedora</b>		<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Amortização da Dívida</b>
<b>Concedidos</b>	194088	194004	302021339120658635	2.689,00		
	194088	194022	302021339120658635	1.484.944,82		
	194088	194041	302021339120658635	3.340,00		
	194088	194063	302021339120658635	7.952,00		
	194088	194067	302021339120658635	2.979,00		
	194088	194022	302021339120658635	500.000,00		
	194088	190004	302021412221122000	56.473,98		
	194088	194003	302021412221122000	2.738,00		
	194088	194005	302021412221122000	7.000,00		
	194088	194006	302021412221122000	15.801,90		
	194088	194008	302021412221122000	27.000,00		
	194088	194009	302021412221122000	108.900,00		
	194088	194012	302021412221122000	390.153,93		
	194088	194020	302021412221122000	364,50		
	194088	194022	302021412221122000	389.307,70		
	194088	194028	302021412221122000	2.160.011,38		
	194088	194033	302021412221122000	278.485,15		
	194088	194041	302021412221122000	14.450,00		
	194088	194045	302021412221122000	45.405,00		
	194088	194046	302021412221122000	145.324,00		
	194088	194047	302021412221122000	18.431,00		
	194088	194063	302021412221122000	12.910,00		
	194088	194064	302021412221122000	2.620,00		
	194088	194067	302021412221122000	310.134,57		
	194088	194008	3020214125206520UF	86.925,54		
	194088	194009	3020214125206520UF	426.790,00		
	194088	194010	3020214125206520UF	15.843,40		
	194088	194012	3020214125206520UF	106.060,13		
	194088	194020	3020214125206520UF	294.536,00		
	194088	194028	3020214125206520UF	641.640,84		
	194088	194033	3020214125206520UF	395,00		
	194088	194044	3020214125206520UF	719.169,80		

	194088	194045	3020214125206520UF	57.264,00		
	194088	194046	3020214125206520UF	43.217,00		
	194088	194068	3020214125206520UF	4.497,00		
	194088	194003	302021442320652384	149.850,00		
	194088	194004	302021442320652384	25.530,00		
	194088	194005	302021442320652384	7.204,38		
	194088	194008	302021442320652384	169.238,05		
	194088	194009	302021442320652384	998.386,96		
	194088	194010	302021442320652384	3.418,00		
	194088	194012	302021442320652384	1.060,13		
	194088	194020	302021442320652384	199.986,41		
	194088	194028	302021442320652384	1.635.712,00		
	194088	194033	302021442320652384	6.277,00		
	194088	194044	302021442320652384	237.700,00		
	194088	194045	302021442320652384	64.686,00		
	194088	194046	302021442320652384	116.729,19		
	194088	194047	302021442320652384	142.057,55		
	194088	194063	302021442320652384	3.816,00		
	194088	194067	302021442320652384	395.149,60		
	194088	194068	302021442320652384	143.752,58		
	194088	194033	302021442320652384	499.519,98		
<b>Recebidos</b>						

**Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão**

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	200094	194088	301010612221122000			458.803,01
<b>Recebidos</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>						
<b>Recebidos</b>						

Fonte: SIAFI Gerencial

5.1.2.2 – Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa

Quadro 5.1.2.2 – Movimentação Orçamentária EXterna por Grupo de Despesa

Origem da	UG	Classificação da ação	Despesas Correntes
-----------	----	-----------------------	--------------------

Movimentação	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	440040	194088	4490218541205020G4			3.000.000,00
	201002	194088	471010927200890181	200.000,00		
	113214	194029	622012612520172912			4.607,80
	194088	200005	302021412221122000			134.833,49
<b>Recebidos</b>						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>	153173	194088	2629812368203020RS	461.713,17		
	393003	194088	3925226782207510KR	1.213.400,00		
	393003	194088	39252267822075113Y	2.408.640,00		
	393003	194088	392522678220751490	73.980,36		
	420032	194088	4210113392202720ZG	326.878,67		
<b>Recebidos</b>						

Fonte: Siafi Gerencial

### 5.1.3 Realização da despesa

#### 5.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – total

##### Quadro 5.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO			Código	UO:	UGO:
			30202		194088
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>63.911.557,25</b>	<b>56.820.639,41</b>	<b>61.907.439,22</b>	<b>56.763.708,85</b>	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência		61.110,33		61.110,33	
d) Pregão	63.911.557,25	56.759.529,08	61.907.439,22	56.702.598,52	
e) Concurso					
f) Consulta					

g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>22.838.184,04</b>	<b>13.615.252,17</b>	<b>22.340.467,12</b>	<b>13.578.106,81</b>
h) Dispensa	20.595.515,29	11.648.404,03	20.219.390,70	11.638.186,26
i) Inexigibilidade	2.242.668,75	1.966.848,14	2.121.076,42	1.939.920,55
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>61.995,95</b>	<b>86.756,88</b>	<b>61.995,95</b>	<b>86.756,88</b>
j) Suprimento de Fundos	61.995,95	86.756,88	61.995,95	86.756,88
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>360.189.743,78</b>	<b>343.728.139,73</b>	<b>360.141.745,45</b>	<b>343.605.056,40</b>
k) Pagamento em Folha	349.096.596,75	332.280.061,18	349.069.261,03	332.157.788,25
l) Diárias	11.093.147,03	11.448.078,55	11.072.484,42	11.447.268,15
<b>5. Outros</b>	<b>381.879.685,46</b>	<b>34.373.680,99</b>	<b>381.257.835,85</b>	<b>34.364.863,56</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>828.881.166,48</b>	<b>448.624.469,18</b>	<b>825.709.483,59</b>	<b>448.398.492,50</b>

Fonte: Siafi Gerencial

5.1.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ

Quadro 5.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária: FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO		Código UO: 30202		UGO: 194088	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>34.069.377,39</b>	<b>30.468.193,01</b>	<b>33.336.554,25</b>	<b>30.420.863,24</b>	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência		61.110,33		61.110,33	
d) Pregão	34.069.377,39	30.407.082,68	33.336.554,25	30.359.752,91	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>15.605.492,64</b>	<b>6.601.810,85</b>	<b>15.507.193,40</b>	<b>6.575.154,06</b>	
h) Dispensa	14.318.322,95	5.350.044,91	14.265.433,42	5.349.894,91	
i) Inexigibilidade	1.287.169,69	1.251.765,94	1.241.759,98	1.225.259,15	

<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>57.870,54</b>	<b>75.782,17</b>	<b>57.870,54</b>	<b>75.782,17</b>
j) Suprimento de Fundos	57.870,54	75.782,17	57.870,54	75.782,17
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>356.766.036,38</b>	<b>339.562.194,67</b>	<b>356.718.038,05</b>	<b>339.439.921,74</b>
k) Pagamento em Folha	349.096.596,75	332.280.061,18	349.069.261,03	332.157.788,25
l) Diárias	7.669.439,63	7.282.133,49	7.648.777,02	7.282.133,49
<b>5. Outros</b>	<b>378.585.230,33</b>	<b>26.683.015,04</b>	<b>378.066.933,85</b>	<b>26.678.515,04</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>785.084.007,28</b>	<b>403.390.995,74</b>	<b>783.686.590,09</b>	<b>403.190.236,25</b>

Fonte: Siafi Gerencial

Obs 1: Unidades Gestoras consideradas:

194007,194011,194018,194019,194027,194029,194031,194036,194042,194048,194061,194074,194077,194085,194035,194151,194152

Obs 2: A despesa de pessoal é paga apenas na UG 194035.

5.1.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total

Quadro 5.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO						Código UO: 30202		UGO: 194088	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>									
Vencimentos e vantagens fixas-pessoal civil	217.413.044,35	204.900.281,83	217.413.044,35	204.900.281,83			217.386.933,89	204.883.470,97	
Aposent.rpps, reser. Remuner. e refor. Militar	62.804.758,05	60.039.835,58	62.804.758,05	60.039.835,58			62.804.758,05	60.039.835,58	
Obrigacoes patronais	44.686.827,34	43.103.010,16	44.686.827,34	43.103.010,16			44.685.602,08	43.102.435,22	
Demais elementos do grupo	24.191.967,01	24.236.933,61	24.191.967,01	24.236.933,61			24.191.967,01	24.132.046,48	
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									

3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>									
Indenizações e Restituições	45.176.498,60	8.827.555,46	7.660.009,78	6.369.561,50	37.516.488,82	2.457.993,96	7.082.433,16	6.364.561,50	
Outros Serviços de Terceiros - PJ	39.413.444,34	27.007.325,49	28.543.684,57	14.926.827,83	10.869.759,77	12.080.497,66	28.082.719,05	14.887.165,04	
Locação de Mão-de-Obra	30.842.854,51	26.901.241,99	26.921.481,20	23.694.485,77	3.921.373,31	3.206.756,22	26.343.320,56	23.662.683,16	
Demais elementos do grupo	75.060.711,61	75.493.918,79	63.074.840,22	63.856.298,71	11.985.871,39	11.637.620,08	62.014.972,63	63.824.060,36	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>									
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>		
<b>4. Investimentos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	
Equipamento e Material Permanente	18.318.792,86	24.543.479,67	4.319.783,72	7.561.237,79	13.999.009,14	16.982.241,88	3.983.947,89	7.561.237,79	
Outros Serviços de Terceiros - PJ	3.702.378,00		11.455,00		3.690.923,00		11.455,00		

Obras e Instalações	1.730.574,10	743.625,34	154.098,49	26.701,14	1.576.475,61	716.924,20	49.493,24	26.701,14
Demais elementos do grupo	2.620,00		2.620,00					
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
Aquisição de Imóveis	928.786,00	0		0	928.786,00	0		0
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi Gerencial

5.1.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ

Quadro 5.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária: FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO		Código UO: 30202				UGO: 194088			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<b>1. Despesas de Pessoal</b>									
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	217.413.044,35	204.900.281,83	217.413.044,35	204.900.281,83			217.386.933,89	204.883.470,97	
Aposent.rpps, reser. Remuner. e refor.Militar	62.804.758,05	60.039.835,58	62.804.758,05	60.039.835,58			62.804.758,05	60.039.835,58	
Obrigações Patronais	44.686.827,34	43.103.010,16	44.686.827,34	43.103.010,16			44.685.602,08	43.102.435,22	
Demais elementos do grupo	24.191.967,01	24.236.933,61	24.191.967,01	24.236.933,61			24.191.967,01	24.132.046,48	
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>									
Indenizações e Restituições	32.559.690,13	6.990.379,25	7.191.065,80	6.181.873,73	25.368.624,33	808.505,52	6.706.357,67	6.176.873,73	
Outros Serviços de Terceiros - PJ	29.044.527,98	17.878.395,80	22.074.160,45	8.080.361,89	6.970.367,53	9.798.033,91	22.010.986,76	8.053.705,10	
Locação de Mão-de-Obra	17.829.844,15	14.718.163,62	15.812.871,14	13.058.500,44	2.016.973,01	1.659.663,18	15.741.686,26	13.036.298,62	
Demais elementos do grupo	46.234.641,72	42.445.075,24	40.944.397,76	37.801.221,46	5.290.243,96	4.643.853,78	40.356.480,26	37.771.593,51	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<b>4. Investimentos</b>									
Equipamento e Material Permanente	6.353.689,61	13.931.148,09	856.863,63	6.064.701,78	5.496.825,98	7.866.446,31	721.102,08	6.064.701,78	
Outros Serviços de Terceiros – PJ	3.701.098,00		11.455,00		3.689.643,00		11.455,00		

Obras e Instalações	152.475,61	50.707,50	0	14.980,00	152.475,61	35.727,50		14.980,00
Demais elementos do grupo	0		0		0		0	
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
Aquisição de Imóveis	928.786,00				928.786,00			
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

**Fonte:** Siafi Gerencial

5.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

Quadro 5.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>64.560.140</b>	<b>56.977.748</b>	<b>62.556.022</b>	<b>56.920.817</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência		61.110		61.110
d) Pregão	64.560.140	56.916.637	62.556.022	56.859.707
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>22.844.430</b>	<b>13.615.252</b>	<b>22.346.413</b>	<b>13.578.106</b>
h) Dispensa	20.601.761	11.648.404	20.225.336	11.638.186
i) Inexigibilidade	2.242.668	1.966.848	2.121.076	1.939.920
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>62.995</b>	<b>86.937</b>	<b>62.995</b>	<b>86.937</b>
j) Suprimento de Fundos	62.995	86.937	62.995	86.937
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>360.530.405</b>	<b>343.811.531</b>	<b>360.482.407</b>	<b>343.688.448</b>
k) Pagamento em Folha	349.291.257	332.280.061	349.263.922	332.157.788
l) Diárias	11.239.147	11.531.470	11.218.485	11.530.659
<b>5. Outros</b>	<b>394.414.339</b>	<b>367.542.345</b>	<b>391.378.813</b>	<b>363.873.026</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>842.412.310</b>	<b>782.033.814</b>	<b>836.826.651</b>	<b>778.147.335</b>

Fonte: Siafi Gerencial

5.1.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

Quadro 5.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1. Despesas de Pessoal</b>								
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	217.413.044,35	204.900.281,83	217.413.044,35	204.900.281,83			217.386.933,89	204.883.470,97
Aposent.rpps, reser. Remuner. e refor.Militar	62.902.635,92	60.039.835,58	62.902.635,92	60.039.835,58			62.902.635,92	60.039.835,58
Obrigações Patronais	44.686.827,34	43.103.010,16	44.686.827,34	43.103.010,16			44.685.602,08	43.102.435,22
Demais elementos do grupo	24.288.750,20	24.236.933,61	24.288.750,20	24.236.933,61			24.288.750,20	24.132.046,48
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								

Indenizações e restituições	45.176.498,60	8.827.555,46	7.660.009,78	6.369.561,50	37.516.488,82	2.457.993,96	7.082.433,16	6.364.561,50
Outros serviços de terceiros - PJ	39.426.092,34	27.045.942,31	28.556.332,57	14.954.308,33	10.869.759,77	12.091.633,98	28.095.367,05	14.914.645,54
Locação de Mão-de-Obra	17.829.844,15	26.901.241,99	15.812.871,14	23.694.485,77	2.016.973,01	3.206.756,22	15.741.686,26	23.662.683,16
Demais elementos do grupo	79.274.288,44	75.994.727,97	64.012.682,85	64.069.499,09	15.261.605,59	11.925.228,88	62.952.515,28	64.037.260,74
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
<b>4. Investimentos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Equipamento e material permanente	18.318.792,86	24.681.843,17	4.319.783,72	7.561.237,79	13.999.009,14	17.120.605,38	3.983.947,89	7.561.237,79
Outros serviços de terceiros - PJ	7.398.398,36	4.500.000,00	2.494.075,36	4.500.000,00	4.904.323,00		85.435,36	4.500.000,00
Obras e instalações	1.730.574,10	743.625,34	154.098,49	26.701,14	1.576.475,61	716.924,20	49.493,24	26.701,14
Demais elementos do grupo	2.620,00		2.620,00				2.620,00	
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
Aquisição de Imóveis	928.786,00				928.786,00			
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos								

do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

**Fonte:** Siafi Gerencial

### 5.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

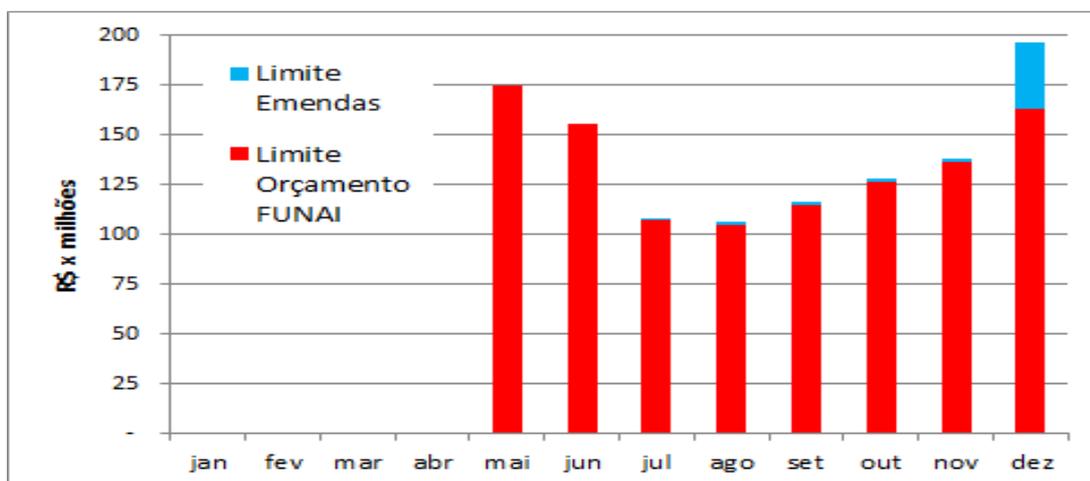
As principais alterações ocorridas no exercício em análise, com relação a modalidade de licitação, foi o aumento de cerca de 12% nas despesas com pregões quando comparados com a dotação orçamentária de 2012, percentual considerado dentro da normalidade em virtude do crescimento vegetativo dos contratos e a abertura de novas Coordenações Técnicas Locais.

No tocante as contratações diretas, houve crescimento expressivo na modalidade de dispensa de licitação em 76,8%, em razão das novas contratações de Locação de Imóveis com o valor de R\$ 15,1 milhões (62%), especialmente da Sede da Funai em Brasília-DF, também nos serviços de energia elétrica, com o valor de R\$ 1,6 milhões, serviço de telecomunicação com o valor de R\$ 1,0 milhão, Vigilância Ostensiva com o valor de R\$ 726 mil dentre outros.

O **contingenciamento no exercício** foi extremamente prejudicial para o planejamento orçamentário das unidades com vistas a execução, considerando que o Decreto nº 7.995, de 02 de maio de 2013 contingenciou por grupo de despesa e as Portarias SOF nºs 267 e 268/2013, contingenciaram por natureza de despesa detalhada, especialmente as despesas de funcionamento, afetando as atividades administrativas e finalísticas, fato que com a capilaridade da Funai, que possui representação administrativa em quase todos os Estados da Federação, restou prejudicada a efetividade das ações operacionais e orçamentárias dada a forte restrição na execução dos recursos.

O Gráfico I mostra a evolução mensal do limite orçamentário autorizado para FUNAI. Nota-se a partir de julho, após a publicação do Decreto 8.062/13, uma queda brusca no valor do limite, recuperado somente no mês de dezembro.

**GRÁFICO I: EVOLUÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO AUTORIZADO EM 2013 À FUNAI**



Com a reestruturação da Funai promovida por meio do Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, foram priorizadas as instalações e adequações das novas e antigas unidades descentralizadas, sendo 36 Coordenações Regionais e 297 Coordenações Técnicas Locais, o que elevou as despesas de funcionamento administrativo devido as novas obrigações contratuais, especialmente as despesas com locação de imóvel, apoio administrativo, vigilância, reformas, aquisições de mobiliários e tecnologia da informação.

**Com relação ao grupo 1, despesas de pessoal,** temos a esclarecer que o aumento de 4,9% em relação ao exercício anterior, foi em virtude do crescimento vegetativo da folha de pagamento da Fundação, inércia típica dos gastos de pessoal.

**No tocante ao Grupo 3, Outras Despesas Correntes,** informamos que no decorrer do exercício de 2013, ocorreram acréscimos de despesas com serviços de terceiros, pessoa jurídica, decorrentes da prestação de serviços diversos dentre eles a locação de imóveis, em específico, para a Sede da Fundação no montante semestral de R\$ 8,4 milhões, instalação de novas Coordenações Técnicas Locais, prestação de serviços de recepcionistas e motoristas, serviços de outsourcing de impressão para a Sede e Coordenações Regionais, entretanto, destaca-se as despesas com indenizações de terras indígenas com o montante empenhado de R\$ 32 milhões, representando um aumento de 365% em relação ao exercício de 2012.

Nesta rubrica, destaca-se os gastos com locação de imóveis (10%), apoio administrativo (8%), vigilância (7%) e diárias (de servidores e colaboradores – 7%) que corresponderam a 32% do montante empenhado de R\$ 162,2 milhões.

**No que se refere ao grupo 4, Investimentos,** ressalta-se a diminuição em 29% da dotação orçamentária nesta rubrica em razão da manutenção das aquisições oriundas do exercício de 2012 na rubrica “outras despesas correntes”. O foco da direção foi a modernização e reestruturação da estrutura física e suporte tecnológico das unidades administrativas, com intuito de fortalecer e consolidar a estrutura organizacional. Apesar dos esforços em não diminuir os investimentos, com o limite imposto à Fundação, houve a necessidade de adequar a realidade orçamentária e com isso maximizar os recursos disponíveis, e ao longo dos exercícios seguintes recompor os investimentos.

Dessa forma, o plano de investimento para modernizar as Coordenações Regionais bem como substituir a frota de veículos e equipamentos obsoletos, destaca-se o valor empenhado que atingiu R\$ 19 milhões. Foram adquiridas cinquenta e quatro caminhonetes (R\$ 5,9 milhões), treze caminhões (R\$ 1,8 milhões), doze automóveis (R\$ 547 mil), cinco Vans/Minibus (R\$ 870 mil), cinco tratores (519 mil), 55 barcos (R\$ 426 mil), obras para construção de galpões e mesas de secagem para castanhas em comunidades Suruí-Paiter e Cinta Larga (R\$ 124 mil), 68 motores (515 mil) e aquisição de equipamentos agrícolas no valor aproximado de R\$ 947 mil e por fim aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 7,4 milhões.

Os gastos relativo a rubrica de inversões financeiras, foi empenhado o montante de R\$ 928 mil para a aquisição de propriedade rural no Município de Santa Rita de Cássia/BA, destinada a comunidade indígena Atikum.

Os **recursos recebidos por movimentação** tiveram sua origem nos acordos celebrados pela Fundação Nacional do Índio – Funai e alguns Órgãos Federais objetivando o desempenho das atividades finalísticas da Fundação.

**No tocante ao grupo 3, Outras Despesas Correntes,** destaca-se a movimentação de crédito recebidos do Ministério da Justiça no valor de R\$ 458 mil para o atendimento dos deslocamentos dos representantes indígenas para a Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, fórum destinado a discussão de assuntos de interesse das Comunidades Indígenas.

Ressalta-se o termo de cooperação firmado entre o Fundo Nacional da Educação - FNDE e a Fundação Nacional do Índio no valor de R\$ 462 mil, referente ao fortalecimento dos territórios Etnoeducacionais contemplando as etapas de consultas e pactuação entre os dirigentes das instituições e representantes indígenas.

Foi firmado com a Secretaria de Articulação Institucionais do Ministério da Cultura, acordo visando o apoio ao Projeto “Forum Nacional Setorial” para as culturas dos Povos Indígenas no valor de R\$ 327

mil, com a finalidade de viabilizar o deslocamento dos indígenas que deveriam participar dos eventos: Aldeia Multiétnica e do Prêmio de Cultura Indígena, ambos no contexto do Fórum Nacional Setorial.

Também foi realizado o Termo de Cooperação com o Ministério do Meio Ambiente relativo ao Plano Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas-PNGATI no valor de R\$ 3 milhões, com a finalidade de apoiar a implementação da PNGATI, tendo em vista a necessidade de conceber mecanismos e instrumentos para: apoiar a gestão territorial e ambiental de terras indígenas; atuar em conjunto com outros órgãos e com organizações indígenas; compartilhar informações, instrumentos, metodologias e procedimentos, visando desenvolver metodologias de referência.

**No tocante ao grupo 4, Investimentos**, ressalta-se o valor de R\$ 3,7 milhões referentes as obras de pavimentação das Br's 230/PA e 422/PA nas adjacências da Terra Indígena Parakanã.

## 5.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve ocorrência na UJ, durante o exercício, de informações previstas no Quadro 5.2 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos e para os itens 5.2.1 e 5.2.2.

## 5.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

### QUADRO 5.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	24.992.902	18.326.775	2.099.415	4.566.712
2011	3.312.068	286.117	1.107.457	1.918.494
2010	509.050	255.529		253.521
2009	83.534			83.534
2008	56.753			56.753
2007	25.207		13.187	12.020
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	78.486	75.486	3.000	
2011	160.494	12.462	25.493	122.538
2010	51.309			51.309
2009	128.326			128.326

2008	27.600		129	27.470
2007	58.811			58.811
2005	1.180			1.180

Fonte: Siafi Gerencial

Obs: Unidades Gestoras consideradas:

194007,194011,194018,194019,194027,194029,194031,194036,194042,194048,194061,194074,194077,194085,  
194035,194151,194152

### 5.3.1 Análise crítica

O quadro A.4.3 demonstra a execução dos restos a pagar da UO 30202 em 2013 de forma consolidada, ou seja, contendo toda a execução havida na UG 194088 e nas demais UG's para as quais a Unidade Orçamentária da Funai descentralizou recursos orçamentários.

Conforme o quadro A 4.3, verifica-se que em 2013 os restos a pagar diminuíram sensivelmente começando no exercício em análise com R\$ 29,4 milhões, sendo cancelados o montante de R\$ 3,2 milhões, e pagos R\$ 18,9 milhões, restando apenas 25% a serem pagos. Essa execução reflete o esforço da Fundação no sentido de reduzir o valor acumulado de RAP, cujo desempenho pode ser observado com relação ao total pago de restos a pagar de 2012.

## 5.4 Transferências de recursos

### 5.4.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

Quadro 5.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: Fundação Nacional do Índio								
CNPJ: 00.059.311/0001-26					UG/GESTÃO: 194035/19208			
Informações sobre as Transferências								
Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
		Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
011/2000	Universidade do Estado do Mato	0,00	0,00	0,00	0,00	15/12/2000	31/07/2015	
001/2004	Fundação Universidade de Brasília	0,00	0,00	0,00	0,00	16/02/2004	15/02/2014	
001/2008	Associação Indígena Kuikeno do Alto Xingu	0,00	0,00	0,00	0,00	14/04/2008	13/04/2013	
001/2008	Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena	0,00	0,00	0,00	0,00	24/04/2008	23/04/2013	
002/2008	Estado do Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	20/11/2008	19/11/2013	
003/2008	Centro de Trabalho Indigenista	0,00	0,00	0,00	0,00	02/01/2009	01/01/2014	
001/2009	Maggi Energia S.A. e Juruena Participações S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	02/07/2009	Até o cumprimento das obrigações	

001/2009	Prefeitura Municipal de Oiapoque	0,00	0,00	0,00	0,00	12/06/2009	11/06/2014	
001/2009	Universidade Federal de Mato Grosso	0,00	0,00	0,00	0,00	20/04/2009	19/04/2014	
002/2009	ABC e PNUD	0,00	0,00	0,00	0,00	30/10/2009	03/10/2014	
002/2009	Estado do Pará	0,00	0,00	0,00	0,00	24/04/2009	23/04/2014	
002/2009	Monoel – Monjolinho Energetica e Comunidades Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	14/12/2009	Até o cumprimento das obrigações	
003/2009	Estado da Bahia	0,00	0,00	0,00	0,00	18/08/2009	17/08/2014	
003/2009	Zarwal de Participação Ltda	0,00	0,00	0,00	0,00	29/01/2010	28/01/2015	
004/2009	Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira	0,00	0,00	0,00	0,00	14/09/2009	13/09/2014	
005/2009	Prefeitura Municipal de Normandia	0,00	0,00	0,00	0,00	11/12/2009	10/12/2014	
006/2009	Estado do Amazonas	0,00	0,00	0,00	0,00	25/02/2010	24/02/2015	
001/2010	Departamento de Polícia Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	09/04/2010	08/04/2015	
001/2010	Operação Amazônica Nativa	0,00	0,00	0,00	0,00	31/12/2010	30/12/2013	
001/2011	Universidade Católica Dom Bosco	0,00	0,00	0,00	0,00	16/02/2011	15/02/2015	
001/2011	Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng	0,00	0,00	0,00	0,00	19/04/2011	18/04/2021	
001/2011	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de MG	0,00	0,00	0,00	0,00	20/01/2011	19/01/2015	
001/2011	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	09/09/2011	08/09/2015	
002/2011	Universidade Anhanguera – UNIDERP	0,00	0,00	0,00	0,00	14/10/2011	13/10/2014	

002/2011	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP	0,00	0,00	0,00	0,00	24/03/2011	23/03/2015	
002/2011	Universidade Federal de Feira de Santana	0,00	0,00	0,00	0,00	17/01/2011	17/01/2014	
003/2011	Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	0,00	0,00	0,00	0,00	25/02/2011	24/08/2014	
003/2011	Associação Indígena Tupiniquim Guarani-AITG	0,00	0,00	0,00	0,00	08/02/2011	07/02/2016	
004/2011	Universidade Federal do Pará	0,00	0,00	0,00	0,00	24/05/2011	23/05/2015	
005/2011	Associação Indígena Tupiniquim Comboios – AITC	0,00	0,00	0,00	0,00	05/12/2011	04/12/2016	
001/2012	Estado do Mato Grosso do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	23/02/2012	22/02/2013	
001/2012	Estado do Mato Grosso do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	19/04/2012	Até o cumprimento das obrigações	
001/2012	GEAP	0,00	0,00	0,00	0,00	09/10/2012	08/10/2017	1
001/2012	Cravari geração de Energia S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	01/01/2012	06/07/2034	
002/2012	Raízen Caarapó S.A. Açúcar e Alcool	0,00	0,00	0,00	0,00	20/04/2012	19/04/2015	
002/2012	Defensoria Pública do Estado do Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00	02/10/2012	01/10/2017	
003/2012	Comando do Exército	0,00	0,00	0,00	0,00	03/10/2012	02/10/2013	
003/2012	Município de Santarém	0,00	0,00	0,00	0,00	28/12/2012	27/12/2013	
004/2012	Fundação Oswaldo Cruz	0,00	0,00	0,00	0,00	13/12/2012	12/12/2017	
001/2013	Associação dos Agentes Ecológicos de Dourados – AGECOLD	0,00	0,00	0,00	0,00	04/12/2013	03/12/2014	

001/2013	Ministério da Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	
793179/2013	Associação de Apoio às Atividades do Programa Parakanã – AAPP	2.035.500,00	0,00	0,00	0,00	16/12/2013	31/12/2015	
001/2013	Estado do Acre	0,00	0,00	0,00	0,00	20/11/2013	31/12/2015	
001/2010	Instituto Kabu (Renda Indígena)	6.798.779,86	0,00	0,00	0,00	29/03/2010	31/12/2014	

**LEGENDA**

**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

**Situação da Transferência:**

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

**Fonte: SIAFI**

5.4.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 5.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
<b>Nome:</b>	Fundação Nacional do Índio					
<b>CNPJ:</b>	00.059.311/0001-26					
<b>UG/GESTÃO:</b>	194035/19208					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Convênio</b>	1	0	0	0,00	0,00	1.451.652,40
<b>Contrato de Repasse</b>	0	0	0	0,00	0,00	0,00
<b>Termo de Cooperação</b>	2	7	11	0,00	0,00	0,00
<b>Termo de Compromisso</b>	1	2	0	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>	4	9	11	0,00	0,00	1.451.652,40

Fonte: Siafi Operacional

5.4.3 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro 5.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre Transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
<b>Nome: Fundação Nacional do Índio</b>					
<b>CNPJ:</b> 00059311/0001-26			<b>UG/GESTÃO:</b> 194035, 194151 e 194152/19208		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

	<b>Contas NÃO Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>	2		
		<b>Montante Repassado</b>	1.175.942,40		
<b>2011</b>	<b>Contas Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>	01 (GEAP)		
		<b>Montante Repassado</b>	1.684.571,00		
	<b>Contas NÃO Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>			
		<b>Montante Repassado</b>			
<b>Anteriores a 2011</b>	<b>Contas NÃO Prestadas</b>	<b>Quantidade</b>			
		<b>Montante Repassado</b>			

Fonte: Siafi Gerencial

#### 5.4.4 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro 5.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Posição 31/12  
em R\$ 1,00

<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>					
<b>Nome: Fundação Nacional do Índio</b>					
<b>CNPJ: 00059311/0001-26</b>			<b>UG/GESTÃO: 194035, 194151 e 194152/19208</b>		
<b>Exercício da Prestação das Contas</b>	<b>Quantitativos e Montantes Repassados</b>			<b>Instrumentos</b>	
				<b>Convênios</b>	<b>Contratos de Repasse</b>
<b>2013</b>	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
<b>2012</b>	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			

		Montante repassado		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		
<b>2011</b>	Quantidade de Contas Prestadas		1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
<b>Exercício Anterior a 2011</b>	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

Fonte: SICONV/SIAFI

#### 5.4.5 Análise crítica

Informamos a seguir a Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício, bem como seus efeitos no médio e longo prazo, conforme solicitado na Portaria nº 175/2013, do Tribunal de Contas da União – TCU (item 4.4.4 – Análise Crítica).

Com vistas ao saneamento das transferências na situação de inadimplente, foram implementadas medidas de acordo com a situação de cada processo. Cabe salientar, portanto, que para alguns destes já existe processo de Tomada de Contas Especial – TCE e também existe um caso de TCE Simplificada, que se encontra na Procuradoria Jurídica da FUNAI, para ajuizamento de ação. Além disso, foram feitas notificações e cobranças de valores aos convenientes em débito, com envio da respectiva Guia de Recolhimento da União – GRU e, ainda o envio de um processo ao setor competente a devida instauração de TCE.

No exercício de 2013 as análises dos convênios foram intensificadas, especialmente em relação aos processos cujo status no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI encontra-se Inadimplente. No tocante à força de trabalho, há necessidade da adequação do quantitativo de servidores face ao passivo de processos pendentes de análise que foi priorizada, com vistas à conformidade das análises aos prazos regulamentares. Neste sentido, mediante a mencionada intensificação das análises e as notificações aos convenientes, houve uma tímida, mas importante evolução no saneamento dos processos pendentes.

O exercício de 2013 foi atípico para o Setor de Serviço de Análise de Contratos e Convênio, pois no segundo semestre a equipe restou constituída de apenas 1 (um) servidor, 1 (um) contratado temporário e 2 (dois) terceirizados, em função da mudança de setor de dois servidores e da licença-maternidade de uma servidora.

Assim, mesmo com a grande demanda de análises e divulgação dos processos de contratos, os quais exigem urgência na apreciação e despacho, avaliamos positivamente os resultados alcançados na evolução das análises dos processos de prestação de contas que, embora ainda não esteja em nível adequado quanto à tempestividade, teve uma pequena redução no seu passivo. Ressalta-se que, o objetivo é manter todos atualizados até o final do 1º semestre de 2014, haja vista o reforço no quadro de pessoal da equipe, que em março recebeu um novo

servidor requisitado e deve receber mais dois e, assim, após melhor estruturada será dinamizada as análises de prestação de contas dos convênios.

## 5.5 Suprimento de fundos

5.5.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

Quadro 5.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	174	58.869,64	58.869,54
2012	-	-	-	-	214	75.890,79	75.890,79
2011	-	-	-	-	205	76.783,62	76.783,62

Fonte: SIAFI Gerencial

Obs: Unidades Gestoras consideradas:

194007,194011,194018,194019,194027,194029,194031,194036,194042,194048,194061,194074,194077,194085,194035,194151,194152

## 5.5.2 Suprimento de fundos – Conta Tipo “B”

Para o Quadro 5.5.2 - Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por suprido (Conta Tipo “B”) e para o item 5.5.2 Suprimento de fundos – Conta Tipo “B”, não foram realizadas despesas no exercício.

## 5.5.3 Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 5.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	194018	Limite de Utilização da UG	8.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
PEDRO VIEIRA CRUZ	00817517880		-	9.203,54	9.203,54
JOAO MANOEL DE OLIVEIRA	02997849837		-	3.388,06	3.388,06
WILLIAM ELISEU CARIBE DE CARVALHO PIRES	14597969420		-	6.473,73	6.473,73
MANOEL DE ASSIS CRUZ	24984833300		-	3.348,52	3.348,52
JOSIAS ADELICIO RAMOS	46314768500		-	4.549,77	4.549,77
ELMO ADRIANO	77004124487		-	2.640,31	2.640,31

SOARES					
ANACLETO ANTONIO DA SILVA	89993500887		-	1.869,58	1.869,58
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	31.473,51	31473,51
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			-	31.473,51	31473,51
<b>Código da UG 2:</b>	<b>194019</b>	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>8.000,00</b>	
SEBASTIAO RODRIGUES DA CUNHA FILHO	12598356691		-	3.057,22	3.057,22
EDES NUNES	20799608653		-	49,45	49,45
EDNALDO BORGES DA SILVA	29289033649		-	158,55	158,55
ELIETE XAVIER DE OLIVEIRA	69532320644		-	33,95	33,95
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	3.299,07	3.299,07
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			-	3.299,07	3.299,07

<b>Código da UG 2:</b>	<b>194035</b>	<b>Limite de Utilização da UG:</b>		<b>8.000,00</b>	
JOSE BETANIO ALVES RODRIGUES	09314970191		-	4.831,29	4.831,29
ANTENOR ALVES DA SILVA FILHO	34270213191		-	4.885,89	4.885,89
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	9.717,18	9.717,18
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			-	9.717,18	9.717,18
<b>Código da UG 1</b>	<b>194077</b>	<b>Limite de Utilização da UG</b>		<b>8.000,00</b>	
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
AMILTON DINIZ BOTELHO	25992090487		-	416,26	416,26
JONILSON ERNESTO DA SILVA	27834654420		-	2.837,59	2.837,59
MARCO ANTONIO ELIHIMAS	35502657434		-	3.285,97	3.285,97
JOSE AUGUSTO DA SILVA	40901971472		-	2.263,14	2.263,14
ROMULO JOSE MOTTA MEDEIROS	64707261434		-	5.576,82	5.576,82
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	14.379,78	14.379,78
<b>Total Utilizado pela UJ</b>			-	14.379,78	14.379,78

Fonte: SIAFI

Obs: Unidades Gestoras consideradas:

194007,194011,194018,194019,194027,194029,194031,194036,194042,194048,194061,194074,194077,194085,194035,194151,194152

#### 5.5.4 Prestações de contas de Suprimento de Fundos

Quadro 5.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Suprimento de Fundos						
Situação	Conta Tipo "B"			CPGF		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011

	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-						
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-						
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	2	11.000,00				
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-						
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	135	55.878,65	194	76.537,24	186	77.374,20

Fonte: Siafi

### 5.5.5 Análise Crítica

As concessões de suprimentos de fundos às Unidades Gestoras consolidadas no presente Relatório de Gestão, tiveram como objetivo, na maioria dos casos, o abastecimento e pequenos reparos em viaturas oficiais em deslocamentos para destinos, cujos trechos percorridos ultrapassaram a quilometragem assegurada pela autonomia de consumo de cada veículo, considerando as grandes distâncias percorridas para atendimento às demandas da Fundação no cumprimento de suas competências institucionais, bem como a ausência de rede de abastecimento que atendam tanto nos centros próximos as Unidades demandantes quanto nos itinerários a serem percorridos. Quanto ao acompanhamento e controle da aplicação dos recursos foram seguidas, rigorosamente, as recomendações constantes dos normativos que disciplinam a matéria.

### 5.6 Renúncias sob a gestão da UJ

O item 5.6 *Renúncias sob a gestão da UJ* e seus subitens e Quadros não se aplicam a UJ, pois não há renúncias tributárias.

## 6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Tendo em vista a inexistência de terceirizados exercendo atividades de apoio administrativo no âmbito da FUNAI, não há informações para os para os itens e Quadros 6.2.1 e 6.2.2.

### 6.1 Estrutura de pessoal da unidade

#### 6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

##### 6.1.1.1 Lotação

Quadro 6.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ  
Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação	Ingressos	Egressos
-----------------------	---------	-----------	----------

	<b>Autorizada</b>	<b>Efetiva</b>	<b>no Exercício</b>	<b>no Exercício</b>
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	5.965	2.569	35	98
1.1. Membros de poder e agentes políticos			0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5.965	2.569	35	98
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.870	2.474	4	79
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	34	34	4	5
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	04	04	4	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	57	57	23	14
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	60	27	0	9
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	388	351	26	85
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	6.413	2.947	61	192

Fonte: Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013

Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194035 - Sede (Brasília-DF) – Situação apurada em 31/12

<b>Tipologias dos Cargos</b>	<b>Lotação</b>		<b>Ingressos no Exercício</b>	<b>Egressos no Exercício</b>
	<b>Autorizada</b>	<b>Efetiva</b>		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	90	90	33	34
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	90	90	33	34
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	1	17
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	34	34	5	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	4	4	4	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	52	52	23	14
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	60	27	-	9
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	80	80	17	40
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	230	197	50	83

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194005 - Alto Purus  
Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	43	40	-	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	43	40	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	42	39	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	7	7	1	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	50	47	1	1

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194063 - Alto Solimões  
- Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	85	85	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	85	85	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	84	84	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	8	8	-	-

<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	93	93	-	-
---------------------------------------	----	----	---	---

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194075 - Amapá e Norte do Pará  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	48	45	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	48	45	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	48	45	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	6	6	-	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	54	51	-	2

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194033 - Araguaia Tocantins  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	167	156	-	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	167	156	-	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	167	156	-	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-

<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	11	11	-	3
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	178	167	-	5

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194018 - Baixo São Francisco  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	84	78	-	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	84	78	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	83	77	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	10	10	1	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	94	88	1	2

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194011 - Baixo Tocantins  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	32	31	-	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	32	31	-	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	32	31	-	1

1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	8	8	-	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	40	39	-	3

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194003 - Cacoal  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	37	36	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	37	36	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	37	36	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	7	7	-	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	44	43	-	1

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194020 - Campo Grande  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	79	66	-	7

1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	79	66	-	7
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	79	66	-	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	3	3	-	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	82	69	-	8

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194010 - Centro-Leste do Pará  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	61	57	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	61	57	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	61	57	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	8	8	-	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	69	65	-	1

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194028 - Cuiabá  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	101	91	-	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	101	91	-	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	101	91	-	4
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	8	8	-	7
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	109	99	-	12

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194064 - Dourados  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	31	27	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	31	27	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	31	27	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	7	7	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	38	34	-	-

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194004 - Guajará Mirim  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	27	27	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	27	27	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	26	26	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	7	7	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	34	34	-	-

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194061 - Interior Sul  
Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	93	89	-	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	93	89	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	93	89	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-

<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	2	2	-	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	95	91	-	3

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 190004 - Ji-Paraná  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	112	97	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	112	97	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	112	97	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	16	16	2	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	128	113	2	-

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194049 - Juruá  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	13	13	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	13	13	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	13	13	-	-

1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	2	2	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	15	15	-	-

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194044 - Kayapó Sul do Pará  
- Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	24	23	1	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	24	23	1	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	24	23	1	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	13	13	-	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	37	36	1	2

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194046 - Litoral Sudeste  
Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	54	50	-	1

1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	54	50	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	54	50	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	1	1	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	55	51	-	1

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194047 - Litoral Sul  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	33	32	1	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	33	32	1	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	32	31	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	1	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	4	4	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	37	36	1	-

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194045 - Madeira  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	42	39	-	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	42	39	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	42	39	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	8	8	2	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	50	47	2	3

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194006 - Manaus  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	115	105	1	6
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	115	105	1	6
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	115	105	1	6
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	9	9	-	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	124	114	1	7

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194074 – Maranhão  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	131	123	-	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	131	123	-	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	131	123	-	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	11	11	2	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	142	134	2	2

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194048 - Médio Purus  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	21	20	-	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	21	20	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	21	20	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-

<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	8	8	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	29	28	-	1

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	45	39	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	45	39	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	45	39	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	4	4	1	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	49	43	1	2

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194077 - Nordeste I  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	151	136	-	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	151	136	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	151	136	-	1

1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	8	8	-	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	159	144	-	3

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194041 - Nordeste II  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	62	57	-	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	62	57	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	62	57	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	3	3	-	4
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	65	60	-	5

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	11	9	-	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-

1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	11	9	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	11	9	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	11	11	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	22	20	-	1

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194036 - Norte do Mato Grosso  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	28	26	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	28	26	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	28	26	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	3	3	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	31	29	-	-

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194027 - Passo Fundo  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		

<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	41	36	-	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	41	36	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	41	36	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	3	3	-	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	44	39	-	2

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194085 - Ponta Porã  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	28	27	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	28	27	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	28	27	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	2	2	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	30	29	-	-

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194042 - Ribeirão Cascalheira –  
**Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	9	8	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	9	8	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	9	8	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	1	1	-	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	10	9	-	1

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194008 - Rio Negro  
**- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	19	17	-	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	19	17	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	19	17	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	11	11	2	2

<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	30	28	2	3
---------------------------------------	----	----	---	---

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194009 - Roraima  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	97	91	-	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	97	91	-	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	97	91	-	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	12	12	-	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	109	103	-	4

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194068 - Sul da Bahia  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	42	40	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	42	40	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	42	40	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	3	3	-	3
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	45	43	-	3

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194012 - Tapajós  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	25	19	-	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	25	19	-	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	25	19	-	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	6	6	-	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	31	25	-	3

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194007 - Vale do Javari  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	41	37	-	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	41	37	-	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	41	37	-	2

1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	9	9	1	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	50	46	1	4

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194029 - Xavante  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	107	101	-	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	107	101	-	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	107	101	-	1
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	12	12	-	2
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	119	113	-	3

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194031 – Xingú  
- Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	38	34	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-

1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	38	34	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	38	34	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	8	8	-	1
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	46	42	-	1

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.1.1 – Força de Trabalho da UG 194022 - **Museu do Índio** –  
Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	66	60	1	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	66	60	1	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	66	60	1	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	-	-
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	2	2	-	-
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	68	62	1	-

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

6.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada

Quadro 6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de
-----------------------------	--

	<b>Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>76</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	07
1.2. Exercício de Função de Confiança	16
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	53
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>2</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	2
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>150</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	106
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	33
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	10
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>1</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>4</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>233</b>

**Fonte:** Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194035 - Sede (Brasília-DF)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>44</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	5
1.2. Exercício de Função de Confiança	6
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	33
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>7</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	4
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0

<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>51</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194005 - Alto Purus

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>2</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>1</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0

5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>3</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194063 - Alto Solimões

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>4</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>

.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>4</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194075 - Amapá e Norte do Pará

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>2</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	2
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>5</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	4
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>7</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194033 - Araguaia Tocantins

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0

2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>12</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	5
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	5
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>1</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>1</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>14</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194018 - Baixo São Francisco

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0

<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>0</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194011 - Baixo Tocantins

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
-----------------------------	---

<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>0</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194003 - Cacoal

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>2</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0

<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>2</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar n° 73/1993. Art16-B, Lei n° 11.356/2006, Lei n° 9020/1995, Lei n° 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194020 - Campo Grande

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>4</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	4
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0

5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>4</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194010 - Centro-Leste do Pará

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>1</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>2</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>

.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>3</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194028 - Cuiabá

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>5</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	4
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>5</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194064 - Dourados

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0

2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>3</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	3
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>3</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194004 - Guajará Mirim

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>2</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1

<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>2</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194061 - Interior Sul

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>3</b>

1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>3</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>6</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 190004 - Ji-Paraná

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>4</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	2
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>5</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	4
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	

<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>9</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194049 - Juruá

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>6</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	5
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>6</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194044 - Kayapó Sul do Pará

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0

<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>0</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194046 - Litoral Sudeste

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>1</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>2</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0

5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>3</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194047 - Litoral Sul

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>5</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	3
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>

.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194045 - Madeira

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>5</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	4
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>5</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194006 - Manaus

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>1</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0

2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>12</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	8
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	4
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>13</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194074 - Maranhão

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>2</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	2

<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>8</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	7
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>10</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194048 - Médio Purus

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
-----------------------------	---

<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>4</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	3
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>4</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>2</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0

<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>2</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar n° 73/1993. Art16-B, Lei n° 11.356/2006, Lei n° 9020/1995, Lei n° 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194077 - Nordeste I

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>11</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	11
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>3</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	3
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0

5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>14</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194041 - Nordeste II

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>1</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>4</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>

.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>1</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>6</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>3</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>3</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194036 - Norte do Mato Grosso

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0

2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>5</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	3
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>5</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194027 - Passo Fundo

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0

<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>3</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>3</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194085 - Ponta Porã

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
-----------------------------	---

<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>2</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	1
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>2</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194042 - Ribeirão Cascalheira

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>2</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0

<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194008 - Rio Negro

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cédidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>1</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>1</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0

5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>2</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194009 - Roraima

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>1</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>7</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	5
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>

.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>8</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194068 - Sul da Bahia

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>14</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	14
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>14</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194012 - Tapajós

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0

2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>2</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	2
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>2</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194007 - Vale do Javari

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>1</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0

<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>1</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>2</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194029 - Xavante

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
-----------------------------	---

<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>0</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>1</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>1</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194031 - Xingú

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>1</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>1</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	1
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0

<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>2</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar n° 73/1993. Art16-B, Lei n° 11.356/2006, Lei n° 9020/1995, Lei n° 6.999/1982.	

Quadro A.6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UG 194022 - Museu do Índio

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>4</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	2
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0

5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>4</b>
<b>Fonte: Extração de Dados - SIAPE:</b> extraídos em 07/02/2014. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar n° 73/1993. Art16-B, Lei n° 11.356/2006, Lei n° 9020/1995, Lei n° 6.999/1982.	

## 6.1.2 Qualificação da força de trabalho

### 6.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções

Quadro 6.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ  
(Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	777	689	140	181
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	777	689	140	181
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	303	95	75
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	5	2	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	25	12	11
1.2.4. Sem Vínculo	-	349	29	92
1.2.5. Aposentados	-	7	2	1
<b>2. Funções Gratificadas</b>	323	247	39	61
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	243	37	60
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	4	2	1
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	1100	936	179	242

**Fonte:** Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014.

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194035 - Sede (Brasília-DF)

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>223</b>	<b>198</b>	<b>58</b>	<b>82</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	223	198	58	82
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	114	89	26	26
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	5	5	2	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	21	21	11	11
1.2.4. Sem Vínculo	80	80	18	42
1.2.5. Aposentados	3	3	1	1
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>62</b>	<b>48</b>	<b>9</b>	<b>10</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	62	44	7	9
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	4	2	1
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>285</b>	<b>246</b>	<b>67</b>	<b>92</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194005 - Alto Purus  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>13</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	10	1	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	2	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	7	7	1	0

1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	1	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194063 - Alto Solimões

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	8	8	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	0	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194075 - Amapá e Norte do Pará

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação	Ingressos no	Egressos no
--	---------	--------------	-------------

	Autorizada	Efetiva	Exercício	Exercício
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	3	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	3	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	6	6	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194033 - Araguaia Tocantins  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>4</b>	<b>3</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	24	24	4	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	12	3	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	11	11	0	3
1.2.5. Aposentados	1	1	1	0

<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	1	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>31</b>	<b>29</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194018 - Baixo São Francisco  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	15	4	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	5	3	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	10	10	1	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	0	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>22</b>	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194011 - Baixo Tocantins  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		

<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	14	0	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	0	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	8	8	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	0	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194003 - Cacoal  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	13	1	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	6	1	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	7	7	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>22</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194020 - Campo Grande  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>5</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	11	7	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	10	8	6	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	3	3	1	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>7</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	0	7
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	<b>7</b>	<b>12</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194010 - Centro-Leste do Pará  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>18</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	14	2	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	10	6	2	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	8	8	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	7	4	2	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	4	2	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>25</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194028 – Cuiabá

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>26</b>	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>9</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	26	23	3	9
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	9	3	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	14	14	0	7
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	0	3

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>33</b>	<b>28</b>	<b>3</b>	<b>12</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194064 – Dourados  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	10	8	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	7	7	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	8	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194004 - Guajará Mirim  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	12	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	7	7	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	7	7	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194061 - Interior Sul  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	14	3	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	12	3	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	2	2	0	3
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0

<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
--	-----------	-----------	----------	----------

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 190004 - Ji-Paraná

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>23</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	23	21	3	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	3	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	16	16	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	2	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>30</b>	<b>28</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194049 - Juruá

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	11	7	3	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	5	2	2

1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	2	2	1	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194044 - Kayapó Sul do Pará  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	16	15	0	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	3	2	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	13	13	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>23</b>	<b>20</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194046 - Litoral Sudeste

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	12	5	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	11	5	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>4</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194047 - Litoral Sul

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>3</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	11	6	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	5	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	1	0

1.2.4. Sem Vínculo	4	4	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	4	1	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>4</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194045 - Madeira

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	10	2	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	2	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	8	8	2	3
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	4	0	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>19</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>5</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194006 - Manaus

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	16	2	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	7	2	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	9	9	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>7</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	4	7
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>6</b>	<b>10</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194074 - Maranhão

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>18</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	15	3	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	3	2	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	11	11	1	0

1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	1	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>25</b>	<b>21</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194048 - Médio Purus

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	12	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	8	8	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	0	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação	Ingressos no	Egressos no
--	---------	--------------	-------------

	Autorizada	Efetiva	Exercício	Exercício
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	9	3	5
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	5	2	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	4	4	1	3
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	4	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>19</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>6</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194077 - Nordeste I

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	14	2	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	2	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	8	8	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0

<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	0	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>22</b>	<b>20</b>	<b>2</b>	<b>5</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194041 - Nordeste II  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	9	3	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	6	3	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	3	3	0	4
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	2	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>19</b>	<b>14</b>	<b>5</b>	<b>4</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		

<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	16	15	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	4	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	11	11	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	2	0	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>23</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194036 - Norte do Mato Grosso  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>4</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	12	11	1	4
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	8	1	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	3	3	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	2	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>19</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>4</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194027 - Passo Fundo  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	9	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	3	3	0	1
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194085 - Ponta Porã  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	11	9	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	7	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	2	2	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>18</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194042 - Ribeirão Cascalheira  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	3	0	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	2	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	0	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	4	0	1

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194008 - Rio Negro

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	15	12	1	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	11	11	1	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	4	0	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>22</b>	<b>16</b>	<b>1</b>	<b>4</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Roraima

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva	
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>20</b>	<b>19</b>	<b>3</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	20	19	3	
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	7	3	
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	
1.2.4. Sem Vínculo	12	12	0	
1.2.5. Aposentados	0	0	0	
<b>2. Funções Gratificadas</b>	7	6	2	
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	2	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>27</b>	<b>25</b>	<b>5</b>	

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194068 - Sul da Bahia

- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	13	7	4	7
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	7	4	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	10	4	4	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	3	3	0	3
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	7	6	2	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	6	2	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0

2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>9</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194012 – Tapajós  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	10	8	1	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	2	1	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	6	6	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	5	1	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194007 - Vale do Javari  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	16	13	2	2

1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	4	1	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	9	9	1	2
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	7	2	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	2	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>23</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194029 - Xavante  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>18</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>7</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	15	4	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	3	3	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	12	12	1	3
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	1	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0

<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>25</b>	<b>22</b>	<b>5</b>	<b>9</b>
--	-----------	-----------	----------	----------

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194031 - Xingú  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	14	4	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	4	1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	8	8	0	1
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	7	7	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>5</b>	<b>2</b>

Quadro A.6.1.2.1 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UG 194022 - Museu do Índio  
- situação em 31 de dezembro

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	16	16	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	13	13	0	0

1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	2	2	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	9	7	3	3
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>25</b>	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194035 - Sede (Brasília-DF) - por faixa etária

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>45</b>	<b>81</b>	<b>112</b>	<b>154</b>	<b>42</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	43	65	107	152	40
1.3. Servidores com Contratos Temporários	2	16	5	2	2
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>23</b>	<b>31</b>	<b>11</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	29	26	13	11	1
2.3. Funções Gratificadas	2	6	10	20	10
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>76</b>	<b>113</b>	<b>135</b>	<b>185</b>	<b>53</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194005 - Alto Purus  
- por faixa etária - situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária
---------------------	---

	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>5</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	11	6	2	9	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	5	1	1	0
2.3. Funções Gratificadas	2	3	0	2	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>5</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194063 - Alto Solimões  
- por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>24</b>	<b>35</b>	<b>11</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	5	3	24	35	11
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	2	4	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	2	4	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>28</b>	<b>43</b>	<b>12</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194075 - Amapá e Norte do Pará - por faixa etária**

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>21</b>	<b>8</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2	2	6	21	8
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	1	0	1
2.3. Funções Gratificadas	1	1	1	3	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>24</b>	<b>9</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194033 - Araguaia Tocantins - por faixa etária

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>35</b>	<b>71</b>	<b>31</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	6	8	35	71	31
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	4	0	3	1
2.3. Funções Gratificadas	2	0	2	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>37</b>	<b>75</b>	<b>32</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194018 - Baixo São Francisco - por faixa etária

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>46</b>	<b>10</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	1	1	16	46	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	1	4	2	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	1	4	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>21</b>	<b>52</b>	<b>10</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194011 - Baixo Tocantins

- por faixa etária - situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>2</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	4	2	13	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	2	3	0
2.3. Funções Gratificadas	2	0	1	2	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>18</b>	<b>2</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194003 – Cacoal  
- por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>1</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	7	2	8	12	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	2	3	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	1	5	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>1</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194020 - Campo Grande  
- por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>30</b>	<b>11</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	8	7	2	30	11
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	2	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	1	1	1	2	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>32</b>	<b>11</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194010 - Centro-Leste do Pará  
- por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>23</b>	<b>8</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	8	6	8	23	8
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	3	3	2	0
2.3. Funções Gratificadas	2	0	1	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>26</b>	<b>8</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194028 - Cuiabá  
- por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>13</b>	<b>7</b>	<b>27</b>	<b>40</b>	<b>15</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	13	7	27	40	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>1</b>

2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	5	4	3	1
2.3. Funções Gratificadas	0	1	0	4	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>31</b>	<b>47</b>	<b>16</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194064 - Dourados  
- por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	5	6	1	4	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	2	2	0
2.3. Funções Gratificadas	5	1	1	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>3</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194004 - Guajará Mirim  
- por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>6</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	1	1	3	9	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>1</b>

2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	0	2	4	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	1	5	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>18</b>	<b>7</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194061 - Interior Sul  
- por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>47</b>	<b>19</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	2	14	47	19
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	1	0	2	4	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>17</b>	<b>51</b>	<b>19</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 190004 - Ji-Paraná - por faixa etária  
- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>46</b>	<b>20</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	6	13	46	20
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	2	7	3	0

2.3. Funções Gratificadas	1	1	2	3	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>22</b>	<b>52</b>	<b>20</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194049 - Juruá - por faixa etária  
- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	3	5	3	1	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194044 - Kayapó Sul do Pará - por faixa etária**

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>3</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2	3	4	6	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	6	2	2	0
2.3. Funções Gratificadas	3	2	0	0	0

<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>3</b>
------------------------	----------	-----------	----------	----------	----------

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194046 - Litoral Sudeste - por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>25</b>	<b>8</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2	6	5	25	8
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	1	0	0	3	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>28</b>	<b>9</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194047 - Litoral Sul - por faixa etária**

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>13</b>	<b>4</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	3	4	13	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	0	1	0

2.3. Funções Gratificadas	1	0	1	2	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>16</b>	<b>4</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194045 - Madeira - por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>5</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	3	5	3	9	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	0	3	1	0
2.3. Funções Gratificadas	2	1	0	0	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>6</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194006 - Manaus - por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>16</b>	<b>49</b>	<b>21</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	7	16	49	21
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	4	3	1	1
2.3. Funções Gratificadas	2	2	0	1	0

<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>19</b>	<b>51</b>	<b>22</b>
------------------------	----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194074 - Maranhão - por faixa etária

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>20</b>	<b>55</b>	<b>29</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	7	6	20	55	29
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	3	6	1	1
2.3. Funções Gratificadas	1	0	1	4	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>27</b>	<b>60</b>	<b>30</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194048 - Médio Purus - por faixa etária

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	5	5	2	1	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	4	2	0	1
2.3. Funções Gratificadas	2	4	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo - por faixa etária

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>4</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	6	8	11	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	1	2	0
2.3. Funções Gratificadas	1	0	3	2	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>4</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194077 - Nordeste I - por faixa etária

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>26</b>	<b>67</b>	<b>34</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	2	26	67	34
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0

<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	3	3	1	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	2	3	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>31</b>	<b>71</b>	<b>36</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194041 - Nordeste II - por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>26</b>	<b>10</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	4	2	11	26	10
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	1	1	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	2	2	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>14</b>	<b>29</b>	<b>11</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso - por faixa etária**

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0

1.2. Servidores de Carreira	2	0	2	1	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	2	3	3	1
2.3. Funções Gratificadas	0	2	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194036 - Norte do Mato Grosso - por faixa etária

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>3</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	3	3	3	6	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	2	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	1	0	0	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>4</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194027 - Passo Fundo - por faixa etária  
**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos

<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>19</b>	<b>5</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2	2	6	19	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	2	0	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	2	2	2
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>21</b>	<b>8</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194085 - Ponta Porã - por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	3	2	8	4	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	2	0	0
2.3. Funções Gratificadas	4	2	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194042 - Ribeirão Cascalheira - por faixa etária**

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	1	0	2	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	2	1	1	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

**QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194008 - Rio Negro - por faixa etária - situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2	2	1	4	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	5	2	0
2.3. Funções Gratificadas	1	0	0	2	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>5</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194009 - Roraima - por faixa etária  
- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>16</b>	<b>35</b>	<b>15</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	12	9	16	35	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	8	2	1	0
2.3. Funções Gratificadas	2	0	3	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>15</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>37</b>	<b>15</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194068 - Sul da Bahia - por faixa etária

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>3</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2	6	13	13	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	2	0	3	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>17</b>	<b>14</b>	<b>3</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194012 - Tapajós - por faixa etária  
- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	5	2	0	1	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	5	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	2	0	1	2	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194007 - Vale do Javari - por faixa etária  
- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>3</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	9	9	6	8	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	2	3	1	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	2	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>3</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194029 - Xavante - por faixa etária  
- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>15</b>	<b>45</b>	<b>21</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	7	4	15	45	21
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	8	0	0
2.3. Funções Gratificadas	3	0	2	2	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>11</b>	<b>7</b>	<b>25</b>	<b>47</b>	<b>21</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194031 - Xingú - por faixa etária  
situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>2</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	2	2	11	11	2
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	2	5	0	1
2.3. Funções Gratificadas	1	1	1	4	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>15</b>	<b>3</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

QUADRO A.6.1.2.2 - Quantidade de servidores da UG 194022 - Museu do Índio - por faixa etária

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária
---------------------	---

	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>30</b>	<b>6</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	5	2	11	30	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	2
2.3. Funções Gratificadas	2	1	2	2	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>13</b>	<b>33</b>	<b>8</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

#### 6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

Quadro 6.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária  
- Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>136</b>	<b>170</b>	<b>260</b>	<b>846</b>	<b>411</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	134	155	260	838	409
1.3. Servidores com Contratos Temporários	2	15	0	8	2
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>138</b>	<b>223</b>	<b>208</b>	<b>287</b>	<b>70</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	92	188	169	187	43
2.3. Funções Gratificadas	46	35	39	100	27
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>274</b>	<b>393</b>	<b>468</b>	<b>1133</b>	<b>481</b>

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014.

#### 6.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro 6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade  
**SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9

<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>142</b>	<b>217</b>	<b>229</b>	<b>715</b>	<b>588</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	142	217	229	715	561	0	4	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	27	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>86</b>	<b>390</b>	<b>402</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	9	12	68	272	304	0	10	0
2.3. Funções Gratificadas	0	7	5	18	118	98	0	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>158</b>	<b>234</b>	<b>315</b>	<b>1105</b>	<b>990</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>1</b>
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014.

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194035 - Sede (Brasília-DF) - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	2	3	19	137	268	-	5	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	2	3	19	137	241	-	5	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	27	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	3	-	6	58	55	-	6	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	35	39	-	6	-
2.3. Funções Gratificadas	-	3	-	6	23	16	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	5	3	25	195	323	-	11	-
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194005 - Alto Purus - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	2	4	16	11	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	2	4	16	11	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	1	2	5	6	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	1	2	3	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	3	3	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	3	6	21	17	-	-	-
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194063 - Alto Solimões - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	9	16	16	32	5	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	9	16	16	32	5	-	-	-

1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	2	4	8	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	3	5	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	2	1	3	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	9	18	20	40	5	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194075 - Amapá e Norte do Pará - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	4	5	5	19	5	-	1	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	4	5	5	19	5	-	1	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	8	4	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	4	2	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	4	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	4	5	5	27	9	-	1	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194033 - Araguaia Tocantins - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	15	27	33	46	30	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	15	27	33	46	30	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	1	1	11	3	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	1	8	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	3	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	15	28	34	57	33	-	-	-
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194018 - Baixo São Francisco - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	4	6	7	45	12	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	4	6	7	45	12	-	-	-

1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	2	8	5	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	6	3	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	2	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	4	6	9	53	17	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194011 - Baixo Tocantins - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	3	3	-	6	13	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	3	3	-	6	13	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	2	7	4	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	2	5	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	2	3	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	3	3	2	13	17	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194003 - Cacoal - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	5	5	3	10	7	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	5	5	3	10	7	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	2	-	2	5	4	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	2	3	2	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	2	-	-	2	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	7	5	5	15	11	-	-	-
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194020 - Campo Grande - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	1	12	4	21	20	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1.2. Servidores de Carreira	-	1	12	4	21	20	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provedimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	6	2	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	4	1	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	1	12	4	27	22	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194010 - Centro-Leste do Pará - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provedimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	4	3	25	21	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	4	3	25	21	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provedimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	5	3	4	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	4	1	3	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	2	1	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	4	8	28	25	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194028 - Cuiabá - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	3	12	18	35	34	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	3	12	18	35	34	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	1	-	5	7	6	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	-	5	4	4	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	3	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	4	12	23	42	40	-	-	-
<b><u>LEGENDA</u></b>									
<b><u>Nível de Escolaridade</u></b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194064 - Dourados - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	2	2	5	10	-	-	-

1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	2	2	5	10	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	5	10	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	5	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	3	5	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	2	2	10	20	-	-	-
<b><u>LEGENDA</u></b>									
<b><u>Nível de Escolaridade</u></b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194004 - Guajará Mirim - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	6	-	1	9	4	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	6	-	1	9	4	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	1	1	12	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	7	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	1	1	5	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	6	1	2	21	4	-	-	-
<b><u>LEGENDA</u></b>									

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194061 - Interior Sul - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	6	7	16	27	26	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	6	7	16	27	26	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	5	4	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	4	3	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	6	7	16	32	30	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 190004 - Ji-Paraná - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	10	5	8	35	31	-	-	-

1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	10	5	8	35	31	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	1	1	4	12	4	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	1	4	8	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	4	3	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	11	6	12	47	35	-	-	-

**LEGENDA Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194049 - Juruá - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	1	1	1	3	7	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	1	1	1	3	7	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	1	1	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	1	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	1	1	2	4	7	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194044 - Kayapó Sul do Pará - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	3	2	1	6	6	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	3	2	1	6	6	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	1	-	2	11	4	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	-	2	8	2	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	3	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	4	2	3	17	10	-	-	-
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194046 - Litoral Sudeste - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	5	1	16	23	-	-	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1.2. Servidores de Carreira	-	-	5	1	16	23	-	-	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	5	1	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	5	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	5	1	21	24	-	-	1

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194047 - Litoral Sul - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	1	1	16	10	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	1	1	16	10	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	1	2	5	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	2	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	-	3	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	1	2	18	15	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194045 - Madeira - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	4	4	2	7	8	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	4	4	2	7	8	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	1	7	3	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	5	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	2	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	4	4	3	14	11	-	-	-

**LEGENDA****Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194006 - Manaus - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	5	8	8	57	17	-	2	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1.2. Servidores de Carreira	-	5	8	8	57	17	-	2	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	1	1	8	4	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	1	5	2	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	3	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	5	9	9	65	21	-	2	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194074 - Maranhão - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	8	17	30	45	17	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	8	17	30	45	17	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	10	7	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	7	4	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	3	3	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	8	17	30	55	24	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194048 - Médio Purus - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	-	-	10	4	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	10	4	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	4	3	7	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	4	3	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	6	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	-	4	13	11	-	-	-
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	5	1	13	14	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1.2. Servidores de Carreira	-	-	5	1	13	14	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	1	1	6	2	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	1	2	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	4	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	6	2	19	16	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194077 - Nordeste I - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	4	9	7	52	57	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	4	9	7	52	57	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	1	-	1	9	3	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	-	-	5	2	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	4	1	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	5	9	8	61	60	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194041 - Nordeste II - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	4	2	2	27	18	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	4	2	2	27	18	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	2	4	2	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	3	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	2	1	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	4	2	4	31	20	-	-	-
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	-	1	2	3	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	1	2	3	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	2	1	3	7	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	2	1	3	5	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	2	2	5	10	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194036 - Norte do Mato Grosso - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	2	1	8	3	4	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	2	1	8	3	4	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	1	2	2	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	2	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	-	1	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	2	1	9	5	6	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194027 - Passo Fundo - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	1	6	8	8	10	-	1	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	1	6	8	8	10	-	1	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	1	-	5	3	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	3	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	1	-	2	3	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	1	7	8	13	13	-	1	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194085 - Ponta Porã - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	2	2	7	8	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	2	2	7	8	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-

<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	3	5	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	2	4	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	2	2	10	13	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194042 - Ribeirão Cascalheira - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	-	-	1	3	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	1	3	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	1	2	2	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	1	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	-	1	3	5	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194008 - Rio Negro - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	1	1	1	5	5	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	1	1	1	5	5	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	1	4	8	2	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	4	6	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	1	-	2	1	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	1	2	5	13	7	-	-	-
<b><u>LEGENDA</u></b>									
<b><u>Nível de Escolaridade</u></b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194009 - Roraima - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	7	14	8	42	16	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	7	14	8	42	16	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	1	4	10	2	-	1	-

2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	4	5	2	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	5	-	-	1	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	7	15	12	52	18	-	1	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194068 - Sul da Bahia - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	3	2	-	16	16	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	3	2	-	16	16	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	1	-	2	3	3	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	2	1	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	1	-	-	2	3	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	4	2	2	19	19	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194012 - Tapajós - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	1	1	1	2	6	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	1	1	1	2	6	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	1	9	1	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	1	5	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	4	1	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	1	1	2	11	7	-	-	-
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194007 - Vale do Javari - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	8	-	2	13	12	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	8	-	2	13	12	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	4	4	3	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	4	4	1	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	8	-	6	17	15	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194029 - Xavante - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	13	26	15	18	20	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	13	26	15	18	20	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	1	1	5	6	6	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	1	4	3	3	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	3	3	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	14	27	20	24	26	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194031 - Xingú - por nível de escolaridade

**- situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	13	4	2	6	3	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	13	4	2	6	3	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	2	-	3	7	3	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	-	3	4	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	1	-	-	3	3	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	15	4	5	13	6	-	-	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

Quadro A.6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UG 194022 - Museu do Índio - por nível de escolaridade

- situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	2	5	14	32	-	1	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	2	5	14	32	-	1	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	3	7	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	2	-	-	-

2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	2	5	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	2	5	17	39	-	1	-

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração de Dados - SIAPE: extraídos em 07/02/2014

6.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro 6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

		Despesas Variáveis							Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Total
		Retribuições			Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 52.000.272,89	R\$ 0,00	R\$ 15.367.472,51	R\$ 3.763.746,22	R\$ 11.968.545,57	R\$ 6.016.741,21	R\$ 74.393.589,08	R\$ 355.572,14	R\$ 879.748,52	<b>R\$ 164.745.688,14</b>
	2012	R\$ 54.791.129,88	R\$ 0,00	R\$ 10.029.397,21	R\$ 68.490.156,38	R\$ 8.179.358,39	R\$ 2.404.378,22	R\$ 1.007.160,83	R\$ 361.181,16	R\$ 902.334,63	<b>R\$ 146.165.096,70</b>
	2011	R\$ 113.175.009,14	R\$ 327.843,82	R\$ 9.344.850,88	R\$ 3.034.856,49	R\$ 4.692.400,35	R\$ 4.341.126,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.115.357,03	<b>R\$ 136.031.444,70</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 2.192.273,33	R\$ 0,00	R\$ 258.801,66	R\$ 9.592,22	R\$ 270.921,50	R\$ 3.478,06	R\$ 137.737,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 2.872.804,08</b>
	2012	R\$ 2.757.234,33	R\$ 0,00	R\$ 220.650,00	R\$ 94.186,44	R\$ 152.694,04	R\$ 0,00	R\$ 56.594,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 3.281.359,26</b>
	2011	R\$ 778.880,00	R\$ 0,00	R\$ 1.460,83	R\$ 6.012,50	R\$ 167.174,22	R\$ 4.677,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 958.204,55</b>

Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	R\$ 2.506.034,49	R\$ 0,00	R\$ 680.726,55	R\$ 159.527,11	R\$ 300.196,73	R\$ 307.086,93	R\$ 2.870.414,31	R\$ 11.386,71	R\$ 62.051,40	<b>R\$ 6.897.424,23</b>
	2012	R\$ 2.443.240,68	R\$ 0,00	R\$ 407.302,57	R\$ 2.538.573,09	R\$ 245.126,08	R\$ 141.643,52	R\$ 0,00	R\$ 8.958,62	R\$ 63.430,77	<b>R\$ 5.848.275,33</b>
	2011	R\$ 4.841.207,61	R\$ 0,00	R\$ 422.321,83	R\$ 148.343,46	R\$ 1.493,98	R\$ 211.069,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.690,55	<b>R\$ 5.690.126,75</b>
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	R\$ 9.104.393,69	R\$ 18.433.896,11	R\$ 5.240.222,74	R\$ 1.837.566,35	R\$ 5.009.927,20	R\$ 1.155.945,83	R\$ 12.945.209,91	R\$ 155.919,00	R\$ 84.002,90	<b>R\$ 53.967.083,73</b>
	2012	R\$ 8.696.188,93	R\$ 18.613.537,14	R\$ 2.925.542,67	R\$ 10.890.587,24	R\$ 2.818.600,84	R\$ 354.231,04	R\$ 0,00	R\$ 147.594,07	R\$ 109.666,35	<b>R\$ 44.555.948,28</b>
	2011	R\$ 18.224.466,78	R\$ 18.348.000,08	R\$ 3.083.831,05	R\$ 1.211.193,75	R\$ 3.846.444,95	R\$ 871.159,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 143.048,14	<b>R\$ 45.728.144,21</b>
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	R\$ 8.074.493,75	R\$ 1.101.602,99	R\$ 2.578.865,67	R\$ 688.360,16	R\$ 1.838.184,13	R\$ 1.126.192,79	R\$ 11.643.331,96	R\$ 49.145,50	R\$ 56.611,72	<b>R\$ 27.156.788,67</b>
	2012	R\$ 8.740.402,23	R\$ 1.105.441,94	R\$ 1.657.794,29	R\$ 11.269.261,04	R\$ 1.255.070,60	R\$ 397.357,04	R\$ 94.421,10	R\$ 130.512,09	R\$ 80.680,79	<b>R\$ 24.730.941,12</b>

	<b>2011</b>	R\$ 19.066.849,16	R\$ 1.169.273,29	R\$ 1.767.643,41	R\$ 583.761,16	R\$ 1.005.746,62	R\$ 964.581,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.629,04	<b>R\$ 24.708.483,74</b>
--	-------------	----------------------	---------------------	---------------------	-------------------	---------------------	----------------	----------	----------	----------------	--------------------------

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194035 - Sede (Brasília-DF)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 6.689.509,29	R\$ 43,05	R\$ 1.875.672,16	R\$ 504.257,29	R\$ 1.096.569,77	R\$ 814.145,53	R\$ 9.827.419,20	R\$ 89.144,22	R\$ 35.322,39	<b>R\$ 20.932.082,90</b>
	2012	R\$ 7.357.310,76	R\$ 2.504,25	R\$ 2.105.577,16	R\$ 423.881,24	R\$ 1.046.611,13	R\$ 741.628,99	R\$ 9.620.790,98	R\$ 50.734,43	R\$ 35.807,30	<b>R\$ 21.384.846,24</b>
	2011	R\$ 5.955.053,30	R\$ 0,00	R\$ 1.731.115,51	R\$ 431.103,95	R\$ 832.599,65	R\$ 672.969,36	R\$ 8.010.254,16	R\$ 0,00	R\$ 36.669,06	<b>R\$ 17.669.764,99</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 2.192.273,33	R\$ 0,00	R\$ 258.801,66	R\$ 9.592,22	R\$ 147.247,47	R\$ 3.478,06	R\$ 137.737,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 2.749.130,05</b>
	2012	R\$ 2.757.234,33	R\$ 0,00	R\$ 332.875,00	R\$ 7.025,28	R\$ 152.694,04	R\$ 10.696,00	R\$ 166.474,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 3.426.999,30</b>
	2011	R\$ 2.400.784,33	R\$ 0,00	R\$ 387.777,49	R\$ 3.115,84	R\$ 136.819,20	R\$ 11.739,00	R\$ 119.696,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 3.059.932,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 1.444.615,77	R\$ 0,00	R\$ 390.295,08	R\$ 91.333,78	R\$ 191.992,17	R\$ 173.706,04	R\$ 1.640.569,86	R\$ 6.164,14	R\$ 33.498,92	<b>R\$ 3.972.175,76</b>
	2012	R\$ 1.379.551,91	R\$ 0,00	R\$ 335.488,62	R\$ 75.389,42	R\$ 154.623,40	R\$ 142.968,51	R\$ 1.322.395,26	R\$ 4.857,24	R\$ 42.316,80	<b>R\$ 3.457.591,16</b>
	2011	R\$	R\$ 0,00	R\$ 351.677,79	R\$ 86.336,99	R\$ 112.659,89	R\$ 116.909,62	R\$ 1.154.770,89	R\$ 0,00	R\$	<b>R\$</b>

		1.185.928,92								11.668,16	<b>3.019.952,26</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 3.334.160,66	R\$ 6.652.020,17	R\$ 1.799.682,39	R\$ 436.805,90	R\$ 923.618,19	R\$ 420.598,52	R\$ 4.696.821,53	R\$ 55.200,26	R\$ 1.421,64	<b>R\$ 18.320.329,26</b>
	2012	R\$ 3.661.936,24	R\$ 6.963.152,10	R\$ 1.710.793,38	R\$ 398.950,14	R\$ 846.382,79	R\$ 382.864,23	R\$ 4.399.977,70	R\$ 107.332,48	R\$ 6.138,28	<b>R\$ 18.477.527,34</b>
	2011	R\$ 3.620.225,09	R\$ 6.817.039,90	R\$ 1.886.658,34	R\$ 476.410,96	R\$ 837.380,96	R\$ 389.762,64	R\$ 4.735.458,62	R\$ 0,00	R\$ 8.496,60	<b>R\$ 18.771.433,11</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 2.664.396,19	R\$ 450.745,55	R\$ 819.028,48	R\$ 194.801,29	R\$ 453.494,36	R\$ 401.547,87	R\$ 3.724.243,16	R\$ 15.955,06	R\$ 7.074,96	<b>R\$ 8.731.286,92</b>
	2012	R\$ 2.865.298,24	R\$ 450.883,06	R\$ 867.578,83	R\$ 216.365,06	R\$ 406.312,04	R\$ 393.722,69	R\$ 3.575.648,50	R\$ 81.952,91	R\$ 4.231,65	<b>R\$ 8.861.992,98</b>
	2011	R\$ 2.739.166,33	R\$ 444.058,77	R\$ 836.488,32	R\$ 186.631,79	R\$ 402.483,88	R\$ 364.451,07	R\$ 3.623.937,10	R\$ 0,00	R\$ 4.032,60	<b>R\$ 8.601.249,86</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194035 - Sede (Brasília-DF)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 6.689.509,29	R\$ 43,05	R\$ 1.875.672,16	R\$ 504.257,29	R\$ 1.096.569,77	R\$ 814.145,53	R\$ 9.827.419,20	R\$ 89.144,22	R\$ 35.322,39	<b>R\$ 20.932.082,90</b>
	2012	R\$ 7.357.310,76	R\$ 2.504,25	R\$ 2.105.577,16	R\$ 423.881,24	R\$ 1.046.611,13	R\$ 741.628,99	R\$ 9.620.790,98	R\$ 50.734,43	R\$ 35.807,30	<b>R\$ 21.384.846,24</b>
	2011	R\$ 5.955.053,30	R\$ 0,00	R\$ 1.731.115,51	R\$ 431.103,95	R\$ 832.599,65	R\$ 672.969,36	R\$ 8.010.254,16	R\$ 0,00	R\$ 36.669,06	<b>R\$ 17.669.764,99</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 2.192.273,33	R\$ 0,00	R\$ 258.801,66	R\$ 9.592,22	R\$ 147.247,47	R\$ 3.478,06	R\$ 137.737,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 2.749.130,05</b>
	2012	R\$ 2.757.234,33	R\$ 0,00	R\$ 332.875,00	R\$ 7.025,28	R\$ 152.694,04	R\$ 10.696,00	R\$ 166.474,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 3.426.999,30</b>
	2011	R\$ 2.400.784,33	R\$ 0,00	R\$ 387.777,49	R\$ 3.115,84	R\$ 136.819,20	R\$ 11.739,00	R\$ 119.696,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 3.059.932,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 1.444.615,77	R\$ 0,00	R\$ 390.295,08	R\$ 91.333,78	R\$ 191.992,17	R\$ 173.706,04	R\$ 1.640.569,86	R\$ 6.164,14	R\$ 33.498,92	<b>R\$ 3.972.175,76</b>
	2012	R\$ 1.379.551,91	R\$ 0,00	R\$ 335.488,62	R\$ 75.389,42	R\$ 154.623,40	R\$ 142.968,51	R\$ 1.322.395,26	R\$ 4.857,24	R\$ 42.316,80	<b>R\$ 3.457.591,16</b>

	2011	R\$ 1.185.928,92	R\$ 0,00	R\$ 351.677,79	R\$ 86.336,99	R\$ 112.659,89	R\$ 116.909,62	R\$ 1.154.770,89	R\$ 0,00	R\$ 11.668,16	<b>R\$ 3.019.952,26</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 3.334.160,66	R\$ 6.652.020,17	R\$ 1.799.682,39	R\$ 436.805,90	R\$ 923.618,19	R\$ 420.598,52	R\$ 4.696.821,53	R\$ 55.200,26	R\$ 1.421,64	<b>R\$ 18.320.329,26</b>
	2012	R\$ 3.661.936,24	R\$ 6.963.152,10	R\$ 1.710.793,38	R\$ 398.950,14	R\$ 846.382,79	R\$ 382.864,23	R\$ 4.399.977,70	R\$ 107.332,48	R\$ 6.138,28	<b>R\$ 18.477.527,34</b>
	2011	R\$ 3.620.225,09	R\$ 6.817.039,90	R\$ 1.886.658,34	R\$ 476.410,96	R\$ 837.380,96	R\$ 389.762,64	R\$ 4.735.458,62	R\$ 0,00	R\$ 8.496,60	<b>R\$ 18.771.433,11</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 2.664.396,19	R\$ 450.745,55	R\$ 819.028,48	R\$ 194.801,29	R\$ 453.494,36	R\$ 401.547,87	R\$ 3.724.243,16	R\$ 15.955,06	R\$ 7.074,96	<b>R\$ 8.731.286,92</b>
	2012	R\$ 2.865.298,24	R\$ 450.883,06	R\$ 867.578,83	R\$ 216.365,06	R\$ 406.312,04	R\$ 393.722,69	R\$ 3.575.648,50	R\$ 81.952,91	R\$ 4.231,65	<b>R\$ 8.861.992,98</b>
	2011	R\$ 2.739.166,33	R\$ 444.058,77	R\$ 836.488,32	R\$ 186.631,79	R\$ 402.483,88	R\$ 364.451,07	R\$ 3.623.937,10	R\$ 0,00	R\$ 4.032,60	<b>R\$ 8.601.249,86</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194005 - Alto Purus

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	<b>2011</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>												
<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	R\$ 765.540,03	R\$ 0,00	R\$ 229.683,42	R\$ 63.834,07	R\$ 188.437,33	R\$ 108.099,39	R\$ 1.173.012,08	R\$ 33.474,96	R\$ 31.130,03	<b>R\$ 2.593.211,31</b>	
	<b>2012</b>	R\$ 755.897,90	R\$ 0,00	R\$ 216.950,32	R\$ 48.880,62	R\$ 154.972,85	R\$ 79.249,59	R\$ 1.053.012,42	R\$ 4.435,14	R\$ 11.671,20	<b>R\$ 2.325.070,04</b>	
	<b>2011</b>	R\$ 719.012,23	R\$ 0,00	R\$ 193.823,44	R\$ 39.518,88	R\$ 145.996,46	R\$ 71.200,27	R\$ 1.026.891,88	R\$ 0,00	R\$ 11.671,20	<b>R\$ 2.208.114,36</b>	
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>												
<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	<b>2012</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	<b>2011</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>												
<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	<b>2012</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	<b>2011</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>												
<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	<b>2012</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	<b>2011</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	R\$ 54.050,90	R\$ 259.135,62	R\$ 46.648,64	R\$ 11.722,69	R\$ 48.838,82	R\$ 4.578,48	R\$ 88.674,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 513.649,75</b>	
	<b>2012</b>	R\$ 89.051,28	R\$ 255.138,23	R\$ 52.533,73	R\$ 12.397,42	R\$ 40.677,88	R\$ 2.798,00	R\$ 111.816,98	R\$ 546,62	R\$ 0,00	<b>R\$ 564.960,14</b>	
	<b>2011</b>	R\$ 102.829,44	R\$ 224.255,06	R\$ 54.122,78	R\$ 12.006,97	R\$ 37.402,15	R\$ 2.992,00	R\$ 119.703,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 553.311,60</b>	
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												

<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	R\$ 151.905,96	R\$ 19.430,40	R\$ 57.312,26	R\$ 12.865,57	R\$ 31.477,73	R\$ 14.170,14	R\$ 232.792,75	R\$ 1.367,71	R\$ 0,00	<b>R\$ 521.322,52</b>
	<b>2012</b>	R\$ 124.462,64	R\$ 16.192,15	R\$ 44.024,14	R\$ 10.397,21	R\$ 23.573,49	R\$ 16.040,32	R\$ 206.765,55	R\$ 2.504,88	R\$ 0,00	<b>R\$ 443.960,38</b>
	<b>2011</b>	R\$ 70.190,25	R\$ 8.743,71	R\$ 29.769,08	R\$ 8.717,83	R\$ 13.549,51	R\$ 12.904,90	R\$ 115.064,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 258.939,65</b>

Fonte: Extração DW UG 194005

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194063 - Alto Solimões

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2013	R\$ 1.403.248,28	R\$ 0,00	R\$ 488.358,87	R\$ 110.649,17	R\$ 357.255,64	R\$ 51.041,66	R\$ 2.525.020,21	R\$ 3.215,89	R\$ 0,00	R\$ 4.938.789,72
	2012	R\$ 1.386.651,78	R\$ 0,00	R\$ 438.201,63	R\$ 98.256,66	R\$ 292.341,62	R\$ 47.741,93	R\$ 2.245.104,14	R\$ 8.284,66	R\$ 181,06	R\$ 4.516.763,48
	2011	R\$ 1.321.473,79	R\$ 0,00	R\$ 423.185,15	R\$ 90.711,62	R\$ 277.402,29	R\$ 48.719,39	R\$ 2.215.981,93	R\$ 0,00	R\$ 828,18	R\$ 4.378.302,35
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	R\$ 95.685,44	R\$ 329.202,25	R\$ 71.867,07	R\$ 14.383,61	R\$ 63.200,04	R\$ 9.080,40	R\$ 146.598,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 730.017,50
	2012	R\$ 95.010,44	R\$ 324.579,68	R\$ 63.591,95	R\$ 17.249,19	R\$ 51.983,13	R\$ 6.874,00	R\$ 132.200,32	R\$ 671,81	R\$ 0,00	R\$ 692.160,52
	2011	R\$ 87.051,89	R\$ 295.248,85	R\$ 65.445,69	R\$ 14.358,94	R\$ 46.483,90	R\$ 7.331,00	R\$ 131.661,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 647.581,33
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	R\$ 114.552,90	R\$ 19.329,01	R\$ 42.757,87	R\$ 10.473,87	R\$ 37.279,41	R\$ 4.541,76	R\$ 217.455,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 446.390,27
	2012	R\$ 123.643,80	R\$ 20.925,24	R\$ 47.322,69	R\$ 12.188,25	R\$ 35.410,20	R\$ 3.852,00	R\$ 210.492,86	R\$ 762,29	R\$ 129,79	R\$ 454.727,12
	2011	R\$ 103.487,86	R\$ 17.595,45	R\$ 38.771,35	R\$ 7.020,44	R\$ 25.447,61	R\$ 1.284,00	R\$ 179.834,27	R\$ 0,00	R\$ 260,02	R\$ 373.701,00

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194075 - Amapá e Norte do Pará

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	R\$ 861.508,85	R\$ 0,00	R\$ 262.840,83	R\$ 66.896,03	R\$ 152.309,25	R\$ 90.199,16	R\$ 1.226.667,74	R\$ 2.284,96	R\$ 0,00	<b>R\$ 2.662.706,82</b>
	2012	R\$ 910.969,64	R\$ 0,00	R\$ 235.559,99	R\$ 53.206,15	R\$ 131.114,03	R\$ 67.639,02	R\$ 1.168.993,27	R\$ 7.930,72	R\$ 0,00	<b>R\$ 2.575.412,82</b>

	2011	R\$ 888.940,97	R\$ 0,00	R\$ 271.483,68	R\$ 72.683,84	R\$ 135.232,42	R\$ 57.388,53	R\$ 1.257.233,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 2.682.963,28</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 75.458,88	R\$ 0,00	R\$ 11.672,88	R\$ 2.427,31	R\$ 9.338,16	R\$ 5.997,12	R\$ 45.845,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 150.739,39</b>
	2012	R\$ 75.458,88	R\$ 0,00	R\$ 16.559,80	R\$ 4.902,45	R\$ 7.544,16	R\$ 0,00	R\$ 48.757,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 153.222,73</b>
	2011	R\$ 14.483,49	R\$ 0,00	R\$ 12.694,26	R\$ 2.065,95	R\$ 1.590,48	R\$ 106,00	R\$ 12.316,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 43.256,88</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 198.938,52	R\$ 305.903,27	R\$ 96.005,43	R\$ 21.144,94	R\$ 59.148,32	R\$ 28.113,78	R\$ 231.475,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 940.729,43</b>
	2012	R\$ 180.954,84	R\$ 310.728,36	R\$ 83.191,40	R\$ 19.038,24	R\$ 47.626,80	R\$ 25.282,26	R\$ 173.059,17	R\$ 1.859,81	R\$ 0,00	<b>R\$ 841.740,88</b>
	2011	R\$ 175.700,42	R\$ 310.728,27	R\$ 84.316,71	R\$ 21.682,50	R\$ 47.885,67	R\$ 27.483,21	R\$ 187.097,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 854.894,35</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 157.730,68	R\$ 18.754,56	R\$ 53.438,57	R\$ 11.698,95	R\$ 29.445,70	R\$ 24.966,44	R\$ 241.030,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 537.065,75</b>
	2012	R\$ 164.749,96	R\$ 19.962,02	R\$ 54.252,23	R\$ 13.330,99	R\$ 24.347,04	R\$ 19.307,46	R\$ 224.421,64	R\$ 1.501,73	R\$ 897,66	<b>R\$ 522.770,73</b>
	2011	R\$ 169.880,03	R\$ 20.061,61	R\$ 48.233,04	R\$ 9.935,53	R\$ 26.291,78	R\$ 21.252,73	R\$ 239.787,06	R\$ 0,00	R\$ 10.771,92	<b>R\$ 546.213,70</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194033 - Araguaia Tocantins

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			

<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 3.913.755,10	R\$ 0,00	R\$ 1.155.371,31	R\$ 270.336,44	R\$ 690.343,92	R\$ 446.687,30	R\$ 5.552.489,03	R\$ 17.289,78	R\$ 21.404,68	<b>R\$ 12.067.677,56</b>
	2012	R\$ 4.279.113,38	R\$ 0,00	R\$ 1.171.176,62	R\$ 241.442,92	R\$ 603.580,91	R\$ 394.257,45	R\$ 5.371.375,09	R\$ 27.871,87	R\$ 1.864,80	<b>R\$ 12.090.683,04</b>
	2011	R\$ 4.117.056,33	R\$ 0,00	R\$ 1.219.783,91	R\$ 265.272,51	R\$ 605.858,05	R\$ 374.720,00	R\$ 5.573.418,33	R\$ 0,00	R\$ 724,54	<b>R\$ 12.156.833,67</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 14.656,80	R\$ 0,00	R\$ 1.690,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.641,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 21.988,24</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 350.043,48	R\$ 506.524,99	R\$ 179.571,93	R\$ 46.151,92	R\$ 104.789,00	R\$ 25.836,98	R\$ 421.439,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.634.357,56</b>
	2012	R\$ 357.059,44	R\$ 535.614,80	R\$ 158.965,72	R\$ 28.807,97	R\$ 92.212,16	R\$ 14.976,00	R\$ 379.815,14	R\$ 2.782,23	R\$ 196,94	<b>R\$ 1.570.430,40</b>
	2011	R\$ 305.467,32	R\$ 524.153,90	R\$ 152.536,88	R\$ 33.418,05	R\$ 88.877,53	R\$ 16.329,00	R\$ 332.628,29	R\$ 0,00	R\$ 8,84	<b>R\$ 1.453.419,81</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 140.743,11	R\$ 21.243,55	R\$ 42.542,35	R\$ 9.987,88	R\$ 24.739,85	R\$ 11.688,41	R\$ 205.292,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 456.237,79</b>

	2012	R\$ 195.849,24	R\$ 27.240,44	R\$ 60.579,66	R\$ 14.726,59	R\$ 29.080,54	R\$ 17.210,00	R\$ 262.856,83	R\$ 2.000,83	R\$ 0,00	<b>R\$ 609.544,13</b>
	2011	R\$ 123.730,85	R\$ 19.419,19	R\$ 57.872,65	R\$ 14.017,59	R\$ 18.819,54	R\$ 12.435,00	R\$ 190.408,99	R\$ 0,00	R\$ 184,60	<b>R\$ 436.888,41</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194018 - Baixo São Francisco

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 1.607.730,91	R\$ 0,00	R\$ 567.906,10	R\$ 125.544,46	R\$ 266.954,76	R\$ 144.299,33	R\$ 2.173.658,58	R\$ 7.828,13	R\$ 25.499,28	<b>R\$ 4.919.421,55</b>
	2012	R\$ 1.051.923,85	R\$ 0,00	R\$ 294.469,56	R\$ 57.603,05	R\$ 147.162,99	R\$ 88.854,25	R\$ 1.265.730,25	R\$ 8.070,66	R\$ 10.967,76	<b>R\$ 2.924.782,37</b>
	2011	R\$ 887.582,95	R\$ 0,00	R\$ 243.781,06	R\$ 54.754,41	R\$ 127.131,73	R\$ 86.349,03	R\$ 1.122.563,39	R\$ 0,00	R\$ 11.539,57	<b>R\$ 2.533.702,14</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 111.110,81	R\$ 343.710,44	R\$ 86.067,68	R\$ 19.339,85	R\$ 63.244,64	R\$ 28.455,82	R\$ 135.167,42	R\$ 103,50	R\$ 0,00		<b>R\$ 787.200,16</b>
	2012	R\$ 71.121,48	R\$ 340.595,41	R\$ 54.490,42	R\$ 13.502,94	R\$ 50.748,16	R\$ 14.843,00	R\$ 69.085,00	R\$ 435,94	R\$ 0,00		<b>R\$ 614.822,35</b>
	2011	R\$ 68.586,48	R\$ 372.141,84	R\$ 64.624,31	R\$ 18.343,53	R\$ 57.718,14	R\$ 11.738,00	R\$ 69.969,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 663.121,40</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 195.567,80	R\$ 17.233,92	R\$ 53.762,91	R\$ 9.071,07	R\$ 26.951,24	R\$ 28.064,84	R\$ 242.110,73	R\$ 2.387,79	R\$ 0,00		<b>R\$ 575.150,30</b>
	2012	R\$ 203.305,76	R\$ 17.935,92	R\$ 59.116,81	R\$ 15.438,35	R\$ 23.544,88	R\$ 26.081,47	R\$ 252.759,86	R\$ 1.601,22	R\$ 0,00		<b>R\$ 599.784,27</b>
	2011	R\$ 188.970,74	R\$ 17.686,81	R\$ 55.306,44	R\$ 12.364,25	R\$ 23.148,01	R\$ 25.711,76	R\$ 244.897,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 568.085,36</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194011 - Baixo Tocantins

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 816.755,14	R\$ 0,00	R\$ 165.740,78	R\$ 51.001,59	R\$ 147.687,93	R\$ 101.043,90	R\$ 1.109.310,94	R\$ 8.431,20	R\$ 0,00	<b>R\$ 2.399.971,48</b>
	2012	#####	R\$ 0,00	R\$ 393.466,00	R\$ 88.941,51	R\$ 197.797,51	R\$ 166.005,28	R\$ 1.667.429,87	R\$ 8.101,81	R\$ 0,00	<b>R\$ 3.933.653,60</b>
	2011	#####	R\$ 0,00	R\$ 312.801,97	R\$ 60.448,89	R\$ 159.401,37	R\$ 125.008,08	R\$ 1.400.913,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 3.120.134,52</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>												
Exercícios	2013	R\$ 19.801,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 74,16	R\$ 1.561,00	R\$ 4.816,24	R\$ 24.213,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 50.466,48</b>
	2012	R\$ 56.736,00	R\$ 0,00	R\$ 16.171,95	R\$ 7.187,52	R\$ 3.648,00	R\$ 15.334,67	R\$ 72.639,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 171.717,74</b>
	2011	R\$ 56.736,00	R\$ 0,00	R\$ 16.171,95	R\$ 3.593,76	R\$ 3.648,00	R\$ 0,00	R\$ 72.665,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 152.814,92</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 224.120,26	R\$ 386.080,11	R\$ 97.189,32	R\$ 24.600,92	R\$ 85.355,84	R\$ 34.188,72	R\$ 328.259,35	R\$ 4.500,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.184.294,69</b>
	2012	R\$ 266.719,80	R\$ 478.598,35	R\$ 136.821,07	R\$ 30.180,97	R\$ 82.600,12	R\$ 37.905,12	R\$ 345.459,00	R\$ 1.374,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.379.659,14</b>
	2011	R\$ 247.222,80	R\$ 519.406,56	R\$ 136.785,39	R\$ 32.347,08	R\$ 84.742,95	R\$ 42.707,57	R\$ 314.078,74	R\$ 0,00	R\$ 388,65	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.377.679,74</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 205.695,50	R\$ 23.605,48	R\$ 45.482,10	R\$ 13.898,50	R\$ 36.131,56	R\$ 26.233,05	R\$ 288.123,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 639.170,08</b>
	2012	R\$ 312.069,95	R\$ 38.218,77	R\$ 93.492,26	R\$ 27.256,09	R\$ 46.536,76	R\$ 33.871,39	R\$ 392.970,59	R\$ 2.207,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 946.623,06</b>
	2011	R\$ 426.164,70	R\$ 45.309,92	R\$ 111.365,70	R\$ 25.728,13	R\$ 59.744,22	R\$ 42.174,38	R\$ 513.167,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.223.654,09</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194003 - Cacoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>												
Exercícios	2013	R\$ 674.177,82	R\$ 0,00	R\$ 194.688,83	R\$ 49.446,96	R\$ 111.950,56	R\$ 55.351,93	R\$ 961.547,52	R\$ 0,00	R\$ 9.902,40		<b>R\$ 2.057.066,02</b>
	2012	R\$ 698.397,73	R\$ 0,00	R\$ 206.686,26	R\$ 54.271,66	R\$ 96.160,06	R\$ 48.734,47	R\$ 892.954,89	R\$ 4.460,20	R\$ 23.721,56		<b>R\$ 2.025.386,83</b>
	2011	R\$ 661.128,29	R\$ 0,00	R\$ 185.841,89	R\$ 30.984,89	R\$ 93.272,24	R\$ 44.184,00	R\$ 907.576,99	R\$ 0,00	R\$ 24.136,32		<b>R\$ 1.947.124,62</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 142.237,69	R\$ 332.831,16	R\$ 91.423,52	R\$ 20.760,82	R\$ 64.438,16	R\$ 10.753,37	R\$ 211.784,33	R\$ 5.762,06	R\$ 0,00		<b>R\$ 879.991,11</b>
	2012	R\$ 167.489,91	R\$ 378.109,69	R\$ 101.897,63	R\$ 29.329,57	R\$ 61.041,95	R\$ 18.360,00	R\$ 211.769,52	R\$ 909,18	R\$ 0,00		<b>R\$ 968.907,45</b>
	2011	R\$ 111.181,73	R\$ 288.395,61	R\$ 68.378,48	R\$ 11.152,45	R\$ 47.611,98	R\$ 10.307,00	R\$ 167.078,93	R\$ 0,00	R\$ 1.386,60		<b>R\$ 705.492,78</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 154.187,95	R\$ 18.247,68	R\$ 52.658,78	R\$ 11.911,48	R\$ 25.336,00	R\$ 20.648,43	R\$ 221.939,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 504.929,34</b>
	2012	R\$ 143.053,38	R\$ 17.205,19	R\$ 44.018,96	R\$ 15.200,01	R\$ 20.976,00	R\$ 14.446,91	R\$ 198.956,31	R\$ 1.276,31	R\$ 182,13		<b>R\$ 455.315,20</b>
	2011	R\$ 164.859,48	R\$ 18.168,41	R\$ 47.025,31	R\$ 8.642,23	R\$ 22.496,00	R\$ 13.406,73	R\$ 243.660,38	R\$ 0,00	R\$ 185,36		<b>R\$ 518.443,90</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194020 - Campo Grande

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 1.429.803,93	R\$ 0,00	R\$ 415.962,03	R\$ 80.075,81	R\$ 266.274,62	R\$ 186.536,15	R\$ 2.066.979,32	R\$ 9.006,03	R\$ 0,00	<b>R\$ 4.454.637,89</b>
	2012	R\$ 1.737.614,36	R\$ 0,00	R\$ 469.124,19	R\$ 119.173,09	R\$ 265.924,29	R\$ 158.606,66	R\$ 2.191.484,80	R\$ 11.403,02	R\$ 0,00	<b>R\$ 4.953.330,41</b>
	2011	R\$ 1.751.477,57	R\$ 0,00	R\$ 502.030,69	R\$ 99.071,00	R\$ 284.842,57	R\$ 147.167,39	R\$ 2.349.082,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 5.133.671,36</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 181.853,48	R\$ 194.864,65	R\$ 106.012,08	R\$ 27.948,02	R\$ 42.096,02	R\$ 13.870,75	R\$ 274.821,12	R\$ 7.789,55	R\$ 0,00	<b>R\$ 849.255,67</b>

	2012	R\$ 44.649,68	R\$ 278.752,43	R\$ 48.756,06	R\$ 17.248,91	R\$ 38.176,98	R\$ 7.817,00	R\$ 73.000,44	R\$ 565,18	R\$ 0,00	<b>R\$ 508.966,68</b>
	2011	R\$ 37.329,72	R\$ 322.224,27	R\$ 50.488,52	R\$ 11.683,18	R\$ 44.952,81	R\$ 7.285,00	R\$ 69.238,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 543.201,61</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 129.476,91	R\$ 15.485,26	R\$ 51.927,96	R\$ 11.771,90	R\$ 25.357,34	R\$ 18.871,53	R\$ 193.127,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 446.018,30</b>
	2012	R\$ 191.846,02	R\$ 20.925,23	R\$ 55.043,97	R\$ 17.826,10	R\$ 28.791,24	R\$ 18.332,18	R\$ 257.134,77	R\$ 1.689,32	R\$ 0,00	<b>R\$ 591.588,83</b>
	2011	R\$ 199.853,89	R\$ 18.816,08	R\$ 56.101,19	R\$ 20.521,59	R\$ 27.976,64	R\$ 13.774,07	R\$ 270.240,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 607.283,57</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194010 - Centro-Leste do Pará

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 1.035.824,37	R\$ 0,00	R\$ 392.742,87	R\$ 77.543,31	R\$ 189.336,44	R\$ 136.195,70	R\$ 1.459.646,52	R\$ 4.572,87	R\$ 0,00	<b>R\$ 3.295.862,08</b>
	2012	R\$ 445.497,25	R\$ 0,00	R\$ 123.712,01	R\$ 29.039,61	R\$ 79.153,75	R\$ 36.469,81	R\$ 626.137,54	R\$ 2.751,90	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.342.761,87</b>
	2011	R\$ 488.603,59	R\$ 0,00	R\$ 124.027,01	R\$ 30.627,03	R\$ 85.016,00	R\$ 37.625,31	R\$ 711.267,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.477.166,05</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											

Exercícios	2013	R\$ 39.603,76	R\$ 0,00	R\$ 18.091,05	R\$ 4.196,39	R\$ 2.984,00	R\$ 12.769,02	R\$ 64.408,72	R\$ 275,24	R\$ 0,00	<b>R\$ 142.328,18</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 87.952,03	R\$ 342.932,61	R\$ 85.182,12	R\$ 17.658,60	R\$ 55.204,84	R\$ 13.555,56	R\$ 130.846,90	R\$ 2.101,87	R\$ 0,00	<b>R\$ 735.434,53</b>
	2012	R\$ 5.970,66	R\$ 309.230,15	R\$ 35.663,56	R\$ 10.452,34	R\$ 38.526,86	R\$ 7.482,00	R\$ 13.866,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 421.191,66</b>
	2011	R\$ 25.219,67	R\$ 333.826,52	R\$ 50.874,45	R\$ 12.986,88	R\$ 43.458,18	R\$ 15.386,00	R\$ 43.613,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 525.364,87</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 82.536,38	R\$ 11.239,34	R\$ 36.855,28	R\$ 9.304,43	R\$ 14.798,68	R\$ 7.875,06	R\$ 113.935,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 276.544,33</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194028 - Cuiabá

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2013	R\$ 2.750.304,65	R\$ 0,00	R\$ 776.406,37	R\$ 192.430,87	R\$ 468.043,96	R\$ 317.090,02	R\$ 3.841.949,27	R\$ 13.815,85	R\$ 131.654,30	<b>R\$ 8.491.695,29</b>
	2012	R\$ 2.788.142,80	R\$ 423,14	R\$ 803.019,26	R\$ 160.906,57	R\$ 388.051,26	R\$ 251.945,73	R\$ 3.507.320,99	R\$ 18.288,82	R\$ 156.048,36	<b>R\$ 8.074.146,93</b>
	2011	R\$ 2.496.372,90	R\$ 0,00	R\$ 728.356,60	R\$ 145.397,79	R\$ 366.954,85	R\$ 206.955,08	R\$ 3.400.068,95	R\$ 0,00	R\$ 145.485,09	<b>R\$ 7.489.591,26</b>
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 34.522,67	R\$ 0,00	R\$ 8.826,06	R\$ 2.001,64	R\$ 0,00	R\$ 1.910,00	R\$ 31.311,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 78.572,30</b>
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	R\$ 216.342,80	R\$ 665.311,73	R\$ 161.766,62	R\$ 39.306,42	R\$ 118.901,00	R\$ 37.745,08	R\$ 307.655,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.547.028,73</b>
	2012	R\$ 166.363,71	R\$ 725.704,25	R\$ 125.452,29	R\$ 25.831,55	R\$ 102.122,88	R\$ 23.672,00	R\$ 181.856,95	R\$ 871,88	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.351.875,51</b>
	2011	R\$ 144.017,15	R\$ 701.459,66	R\$ 127.193,99	R\$ 32.768,36	R\$ 98.689,09	R\$ 21.972,00	R\$ 158.141,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.284.241,44</b>
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	R\$ 193.719,23	R\$ 24.026,74	R\$ 52.129,16	R\$ 12.071,38	R\$ 27.773,52	R\$ 41.158,29	R\$ 230.858,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 581.736,36</b>
	2012	R\$ 274.467,18	R\$ 28.438,65	R\$ 66.539,86	R\$ 12.426,56	R\$ 30.019,07	R\$ 49.076,43	R\$ 280.678,27	R\$ 2.916,82	R\$ 0,00	<b>R\$ 744.562,84</b>
	2011	R\$ 277.281,75	R\$ 28.491,88	R\$ 79.308,08	R\$ 19.807,37	R\$ 29.918,02	R\$ 40.429,74	R\$ 310.050,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 785.287,30</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194064 - Dourados

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 478.951,74	R\$ 0,00	R\$ 132.936,38	R\$ 34.723,83	R\$ 96.356,04	R\$ 32.378,54	R\$ 781.742,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.557.089,46</b>
	2012	R\$ 501.580,01	R\$ 0,00	R\$ 152.203,69	R\$ 28.478,20	R\$ 79.868,53	R\$ 24.770,67	R\$ 725.947,41	R\$ 3.227,47	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.516.075,98</b>
	2011	R\$ 304.968,79	R\$ 0,00	R\$ 94.308,83	R\$ 21.762,55	R\$ 48.118,75	R\$ 15.858,23	R\$ 432.934,25	R\$ 0,00	R\$ 11.460,54	<b>R\$ 929.411,94</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											

Exercícios	2013	R\$ 24.780,56	R\$ 210.226,03	R\$ 34.189,09	R\$ 9.730,27	R\$ 36.240,05	R\$ 2.374,38	R\$ 56.215,65	R\$ 1.348,43	R\$ 0,00	<b>R\$ 375.104,46</b>
	2012	R\$ 24.105,56	R\$ 233.765,91	R\$ 41.410,67	R\$ 8.317,62	R\$ 28.880,00	R\$ 2.348,00	R\$ 65.659,83	R\$ 266,73	R\$ 0,00	<b>R\$ 404.754,32</b>
	2011	R\$ 21.847,02	R\$ 228.301,53	R\$ 37.008,96	R\$ 5.232,84	R\$ 29.930,20	R\$ 707,00	R\$ 70.236,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 393.263,94</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 163.131,20	R\$ 21.288,96	R\$ 56.731,61	R\$ 16.156,59	R\$ 31.815,00	R\$ 17.314,41	R\$ 278.826,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 585.263,87</b>
	2012	R\$ 136.623,04	R\$ 17.935,92	R\$ 44.537,53	R\$ 9.901,88	R\$ 21.888,00	R\$ 12.418,25	R\$ 216.105,82	R\$ 3.036,02	R\$ 0,00	<b>R\$ 462.446,46</b>
	2011	R\$ 160.679,97	R\$ 20.235,99	R\$ 47.498,88	R\$ 9.883,29	R\$ 25.851,71	R\$ 12.732,62	R\$ 251.117,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 527.999,73</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194004 - Guajará Mirim

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 405.982,22	R\$ 0,00	R\$ 114.067,87	R\$ 29.334,29	R\$ 69.262,20	R\$ 47.697,47	R\$ 557.984,35	R\$ 0,00	R\$ 3.031,80	<b>R\$ 1.227.360,20</b>
	2012	R\$ 474.854,90	R\$ 0,00	R\$ 126.286,89	R\$ 26.199,06	R\$ 64.315,76	R\$ 45.587,25	R\$ 574.837,08	R\$ 4.497,20	R\$ 4.157,24	<b>R\$ 1.320.735,38</b>
	2011	R\$ 414.024,22	R\$ 0,00	R\$ 105.486,86	R\$ 23.069,99	R\$ 59.946,87	R\$ 49.467,04	R\$ 551.727,40	R\$ 0,00	R\$ 4.438,60	<b>R\$ 1.208.160,98</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											

Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>												
Exercícios	2013	R\$ 27.000,36	R\$ 0,00	R\$ 11.364,73	R\$ 3.788,24	R\$ 5.958,36	R\$ 3.146,93	R\$ 37.836,00	R\$ 0,00	R\$ 3.352,08		<b>R\$ 92.446,70</b>
	2012	R\$ 29.288,86	R\$ 0,00	R\$ 8.029,33	R\$ 1.771,31	R\$ 5.365,36	R\$ 3.317,55	R\$ 34.650,60	R\$ 217,97	R\$ 3.828,28		<b>R\$ 86.469,26</b>
	2011	R\$ 57.606,13	R\$ 0,00	R\$ 16.372,90	R\$ 2.717,81	R\$ 9.965,11	R\$ 5.462,07	R\$ 48.688,01	R\$ 0,00	R\$ 5.438,18		<b>R\$ 146.250,21</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 93.150,60	R\$ 296.897,11	R\$ 71.221,39	R\$ 15.647,58	R\$ 55.193,42	R\$ 17.143,68	R\$ 143.579,38	R\$ 404,21	R\$ 3.376,32		<b>R\$ 696.613,69</b>
	2012	R\$ 62.134,38	R\$ 275.819,53	R\$ 58.893,43	R\$ 14.025,10	R\$ 40.323,69	R\$ 13.007,00	R\$ 83.395,07	R\$ 2.021,25	R\$ 1.969,52		<b>R\$ 551.588,97</b>
	2011	R\$ 81.977,13	R\$ 295.521,99	R\$ 60.795,02	R\$ 16.207,61	R\$ 44.631,10	R\$ 17.534,65	R\$ 113.302,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 629.970,42</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 176.634,36	R\$ 21.314,24	R\$ 58.587,19	R\$ 17.179,66	R\$ 32.611,46	R\$ 38.588,96	R\$ 269.809,71	R\$ 1.750,85	R\$ 3.438,12		<b>R\$ 619.914,55</b>
	2012	R\$ 173.711,28	R\$ 20.717,61	R\$ 52.577,57	R\$ 12.239,44	R\$ 26.300,50	R\$ 32.664,61	R\$ 234.238,90	R\$ 1.410,45	R\$ 3.438,12		<b>R\$ 557.298,48</b>
	2011	R\$ 171.076,16	R\$ 20.410,35	R\$ 54.428,58	R\$ 10.410,35	R\$ 27.767,11	R\$ 22.362,65	R\$ 246.249,77	R\$ 0,00	R\$ 3.438,12		<b>R\$ 556.143,09</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194061 - Interior Sul

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão</b>												
Exercícios	2013	R\$ 2.286.634,22	R\$ 0,00	R\$ 651.880,56	R\$ 155.604,94	R\$ 346.902,53	R\$ 392.131,27	R\$ 2.981.491,72	R\$ 16.375,23	R\$ 7.975,48		<b>R\$ 6.838.995,95</b>
	2012	R\$ 2.422.394,12	R\$ 0,00	R\$ 635.056,52	R\$ 139.603,19	R\$ 304.961,40	R\$ 323.054,56	R\$ 2.786.765,67	R\$ 13.126,03	R\$ 12.364,06		<b>R\$ 6.637.325,55</b>
	2011	R\$ 2.462.598,73	R\$ 0,00	R\$ 662.786,90	R\$ 138.318,86	R\$ 321.344,62	R\$ 294.185,50	R\$ 3.015.257,41	R\$ 0,00	R\$ 10.840,77		<b>R\$ 6.905.332,79</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>												
Exercícios	2013	R\$ 79.351,75	R\$ 0,00	R\$ 21.649,29	R\$ 8.741,15	R\$ 7.664,78	R\$ 6.820,52	R\$ 113.862,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 238.089,97</b>
	2012	R\$ 60.645,90	R\$ 0,00	R\$ 13.057,59	R\$ 0,00	R\$ 6.080,00	R\$ 17.725,68	R\$ 69.156,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 166.665,77</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 311.641,92	R\$ 252.239,46	R\$ 135.022,82	R\$ 31.868,82	R\$ 65.324,74	R\$ 49.433,10	R\$ 407.777,43	R\$ 1.503,22	R\$ 7.237,30		<b>R\$ 1.262.048,81</b>
	2012	R\$ 273.482,59	R\$ 275.368,35	R\$ 108.350,17	R\$ 22.681,23	R\$ 52.876,48	R\$ 26.124,11	R\$ 291.529,30	R\$ 1.687,26	R\$ 4.683,05		<b>R\$ 1.056.782,54</b>
	2011	R\$ 208.283,62	R\$ 285.311,32	R\$ 95.944,71	R\$ 22.740,29	R\$ 48.495,07	R\$ 13.901,61	R\$ 238.817,44	R\$ 0,00	R\$ 2.096,13		<b>R\$ 915.590,19</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 171.544,87	R\$ 19.126,34	R\$ 53.146,20	R\$ 11.875,93	R\$ 29.730,13	R\$ 16.598,20	R\$ 237.933,06	R\$ 3.139,37	R\$ 4.105,11		<b>R\$ 547.199,21</b>
	2012	R\$ 151.307,88	R\$ 15.627,89	R\$ 50.088,72	R\$ 11.047,44	R\$ 21.133,92	R\$ 15.041,09	R\$ 180.389,27	R\$ 1.269,36	R\$ 5.086,04		<b>R\$ 450.991,61</b>

	2011	R\$ 123.227,13	R\$ 12.746,09	R\$ 39.242,78	R\$ 9.136,07	R\$ 18.211,34	R\$ 15.605,38	R\$ 156.024,84	R\$ 0,00	R\$ 2.869,32	<b>R\$ 377.062,95</b>
--	------	----------------	---------------	---------------	--------------	---------------	---------------	----------------	----------	--------------	-----------------------

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 190004 - Ji-Paraná

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 2.472.364,89	R\$ 0,00	R\$ 769.246,21	R\$ 186.074,71	R\$ 405.667,74	R\$ 415.432,63	R\$ 3.718.536,60	R\$ 14.046,13	R\$ 93.321,37	<b>R\$ 8.074.690,28</b>
	2012	R\$ 2.466.007,58	R\$ 0,00	R\$ 714.279,39	R\$ 163.091,96	R\$ 337.161,78	R\$ 306.951,21	R\$ 3.177.200,73	R\$ 13.740,67	R\$ 79.917,78	<b>R\$ 7.258.351,10</b>
	2011	R\$ 2.288.938,99	R\$ 0,00	R\$ 692.831,55	R\$ 145.989,80	R\$ 321.479,43	R\$ 236.995,45	R\$ 3.055.620,77	R\$ 0,00	R\$ 82.602,77	<b>R\$ 6.824.458,76</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 165.095,04	R\$ 0,00	R\$ 39.873,23	R\$ 7.361,70	R\$ 24.311,08	R\$ 17.374,64	R\$ 199.704,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 453.720,10</b>
	2012	R\$ 187.752,96	R\$ 0,00	R\$ 45.186,34	R\$ 6.614,57	R\$ 25.426,68	R\$ 19.982,81	R\$ 203.509,06	R\$ 0,00	R\$ 182,15	<b>R\$ 488.654,57</b>
	2011	R\$ 186.143,85	R\$ 0,00	R\$ 49.194,62	R\$ 9.831,45	R\$ 27.045,57	R\$ 18.234,84	R\$ 222.253,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 512.704,13</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 125.972,74	R\$ 485.269,23	R\$ 118.112,55	R\$ 26.389,07	R\$ 80.370,00	R\$ 21.088,05	R\$ 197.499,43	R\$ 5.748,49	R\$ 9.839,68		<b>R\$ 1.070.289,24</b>
	2012	R\$ 83.605,45	R\$ 513.767,48	R\$ 74.561,58	R\$ 20.559,77	R\$ 70.477,70	R\$ 22.316,00	R\$ 112.917,55	R\$ 471,88	R\$ 8.440,50		<b>R\$ 907.117,91</b>
	2011	R\$ 183.426,46	R\$ 542.549,99	R\$ 104.901,44	R\$ 20.498,27	R\$ 79.356,32	R\$ 28.043,00	R\$ 216.634,63	R\$ 0,00	R\$ 22.304,55		<b>R\$ 1.197.714,66</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 176.768,85	R\$ 21.444,27	R\$ 53.413,28	R\$ 13.640,44	R\$ 34.176,32	R\$ 22.572,61	R\$ 255.103,11	R\$ 0,00	R\$ 279,45		<b>R\$ 577.398,33</b>
	2012	R\$ 216.258,80	R\$ 20.543,22	R\$ 56.420,19	R\$ 8.698,05	R\$ 28.072,41	R\$ 23.230,74	R\$ 285.943,40	R\$ 833,42	R\$ 1.117,80		<b>R\$ 641.118,03</b>
	2011	R\$ 236.272,10	R\$ 20.825,59	R\$ 73.499,09	R\$ 18.196,28	R\$ 28.256,72	R\$ 15.006,00	R\$ 329.581,28	R\$ 0,00	R\$ 3.536,24		<b>R\$ 725.173,30</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194049 - Juruá

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 276.990,34	R\$ 0,00	R\$ 66.214,18	R\$ 24.522,21	R\$ 56.392,00	R\$ 15.836,97	R\$ 435.750,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 875.705,73</b>

	2012	R\$ 527.257,20	R\$ 0,00	R\$ 147.315,67	R\$ 33.427,67	R\$ 84.722,98	R\$ 16.009,77	R\$ 740.998,63	R\$ 2.520,27	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.552.252,19</b>
	2011	R\$ 467.773,27	R\$ 0,00	R\$ 140.719,78	R\$ 28.928,70	R\$ 75.409,53	R\$ 8.553,00	R\$ 701.797,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.423.181,93</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 11.562,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.014,52	R\$ 1.097,40	R\$ 5.955,84	R\$ 2.425,24	R\$ 0,00	<b>R\$ 23.055,72</b>
	2012	R\$ 11.562,72	R\$ 0,00	R\$ 4.084,68	R\$ 0,00	R\$ 1.669,52	R\$ 895,00	R\$ 4.815,80	R\$ 153,86	R\$ 0,00	<b>R\$ 23.181,58</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 117.150,54	R\$ 171.509,05	R\$ 63.349,92	R\$ 20.285,00	R\$ 35.935,35	R\$ 5.856,79	R\$ 186.420,45	R\$ 17.850,72	R\$ 6.548,88	<b>R\$ 624.906,70</b>
	2012	R\$ 57.663,92	R\$ 161.151,98	R\$ 45.100,88	R\$ 5.093,67	R\$ 28.273,23	R\$ 2.056,00	R\$ 71.558,52	R\$ 369,67	R\$ 11.460,54	<b>R\$ 382.728,41</b>
	2011	R\$ 36.318,41	R\$ 114.996,15	R\$ 25.076,97	R\$ 3.009,03	R\$ 21.914,53	R\$ 632,00	R\$ 60.761,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 262.708,69</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 30.219,04	R\$ 4.055,04	R\$ 5.064,86	R\$ 5.064,84	R\$ 6.772,00	R\$ 1.318,32	R\$ 46.603,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 99.097,20</b>
	2012	R\$ 118.980,14	R\$ 15.178,82	R\$ 34.736,41	R\$ 1.565,79	R\$ 21.330,00	R\$ 8.631,00	R\$ 160.833,87	R\$ 399,87	R\$ 0,00	<b>R\$ 361.655,90</b>
	2011	R\$ 27.803,94	R\$ 2.989,32	R\$ 8.103,16	R\$ 1.800,70	R\$ 3.648,00	R\$ 2.626,00	R\$ 37.789,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 84.760,87</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194044 - Kayapó Sul do Pará

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 408.562,18	R\$ 0,00	R\$ 124.508,65	R\$ 25.168,72	R\$ 73.530,18	R\$ 16.634,68	R\$ 595.504,93	R\$ 9.685,44	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.253.594,78</b>
	2012	R\$ 453.725,46	R\$ 0,00	R\$ 132.541,97	R\$ 24.660,36	R\$ 67.424,92	R\$ 16.945,40	R\$ 605.018,03	R\$ 2.074,62	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.302.390,76</b>
	2011	R\$ 453.898,90	R\$ 0,00	R\$ 139.684,71	R\$ 26.872,41	R\$ 77.216,34	R\$ 15.566,64	R\$ 658.255,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.371.494,85</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 61.480,44	R\$ 418.082,93	R\$ 70.133,79	R\$ 15.847,32	R\$ 73.079,00	R\$ 8.969,08	R\$ 87.057,05	R\$ 904,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 735.553,80</b>
	2012	R\$ 35.276,40	R\$ 382.182,00	R\$ 55.178,33	R\$ 11.648,69	R\$ 54.541,85	R\$ 5.774,00	R\$ 35.115,79	R\$ 192,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 579.909,39</b>
	2011	R\$ 34.003,20	R\$ 379.910,70	R\$ 46.976,00	R\$ 11.162,74	R\$ 54.043,04	R\$ 3.688,00	R\$ 45.943,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 575.726,84</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 101.070,80	R\$ 15.206,40	R\$ 36.637,34	R\$ 9.689,13	R\$ 25.101,00	R\$ 6.256,81	R\$ 174.472,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 368.434,43</b>
	2012	R\$ 109.591,66	R\$ 16.192,15	R\$ 33.359,74	R\$ 10.526,44	R\$ 22.334,00	R\$ 2.664,00	R\$ 166.664,23	R\$ 1.001,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 362.333,82</b>
	2011	R\$ 53.682,62	R\$ 6.941,84	R\$ 23.106,68	R\$ 5.055,85	R\$ 9.622,00	R\$ 332,00	R\$ 93.929,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 192.670,86</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194046 - Litoral Sudeste

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 1.151.514,72	R\$ 0,00	R\$ 333.579,74	R\$ 64.279,27	R\$ 180.209,20	R\$ 149.999,97	R\$ 1.500.872,00	R\$ 1.965,27	R\$ 10.067,96	<b>R\$ 3.392.488,13</b>
	2012	R\$ 1.109.717,39	R\$ 0,00	R\$ 318.879,87	R\$ 61.703,16	R\$ 144.309,90	R\$ 120.124,32	R\$ 1.278.480,87	R\$ 6.295,96	R\$ 30.203,88	<b>R\$ 3.069.715,35</b>

	2011	R\$ 884.181,27	R\$ 0,00	R\$ 262.422,89	R\$ 60.726,38	R\$ 124.181,40	R\$ 89.768,83	R\$ 1.101.417,16	R\$ 0,00	R\$ 30.203,88	R\$ 2.552.901,81
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 378.802,24	R\$ 204.497,50	R\$ 136.117,70	R\$ 28.413,90	R\$ 60.162,68	R\$ 58.603,47	R\$ 437.119,62	R\$ 4.725,36	R\$ 0,00	R\$ 1.308.442,47
	2012	R\$ 364.385,24	R\$ 195.716,21	R\$ 123.341,43	R\$ 28.737,55	R\$ 49.063,96	R\$ 46.935,72	R\$ 369.630,52	R\$ 2.798,71	R\$ 0,00	R\$ 1.180.609,34
	2011	R\$ 392.681,27	R\$ 237.933,00	R\$ 131.351,23	R\$ 31.286,53	R\$ 59.034,61	R\$ 43.512,40	R\$ 455.348,12	R\$ 0,00	R\$ 293,73	R\$ 1.351.440,89
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 142.371,34	R\$ 15.210,69	R\$ 34.320,89	R\$ 7.869,34	R\$ 23.627,36	R\$ 23.329,77	R\$ 187.685,20	R\$ 0,00	R\$ 19.468,32	R\$ 453.882,91
	2012	R\$ 114.332,77	R\$ 11.251,41	R\$ 28.017,05	R\$ 8.947,17	R\$ 16.356,70	R\$ 13.408,99	R\$ 132.091,39	R\$ 1.574,04	R\$ 27.657,42	R\$ 353.636,94
	2011	R\$ 184.541,59	R\$ 18.575,02	R\$ 61.411,17	R\$ 16.504,95	R\$ 28.939,80	R\$ 19.402,50	R\$ 240.358,10	R\$ 0,00	R\$ 39.117,96	R\$ 608.851,09

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194047 - Litoral Sul

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 623.096,93	R\$ 0,00	R\$ 175.030,13	R\$ 47.923,99	R\$ 122.154,73	R\$ 72.627,83	R\$ 794.351,50	R\$ 3.204,15	R\$ 2.556,72	<b>R\$ 1.840.945,98</b>
	2012	R\$ 566.950,45	R\$ 0,00	R\$ 169.345,68	R\$ 38.902,52	R\$ 101.547,05	R\$ 45.840,39	R\$ 713.949,52	R\$ 3.207,35	R\$ 1.408,30	<b>R\$ 1.641.151,26</b>
	2011	R\$ 362.078,00	R\$ 0,00	R\$ 110.576,17	R\$ 17.734,71	R\$ 59.867,75	R\$ 21.640,62	R\$ 508.108,96	R\$ 0,00	R\$ 498,00	<b>R\$ 1.080.504,21</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 136.605,53	R\$ 214.668,65	R\$ 84.146,64	R\$ 19.809,87	R\$ 59.089,64	R\$ 23.141,00	R\$ 176.735,93	R\$ 2.017,57	R\$ 0,00	<b>R\$</b>

											<b>716.214,83</b>
	2012	R\$ 205.957,57	R\$ 222.794,11	R\$ 57.127,72	R\$ 9.271,89	R\$ 47.396,16	R\$ 27.553,26	R\$ 210.188,50	R\$ 871,88	R\$ 0,00	<b>R\$ 781.161,09</b>
	2011	R\$ 229.534,90	R\$ 241.790,84	R\$ 89.760,05	R\$ 16.186,72	R\$ 48.895,74	R\$ 32.410,93	R\$ 251.076,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 909.655,55</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 96.015,02	R\$ 12.114,45	R\$ 32.804,23	R\$ 8.385,90	R\$ 27.089,25	R\$ 19.794,87	R\$ 149.481,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 345.685,00</b>
	2012	R\$ 119.921,22	R\$ 15.635,78	R\$ 33.767,60	R\$ 9.789,65	R\$ 24.724,27	R\$ 18.548,56	R\$ 159.640,95	R\$ 882,57	R\$ 0,00	<b>R\$ 382.910,60</b>
	2011	R\$ 126.461,06	R\$ 17.794,73	R\$ 39.747,38	R\$ 8.975,72	R\$ 25.347,92	R\$ 7.051,00	R\$ 211.197,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 436.575,30</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194045 - Madeira

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 659.830,33	R\$ 0,00	R\$ 184.368,75	R\$ 38.744,49	R\$ 122.642,94	R\$ 79.878,68	R\$ 988.704,41	R\$ 2.788,87	R\$ 24.135,80	<b>R\$ 2.101.094,27</b>
	2012	R\$ 605.910,97	R\$ 0,00	R\$ 181.947,40	R\$ 41.655,52	R\$ 93.560,62	R\$ 60.980,42	R\$ 797.630,10	R\$ 3.769,79	R\$ 26.474,28	<b>R\$ 1.811.929,10</b>
	2011	R\$ 453.536,90	R\$ 0,00	R\$ 147.998,73	R\$ 24.789,76	R\$ 76.164,94	R\$ 47.480,39	R\$ 660.196,76	R\$ 0,00	R\$ 20.263,88	<b>R\$ 1.430.431,36</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											

Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 15.528,55	R\$ 0,00	R\$ 4.686,70	R\$ 0,00	R\$ 2.128,00	R\$ 0,00	R\$ 6.491,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 28.835,16</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 72.477,80	R\$ 293.246,53	R\$ 62.958,07	R\$ 15.310,73	R\$ 48.613,61	R\$ 2.748,31	R\$ 112.046,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 607.401,25</b>
	2012	R\$ 2.804,52	R\$ 289.402,04	R\$ 36.348,26	R\$ 13.292,59	R\$ 35.869,79	R\$ 0,00	R\$ 19.621,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 397.338,95</b>
	2011	R\$ 37.056,56	R\$ 324.169,76	R\$ 47.805,88	R\$ 9.427,84	R\$ 40.683,84	R\$ 9.352,32	R\$ 58.410,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 526.906,50</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 78.369,83	R\$ 10.847,97	R\$ 29.234,60	R\$ 5.852,82	R\$ 15.351,00	R\$ 10.053,46	R\$ 123.901,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 273.610,93</b>
	2012	R\$ 156.474,84	R\$ 17.968,89	R\$ 45.777,70	R\$ 8.843,67	R\$ 22.376,00	R\$ 13.055,00	R\$ 215.124,61	R\$ 1.969,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 481.590,28</b>
	2011	R\$ 169.782,27	R\$ 20.094,84	R\$ 48.405,05	R\$ 13.626,23	R\$ 24.676,38	R\$ 10.489,59	R\$ 247.716,90	R\$ 0,00	R\$ 816,34	R\$ 0,00	<b>R\$ 535.607,60</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194006 - Manaus

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
------------------------	-------------------------------	--------------------	--	--	--	--	--	-----------------------------------	--------------------	-------

		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 2.694.501,48	R\$ 0,00	R\$ 762.541,22	R\$ 182.279,21	R\$ 534.614,27	R\$ 311.441,66	R\$ 3.716.144,90	R\$ 20.368,85	R\$ 0,00	<b>R\$ 8.221.891,59</b>
	2012	R\$ 2.878.993,28	R\$ 0,00	R\$ 805.281,29	R\$ 172.822,84	R\$ 499.578,11	R\$ 290.938,78	R\$ 3.744.006,81	R\$ 24.536,65	R\$ 0,00	<b>R\$ 8.416.157,76</b>
	2011	R\$ 2.618.519,07	R\$ 230,97	R\$ 737.123,37	R\$ 165.886,07	R\$ 434.431,40	R\$ 259.299,63	R\$ 3.483.679,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 7.699.169,81</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 11.173,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.561,00	R\$ 312,00	R\$ 15.680,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 28.726,68</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 173.676,54	R\$ 390.601,28	R\$ 110.362,28	R\$ 28.830,91	R\$ 86.224,84	R\$ 17.834,51	R\$ 275.685,70	R\$ 2.263,56	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.085.479,62</b>
	2012	R\$ 157.653,18	R\$ 393.753,91	R\$ 88.675,82	R\$ 15.295,91	R\$ 65.683,95	R\$ 22.895,33	R\$ 188.592,86	R\$ 1.251,65	R\$ 0,00	<b>R\$ 933.802,61</b>
	2011	R\$ 131.769,71	R\$ 359.403,34	R\$ 84.758,07	R\$ 21.883,88	R\$ 65.351,94	R\$ 21.396,87	R\$ 179.706,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 864.270,64</b>

Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	R\$ 217.274,51	R\$ 20.798,97	R\$ 58.355,98	R\$ 11.029,35	R\$ 40.652,43	R\$ 44.465,39	R\$ 299.505,63	R\$ 10.962,95	R\$ 0,00	<b>R\$ 703.045,21</b>
	2012	R\$ 132.778,37	R\$ 13.727,16	R\$ 40.566,34	R\$ 15.231,30	R\$ 23.566,78	R\$ 22.494,14	R\$ 162.606,17	R\$ 871,88	R\$ 0,00	<b>R\$ 411.842,14</b>
	2011	R\$ 196.219,92	R\$ 20.925,24	R\$ 52.010,71	R\$ 10.926,54	R\$ 35.132,27	R\$ 29.011,13	R\$ 252.967,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 597.193,63</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194074 - Maranhão

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 2.680.346,33	R\$ 0,00	R\$ 821.403,54	R\$ 185.132,15	R\$ 513.173,21	R\$ 313.669,93	R\$ 3.897.559,16	R\$ 16.536,29	R\$ 8.167,36	<b>R\$ 8.435.987,97</b>
	2012	R\$ 2.546.678,54	R\$ 0,00	R\$ 747.702,93	R\$ 177.182,39	R\$ 404.411,93	R\$ 242.789,70	R\$ 3.422.548,38	R\$ 20.413,59	R\$ 0,00	<b>R\$ 7.561.727,46</b>
	2011	R\$ 2.317.595,63	R\$ 0,00	R\$ 677.891,37	R\$ 136.112,43	R\$ 391.337,65	R\$ 171.333,65	R\$ 3.306.111,29	R\$ 0,00	R\$ 10.086,48	<b>R\$ 7.010.468,50</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 54.849,24	R\$ 0,00	R\$ 16.315,15	R\$ 1.933,70	R\$ 9.975,36	R\$ 3.696,35	R\$ 75.713,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 162.483,13</b>

	2012	R\$ 74.288,07	R\$ 0,00	R\$ 22.821,65	R\$ 3.399,43	R\$ 10.917,36	R\$ 4.330,00	R\$ 92.708,64	R\$ 217,97	R\$ 0,00	<b>R\$ 208.683,12</b>
	2011	R\$ 49.450,66	R\$ 0,00	R\$ 14.727,36	R\$ 3.249,71	R\$ 7.862,69	R\$ 2.040,00	R\$ 66.482,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 143.813,16</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 107.894,76	R\$ 394.373,62	R\$ 73.946,82	R\$ 13.245,46	R\$ 72.287,48	R\$ 4.814,16	R\$ 159.158,05	R\$ 0,00	R\$ 11.767,56	<b>R\$ 837.487,91</b>
	2012	R\$ 189.897,55	R\$ 396.356,61	R\$ 85.389,72	R\$ 23.208,34	R\$ 60.787,40	R\$ 23.375,21	R\$ 214.225,23	R\$ 1.497,34	R\$ 20.172,96	<b>R\$ 1.014.910,36</b>
	2011	R\$ 249.031,93	R\$ 443.995,51	R\$ 122.157,02	R\$ 28.275,52	R\$ 70.004,70	R\$ 38.795,27	R\$ 294.154,99	R\$ 0,00	R\$ 10.086,48	<b>R\$ 1.256.501,42</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 170.892,32	R\$ 18.492,67	R\$ 52.747,89	R\$ 14.087,36	R\$ 27.664,44	R\$ 28.691,03	R\$ 234.101,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 546.677,49</b>
	2012	R\$ 217.580,97	R\$ 21.548,23	R\$ 55.002,89	R\$ 16.437,78	R\$ 26.028,70	R\$ 36.817,56	R\$ 273.101,73	R\$ 1.656,38	R\$ 0,00	<b>R\$ 648.174,24</b>
	2011	R\$ 221.715,00	R\$ 21.049,74	R\$ 62.711,10	R\$ 16.358,96	R\$ 25.832,14	R\$ 45.325,34	R\$ 266.526,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 659.519,13</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194048 - Médio Purus

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão</b>										

Exercícios	2013	R\$ 214.285,39	R\$ 0,00	R\$ 65.286,70	R\$ 22.107,86	R\$ 59.548,92	R\$ 20.854,88	R\$ 390.117,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 772.200,89</b>
	2012	R\$ 303.033,51	R\$ 0,00	R\$ 84.213,36	R\$ 14.443,10	R\$ 62.380,08	R\$ 24.668,52	R\$ 458.173,16	R\$ 948,32	R\$ 0,00	<b>R\$ 947.860,05</b>
	2011	R\$ 238.431,62	R\$ 0,00	R\$ 76.196,97	R\$ 11.433,63	R\$ 47.125,92	R\$ 16.012,01	R\$ 382.806,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 772.006,47</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 95.256,16	R\$ 315.847,76	R\$ 69.176,65	R\$ 33.115,88	R\$ 55.975,56	R\$ 25.925,30	R\$ 129.026,24	R\$ 6.589,79	R\$ 0,00	<b>R\$ 730.913,34</b>
	2012	R\$ 60.625,48	R\$ 292.749,26	R\$ 49.220,21	R\$ 7.261,90	R\$ 40.471,68	R\$ 19.385,59	R\$ 66.585,59	R\$ 264,56	R\$ 0,00	<b>R\$ 536.564,27</b>
	2011	R\$ 62.288,72	R\$ 248.271,91	R\$ 39.295,13	R\$ 10.974,10	R\$ 36.572,60	R\$ 17.301,23	R\$ 77.039,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 491.743,62</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 137.112,39	R\$ 19.861,26	R\$ 51.123,41	R\$ 10.588,09	R\$ 27.749,00	R\$ 12.648,26	R\$ 224.491,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 483.574,05</b>
	2012	R\$ 91.200,44	R\$ 11.957,28	R\$ 30.153,55	R\$ 10.106,90	R\$ 14.799,28	R\$ 5.904,00	R\$ 136.154,65	R\$ 719,92	R\$ 0,00	<b>R\$ 300.996,02</b>
	2011	R\$ 45.234,48	R\$ 5.812,56	R\$ 19.272,49	R\$ 5.259,74	R\$ 7.296,00	R\$ 2.470,00	R\$ 81.246,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 166.591,63</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 867.851,21	R\$ 1.917,69	R\$ 231.277,63	R\$ 54.789,48	R\$ 152.731,32	R\$ 105.117,79	R\$ 1.201.027,17	R\$ 1.269,43	R\$ 3.618,12	<b>R\$ 2.619.599,84</b>
	2012	R\$ 878.297,69	R\$ 0,00	R\$ 243.473,16	R\$ 55.804,90	R\$ 121.886,79	R\$ 91.041,97	R\$ 1.053.670,09	R\$ 6.773,39	R\$ 10.854,36	<b>R\$ 2.461.802,35</b>
	2011	R\$ 899.447,38	R\$ 0,00	R\$ 236.100,46	R\$ 51.276,44	R\$ 125.933,63	R\$ 103.026,53	R\$ 1.170.865,19	R\$ 0,00	R\$ 8.140,77	<b>R\$ 2.594.790,40</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 187.973,38	R\$ 218.713,94	R\$ 88.508,94	R\$ 20.142,10	R\$ 46.309,05	R\$ 31.119,60	R\$ 229.590,33	R\$ 2.050,03	R\$ 0,00	<b>R\$ 824.407,37</b>

	2012	R\$ 184.552,04	R\$ 279.368,73	R\$ 80.288,81	R\$ 13.984,85	R\$ 44.578,18	R\$ 39.398,64	R\$ 188.784,03	R\$ 1.386,25	R\$ 0,00	<b>R\$ 832.341,53</b>
	2011	R\$ 131.615,82	R\$ 224.724,20	R\$ 66.607,03	R\$ 17.251,62	R\$ 37.031,12	R\$ 36.541,60	R\$ 163.863,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 677.634,42</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 167.803,15	R\$ 17.217,03	R\$ 71.644,12	R\$ 15.855,10	R\$ 26.610,84	R\$ 16.316,52	R\$ 260.190,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 575.636,93</b>
	2012	R\$ 173.366,44	R\$ 19.181,46	R\$ 50.687,36	R\$ 13.994,85	R\$ 24.727,48	R\$ 16.446,01	R\$ 247.490,64	R\$ 2.135,01	R\$ 0,00	<b>R\$ 548.029,25</b>
	2011	R\$ 184.916,13	R\$ 18.392,57	R\$ 61.886,25	R\$ 13.600,73	R\$ 23.941,48	R\$ 24.938,52	R\$ 241.941,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 569.617,43</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194077 - Nordeste I

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 4.205.437,93	R\$ 0,00	R\$ 1.129.211,79	R\$ 284.763,96	R\$ 627.365,65	R\$ 552.087,69	R\$ 5.506.767,71	R\$ 5.783,11	R\$ 324.901,18	<b>R\$ 12.636.319,02</b>
	2012	R\$ 4.842.269,21	R\$ 0,00	R\$ 1.376.702,37	R\$ 298.221,61	R\$ 605.223,31	R\$ 499.501,52	R\$ 5.713.258,79	R\$ 35.325,46	R\$ 335.251,01	<b>R\$ 13.705.753,28</b>
	2011	R\$ 4.633.180,97	R\$ 0,00	R\$ 1.344.112,24	R\$ 302.297,75	R\$ 618.335,76	R\$ 482.452,50	R\$ 6.075.222,15	R\$ 2.179,53	R\$ 357.030,52	<b>R\$ 13.814.811,42</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>												
Exercícios	2013	R\$ 341.443,29	R\$ 0,00	R\$ 108.391,81	R\$ 28.853,59	R\$ 15.377,40	R\$ 48.638,92	R\$ 414.176,04	R\$ 0,00	R\$ 10.615,20		<b>R\$ 967.496,25</b>
	2012	R\$ 369.206,88	R\$ 0,00	R\$ 88.971,17	R\$ 19.362,21	R\$ 15.405,92	R\$ 50.379,69	R\$ 401.827,56	R\$ 2.559,22	R\$ 10.615,20		<b>R\$ 958.327,85</b>
	2011	R\$ 373.971,56	R\$ 0,00	R\$ 99.499,89	R\$ 19.547,28	R\$ 16.973,52	R\$ 36.934,97	R\$ 445.687,66	R\$ 0,00	R\$ 10.615,20		<b>R\$ 1.003.230,08</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 152.904,91	R\$ 354.441,26	R\$ 111.165,52	R\$ 34.345,53	R\$ 67.305,77	R\$ 29.278,10	R\$ 230.135,01	R\$ 0,00	R\$ 12.198,13		<b>R\$ 991.774,23</b>
	2012	R\$ 145.623,05	R\$ 369.870,28	R\$ 82.206,74	R\$ 16.072,05	R\$ 57.018,15	R\$ 21.529,39	R\$ 153.353,14	R\$ 2.330,83	R\$ 28.872,02		<b>R\$ 876.875,65</b>
	2011	R\$ 186.877,74	R\$ 375.808,38	R\$ 96.896,03	R\$ 28.627,56	R\$ 62.983,60	R\$ 40.585,46	R\$ 213.225,43	R\$ 0,00	R\$ 38.496,21		<b>R\$ 1.043.500,41</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 197.287,07	R\$ 20.832,76	R\$ 64.165,10	R\$ 14.821,68	R\$ 30.822,56	R\$ 28.222,56	R\$ 262.361,36	R\$ 1.360,43	R\$ 21.308,88		<b>R\$ 641.182,40</b>
	2012	R\$ 199.093,13	R\$ 21.141,09	R\$ 52.832,22	R\$ 11.520,03	R\$ 25.296,22	R\$ 22.109,15	R\$ 233.268,44	R\$ 1.487,33	R\$ 27.546,79		<b>R\$ 594.294,40</b>
	2011	R\$ 189.812,64	R\$ 20.950,15	R\$ 62.545,64	R\$ 13.492,05	R\$ 25.717,08	R\$ 29.566,58	R\$ 245.775,48	R\$ 0,00	R\$ 32.002,44		<b>R\$ 619.862,06</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194041 - Nordeste II

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2013	R\$ 1.446.398,54	R\$ 0,00	R\$ 413.937,23	R\$ 100.998,52	R\$ 218.235,93	R\$ 239.978,26	R\$ 1.951.046,50	R\$ 3.636,54	R\$ 49.457,92	<b>R\$ 4.423.689,44</b>
	2012	R\$ 1.429.509,34	R\$ 423,15	R\$ 424.436,75	R\$ 89.747,70	R\$ 178.465,55	R\$ 177.335,37	R\$ 1.710.456,36	R\$ 10.259,87	R\$ 48.480,79	<b>R\$ 4.069.114,88</b>
	2011	R\$ 1.321.280,61	R\$ 0,00	R\$ 362.689,93	R\$ 73.576,09	R\$ 172.049,65	R\$ 155.963,46	R\$ 1.713.616,17	R\$ 0,00	R\$ 45.293,76	<b>R\$ 3.844.469,67</b>
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	R\$ 36.898,56	R\$ 0,00	R\$ 9.341,82	R\$ 2.179,30	R\$ 4.545,00	R\$ 0,00	R\$ 37.865,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 90.830,67</b>
	2012	R\$ 36.898,56	R\$ 0,00	R\$ 5.917,88	R\$ 1.972,62	R\$ 3.648,00	R\$ 2.341,00	R\$ 33.706,92	R\$ 217,97	R\$ 0,00	<b>R\$ 84.702,95</b>
	2011	R\$ 35.625,36	R\$ 0,00	R\$ 11.522,80	R\$ 3.775,56	R\$ 3.648,00	R\$ 2.354,00	R\$ 34.549,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 91.475,32</b>
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	R\$ 201.931,17	R\$ 261.739,57	R\$ 92.976,55	R\$ 23.901,28	R\$ 53.902,37	R\$ 25.510,72	R\$ 285.082,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 945.044,29</b>
	2012	R\$ 204.935,46	R\$ 270.012,66	R\$ 88.885,69	R\$ 21.288,15	R\$ 45.065,82	R\$ 26.037,83	R\$ 233.733,92	R\$ 423,12	R\$ 0,00	<b>R\$ 890.382,65</b>
	2011	R\$ 159.168,88	R\$ 234.165,90	R\$ 81.707,33	R\$ 25.504,50	R\$ 41.431,94	R\$ 20.630,96	R\$ 191.592,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 754.201,87</b>
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	R\$ 158.784,87	R\$ 18.315,23	R\$ 37.507,81	R\$ 12.849,00	R\$ 33.867,20	R\$ 20.679,11	R\$ 223.502,30	R\$ 850,27	R\$ 0,00	<b>R\$ 506.355,79</b>
	2012	R\$ 172.430,58	R\$ 20.991,64	R\$ 57.482,00	R\$ 16.479,27	R\$ 33.930,89	R\$ 23.108,59	R\$ 226.151,72	R\$ 1.379,97	R\$ 0,00	<b>R\$ 551.954,66</b>
	2011	R\$ 169.350,76	R\$ 20.701,02	R\$ 50.432,51	R\$ 11.591,67	R\$ 33.086,32	R\$ 20.281,76	R\$ 233.219,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 538.663,52</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 140.657,99	R\$ 0,00	R\$ 46.952,17	R\$ 10.976,91	R\$ 26.293,00	R\$ 13.716,42	R\$ 214.588,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 453.185,29</b>
	2012	R\$ 121.273,80	R\$ 0,00	R\$ 36.328,61	R\$ 5.100,36	R\$ 19.726,73	R\$ 9.320,00	R\$ 171.852,84	R\$ 435,94	R\$ 0,00	<b>R\$ 364.038,28</b>
	2011	R\$ 125.546,57	R\$ 0,00	R\$ 29.044,15	R\$ 3.433,57	R\$ 21.834,08	R\$ 7.833,00	R\$ 197.381,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 385.072,66</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											

Exercícios	2013	R\$ 45.968,03	R\$ 353.531,16	R\$ 54.900,06	R\$ 12.139,62	R\$ 59.896,00	R\$ 16.774,92	R\$ 73.634,54	R\$ 0,00	R\$ 3.261,76	<b>R\$ 620.106,09</b>
	2012	R\$ 47.684,28	R\$ 353.311,93	R\$ 61.307,02	R\$ 18.625,93	R\$ 50.133,82	R\$ 18.264,20	R\$ 67.387,37	R\$ 311,00	R\$ 9.785,28	<b>R\$ 626.810,83</b>
	2011	R\$ 55.080,30	R\$ 383.637,23	R\$ 61.119,01	R\$ 14.302,73	R\$ 55.535,00	R\$ 17.234,05	R\$ 83.796,82	R\$ 0,00	R\$ 9.785,28	<b>R\$ 680.490,42</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 50.470,22	R\$ 6.336,00	R\$ 17.179,70	R\$ 7.003,72	R\$ 10.198,00	R\$ 6.671,93	R\$ 81.222,63	R\$ 510,16	R\$ 0,00	<b>R\$ 179.592,36</b>
	2012	R\$ 130.624,13	R\$ 17.985,74	R\$ 39.797,54	R\$ 9.385,73	R\$ 24.182,00	R\$ 1.622,00	R\$ 194.934,41	R\$ 986,65	R\$ 0,00	<b>R\$ 419.518,20</b>
	2011	R\$ 97.254,04	R\$ 14.107,94	R\$ 43.216,81	R\$ 9.890,94	R\$ 20.287,00	R\$ 2.091,00	R\$ 169.700,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 356.547,85</b>

Fonte: Extração DW

#### Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194036 - Norte do Mato Grosso

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>	
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 236.354,72	R\$ 0,00	R\$ 72.905,47	R\$ 19.685,57	R\$ 52.644,63	R\$ 11.899,12	R\$ 373.539,24	R\$ 25.712,52	R\$ 0,00	<b>R\$ 792.741,27</b>
	2012	R\$ 261.680,13	R\$ 0,00	R\$ 73.733,36	R\$ 19.581,23	R\$ 46.239,27	R\$ 11.415,36	R\$ 380.096,48	R\$ 788,97	R\$ 0,00	<b>R\$ 793.534,80</b>
	2011	R\$ 255.521,06	R\$ 0,00	R\$ 68.908,73	R\$ 14.682,89	R\$ 49.937,91	R\$ 10.696,56	R\$ 392.389,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 792.137,13</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											

Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 167.642,20	R\$ 220.848,10	R\$ 86.110,10	R\$ 23.398,38	R\$ 50.463,09	R\$ 10.309,47	R\$ 290.703,77	R\$ 947,38	R\$ 0,00	<b>R\$ 850.422,49</b>
	2012	R\$ 162.006,08	R\$ 189.294,41	R\$ 79.942,44	R\$ 19.096,97	R\$ 38.432,80	R\$ 6.579,00	R\$ 243.997,85	R\$ 1.025,38	R\$ 0,00	<b>R\$ 740.374,93</b>
	2011	R\$ 156.474,53	R\$ 231.382,45	R\$ 58.489,54	R\$ 17.183,35	R\$ 39.616,00	R\$ 3.236,00	R\$ 194.768,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 701.150,25</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 72.563,78	R\$ 9.630,72	R\$ 22.792,22	R\$ 6.941,45	R\$ 15.930,00	R\$ 10.964,71	R\$ 106.192,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 245.015,20</b>
	2012	R\$ 91.950,24	R\$ 12.355,84	R\$ 25.547,32	R\$ 4.501,92	R\$ 16.524,60	R\$ 10.703,87	R\$ 127.610,54	R\$ 292,05	R\$ 0,00	<b>R\$ 289.486,38</b>
	2011	R\$ 88.186,96	R\$ 11.998,75	R\$ 41.855,62	R\$ 6.211,64	R\$ 17.510,00	R\$ 5.507,54	R\$ 149.943,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 321.214,13</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194027 - Passo Fundo

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										

Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>												
Exercícios	2013	R\$ 658.946,99	R\$ 0,00	R\$ 179.646,21	R\$ 47.972,50	R\$ 141.785,49	R\$ 83.877,90	R\$ 999.313,94	R\$ 1.344,99	R\$ 835,20		<b>R\$ 2.113.723,22</b>
	2012	R\$ 700.552,17	R\$ 0,00	R\$ 208.610,22	R\$ 43.479,26	R\$ 121.810,38	R\$ 72.507,06	R\$ 908.510,34	R\$ 8.316,88	R\$ 3.585,09		<b>R\$ 2.067.371,40</b>
	2011	R\$ 647.295,66	R\$ 0,00	R\$ 189.101,47	R\$ 45.173,66	R\$ 113.653,52	R\$ 62.916,65	R\$ 897.485,45	R\$ 0,00	R\$ 2.104,08		<b>R\$ 1.957.730,49</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 3.072,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.892,31	R\$ 324,51	R\$ 160,00	R\$ 2.604,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 8.053,76</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 284.532,28	R\$ 264.046,65	R\$ 121.059,03	R\$ 35.706,40	R\$ 60.528,46	R\$ 52.637,59	R\$ 363.973,57	R\$ 5.976,92	R\$ 7.173,36		<b>R\$ 1.195.634,26</b>
	2012	R\$ 261.600,89	R\$ 256.650,43	R\$ 93.930,89	R\$ 23.051,77	R\$ 46.146,26	R\$ 52.542,68	R\$ 285.747,46	R\$ 1.610,84	R\$ 6.527,12		<b>R\$ 1.027.808,34</b>
	2011	R\$ 224.653,86	R\$ 245.172,36	R\$ 100.030,83	R\$ 16.066,82	R\$ 42.991,44	R\$ 36.228,45	R\$ 270.637,15	R\$ 0,00	R\$ 2.422,56		<b>R\$ 938.203,47</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 160.533,79	R\$ 17.782,44	R\$ 55.550,45	R\$ 11.996,44	R\$ 25.725,76	R\$ 50.627,62	R\$ 216.190,12	R\$ 0,00	R\$ 936,88		<b>R\$ 539.343,50</b>

	2012	R\$ 187.396,80	R\$ 17.080,63	R\$ 43.575,42	R\$ 11.011,58	R\$ 21.426,66	R\$ 39.104,78	R\$ 228.109,22	R\$ 2.092,34	R\$ 0,00	<b>R\$ 549.797,43</b>
	2011	R\$ 212.723,52	R\$ 19.430,58	R\$ 60.409,85	R\$ 12.664,47	R\$ 24.619,62	R\$ 44.685,76	R\$ 273.834,08	R\$ 0,00	R\$ 807,52	<b>R\$ 649.175,40</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194085 - Ponta Porã

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 372.319,22	R\$ 0,00	R\$ 90.460,13	R\$ 25.450,84	R\$ 65.191,00	R\$ 40.141,06	R\$ 560.485,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.154.047,38</b>
	2012	R\$ 429.974,84	R\$ 634,72	R\$ 133.902,56	R\$ 32.862,52	R\$ 63.522,22	R\$ 37.316,26	R\$ 570.319,96	R\$ 4.442,05	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.272.975,13</b>
	2011	R\$ 429.363,59	R\$ 0,00	R\$ 116.138,37	R\$ 19.708,64	R\$ 69.567,27	R\$ 27.440,51	R\$ 676.119,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.338.337,83</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 205.100,45	R\$ 207.070,28	R\$ 93.701,81	R\$ 31.914,70	R\$ 50.223,41	R\$ 14.187,25	R\$ 345.701,97	R\$ 269,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 948.169,34</b>
	2012	R\$ 180.285,40	R\$ 176.518,06	R\$ 75.978,08	R\$ 25.562,91	R\$ 34.616,00	R\$ 14.971,91	R\$ 252.774,44	R\$ 2.423,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 763.130,53</b>
	2011	R\$ 143.863,23	R\$ 152.676,80	R\$ 69.334,67	R\$ 11.779,68	R\$ 29.863,81	R\$ 15.511,39	R\$ 197.271,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 620.300,94</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 135.835,02	R\$ 20.368,17	R\$ 49.706,60	R\$ 15.765,47	R\$ 29.204,00	R\$ 7.495,41	R\$ 275.720,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 534.095,57</b>
	2012	R\$ 133.158,99	R\$ 18.558,64	R\$ 34.016,28	R\$ 10.951,59	R\$ 20.672,00	R\$ 7.927,00	R\$ 195.498,20	R\$ 1.124,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 421.907,05</b>
	2011	R\$ 130.561,53	R\$ 17.519,89	R\$ 46.872,90	R\$ 9.836,67	R\$ 22.144,00	R\$ 6.577,00	R\$ 198.816,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 432.328,42</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194042 - Ribeirão Cascalheira

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis					
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 101.589,85	R\$ 0,00	R\$ 28.983,67	R\$ 4.633,96	R\$ 9.090,00	R\$ 27.300,02	R\$ 136.218,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 307.815,52</b>
	2012	R\$ 65.219,57	R\$ 0,00	R\$ 25.780,61	R\$ 7.682,24	R\$ 5.472,00	R\$ 12.448,22	R\$ 66.761,38	R\$ 217,97	R\$ 0,00	<b>R\$ 183.581,99</b>
	2011	R\$ 40.263,29	R\$ 0,00	R\$ 8.565,18	R\$ 1.958,51	R\$ 6.506,49	R\$ 2.794,00	R\$ 50.774,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 110.862,40</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 47.259,54	R\$ 62.601,20	R\$ 23.006,14	R\$ 3.723,17	R\$ 12.889,00	R\$ 4.891,23	R\$ 67.595,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 221.965,39</b>
	2012	R\$ 70.125,45	R\$ 101.201,82	R\$ 18.530,33	R\$ 4.575,02	R\$ 15.504,00	R\$ 16.675,48	R\$ 76.639,29	R\$ 217,97	R\$ 0,00	<b>R\$ 303.469,36</b>
	2011	R\$ 95.391,12	R\$ 117.748,80	R\$ 39.776,73	R\$ 8.764,95	R\$ 18.240,00	R\$ 24.153,18	R\$ 107.216,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 411.291,58</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 172.083,13	R\$ 21.142,20	R\$ 50.962,42	R\$ 13.204,14	R\$ 26.134,00	R\$ 28.028,75	R\$ 216.052,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 527.606,96</b>
	2012	R\$ 210.684,46	R\$ 26.261,49	R\$ 61.684,98	R\$ 21.241,12	R\$ 27.328,60	R\$ 25.284,27	R\$ 266.596,64	R\$ 934,80	R\$ 0,00	<b>R\$ 640.016,36</b>
	2011	R\$ 201.151,47	R\$ 25.514,10	R\$ 59.047,93	R\$ 13.496,98	R\$ 25.840,00	R\$ 7.721,00	R\$ 271.758,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 604.530,10</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194008 - Rio Negro

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 374.286,92	R\$ 0,00	R\$ 110.824,99	R\$ 27.570,04	R\$ 57.373,78	R\$ 42.719,49	R\$ 510.371,60	R\$ 12.291,99	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.135.438,81</b>
	2012	R\$ 417.882,46	R\$ 0,00	R\$ 99.839,91	R\$ 23.520,45	R\$ 55.139,17	R\$ 27.827,22	R\$ 501.936,73	R\$ 1.762,70	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.127.908,64</b>
	2011	R\$ 527.616,12	R\$ 0,00	R\$ 138.383,90	R\$ 32.320,66	R\$ 73.107,44	R\$ 26.789,00	R\$ 734.807,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.533.024,61</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 34.476,40	R\$ 361.091,59	R\$ 48.935,26	R\$ 12.740,94	R\$ 62.782,77	R\$ 15.091,84	R\$ 54.224,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 589.343,51</b>

	2012	R\$ 83.046,38	R\$ 325.724,59	R\$ 69.212,02	R\$ 14.938,82	R\$ 52.656,30	R\$ 11.139,77	R\$ 120.914,79	R\$ 2.234,27	R\$ 0,00	<b>R\$ 679.866,94</b>
	2011	R\$ 59.783,04	R\$ 314.319,79	R\$ 57.771,86	R\$ 17.442,47	R\$ 49.493,53	R\$ 10.320,00	R\$ 91.902,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 601.033,45</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 146.769,17	R\$ 14.961,40	R\$ 33.796,51	R\$ 7.837,80	R\$ 21.027,02	R\$ 21.657,54	R\$ 181.131,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 427.181,29</b>
	2012	R\$ 195.747,88	R\$ 17.976,50	R\$ 50.600,17	R\$ 15.701,04	R\$ 22.013,06	R\$ 33.422,40	R\$ 208.103,79	R\$ 948,82	R\$ 0,00	<b>R\$ 544.513,66</b>
	2011	R\$ 127.841,84	R\$ 12.438,55	R\$ 46.834,19	R\$ 7.616,04	R\$ 15.471,62	R\$ 21.686,00	R\$ 145.062,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 376.951,08</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194009 - Roraima

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistências e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 2.086.689,29	R\$ 0,00	R\$ 614.835,69	R\$ 148.718,47	R\$ 433.427,51	R\$ 200.385,00	R\$ 2.933.181,81	R\$ 13.269,42	R\$ 0,00	<b>R\$ 6.430.507,19</b>
	2012	R\$ 2.038.737,01	R\$ 0,00	R\$ 583.170,09	R\$ 119.116,51	R\$ 352.801,99	R\$ 146.385,75	R\$ 2.647.142,79	R\$ 13.960,62	R\$ 0,00	<b>R\$ 5.901.314,76</b>
	2011	R\$ 1.631.578,65	R\$ 0,00	R\$ 474.510,83	R\$ 98.872,18	R\$ 265.946,43	R\$ 118.378,83	R\$ 2.186.470,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 4.775.757,20</b>

Servidores com Contratos Temporários												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença												
Exercícios	2013	R\$ 62.446,44	R\$ 0,00	R\$ 14.351,84	R\$ 2.595,47	R\$ 584,88	R\$ 1.788,80	R\$ 73.745,96	R\$ 2.522,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 158.035,48</b>
	2012	R\$ 73.387,43	R\$ 0,00	R\$ 17.882,71	R\$ 3.684,40	R\$ 976,82	R\$ 2.064,00	R\$ 71.997,11	R\$ 217,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 170.210,44</b>
	2011	R\$ 134.266,74	R\$ 0,00	R\$ 28.523,63	R\$ 5.311,69	R\$ 3.865,19	R\$ 8.392,70	R\$ 157.118,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 337.478,11</b>
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior												
Exercícios	2013	R\$ 128.582,49	R\$ 425.709,25	R\$ 106.377,59	R\$ 24.580,68	R\$ 87.905,00	R\$ 7.702,48	R\$ 206.402,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 987.259,76</b>
	2012	R\$ 153.959,32	R\$ 373.222,27	R\$ 72.536,59	R\$ 11.967,55	R\$ 64.309,75	R\$ 11.346,09	R\$ 191.731,85	R\$ 1.234,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 880.307,51</b>
	2011	R\$ 207.137,95	R\$ 328.855,94	R\$ 88.999,55	R\$ 25.475,33	R\$ 60.071,01	R\$ 26.887,88	R\$ 243.757,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 981.184,69</b>
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas												
Exercícios	2013	R\$ 168.668,89	R\$ 19.489,56	R\$ 56.746,42	R\$ 15.014,10	R\$ 34.562,77	R\$ 8.895,24	R\$ 239.151,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 542.528,29</b>
	2012	R\$ 166.591,39	R\$ 19.405,57	R\$ 44.189,06	R\$ 1.807,27	R\$ 28.676,23	R\$ 10.320,00	R\$ 221.431,87	R\$ 1.004,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 493.426,13</b>
	2011	R\$ 184.157,33	R\$ 20.493,44	R\$ 52.977,89	R\$ 13.486,59	R\$ 32.749,48	R\$ 13.822,00	R\$ 258.740,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 576.426,73</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194068 - Sul da Bahia

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 922.791,94	R\$ 0,00	R\$ 269.859,25	R\$ 54.986,28	R\$ 172.267,44	R\$ 69.747,62	R\$ 1.291.108,38	R\$ 13.645,69	R\$ 49.978,68	<b>R\$ 2.844.385,28</b>
	2012	R\$ 948.753,44	R\$ 0,00	R\$ 281.482,73	R\$ 73.028,89	R\$ 142.339,70	R\$ 56.779,90	R\$ 1.160.045,10	R\$ 8.022,28	R\$ 50.162,40	<b>R\$ 2.720.614,44</b>
	2011	R\$ 832.390,22	R\$ 0,00	R\$ 229.606,76	R\$ 41.840,72	R\$ 119.828,32	R\$ 58.226,57	R\$ 1.094.978,45	R\$ 0,00	R\$ 45.615,76	<b>R\$ 2.422.486,80</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 3.105,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 304,00	R\$ 788,13	R\$ 2.604,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 6.802,45</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 135.774,36	R\$ 236.819,88	R\$ 73.650,99	R\$ 16.026,60	R\$ 49.916,69	R\$ 4.564,80	R\$ 206.329,66	R\$ 2.538,86	R\$ 0,00	<b>R\$ 725.621,84</b>

	2012	R\$ 119.825,32	R\$ 234.993,57	R\$ 59.346,09	R\$ 18.502,33	R\$ 40.881,48	R\$ 1.145,00	R\$ 154.673,48	R\$ 988,30	R\$ 0,00	<b>R\$ 630.355,57</b>
	2011	R\$ 128.586,30	R\$ 216.325,01	R\$ 60.219,16	R\$ 14.056,26	R\$ 36.930,03	R\$ 5.792,00	R\$ 160.594,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 622.503,73</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 94.415,97	R\$ 13.064,10	R\$ 42.347,59	R\$ 11.944,02	R\$ 20.148,79	R\$ 3.553,93	R\$ 159.683,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 345.157,80</b>
	2012	R\$ 113.722,94	R\$ 15.644,04	R\$ 35.179,46	R\$ 7.686,80	R\$ 20.740,14	R\$ 2.529,00	R\$ 175.314,38	R\$ 1.022,58	R\$ 0,00	<b>R\$ 371.839,34</b>
	2011	R\$ 122.911,70	R\$ 18.201,51	R\$ 39.551,96	R\$ 9.670,12	R\$ 27.683,36	R\$ 5.084,00	R\$ 209.766,94	R\$ 0,00	R\$ 4.911,66	<b>R\$ 437.781,25</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194012 - Tapajós

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 242.346,57	R\$ 0,00	R\$ 61.313,31	R\$ 12.049,08	R\$ 45.086,00	R\$ 3.393,27	R\$ 346.262,08	R\$ 547,08	R\$ 0,00	<b>R\$ 710.997,39</b>
	2012	R\$ 284.014,10	R\$ 0,00	R\$ 64.933,59	R\$ 7.773,59	R\$ 41.927,97	R\$ 2.236,60	R\$ 330.618,98	R\$ 970,19	R\$ 0,00	<b>R\$ 732.475,02</b>
	2011	R\$ 383.672,86	R\$ 0,00	R\$ 110.892,95	R\$ 24.088,55	R\$ 61.084,45	R\$ 1.532,00	R\$ 545.949,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.127.220,27</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											

Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 40.255,82	R\$ 222.922,66	R\$ 44.415,21	R\$ 11.036,20	R\$ 37.138,00	R\$ 2.660,88	R\$ 71.900,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 430.329,23</b>
	2012	R\$ 61.863,68	R\$ 187.089,12	R\$ 38.594,20	R\$ 12.021,57	R\$ 30.202,97	R\$ 4.268,00	R\$ 100.004,38	R\$ 719,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 434.763,84</b>
	2011	R\$ 7.960,88	R\$ 236.314,80	R\$ 33.085,30	R\$ 13.754,36	R\$ 30.096,00	R\$ 3.681,00	R\$ 24.971,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 349.863,74</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 108.707,54	R\$ 18.758,81	R\$ 41.101,28	R\$ 9.400,91	R\$ 26.607,00	R\$ 8.148,01	R\$ 192.454,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 405.178,14</b>
	2012	R\$ 74.082,38	R\$ 12.206,39	R\$ 24.859,00	R\$ 6.875,31	R\$ 15.688,00	R\$ 6.468,00	R\$ 121.292,93	R\$ 627,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 262.099,80</b>
	2011	R\$ 27.872,56	R\$ 4.359,42	R\$ 8.183,38	R\$ 1.273,74	R\$ 5.234,00	R\$ 4.165,18	R\$ 45.026,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 96.114,91</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194007 - Vale do Javari

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>										
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>												
Exercícios	2013	R\$ 469.324,52	R\$ 0,00	R\$ 184.014,59	R\$ 30.180,88	R\$ 119.983,00	R\$ 34.805,70	R\$ 817.753,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 1.656.062,61</b>
	2012	R\$ 274.571,34	R\$ 0,00	R\$ 89.802,78	R\$ 19.676,54	R\$ 72.541,12	R\$ 14.961,00	R\$ 471.722,44	R\$ 775,53	R\$ 0,00		<b>R\$ 944.050,75</b>
	2011	R\$ 261.086,68	R\$ 0,00	R\$ 75.132,03	R\$ 7.904,09	R\$ 65.828,88	R\$ 11.335,54	R\$ 435.326,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 856.613,59</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>												
Exercícios	2013	R\$ 23.125,44	R\$ 0,00	R\$ 6.569,46	R\$ 2.919,76	R\$ 3.495,04	R\$ 2.194,80	R\$ 11.911,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 50.216,18</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>												
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 74.874,76	R\$ 313.508,26	R\$ 82.982,44	R\$ 20.478,62	R\$ 57.899,11	R\$ 14.362,81	R\$ 122.341,93	R\$ 3.243,13		R\$ 13.035,16	<b>R\$ 702.726,22</b>
	2012	R\$ 23.256,00	R\$ 217.000,63	R\$ 33.055,71	R\$ 8.405,48	R\$ 31.000,18	R\$ 3.586,00	R\$ 40.027,44	R\$ 217,97	R\$ 0,00		<b>R\$ 356.549,41</b>
	2011	R\$ 16.840,64	R\$ 213.305,15	R\$ 32.144,59	R\$ 5.654,40	R\$ 29.691,29	R\$ 2.388,00	R\$ 25.708,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 325.732,26</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 40.250,24	R\$ 5.068,80	R\$ 13.342,81	R\$ 1.885,33	R\$ 8.252,00	R\$ 1.973,47	R\$ 60.951,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 131.724,19</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194029 - Xavante

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 2.266.957,09	R\$ 0,00	R\$ 706.457,47	R\$ 162.994,90	R\$ 428.477,04	R\$ 145.050,34	R\$ 3.491.641,47	R\$ 1.015,54	R\$ 0,00	<b>R\$ 7.202.593,85</b>
	2012	R\$ 2.388.936,74	R\$ 0,00	R\$ 687.876,08	R\$ 160.717,81	R\$ 367.260,39	R\$ 110.166,49	R\$ 3.279.864,70	R\$ 15.509,78	R\$ 0,00	<b>R\$ 7.010.331,99</b>
	2011	R\$ 2.092.343,75	R\$ 0,00	R\$ 668.403,04	R\$ 132.161,88	R\$ 333.424,68	R\$ 93.380,67	R\$ 3.102.749,86	R\$ 0,00	R\$ 153,83	<b>R\$ 6.422.617,71</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 5.968,08	R\$ 0,00	R\$ 2.850,59	R\$ 1.900,39	R\$ 117,76	R\$ 1.707,50	R\$ 5.434,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 17.978,60</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 102.509,65	R\$ 398.131,04	R\$ 75.365,66	R\$ 16.008,82	R\$ 79.994,23	R\$ 13.690,99	R\$ 185.269,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 870.969,76</b>
	2012	R\$ 93.430,81	R\$ 461.147,19	R\$ 95.930,52	R\$ 25.239,55	R\$ 72.200,00	R\$ 12.527,29	R\$ 144.300,89	R\$ 2.401,55	R\$ 0,00		<b>R\$ 907.177,80</b>
	2011	R\$ 89.903,80	R\$ 473.329,98	R\$ 85.586,03	R\$ 18.534,34	R\$ 72.581,27	R\$ 8.512,00	R\$ 148.615,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 897.063,38</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 204.983,83	R\$ 20.739,79	R\$ 61.663,74	R\$ 12.318,33	R\$ 31.908,36	R\$ 30.759,75	R\$ 274.903,93	R\$ 3.517,38	R\$ 0,00		<b>R\$ 640.795,11</b>
	2012	R\$ 209.273,49	R\$ 21.058,08	R\$ 61.893,02	R\$ 13.084,15	R\$ 25.722,90	R\$ 27.445,76	R\$ 238.823,67	R\$ 1.516,38	R\$ 0,00		<b>R\$ 598.817,45</b>
	2011	R\$ 215.138,78	R\$ 20.925,22	R\$ 55.977,48	R\$ 15.181,31	R\$ 26.771,86	R\$ 32.641,74	R\$ 253.928,69	R\$ 0,00	R\$ 218,84		<b>R\$ 620.783,92</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194031 - Xingú

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 551.444,79	R\$ 0,00	R\$ 159.402,44	R\$ 41.790,37	R\$ 99.333,95	R\$ 14.254,84	R\$ 797.205,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.663.431,93</b>

	2012	R\$ 504.580,61	R\$ 0,00	R\$ 141.413,05	R\$ 31.520,49	R\$ 79.397,10	R\$ 14.956,42	R\$ 681.522,02	R\$ 3.640,85	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.457.030,54</b>
	2011	R\$ 475.196,59	R\$ 0,00	R\$ 126.458,11	R\$ 22.498,35	R\$ 78.716,42	R\$ 11.332,19	R\$ 738.656,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 1.452.857,67</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 29.303,16	R\$ 0,00	R\$ 9.444,13	R\$ 2.220,02	R\$ 4.877,50	R\$ 3.512,64	R\$ 45.865,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 95.223,13</b>
	2012	R\$ 28.241,40	R\$ 0,00	R\$ 8.456,17	R\$ 1.879,15	R\$ 4.020,30	R\$ 468,00	R\$ 39.330,80	R\$ 298,45	R\$ 0,00	<b>R\$ 82.694,27</b>
	2011	R\$ 24.910,50	R\$ 0,00	R\$ 8.247,57	R\$ 1.832,79	R\$ 3.840,60	R\$ 0,00	R\$ 41.030,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 79.861,73</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	R\$ 176.536,05	R\$ 288.603,06	R\$ 82.745,20	R\$ 17.851,26	R\$ 59.359,00	R\$ 6.444,26	R\$ 199.166,22	R\$ 3.329,42	R\$ 0,00	<b>R\$ 834.034,47</b>
	2012	R\$ 191.009,21	R\$ 282.771,84	R\$ 89.536,48	R\$ 23.698,67	R\$ 45.696,67	R\$ 2.948,00	R\$ 195.952,57	R\$ 1.025,75	R\$ 0,00	<b>R\$ 832.639,19</b>
	2011	R\$ 175.080,90	R\$ 271.255,86	R\$ 78.663,98	R\$ 16.402,94	R\$ 38.304,00	R\$ 2.458,00	R\$ 160.479,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 742.644,70</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	R\$ 147.982,95	R\$ 19.185,41	R\$ 51.997,41	R\$ 10.175,83	R\$ 28.613,00	R\$ 13.015,22	R\$ 225.769,20	R\$ 7.343,53	R\$ 0,00	<b>R\$ 504.082,55</b>
	2012	R\$ 81.830,91	R\$ 10.603,76	R\$ 27.160,75	R\$ 3.543,73	R\$ 10.640,00	R\$ 824,00	R\$ 128.486,09	R\$ 920,64	R\$ 0,00	<b>R\$ 264.009,88</b>
	2011	R\$ 112.148,64	R\$ 11.807,81	R\$ 29.757,62	R\$ 5.579,18	R\$ 15.190,26	R\$ 4.246,86	R\$ 145.609,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 324.340,21</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194022 - Museu do Índio

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 755.656,18	R\$ 0,00	R\$ 340.952,97	R\$ 47.387,58	R\$ 138.155,80	R\$ 112.992,11	R\$ 986.617,69	R\$ 3.021,71	R\$ 0,00	<b>R\$ 2.384.784,04</b>
	2012	R\$ 4.808,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 304,00	R\$ 152,00	R\$ 5.995,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 11.260,32</b>
	2011	R\$ 214.382,05	R\$ 0,00	R\$ 5.402,16	R\$ 5.116,86	R\$ 34.386,08	R\$ 17.104,36	R\$ 229.114,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 505.506,05</b>
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	R\$ 55.533,40	R\$ 0,00	R\$ 20.968,48	R\$ 103,34	R\$ 9.231,96	R\$ 16.220,84	R\$ 63.060,00	R\$ 0,00	R\$ 14.585,20	<b>R\$ 179.703,22</b>
	2012	R\$ 26.204,04	R\$ 0,00	R\$ 7.540,00	R\$ 1.675,55	R\$ 5.800,56	R\$ 1.921,00	R\$ 33.706,92	R\$ 217,97	R\$ 0,00	<b>R\$ 77.066,04</b>
	2011	R\$ 151.608,74	R\$ 0,00	R\$ 20.980,63	R\$ 4.286,13	R\$ 29.652,39	R\$ 13.951,40	R\$ 211.733,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 432.212,94</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>

	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>												
Exercícios	2013	R\$ 422.686,30	R\$ 278.099,01	R\$ 204.167,72	R\$ 43.092,39	R\$ 71.050,95	R\$ 41.314,88	R\$ 498.738,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 1.559.149,29</b>
	2012	R\$ 9.617,44	R\$ 2.623,48	R\$ 18.110,62	R\$ 4.024,58	R\$ 608,00	R\$ 304,00	R\$ 11.991,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 47.279,32</b>
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 0,00</b>
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>												
Exercícios	2013	R\$ 195.436,99	R\$ 17.690,13	R\$ 78.298,29	R\$ 8.774,00	R\$ 42.399,60	R\$ 19.150,81	R\$ 275.030,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 636.779,94</b>
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 0,00</b>
	2011	R\$ 1.602,37	R\$ 631,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 354,17	R\$ 249,00	R\$ 2.076,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00		<b>R\$ 4.913,28</b>

Fonte: Extração DW

Quadro A.6.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores - UG 194035 - Sede (Brasília-DF)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	R\$ 6.689.509,29	R\$ 43,05	R\$ 1.875.672,16	R\$ 504.257,29	R\$ 1.096.569,77	R\$ 814.145,53	R\$ 9.827.419,20	R\$ 89.144,22	R\$ 35.322,39	R\$ 20.932.082,90
	2012	R\$ 7.357.310,76	R\$ 2.504,25	R\$ 2.105.577,16	R\$ 423.881,24	R\$ 1.046.611,13	R\$ 741.628,99	R\$ 9.620.790,98	R\$ 50.734,43	R\$ 35.807,30	R\$ 21.384.846,24
	2011	R\$ 5.955.053,30	R\$ 0,00	R\$ 1.731.115,51	R\$ 431.103,95	R\$ 832.599,65	R\$ 672.969,36	R\$ 8.010.254,16	R\$ 0,00	R\$ 36.669,06	R\$ 17.669.764,99

Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	R\$ 2.192.273,33	R\$ 0,00	R\$ 258.801,66	R\$ 9.592,22	R\$ 147.247,47	R\$ 3.478,06	R\$ 137.737,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.749.130,05
	2012	R\$ 2.757.234,33	R\$ 0,00	R\$ 332.875,00	R\$ 7.025,28	R\$ 152.694,04	R\$ 10.696,00	R\$ 166.474,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.426.999,30
	2011	R\$ 2.400.784,33	R\$ 0,00	R\$ 387.777,49	R\$ 3.115,84	R\$ 136.819,20	R\$ 11.739,00	R\$ 119.696,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.059.932,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	R\$ 1.444.615,77	R\$ 0,00	R\$ 390.295,08	R\$ 91.333,78	R\$ 191.992,17	R\$ 173.706,04	R\$ 1.640.569,86	R\$ 6.164,14	R\$ 33.498,92	R\$ 3.972.175,76
	2012	R\$ 1.379.551,91	R\$ 0,00	R\$ 335.488,62	R\$ 75.389,42	R\$ 154.623,40	R\$ 142.968,51	R\$ 1.322.395,26	R\$ 4.857,24	R\$ 42.316,80	R\$ 3.457.591,16
	2011	R\$ 1.185.928,92	R\$ 0,00	R\$ 351.677,79	R\$ 86.336,99	R\$ 112.659,89	R\$ 116.909,62	R\$ 1.154.770,89	R\$ 0,00	R\$ 11.668,16	R\$ 3.019.952,26
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	R\$ 3.334.160,66	R\$ 6.652.020,17	R\$ 1.799.682,39	R\$ 436.805,90	R\$ 923.618,19	R\$ 420.598,52	R\$ 4.696.821,53	R\$ 55.200,26	R\$ 1.421,64	R\$ 18.320.329,26
	2012	R\$ 3.661.936,24	R\$ 6.963.152,10	R\$ 1.710.793,38	R\$ 398.950,14	R\$ 846.382,79	R\$ 382.864,23	R\$ 4.399.977,70	R\$ 107.332,48	R\$ 6.138,28	R\$ 18.477.527,34
	2011	R\$ 3.620.225,09	R\$ 6.817.039,90	R\$ 1.886.658,34	R\$ 476.410,96	R\$ 837.380,96	R\$ 389.762,64	R\$ 4.735.458,62	R\$ 0,00	R\$ 8.496,60	R\$ 18.771.433,11
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	R\$ 2.664.396,19	R\$ 450.745,55	R\$ 819.028,48	R\$ 194.801,29	R\$ 453.494,36	R\$ 401.547,87	R\$ 3.724.243,16	R\$ 15.955,06	R\$ 7.074,96	R\$ 8.731.286,92
	2012	R\$ 2.865.298,24	R\$ 450.883,06	R\$ 867.578,83	R\$ 216.365,06	R\$ 406.312,04	R\$ 393.722,69	R\$ 3.575.648,50	R\$ 81.952,91	R\$ 4.231,65	R\$ 8.861.992,98
	2011	R\$ 2.739.166,33	R\$ 444.058,77	R\$ 836.488,32	R\$ 186.631,79	R\$ 402.483,88	R\$ 364.451,07	R\$ 3.623.937,10	R\$ 0,00	R\$ 4.032,60	R\$ 8.601.249,86

Fonte: Extração DW

#### 6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

##### 6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro 6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31 de Dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>505</b>	<b>57</b>
1.1 Voluntária	337	51
1.2 Compulsória	08	2
1.3 Invalidez Permanente	109	4
1.4 Outras	51	-
<b>2. Proporcional</b>	<b>426</b>	<b>16</b>
2.1 Voluntária	347	-
2.2 Compulsória	49	13
2.3 Invalidez Permanente	30	3
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>931</b>	<b>73</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194035 - Sede (Brasília-DF)

- situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>86</b>	<b>15</b>
1.1 Voluntária	65	15
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	21	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>100</b>	<b>2</b>

2.1	Voluntária	86	0
2.2	Compulsória	6	2
2.3	Invalidez Permanente	8	0
2.4	Outras	0	0
<b>3.</b>	<b>Totais (1+2)</b>	<b>186</b>	<b>15</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194005 - Alto Purus

**situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
1.1 Voluntária	4	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	4	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>10</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194063 - Alto Solimões

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência

<b>1. Integral</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	4	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194075 -  
Amapá e Norte do Pará

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
1.1 Voluntária	4	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0

<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
------------------------	----------	----------

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194033  
- Araguaia Tocantins

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>23</b>	<b>3</b>
1.1 Voluntária	15	3
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	8	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>27</b>	<b>1</b>
2.1 Voluntária	22	0
2.2 Compulsória	5	1
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>50</b>	<b>4</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194018 - Baixo  
São Francisco

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	7	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0

1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsória	4	1
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>13</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194011 - Baixo Tocantins

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>28</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	20	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	8	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>31</b>	<b>2</b>
2.1 Voluntária	28	0
2.2 Compulsória	2	2
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>59</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194003 - Cacoal

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	1	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	3	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194020 - Campo Grande

- situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>19</b>	<b>3</b>
1.1 Voluntária	17	3
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	2	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>24</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	19	0
2.2 Compulsória	5	0

2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>43</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194010 - Centro Leste do Pará

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>14</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	12	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	2	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
2.1 Voluntária	4	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	1	1
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194028 - Cuiabá

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>33</b>	<b>4</b>
1.1 Voluntária	22	4
1.2 Compulsória	0	0

1.3 Invalidez Permanente	11	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>23</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	16	0
2.2 Compulsória	5	0
2.3 Invalidez Permanente	2	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>56</b>	<b>4</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194064 - Dourados

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
1.1 Voluntária	1	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	2	1
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194004 - Guajará-Mirim

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
1.1 Voluntária	2	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	1
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	1	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>4</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194061 - Interior Sul

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>53</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	47	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	6	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>28</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	26	0

2.2 Compulsória	2	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>81</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 190004 - Ji-Paraná

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>11</b>	<b>1</b>
1.1 Voluntária	8	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	3	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>8</b>	<b>1</b>
2.1 Voluntária	7	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	1	1
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>19</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194049 - Juruá  
**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

1.1	Voluntária	0	0
1.2	Compulsória	0	0
1.3	Invalidez Permanente	0	0
1.4	Outras	0	0
<b>2.</b>	<b>Proporcional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1	Voluntária	0	0
2.2	Compulsória	0	0
2.3	Invalidez Permanente	0	0
2.4	Outras	0	0
<b>3.</b>	<b>Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194044 -  
Kayapó Sul do Pará

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	2	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194046 - Litoral Sudeste

- situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
1.1 Voluntária	5	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	7	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>14</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194047 - Litoral Sul

- situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	1	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

2.1	Voluntária	0	0
2.2	Compulsória	0	0
2.3	Invalidez Permanente	0	0
2.4	Outras	0	0
<b>3.</b>	<b>Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194045 -  
Madeira

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	0	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194006 -  
Manaus

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência

<b>1. Integral</b>	<b>38</b>	<b>2</b>
1.1 Voluntária	37	2
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>18</b>	<b>1</b>
2.1 Voluntária	13	0
2.2 Compulsória	3	1
2.3 Invalidez Permanente	2	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>56</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194074 – Maranhão

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>28</b>	<b>1</b>
1.1 Voluntária	18	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	10	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>18</b>	<b>2</b>
2.1 Voluntária	12	0
2.2 Compulsória	5	2
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0

<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>46</b>	<b>3</b>
------------------------	-----------	----------

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194048 - Médio Purus

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	0	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>14</b>	<b>4</b>
1.1 Voluntária	13	4
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0

1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	2	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>17</b>	<b>4</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194077 - Nordeste I

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>42</b>	<b>1</b>
1.1 Voluntária	34	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	8	1
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>28</b>	<b>4</b>
2.1 Voluntária	21	0
2.2 Compulsória	7	4
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>70</b>	<b>5</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194041 - Nordeste II

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>12</b>	<b>3</b>
1.1 Voluntária	11	3
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	5	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>17</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194067 -  
Noroeste do Mato Grosso  
- situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	0	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0

2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194036 - Norte do Mato Grosso

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	1	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194027 - Passo Fundo

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>23</b>	<b>2</b>
1.1 Voluntária	19	2

1.2	Compulsória	0	0
1.3	Invalidez Permanente	4	0
1.4	Outras	0	0
<b>2.</b>	<b>Proporcional</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
2.1	Voluntária	6	0
2.2	Compulsória	0	0
2.3	Invalidez Permanente	1	0
2.4	Outras	0	0
<b>3.</b>	<b>Totais (1+2)</b>	<b>30</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194085 - Ponta Porã

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	7	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	3	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>10</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194042 -  
Ribeirão Cascalheira

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
1.1 Voluntária	1	1
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194008 -  
Rio Negro

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	1	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	5	0

2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>7</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194009 - Roraima

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>10</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	10	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	3	0
2.2 Compulsória	2	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>15</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194068 - Sul da Bahia

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

1.1	Voluntária	1	0
1.2	Compulsória	0	0
1.3	Invalidez Permanente	0	0
1.4	Outras	0	0
<b>2.</b>	<b>Proporcional</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
2.1	Voluntária	3	0
2.2	Compulsória	0	0
2.3	Invalidez Permanente	0	0
2.4	Outras	0	0
<b>3.</b>	<b>Totais (1+2)</b>	<b>4</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194012 - Tapajós

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	3	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
2.1 Voluntária	2	0
2.2 Compulsória	3	1
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>9</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194007 - Vale do Javari

- situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>13</b>	<b>0</b>
1.1 Voluntária	12	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	1	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	2	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>16</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194029 - Xavante

- situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
1.1 Voluntária	3	0
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	2	1
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>7</b>	<b>2</b>

2.1	Voluntária	3	0
2.2	Compulsória	4	2
2.3	Invalidez Permanente	0	0
2.4	Outras	0	0
<b>3.</b>	<b>Totais (1+2)</b>	<b>12</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

**Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194031 - Xingú  
- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
1.1 Voluntária	4	4
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
2.1 Voluntária	4	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>8</b>	<b>4</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

**Quadro A.6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - UG 194022 -  
Museu do Índio**

**- situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>15</b>	<b>3</b>

1.1	Voluntária	14	3
1.2	Compulsória	1	0
1.3	Invalidez Permanente	0	0
1.4	Outras	0	0
<b>2.</b>	<b>Proporcional</b>	<b>14</b>	<b>1</b>
2.1	Voluntária	12	0
2.2	Compulsória	0	0
2.3	Invalidez Permanente	2	1
2.4	Outras	0	0
<b>3.</b>	<b>Totais (1+2)</b>	<b>29</b>	<b>4</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

#### 6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro 6.1.4.2 - Instituidores de Pensão  
- Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>		<b>34</b>
1.1 Integral		18
1.2 Proporcional		16
<b>2. Em Atividade</b>		<b>13</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>626</b>	<b>47</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194035 - Sede (Brasília-DF)  
**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>50</b>	<b>3</b>
1.1. Integral	31	2

1.2. Proporcional	19	1
<b>2. Em Atividade</b>	23	2
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>73</b>	<b>5</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

**Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194005 - Alto Purus  
situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	10	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>10</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

**Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194063 - Alto Solimões  
situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	1	0
1.2. Proporcional	3	0
<b>2. Em Atividade</b>	4	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>8</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

**Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194075 - Amapá e Norte do Pará  
- situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão
--	---------------------------------------

	<b>Acumulada até 31/12</b>	<b>Iniciada no Exercício de Referência</b>
<b>1. Aposentado</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	2	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>10</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194033 - Araguaia Tocantins  
- situação apurada em 31/12

<b>Regime de Proventos do Servidor Instituidor</b>	<b>Quantidade de Beneficiários de Pensão</b>	
	<b>Acumulada até 31/12</b>	<b>Iniciada no Exercício de Referência</b>
<b>1. Aposentado</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	1	0
1.2. Proporcional	3	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>22</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>26</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194018 - Baixo São Francisco  
**situação apurada em 31/12**

<b>Regime de Proventos do Servidor Instituidor</b>	<b>Quantidade de Beneficiários de Pensão</b>	
	<b>Acumulada até 31/12</b>	<b>Iniciada no Exercício de Referência</b>
<b>1. Aposentado</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	2	0
1.2. Proporcional	1	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>14</b>	<b>0</b>

<b>3. Total (1+2)</b>	<b>17</b>	<b>0</b>
-----------------------	-----------	----------

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

**Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194011 - Baixo Tocantins  
situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>26</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	14	0
1.2. Proporcional	12	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>10</b>	<b>1</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>36</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

**Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194003 - Cacoal  
situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	2	0
1.2. Proporcional	3	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>9</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

**Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194020 - Campo Grande  
situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>12</b>	<b>2</b>

1.1. Integral	8	2
1.2. Proporcional	4	0
<b>2. Em Atividade</b>	8	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194010 - Centro Leste do Pará

**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>8</b>	<b>2</b>
1.1. Integral	7	2
1.2. Proporcional	1	0
<b>2. Em Atividade</b>	3	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>11</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194028 - Cuiabá

**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>13</b>	<b>1</b>
1.1. Integral	4	1
1.2. Proporcional	9	0
<b>2. Em Atividade</b>	7	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>20</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194064 - Dourados  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194004 Guajará-Mirim  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>6</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194061 - Interior Sul  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>21</b>	<b>2</b>
1.1. Integral	13	2
1.2. Proporcional	8	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>13</b>	<b>2</b>

<b>3. Total (1+2)</b>	<b>34</b>	<b>4</b>
-----------------------	-----------	----------

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 190004 - Ji-Paraná  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	2	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>14</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>16</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194049 - Juruá  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194044 - Kayapó Sul do Pará  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência

<b>1. Aposentado</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	2	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>9</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194046 - Litoral Sudeste  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
1.1. Integral	1	1
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>7</b>	<b>2</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>8</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194047 - Litoral Sul  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194045 - Madeira  
**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194006 - Manaus  
**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>17</b>	<b>1</b>
1.1. Integral	8	1
1.2. Proporcional	9	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>24</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>41</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194074 – Maranhão  
**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>14</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	7	0
1.2. Proporcional	7	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>23</b>	<b>1</b>

<b>3. Total (1+2)</b>	<b>37</b>	<b>1</b>
-----------------------	-----------	----------

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194048 - Médio Purus  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo

situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	3	0
1.2. Proporcional	2	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>12</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194077 - Nordeste I  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>23</b>	<b>1</b>

1.1. Integral	13	1
1.2. Proporcional	10	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>27</b>	<b>4</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>50</b>	<b>5</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

**Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194041 - Nordeste II  
situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	2	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>8</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>10</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

**Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso  
situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

**Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194036 - Norte do Mato Grosso  
situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>9</b>	<b>1</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>9</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194027 - Passo Fundo  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>8</b>	<b>2</b>
1.1. Integral	6	2
1.2. Proporcional	2	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>9</b>	<b>3</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>17</b>	<b>5</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194085 - Ponta Porã  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	2	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>6</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194042 - Ribeirão Cascalheira  
**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194008 - Rio Negro  
**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	2	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>9</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194009 - Roraima  
**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>7</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	3	0

1.2. Proporcional	4	0
<b>2. Em Atividade</b>	14	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>21</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194068 - Sul da Bahia  
**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>5</b>	<b>3</b>
1.1. Integral	3	3
1.2. Proporcional	2	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>10</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194012 - Tapajós  
**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	1	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194007 - Vale do Javari  
**situação apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão
--	---------------------------------------

	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>6</b>	<b>4</b>
1.1. Integral	6	4
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>9</b>	<b>4</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194029 - Xavante  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	1	0
1.2. Proporcional	2	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>28</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>31</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194031 - Xingú  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.4.2 - Instituidores de Pensão - UG 194022 - Museu do Índio  
situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
1.1. Integral	5	1
1.2. Proporcional	0	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>7</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

6.1.5 Cadastramento no Sisac

6.1.5.1 Atos sujeitos à comunicação ao Tribunal por intermédio do Sisac

Quadro 6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	04	224	41	209
Concessão de aposentadoria	73	28	51	28
Concessão de pensão civil	42	21	35	21
Alteração do fundamento legal de ato concessório	09	43	09	43
<b>Totais</b>	<b>128</b>	<b>316</b>	<b>136</b>	<b>301</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194035 - Sede (Brasília-DF)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	1	47	3	43
Concessão de aposentadoria	17	1	13	2
Concessão de pensão civil	5	4	3	3

Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>23</b>	<b>52</b>	<b>19</b>	<b>48</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194005 - Alto Purus

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	6	1	5
Concessão de aposentadoria	1	0	1	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>5</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194063 - Alto Solimões

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	4	0	4
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194075 - Amapá e Norte do Pará

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no	Quantidade de atos cadastrados no SISAC
---------------	--	---

	TCU		Exercícios	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	3	0	3
Concessão de aposentadoria	2	0	1	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194033 - Araguaia Tocantins

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	2	0	2
Concessão de aposentadoria	4	4	4	3
Concessão de pensão civil	0	3	2	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>5</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194018 - Baixo São Francisco

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	2	0	2
Concessão de aposentadoria	1	1	2	0
Concessão de pensão civil	0	1	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194011 - Baixo Tocantins

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	3	0	3
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	1	5	6	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194003 - Cacoal

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	4	1	3
Concessão de aposentadoria	0	1	0	1
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>4</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194020 - Campo Grande

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	3	0	3
Concessão de aposentadoria	3	2	2	3

Concessão de pensão civil	1	3	2	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>8</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194010 - Centro-Leste do Pará

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	6	0	6
Concessão de aposentadoria	1	2	2	1
Concessão de pensão civil	2	1	1	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>8</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194028 - Cuiabá

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	6	0	6
Concessão de aposentadoria	4	1	2	1
Concessão de pensão civil	1	1	1	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>8</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194064 - Dourados

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	11	0	11
Concessão de aposentadoria	2	0	1	0
Concessão de pensão civil	0	1	0	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>12</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194004 - Guajará Mirim

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	1	0	1
Concessão de aposentadoria	1	0	1	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194061 - Interior Sul

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	3	0	3
Concessão de aposentadoria	0	1	0	1
Concessão de pensão civil	3	2	3	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0

Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>5</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 190004 - Ji-Paraná

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	10	1	9
Concessão de aposentadoria	2	3	1	3
Concessão de pensão civil	0	1	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>12</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194049 - Juruá

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	5	2	3
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194044 - Kayapó Sul do Pará

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU	Quantidade de atos cadastrados no SISAC
	Exercícios	Exercícios

	2013	2012	2013	2012
Admissão	1	3	1	2
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194046 - Litoral Sudeste

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	5	0	5
Concessão de aposentadoria	1	1	1	1
Concessão de pensão civil	2	1	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>6</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194047 - Litoral Sul

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	4	1	3
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194045 - Madeira

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	6	2	4
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>4</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194006 - Manaus

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	1	6	2	5
Concessão de aposentadoria	3	0	3	0
Concessão de pensão civil	1	1	1	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194074 - Maranhão

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	6	0	6
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	1	3	2	1

Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>7</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194048 - Médio Purus

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	8	2	6
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>6</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	3	0	3
Concessão de aposentadoria	4	0	3	0
Concessão de pensão civil	0	1	0	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194077 - Nordeste I

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no	Quantidade de atos cadastrados no SISAC
---------------	--	---

	TCU		Exercícios	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	2	0	2
Concessão de aposentadoria	5	3	4	2
Concessão de pensão civil	4	5	7	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>5</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194041 -Nordeste II

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	1	0	1
Concessão de aposentadoria	3	1	2	1
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	3	1	2
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194036 - Norte do Mato Grosso

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	2	0	2
Concessão de aposentadoria	0	0	0	1
Concessão de pensão civil	1	0	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194027 - Passo Fundo

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	3	1	2
Concessão de aposentadoria	2	1	2	1
Concessão de pensão civil	3	1	3	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194085 - Ponta Porã

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	1	0	1

Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194042 - Ribeirão Cascalheira

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	1	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194008 - Rio Negro

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	1	0	1
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	17	2	14
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>14</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194068 - Sul da Bahia

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	4	0	4
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>4</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194012 - Tapajós

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	6	2	4
Concessão de aposentadoria	1	1	3	1
Concessão de pensão civil	0	1	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0

Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>5</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194007 - Vale do Javari

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	12	3	9
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	3	0	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>9</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194029 - Xavante

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	4	0	4
Concessão de aposentadoria	3	2	2	2
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>6</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194031 - Xingú

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	

	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	5	2	3
Concessão de aposentadoria	4	0	3	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) - UG 194022 - Museu do Índio

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	1	7	1	7
Concessão de aposentadoria	4	1	2	1
Concessão de pensão civil	1	0	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>8</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

6.1.5.2 Atos sujeitos à comunicação ao TCU

Quadro 6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	66	73	85	74
Cancelamento de concessão	02		01	
Cancelamento de desligamento	-	01	-	01
<b>Totais</b>	<b>68</b>	<b>74</b>	<b>86</b>	<b>75</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194035 - Sede (Brasília-DF)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	26	36	35	37
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	1	0	1
<b>Totais</b>	<b>26</b>	<b>37</b>	<b>35</b>	<b>38</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194005 - Alto Purus

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	1	0	1	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194063 - Alto Solimões

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	0	2	0	2
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194075 - Ampá e Norte do Pará

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194033 - Araguaia Tocantins

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	2	0	2	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194018 - Baixo São Francisco

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	1	0	1	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194011 - Baixo Tocantins

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012

<b>Desligamento</b>	1	0	0	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194003 - Cacoal

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194020 - Campo Grande

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	7	4	4	2
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194010 - Centro-Leste do Pará

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	0	1	0	1
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194028 - Cuiabá

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	4	1	5	1
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194064 - Dourados

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194004 - Guajará Mirim

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194061 - Interior Sul

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	1	0	1	1
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 190004 - Ji-Paraná

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	0	1	0	3
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194049 - Juruá

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194044 - Kayapó Sul do Pará

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU	Quantidade de atos cadastrados no SISAC
	Exercícios	Exercícios

	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	1	0	1	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194046 - Litoral Sudeste

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	1	1	1	1
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194047 - Litoral Sul

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	0	1	0	1
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194045 - Madeira

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	1	2	1	2
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0

<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
---------------	----------	----------	----------	----------

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194006 - Manaus

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	6	0	4	1
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194074 - Maranhão

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	2	0	2	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194048 - Médio Purus

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	1	0	1	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	1	0	1
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194077 - Nordeste I

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	1	0	1	0
Cancelamento de concessão	2	0	1	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194041 - Nordeste II

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	1	0	1	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012

<b>Desligamento</b>	1	1	2	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194036 - Norte do Mato Grosso

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	0	1	0	1
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194027 - Passo Fundo

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	1	0	1	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG 194085 - Ponta Porã

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
<b>Desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194042 - Ribeirão Cascalheira

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194008 - Rio Negro

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	1	1	2	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194009 - Roraima

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	3	0	3	2
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194068 - Sul da Bahia

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	1	1	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194012 - Tapajós

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	2	2	3	1
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194007 - Vale do Javari

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	2	1	2	2
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194029 - Xavante

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	1	0	0	0

Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)  
UG 194031 - Xingú

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) UG  
194022 - Museu do Índio

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	0	0	1
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

6.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Quadro 6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	-	02	01	38
Concessão de aposentadoria		49	02	0

Concessão de pensão civil		23	07	05
Alteração do fundamento legal de ato concessório		05	04	
<b>Total</b>		<b>79</b>	<b>14</b>	<b>43</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	25	12	13	35
Cancelamento de concessão	01	01		
Cancelamento de desligamento	-			
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>35</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194035 - Sede (Brasília-DF)

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	1	0
Concessão de aposentadoria	3	6	4	0
Concessão de pensão civil	1	2	0	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	11	9	5	15
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>15</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194005 - Alto Purus

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60	De 61 a 90	Mais de 90

		dias	dias	dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	1	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	1	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194063 - Alto Solimões

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194075 - Amapá e Norte do Pará

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no
---------------	---

	SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	1	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194033 - Araguaia Tocantins

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	1	3	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	2	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194018 - Baixo São

Francisco

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	1	0	1
Concessão de pensão civil	0	0	0	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	2
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194011 - Baixo Tocantins

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	1	6
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>6</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	1
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194003 - Cacoal

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194020 - Campo Grande

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	2	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	2	2
Cancelamento de concessão	0	0	0	0

Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194010 - Centro Leste do Pará

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	1	0	1
Concessão de pensão civil	0	0	0	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194028 - Cuiabá

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	2	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				

<b>Desligamento</b>	3	0	1	1
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194064 - Dourados

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	1	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194004 - Guajará-Mirim

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	1	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	1
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194061 - Interior Sul

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	1	0	0	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	1
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 190004 - Ji-Paraná

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	1	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0

<b>Total</b>	0	1	0	1
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Desligamento</b>	0	0	0	1
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194049 - Juruá

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Admissão</b>	0	0	0	0
<b>Concessão de aposentadoria</b>	0	0	0	0
<b>Concessão de pensão civil</b>	0	0	0	0
<b>Concessão de pensão especial a ex-combatente</b>	0	0	0	0
<b>Concessão de reforma</b>	0	0	0	0
<b>Concessão de pensão militar</b>	0	0	0	0
<b>Alteração do fundamento legal de ato concessório</b>	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de concessão</b>	0	0	0	0
<b>Cancelamento de desligamento</b>	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194044 - Kayapó Sul do Pará

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
<b>Admissão</b>	0	1	0	0
<b>Concessão de aposentadoria</b>	0	0	0	0
<b>Concessão de pensão civil</b>	0	0	0	0
<b>Concessão de pensão especial a ex-combatente</b>	0	0	0	0
<b>Concessão de reforma</b>	0	0	0	0

Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	1	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194046 - Litoral Sudeste

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	1	0
Concessão de pensão civil	0	0	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	1	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194047 - Litoral Sul

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0

Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194045 - Madeira

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	1	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194006 - Manaus

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	1
Concessão de aposentadoria	0	3	0	0

Concessão de pensão civil	0	0	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	4	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194074 - Maranhão

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	1	0	1	0
Concessão de pensão civil	0	0	1	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	2
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194048 - Médio Purus

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0

Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	1	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194019 - Minas Gerais e Espírito Santo

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	2	1	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194077 - Nordeste I

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias

<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	3	1	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	7
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>7</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	1	1	0
Cancelamento de concessão	1	1	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194041 - Nordeste II

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	1	1	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	1
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194067 - Noroeste do Mato Grosso

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			

	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	2
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194036 - Norte do Mato Grosso

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194027 - Passo Fundo

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no
---------------	---

	SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	2	0	0
Concessão de pensão civil	0	1	0	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	2	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194085 - Ponta Porã

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194042 - Ribeirão Cascalheira

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194008 - Rio Negro

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	2
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194009 - Roraima

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	1	2
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194068 - Sul da Bahia

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	1
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194012 - Tapajós

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	1	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	1	0	0	2
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194007 - Vale do Javari

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	2
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194029 - Xavante

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	1	1	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194031 - Xingú

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	3	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

Quadro A.6.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac - UG 194022 - Museu do Índio

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	1	0	0
Concessão de aposentadoria	1	1	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	1	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

6.1.5.4 Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico

Quadro 6.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	01	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
<b>Totais</b>		<b>01</b>		<b>0</b>

Fonte: Siape e relatório de concessão de aposentadorias 2013.

6.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

No exercício de 2013, foram detectados 02 casos: Orlando Ideão Leite, ocupante do cargo de Assistente Administrativo x Médico ( licença sem vencimento) e Manoel Cassiano Soares, ocupante do cargo de Monitor Bilíngue x Professor, sendo o primeiro com lotação na sede da Coordenação Regional Nordeste II e o segundo na Coordenação Técnica Local na Baía da Traição, subordinado a mesma Regional.

- O Sistema SIAPE está habilitado para detectar os casos de acumulação por meio de CPF quando da inclusão do provimento do cargo seja : efetivo, comissionado, contrato temporário, inclusive estagiário, que tem a percepção de remuneração pelo Sistema SIAPE.

- Para o caso de servidores que ocupam cargos nas esferas estaduais, municipais, ainda não se tem um controle automático para detectar, no entanto quando da posse no cargo o candidato declara em formulário específico da existência de ocupação de um cargo público que será acumulado, juntando a informação dos dados cadastrais do cargo(s) ocupado (s) que serão analisados verificando a acumulação se licita ou não.

Tipos de controle implementados e periodicidade de revisão;

- O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão mediante acordo de Cooperação Técnica da União de julho de 2009, com 14(quatorze) Estados da Federação, disponibilizou dados efetuando cruzamento junto a base do SIAPE e da base fornecida pelo Ministério da Previdência correspondente ao Cadastro Nacional de Informações Sociais-CNIS, no período de 2008 a 2011, foi detectado pela Auditoria –SRH/MP, possíveis irregularidades e disponibilizado o Sistema de Tratamento de Indícios de Irregularidade-STII, para esta Fundação sanar as possíveis pendências até o final de 2011.

- Com o cruzamento de dados foi detectado situações pontuais com indícios de possíveis irregularidades neste órgão, os quais foram efetuados a correção no Sistema disponibilizado à época e encaminhado a Auditoria de Recursos Humanos pelo endereço eletrônico [audir.cruzamentodedados@planejamento.gov.br](mailto:audir.cruzamentodedados@planejamento.gov.br), em atenção ao Ofício nº 288/AUDIR/SRH/MP de 15/10/2010.

- Dos acertos restaram possíveis irregularidades de acumulação que foram autuados em processos administrativos, que após apuração foi dado ao servidor a opção do cargo conforme a legislação aplicável ao caso.

A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência;

- No caso de servidores públicos federais habilitados no Sistema SIAPE, o controle é automático. Pois como já citado o Sistema SIAPE está habilitado para detectar os casos de acumulação por meio de CPF quando da inclusão do provimento do cargo.

Não há um Sistema próprio de controle neste órgão para detectar acumulação em cargos empregos extra SIAPE, o que existe é o controle manual. Ratificamos que se houvesse a continuidade do acordo de Cooperação Técnica da União entre a Secretaria de Gestão Pública-SEGEP/MPOG, e o Ministério da Previdência e SIAPE, com o processamento do cruzamento de dados este órgão teria eficiência no acompanhamento gerenciando as possíveis correções.

#### 6.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Processo nº 08620.037685/2013-87 (Orlando Ideão Leite) Servidor encontrava-se, e encontra-se de licença sem vencimentos e teve prestação de serviços exercendo a função de médico do PSF da Prefeitura Municipal de São José dos Ramos-PB, no período de 13/08/2009 a 31/12/2012, conforme Declaração de Diretor de Departamento de Recursos Humanos – Prefeitura em 02/05/2013.

Manoel Cassiano Soares, Monitor Bilíngue, foi exonerado a pedido do cargo de Professor na Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal De Marcação-PB, por meio da Portaria nº 093/2013, de 16 de abril de 2013.

De todos os casos detectados como acumulação indevida de cargos apenas 01 encontra-se pendente de conclusão, sendo:

Processo nº 08620.021303/2012-12 (Maria Irene Pena Farias), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais X cargo na Secretaria do Estado de Saúde do Amazonas, lotada na Coordenação Regional de Manaus. Processo encaminhado a Corregedoria e encontra-se aguardando elaboração de Juízo de Admissibilidade.

Houve ainda o Processo de nº 08620.00500/2011-13, que cuidou da possível acumulação indevida de cargo publico pelo servidor Otávio Moura Carvalho. Que foi apurada a acumulação licita pelo servidor, estando apenas com excesso de horas de trabalho – carga horária incompatível, que encaminhado para conhecimento da chefia imediata para conhecimento e ciência do servidor para no prazo improrrogável de 10 (dez) dias apresentar opção pela redução da jornada de trabalho na forma da MP nº 2.174-28 de 24.08.01, e restituir a presente documentação a Coordenação de Administração de Pessoal – COAP.

Tendo o servidor ao invés de fazer a opção de redução de carga horária nesta Fundação ou na Fundação Hospitalar do Governo do Distrito Federal, impetrou ação Processo Judicial nº 0078378-33.2013.4.01.3400, 27ª VF-DF, que exarou-se parecer de força executória, para que a FUNAI se abstenha de adotar medidas que obriguem a parte autora a optar por um dos cargos exercidos ou a reduzir a jornada de trabalho para 60 (sessenta) horas semanais, até conclusão final do processo.

O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular;

Os servidores referente aos casos detectados no exercício de 2013, foram notificados pela Coordenação Regional do Nordeste II, e regularizado a situação de cada um, conforme informado no item acima.

O resultado das notificações realizadas;

Dos 2 (dois) servidores notificados foram concluídos com o termo de opção do notificado pelo cargo da união/FUNAI, ficando pendente de conclusão final o processo nº 08620.021303/2012-12, encaminhado para apuração para a Corregedoria.

A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.

#### 6.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

A Fundação ainda não dispõe desses indicadores.

6.2. Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

6.2.1. Informações sobre terceirizações de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

6.2.2. Autorização expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para a substituição de terceirizados

Tendo em vista a inexistência de terceirizados exercendo atividades de apoio administrativo no âmbito da FUNAI, não há informações para os para os itens e Quadros 6.2.1 e 6.2.2.

6.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada

Quadro 6.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: FUNAI – Sede - Diretoria de Administração e Gestão													
UG/Gestão: 194035							CNPJ: 00.059.311.0001/26						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	146/2011	10.782.186.0001/31	05/10/2011	04/10/2014	39	39	01	01			P
2010	V	O	028/2010	09.267.406/0001-00	16/03/2010	15/09/2014			12	12			P
2012	L	O	016/2012	10.728.186/0001-31	27/02/2012	26/02/2014	8	8					P
2010	V	O	108/2010	72.619.976.0001/59	07/07/2010	06/07/2014	16	16					P
Observações:													

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional Baixo São Francisco-BA													
UG/Gestão: 194018							CNPJ: 00.059.311.0040-32						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	211/2013	05.248.988/0001-26	11.10.2013	10.10.2014	04	04					A
2012	L	O	205/2012	12939762/0001-37	23/10/12	22/10/14	2	2					P
Observações:													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional Vale do Javari													
UG/Gestão: 194007							CNPJ: 00.059.311.0065-90						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	151/2012	04718633/0001-90	19/09/12	18/09/13							E
<b>Observações:</b> Foi realizada a alteração da CR do Juruá para a CR Vale do Javari onde contrato nº 151/2012, pertence a UG: 194007 (Informação CGOF/CCONT).													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional do Maranhão													
UG/Gestão: 194074						CNPJ: 00.059.311.0057-80							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	281/2012	07965721/0001-85	03/01/13	02/01/14	18	18					A
2012	L	O	282/2012	07965721/0001-85	03/01/13	02/01/14	18	18					A
2010	V	O	226/2010	11029232/0001-99	04/11/10	03/11/14			4	4			P
2013	V	O	Aditivo do contrato 226	11.029232/0001-99	04-11-13	03-11-14			4	4			P
Observações:													
<b>LEGENDA</b>													

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional Xavante													
UG/Gestão: 194029							CNPJ: 00.059.311/0009-83						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	310/2009	06236934/0001-03	07/12/09	06/12/14			2	2			P
2009	V	O	345/2009	09130034/0001-75	15/12/09	14/12/13							E
2009	V	O	380/2009	09130034/0001-75	21/12/09	20/12/13							E
2009	V	O	389/2009	09130034/0001-75	01/12/09	30/11/13							E
2010	V	O	080/2010	04.667.389/0001-84	26/01/2013	25/01/2014	2	2					P
2010	V	O	155/2010	04667389/0001-84	11/08/10	10/08/14			2	2			P

2011	V	O	029/2011	04667389/0001-84	02/02/11	01/02/14			6	6			P
2009	L	O	347/2009	03790751/0001-47	07/12/09	06/12/13							E
2009	L	O	379/2009	10512105/0001-83	21/12/09	20/12/13							E
2010	L	O	383/2010	105121050001-83	20/12/09	19/12/13							E
2011	L	O	124/2011	10919956/0001-45	18/08/11	17/08/14	4	4					P

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante							
Nome: Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira							
UG/Gestão: 194042				CNPJ: 00.059.311/0068-33			
Informações sobre os Contratos							
Ano do	Área	Natureza	Identificação do	Empresa Contratada	Período Contratual de	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores	Sit.

Contrato			Contrato	(CNPJ)	Execução das Atividades Contratadas		Contratados						
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	022/2011	06273710/0001-71	03/01/11	02/01/14	2	2					P
2012	V	O	038/2012	06236934/0001-03	18/04/12	17/04/14			4	4			P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Siafi

Unidade Contratante							
Nome: Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo							
UG/Gestão: 194019				CNPJ: 00.059.311/0012-89			
Informações sobre os Contratos							
Ano do	Área	Natureza	Identificação do	Empresa Contratada	Período Contratual de	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores	Sit.

Contrato			Contrato	(CNPJ)	Execução das Atividades Contratadas		Contratados						
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	014/2012	11871623/0001-56	01/08/12	31/07/14	2	2					P
2012	V	O	053/2012	03.108.004/0001-86	20/05/2012	19/05/2014			4	4			P
2009	V	O	144/2009	03.108.004/0001-86	12/08/2009	11/08/2013			4	4			E

**Observações:** O contrato de vigilância celebrado no ano de 2009, referia-se a vigilância noturna do prédio sede da Coordenação Regional e após o término de sua vigência no ano de 2013 foi encerrado e substituído por monitoramento eletrônico, em razão de economicidade.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante	
Nome: Coordenação Regional Passo Fundo	
UG/Gestão: 194027	CNPJ: 00.059.311/0028-46

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	163/2008	07.038.238/0001-55	10/10/2008	09/10/2013	4	4					E
2013	L	O	162/2013	05.912.569/0001-47	01/10/2013	31/01/2014	8	8					E
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Siafi

Unidade Contratante
Nome: Coordenação Regional Ponta Porã

UG/Gestão: 194085					CNPJ: 00.059.311/0028-46								
<b>Informações sobre os Contratos</b>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	338/2012	09016469/0001-93	28/12/12	27/12/13	7	7					A
2012	V	O	137/2012	07293694/0003-03	23/07/12	22/07/14			8	8			P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Siafi

<b>Unidade Contratante</b>
<b>Nome: Coordenação Regional Interior Sul</b>

UG/Gestão: 194061					CNPJ: 00.059.311/0059-42								
<b>Informações sobre os Contratos</b>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	030/2013	07618334/0001-72	01/02/13	31/01/14	2	2					A
2012	L	O	142/2012	07809721/0001-96	01/09/12	30/08/14	2	2					P
2010	V	O	50/2010	03229363/0001-91	26/04/2012	25/04/2013			04	04			P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Siafi

**Unidade Contratante**

Nome: Coordenação Regional do Baixo Tocantins

UG/Gestão: 194011

CNPJ: 00.059.311/0054-38

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	078/2011	02650833/0001-23	15/06/11	14/06/14			4	4			P
2010	L	O	255/2010	11883936/0001-24	26/11/10	25/11/14	4	4					P

Observações:

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante

<b>Nome: Coordenação Regional do Xingu</b>													
<b>UG/Gestão: 194031</b>							<b>CNPJ: 00.059.311/0061-67</b>						
<b>Informações sobre os Contratos</b>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	068/2013	09382131/0001-55	09/05/13	08/05/14	1	1					A
2012	L	O	213/2012	04075740/0001-48	15/10/12	14/02/13							E
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
<b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Siafi

**Unidade Contratante**

Nome: COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE I

UG/Gestão: 194077

CNPJ: 000.059.311/0046-28

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					P	C	P	C	P	C			
2011	L	O	192/2011	10633938/0001-00	01/12/11	30/11/14	2	2					P
2009	V	O	210/2009	01873815/0001-48	18/09/09	17/09/14			4	4			P
2011	V	O	122/2011	08165946/0001-10	09/08/11	08/08/14			4	4			P
2009	L	O	280/2009	10633938/0001-00	16/11/09	15/11/13	2	2					P

Observações:

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO-GROSSO													
UG/Gestão: 194036							CNPJ: 000.059.311/0067-52						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	245/2012	10405110/0001-97	09/11/12	09/11/13	6	4					E
2011	V	O	181/2011	04.667.389/0001-84	09/11/2011	08/11/2014			4	4			P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Siafi

Demais Coordenações Regionais:

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL DE MÉDIO PURUS/UG 194048 informou que não há contratos dessa natureza celebrados no exercício 2013.

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL DE JURUÁ informou que os contratos são geridos pela CR Alto Purus (UG - 194005).

6.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro 6.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI - Diretoria de Administração e Gestão													
UG/Gestão: 194035							CNPJ: 00.059.311/0001-26						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	028/2010	09.267.406/0001-00	16/03/2010	15/09/2014			12	12			P
2010	1	O	108/2010	72.619.976/0001-58	07/07/2010	06/07/2014	16	16					P
2011	12	O	146/2011	10.728.186/0001-31	05/10/2011	04/10/2014	39	39	1	1			P
2012	12	O	016/2012	10.728.186/0001-31	27/02/2012	26/02/2014	8	8					P
2012	5	O	048/2012	06090065/0001-51	17/05/12	16/05/14			157	157			P
2012	11	O	169/2012	11.320.576/0001-52	01/10/2012	30/09/2014			206	206	88	88	P
2012	12	O	187/2012	01588672/0001-22	22/10/12	22/10/14	4	4					P
2012	4/12	O	186/2012	01757138/0001-00	22/10/12	22/10/14			11	11			P
2012	12	O	263/2012	01588672/0001-22	06/12/12	05/12/14			11	6			P
2013	10	E	057/2013	05.922.287/0001-20	17/04/2013	16/09/2013			2	2			E

2010	6	O	205/2010	03462349/0001-33	18/10/10	17/10/14			1	1			P
2013	3	O	067/2013	07978782/0001-87	26/04/13	25/04/14							A
2009	9	O	115/2009	02895841/0001-30	13/07/09	13/03/13							E

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Siafi

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ													
UG/Gestão: 194085							CNPJ: 00.059.311/00.50-04						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	

2012	4/5/12	O	346/2012	14379512/0001-15	18/12/12	17/12/13			3	3			A
2012	6	O	049/2012	10750752/0001-23	01/03/12	28/02/14			6	6			P

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO													
UG/Gestão: 194074							CNPJ: 00.059.311/0057-80						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	118/2013	05333566/0001-59	22/07/13	21/07/14			10	10			A

2008	12	O	286/2008	06234467/0001-82	23/01/09	22/01/13												E
2010	12	O	006/2010	06234467/0001-82	22/02/10	21/02/13												E

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante															
Nome: COORDENAÇÃO REGIONAL RIBEIRÃO CASCALHEIRA															
UG/Gestão: 194042							CNPJ: 00.059.311/0068-33								
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2011	5/12	O	022/2011	06273710/0001-71	03/01/11	02/01/15			2	2					P

<b>Observações:</b>	
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras	<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO REGIONAL DO XINGU													
UG/Gestão: 194031							CNPJ: 00.059.311/0061-67						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	5	O	094/2013	10919956/0001-45	03/06/13	02/06/14			6	6			A
2013	2	O	093/2013	07417370/0001-78	03/06/13	02/06/14			3	3			A
2013	5/12	O	027/2013	11699013/0001-17	28/02/13	27/02/14							E

<b>Observações:</b>	
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras	<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siafi

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO REGIONAL PASSO FUNDO													
UG/Gestão: 194027						CNPJ: 00.059.311/0028-46							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	6	O	314/2010	07.971.855/0001-09	24/12/10	23/12/2014							P
2012	5	O	265/2012	68.774.033/0001-22	18/12/2012	18/12/2014			7	7			P

2013	12	E	172/2013	02.289.707/0001-95	10/10/2013	04/12/2013			4	4			E
------	----	---	----------	--------------------	------------	------------	--	--	---	---	--	--	---

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Siafi

**Análise Crítica – Passo Fundo/RS)**

De acordo com o que está demonstrado no quadro acima a UG 194027 possui um total de 11 (onze) funcionários terceirizados efetivamente contratados, sendo: 04 (quatro) porteiros e 07 (sete) recepcionistas. O quantitativo de trabalhadores terceirizados na CR – Passo Fundo/RS apresenta-se dentro do mínimo aceitável, haja vista que a mesma não possui quadro de pessoal suficiente para atender as demandas de trabalho. As CTL's criadas pelo Decreto nº 7056/09 funcionam precariamente, pois em muitas delas há somente um servidor responsável e até o presente momento a FUNAI não conseguiu suprir esta carência de pessoal com servidores contratados através do último concurso público realizado.

Unidade Contratante	
Nome: COORDENAÇÃO REGIONAL MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	
UG/Gestão: 194019	CNPJ: 00.059.311/0012-89
Informações sobre os Contratos	

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	257/2012	13964979/0001-60	12/11/12	11/11/14							P

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Fonte:** Siafi

**Análise crítica:**

As contratações especificadas nos quadros 6.2.3 e 6.2.4 relativas à Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo Funai, foram realizadas com base nas necessidades reais da unidade contratante, seguindo as premissas legais e tendo por norte os princípios que regem a atividade da administração pública. Calha ressaltar aqui que a contratação de serviços de vigilância ostensiva foram reduzidas pela metade no exercício de 2013, com substituição da vigilância física pelo monitoramento eletrônico durante o período noturno. Tal modificação fundamenta-se especialmente na economicidade dos recursos públicos, sem, contudo, afastar-se da necessária proteção dos bens públicos. Os contratos em tela não apresentaram excepcionalidades durante sua execução, como por exemplo, interrupção dos serviços ou inadimplemento de obrigações trabalhistas por parte das empresas contratadas.

**Unidade Contratante**

Nome: COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO													
UG/Gestão: 194018						CNPJ: 00.059.311/0040-32							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit .
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	278/2012	05.674.519/0001-79	01/07/2013	30/06/2014	03	03					P
2012	5	O	277/2012	12939762/0001-37	10/12/12	09/12/14							P
<b>Observações:</b>													
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Segurança;</li> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigadistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</li> <li>12. Outras</li> </ol> <p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Fonte: Siafi

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO TOCANTINS													
UG/Gestão: 194011							CNPJ: 00.059.311/0054-38						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	5	O	188/2013	08538011/0001-31	09/10/13	08/10/14			3	3			A
2013	12	O	224/2013	07525262/0001-19	02/12/13	01/12/14	3	3					A
2012	5	O	208/2012	13096822/0001-60	01/10/12	30/09/13			3	3			E
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>				<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>									
<b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras													

Fonte: Siafi

Unidade Contratante													
Nome: COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO													
UG/Gestão: 194036							CNPJ: 00.059.311/0067-52						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	5/12	O	343/2012	10919956/0001-45	06/03/13	05/03/14			5	5			A
2012	12	O	341/2012	12371682/0001-28	28/02/13	27/02/14			5	5			A
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b>				<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.  <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>									
<p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Segurança;</li> <li>2. Transportes;</li> <li>3. Informática;</li> <li>4. Copeiragem;</li> <li>5. Recepção;</li> <li>6. Reprografia;</li> <li>7. Telecomunicações;</li> <li>8. Manutenção de bens móveis</li> <li>9. Manutenção de bens imóveis</li> <li>10. Brigadistas</li> <li>11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</li> <li>12. Outras</li> </ol>													

**Fonte:** Siafi

**Análise Situacional - COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO - UG: 194036**

O contrato nº 245/2012 – Serviços de limpeza e higiene – foi assinado em 9/11/2012, com a empresa PRES-SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, para a prestação de serviços por 05(cinco) colaboradores. Na vigência desse contrato a empresa em duas oportunidades atrasou o pagamento das suas contratadas, para corrigir tal irregularidade nos ofícios a mesma para que promovesse o pagamento dos salários sob pena da aplicação das penalidades previstas no Edital e Contrato supra referido. Em atendimento à nossa determinação a contratada promoveu a regularização do pagamento no prazo que concedemos. Em outra oportunidade a contratada foi oficiada por nós para promover a regularização da entrega no material de limpeza. Descumprimento contratual também já sanado, sem a necessidade do registro de advertência.

Por seu turno, o contrato nº 181/2011 – de vigilância ostensiva – assinado em 9/11/2011, em 2013 vigorando pelo 2º Termo Aditivo que o prorrogou até 8/11/2013, firmado com a empresa H. M. RODRIGUES DE QUEIROZ LUZ SILVA – ME, para a prestação de serviços de 02 postos de trabalho, 24h por dia, sendo o total de 4(quatro) vigilantes. Na vigência desse contrato a empresa contratada em algumas oportunidades atrasou o pagamento dos seus contratados e a ofícios para regularização sob pena de aplicação das penalidades previstas em contrato. Em outra oportunidade a empresa estava irregular perante a Receita Federal e com um mero contrato via telefone a situação foi normalizada.

No que tange ao Contrato nº 341/2012 – prestação de serviços de terceirizados de motoristas, firmado com a empresa FRANCA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – ME, cuja vigência teve início somente em 28/2/2013, com sua publicação no Diário Oficial da União, para prestação de serviços por 05(cinco) motoristas. Durante o exercício de 2013 não houve situação de descumprimento contratual por parte dessa empresa, tendo sido a prestação dos serviços realizada a contento.

Em relação ao Contrato nº 343/2012 – prestação de serviços terceirizados de recepcionistas – assinado com a empresa REALIZA – SISTEMA DE HIGIENIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – ME, com vigência iniciada em 6/3/2013, contada após regular publicação no Diário Oficial da União, para a prestação de serviços por 05(cinco) recepcionistas. Esta empresa foi notificada por nós para regularizar o pagamento das suas prestadoras de serviços, seja pelo pagamento dos salários, em duas oportunidades, bem como para promover a retirada de rubricas lançadas na folha de pagamento indevidamente. Ante às nossas notificações, a contratada sempre promovia as regularizações que solicitávamos.

Por fim, destacamos que os contratos retro citados são de suma importância para o regular funcionamento desta Regional da FUNAI, pois tratam da prestação de serviços especializados, não contemplados pelos cargos dos quadros dessa Instituição. Estão alocados na atividade-meio, na conservação e higienização, promovendo a vigilância do patrimônio público sob nossa gestão, por intermédio da limpeza das instalações do prédio Sede e suas CTL's, viabilizando o transporte dos servidores e indígenas com motoristas capacitados e realizando a boa tramitação e organização dos expedientes administrativos com as recepcionistas ora contratadas. Resta mencionar que todos os contratos se encontram em vigor no exercício de 2014.

Demais Coordenações Regionais:

Obs.) AS COORDENAÇÕES REGIONAIS DE MÉDIO PURUS, NORDESTE I, XAVANTE e INTERIOR SUL informaram que não possuem contratos com locação de mão de obra.

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI/ UG 194007 informou o seguinte: “Vimos esclarecer e informar que devido à agenda de seminários de Ações Sociais junto à equipe de Brasília, onde a Coordenadora Substituta é presença importante e a situações emergências que surgiram na Coordenação Regional/Frente de Proteção – houve confronto de pescadores ilegais na Terra indígena onde 2 (dois) servidores ficaram feridos com arma de fogo, houve a necessidade da participação e presença de todos os servidores na Base de Proteção Territorial, já que nossa equipe conta hoje com apenas 06 (seis) servidores. Pelo exposto, informamos que estamos com dificuldades para encaminhar no tempo solicitado às informações complementares para o preenchimento do Relatório de Gestão, porém faremos esforço para encaminharmos o mais tardar, até sexta-feira próxima.”

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL DE JURUA informou que os contratos são geridos pela CR Alto Purus (UG – 194005).

#### 6.2.5 Análise crítica dos itens 6.2.3 e 6.2.4

##### Análise Crítica – Passo Fundo/RS)

De acordo com o que está demonstrado no quadro acima a UG 194027 possui um total de 11 (onze) funcionários terceirizados efetivamente contratados, sendo: 04 (quatro) porteiros e 07 (sete) recepcionistas. O quantitativo de trabalhadores terceirizados na CR – Passo Fundo/RS apresenta-se dentro do mínimo aceitável, haja vista que a mesma não possui quadro de pessoal suficiente para atender as demandas de trabalho. As CTL's criadas pelo Decreto nº 7056/09 funcionam precariamente, pois em muitas delas há somente um servidor responsável e até o presente momento a FUNAI não conseguiu suprir esta carência de pessoal com servidores contratados através do último concurso público realizado.

##### Análise Crítica: Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo

As contratações especificadas nos quadros 6.2.3 e 6.2.4 relativas à Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo Funai, foram realizadas com base nas necessidades reais da unidade contratante, seguindo as premissas legais e tendo por norte os princípios que regem a atividade da administração pública. Calha ressaltar aqui que a contratação de serviços de vigilância ostensiva foram reduzidas pela metade no exercício de 2013, com substituição da vigilância física pelo monitoramento eletrônico durante o período noturno. Tal modificação fundamenta-se especialmente na economicidade dos recursos públicos, sem, contudo, afastar-se da necessária proteção dos bens públicos. Os contratos em tela não apresentaram excepcionalidades durante sua execução, como por exemplo, interrupção dos serviços ou inadimplemento de obrigações trabalhistas por parte das empresas contratadas.

##### **Análise crítica - COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO - UG: 194036**

O contrato nº 245/2012 – Serviços de limpeza e higiene – foi assinado em 9/11/2012, com a empresa PRES-SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, para a prestação de serviços por 05(cinco) colaboradores. Na vigência desse contrato a empresa em duas oportunidades atrasou o pagamento das suas contratadas, para corrigir tal irregularidade nos ofícios a mesma para que promovesse o pagamento dos salários sob pena da aplicação das penalidades previstas no Edital e Contrato supra referido. Em atendimento à nossa

determinação a contratada promoveu a regularização do pagamento no prazo que concedemos. Em outra oportunidade a contratada foi oficiada por nós para promover a regularização da entrega no material de limpeza. Descumprimento contratual também já sanado, sem a necessidade do registro de advertência.

Por seu turno, o contrato nº 181/2011 – de vigilância ostensiva – assinado em 9/11/2011, em 2013 vigorando pelo 2º Termo Aditivo que o prorrogou até 8/11/2013, firmado com a empresa H. M. RODRIGUES DE QUEIROZ LUZ SILVA – ME, para a prestação de serviços de 02 postos de trabalho, 24h por dia, sendo o total de 4(quatro) vigilantes. Na vigência desse contrato a empresa contratada em algumas oportunidades atrasou o pagamento dos seus contratados e a oficiamos para regularização sob pena de aplicação das penalidades previstas em contrato. Em outra oportunidade a empresa estava irregular perante a Receita Federal e com um mero contrato via telefone a situação foi normalizada.

No que tange ao Contrato nº 341/2012 – prestação de serviços de terceirizados de motoristas, firmado com a empresa FRANCA SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA – ME, cuja vigência teve início somente em 28/2/2013, com sua publicação no Diário Oficial da União, para prestação de serviços por 05(cinco) motoristas. Durante o exercício de 2013 não houve situação de descumprimento contratual por parte dessa empresa, tendo sido a prestação dos serviços realizada a contento.

Em relação ao Contrato nº 343/2012 – prestação de serviços terceirizados de recepcionistas – assinado com a empresa REALIZA – SISTEMA DE HIGIENIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – ME, com vigência iniciada em 6/3/2013, contada após regular publicação no Diário Oficial da União, para a prestação de serviços por 05(cinco) recepcionistas. Esta empresa foi notificada por nós para regularizar o pagamento das suas prestadoras de serviços, seja pelo pagamento dos salários, em duas oportunidades, bem como para promover a retirada de rubricas lançadas na folha de pagamento indevidamente. Ante às nossas notificações, a contratada sempre promovia as regularizações que solicitávamos.

Por fim, destacamos que os contratos retro citados são de suma importância para o regular funcionamento desta Regional da FUNAI, pois tratam da prestação de serviços especializados, não contemplados pelos cargos dos quadros dessa Instituição. Estão alocados na atividade-meio, na conservação e higienização, promovendo a vigilância do patrimônio público sob nossa gestão, por intermédio da limpeza das instalações do prédio Sede e suas CTL's, viabilizando o transporte dos servidores e indígenas com motoristas capacitados e realizando a boa tramitação e organização dos expedientes administrativos com as recepcionistas ora contratadas. Resta mencionar que todos os contratos se encontram em vigor no exercício de 2014.

Obs.) AS COORDENAÇÕES REGIONAIS DE MÉDIO PURUS, NORDESTE I, XAVANTE e INTERIOR SUL informaram que não possuem contratos com locação de mão de obra.

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI/ UG 194007 a Coordenação Regional não apresentou informações sobre a execução de contratos com locação de mão de obra.

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL DE JURUA informou que os contratos são geridos pela CR Alto Purus (UG – 194005).

Obs.) AS COORDENAÇÕES REGIONAIS DE MÉDIO PURUS, NORDESTE I, XAVANTE e INTERIOR SUL informaram que não possuem contratos com locação de mão de obra.

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI/ UG 194007 a Coordenação Regional não apresentou informações sobre a execução de contratos com locação de mão de obra.

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL DE JURUA informou que os contratos são geridos pela CR Alto Purus (UG – 194005).

#### Coordenação Regional Interior Sul

No tocante à execução do contrato nº 146/2011 celebrado entre a FUNAI e a Empresa Imperial Serviços de Mão de Obra Ltda-ME., informamos que em 02 de março de 2013, foi protocolado expediente que encaminhou a Nota Fiscal nº 0117, no valor de R\$ 99.332,95 (Noventa e nove mil trezentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos) referentes aos serviços prestados no período de 01 a 28 de fevereiro, no entanto restou observado pela fiscalização do contrato que a empresa não havia apresentado os documentos originais da Guia de Recolhimento do FGTS, as Informações à Previdência Social – GFIP, específica do contrato, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificado, na forma do §4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, bem como o comprovante original da quitação das obrigações relativas ao vale transporte e vale alimentação dos empregados lotados nesta Fundação. Informamos ainda que não recebemos a garantia financeira, que deveria ter sido apresentada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação do Quinto Termo Aditivo no Diário Oficial da União, ou seja, até o dia 30 de outubro de 2013, conforme comunicado por meio do Ofício nº. 047/CCCOMP/2013. Registre-se também a falta da entrega de equipamento de proteção individual (botas) a todos os prestadores de serviço, conforme o item 7.1.15 do contrato.

Quanto à execução do contrato nº 186/2012 celebrado entre a FUNAI e a Empresa Zarcone – Construções, Serviços e Transporte Ltda, foram indicados pelo fiscal do contrato irregularidades referentes ao descumprimento de cláusulas do referido contrato, sendo que quando da assinatura do Contrato, a Contratada indicou o preposto que representaria a empresa no âmbito desta Fundação e no Centro de Formação em Política Indigenista, o Senhor Dyego Nunes de Souza. No entanto, a empresa não disponibilizou Plano de saúde aos funcionários no prazo estabelecido, descumprindo a Cláusula Décima Primeira – Obrigações Inerentes ao Início da Execução Contratual. A Contratada também infringiu o disposto nas alíneas “e” e “z” da Cláusula Décima, face ao não comparecimento do encarregado para atuar, satisfatoriamente, na supervisão da execução dos serviços, tanto na Sede da FUNAI quanto no Centro de Formação em Política Indigenista, em Sobradinho, e apresentar ao CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, documento fiscal específico, com o detalhamento dos serviços executados. Destaca-se que o encarregado/preposto indicado pela empresa à época, não comparecia a esta Fundação quando chamado para soluções dos problemas. Ressaltamos ainda a Nota Técnica nº 08/FISCAL/CODEP/FUNAI/2013, que informa sobre o descumprimento de cláusula do Contrato nº 016/2012 referente ao pagamento do vale-alimentação, mesmo após terem sido realizados seguidos contatos por e-mail no decorrer dos meses de setembro e outubro, sendo nesse sentido, a empresa advertida de que o não cumprimento das cláusulas contratuais ensejará a aplicação das sanções conforme a Cláusula

Nona – Das Sanções Administrativas, e registro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo Federal – SICAF, sem prejuízo da eventual rescisão contratual, nos termos dos artigos 78 a 80, da Lei 8.666/93 e aplicação das sanções previstas na citada lei. Dentre os pontos abordados anteriormente, destacam-se ainda o atraso na entrega dos materiais de limpeza; não entrega da programação de férias dos serventes (Cláusula Décima); atraso no pagamento do terço de férias constitucional para a servente Elisabete Pinto da Rocha, que entrou de férias em 16/08/2013 e só recebeu as férias em 06/09/2013(Cláusula Décima); e o não pagamento da totalidade do vale alimentação no mês de setembro (Cláusula Décima).

Quanto ao Contrato nº. 147/2012, celebrado entre esta Fundação e essa Empresa, cujo objeto é a locação do imóvel comercial, sito no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Lote 14, Edifício Cleto Meireles, onde encontra-se a Sede da FUNAI, informamos que foram relatados problemas nos elevadores como falta de ventilação, indicação errada dos visores, demora excessiva, falta de programação inteligente e pessoas presas em horário de pico. Assim, foi lembrado a empresa que é obrigação da Locadora prestar os serviços de administração condominial, bem como realizar as manutenções nos elevadores, conforme se observa nas alíneas “f” e “g”, da Cláusula Sexta, do Contrato supracitado, sendo concedido o prazo de 5 (cinco) úteis para que a Empresa respondesse a notificação, de acordo com o estabelecido na alínea “e” da mesma Cláusula.

Registre-se que encontram-se em fase de instrução, processos cujo objeto consiste na aplicação de penalidades à ambas as empresas.

A Coordenação Regional Interior Sul informou que, como as licitações são realizadas a nível nacional, bem como há a preferência de contratação de ME/EPP, geralmente a empresa vencedora está localizada em cidades distantes do local da prestação do serviços e não dispõe de boa estrutura para assumir as responsabilidade de uma contratação de serviços que incluem terceirização de mão de obra, gerando dificultando de comunicação e fiscalização. Também há a dificuldade da fiscalização das verbas trabalhistas que a empresa tem a pagar mensalmente por serem de alta complexibilidade

## 6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 6.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Composição do Quadro de Estagiários por UJ	Quantitativo de contratos de estágio vigentes por UJ							
	Nível Superior (Trimestre)				Nível Médio (Trimestre)			
	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
<b>SEDE/BRASÍLIA - ÁREA FIM + ÁREA MEIO</b>	<b>52</b>	<b>50</b>	<b>49</b>	<b>52</b>	<b>70</b>	<b>77</b>	<b>82</b>	<b>79</b>
SEDE ÁREA MEIO	39	36	34	36	45	51	54	56
SEDE ÁREA FIM	13	14	15	16	25	26	28	23
<b>COORDENAÇÕES REGIONAIS - TOTAL ÁREA FIM</b>	<b>29</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>31</b>	<b>76</b>	<b>86</b>	<b>89</b>	<b>85</b>
CR ALTO PURUS - Coordenação Regional Alto Purus/Rio Branco-AC	1	1	1	-	2	2	2	1
CR ALTO SOLIMÕES - Coordenação Regional do Alto Solimões-Tabatinga/AM	-	-	-	-	1	2	2	2
CR AMAPÁ E NORTE DO PARÁ - Coordenação Regional Amapá e Norte do Pará/Macapá-AP	1	1	1	1	3	3	2	2
CR ARAGUAIA TOCANTINS - Coordenação Regional Araguaia Tocantins/Palmas-TO	4	4	6	5	-	-	-	-
CR BAIXO SÃO FRANCISCO - Coordenação Regional Baixo São Francisco/Paulo Afonso-BA	-	-	-	-	3	3	3	3
CR BAIXO TOCANTINS - Coordenação Regional do Baixo Tocantins/Marabá-PA	-	1	1	-	-	-	2	2
CR CACOAL - Coordenação Regional de Cacoal/RO	1	2	1	1	1	2	2	2
CR CAMPO GRANDE - Coordenação Regional Campo Grande/MS	-	-	-	-	2	3	3	2
CR CENTRO LESTE DO PARÁ - Coordenação Regional Centro-Leste do Pará/Belém-PA	1	-	1	1	1	1	1	2
CR CUIABÁ - Coordenação Regional de Cuiabá/MT	1	2	3	2	1	1	-	-
CR DOURADOS - Coordenação Regional Dourados/MS	1	1	1	1	1	1	1	1
CR GUAJARA MIRIM - Coordenação Regional de Guajará-Mirim/RO	-	-	-	-	1	1	1	1
CR INTERIOR SUL - Coordenação Regional Interior Sul/Chapecó-SC	1	1	2	2	3	4	5	4
CR JI-PARANÁ - Coordenação Regional de Ji-Paraná/RO	-	-	-	-	3	3	3	3
CR JURUÁ - Coordenação Regional do Juruá/Cruzeiro do Sul-AC	-	-	-	-	1	-	-	-
CR LITORAL SUDESTE - Coordenação Regional Litoral Sudeste/Itanhaém-SP	-	-	-	-	3	4	3	5

CR LITORAL SUL - Coordenação Regional do Litoral Sul/São José-SC	-	-	-	-	1	-	-	1
CR MADEIRA - Coordenação Regional Madeira/Humaitá-AM	-	-	-	-	2	2	2	2
CR MANAUS - Coordenação Regional de Manaus/AM	1	1	1	1	-	-	1	1
CR MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO - Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo/Governador Valadares-MG	1	1	1	1	1	2	2	2
CR NORDESTE I - Coordenação Regional Nordeste I/Maceió-AL	3	3	3	3	4	4	4	4
CR NORDESTE II - Coordenação Regional Nordeste II/Fortaleza-CE	1	2	1	1	3	3	4	4
CR NOROESTE DO MATO GROSSO - Coordenação Regional Noroeste do Mato Grosso/Juína/MT	-	-	-	-	3	2	2	2
CR NORTE DO MATO GROSSO - Coordenação Regional Norte do Mato Grosso/Colider-MT	1	1	1	1	3	2	2	2
CR PASSO FUNDO - Coordenação Regional de Passo Fundo/RS	1	1	1	1	-	-	-	-
CR PONTA PORÃ - Coordenação Regional Ponta Porã/MS	1	1	-	1	1	1	1	1
CR RIBEIRÃO CASCALHEIRA - Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira/MT	-	-	-	-	2	3	2	2
CR RORAIMA - Coordenação Regional Roraima/Boa Vista-RR	-	-	-	-	-	-	1	2
CR SUL DA BAHIA - Coordenação Regional Sul da Bahia/Eunápolis-BA	-	-	-	1	2	2	3	2
CR TAPAJÓS - Coordenação Regional do Tapajós/Itaituba-PA	-	-	-	-	1	2	2	2
CR VALE DO JAVARI - Coordenação Regional do Vale do Javari/AM	-	-	-	-	1	2	2	2
CR XAVANTE - Coordenação Regional Xavante/Barra do Garças/MT	1	1	1	2	1	1	1	1
CR XINGU - Coordenação Regional Xingu/Canarana-MT	1	1	1	1	6	7	6	4
CTL ÁGUA BOA - Coordenação Técnica Local de Água Boa/MT	-	-	-	-	3	2	2	3
CTL BAURU - Coordenação Técnica Local de Bauru/SP	-	-	-	-	2	-	-	-
CTL BONITO - Coordenação Técnica Local de Bonito/MS	-	-	-	-	1	1	-	-
CTL CAMPINÁPOLIS - Coordenação Técnica Local de Campinápolis/MT	-	-	-	-	3	4	4	4
CTL COMODORO - Coordenação Técnica Local de Comodoro/MT	-	-	-	-	-	1	1	1
CTL CONFRESA - Coordenação Técnica Local de Confresa	-	-	-	-	1	1	1	1
CTL GUAÍRA - Coordenação Técnica Local de Guáira - São Miguel do Iguaçú	-	-	-	-	-	1	1	1
CTL GUARAPUAVA - Coordenação Técnica Local de Guarapuava/PR	1	-	-	-	-	-	-	-
CTL ITACAJÁ - Coordenação Técnica Local de Itacajá	-	-	-	1	-	-	1	1

CTL ITAMARAJÚ - Coordenação Técnica Local de Itamarajú/BA	-	-	-	-	1	2	2	2
CTL JOÃO PESSOA - Coordenação Técnica Local de João Pessoa/PB	1	1	1	1	-	-	-	-
CTL MAUÉS - Coordenação Técnica Local de Maués/AM	-	-	-	-	-	-	1	1
CTL MINAÇU - Coordenação Técnica Local de Minaçu/GO	-	-	-	-	-	1	1	-
CTL NONOAI - Coordenação Técnica Local de Nonoai	-	-	-	-	1	1	1	1
CTL PARINTINS - Coordenação Técnica Local de Parintins/AM	-	-	-	-	2	2	2	-
CTL PORTO SEGURO - Coordenação Técnica Local de Porto Seguro/BA	-	-	-	-	2	2	2	2
CTL RONDONÓPOLIS - Coordenação Técnica Local de Rondonópolis/MT	1	1	1	1	-	1	1	1
CTL SANTA TEREZINHA - Coordenação Técnica Local de Santa Terezinha/MT	-	-	-	-	-	1	1	1
CTL TANGARÁ DA SERRA - Coordenação Técnica Local de Tangará da Serra/MT	-	-	-	-	1	1	1	1
CTL TAPEJARA - Coordenação Técnica Local de Tapejara/RS	1	1	1	1	-	-	-	-
CTL TOCANTINÓPOLIS - Coordenação Técnica Local de Tocantinópolis	-	-	-	-	1	1	1	1
MI - MUSEU DO ÍNDIO	3	3	2	1	1	1	1	-
<b>DESPESA DO EXERCÍCIO</b>					<b>R\$ 489.908,47</b>		<b>R\$ 650.827,58</b>	
<b>TOTAL DESPESA 2013</b>					<b>R\$ 1.140.736,05</b>			
Obs.: Foram listadas somente as Coordenações Regionais que possuíam estagiários ativos no período de 2013. As Coordenações Regionais somente possuem Estagiários da área fim.								

Fonte: SIAPE DataWarehouse

## 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

FUNAI SEDE - UG 194035

A frota de veículos desta Sede é regulamentada por meio da instrução Normativa nº 3 da secretaria de Logística e Tecnologia da Informação de 15 de maio de 2008, a forma de utilização é feita por meio de requisição de veículos, informando o trajeto e os serviços a serem realizados.

A importância e o imposto é em razão das atividades desenvolvidas pela Funai no tocante a serviços externos os quais não poderão ser realizados sem a utilização de veículos, atividades estas que não poderão deixar de ser realizados, haja vistas as atribuições do órgão.

As demais letras, d, e, f e g, Segue o quadro demonstrativo com a quantidade de veículos segundo a classificação:

#### VEÍCULO GRUPO III

Idade Média	Qtd. Veíc. Em uso	Média anual de KM	Combustível	Manutenção		S. Obrigatório e Licenciamento.
				Mão-de-obra	Peças	
5 anos	01	21.750	R\$ 6.973,58	R\$ 480,00	R\$ 2.561,31	R\$ 156,41

#### VEÍCULO GRUPO IV

Idade Média	Qtd. Veíc. Em uso	Média anual de KM	Combustível	Manutenção		S. Obrigatório e Licenciamento.
				Mão-de-obra	Peças	
3,26 anos	15	9.185,80	R\$ 43.008,19	R\$ 6.480,60	R\$ 45.496,19	R\$ 2.350,56

A escolha pela aquisição em razão de que a frota própria mesma com os gastos com manutenção, combustível e outros gastos, torna-se mais econômico a esta Fundação, haja vistas as atribuições da FUNAI.

Quanto à estrutura de controle esta sendo utilizado o programa do EXCEL bem como o SIADS Sistema de Administração de Serviço, do SERPRO, programa estes que são eficientes e econômicos a FUNAI. A implantação total do SIADS esta dependendo de treinamento do SERPRO aos servidores deste Serviço.

COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO-GROSSO – UG 194036

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Ministério da Justiça - FUNAI

PORTARIA No 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012.

Art. 76. À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL compete planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à administração de material, patrimônio, contratos, compras, manutenção de edifícios, transportes, telecomunicações e demais atividades auxiliares no âmbito da FUNAI.

Art. 90. Ao Serviço de Transporte - SETRAN compete:

I - executar as atividades referentes ao uso e controle de abastecimento e manutenção da frota de veículos da sede da FUNAI;

II - manter regularizada a documentação e o registro dos veículos oficiais de uso da FUNAI;

III - analisar os custos de manutenção dos veículos oficiais e propor o desfazimento de veículos inservíveis ou antieconômicos;

IV - manter atualizadas as informações necessárias à elaboração do plano anual de aquisição de veículos – PAAV;

V - receber e programar o atendimento das solicitações de transportes e organizar as escalas de plantão dos motoristas;

VI - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de prestação de serviços referentes às atividades de transporte.

VII - acompanhar a execução dos serviços referentes ao transporte rodoviário interestadual de mobiliário e bagagens de servidores, nomeados ou transferidos, bem como referentes ao transporte local e interestadual de mobiliário e cargas da sede da FUNAI.

VIII - controlar a distribuição de vagas na garagem;

IX – acompanhar, controlar e supervisionar as operações de voo no âmbito da FUNAI, em aeronaves próprias ou contratadas, em conjunto com os órgãos de controle aéreo responsáveis pela manutenção e segurança da aviação civil brasileira;

X - analisar os pedidos procedentes das unidades da sede e unidades descentralizadas da FUNAI, acerca da necessidade de utilização e disponibilidade das aeronaves;

XI - elaborar a programação de uso das aeronaves;

XII - controlar a programação de conservação e manutenção das aeronaves;

XIII - fiscalizar as condições de manutenção das aeronaves;

XIV - cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à manutenção de aeronaves emanadas dos órgãos competentes e do fabricante dos equipamentos;

XV - manter atualizado o registro da habilitação dos pilotos; e

XVI - fiscalizar o controle técnico das aeronaves e seus equipamentos e de todas as atividades pertinentes ao transporte aeroviário no âmbito da FUNAI.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 09, DE 26 DE AGOSTO DE 1994.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A frota de veículos oficiais que atendem a esta CR da FUNAI é de suma importância para o fiel cumprimento das funções institucionais de Órgão, visto que as Terras Indígenas mais próximas se encontram em média a 250km (via terrestre) de distância da cidade de Colíder-MT, onde funciona a Sede desta Regional. Assim, tais veículos subsidiam os deslocamentos de indígenas, em busca de atendimentos de fins previdenciários nas cidades próximas às Aldeias, em expedição de outros documentos, auxiliam também no transporte de gêneros alimentícios, ferramentas e materiais permanentes atinentes a projetos desenvolvidos junto às comunidades indígenas.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA FUNAI DA COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO							
ITEM	MARCA	TOMB.	MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTÍVEL
01	Veículo Ano 99 Marca Ford, Mod. F.16000 Tipo Toco Cabine Convenc. Motor Diesel Turbo Chassi 9bfyk86f8xd005267 Cor Branco.	94571	CAMINHÃO F-16.000	1999	BRANCA	JZA 2684	DIESEL
02	Veículo gol, modelo 1.6, cor branco cristal, ano 2003, marca Volkswagen	105644	GOL	2003	BRANCA	JZX 5018	GASOLINA
03	Caminhonete modelo L200 4x4 GL 2.5, marca Mitsubishi, ano 2008, cor branca, chassi 93XGNK7408C843191, renavam 222201.	125799	L-200 4X4 GL	2008	BRANCA	KAM 5111	DIESEL
04	Camioneta a diesel, cab. Dupla, M/Mitsubishi, Chassi 3XNK7409C954261, Mod. L200-GL/2009, T 4X4, ano 2009.	138339	L-200	2009	BRANCA	NJL 0424	DIESEL
05	AUTOMÓVEL MARCA VOLKSVAGEN MOD. GOL 1000/95, CHASSI 9BWZZZ30ZRT148620, ANO 94, PLACA JYE 0772, RENAVAN 628184816.	95565	GOL	1994	BRANCA	JYE 0772	GASOLINA
06	Caminhoneta à diesel, cabine dupla, marca Mitsubish, chassi 93XJNK3406C542625, mod. L200-GL/2006, t. 4x4, ano 2005, 100 cv, renavam 876864639, placa KAB 8042, cor branca.	114094	L-200 GLS	2005	BRANCA	KAB 8042	DIESEL
07	CAMINHÃO A DIESEL, MARCA FORD, MODELO F-4000-G/2009, COM CARROCERIA DE MADEIRA, CHASSI 9BFLF47979B062919, ANO DE FABRICAÇÃO 2009, 120 CV, CÓDIGO RENAVAM: 139694510, PALCA NJN - 4204 - COR PRATA METÁLICO.	140179	CAR/ CARROCERIA	2009	PRATA	NJN 4204	DIESEL
08	L200-GL, t. 4x4, ano 2013, 170 cv, placa OBJ 1811, cor branca.		CAMIONETE	2013	BRANCA	OBJ 1811	DIESEL S10
09	L200, t. 4x4, ano 2013, 170 cv, placa OBJ 1891, cor branca		CAMIONETE	2013	BRANCA	OBJ 1891	DIESEL S10
10	L200 GL, t. 4x4, ano 2013, 170 cv, placa OBJ 7211, cor branca		CAMIONETE	2013	BRANCA	OBJ 7211	DIESEL S10

11	VAN, Fiat ducato, ano 2013, 16 lugares, placa OBR 8292.							
			VAN	2013	CINZA	OBR8292	DIESEL S10	
12	Caminhão, marca Mercedes Benz, modelo L1620, ano 2002, Renavan 798267836, chassi 9BM6950142B319286, Placa JZJ6692	99646	C/CARROCE RIA	2002	BRANCA	JZJ6692	DIESEL	
13	Camioneta a diesel, Pick-up, Chevrolet, Chassi 9BG258RNMLC005193, ano 98, Placa JZB 6973, Renavam 125951388	73633	PICK-UP CAB DUPLA	1998	VERDE ESCURO	JZB 6973	DIESEL	
14	FORD	12397	CAMINHÃO F-4.000	2002	BRANCA	JZT 6349	DIESEL	
15	FORD	12396	CAMINHÃO CARROÇA F-4.000	2009	BRANCA	NPD 5391	DIESEL	
16	MITSUBISHI		L-200 4X4 GL	2007	BRANCA	JJQ 4693	DIESEL	
17	FORD	13367	F-4.000	2003	BRANCA	KAT 2750	DIESEL	
18	Agrale/8500TCE, 140 CV, Renavam: 345406, deisel, branco. Chassi: 9BYC27125BC002596. Motor P1A30522, Placa NJR4221.	07649	CAMINHÃO AGRALE	2010	BRANCA	NJR4221.		
19	MITSUBISHI		L-200	2012	ALPINO	OAX 7136	DIESEL	
20			TRATOR					
21	Veículo de passeio, fiesta hatch, ano 2013, cor branca, placa OBG 8734		FIESTA	2013	BRANCA	OBG 8734	FLEX	

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Média de 15.000 mil km/veículo/ano = e pela frota total em utilidade 180.000 mil km/ano.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

À exceção do veículo GOL, PLACA JYE 0772 ( em processo de baixa), 10 destes veículos são semi- novos, fabricados depois de 1999 - 2008 e 10 foram adquiridos depois de 2010.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

- Média Anual de consumo com combustíveis é de R\$ 373.353,52;
- Gastos com manutenção da frota (com serviços e peças para reparos e revisões) R\$ 290.768,84;
- Gastos com seguros obrigatórios em média R\$ 12.500,00.

Algumas viaturas estão em péssimo estado de conservação, devido à precariedade das estradas percorridas com destino às Terras Indígenas de difícil acesso. Logo, frequentemente são sujeitas à manutenção corretiva e preventiva, cuja prestação de serviços se dá por intermédio do das Atas de registro de preços advindas dos pregões de nº 02/2013 e 10/2013.

g) Plano de substituição da frota;

Não se aplica – A Coordenação Regional não dispõe de autonomia para adotar estratégia desta natureza. Contudo, conseguimos recursos da DAGES no final de 2013, para a aquisição de 02 veículos L-200, 03 Renault Clio e 01 Caminhão e 01 trator, visando a substituição da frota ociosa.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A Sede da Regional encontra-se instalada na cidade de Colíder-MT, a qual segundo dados do IBGE conta com uma população de 30.766 habitantes, o que *de per se* já denota a dificuldade em encontrar empresas credenciadas a prestação de estes serviços de abrangente peculiaridade. Contudo, para atividade mais simples e sem grandes complexidades de trabalho, realizamos o Contrato 128/2012 , advindo do Pregão Eletrônico 01/2012, em que teve como participante uma única empresa, a vencedora. Logo, considerando a baixa competitividade, e o desconhecimento por parte dos servidores desta CR ao que se refere ao controle deste tipo de contrato, houve por bem utilizá-lo o mínimo possível, exceto nos casos de frete de veículo VAN, o qual não dispúnhamos até a aquisição em dezembro/2012.O mencionado contrato findou-se em 07.07.2013

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Cabe ao Serviço de Apoio Administrativo - SEAD, então, o controle das viaturas, que são, hodiernamente, feitas por meio de Formulários próprios constantes na INTRANET da FUNAI, disponibilizadas em duas formas: o próprio Formulário de Controle, separados por veículos e, as Requisições de Veículos que são preenchidos pelos Setores Solicitantes.

Todavia, não logramos êxito em manter um controle efetivo em 100% (cem por cento) das viaturas, primeiro que a gestão (cargos de chefia e assessoramento) da Unidade sofreram variações consideráveis durante os últimos três anos. Principalmente a partir de maio/2013 em que a Chefe daquele Setor foi removida, e a CR não dispunha de outro servidor no quadro para assumir tal cargo de chefia. Ademais, a maioria das viaturas, costumeiramente, fica à disposição das Coordenações Técnicas Locais e Aldeias jurisdicionadas, ao encargo, portanto, do Chefe da CTL o controle das viaturas sob sua responsabilidade para que estas sejam utilizadas para viagens somente a serviço da Instituição e que a Quilometragem seja combatível com a quantidade de combustível liberado para aquele deslocamento.

Quanto às viaturas que estão sob a responsabilidade das CTL's, a implantação do controle se dá por intermédio das Ordens de Serviço, para que o Serviço de Apoio Administrativo – SEAD possa ter um estimativo da Quilometragem a ser percorrida. Logo, este expediente indica o veículo a ser utilizado e a finalidade do deslocamento, visando à vinculação do objeto da viagem com o Plano de Trabalho e Plano Interno nos quais os recursos para manutenção dos veículos e fornecimento de combustíveis serão utilizados.

Não se pode olvidar que, toda Ordem de Serviço requer a prestação de contas no prazo de 5 (cinco) dias, para que o(s) servidor(es) comprove(m) o efetivo deslocamento; relacione os trechos percorridos e as atividades desenvolvidas. Prestação de contas esta que será submetida à aprovação superior por meio de *token* (certificado digital) do Ordenador de Despesas.

### **Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros**

Foi realizado certame licitatório no exercício de 2.012, visando à contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de frete e locação de veículos – objeto do Processo Administrativo nº 08754.000013/2012. Declarou-se vencedora a Empresa **MARCOS A. DA SILVA** - inscrita no CNPJ: 02.910.474/0001-04, com a qual firmamos o **Contrato nº 134/2012**.

Contrato nº 134/2012 objetiva o transporte de indígenas em trânsito, em busca de benefícios sociais e/ou confecção de documentos, em deslocamento para posterior embarque/desembarque e para o deslocamento de servidores a serviço da Instituição em deslocamento às Aldeias, CTL's e em trânsito para embarques e desembarques, com as respectivas bagagens e, em atividades de fiscalização e monitoramento das Terras indígenas; e frete de veículos para transporte de ferramentas e equipamentos, gêneros alimentícios; e veículo Tipo Van, para transporte de indígenas em trânsito objetivando a participação em eventos diversos.

Seguem as demandas estimadas no decorrer no primeiro ano de vigência do Instrumento Contratual:

### SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

Item	Especificação	Qtde diárias.	Unid.
01	Veículo de passeio, TIPO GOL, para rodar em <b><u>vias mistas com asfalto e sem asfalto</u></b> , com o objetivo de transportar pessoas e bagagem pessoal.	120	diária
02	Veículo utilitário, tipo caminhonete, TIPO L-200, tração 4x4 ,com carroceria aberta, com o objetivo de transportar pessoas, bagagem pessoal e cargas, para rodar em <b><u>vias mistas com e sem asfalto</u></b> .	120	diária
03	Veículo utilitário, tipo caminhonete, TIPO L-200, com carroceria aberta, com o objetivo de transportar pessoas, bagagem pessoal e cargas, para rodar em <b><u>vias com asfalto</u></b> .	60	diária

### FRETE COM MOTORISTA E COM COMBUSTÍVEL

Item	Especificação	Qtde.	Unid.
04	Veículo utilitário, tamanho 3/4, TIPO F-4000, com carroceria aberta, com o objetivo de transportar cargas, para rodar em <b><u>vias mistas com e sem asfalto</u></b> , com fornecimento de combustível.	10.000	Km
05	Veículo, tamanho 3/4, TIPO F-4000, com carroceria aberta, com o objetivo de transportar cargas, para rodar em <b><u>vias com asfalto</u></b> , com fornecimento de combustível..	8.000	Km
06	Veículo, tamanho grande, TIPO F-16.000, com carroceria aberta, com o objetivo de transportar cargas, para rodar em <b><u>vias mistas com e sem asfalto</u></b> , com o fornecimento de combustível necessário.	15.000	Km
07	Veículo, tamanho grande, TIPO F-16.000, com carroceria aberta, com o objetivo de transportar cargas, para rodar em <b><u>vias com asfalto</u></b> , com o fornecimento de combustível necessário.	10.000	Km

### FRETE COM MOTORISTA E COM COMBUSTÍVEL

08	Veículo, TIPO VAN, com capacidade para 15 pessoas, com o objetivo de transportar pessoas e bagagem pessoal, para rodar em <b><u>vias mistas com e sem asfalto</u></b> , com o fornecimento de combustível necessário.	15.000	Km
	Veículo, TIPO VAN, com capacidade para 15 pessoas, com o objetivo de transportar pessoas e bagagem pessoal, para rodar em <b><u>vias com asfalto</u></b> , com o fornecimento de combustível		

09	necessário.	10.000	Km
----	-------------	--------	----

Os serviços objeto do Contrato nº 134/2012 são efetuados através de Requisição, emitida pela FUNAI, contendo o número da Ata, o nome da empresa, o objeto e sua especificação, cujo acompanhamento se dá pelo Gestor designado por meio de Portaria.

**COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – UG 194042**

<b>Grupo</b>	<b>Quant</b>	<b>Dados dos veículos</b>	<b>Média anual de KM por grupo</b>	<b>Idade média por grupo</b>	<b>Média mensal gastos com combustível e manutenção da frota</b>	<b>Formas de controle</b>	<b>Veículos locados</b>
Veículos destinados as diversas demandas da Coordenação Regional (ambientais, produtiva, monitoramento territorial, promoção social e etc.) incluindo suporte aos indígenas nas atividades de vigilância e deslocamentos para acesso aos benefícios sociais e previdenciários.	11	<p>02 (dois) caminhões , sendo que um deles necessita de baixa patrimonial.</p> <p>04 (quatro) caminhonetes, sendo que 03 (três) delas requerem reparos constantes pelo desgaste gerado pelo uso em vias sem pavimentação e mau estado, e 01 (uma) necessita de baixa patrimonial dado o montante de itens que necessitam de troca.</p> <p>01(um) carro utilitário, modelo pick up, em uso.</p> <p>01(um) Micro ônibus, capacidade 12 lugares, o qual necessita de reparos onerosos para uso.</p> <p>03 (três) motocicletas em uso.</p>	300 mil KM	5 anos	Com base nos contratos vigentes, os valores mensais previstos para o serviço de manutenção/reposição de peças é de R\$ 15.000,01. Para o fornecimento de combustíveis e derivados é de R\$ 14.405,92. Os valores estipulados levam em consideração o número de veículos, a natureza das atividades e as péssimas condições das estradas e BR's do MT, além das longas distâncias percorridas pela frota.	Há dois fatores que dificultam o controle rigoroso da frota de veículos oficiais: o número reduzido de servidores, impedindo que haja um servidor responsável pela função e a utilização conjunta com a comunidade indígena.	Optou-se pela locação apenas dos veículos utilizados pela Operação Tsa'Ámri – Operação de extrusão da T.I. Marãiwatsédé iniciada em 2012 e em vigor até a atualidade. O número de veículos é oscilante, dependendo da programação da Operação, sendo que no momento contam com 03 (duas) caminhonetes
Veículo para suporte de atividades administrativas da Coordenação Regional	02	<p>01 (uma) motocicleta em uso</p> <p>01(um) carro passeio, em uso.</p>	3 mil km	5 anos			

## COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO – UG 194027

a) Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos:	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 26 DE AGOSTO DE 1994.	
b) Importância e Impacto da frota sobre as atividades da UJ:	De grande relevância devido ao atendimento que é feito diariamente as comunidades indígenas sob a área jurisdicionada dessa Coordenação Regional, abrangendo 07 CTLS jurisdicionadas, totalizando uma população indígena atendida de aproximadamente 18.500 pessoas. Veículos são utilizados diariamente nas mais variadas missões, tais como deslocamentos as aldeias, transporte de indígenas em busca de benefícios sociais, reuniões, convocações, apresentação de indígenas na policia federal e etc...	
c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ, bem como a totalização por grupo e geral	46 veículos sob-responsabilidade, sendo que destes 21 veículos oficiais estão em condições de uso, distribuídos entre a sede CR e as 07 CTLS jurisdicionadas, sendo usados basicamente para transporte institucional e apoio logístico em algumas situações, como transporte de alimentos, transporte de pessoal. 18 veículos estão em processo de baixa por se encontrar antieconômico a sua reparação. 24 veículos são tratores agrícolas.	
d) Média anual de quilômetros rodados, por grupos de veículos, segundo a classificação contida na letra “C”	20.000 mil km/veículo/ano= 420.000 km/ano	
e) Idade Média da Frota:	02 anos, sendo que foram adquiridos 10 veículos 0km no ano de 2012.	
f) Custos associados a manutenção da frota:	Média anual dos valores decorrentes de consumo de combustível:	R\$ 174.422,29
	Média anual dos valores decorrentes aquisição de peças e serviços:	R\$ 20.000,00
g) Plano de substituição da Frota	Não existe	

h) Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação	Economicidade e praticidade, fortalecendo a imagem institucional e a presença nas áreas indígenas.
g) Estrutura de controles que a UJ	Cada setor é responsável pela viatura a ele distribuída, o abastecimento é controlado pela sede via cartão magnético, recarregável por meio do site da empresa fornecedora, conforme demanda do setor responsável, após prestação de contas dos cupons de abastecimento do mês anterior.

#### FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES CONTRATADA DE TERCEIROS

Informações sobre a Empresa Contratada					
<b>CNPJ.:</b> 07.324.689.0001-59		<b>Nome:</b> DMR Projetos			
<b>Tipo Licitação</b>	<b>Nº do Contrato</b>	<b>Vigência do Contrato</b>	<b>Valor do Contrato</b>	<b>Montante dos Valores pagos até 2013</b>	
Pregão	248/2011	10/01/2014	R\$ 57.500,00	R\$ 92.718,30	
Informações sobre a Frota					
<b>Grupos de Veículos Locados</b>		<b>Qtd.</b>	<b>Média Anual de Km</b>	<b>Idade Média (anos)</b>	<b>Custos de Manutenção</b>

Veículos de representação pessoal				
Veículos de representação				
Veículos de Serviço (carreta)	1		5	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

<b>Informações sobre a Empresa Contratada</b>						
<b>CNPJ.:</b> 02.579.062.0001-25		<b>Nome:</b> Viagens Chapecó Ltda				
<b>Tipo Licitação</b>	<b>Nº do Contrato</b>	<b>Vigência do Contrato</b>	<b>Valor do Contrato</b>	<b>Montante dos Valores pagos até 2013</b>		
Pregão	247/2011	25/12/2014	R\$ 36.450,00	R\$ 48.568,82		
<b>Grupos de Veículos Locados</b>			<b>Informações sobre a Frota</b>			
			<b>Qtd.</b>	<b>Média Anual de Km</b>	<b>Idade Média (anos)</b>	<b>Custos de Manutenção</b>
Veículos de representação pessoal						

Veículos de representação				
Veículos de Serviço (Ônibus)			5	
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

<b>Informações sobre a Empresa Contratada</b>					
<b>CNPJ.:</b> 90.020.389.0001-20		<b>Nome:</b> Fabiano Veículos Ltda			
<b>Tipo Licitação</b>	<b>Nº do Contrato</b>	<b>Vigência do Contrato</b>	<b>Valor do Contrato</b>	<b>Montante dos Valores pagos até 2013</b>	
Pregão	140/2010	10/08/2014	R\$ 93.880,00	R\$ 84.761,72	
<b>Grupos de Veículos Locados</b>		<b>Informações sobre a Frota</b>			
		<b>Qtd.</b>	<b>Média Anual de Km</b>	<b>Idade Média (anos)</b>	<b>Custos de Manutenção</b>
Veículos de Serviço		4		3	
<b>Total</b>		<b>4</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>

## COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO – UG 194027

## RELAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA FUNAI DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO.

<b>Tombamento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Local</b>
0136112	VEICULO GM-D20 CUSTOM S COR VERDE ANO 1992 MODELO 1993 PLACA BIV 6660 A DIESEL CHASSI N-BG244 NAPNCOO1155 MOTOR N- SA 8873B438354X. RENAVAL N- 608017264 RECEBIDO POR DOAÇÃO.	0,01	61401
100321	CAMIONETI FORD MOD: RANGER GL11D. 2000/2001 PLACA IKB 1051 RENAVAL 75942928-6. CHASSI 8AFER11DX1J186430.	46.290,00	61401
118222	Caminhonete modelo L200 4x4 GL 2.5, marca Mitsubishi, ano 2008, cor branca, chassi 93XGNK7408C843267, renavam 962779741, placa IOR-7731.	75.700,00	61401
118223	Caminhonete modelo L200 4x4 GL 2.5, marca Mitsubishi, ano 2008, cor branca, chassi 93XGNK7408C843282, renavam 962781100, placa IOR-7738.	75.700,00	61401
136057	Veículo marca Mitsubshi, modelo L-200 Tração 4X4 Renavam 124068472, placa INP- 3237, Chassi nº 93xgnk7409c852809, cabine dupla, 4 portas cor branco, ano/ modelo 2008/2009 motor diesel 121 cv.	75.700,00	61401
203725	Veículo Marca Fiat, mod. Uno Mille Economy Flex 04 portas, cor branco, banchisa potência 066 HP 2011, mod. 2012 Chassi 9BD15822AC6660896, motor N° 146E1011*0608749* 413932311, placa, ISR 3015.	24.000,00	61401
214813	Veículo FIAT mod. UNO Economy Flex 1.4 - 4 portas cor branco Banchisa ano 2012/Mod 2013 Chasse 9BD195173D0435616 Renavan n.º 0050.315.8968 - placa ITX 3573	35.872,00	61401
214814	Veículo FIAT mod. UNO Economy Flex 1.4 - 4 portas cor branco Banchisa ano 2012/Mod 2013 Chassi 9 BD 195173D0435775 - Renavan n.º 005.031.50312 - placa ITX 3387	35.872,00	61401
214815	Veículo FIAT mod. UNO Economy Flex 1.4 - 4 portas cor branco Banchisa ano 2012/Mod 2013 Chassi 9 BD 195173D0435702 - Renavan n.º 0050.315.7023 - placa ITX 3160	35.872,00	61401
214817	Veículo FIAT mod. UNO Economy Flex 1.4 - 4 portas cor branco Banchisa ano 2012/Mod 2013 Chassi 9 BD 195173D0435687 - Renavan n.º 0050.315.9883 - placa ITX 3492	35.872,00	61401
214818	Veículo FIAT mod. UNO Economy Flex 1.4 - 4 portas cor branco Banchisa ano 2012/Mod 2013 Chassi 9 BD 195173D04355682 - Renavan n.º 0050.318.8263 - placa ITX 3503	35.872,00	61401

214819	Veículo FIAT mod. UNO Economy Flex 1.4 - 4 portas cor branco Banchisa ano 2012/Mod 2013 Chassi 9 BD 195173D043666 - Renavan n.º 0050.316.1179 - placa ITX 3456	35.872,00	61401
214820	Veículo FIAT mod. UNO Economy Flex 1.4 - 4 portas cor branco Banchisa ano 2012/Mod 2013 Chassi 9 BD 195173D0435650 - Renavan n.º 0050.316.2361 - placa ITX 3442	35.872,00	61401
214822	Veículo FIAT mod. UNO Economy Flex 1.4 - 4 portas cor branco Banchisa ano 2012/Mod 2013 Chassi 9 BD 195173D0435708 - Renavan n.º 0050.463.1250 - placa ITY 2083	35.872,00	61401
214878	Veículo Marca FIAT, Modelo Marea ELX Ano/Mod. 2006. Cor Preta - 132 CV-Renavam N.º 00882412728, Chassis N.º 9BD185234670699006, Placa INB 5291 (Doação do Ministério Público Federal de Porto Alegre)	51.900,00	61401
214891	Automóvel de passageiro - Marca Nissan - Nome: Frontier - Modelo: Frontier 4x4 - Tipo: Pick-Up - Cor: Branca - Lugares:5 - Combustível: Diesel - Ano Frabricação: 2006 - Ano Modelo: 2006 - Placa: INP 0378 -Chassi: 94DCEUD226J714908 - Renavam: 90755067-3 - Portas: 05 - Potência: 140CV - Tração: 4x4	93.360,00	61401

Fonte: Coordenação Regional de Passo Fundo, em 23.05.2014.

COORDENAÇÃO REGIONAL DE BAIXO TOCANTINS

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA FUNAI DA COORDENAÇÃO REGIONAL DE BAIXO TOCANTINS.

Tombamento	Descrição	Valor	Local	
042841	Motocicleta Marca Honda Mod. 118t09-Xlr 125 Passeio Mot. 124 12 Hp Motor Jd17e11003015 Chassi 9c2jd1701r003015	4.450,00	64401	Funcionando
042947	Camioneta Nissan Frontier 2.8, Diesel, 132 HP, Chassi 94DCMUD225J567587, 2004/2005, cor branca., PLACA JVB 9189	70.900,00	64401	Quebrada, mas conserto é viável
055528	Veículo A Diesel Tipo Pick Up Cabine Dupla Marca Toyota Bandeirante Tipo Om314 Chassi Oj83297 Modelo Oj55lp-2bl 2010	0,01	64401	Veículo não identificado como pertencente a esta Regional
082061	Caminhonete modelo L200 4x4 GL 2.5, marca Mitsubishi, ano 2008, cor branca, chassi 93XGNK7408C843018, placa JVL-0473.	75.700,00	64401	Veículo não identificado como pertencente a esta Regional
098277	Automóvel marca GM, mod. Corsa Wind, branco chassi 9BGSC68N01C162510, Renavam 747393966, placa JFP-1603	16.796,00	64401	Funcionando
116675	Caminhonete modelo L200 4x4 GL 2.5, marca Mitsubishi, ano 2008, cor branca, chassi 93XGNK7408C843045, renavam 222201. Placa JVZ 0653	75.700,00	64401	Quebrada, mas conserto aparentemente é viável
116676	Veículo VW santana 2000 MI, ano/modelo 98/99, gasolina, cor preta, chassi 9BWZZ32WP007301, placa JTV 9087.	26.900,00	64401	Quebrado, mas conserto aparentemente é viável
116677	Veículo MMC/L200 4x4 GL, cabine dupla, ano/modelo 2001/2002, diesel, cor branca, chassi 93XJNK3402C116615, placa JUC 1771.	54.000,00	64401	Quebrada, sem condições de afirmar se conserto é viável
116699	Camionete Mitsubishi modelo L200 4x4 GL 2.5L D MT, cor branca, 2008/2009, chassi 93XGNK7409C852026. JVV 0416	75.700,00	64401	Quebrada, mas conserto é viável
142752	Caminhoneta modelo L200 4x4 GL 2.5, marca Mitsubishi, 2009, cor Branca, Diesel, chassi 93XGNK7409C956867. JVV 0346	74.360,25	64401	Funcionando
142753	Caminhoneta modelo L200 4x4 GL 2.5, marca Mitsubishi, 2009, cor Branca, Diesel, chassi 93XGNK7409C956937. JVV 0316	74.360,25	64401	Quebrada, sem condições de afirmar se conserto é viável
204547	VEICULO NOVO MARCA MITSUBISHI L-200 TRITON 3.2 A DIESEL CODIGO RENAVAN Nº 222223 MOTOR: 4M41U-CBA0488; CAMBIO: V5MB1 -- RM903627; PASSAG: 5; COMB: DIESEL; POT: 170 C.V;COR: BRANCO ALPINO; CHASSI: 93XJNKB8TDC63037; ANO FAB.2012.	93.534,14	64401	Funcionando
204548	VEICULO NOVO MARCA MITSUBISHI L-200 TRITON 3.2 A DIESEL CODIGO RENAVAN Nº 222223 MOTOR: 4M41U-CAZ9809; CAMBIO: V5MB1 -- RM910410; PASSAG: 5; COMB: DIESEL; POT: 170 C.V;COR: BRANCO ALPINO; CHASSI: 93XJNKB8TDC63042; ANO FAB.2012.	93.534,14	64401	Funcionando
204549	VEICULO NOVO MARCA MITSUBISHI L-200 TRITON 3.2 A DIESEL CODIGO RENAVAN Nº 222223 MOTOR: 4M41U-CBA0664; CAMBIO: V5MB1 -- RM912037; PASSAG: 5; COMB.DIESEL; POT: 170 C.V; COR:BRANCO ALPINO; CHASSI: 93XJNKB8TDCC63039; ANO FAB.2012.	93.534,14	64401	Funcionando
204550	VEICULO NOVO MARCA MITSUBISHI L-200 TRITON 3.2 A DIESEL CODIGO RENAVAN Nº 222223 MOTOR: 4M41U-CBA0486; CAMBIO: V5MB1 -- RM912037; PASSAG: 5; COMB: DIESEL; POT: 170 C.V;COR: BRANCO ALPINO; CHASSI: 93XJNKB8TDC63033; ANO FAB.2012.	93.534,14	64401	Funcionando
042979	Motocicleta Yamaha XTZ K 125cc, preta, chassi 9C6KE038050020986. motor E33E-020916, ano/modelo 2004/2005.	7.200,00	64413	Funcionando
204551	VEICULO NOVO MARCA MITSUBISHI L-200 TRITON 3.2 A DIESEL CODIGO RENAVAN Nº 222223 MOTOR: 4M41U-CBA0487; CAMBIO: V5MB1 -- RM903628; PASSAG: 5; COMB: DIESEL; POT: 170 C.V;COR: BRANCO ALPINO; CHASSI: 93XJNKB8TDC63030; ANO FAB.2012.	93.534,14	64413	Funcionando
01469	CAMINHÁ MERCEDES BENZ 1113, ANO 1977, CHASSI 34413212343123, PLACA JTD 1271, RENAVAM 14081726-3			Quebrado, mas conserto é viável
	CAMINHÃO VOLKSWAGEN 8-120, ANO 2006/2006, CHASSI 9BWA452R26R627374, RENAVAM 91170851-0			Funcionando
42872	MITSUBISHI L200, ANO 2001/2002, CHASSI 93XLNK3402C116121,			Quebrado, mas conserto

	PLACA JUK 1529			aparentemente é viável
221243	VEÍCULO NOVO FORD RANGER XLCD422, 2013/2014, CHASSI8AFAR23N1EJ165918, PLACA OTO 1058	93.040,00 (VALOR NOTA FISCAL)		Funcionando
	TOYOTA BANDEIRANTES, 1988/1988, CHASSI OJ85990, PLACA JTJ7313, RENAVAL 14079746-7			Funcionando

Fonte: Informações da Coordenação Regional do Baixo Tocantins que também comunica que adiante segue relação de veículos da sede da CTL de Belém (antiga Coordenação Regional de Belém) que foi transferida para a cidade de Altamira, cujo nome hoje é Regional Centro Leste Pará. Informa ainda que não tem registros visuais dos veículos daquela CTL, mas na lista providenciada por servidor lá lotado naquela CTL há indicação das condições dos mesmos, (não havendo assim informação de que algum esteja inservível).

ÍTE M	CARACTERÍSTICAS DO VEÍCULO						TOMB.	E.C	LOC.	PNEUS
	Marca	Modelo	Ano	Cor	Placa	Comb.				
01	Ford	F-4.000	1997	Prata	JTQ-5934	Diesel	79.380	Regular	Cap. Poç	7.50 – 16
02	Mitsubis hi	L200	2006	Branca	JUK-5912	Diesel	108.496	Pane	CTL BEL	225/75R1 6
03	Peugeot	Boxer	07/08	Branca	JUY-7386	Diesel	119543	Pane	CTL BEL	205/70R1 5
04	Mitsubis hi	L200	2011	Branca	JWA-1211	Diesel	119.554	Pane	Parago mi	225/75R1 16
05	Mitsubis hi	L200	2008	Branca	JVH-9473	Diesel	70.993	Pane	CTL BEL	225/75R1 6
06	Mitsubis hi	L200	2008	Branca	JVG-2603	Diesel	119.570	Pane	CTL BEL	225/75R1 6
07	Mitsubis hi	L200	11/12	Branca	OAY-5107	Diesel	202154	Bom	Parago mi	225/75R1 6
08	Mitsubis hi	L200	2009	Branca	JVW-1874	Diesel	119691	Pane	CTL BEL	225/75R1 6
09	Mitsubis hi	L200	2001	Branca	JUF-6939	Diesel	97.438	Regular	Cap.Poç o	225/75R1 6
10	Mitsubis hi	L200	02/03	Branca	JUI-2411	Diesel	119.649	Pane	Cap.Poç o	225/75R1 6
11	Ford	Ranger	12/13	Branca	OIY-1936	Diesel	215386	Novo	CTL T. Açu	255/70/R 16
12	Ford	Ranger	12/13	Branca	OIY-9577	Diesel	215392	Novo	CTL C. Poço	255/70/R 16

FONTE: SAA/CTL BEL

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA FUNAI DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS.

ITEM	CARGA	TOMB.	MODELO	ANO	COR	PLAC A	COMB.
01	Veículo L200 4X4 GL 25 L D MT Renavan 222201, Tipo Caminhonete Motor 4D56-CK5932,121 CV, Cor Branca Enya, Chassi 93XGNK74VBC 43464, Modelo 2008 Ano 2008.	(*)	Caminhonete	2008	Branca	JGC 6071	Diesel
02	Veículo Mitsubishi 222201 Tipo Caminhonete Especial Motor 4D56-CP5547 Cambio AC21928 Passageiros 5 Camb Pot. Diesel – 121 CV Categoria Oficial, Cor Branca Enya Chassi 93XGNK74DBCA75134 Ano de Fabricação 2010 Modelo 2010.	144965	Caminhonete	2010	Branca	JXR16 01	Diesel
03	Veículo Mitsubishi 222201 Tipo Caminhonete Especial Motor 4D56-CP5547 Cambio AC21928 Passageiros 5 Camb Pot. Diesel – 121 CV Categoria Oficial, Cor Branca Enya Chassi 93XGNK74DBCA 75132 Ano de Fabricação 2010 Modelo 2010.	144964	Caminhonete	2010	Branca	JXR 1591	Diesel
(*) - OBS: Está sendo providenciado o Tombamento do Veículo descrito no item 01 acima.							

COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO

RELAÇÃO DOS VEICULOS/EQUIPAMENTOS AUTOMOTIVOS E ACOPLADOS DE PROPRIEDADE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO – ANO BASE 2013

1– VEICULOS (CARROS DE PASSEIO, CAMINHONETES/PICK-UP'S, CAMINHÕES, MOTOS).

1.1– CARROS DE PASSEIO:

VIATURA	ANO/ MODELO	TOMBAMENT O	PLACA	COMBUSTÍVEL	FABRICANT E	ESTADO/VE ICULO
UNO	2012/12	206817	NZT-5765	GASOLINA	FIAT	BOM
UNO	2012/12	206818	NZT-7876	GASOLINA	FIAT	BOM
SIENA	2006/06	216259	LUW-7401	GASOLINA	FIAT	BOM
SIENA	2006/06	216257	KYT-0207	GASOLINA	FIAT	BOM
SIENA	2006/06	216258	LVB-7935	GASOLINA	FIAT	BOM
SIENA	2005/05	216256	LUX-0742	GASOLINA	FIAT	BOM
PALIO	2008/08	216261	LUF-1936	GASOLINA	FIAT	BOM

PALIO	2008/09	216252	LKP-2136	GASOLINA	FIAT	BOM
PALIO	2008/08	216260	LPD-3645	GASOLINA	FIAT	BOM
PALIO	2008/08	216255	LKP-1911	GASOLINA	FIAT	BOM
PALIO	2008/08	216253	LKP-1901	GASOLINA	FIAT	BOM
CORSA	2001/01	91977	MOH-1769	GASOLINA	CHEVROLET	REGULAR
VECTRA	2006/07	9028311	KZW-5882	GASOLINA	CHEVROLET	BOM
PARATI	1999	77744	JMT-5193	GASOLINA	VOLKSWAG EM	REGULAR
GOL	2001/01	77602	JLF-3447	GASOLINA	VOLKSWAG EM	REGULAR
SAVEIRO	2001/01	77611	JMT-3437	GASOLINA	VOLKSWAG EM	BOM
SANTANA	2005/06	138991	NFX-2518	GASOLINA	VOLKSWAG EM	BOM

#### 1.2- CAMINONETES/PICK-UP'S:

<b>VIATUR A</b>	<b>ANO/ MODELO</b>	<b>TOMBAM ENTO</b>	<b>PLACA</b>	<b>COMBUSTÍ VEL</b>	<b>FABRICANT E</b>	<b>ESTADO/ VEICULO</b>
L-200	2008/08	121883	JSK1287	DIESEL	MITSUBISHI	REGULAR
L-200	2010/10	144694	NJU5464	DIESEL	MITSUBISH I	BOM
L-200	2011/12	147991	NZO9126	DIESEL	MITSUBSHI	BOM
L-200	2011/12	147990	NZO5448	DIESEL	MITSUBSHI	BOM
L-200	2011/12	147989	NZO4593	DIESEL	MITSUBSHI	BOM
L200 TRITON	2012/13	209523	OBB1202	DIESEL	MITSUBSHI	BOM
RANGE R	2004/05	92361	MOK3219	DIESEL	FORD	BOM
RANGE R	2011/12	206822	OKI0434	DIESEL	FORD	BOM
FRONTI ER	2005/05	128586	KGI3981	DIESEL	FORD	REGULA R

HILUX	2000/00	77104	JMT5485	DIESEL	TOYOTA	REGULAR
JEEP BANDEIRANTE	1996/96	76642	HOX2833	DIESEL	TOYOTA	REGULAR
D20	1987/87	26372	KGP2516	DIESEL	CHEVROLET	REGULAR

### 1.3- CAMINHÕES/VAN/ÔNIBUS:

VIATURA	ANO/ MODELO	TOMBAMENTO	PLACA	COMBUSTÍVEL	FABRICANTE	ESTADO/ EICULO
F4000	2002	121889	KKT9884	DIESEL	FORD	BOM
F4000	2010	148123	NYK5113	DIESEL	FORD	BOM
F4000	2010	148124	NYK1897	DIESEL	FORD	BOM
MERCEDES BENZ 1313	1983	148160	BML0709	DIESEL	MERCEDES BENS	REGULAR
DUCATO	2001	18005	KJE-7218	DIESEL	FIAT	REGULAR
ÔNIBUS	2003	148158	KLN-5711	DIESEL	MERCEDES BENS	BOM

### 1.4- MOTOCICLETAS:

VIATURA	ANO/ MODELO	TOMBAMENTO	PLACA	COMBUSTÍVEL	FABRICANTE	IDADE MÉDIA ANUAL
XR 200	2000	77003	JMT6675	GASOLINA	HONDA	REGULAR
NXR BROS	2006	76333	JQI7625	GASOLINA	HONDA	BOM
NXR BROS	2006	76340	JQI7626	GASOLINA	HONDA	BOM
TITAN	2009	121949	NTK1696	GASOLINA	HONDA	BOM
FAN	2009	121950	NTK6843	GASOLINA	HONDA	BOM

Todas as informações constantes dos Quadros acima foram prestadas pela da Coordenação Regional do Baixo São Francisco que informa também não ter Frota de Veículos Locados de Terceiros.

## COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO

### RELAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA FUNAI DA COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO.

Placa	Fabricante	Modelo	Versão	Motor	Combustível	Cor	Ano/ Fabr.	Ano/ Modelo
OIY2026	Ford	Ranger	6 Speed	2,2	Diesel	Branca	2013	2013
OIY2076	Ford	Ranger	6 Speed	2,2	Diesel	Branca	2013	2013
OIY6181	Ford	Ranger	6 Speed	2,2	Diesel	Branca	2013	2013
OIZ0057	Ford	Ranger	6 Speed	2,2	Diesel	Branca	2013	2013
OIY1370	Ford	Ranger	6 Speed	2,2	Diesel	Branca	2013	2013
OIY5982	Ford	Ranger	6 Speed	2,2	Diesel	Branca	2013	2013
OIY2546	Ford	Ranger	6 Speed	2,2	Diesel	Branca	2013	2013
OIY6385	Ford	Ranger	6 Speed	2,2	Diesel	Branca	2013	2013
OIY7493	Ford	Ranger	6 Speed	2,2	Diesel	Branca	2013	2013
OIY2006	Ford	Ranger	6 Speed	2,2	Diesel	Branca	2013	2013
OIY6151	Ford	Ranger	6 Speed	2,2	Diesel	Branca	2013	2013
OMZ7431	Ford	Cargo	816 S		Diesel	Branca	2012	2012
OMZ7331	Ford	Cargo	816 S		Diesel	Branca	2012	2012
OMZ7181	Ford	Cargo	816 S		Diesel	Branca	2013	2014
OJK9274	Volkswagen	Amarok	TDI	2	Diesel	Branca	2013	2014
OJL2682	Volkswagen	Amarok	TDI	2	Diesel	Branca	2013	2014
OJL1475	Volkswagen	Amarok	TDI	2	Diesel	Branca	2013	2014
OJM7793	Volkswagen	Amarok	TDI	2	Diesel	Branca	2013	2014
OJM7783	Volkswagen	Amarok	TDI	2	Diesel	Branca	2013	2014
OJM5527	Volkswagen	Amarok	TDI	2	Diesel	Branca	2013	2014
OJM-6191	Toyota	Etios	HB XS	1,5	Gasolina	Branca	2014	2014
HPV1529	Volkswagen	GOL	Power	1,6	Gasolina	Branca	2004	2004
NHM0173	Mitsubishi	L200	GL	2,5	Diesel	Branca	2008	2008
NHL9313	Mitsubishi	L200	GL	2,5	Diesel	Branca	2008	2008
NHL9601	Mitsubishi	L200	GL	2,5	Diesel	Branca	2008	2008
NMQ6487	Mitsubishi	L200	GL	2,5	Diesel	Branca	2009	2009
NHL9383	Mitsubishi	L200	GL	2,5	Diesel	Branca	2008	2008
NHL8872	Mitsubishi	L200	GL	2,5	Diesel	Branca	2008	2008
NHM6909	Ford	Ranger		2	Diesel	Branca	2007	2007
JFP1623	Chevrolet	Corsa		1,4	Gasolina	Branca	2000	2000
JTK 5257	Mercedes Benz	Caminhão	1114		Diesel	Branca	1984	1984
OQS9215	IVECO	Caminhão			Diesel	Branca	2013	2013
OTO0781	Ford	Fiesta		1,6	Gasolina	Branca	2012	2012
NNC8359	IVECO	Caminhão	3x4		Diesel	Branca		
HPV0146	FORD	CAMINHÃO	F4000		Diesel		2004	2004
HQB1055	FORD	CAMINHÃO	F4000		Diesel		2005	2005
JTK 5257	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO	1113		Diesel	Vermelha	1984	1984
HPR 6616	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO	1313		Diesel	Azul	1984	1984

HPV3056	Yamaha	Motocicleta	XT2		Gasolina	Azul	2004	2004
HQA 0411	Honda	Motocicleta	Bros NXR	150	Gasolina	Vermelha	2005	2005
HPO9100	Honda	Motocicleta	Tornado		Gasolina	Azul	2002	2002
HPR9670	Honda	Motocicleta	Bros NXR	150	Gasolina	Branca	2003	2003
HPI1752	Honda	Motocicleta	XLR	125	Gasolina	Preta	2000	2000
NPL7851	Ford	Caminhão	F4000		Diesel	Azul	2010	2010
NHH8698	Ford	caminhão	F4000		Diesel	Prata	2007	2008
NHH9390	Ford	Caminhão	F4000		Diesel	Prata	2007	2008
	Mercedes Benz	Caminhão	Sprinter		Diesel	Branco	2012	

Informações: Coordenação Regional do Maranhão em 23.05.2014.

## COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE I

### RELAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA FUNAI DA COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE I.

109946	Trator agrícola, marca Agrale, modelo BX 6110. Chassi: B0017835	63601	CTL Joaquim Gomes
109979	Veículo F-4000, cor vermelho, 2006/2006, chassi 9BFLF47996B036294, placa MUN 5346.	63601	CTL PALMEIRA DOS ÍNDIOS
128287	Veículo Ford F4000, 2007/2007, chassi 9BFLF47977BO45125, cor branca, com carroceria, placa MVF 6965.	63601	CTL PORTO REAL DO COLÉGIO
128288	Carroceria de madeira para o veículo F-4000, carga aberta.	63601	?
128313	Camionete mitsubishi modelo L200 4x4 GL 2.5L D MT, cor branca, 2008/2009, chassi 93XGNK7409C851992. NLX 7121	63601	CTL ARCOVERDE
	Camioneta Cabine Dupla L 200 Placa OHI 2011	63601	Sede/Gabinete.
	Vectra Placa LQB 1640	63601	Veículo cedido pela ANAC - Sede/Gabinete
	Vectra Placa KZS 5159	63601	Veículo cedido pela ANAC - Sede/Gabinete
	Camioneta Cabine Dupla L 200 Placa OHI 2661	63601	Sede/SEGAT.
	Camioneta Cabine Dupla L 200 Placa KKO 3935	63601	CTL/Apoio a CTL Palmeira dos índios.
	Camioneta Cabine Dupla L 200 Placa	63601	CTL/Apoio a CTL Arco Verde.

	Camioneta Cabine Dupla L 200 KJJ 7532	63601	Veículo cedido pela ANAC - CTL/Apoio a CTL Ibimirim.
	Camioneta Cabine Dupla Hilux Placa HPV 0187	63601	CTL/Apoio a CTL Floresta.
	Camioneta Cabine Dupla S/10 JMU 3085	63601	CTL/Apoio a CTL Recife.
	Doblo Placa KME 4191	63601	Veículo cedido pela ANAC - CTL/Apoio a CTL Porto Real do Colegio.
	Doblo Placa KME 4211	63601	Veículo cedido pela ANAC - CTL/Apoio a CTL Delmiro Gouveia.
	Caminhão F 4000 Placa MUN 5346	63601	CTL/Apoio a CTL Palmeira dos Índios.
	Caminhão F 4000 Placa MUR 1890	63601	CTL/Apoio a CTL Delmiro Gouveia.
	Caminhão F 4000 Placa MVF 6965	63601	CTL/Apoio a CTL Porto Real do Colegio.
	Minibus Ducato 16 Passag. Placa LCG 8888	63601	Veículo cedido pela ANAC - Sede/Apoio as CTLs
	Siena	63601	Veículo cedido pela ANAC - CTL/Apoio a CTL Recife
	Palio Weekend Placa KLC 8111	63601	Veículo cedido pela ANAC - CTL/Apoio a CTL Porto da Folha.
	Bote de Alumínio de sete metros com Motor de Popa de 30HP	63601	CTL/Apoio a CTL Porto da Folha. <b>(FUNAI 01)</b>
	Bote de Alumínio de sete metros com Motor de Popa de 30HP	63601	CTL/Apoio a CTL Porto da Folha. <b>( FUNAI 02)</b>

A Relação acima dos veículos da Coordenação Regional Nordeste I são os que estão ativos, incluindo-se na relação acima os veículos cedidos pela ANAC.

COORDENAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – UG 194019

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

PORTARIA No 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012. Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio – FUNAI

Art. 90. Ao Serviço de Transporte - SETRAN compete:

I - executar as atividades referentes ao uso e controle de abastecimento e manutenção da frota de veículos da sede da FUNAI;

II - manter regularizada a documentação e o registro dos veículos oficiais de uso da FUNAI;

III - analisar os custos de manutenção dos veículos oficiais e propor o desfazimento de veículos inservíveis ou antieconômicos;

IV - manter atualizadas as informações necessárias à elaboração do plano anual de aquisição de veículos – PAAV;

V - receber e programar o atendimento das solicitações de transportes e organizar as escalas de plantão dos motoristas;

VI - acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos de prestação de serviços referentes às atividades de transporte.

VII - acompanhar a execução dos serviços referentes ao transporte rodoviário interestadual de mobiliário e bagagens de servidores, nomeados ou transferidos, bem como referentes ao transporte local e interestadual de mobiliário e cargas da sede da FUNAI.

VIII - controlar a distribuição de vagas na garagem;

IX – acompanhar, controlar e supervisionar as operações de vôo no âmbito da FUNAI, em aeronaves próprias ou contratadas, em conjunto com os órgãos de controle aéreo responsáveis pela manutenção e segurança da aviação civil brasileira;

X - analisar os pedidos procedentes das unidades da sede e unidades descentralizadas da FUNAI, acerca da necessidade de utilização e disponibilidade das aeronaves;

XI - elaborar a programação de uso das aeronaves;

XII - controlar a programação de conservação e manutenção das aeronaves;

XIII - fiscalizar as condições de manutenção das aeronaves;

XIV - cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à manutenção de aeronaves emanadas dos órgãos competentes e do fabricante dos equipamentos;

XV - manter atualizado o registro da habilitação dos pilotos; e

XVI - fiscalizar o controle técnico das aeronaves e seus equipamentos e de todas as atividades pertinentes ao transporte aeroviário no âmbito da FUNAI.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A frota de veículos administrada por esta Coordenação Regional é indispensável ao funcionamento da Unidade, sua prestação de serviços junto às comunidades indígenas atendidas e inter-locação com as Coordenações Técnicas Locais. Destacam-se, em seu uso diário:

- Servidores em deslocamentos a serviço nas diversas áreas indígenas jurisdicionadas a esta Coordenação Regional e às Coordenações Técnicas Locais;
- Deslocamentos de professores e lideranças indígenas que participam de projetos junto ao Museu do Índio e/ou à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG ou ainda à UFES – Universidade Federal do Espírito Santo;
- Indígenas da Comunidade em geral, quando ocorrem situações nas quais sua presença é solicitada pela FUNAI, como nos trabalhos de Identificação e Delimitação Territorial ou quando representantes das Comunidades solicitam o apoio no transporte;

Além das viaturas de pequeno porte, como os automóveis Volkswagen SANTANA, obtidos por doação do Ministério Público, e as caminhonetes tracionadas, necessárias para o acesso supracitado às aldeias indígenas, a Coordenação Regional se utiliza também de veículos de médio e grande porte, como uma viatura Ford F350 e um caminhão IVECO FIAT, dando suporte a equipe quando da entrega de cestas de alimentos em razão desta ação não ser levada a efeito pela CONAB.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA FUNAI DA COORDENAÇÃO REGIONAL MG-ES

Nº	TOMBA- MENTO	MARCA/ TIPO	PLACA	RENAVAN	FAB	CHASSI
01	89.260	Toyota/Bandeirante	GMF1862	689562942	1997	9BRBJ0180V1014251
02	13.990	Toyota/ Bandeirante	GMF3510	248255827	1990	9BR0J0060L1009876
03	92.977	Nissan/Frontier 4X4	GMF4696	863091970	2005	94DCMUD225J630913
04	47.763	Vw Parati CLI 1.8	GMF1529	657982130	1996	9BWZZZ379TT116103
05	92.983	Gm/Classic Spirit	GMF4711	866550402	2005	9BGSN19N05B208473
06	92.747	Ford Cargo 814	GMF3198	747302901	2000	9BFV2UHG7YDB03549
07	92.876	Fiat/Uno Mille	GMF4343	816041628	2003	9BD15822544524363
08	92.817	Ford Ranger XL 13F	GMF4121	793290066	2002	8AFER13F53J284184
09	92.860	Ford F350-G	GMF4313	906409240	2003	9BFJF37G63B091426
10	92.984	Gm Celta 4P Spirit	GMF4712	867026693	2005	9BGRX48X05G178609
11	92.978	Nissan Frontier 4x4 XE	GMF4697	863091660	2005	94DCMUD225J630915
12	92.770	Fiat/Uno Mille Fire	GMF3501	763082333	2001	9BD15822524291939

13	0002211	MB M.BENS L1113	GLJ0682	270323511	1976	34403312309066
14	92.744	Mot. Honda XLR 125	GYE7359	745972403	2000	9C2JD1700YR026140
15	92.746	Mot.HondaXLR 125	GYE7325	745458920	2000	9C2JD1700YR026004
16	92.769	Mot.HondaXLR 125	GYE8828	763082015	2001	9C2JD17101R014422
17	92.868	Mot.Honda NXR 125	HBK0248	814357873	2003	9C2JD20103R012465
18	92.745	Mot.Honda XLR125	GYE7326	745460208	2000	9C2JD1700YR026001
19	92.939	MMC L200 4X4 GL	GMF4513	844541761	2004	93XJNK3405C438096
20	120.798	FIAT PALIO WEEK	GMF5147	911791833	2007	9BD17301A74197359
21	120.799	FIAT PALIO WEEK	GMF5146	911756841	2007	9BD17301A74197367
22	Relacionada	TOY.BANDEIRANTE	GMF3087	730634779	1999	9BRBJ0160Y1021026
23	120.846	FORD/COURIER L1. 6	GMF5476	957799039	2008	9BFPSZPPA8B871051
24	120.850	MMC L.200 4X4 61	GMF5506	962656178	2008	93XGNK7408C843271
25	120879	MMC/L2004X4 GL	GMF5966	145294463	2009	93XGNK7409C956874
26	120878	IVECO/CAMINHAO170E2	GTM5964	144286939	2009	93ZA1NFH088708302
27	120899	SAVEIRO	GMF6228	194447138	2009	9BWL05U1AP060256

28	13587	IVECO/CAMINHAO170E2	GMF5738	124007724	2008	93ZA1NFH098709316
29	13588	IVECO/DAILY CIRILO 550	GMF5739	124008860	2008	93ZK53B0188405716
30	210842	MAHINDRA PICK-UP CA DUPLA, COR BR MOTOR MEC4E33941	GMF7186	504021516	2012	94RAMD4H6DM002316
31	206023	VEICULO TIPO NI FRONTIER X-E 4X4POTE 190 CV.	GMF7107	486989143	2012	94DVCUD40DJ472389
32	206033	VW/SANTANA2.0 COR PE	CDV6085	773671170	2001	9BWAE03X12P000667
33	206034	VW/SANTANA2.0 COR PE	CMW0855	797697160	2002	9BWAE03X43P013060
34	206035	VW/SANTANA2.0 COR PE	CMW0839	797695826	2002	9BWAE03X53P012757
35	206036	VW/SANTANA2.0 COR PE	CMW1095	80203340	2002	9BWAE03X03P015985
36	206037	VW/SANTANA2.0 COR PE	CMW1069	802032486	2002	9BWAE03X63P011777
37	210879	VW/SANTANA2.0 COR PE	CMW0857	797697420	2002	9BWAE03XX3P012804

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;  
Não é realizado controle desta natureza.
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Média de onze anos, devendo-se considerar que está sendo realizado o trabalho de levantamento dos INSERVÍVEIS, os quais, ao incluírem as viaturas mais antigas, devem reduzir a idade média da Frota.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

Trimestre	Custo Total do Consumo de Combustíveis	Manutenção
Jan/Fev/Mar	R\$ 27.452,97	R\$ 4.150,50
Abr/Mai/Jun	R\$ 38.733,30	R\$ 39.232,75
Jul/Ago/Set	R\$ 29.777,43	R\$ 31.086,98
Out/Nov/Dez	R\$ 37.168,98	R\$ 61.322,51

Custo Total Anual Combustíveis 2014: R\$ 133.132,68

Custo Total Anual Manutenção 2014: R\$ 135.792,74

g) Plano de substituição da frota;

Esta Unidade Regional está submetida às condições da disponibilidade de recursos orçamentários conforme o planejamento da Diretoria de Administração e Gestão - DAGES, desta Fundação. Caso venha a haver um plano de substituição da frota será submetido à Diretoria.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Não houve discricionariedade da atual Gestão considerando que o Patrimônio estava constituído de uma extensa frota de veículos quando os atuais Gestores assumiram. Foi cogitada a Realização de um Pregão para o Registro de uma ATA de Preços para a substituição gradual do atendimento da demanda desta Regional por viaturas terceirizadas, estando em fase de análise, desenvolvimento de projeto para então realizar as pesquisas de preços que podem confirmar ou derrubar a tese de que é menos custoso e mais vantajoso para a Administração.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Existência de dois contratos, um referindo-se a consumo de combustíveis, e outro específico de Manutenção de Veículos, ambos geridos por Cartão Magnético, a fim de permitir o correto e econômico gerenciamento da Frota. Os Relatórios ficam disponíveis no sítio *on line* da empresa e permitem transparência e controle. Para a liberação das viaturas do pátio da Fundação existe um controle mais específico, CONTROLE DE CIRCULAÇÃO DE VIATURAS, restringindo o acesso às viaturas aos motoristas do quadro efetivo da Fundação lotados nesta Coordenação Regional ou aos

servidores com Portaria do Coordenador Regional autorizando conduzir viaturas específicas, para ações programadas e em cumprimento de Ordens de Serviços.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

- a) Não se aplica

COORDENAÇÃO REGIONAL DO XINGU

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

A COODERNENAÇÃO REGIONAL DO XINGU NÃO POSSUI FROTA DE VEICULOS LOCADOS

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 26 DE AGOSTO DE 1994.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

De grande relevância devido ao atendimento que é feito diariamente as comunidades indígenas sob a área jurisdicionada dessa Coordenação Regional, abrangendo 08 CTLs jurisdicionadas, totalizando uma população indígena atendida de aproximadamente 6.500 pessoas. Veículos são utilizados diariamente nas mais variadas demandas, tais como deslocamentos as aldeias, transporte de indígenas em busca de benefícios sociais, reuniões, convocações, e etc...

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

24 veículos sob responsabilidade, sendo que destes 08 veículos oficiais estão em condições de uso, distribuídos entre a sede CR e as 08 CTLS jurisdicionadas, sendo usados basicamente para transporte institucional e apoio logístico em algumas situações, como transporte de alimentos, transporte de pessoal. 12(doze) veículos estão em processo de baixa por se encontrar antieconômico a sua reparação. quatro(04) desses veículos são tratores de pneu – agrícola.

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

40.000 mil km/veículo/ano= 360.000 km/ano

e) Idade média da frota, por grupo de veículos: 15 ANOS

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Gasolina R\$ 368.670,00

Manutenção da frota R\$ 170.000,00

Obs: dados do ano de 2013

g) Plano de substituição da frota;

A CR ainda não possui um plano de substituição da frota, mas já demos inicio a um processo para retirar do patrimônio desta CR as carcaças inservíveis.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Economicidade e praticidade, fortalecendo a imagem institucional e a presença nas áreas indígenas. Entretanto, com o passar dos anos se torna inviável manter a frota em pleno vapor, tendo em vista o alto custo de manutenção. Sendo, assim, melhor optar pelo terceirização da frota (locação)

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Cada setor é responsável pela viatura a ele distribuída, o abastecimento é via autorização por requisição, conforme demanda do setor responsável.

## COORDENAÇÃO REGIONAL INTERIOR SUL

### Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

Quantidade de veículos	Idade média da frota	Média anual de km rodados	Gastos com combustíveis e lubrificantes	Gastos com manutenção, licenciamento e seguro obrigatório.	Classificação.
<b>27</b>	<b>2,4</b>	<b>570.000</b>	<b>139.667,00</b>	<b>106.952,00</b>	<b>Veículos de serviço comuns</b>

No ano de 2013 esta Coordenação Regional renovou em mais de 30% a sua frota, o que diminuiu significativamente os gastos com manutenção, perfazendo uma média de custo com manutenção por veículo de R\$ 3.961,18. A substituição da frota é realizada conforme disponibilidade orçamentária descentralizada pela Sede Central.

Considerando os custos de manutenção dos veículos no ano de 2013, a aquisição mostra-se mais vantajosa, pois conforme média de preços praticados no mercado, a locação de um veículo tipo passeio teria um custo anual de R\$ 52.200,00. A locação pelo período de 3 anos teria um custo de R\$ 156.600,00. A aquisição, em torno de R\$ 45.000,00, seria menos favorável no primeiro ano, porém nos anos seguintes teríamos somente o custo de manutenção, que em análise do custo anual levantado na tabela acima, a alienação desse mesmo veículo, provavelmente cobriria os valores gastos com a manutenção.

Se houvesse uma política permanente de renovação da frota a cada 3 anos, a aquisição é mais vantajosa para a Administração, mesmo somando aos custos, valores com relação a procedimentos de compra e alienação e gerenciamento de frota.

Esta Coordenação mantém contratação com 2 empresas de gestão de frota de veículos, uma para abastecimento com cartão magnético e outra para manutenção preventiva e corretiva de veículos. Nos 2 contratos não há custo de administração para a CR.

Esta forma de gestão de frota proporcionou redução da despesa com a frota, através de controles dinâmicos e eficazes; redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, controles gerais, espaço físico, pessoal); redução do número de procedimentos licitatórios; flexibilidade do sistema de abastecimento e manutenção dos veículos, por acesso facilitado a uma rede de serviços com qualidade e preços adequados; agilidade nos procedimentos; evolução dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise dos dados.

COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ/UG – 194085

<b>GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS</b>	
<b>FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UNIDADE JURISDICIONADA</b>	
a) Legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos:	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 26 DE AGOSTO DE 1994

b) Importância e Impacto da frota sobre as atividades da UJ:	De grande relevância devido ao atendimento que é feito as comunidades indígenas sob a área jurisdicionada dessa Coordenação Regional, localizada na faixa de fronteira com o Paraguai, e em muitas em meio a processo de demarcação, sendo de fundamental importância a presença de pessoal desta fundação nas áreas.	
c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ, bem como a totalização por grupo e geral	17 veículos oficiais em condições de uso, sendo usados basicamente para transporte institucional e apoio logístico em algumas situações, como transporte de alimentos.	
d) Média anual de quilômetros rodados, por grupos de veículos, segundo a classificação contida na letra "C"	225 mil km/ano	
e) Idade Média da Frota:	3,27 anos	
f) Custos associados a manutenção da frota:	Média anual dos valores decorrentes de consumo de combustível:	202.345,20
	Média anual dos valores decorrentes aquisição de peças:	65.651,81
	Média anual dos valores decorrentes pagamento de mão de obra:	28.113,30
g) Plano de substituição da Frota	Não existe	
h) Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação	Economicidade e praticidade	
g) Estrutura de controles que a UJ	O Núcleo de Atividades Auxiliares desempenha o controle da saída dos veículos por meio de liberações escritas e o uso de combustível por meio do site da empresa fornecedora.	

**Observações Gerais:**

As seguintes Unidades não encaminharam informações referentes ao quadro acima: COORDENAÇÃO REGIONAL DE BAIXO SÃO FRANCISCO/UG – 194018; COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO/UG – 194027; COORDENAÇÃO REGIONAL DE NORDESTE I (MACEIÓ)/UG – 194077; COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO TOCANTINS/UG 194011; COORDENAÇÃO REGIONAL

MARANHÃO/UG 194074; COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS/UG 194048; COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE/UG 194029; COORDENAÇÃO REGIONAL DO XINGU/UG 194031; COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI/ UG 194007.

A COORDENAÇÃO REGIONAL DE JURUA informou que a gestão da frota de veículos é feita pela CR Alto Purus (UG – 194005).

7.1.1 Gestão da frota de veículos próprios

Tratado no item 7.1.

7.1.2 Gestão da frota de veículos de terceiros

Tratado no item 7.1.

## 7.2 Gestão do patrimônio imobiliário

### 7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

Quadro 7.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
<b>BRASIL</b>	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
	Brasília	05	06
	<b>PARÁ</b>	<b>14</b>	<b>14</b>
	Marabá	02	02
	Tucuruí	03	03
	Bom Jesus do Tocantins	02	02
	Moju	01	01
	São Domingos do Araguaia	02	02
	Paragominas	02	02
	Parauapebas	02	02
	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
	Tacuru	01	01
	<b>SANTA CATARINA</b>	<b>07</b>	<b>08</b>
	Chapecó	03	03
	Imarui	00	01
	Porto União	01	01
	Seara	01	01
	Abelardo Luz	02	02
	<b>PARANA</b>	<b>15</b>	<b>13</b>
	Ramilândia	01	01
	Abatia	01	01
	Inácio Martins	01	01
	Laranjeiras Do Sul	01	01
	Londrina	01	01
	Manoel Ribas	01	01
	Ortigueira	02	02

Palmas	01	01
Pitanga	01	01
Santa Amélia	01	01
São Jeronimo Da Serra	02	02
Diamante D'Oeste	02	00
<b>BAHIA</b>	<b>06</b>	<b>06</b>
Euclides da Cunha	01	01
Glória	01	01
Ibotirama	01	01
Paulo Afonso	01	01
Rodelas	01	01
Abaré	01	01
<b>PERNAMBUCO</b>	<b>03</b>	<b>10</b>
Cabrobó	01	01
Petrolândia	01	01
Águas Belas	01	01
Buique	01	01
Floresta	01	01
Ibiririm	01	01
Inajá	01	01
Pesqueira	02	02
Recife	01	01
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>16</b>	<b>24</b>
Benjamin Constant do Sul	01	01
Caraá	00	02
Maquine	00	02
Muliterno	01	01
Gramado dos Loureiros	01	01
Trindade do Sul	01	01
Riozinho	00	01
Erebango	01	01
Cacique Doble	01	01

<b>BRASIL</b>	Camaquã	00	01
	Ibiraíaras	01	01
	Iraí	01	01
	Liberato Salzano	01	01
	Nonoai	01	01
	Planalto	01	01
	Santo Augusto	01	01
	São Valentin	01	01
	Tapejara	02	02
	Tenente Portela	01	01
	Palmares do Sul	00	01
	Salto do Jacuí	00	01
	<b>MINAS GERAIS</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
	São João das Missões	01	01
	Bertópolis	01	01
	Caldas	01	01
	Itapecerica	01	01
	Carmésia	01	01
	Itacarambi	01	01
	Resplendor	01	01
	Senhora do Porto	01	01
	Teófilo Otoni	02	02
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	<b>03</b>	<b>03</b>
	Aracruz – ES	03	03
	<b>MATO GROSSO</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
	Canarana	01	01
	Alta Floresta	01	01
	Água Boa	02	02
	Barra do Garças	01	01
	Campinápolis	02	02
	General Carneiro	01	01
	Nova Xavantina	01	01

Novo São Joaquim	02	02
Paranatinga	01	01
Poxoréo	01	01
Ribeirão Cascalheira	01	01
<b>MARANHÃO</b>	<b>03</b>	<b>03</b>
Imperatriz	01	01
Barra do Corda	01	01
Santa Inês	01	01
<b>ALAGOAS</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
Maceió	01	01
Água Branca	01	01
Campo Grande	02	02
Joaquim Gomes	01	01
Porto Real do Colégio	01	01
São Brás	01	01
São Sebastião	06	06
Traipu	01	01
<b>SERGIPE</b>	<b>01</b>	<b>01</b>
Porto da Folha	01	01
<b>TOTAL</b>	<b>114</b>	<b>129</b>

#### 7.2.1.1 Análise crítica

1. Constam consolidadas no QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, informações prestadas pelo Serviço de Patrimônio/Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio referente aos imóveis sob a responsabilidade da FUNAI-Sede UG 194035 e pelas Coordenações Regionais conforme segue:

UG 194011 - COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS (MARABÁ) – UF: PARÁ

UG 194018 - COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO – UF: BAHIA e PERNAMBUCO

UG 194019 - COORDENAÇÃO REGIONAL MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – UF: MINAS GERAIS e ESPÍRITO SANTO

UG 194027 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO – UF: RIO GRANDE DO SUL

UG 194061 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE INTERIOR SUL – UF: PARANÁ E SANTA CATARINA

UG 194085 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ – UF: MATO GROSSO DO SUL

UG 194031 – COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE – UF: MATO GROSSO

UG 194029 – COORDENAÇÃO REGIONAL DO XINGU – UF: MATO GROSSO

UG 194074 – COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO – UF: MARANHÃO

UG 194036 – COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DE MATO GROSSO - UF: MATO GROSSO

UG 194077 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE NORDESTE I – UF: ALAGOAS, PERNAMBUCO e SERGIPE

2. A COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS/UG **194048** informou o seguinte: “*Do mesmo modo, o Quadro A.6.2.1 (Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União)... não estão preenchidos, porque não temos nenhum imóvel registrado formalmente sobre a gestão e a responsabilidade direta da nossa Unidade Gestora 194048.*”

3. A COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/UG – **194042** não preencheu o quadro, razão pela qual entendemos que aquela Unidade não detém imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade.

4. A COORDENAÇÃO REGIONAL DE JURUA informou o seguinte: “*Devido a nossa recente criação por meio do Decreto nº 7.778/2012, nos encontramos em fase de implantação e estruturação da CR na região. Ainda estamos em fase de constituição de nossa Unidade Gestora - UG, contando apenas com 9 (nove) servidores trabalhando em uma casa alugada com móveis emprestados, sem telefone e internet próprios. Dessa forma, os nossos recursos e contratos são geridos pela CR Alto Purus (UG - 194005). Estamos trabalhando para tentar criar a nossa própria Unidade Gestora e iniciar de forma autônoma a aquisição de equipamentos e serviços.*”

7.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

Quadro 7.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Re gi me	Estad o de Conse rvaçã o	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
194075	060500267500-4	22	3	600.000,00	04/06/2013	2.050.000,00		
194075	060500269500-5	22	3	158.333,20	21/08/2013	346.634,95		
194010	042700606500-4	22	3	33.417,38	05/03/2001	302.097,62		
194010	042700607500-0	22	3	1.472,88	05/03/2001	201.665,73		
194028	906700157500-7	22	3	8.000,00	19/12/2013	856.000,00		
194028	906700164500-5	22	3	3.080.807,04	03/09/2013	3.383.283,81		
194028	001300042500-3	22	3	1.827,68	26/12/2000	278.390,99		
194028	001300041500-8	22	3	35.346,60	11/09/2013	133.090,63		
194064	907300145500-6	22	3	10.487.760,83	18/05/2012	10.487.760,83		
194060	907300051500-5	22	3	22.800,00	28/09/2001	22.800,00		
194064	907300218500-2	22	3	457.600,00	22/01/2013	1.149.151,17		
194064	980500003500-0	22	3	39.835,00	02/08/2012	112.823,48		
194061	552700001500-9	22	3	546.325,43	14/11/2012	546.325,43		
194077	278500384500-6	22	3	837.000,00	27/03/2014	837.000,00		
194077	253100675500-6	22	3	269.495,67	20/12/2012	1.270360,59		
194009	030100116500-0	22	3	21.910.613,29	24/06/2013	52.999.895,70		
194029	923300013500-1	22	3	557.607,39	01/01/2000	557.607,39		
194029	919300009500-7	22	3	12.000,00	13/10/2006	40.508,00		
194006	025500760500-5	22	3	93.366,89	01/02/2007	113.940,09		
194011	048300173500-2	22	3	39.764,09	13/10/2006	42.346,09		
194011	048300174500-8	22	3	12.993,00	04/08/2008	145.436,72		
190004	000300412500-7	22	3	26.532.334,16	01/01/2000	26.532.334,16		
194012	047100237500-6	22	3	14.477,00	09/05/2001	131.080,20		
194041	205100122500-1	22	3	44.247,06	02/09/2008	151.515,96		
194004	000100084500-9	22	3	13.500,00	26/03/2013	83.676,94		
194004	000100085500-4	22	3	100.000,00	20/12/2000	303.514,53		
194035	970117667500-2	22	3	10.000.000,00	18/12/2012	14.135.000,00		

194035	970119562500-7	22	3	10.764.000,00	10/01/2013	13.417.747,89		
194035	970122180500-3	22	3	13.700.000,00	28/12/2012	13.000.000,00		

### 7.2.2.1 Análise crítica

Em análise, a Coordenação Regional de Passo Fundo/RS, UG 194027, possui imóveis locados de terceiros para o funcionamento das Coordenações Técnicas Locais (CTLS) dos municípios de Santo Augusto/RS, Cacique Doble/RS, Nonoai/RS, Iraí/RS e Tapejara/RS, conforme apresentado no quadro A.6.3, devido a falta de disponibilização de imóveis da UNIÃO adequados e disponíveis nas respectivas municipalidades. Ressaltamos que os imóveis atualmente locados de terceiros, adequam-se as necessidades e as especificidades das atividades desta Fundação, não havendo a necessidade de locação de novos imóveis por parte desta Coordenação Regional.

Faz-se necessário a constituição de uma comissão de inventário patrimonial, com a atribuição principal de reavaliar os bens imóveis, bem como promover as devidas atualizações dos valores junto ao Sistema de Administração Patrimonial – SIAPA e o Sistema de Administração Financeira – SIAFI NORDESTE I

Constam consolidadas no **QUADRO A.6.2.2 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**, informações prestadas pelo Serviço de Patrimônio/Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio referente aos imóveis sob a responsabilidade da FUNAI-Sede UG 194035. O Quadro foi preenchido de acordo com as informações prestadas pelas Unidades Gestoras, bem como complementadas pelas informações extraídas do SPIUNet pelo SEPAT/CCCOMP/CGRL/DAGES/FUNAI, onde fez consta apenas os imóveis, excluindo-se desta relação as terras indígenas. Ademais, informamos que após a data de avaliação o prazo de validade é por 24 meses.

Informamos ainda que no exercício de 2013 ocorreram os seguintes custos com manutenção e reforma adiante indicado em Tabela anexa. Contudo, como esses ainda não foram lançados pelas respectivas Coordenações Regionais nos referidos imóveis, não foi possível alocarmos no Quadro acima. Entretanto já foi solicitado às Coordenações Regionais do Baixo Tocantins-PA e Nordeste I-AL, para que procedessem aos devidos registros no SPIUNet.

**TOTAL EMPENHADO EM 2013: REFORMAS E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS: SOMENTE UJs do RELATÓRIO CONSOLIDADO  
IMÓVEIS PRÓPRIOS DA FUNAI**

UG Executora			Manutenção /Reforma	Nota de Empenho		Total Empenhado	Imóvel Próprio/alugado
194011	194011 2013NE80027816	COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO TOCANTINS/PA	Manutenção	2013NE80027816	<b>IMÓVEL ONDE FUNCIONA A CTL BELÉM:</b> PARA COBRIR DESPESAS COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS ONDE FUNCIONARÁ O SETOR DE PROTOCOLO E A CTL DE TOME-AÇU, CONFORME MEMO Nº74/SEAD/CRBT/13. PROC ORIGEM: 2013DI00071	2.431,00	P
194077	194077 2013NE80029991	COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE 1/AL	Reforma	2013NE80029991	<b>IMÓVEL ONDE FUNCIONA A CTL RECIFE:</b> VALOR EMPENHADO PARA COBRIR DESPESAS COM REFORMA DO PRÉDIO SEDE DA COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL DE RECIFE-PE. PROC ORIGEM: 2013TP00002	152.475,61	p
<b>EMPENHO TOTAL PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS DA FUNAI</b>						<b>154.906,61</b>	<b>P</b>

### 7.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Quadro 7.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupado	9701.17767.500-6	bom	260.000,00	08.02.2012	918.000,00	Não houve	Não houve
Desocupado	9701.22153.500-6	bom	310.000,00	08.02.2012	921.000,00	Não houve	Não houve
<b>Total</b>						<b>-0-</b>	<b>-0-</b>

Fonte: Serviço de Patrimônio da FUNAI Sede

#### 7.2.3.1 Análise crítica

Os imóveis funcionais sob os RIP's n.ºs 9701.22153.500-6; e 9701.17767.500-6, foram recebidos por doação pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, Portarias n.ºs 18 e 19, respectivamente, de 28 de setembro de 2012, in D.O.U de 4 de outubro de 2012.

Não obstante, foi solicitado à Secretaria do Patrimônio da União - SPU, no início deste exercício (2014), a realização da reavaliação dos imóveis.

Ademais, informamos que só existem imóveis funcionais em Brasília/DF e que estes se encontram listados no Quadro acima

O imóvel descrito no quadro refere-se à Sede da Coordenação Regional do Baixo Tocantins e tem como estrutura: três cômodos construídos, sendo um cômodo com 05 salas, outro com quatro salas e por último um com uma sala. A estrutura dos cômodos encontra-se em bom estado de conservação, porém, hoje, não consegue comportar de forma adequada os servidores e o público que lá transitam e realizam suas tarefas diárias. Por isso, está prevista a realização de um projeto para construção, ampliação e modernização desta estrutura.

Obs.) COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/UG – 194042 informou não deter imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade.

Obs.) COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS/UG 194048 informou o seguinte: “Do mesmo modo, o Quadro A.6.2.1 (Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União)... não estão preenchidos, porque não temos nenhum imóvel registrado formalmente sobre a gestão e a responsabilidade direta da nossa Unidade Gestora 194048.” (-) A Unidade Gestora não apresentou informação referente ao RIP/SPIUNet.

Obs.) As seguintes Unidades não encaminharam informações referentes ao quadro acima: COORDENAÇÃO REGIONAL MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO/UG – 194019; COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO/UG – 194027; COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO/UG 194018; COORDENAÇÃO REGIONAL DE INTERIOR SUL/UG – 194061; COORDENAÇÃO REGIONAL DE NORDESTE I (MACEIÓ)/UG – 194077; COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ/UG – 194085;

A COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI/ UG 194007 não apresentou informações sobre este item.

A COORDENAÇÃO REGIONAL DE JURUA informou que os contratos são geridos pela CR Alto Purus (UG – 194005).

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL DE JURUA informou o seguinte: *“Devido a nossa recente criação por meio do Decreto nº 7.778/2012, nos encontramos em fase de implantação e estruturação da CR na região. Ainda estamos em fase de constituição de nossa Unidade Gestora - UG, contando apenas com 9 (nove) servidores trabalhando em uma casa alugada com móveis emprestados, sem telefone e internet próprios. Dessa forma, os nossos recursos e contratos são geridos pela CR Alto Purus (UG - 194005). Estamos trabalhando para tentar criar a nossa própria Unidade Gestora e iniciar de forma autônoma a aquisição de equipamentos e serviços.”*

## 7.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

Quadro 7.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ		VALOR DA LOCAÇÃO (R\$)	VALOR DE MANUTENÇÃO (R\$)
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012		
BRASIL	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	-	-
	Brasília	02	02	10.801.922,38	-
	<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.801.922,38</b>	<b>158.658,50</b>
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	<b>06</b>	<b>03</b>	-	-
	Passo Fundo	01	01	196.436,48	675,00
	Tapejara	01	01	18.991,56	0
	Nonoai	01	01	15.394,80	0
	Cacique Doble	01	00	5.600,00	0
	Iraí	01	00	8.400,00	0
	Santo Augusto	01	00	12.000,00	3.950,00
	Cacique Doble	00	00	00	3.950,00
	<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>256.822,84</b>	<b>8.575,00</b>
	<b>MATO GROSSO</b>	<b>08</b>	<b>12</b>	-	-
	Colider (Norte do Mato Grosso)	01	01	31.485,00	567,00
	Guarantã do Norte	00	01	2.584,00	0
	Ribeirão Cascalheira	01	01	27.051,16	2.750,00
	Água Boa	01	01	14.762,08	0
	Barra do Garças (Xavante)	01	01	82.560,55	910,00
	Campinápolis	01	02	38.286,60	0
	Nova Xavantina	01	03	13.112,88	0
	Primavera do Leste	01	01	27.181,41	0
	Canarana (Xingu)	01	01	41.855,59	5.749,62
	São Joaquim	01	01	11.000,00	0
	Parabubure	01	01	19.522,98	0
	<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>309.402,16</b>	<b>9.976,62</b>
	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	<b>06</b>	<b>06</b>	-	-
	Ponta Porã	02	02	117.059,93	0
	Amambai	01	01	17.187,41	0
	Paranhos	01	01	0	0
	Iguatemi	01	01	0	0
	Antonio João	01	01	0	0
	<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>134.247,34</b>	<b>-</b>
	<b>PARANA</b>	<b>06</b>	<b>04</b>	-	-
	Guaíra	01	01	11.596,76	0
	Guarapuava	01	01	8.400,00	6.190,00
	Curitiba	01	01	125.453,27	1.800,00
	Londrina	01	01	38.821,68	0
	Nova Laranjeiras	01	00	6.300,00	0
	São Jerônimo da Serra	01	00	9.000,00	0
	<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>199.571,71</b>	<b>7.990,00</b>
	<b>PERNAMBUCO (PERTENCE A C.R. BAHIA)</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	-	-
	Cabrobó	01	01	8.810,40	0
	<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.810,40</b>	<b>-</b>
	<b>BAHIA</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	-	-
	Euclides da Cunha	01	01	7.597,90	0
	Paulo Afonso (Baixo São Francisco)	01	01	24.000,00	1.500,00
	Ibotirama	01	01	8.146,08	0
Abaré	01	01	7.539,95	0	
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>47.283,93</b>	<b>1.500,00</b>	
<b>MINAS GERAIS</b>	<b>04</b>	<b>06</b>	-	-	
Governador Valadares	01	01	86.620,40	500,00	
Santa Helena de Minas	01	01	10.084,76	0	
Teófilo Otoni	01	01	21.147,40	0	
Resplendor	01	01	5.257,65	0	
Carmésia	00	01	5.194,00	0	
São João das Missões	00	00	1.250,00	0	
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>129.574,21</b>	<b>500,00</b>	
<b>ESPIRÍTO SANTO</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	-	-	
Aracruz	00	01	4.250,00	0	
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.250,00</b>	<b>518</b>	

	<b>AMAZONAS</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	-	-
	Lábrea (Médio Purus)	01	02	67.582,89	0
	Pauini	01	01	11.614,19	0
	<b>TOTAL</b>	-	-	<b>79.197,08</b>	
	<b>MARANHÃO</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	-	-
	Grajaú	01	01	0	0
	Amarante	01	01	85,00	0
	<b>TOTAL</b>	-	-	<b>85,00</b>	
	<b>Total Brasil</b>	<b>41</b>	<b>44</b>	<b>11.971.167,05</b>	<b>187.200,12</b>
<b>Fon</b>	Serviço de Patrimônio da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL, e Unidades Gestoras. Quanto aos custos com locação e manutenção essas informações foram obtidas junto à Coordenação de Orçamento e Finanças - COF, da Coordenação Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças - CGOF. As referidas Coordenações Gerais são unidades da Diretoria de Administração e Gestão da FUNAI.				

### **Análise crítica:**

**1.** Constam consolidadas no QUADRO 7.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS, informações prestadas pelo Serviço de Patrimônio/Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio referente aos imóveis sob a responsabilidade da FUNAI-Sede UG 194035 e pelas Coordenações Regionais conforme segue:

UG 194018 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE BAIXO SÃO FRANCISCO – UF: BAHIA e PERNAMBUCO

UG 194019 - COORDENAÇÃO REGIONAL MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – UF: MINAS GERAIS e ESPÍRITO SANTO

UG 194027 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO – UF: RIO GRANDE DO SUL

UG 194039 – COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE – UF: MATO-GROSSO

UG 194031 – COORDENAÇÃO REGIONAL XINGU – UF: MATO-GROSSO

UG 194036 – COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO – UF: MATO GROSSO

UG 194042 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – UF: MATO GROSSO

UG 194048 - COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS – UF: AMAZONAS

UG 194061 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE INTERIOR SUL – UF: PARANÁ E SANTA CATARINA

UG 194074 – COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO – UF: MARANHÃO

UG 194085 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ – UF: MATO GROSSO DO SUL

A locação de imóveis especificada acima foi realizada com base na necessidade de instalação física da Coordenação Regional e Coordenações Técnica Locais da Funai nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. No exercício de 2013, fora feito novo levantamento da situação, baseado na gestão participativa junto aos povos indígenas atendidos, onde verificou-se como mais viável e efetivo a transferência física de 3 (três) Coordenações Técnicas Locais para dentro das terras indígenas, o que levou ao encerramento dos contratos de locação dos citados imóveis. Os demais contratos de locação foram mantidos diante da real necessidade de funcionamento físico das unidades nas cidades

respectivas, conforme os parâmetros fixados pela Funai/sede para consecução da política indigenista nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

2. A COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI/ UG 194007 informou o seguinte: “Vimos esclarecer e informar que devido à agenda de seminários de Ações Sociais junto à equipe de Brasília, onde a Coordenadora Substituta é presença importante e a situações emergências que surgiram na Coordenação Regional/Frente de Proteção – houve confronto de pescadores ilegais na Terra indígena onde 2 (dois) servidores ficaram feridos com arma de fogo, houve a necessidade da participação e presença de todos os servidores na Base de Proteção Territorial, já que nossa equipe conta hoje com apenas 06 (seis) servidores. Pelo exposto, informamos que estamos com dificuldades para encaminhar no tempo solicitado às informações complementares para o preenchimento do Relatório de Gestão, porém faremos esforço para encaminharmos o mais tardar, até sexta-feira próxima.”

3. A COORDENAÇÃO REGIONAL DE JURUA informou o seguinte: “Devido a nossa recente criação por meio do Decreto nº 7.778/2012, nos encontramos em fase de implantação e estruturação da CR na região. Ainda estamos em fase de constituição de nossa Unidade Gestora - UG, contando apenas com 9 (nove) servidores trabalhando em uma casa alugada com móveis emprestados, sem telefone e internet próprios. Dessa forma, os nossos recursos e contratos são geridos pela CR Alto Purus (UG - 194005). Estamos trabalhando para tentar criar a nossa própria Unidade Gestora e iniciar de forma autônoma a aquisição de equipamentos e serviços.”

2. As Coordenações Regionais/Unidades Gestoras a seguir listadas não informaram imóveis locados de terceiros.

UG 194011 - COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS – UF: PARÁ.

Não há imóveis locados para UG 194011 - COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS – UF: PARÁ (CRBT).

UG 194077 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE NORDESTE I – UF: ALAGOAS.

Não há imóveis locados para UG 194077 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE NORDESTE I – UF: ALAGOAS.

## 8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro 8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais

	relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). _____ Qual(is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.

X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	( 4 ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	( 4 ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	( 4 ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	( 4 ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( 4 ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).

X	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Faltaram questões sob a posição hierárquica da área de Tecnologia da Informação no órgão.	

### 8.1.1 Análise Crítica

Entendemos que Estruturar organizacionalmente a área de Tecnologia da Informação, como Coordenação Geral de forma adequada e coerente é permitir o alinhamento da estratégia (ou conjunto de propósitos e resultados visados) a seus elementos essenciais: estrutura (arranjo hierárquico e relacional de unidades organizacionais), processos (conjuntos estruturados de ações que geram produtos/serviços), quadros (conjunto de pessoas que, com suas competências, atuam nos processos) e sistemas informacionais (conjunto de dados, informações e recursos informacionais de software e hardware).

Desta forma, a proposta de elevar a Coordenação de Tecnologia da Informação ao nível organizacional de “Coordenação Geral” é uma etapa crítica do próprio processo, contudo extremamente necessária, corroborando com a necessidade de se estruturar não apenas no aspecto formal e processual, mas no seu conteúdo e qualidade, pertinência, adequação e funcionalidade do desenho proposto.

## 9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

#### Quadro 9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis FUNAI ADMINISTRAÇÃO SEDE

UG – 194035

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<b>Uso e descarte adequado de produtos de limpeza, utilização de materiais de</b>				

	limpeza biodegradáveis				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	<b>Houve mudança de sede da FUNAI e o novo prédio contempla torneiras automáticas e lâmpadas econômicas. Porém, não é possível afirmar a proporção da economia.</b>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ( )		Não ( )		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	<b>Aceitação de materiais reciclados que estejam em conformidade com o pedido</b>				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			

12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	<b>Folders</b>				
Considerações Gerais:					
<p><b><u>LEGENDA</u></b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

**COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ**

**UG – 194085**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<b>X</b>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	<b>X</b>				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		<b>X</b>			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				<b>X</b>	
<b>AMBIENTAL</b>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	<b>X</b>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<b>X</b>				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		<b>X</b>			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			<b>X</b>		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	<b>X</b>				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				<b>X</b>	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo			<b>X</b>		

de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
Considerações Gerais:					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS

UG – 194048

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<b>Não poderão conter substância perigosas em concentrações acima recomendadas na diretiva RoHS; Obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; Respeitar as NBR Publicações pela ABNT sobre resíduos sólidos.</b>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	

<p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>	<p><b>Não poderão conter substância perigosas em concentrações acima recomendadas na diretiva RoHS; Obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; Certificado INMETRO como produtos sustentáveis ou de menos impacto ambiental.</b></p>				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>	X				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>	X				
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p>	X				
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	X				
<p>9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</p>				X	
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>	X				
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>	X				
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>	X				
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>	X				

Considerações Gerais: A metodologia utilizada para analisar os quesitos do referido quadro foi por grupo de servidores os quais incluíram o Chefe da DIT, o Coordenador e Ordenador de despesas da CR Médio Purus, o Chefe do SEAD e o Chefe Substituto do SEPLAN.

### **LEGENDA**

#### **Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## **COORDENAÇÃO REGIONAL INTERIOR SUL**

**UG – 194061**

<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>	<b>Avaliação</b>				
<b>Licitações Sustentáveis</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
1.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).	X				
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <b>Nas aquisições de madeira é exigido a Certidão de Regularidade perante o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e Certificado de Origem Legal da madeira, conforme Instrução Normativa do IBAMA nº31, de 03/12/2009.</b>		X			

1.					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
1.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
1.					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? recargas de cartuchos para impressora é feita através de dispensa de licitação.			X		
1.					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.		X			
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
Considerações Gerais:					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

**COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA**

**UG – 194042**

<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>	<b>Avaliação</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.  · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	<b>X</b>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		<b>X</b>			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	<b>X</b>				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.  · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	<b>X</b>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).  · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		<b>X</b>			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).  · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	<b>X</b>				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.  · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				<b>X</b>	
	<b>Sim ( )</b>			<b>Não ( X )</b>	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).  · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		<b>X</b>			
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				<b>X</b>	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	<b>X</b>				

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.  · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.  · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
<b>MEMORANDO CIRCULAR</b>					
Considerações Gerais: A metodologia utilizada para analisar os quesitos do referido quadro foi por grupo de servidores os quais incluíram o Chefe da DIT, o Coordenador e Ordenador de despesas da CR Médio Purus, o Chefe do SEAD e o Chefe Substituto do SEPLAN.					
<b><u>LEGENDA</u></b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## COORDENAÇÃO REGIONAL DO XINGU

UG - 194031

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
1.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			

4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
1.	<b>REDUÇÃO</b>		<b>NO</b>		
	<b>VALOR</b>		<b>DAS</b>		
	<b>FATURAS</b>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
1.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
1.					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
1.					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					X
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.	X				
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no					

contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

**COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE**

**UG – 194029**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.  · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.  · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).  · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).  · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.  · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
	Sim ( )			Não ( X )	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização,		X			

reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
<b><u>LEGENDA</u></b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO

UG – 194027

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos			X		

produtos e matérias primas.					
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
Toners e cartuchos de impressora remanufaturados					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ( X )		Não ( )		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).					X
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e					
<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>					
<b>Licitações Sustentáveis</b>	<b>1</b>	<b>2</b>			
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		

1.	<b>Reciclagem do</b>					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).						
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?						
1.	<b>Fertilizantes certificado</b>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?						
1.	<b>Lâmpadas econômicas.</b>					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X					
1.						
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?						
1.	<b>Toner's e copos de vidro</b>					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X					
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.			X			
	<b>Logística de Viagens.</b>					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.						
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X					
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.						
Considerações Gerais:						
<b>LEGENDA</b> Níveis de Avaliação: (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						
materiais que reduzam o impacto ambiental.						
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.						X

· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Através de reuniões					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				X	
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Através de reuniões					
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## COORDENAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO

UG – 194019

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	<b>Reciclagem do lixo, sementes e fertilizantes certificados</b>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e				X	

serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
	<b>Fertilizantes certificados.</b>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
	<b>Lâmpadas econômicas.</b>				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
1.					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
1.	<b>Toner's e copos de vidro.</b>				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.		X			
	<b>Logística de Viagens.</b>				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
Considerações Gerais:					
<b><u>LEGENDA</u></b> <b>Níveis de Avaliação:</b> <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO TOCANTINS

UG – 194011

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p>	x				
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>	x				
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>	x				
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>	x				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>	x				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>			x		
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p>	x				
	<b>Sim ( )</b>			<b>Não ( )</b>	
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	x				

9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.	x				
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.  · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.  · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				
Considerações Gerais:					
<b><u>LEGENDA</u></b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO

UG – 194018

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
1.					

2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			<b>x</b>		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			<b>x</b>		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			<b>x</b>		
1.					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				<b>x</b>	
1.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			<b>x</b>		
1.					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			<b>x</b>		
1.					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			<b>x</b>		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.			<b>x</b>		
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				<b>x</b>	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	<b>x</b>				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				<b>x</b>	
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO

UG – 194036

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.  · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
	<b>Uso e descarte adequado de produtos de limpeza, utilização de materiais de limpeza biodegradáveis</b>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.  · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).  · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
	<b>Houve mudança de sede da FUNAI e o novo prédio contempla torneiras automáticas e lâmpadas econômicas. Porém, não é possível afirmar a proporção da economia.</b>				

<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>	<b>X</b>				
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p>			<b>X</b>		
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	<b>X</b>				
<p>9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</p>				<b>X</b>	
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>		<b>X</b>			
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>		<b>X</b>			
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>	<b>X</b>				
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>	<b>X</b>				
Considerações Gerais:					
<p><b><u>LEGENDA</u></b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ,</p>					

porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE I

UG – 194077

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.  · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.  · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).  · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).  · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.  · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
				Sim ( )	x
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).		X			

· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
<b><u>LEGENDA</u></b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO/UG 194074 não preencheu o quadro.

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI/ UG 194007 informou o seguinte: “Vimos esclarecer e informar que devido à agenda de seminários de Ações Sociais junto à equipe de Brasília, onde a Coordenadora Substituta é presença importante e a situações emergências que surgiram na Coordenação Regional/Frente de Proteção – houve confronto de pescadores ilegais na Terra indígena onde 2 (dois) servidores ficaram feridos com arma de fogo, houve a necessidade da participação e presença de todos os servidores na Base de Proteção Territorial, já que nossa equipe conta hoje com apenas 06 (seis) servidores. Pelo exposto,

informamos que estamos com dificuldades para encaminhar no tempo solicitado às informações complementares para o preenchimento do Relatório de Gestão, porém faremos esforço para encaminharmos o mais tardar, até sexta-feira próxima.”

Obs.) A COORDENAÇÃO REGIONAL DE JURUA informou o seguinte: “Devido a nossa recente criação por meio do Decreto nº 7.778/2012, nos encontramos em fase de implantação e estruturação da CR na região. Ainda estamos em fase de constituição de nossa Unidade Gestora - UG, contando apenas com 9 (nove) servidores trabalhando em uma casa alugada com móveis emprestados, sem telefone e internet próprios. Dessa forma, os nossos recursos e contratos são geridos pela CR Alto Purus (UG - 194005). Estamos trabalhando para tentar criar a nossa própria Unidade Gestora e iniciar de forma autônoma a aquisição de equipamentos e serviços.”

### 9.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados

Em que pese o conteúdo específico do item 8.2 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, sobre a política de separação de resíduos recicláveis descartados, bem como a obrigatoriedade de apresentação, conforme Quadro A1 da mesma DN, o atendimento ao referido item consta no item 12 do questionário apresentado no item anterior. Ressalta-se ainda que a Portaria TCU nº 175/2013 não dispõe de orientações quanto ao referido item.

### 9.3 Consumo de papel, energia elétrica e água

Quadro 9.3 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água  
FUNAI – ADMINISTRAÇÃO SEDE

UG – 194035

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	*	7.500	*	*	61.500,00	*
Água (m³)	13.678	18.523	21.228	224.495,92	286.918,67	305.876,28
Energia Elétrica (KW/H)	618.814	885.415	890.595	415.231,68	405.939,77	390.195,47
			<b>Total</b>	<b>63.9727,60</b>	<b>754.358,44</b>	<b>696.071,75</b>

**Fonte:** Serviço de Almoxarifado da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio - SEAL/CCCOMP e Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística - SEAPRE/COAL/Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL

COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS (MARABÁ)

UG – 194011

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	50	450	55	700,00	4.900,00	1.130,00
Água (m³)	*	*	*	*	*	*
Energia Elétrica (KW/H)	69864	78108	68238	32.613,76	40.181,49	38.165,00
			<b>Total</b>	<b>33.313,76</b>	<b>45.081,49</b>	<b>39.295,00</b>

**Fonte:** Coordenação Regional do Baixo Tocantins.

\* Informa que utiliza poço artesiano.

COORDENAÇÃO REGIONAL DE BAIXO SÃO FRANCISCO

UG – 194018

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	1.200,00	924	900	8.000,00	11.088,00	10.800,00
Água (m³)	47,62	27,65	24,26	4.465,84	3.678,73	2.797,67
Energia Elétrica (KW/H)	38,954	23,073	24,452	16.874,21	14.784,63	17.514,29
			<b>Total</b>	<b>29.340,05</b>	<b>29.551,36</b>	<b>31.111,96</b>

**Fonte:** Coordenação Regional de Baixo São Francisco

COORDENAÇÃO REGIONAL MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO

UG – 194019

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados			
-		-	-			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	443	122	241	4.893,92	1.240,20	2.491,44
Água (m³)	1.296	1.063	386	7.461,81	4.453,67	1.958,64
Energia Elétrica (KW/H)	46.482	38.330	38.006	21.112,14	19.020,13	17.871,52
			<b>Total</b>	<b>33.467,87</b>	<b>20.260,33</b>	<b>22.321,60</b>

Fonte: Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo

COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO

UG – 194027

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados			
-		-	-			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	324	318	300	4.860,00	4.770,00	4.500,00
Água (m³)	267	266	246	5.677,35	5.662,90	5.225,62
Energia Elétrica (KW/H)	115.457	186.004	212.527	15.596,00	25.125,48	28.708,24
			<b>Total</b>	<b>26.133,35</b>	<b>35.558,38</b>	<b>38.433,86</b>

Fonte: Coordenação Regional de Passo Fundo

COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE

UG – 194029

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
-			-	-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)		500	482		5.000,00	4.820,00
Água (m <sup>3</sup> )		1.416	1.115		6.668,40	5.250,00
Energia Elétrica (KW/H)		54.846	75.128		53.890,20	73.818,75
			<b>Total</b>		<b>65.558,60</b>	<b>83.888,75</b>

Fonte: Coordenação Regional Xavante

COORDENAÇÃO REGIONAL DO XINGU

UG – 194031

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
-			-	-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	200	178	190	2.800,00	2.314,00	2.280,00
Água (m <sup>3</sup> )	213	122	83	1.055,36	589,60	400,21
Energia Elétrica (KW/H)	22.417	28.526	27.388	10.311,84	12.551,77	12.051,39
			<b>Total</b>	<b>14.167,20</b>	<b>15.455,37</b>	<b>14.731,60</b>

Fonte: Coordenação Regional do Xingu

COORDENAÇÃO REGIONAL RIBEIRÃO CASCALHEIRA

UG – 194042

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	140	140	130	2.730,00	2.100,00	1.885,50
Água (m³)	-	-	-	324,00	324,00	353,74
Energia Elétrica (KW/H)				13.299,29	8.510,07	6.329,88
			<b>Total</b>	<b>16.353,29</b>	<b>8.834,07</b>	<b>8.569,12</b>

Fonte: Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira

COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS

UG – 194048

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	116	331	70	1.870,40	4.897,90	1.000,00
Água (m³)	0	0	0	-	-	-
Energia Elétrica (KW/H)	13.463,58	11.972	7.130	4.140,55	4.045,24	2.400,00
			<b>Total</b>	<b>6.010,95</b>	<b>8.943,14</b>	<b>3.400,00</b>

Fonte: Coordenação Regional do Médio Purus

COORDENAÇÃO REGIONAL DO INTERIOR SUL

UG – 194061

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	332	366	291	4.030,50	3.511,00	3.088,50
Água (m³)	906	980	703	4.868,79	4.044,24	2.563,05
Energia Elétrica (KW/H)	39.182	59.854	73.617	15.672,03	26.948,38	31.446,07
			<b>Total</b>	24.571,32	34.503,62	37.097,62

Fonte: Coordenação Regional do Interior Sul

#### COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO

UG – 194074

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	25,9	39 cxs	44 cxs	5.988,40	4.607,80	2.693,00
Água (m³)	xxxxxxxx	xxxxxxxx	xxxxxxxx	83.351,14	60.416,87	129.019,41
Energia Elétrica (KW/H)	xxxxxxxx	xxxxxxxx	xxxxxxxx	11.340,09	6.372,84	12.058,99
			<b>Total</b>	<b>100.679,63</b>	<b>71.397,51</b>	<b>143.771,40</b>

Fonte: Coordenação Regional do Maranhão

#### COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE I

UG – 194077

Adesão a Programas de Sustentabilidade
--

Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	60	-	-	712,00	-	-
Água (m³)	428	594	698	9.320,16	11.356,86	10.944,94
Energia Elétrica (KW/H)	95.240	107.420	101.528	42.769,21	49.965,14	83.950,56
			<b>Total</b>	<b>52.801,37</b>	<b>61.322,00</b>	<b>94.895,50</b>

Fonte: Coordenação Regional Nordeste I

#### COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ

UG – 194085

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	235	318	300	2.707,20	3.049,62	3.000,00
Água (m³)	951	720	634	3.324,91	2.515,59	2.213,00
Energia Elétrica (KW/H)	68.858	435.47	73.998	27.898,00	17.643,61	29.289,02
			<b>Total</b>	<b>33.930,11</b>	<b>23.208,82</b>	<b>34.502,02</b>

Fonte: Coordenação Regional de Ponta Porã

#### COORDENAÇÃO REGIONAL DO NORTE DO MATO GROSSO

UG – 194036

Adesão a Programas de Sustentabilidade
--

Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
-		-		-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	106	121	132	1.272,00	1.277,76	1.393,92
Água (m³)	177	180	396	4.660,41	4.741,19	10.450,40
Energia Elétrica (KW/H)	16.847	17.738	39.585	15.744,00	16.577,44	16.729,85
			<b>Total</b>	<b>21.676,41</b>	<b>22.596,39</b>	<b>28.574,17</b>

Fonte: Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso

## 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 10.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

#### 10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 10.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Unidade Jurisdicionada	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-014.789/2013-2	Nº 3582/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.7.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Descrição da Deliberação					
Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de concessão para o(s) interessado(s) constante(s) do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento identificadas no(s) ato(s) concessório(s)					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
Determinação cumprida conforme teor do ofício n. 763/CGGP/DAGES, de 31/07/2013
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

Quadro 10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-014.789/2013-2	Nº 3582/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.7.2	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Descrição da Deliberação					
Observe o correto preenchimento do(s) formulário(s) de concessão (ões) no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação cumprida conforme teor do ofício n. 763/CGGP/DAGES, de 31/07/2013					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC-010.276/2013-0	Nº 3707/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.8.1.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Fundação Nacional do Índio	173
<b>Descrição da Deliberação</b>	
Dê ciência aos interessados deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data desta deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso do não provimento;	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Determinação cumprida conforme teor do ofício n. 801/CGGP/DAGES/FUNAI, de 08/08/2013.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

Quadro 10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					173
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	TC-010.276/2013-0	Nº 3707/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.8.2.	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Faça cessar, nos termos do art. 262 do Regimento Interno, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, o pagamento decorrente dos atos ora impugnados, alusivo ao percentual de 84,32% (Plano Collor), nos proventos de pensão dos beneficiários, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Determinação cumprida conforme teor do ofício n. 801/CGGP/DAGES/FUNAI, de 08/08/2013.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Quadro 10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC-010.276/2013-0	Nº 3707/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.8.3.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Descrição da Deliberação					
Envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, cópia dos documentos que comprovem as datas em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação cumprida conforme teor do ofício n. 801/CGGP/DAGES/FUNAI, de 08/08/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC-010.276/2013-0	Nº 3707/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.8.4.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Descrição da Deliberação					
Aplique à VPNI decorrente de vantagem referente ao percentual de 84,32% (Plano Collor) o entendimento consignado no Acórdão 2.161/2005 - Plenário, no prazo de 15 (quinze) dias contado da ciência desta deliberação, segundo o qual as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
Determinação cumprida conforme teor do ofício n. 801/CGGP/DAGES/FUNAI, de 08/08/2013.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC-010.276/2013-0	Nº 3707/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.9	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Descrição da Deliberação					
Esclarecer à Fundação Nacional do Índio que poderá, nos termos dos arts. 260, caput, 262, § 2º, do Regimento Interno, emitir novos atos livres das irregularidades apontadas, submetendo-os a nova apreciação deste Tribunal.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação cumprida conforme teor do ofício n. 801/CGGP/DAGES/FUNAI, de 08/08/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

8	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação Regional de Ji-Paraná					<b>88184</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar à Funai - Administração Executiva Regional de Ji-Paraná que apresente, em 120 (cento e vinte ) dias, plano de ação explicitando em cronograma as medidas que já adotou ou adotará para estabelecer mecanismos de supervisão e controle com objetivo de evitar a reincidência das seguintes impropriedades verificadas na unidade, durante o exercício de 2009, e registradas pela CGU em seu relatório de auditoria de gestão:					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					173
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
9	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.1.	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação Regional de Ji-Paraná					<b>88184</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Pagamento de diárias para colaboradores eventuais para execução de serviços inerentes aos servidores da unidade;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.2.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
Descrição da Deliberação					
Pagamento frequente de diárias para colaboradores eventuais;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.3.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
Descrição da Deliberação					
Concessão de diárias para colaborador eventual com vínculo de parentesco com servidores da unidade;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					

Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.4.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
Descrição da Deliberação					
Pagamento de diárias a servidor para exercício das atividades fora da área de sua jurisdição, podendo comprometer os trabalhos desenvolvidos na unidade sob sua responsabilidade;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.5.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184

<b>Descrição da Deliberação</b>	
Falhas no preenchimento das propostas de concessão de diárias e passagens - PCPDP;	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					173
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
14	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.6.	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação Regional de Ji-Paraná					<b>88184</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Mesmo veículo utilizado em viagens distintas em períodos coincidentes;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio	173
<b>Deliberações do TCU</b>	
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.7.	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação Regional de Ji-Paraná					<b>88184</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Aquisição de veículo em quantidade acima do especificado no pregão;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.8.	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação Regional de Ji-Paraná					<b>88184</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Falha na descrição dos itens de pregão;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.9.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
Descrição da Deliberação					
Falta de controle no consumo de combustíveis;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.10.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
Descrição da Deliberação					
Realização indevida de dispensa de licitação, resultando em fracionamento de despesas;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
--

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.11.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
Descrição da Deliberação					
Registro da fundamentação da dispensa, na nota de empenho, incompatível com a constante do processo;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.12.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
Descrição da Deliberação					
Registro incorreto da modalidade de licitação na nota de empenho;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

<b>Síntese da Providência Adotada</b>
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.13.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
Descrição da Deliberação					
Pagamento de despesas com hospedagem sem comprovação da efetiva prestação de serviços;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.14.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184

<b>Descrição da Deliberação</b>	
Fornecimento de gêneros alimentícios para servidores, terceirizados e indígenas a serviço da Funai, sem controles pertinentes;	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					173
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
23	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.15.	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Reinscrição de restos a pagar de exercícios anteriores a 2008;					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio	173

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.16.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
Descrição da Deliberação					
Inscrição indevida de notas de empenho em restos a pagar não processados, bem como realização de despesas sem prévio empenho;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1.17.	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
Descrição da Deliberação					
Pagamento de notas fiscais referentes a despesas inscritas em restos a pagar sem data de emissão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro A.10.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	TC-021.225/2010-9	Nº 988/2013 - TCU - Plenário	1.5.2.	RE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional de Ji-Paraná					88184
Descrição da Deliberação					
Dar ciência à Fundação Nacional do Índio – Administração Executiva Regional de Ji-Paraná que o não cumprimento da determinação precedente poderá as penalidades previstas na Lei 8.443/92;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Determinação implementada pela CR de Ji-Paraná.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 10.1.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-026.691/2011-6	2219/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.6.1	RE	PC Cuiabá
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação Regional em Cuiabá					88065
Descrição da Deliberação					

Recomendar à Fundação Nacional do Índio no Estado de Mato Grosso que promova ações junto à FUNAI/Sede, no sentido de dar cumprimento às recomendações da Controladoria Geral da União/MT, contidas no Relatório de Auditoria Anual 2011/09093, em especial quanto às seguintes questões:

a) viabilização de cursos de capacitação e treinamento aos servidores em exercício na Unidade com vistas ao aprimoramento dos controles internos da Unidade na área administrativa, em especial a contratação de serviços e aquisições;

b) carência de recursos humanos com vistas ao aprimoramento dos controles internos, ou, de outra forma, que se atue na melhoria e racionalização do processo de trabalho;

c) viabilização de cursos de capacitação e treinamento aos servidores em exercício na UJ com vistas ao aprimoramento dos controles internos da Unidade, na área de fiscalização de contratos;

d) institucionalização de metas para todas as Regionais;

e) estratégias que visem a redução da defasagem entre o quantitativo de servidores atual e o ideal para cumprimento das atribuições da UJ, atuando concomitantemente na melhoria e racionalização dos processos de trabalho;

f) formas de capacitar os servidores a fim de conscientizá-los da necessidade de se instituir controles internos voltados para o acompanhamento das ações desenvolvidas pela UJ;

g) viabilização de cursos de capacitação e treinamento dos servidores da instituição com o objetivo de atuar na área de cadastro e atualização dos imóveis da União sob responsabilidade da UJ junto a SPU/MPOG;

h) implementação de rotinas para manter os imóveis da União sob responsabilidade da FUNAI/CR cadastrados e atualizados junto ao SPIUNET;

i) manutenção de canal de discussão com a SPU/MPOG e as outras Coordenações Regionais de Mato Grosso com o intuito de regularizar os registros de responsabilidade da Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI, cadastrados no SPIUNet na base da FUNAI de Cuiabá;

j) implementação de rotinas na área de suprimentos de bens e serviços objetivando verificar se a documentação dos autos são hábeis e suficientes para justificar a contratação direta (por inexigibilidade) de serviços e aquisição de bens;

l) implementação de rotinas na área de suprimento de bens e serviços objetivando certificar se a opção pela contratação direta (por inexigibilidade) enquadra-se em uma das hipóteses previstas na lei de licitações e contratos.

**Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
CODEP/CGGP/DAGES	

**Justificativa para o seu não Cumprimento:**

Esta Fundação instituiu no ano de 2013 - Plano de Capacitação, via Portaria ° 1827/PRESI, datada de 24/12/2013 para o exercício de 2014, que tem a finalidade treinar e desenvolver s servidores, tal medida entendemos que poderá minimizar os fatos citados nos itens “A, B e C”. Cabe ressaltar ainda que o número reduzido de servidores ocorre pela não autorização da realização de Concurso Público, sendo que já foi solicitado ao Ministério do Planejamento tal autorização e que ainda encontra-se em estudo naquela pasta.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Parte do não atendimento as demandas levantadas foi por falta de um Plano de Capacitação, é a primeira vez que esta Fundação realiza um plano de capacitação, registra-se que o hoje esse Plano é confeccionado voltada as demandas da instituição.

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>				
Fundação Nacional do Índio	00173				
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tip o</b>	<b>Comunicaçã o Expedida</b>

2	TC-027.685/2011-0	3395/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.6.1	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					00173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que: Observe a Instrução Normativa SRF 480/2004, quando da retenção, na fonte, de tributos e contribuições relativos a pagamentos efetuados pelo fornecimento de bens e prestação de serviços, socorrendo-se, em especial, do disposto no art. 34, que estabelece que as unidades centralizadas e descentralizadas da Secretaria da Receita Federal orientarão os órgãos e as entidades pagadoras na execução do disposto na referida instrução normativa;					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES/FUNAI					87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
Esclarecemos que com o intuito de aperfeiçoar e padronizar os procedimentos administrativos foi realizado treinamento referente ao assunto. O tópico “Retenção de Imposto e Alíquotas” foi um dos pontos objeto do Encontro de Administração e Gestão promovido pela Funai, no período de 29/08 a 01/09/2011, na Oficina sobre Programação e Execução Orçamentária e Financeira, contando com a participação de técnicos de todas as Unidades Gestoras desta Fundação. O assunto em questão foi tratado novamente à época da realização da Oficina de Planejamento, ocorrida nos meses de fevereiro e março de 2013.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não ocorreram.					

<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					00173
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tip o</b>	<b>Comunicaçã o Expedida</b>
3	TC-027.685/2011-0	3395/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.6.2	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					00173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que: Ao estimar o custo de contratação, adote como base, preferencialmente, os preços praticados em contratações similares, bem como aqueles parametrizados em indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso, nos termos do art. 15, inciso XII, b, da IN SLTI 2/2008, valendo-se de consultas de preços diretamente junto a potenciais fornecedores somente quando não for possível utilizar-se dos citados expedientes;					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL					87528

<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>
<b>RECOMENDAÇÃO JÁ ATENDIDA</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
O Serviço de Compras da FUNAI vem realizando pesquisa de preços em conformidade com o Parecer nº 02/2012/GT359/DEPCONSU/PGF/AGU. Este, Parecer exarado pela Advocacia Geral da União, prescreve a parametrização, generalidade, atualidade e devida instrução processual relativa à pesquisa de preço adequada. Sendo assim, para toda e qualquer aquisição esta Fundação realiza consulta de atas de registro de preços vigentes, contratos administrativos firmados com o Governo Federal, bem como pesquisas de mercado, (onde essas consultas passam a integrar os devidos e respectivos processos). Os valores encontrados são cotejados, sempre sendo estimado para a contratação o menor valor encontrado. Assim, caso o menor valor encontrado seja o de contratações similares, este será o adotado para a aquisição pleiteada. Observando-se, ademais, quando do cotejamento de valores, a similaridade das contratações é levada em conta. Contudo, há casos em que esta similaridade não é possível de ser observada e nessa situação esse fato dificulta e até mesmo impede a adoção, como valor base, os preços praticados em contratações aparentemente similares. Em outras situações, existe ainda a dificuldade de se encontrar contratos similares com o objeto a ser contratados. Mas, em via de regra, é sim (e vem sendo) adotado como base, preferencialmente, os preços praticados em contratações similares, bem como aqueles parametrizados em indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, conforme o caso, nos termos do art. 15, inciso XII, b, da IN SLTI 2/2008, valendo-se esta Fundação de consultas de preços diretamente junto a potenciais fornecedores somente quando não for possível utilizar-se dos citados expedientes.

<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					00173
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	TC-027.685/2011-0	3395/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.6.3	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					00173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que: Informe no próximo relatório de gestão as medidas adotadas para dar cumprimento às determinações anteriores;					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL					87528
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
<b>RECOMENDAÇÃO JÁ ATENDIDA</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
(vide exposição dos fatos delineados no item anterior – de ordem 3.).					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>
-------------------------------

<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					00173
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5	TC-014.789/2013-2	3582/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.7.1	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					00173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que: Providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novo(s) ato(s) de concessão para o(s) interessado(s) constante(s) do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento identificadas no(s) ato(s) concessório(s);					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Serviço de Aposentadorias e Pensões-SEAPEN/COAP/CGGP/DAGES					
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
Informamos que o SEAPEN enviou novo ato ao TCU pelo Sistema Sisac, e encaminhou o Ofício nº 763/CGGP/DAGES, de 31/7/2013 ao TCU, dentro prazo de 60 (sessenta) dias, conforme orientação do TCU, cópias em anexo.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
O conhecimento do Acórdão em questão em tempo hábil para atendimento facilita o atendimento no prazo.					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					00173
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
6	TC-014.789/2013-2	3582/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.7.2	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					00173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que: Observe o correto preenchimento do(s) formulário(s) de concessão(ões) no sistema Sisac, fazendo constar todas as informações necessárias ao exame dos atos, bem como garantindo a consistência dos dados fornecidos.					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Serviço de Aposentadorias e Pensões-SEAPEN/COAP/CGGP/DAGES					

<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>
Informamos que o SEAPEN enviou novo ato ao TCU pelo Sistema Sisac, e encaminhou o Ofício nº 763/CGGP/DAGES, de 31/7/2013 ao TCU, dentro prazo de 60 (sessenta) dias, conforme orientação do TCU, cópias em anexo.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
O conhecimento do Acórdão em questão em tempo hábil para atendimento facilita o atendimento no prazo

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC-010.276/2013-0	3707/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.8.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Descrição da Deliberação					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que: Dê ciência aos interessados deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) dias contado da data desta deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso do não provimento;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Aposentadorias e Pensões-SEAPEN/COAP/CGGP/DAGES					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Informamos que o assunto foi encaminhado ao Serviço de Pagamento de Pessoal-SEPAG, que providenciou a adequação do pagamento da decisão judicial referente a 84,32% na forma do Acórdão TCU nº 2.161/05, cópia em anexo.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O conhecimento do Acórdão em questão em tempo hábil para atendimento facilita o atendimento no prazo					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC-010.276/2013-0	3707/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.8.2	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Descrição da Deliberação					

Determinar à Fundação Nacional do Índio que:  
 Faça cessar, nos termos do art. 262 do Regimento Interno, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, o pagamento decorrente dos atos ora impugnados, alusivo ao percentual de 84,32% (Plano Collor), nos proventos de pensão dos beneficiários, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

**Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Serviço de Aposentadorias e Pensões-SEAPEN/COAP/CGGP/DAGES	

**Justificativa para o seu não Cumprimento:**

Informamos que o assunto foi encaminhado ao Serviço de Pagamento de Pessoal-SEPAG, que providenciou a adequação do pagamento da decisão judicial referente a 84,32% na forma do Acórdão TCU nº 2.161/05, cópia em anexo.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

O conhecimento do Acórdão em questão em tempo hábil para atendimento facilita o atendimento no prazo

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio	00173

**Deliberações do TCU**

**Deliberações Expedidas pelo TCU**

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC-010.276/2013-0	3707/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.8.4	DE	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio	<b>00173</b>

**Descrição da Deliberação**

Determinar à Fundação Nacional do Índio que:  
 Envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão do Tribunal, cópia dos documentos que comprovem as datas em que os interessados tiveram ciência desta deliberação.

**Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento**

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Serviço de Aposentadorias e Pensões-SEAPEN/COAP/CGGP/DAGES	

**Justificativa para o seu não Cumprimento:**

Informamos que o assunto foi encaminhado ao Serviço de Pagamento de Pessoal-SEPAG, que providenciou a adequação do pagamento da decisão judicial referente a 84,32% na forma do Acórdão TCU nº 2.161/05, cópia em anexo.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

O conhecimento do Acórdão em questão em tempo hábil para atendimento facilita o atendimento no prazo

**Unidade Jurisdicionada**

<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio	00173

**Deliberações do TCU**

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC-029.036/2012-	4500/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.8	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					00173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que instaure processo de tomada de contas especial em razão da omissão do dever de prestar contas verificadas no âmbito dos convênios Siafi 553551, 660510 e 661982 e do termo de parceria Siafi 628670, pertinentes à Renda do Patrimônio Indígena, bem como apure a responsabilidade pelo atraso na implementação dessa medida, informando ao Tribunal, no prazo de 180 dias, os resultados obtidos.					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Setor de Serviço de Análise Contratos e Convênio – SEAC/CCONT					87511
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
Os convênios Siafi, 660510 e 661982 e o termo de parceria Siafi 628670 tiveram suas respectivas prestações de contas recebidas neste Setor e, mediante as formalizações dos Processos de Prestação de Contas, à luz da IN/STN/nº 01/97, a documentação pertinente foi exaustivamente examinada e, conseqüentemente elaboradas as notas técnicas e efetuadas diligências e notificações, estando em andamento as providências com vistas as regularizações das Prestações de Contas. Quanto ao convênio Siafi 553551, está em fase de análise.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Como fatores positivos citamos o acréscimo da força de trabalho de Contadores para atuarem nas Análises de Prestações de Contas dos Convênios.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC-041.869/2012-5	4679/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.8	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar à Diretoria de Administração e Gestão da Fundação Nacional do Índio - Funai para que desenhe indicadores de gestão específicos para o Museu do Índio para apresentação em futuros Relatórios de Gestão.					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 020.641/2010-9	5847/2013 - TCU - 2ª Câmara	9.7.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Descrição da Deliberação					
<p>Determinar à Fundação Nacional do Índio que, no prazo de 90 (noventa) dias: Exija a imediata prestação de contas dos suprimentos de fundos indicados no item 1.1.4.1 do Relatório de Auditoria 244047 da Secretaria Federal de Controle Interno, bem como dos demais suprimentos em igual situação, e, se não apresentadas, adote medidas com vistas à restituição dos valores.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					0173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 020.641/2010-9	5847/2013 - TCU - 2ª Câmara	9.7.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					0173
Descrição da Deliberação					
<p>Determinar à Fundação Nacional do Índio que, no prazo de 90 (noventa) dias: Exija a imediata prestação de contas dos suprimentos de fundos indicados no item 1.1.4.1 do Relatório de Auditoria 244047 da Secretaria Federal de Controle Interno, bem como dos demais suprimentos em igual situação, e, se não apresentadas, adote medidas com vistas à restituição dos valores.</p>					
Síntese da Providência Adotada					
<p>A ação conjunta entre a FUNAI Sede e as Coordenações Regionais responsáveis pela concessão dos aludidos suprimentos de fundos possibilitou a implementação de medidas saneadoras junto aos agentes supridos com vistas à apresentação das respectivas prestações de contas, com êxito.</p>					

Os casos de insucesso ensejaram as seguintes medidas visando o ressarcimento pretendido: desconto em folha de pagamento do servidor, inscrição no CADIN e em Dívida Ativa não Tributária.

<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Coordenação de Contabilidade – CCONT/CGOF	87510
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
A determinação em questão foi cumprida pelo setor competente desta Fundação.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Como fatores positivos citamos o acréscimo da força de trabalho de Contadores para atuarem nas Análises de Prestações de Contas dos Convênios.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					0173
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
13	TC 020.641/2010-9	5847/2013 - TCU - 2ª Câmara	9.7.2	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					0173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que, no prazo de 90 (noventa) dias: Adote providências efetivas com vistas a obter junto à empresa SET de Filmagens Produções Ltda. o recolhimento, devidamente corrigido, dos tributos devidos por ocasião do pagamento da Nota Fiscal 979, emitida em 2/4/2009, em cumprimento à IN/SRF 480/2004 (item 1.1.6.3 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 244047 da Secretaria Federal de Controle Interno).					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES					87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
Com relação a este item, informamos que notificamos via Aviso de Recebimento – AR nº 497048384B2, a Empresa SET – Produções e Eventos Ltda, a recolher os tributos devidos a época do pagamento da Nota Fiscal nº 979 no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação, ocorrido no dia 15/10/2013. Considerando que a empresa em questão não se manifestou foi enviado o Ofício nº 025/DAGS/FUNAI, de 10/02/2014 ao Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil no Distrito Federal comunicando o fato para que sejam realizadas as medidas necessárias para regularização dos débitos tributários junto a Receita Federal do Brasil/RFB.					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não ocorreram.					

<b>Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Denominação Completa</b>	<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio	0173
<b>Deliberações do TCU</b>	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	TC 020.641/2010-9	5847/2013 - TCU - 2ª Câmara	9.7.3	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					0173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<p>Determinar à Fundação Nacional do Índio que, no prazo de 90 (noventa) dias: Adote providências efetivas com vistas a obter junto às empresas Norte Jet Táxi Aéreo Ltda. e Renildo Correia da Silva EPP o recolhimento, devidamente corrigido, dos tributos devidos por ocasião dos pagamentos realizados pela locação de veículos e aeronaves junto àquelas empresas, nos valores respectivos de R\$ 19.142,18 e R\$ 160.725,47, em cumprimento à IN SRF 480/2004 (item 1.1.6.4 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 244047 da Secretaria Federal de Controle Interno).</p>					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES					87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
<p>Informamos que foi encaminhado à Procuradoria Federal Especializada junto a Funai – PFE/Funai o Memorando nº 196/DAGES/FUNAI/2013, de 06/05/2013, Protocolo nº 08620.027.528/2013-63, cópia anexa, solicitando a Inscrição do Débito de R\$ 28.883,42 (vinte e oito mil, oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e dois centavos) em Dívida Ativa da União, da empresa <b>NORTE JET TÁXI AÉREO LTDA</b>, CNPJ 22.916.035/0001-08.</p> <p>Esclarecemos que por orientação da mencionada Procuradoria contida na Nota nº 102/2013/CCOAD/PFE – FUNAI/PGF/AGU, de 15/05/2013, cópia anexa, foi expedido o Ofício nº 119/DAGES/2013, de 30/08/2013, cópia anexa, ao Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil em Belém/PA, Processo nº 08620.027.528/2013-63, solicitando medidas necessárias para a regularização do recolhimento dos tributos supracitados considerando que o débito objeto da retenção a menor tem natureza tributária.</p> <p>Com relação à empresa <b>RENILDO CORREIA DA SILVA</b> informamos que a mesma encaminhou os comprovantes de recolhimento dos tributos devido conforme documentação encaminhada em anexo ao Memorando nº 076/2012-GAB/CR/BVB/FUNAI-RR, de 18/06/2012, conforme Memorando nº 668/DAGES/FUNAI/2012, encaminhado a Auditoria Interna desta Fundação, que contém cópia da documentação comprobatória do recolhimento da diferença dos tributos apresentada pela Empresa em questão.</p>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					
Não ocorreram.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					0173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	TC 020.641/2010-9	5847/2013 - TCU - 2ª Câmara	9.7.4	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					0173
<b>Descrição da Deliberação</b>					

Determinar à Fundação Nacional do Índio que, no prazo de 90 (noventa) dias: Encaminhe a esta Corte informações/documentos comprobatórios do cumprimento dos itens 9.4.6 do Acórdão 4.130/2009- Primeira Câmara, 9.5.14 e 9.5.16.2 do Acórdão 1.875/2009-Segunda Câmara, sob pena de caracterizar-se descumprimento de determinação do Tribunal.	
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Corregedoria da Funai	107102
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>	
No tocante ao Item 9.5.14 temos a informar que os débitos imputados às servidoras Angela Silva Souza e Carolina Conceição Sena foram devidamente recolhidos aos Cofres Públicos. No tocante ao item 9.5.16.2, relativo ao convênio nº 010/95, nº SIAFI 132102, celebrado com a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM, temos a informar que não foi instaurada a TCE, considerando que todos os documentos e informações correspondentes foram encaminhados à Funai. Cabe esclarecer a Prefeitura Municipal em questão aplicou todo valor recebido, focando-se na necessidade de se prestar assistência à saúde dos indígenas daquela região, de maneira que o objetivo do convênio foi alcançado, conforme demonstrado na sua execução física. Todavia, a sua execução foi efetuada sem a devida observação às determinações contidas na IN nº 01/97. Em razão do exposto, será expedida notificação à Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM, bem como ao Prefeito a época da celebração do convênio. Quanto ao Item 9.4.6 do Acórdão 4.130/2009 – Primeira Câmara, informamos que foi instaurado procedimento sindicante por meio da Portaria nº 052/2012/Corregedoria, publicada no Boletim de Serviço de 14/02/2012, Processo nº 08620.002.593/2009-08, visando a apuração de responsabilidades pela aquisição de mobiliário para o apartamento funcional de propriedade da Funai situado na Quadra SQS 208, Bloco “C”, Aptº 306, que teve como conclusão a anulação de todo procedimento e a abertura nova sindicância ainda não instaurada.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Como fatores positivos citamos o acréscimo da força de trabalho de Contadores para atuarem nas Análises de Prestações de Contas dos Convênios, e como fatores negativos o grande volume de procedimentos sindicantes em tramitação na Corregedoria desta Fundação.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					0173
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
15	TC 020.641/2010-9	5847/2013 - TCU - 2ª Câmara	9.7.5	DE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					0173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que, no prazo de 90 (noventa) dias: Apure a responsabilidade dos agentes que deram causa às situações apontadas nos itens 1.1.13.3 e 1.1.13.6 do Relatório de Auditoria 244047 da Secretaria Federal de Controle Interno (exercício de 2009), que relata a emissão de notas de empenhos em favor das próprias unidades gestoras da Funai, com utilização dos créditos orçamentários respectivos em aquisições de bens e serviços sem a observância dos procedimentos licitatórios previstos em lei, fato verificado nas Coordenações Regionais de Marabá/PA, Xingu/MT, Campinópolis/MT, Núcleo de Apoio Local de Porto Seguro/BA e Administração Executiva Regional do Cone Sul/MS.					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Corregedoria da Funai					107102
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					

Sobre o assunto informamos que da Diretoria de Administração e Gestão – DAGES desta Fundação encaminhou o Memo nº 727/DAGES/FUNAI/2012, de 08/10/2013, protocolo nº 08620.069227/2012-26, à Corregedoria para providências relativas a apuração de responsabilidade dos servidores conforme recomendação da Controladoria-geral da União-CGU/PR. O assunto em questão encontra-se na Corregedoria desta Fundação.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Com relação aos fatores negativos informamos o excessivo número de processo que tramitam na Corregedoria desta Fundação

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	TC-013.634/2013-5	6533/2013 - TCU - 2ª Câmara	1.7	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Descrição da Deliberação					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que proporcionalize corretamente os proventos do servidor Luiz Costa, CPF nº 284.525.421-00, à razão de 30/35 avos.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SEAPEN/COAP/CGGP/DAGES					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Informamos que o SEAPEN não tomou conhecimento do Acórdão em questão, no entanto, o tempo questionado pelo TCU foi cadastrado no sistema Sisac em desacordo com o mapa de tempo de serviço do servidor em referência.</p> <p>Acrescentamos que o ato foi julgado pela legalidade, com a observação de corrigir os proventos do aposentado de 31/35 avos para 30/35 avos, no entanto, o aposentado está recebendo na proporção correta de 31/35 avos, conforme tempo de serviço.</p> <p>Anexamos Mapa de Tempo de Serviço, emitido pelo Siape.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	TC-021.225/2010-9	988/2013 - TCU - Plenário	1.5.1	DE	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
Coordenação Regional de Ji-Paraná		88148
<b>Descrição da Deliberação</b>		
Determinar à Funai - Administração Executiva Regional de Ji-Paraná que apresente, em 120 (cento e vinte ) dias, plano de ação explicitando em cronograma as medidas que já adotou ou adotará para estabelecer mecanismos de supervisão e controle com objetivo de evitar a reincidência das seguintes impropriedades verificadas na unidade, durante o exercício de 2009, e registradas pela CGU em seu relatório de auditoria de gestão.		
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>		
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
Coordenação Regional da Funai de Ji-Paraná/RO.		119272
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>		
O Plano de Ação em questão já foi encaminhado pela Coordenação Regional da Funai de Ji-Paraná/RO à Auditoria interna da Funai.		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		
Não ocorreram.		

<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					0173
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
18	TC-021.225/2010-9	988/2013 - TCU - Plenário	1.5.3	RE	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio					0173
<b>Descrição da Deliberação</b>					
Recomendar à presidência da Fundação Nacional do Índio que avalie a possibilidade de remover para a Funai – Administração Executiva Regional de Ji-Paraná os servidores da extinta unidade de Porto Velho ou, em caso de impossibilidade, descentralizar para a unidade de Porto Velho parte das atividades daquela regional.					
<b>Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES					87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento:</b>					
Foi editada Portaria nº 477/DAGES, de 20 de dezembro de 2013, relativa a remoção dos servidores em questão. Ainda com relação a esse assunto estão sendo realizados estudos com vistas a definição do quantitativo da força de trabalho de cada unidade regional da Funai					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

## 10.2 Tratamento de Recomendações do OCI

### 10.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

#### Quadro 10.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Fundação Nacional do Índio		0173	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201306057	1.1.1.1 (9)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Fundação Nacional do Índio		0173	
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Providenciar o imediato encaminhamento dos respectivos processos ao órgão de contabilidade analítica a que estiver jurisdicionado, para instauração de tomada de contas especial e demais medidas de sua competência, sob pena de responsabilidade, em atendimento ao § 4º do art. 31 da IN/STN/nº 01/97.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Análise de Contratos e Convênios - SEAC			87511
Síntese da Providência Adotada			
Com relação aos convênios relativos ao item em referência temos a informar que o de nº 019/97 celebrado com a Prefeitura Municipal de Eunápolis/BA encontra-se com sua análise da prestação de contas concluídas e feitas a devidas notificações ao conveniente em função das impropriedades constatadas. Com relação ao de nº 001/2005 celebrado com o Governo do Estado de Roraima/RR, informamos que parte da prestação de contas foi aprovada, sendo o órgão notificado a efetuar glosa de valores indevidamente aplicados. E os de nºs 006/97, celebrado com a Prefeitura Municipal de Aragarças e 017/95, celebrado ao a Associação Indígenista Ambiental – DIA, informamos que suas respectivas prestações de conas encontram-se em análise.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fatores positivos citamos o acréscimo da força de trabalho de Contadores para atuarem nas Análises de Prestações de Contas dos Convênios.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Fundação Nacional do Índio		173	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201306057	2.1.1.1 (1)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Fundação Nacional do Índio		173	
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Implantar mecanismos de controle interno para o acompanhamento sistemático da situação dos servidores cedidos quanto à vigência dos atos autorizativos da cessão, em cumprimento ao estabelecido no Parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 4.050/2001.			

Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas</b>			<b>Código SIORG</b>
Síntese da Providência Adotada - Implantado rotina de trabalho no Serviço de Cadastro, Lotação e Movimentação, no sentido de acompanhamento das publicações de cessões e prorrogações, em cumprimento ao Paragrafo único do art.2º do Decreto nº 4.050/2001.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b> Encaminhar em tempo hábil para deliberação junto a Secretaria Executiva do Ministério da Justiça para publicação do ato.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Demora na manifestação de interesse da prorrogação por parte do órgão cessionário, resultando no atraso nos encaminhamentos para deliberação e publicação das referidas prorrogações em tempo hábil.			
Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201306057	2.1.1.1 (1)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Solicitar a apresentação dos Servidores de Matrículas Siape nºs 445389 e 443164 ao órgão de origem, caso as cessões não sejam prorrogadas.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas</b>			<b>Código SIORG</b>
COAP/CCGP/DAGES			
<b>Síntese da Providência Adotada:</b>			
Gestão junto ao Ministério da Justiça para o andamento dos processos.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:</b> Publicação das Portarias de Prorrogação de cessão: nº 179/SE/MJ/2013, matrícula 443164, DOU 18/11/2013, e matrícula 445389 - Portaria nº 185/SE/MJ, DOU 29/11/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fatores positivos: Regularização da situação dos servidores. Fatores Negativos: Demora de manifestação sobre o interesse na prorrogação por parte do órgão cessionário, resultando no atraso nos encaminhamentos para deliberação e publicação das referidas prorrogações em tempo hábil, ocasionando a convalidação dos períodos em atraso.			

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

4	201306057	2.1.1.1 (1)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 3: Adotar as providências necessárias à regularização da situação do Servidor de Matrícula Siape nº 715638, informando à CGU o retorno ou a prorrogação da cessão do referido servidor.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação : COAP/CGGP/DAGES</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada: Após várias solicitações junto ao órgão cessionário, quanto a manifestação de interesse de prorrogação ou devolução, como não houve resposta em tempo hábil o servidor foi suspenso da folha de pagamento do mês de setembro/2013.</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos:Retorno do servidor a sua Unidade de Lotação, se apresentando na Coordenação Regional de Roraima em Boa Vista, em 01/10/2013.</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Fatores Positivos: Regularização da situação do servidor. Fator Negativo: O não atendimento em tempo hábil por parte do órgão cessionário quanto as prorrogações ocasionando após várias tratativas a suspensão do pagamento do referido servidor.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5	201306057	2.1.2.1 (3)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Aprimorar a rotina relativa a acertos financeiros por meio do estabelecimento de fluxo a ser seguido pelos servidores do Serviço de Pagamento de Pessoal no qual deve contemplar inclusive, orientações sobre arquivamento da documentação, notificação aos servidores ou ex-servidores em débito com o erário, acompanhamento dos prazos, reiteração e comunicação tempestiva com os demais setores da Entidade.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas</b>			<b>Código SIORG</b>

**Síntese da Providência Adotada:** Foi estabelecido rotina de trabalho junto a equipe do Serviço de Pagamento de Pessoal no sentido de analisar as fichas financeiras e cadastrais dos ex-servidores com maior critério no ato de seu desligamento, levando em consideração os acertos de férias, 13º salário e outros, diminuindo assim o saldo negativo que depende muito da data da publicação do ato.

**Síntese dos Resultados Obtidos:** Redução do número de processos de restituição ao erário.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Quantidade da força de trabalho insuficiente para desenvolver as ações da folha de pagamento, levando-se em consideração que os servidores aposentaram e outros prestes em aposentar. Cabe informar que já foi solicitado ao Ministério do Planejamento autorização para realizar concurso público, sem resposta positiva até o momento.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201306057	2.1.2.1 (3)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Reimplantar a reposição ao erário relativa aos Servidores de Matrículas Siape n°s 0446348 e 0444308, caso não seja comprovada a regularidade da sua exclusão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada:			
Os servidores foram notificados por e-mail, quanto ao restabelecimento da referida reposição ao erário. Cabe esclarecer que após nova avaliação não ficou comprovada a regularidade da exclusão, dessa forma os devidos lançamentos foram implantados na folha de pagamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos:			
Implantação na folha de pagamento do mês de setembro de 2013, na rubrica de reposição ao erário dos servidores envolvidos, com previsão de término em maio/2014, do servidor de matrícula 444308, e na folha de abril/2014 do servidor de matrícula 446348.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Ponto Positivo: Regularização da situação. Ponto Negativo: a dificuldade de atendimento por parte das Unidades de lotação dos servidores, que inicialmente foi por e-mail, reiterados por várias vezes, como não houve manifestação foi providenciado a inclusão do débito.			

Unidade Jurisdicionada

<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
7	201306057	2.1.2.1 (3)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 3: Adotar as medidas necessárias para imediata inscrição em dívida ativa do débito relativo ao Ex-servidor de Matrícula Siape nº1452086.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Serviço de Análise de Contratos e Convênios - SEAC			87511
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
O Processo relativo a esse item encontra-se em fase de elaboração dos cálculos para posterior inscrição em Dívida Ativa da União.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
8	201306057	2.1.3.1 (2)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Aperfeiçoar as rotinas de acertos financeiros, em especial os relativos a devolução de adiantamento de férias, decorrentes de exoneração de cargo comissionado de servidor sem outro vínculo com a Administração Pública.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação:</b> Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada:</b> Foi estabelecido rotina de trabalho junto a equipe do Serviço de Pagamento de Pessoal no sentido de analisar as fichas financeiras e cadastrais dos ex-servidores com maior critério no ato de seu desligamento, levando em consideração os acertos de férias, 13º salário e outros, diminuindo assim o saldo negativo que depende muito da data da publicação do ato.			

**Síntese dos Resultados Obtidos:** Redução nos processo de reposição ao erário para essa finalidade, quando há saldo positivo para servidor é descontado na folha de pagamento.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Quantidade da força de trabalho insuficiente para desenvolver as ações da folha de pagamento, levando-se em consideração que os servidores aposentaram e outros prestes em aposentar. Cabe informar que já foi solicitado ao Ministério do Planejamento autorização para realizar concurso público, sem resposta positiva até o momento.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201306057	2.1.3.1 (2)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Adotar as providências necessárias à restituição ao erário pelos servidores de Matrículas SIAPE n°s 1716650, 1480934, 1454573, 1476973, 1534116, 2367407, 4084941, 1435332, 2086862, 6447181, 0444705, 1611871 e 6443530.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação: Serviço de Pagamento de Pessoal			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada:			
Matricula: 171650 - O processo de restituição ao erário foi encaminhado pela Procuradoria Federal Especializada desta Fundação a Advocacia Geral da União em 13/12/2013. Aguardando análise.			
Matricula: 1480934 - O processo de restituição ao erário foi encaminhado pela Procuradoria Federal Especializada desta Fundação para a Procuradoria Regional Federal da 1ª Região em 26/03/2014. . Aguardando análise.			
Matricula: 1454573 - O processo de restituição ao erário foi encaminhado pela Procuradoria Federal Especializada desta Fundação para a Procuradoria Regional Federal da 1ª Região em 30/07/2013. . Aguardando análise.			
Matricula: 1476973 - Houve uma falha na informação anterior, ficou comprovado que a ex-contratada restituiu ao erário os valores referente a antecipação de férias, e não foi na época registrado no SIAPE, uma vez que houve o bloqueio do referido pagamento a referida documentação foi encaminhada por e-mail a equipe de Auditoria da CGU, estaremos encaminhamento oficialmente para aquela equipe da CGU, registra-se que já foi encaminhado via e-mail para a equipe da CGU.			
Matricula: 1534116- Na sequência o processo retornou da Procuradoria Especializada Federal com a recomendação de nova publicação de edital, atendido com a publicação do Edital. Vencido o prazo, o servidor não se manifestou, sendo assim, processo está sendo restituído a Procuradoria para prosseguimento.			
Matricula: 2367407- Após a publicação do edital o ex-servidor apresentou manifestação acerca do débito, sendo o referido processo encaminhado para a Coordenação de Legislação de Pessoal-COLEP/CGGP, para manifestação.			

<p>Matricula: 4084941- O processo foi encaminhado para a PFE desta Fundação e restituído a esta CGGP com intuito de atualização do débito. Após atualização nova notificação foi feita ao ex-servidor em 06/02/2014. Após consulta aCEGOF fomos informados que não houve restituição do débito. Sendo assim, o referido processo foi encaminhado em 31/03/2014 a Procuradoria Federal Especializada desta Fundação para prosseguimento.</p>			
<p>Matricula: 1435332- O processo foi encaminhado para a PFE desta Fundação e restituído com intuito de atualização do débito e nova notificação ao ex-servidor, foi encaminhado a referida notificação novamente, após consulta não houve restituição do débito. Sendo assim, o referido processo será encaminhado a Procuradoria Federal Especializada desta Fundação em prosseguimento.</p>			
<p>Matricula 2086862 - Por recomendação da Procuradoria Federal Especializada no intuito de localizar o ex-servidor (esgotando todas as possibilidades de localização) foi solicitado gestão junto a Coordenação Regional de Norte do Mato Grosso, que após várias cobranças via telefone a mesma não ainda não se posicionou. Em 31/03/2014 encaminhamos via e-mail nova solicitação.</p>			
<p>Matricula 6447181 - Por recomendação da Procuradoria Federal Especializada no intuito de localizar o ex-servidor (esgotando todas as possibilidades de localização) foi solicitado gestão junto a Coordenação Regional de Alto Solimões , não obtivemos resposta, em 31/03/2014 foi reiterada a solicitação aquela unidade por e-mail.</p>			
<p>Matricula 444705- Por recomendação da Procuradoria Federal Especializada no intuito de localizar herdeiros do ex-servidor falecido, foi solicitado gestão junto a Coordenação Regional de Araguaia Tocantins. Não obtivemos resposta após várias cobranças via telefone. Em 31/03/2014 encaminhamos nova solicitação aquela unidade via e-mail.</p>			
<p>Matricula 1611871- Por recomendação da Procuradoria Federal Especializada no intuito de localizar o ex-servidor , foi solicitado gestão junto a Coordenação Regional de Minas Gerais e Espirito Santo na cidade de Governador Valadares, não houve êxito na diligência conforme informado por aquela Unidade. Reiterado em 31/03/2013, via e-mail a solicitação pois não ficou comprovado se o ex-servidor encontra-se em lugar incerto e não sabido. Após o resultado o processo será restituído a Procuradoria Federal Especializada para prosseguimento.</p>			
<p>Matricula 6443530 - Foi encaminhado ofício a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde tendo em vista que servidor pertence ao quadro efetivo daquele órgão, em exercício na Casa de Saúde Indígena em Manaus, para a inclusão da restituição ao erário. Como não obtivemos retorno, reiteramos em 28/03/2014 por e-mail e por ofício de nº 135/CGGP/DAGES em 31/3/2014 posicionamento quanto a referida solicitação com vista a quitação do débito.</p>			
<p><b>Síntese dos Resultados Obtidos</b> : Encaminhamentos do referidos processos, que dependem do órgão jurídico e contabil para os devidas providências quanto a conclusão das ações.</p>			
<p><b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>  Fator Positivo: Maior critério nos acompanhamentos dos referidos processos. Fator Negativo: Dificuldade de localização dos ex-servidores.</p>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
10	201306057	2.1.4.1 (6)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Aprimorar rotina relativa aos registros cadastrais no Siape a partir da identificação da exclusão dos beneficiários, por meio do estabelecimento de fluxo e orientação aos servidores em exercício nos setores responsáveis pela execução da atividade.			

Providências Adotadas	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
SEAPEN/COAP/CGGP/DAGES	
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
O Serviço de Aposentadorias e Pensões tem acompanhado o relatório de óbito pelo batimento Siape X Sco e providenciado gestão junto aos familiares dos beneficiários excluídos com a finalidade de encaminhamento da certidão de óbito para alteração da exclusão pelo batimento e excluir o pensionista no Siape com registro de obito no RH.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Adequação no SIAPE	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Fator negativo: Localizar o familiares dos beneficiários de pensão civil para fins de obter a certidão de óbito e adequar o Siape, bem como providenciar a reposição ao erário, se for o caso.	

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201306057	2.1.4.1 (6)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Providenciar a imediata exclusão das Matrículas Siape nºs 0445356 e 0445367 relativas aos instituidores de pensão			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Serviço de Aposentadorias e Pensões-SEAPEN/COAP/CGGP			
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Informamos que as beneficiárias de pensão civil dos ex-servidores em questão, foram excluídas após diligências junto aos familiares das ex-pensionistas, realizada pela Coordenação Regional onde eram lotadas, para fins de encaminhamento da certidão de obito com a finalidade de ajuste na forma de exclusão no Siape, conforme Informação nº 107/SEAPEN/COAP/CGGP/2013.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Adequação do Siape			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Fator negativo: Localizar o familiares dos beneficiários de pensão civil para fins de obter a certidão de óbito e adequar o Siape, bem como providenciar a reposição ao erário, se for o caso.			

Unidade Jurisdicionada
------------------------

<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
12	201306057	2.1.5.1 (23)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Buscar, quando da contratação para prestação de serviços continuados, o correto enquadramento da atividade requerida pela Administração ao que estabelece o Código Brasileiro de Ocupações-CBO, bem como inserir nos autos do processo a justificativa da quantidade de postos de trabalho nos termos do disposto no inciso II, art. 2º, do Decreto nº 2.271/1997.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
13	201306057	2.1.5.1 (23)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Avaliar a manutenção do Contrato nº 48/2012, tendo em vista tratar-se de contratação antieconômica e não observar o disposto nos seguintes dispositivos legais: art. 2º do Decreto nº 2.271/1997, combinado com o art. 6º; §3º da Instrução Normativa - SLTI nº 2/2008, e arts. 6º, inciso IX, e 40, inciso X da Lei nº 8.666/1993.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL			87528
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			

**Síntese dos Resultados Obtidos****Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

A FUNAI tomou como base a adoção dos Percentuais de Referência Salarial (PRS's) estabelecido em pesquisa de mercado procedida pelo Ministério da Justiça (MJ) que trata de valor mínimo para cada categoria a partir de percentuais estabelecidos nas pesquisas de mercado, visando preservar a dignidade do trabalho e criar condições propícias à eficiente realização do serviço.

O critério adotado não infringe o artigo 40, X, da Lei 8666/93, e cria uma situação específica em que o estabelecimento do PRS que como mencionado visa preservar a dignidade do trabalhador, criando condições propícias à eficiente realização dos serviços, não implicando benefícios à empresa contratada, nem criando obstáculos à competição, muito menos determinando o preço final da contratação.

Ressalte-se que o MJ realizou pesquisa junto a outros órgãos da Administração Pública, bem como junto a empresas especializadas no mercado de serviços da iniciativa privada, com a finalidade de verificar os valores dos salários praticados em contratos similares, sendo constatado que os PRS's ajustados são compatíveis com o mercado de trabalho, até porque foram verificados, também, os valores das tabelas publicadas pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, fonte de pesquisa dessa natureza, sendo constatado que os valores mínimo, médio e máximo dos salários pesquisados são compatíveis aos salários com os PRS's que foi contratado.

Ademais, em pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que se encontra no Edital do Pregão Eletrônico nº. 55/2009 verificaram-se os seguintes valores pagos para os serviços de recepção:

Cargo	Convenção 2009/10	TST	STF	TCU	Câmara	STJ	TJDF
Recepcionista	R\$ 752,92	R\$ 752,95	R\$ 1.004,93	R\$ 979,00	R\$ 2.237,35	R\$ 1.610,00	R\$ 752,84

No site do Instituto de Pesquisas Datafolha depreende-se dos seguintes parâmetros salariais para os serviços de Recepcionista.

Cargo - Serviços	Menor Valor (R\$)	Maior Valor (R\$)	Média
Recepcionista	636,00	2.083,00	1.135

O piso salarial da categoria para os serviços de Recepcionista corresponde a R\$ 956,62 (Novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), conforme Convenção Coletiva do SINDISERVIÇOS/DF registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº. 211/2011. Em pesquisa realizada no site da Datafolha On-line, o menor salário corresponde a R\$ 636,00 (Seiscentos e trinta e seis reais), o salário médio corresponde a R\$ 1.135,00 (Um mil, cento e trinta e cinco reais) e o maior salário corresponde a R\$ 2.083,00 (Dois mil e oitenta e três reais). Na pesquisa realizada sobre os salários pagos em contratos de Órgãos Públicos, o menor salário corresponde ao valor de R\$ 752,95 (Setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos), o salário médio corresponde a R\$ 1.185,16 (Um mil, cento e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos) e o maior valor corresponde a R\$ 2.237,35 (Dois mil duzentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos). Assim, chegou-se ao Percentual de Referência Salarial – PRS com base no Piso da Categoria de Recepcionistas.

Por fim, diante de todo o exposto, não obstante a FUNAI já está realizando novos estudos para realização de nova contratação.

**Unidade Jurisdicionada****Denominação Completa****Código SIORG**

Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201306057	2.1.6.1 (25)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Aprimorar os mecanismos de controles referentes às Transferências Concedidas implementando rotina de controle e cobrança das prestações de contas das transferências voluntárias.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Serviço de Análise de Contratos e Convênios - SEAC			87511
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Com o acréscimo de servidores previstos para o exercício de 2014, os mecanismos de controle poderão ser melhorados, inclusive com utilização de ferramentas que auxiliarão neste controle (planilhas quanto a situação dos processos, diligências, prazos e etc.)			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Como fatores positivos citamos o acréscimo da força de trabalho de Contadores para atuarem nas Análises de Prestações de Contas dos Convênios.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201306057	2.1.6.1 (25)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Adotar providências imediatas visando à regularização das Transferências Voluntárias Concedidas registradas no SIAFI nas Contas Contábeis "A Comprovar" (nº SIAFI 601519), e A Aprovar" (nº 544943) que estão com vigência expirada.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Serviço de Análise Contratos e Convênio – SEAC/CCONT			87511
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Houve a comprovação da prestação de contas do convênio nº 004/2007 SIAFI 601519, foi alterado o status da prestação de contas para “a aprovar” estando a Prestação de Contas em			

análise. Com relação ao convênio nº SIAFI 544943, informamos que por meio do Despacho Nº 386/CGOF/DAGES/2013 foi autorizada a instauração de Tomada de Contas Especial em desfavor do Instituto Via Pública e, desse modo os autos encaminhados ao Setor competente, cuja Tomada de Contas Especial está em andamento. O convênio está registrado na conta “Inadimplência Efetiva”.

**Síntese dos Resultados Obtidos**

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Como fatores positivos citamos o acréscimo da força de trabalho de Contadores para atuarem nas Análises de Prestações de Contas dos Convênios.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Fundação Nacional do Índio		173	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201306057	3.2.1.3 (24)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Avaliar a manutenção o Contrato nº 48/2012, tendo em vista a ausência de amparo legal quanto aos dispostos: Decreto nº 2.271/1997, combinado com o estabelecido no artigo 6º; §3º da Instrução Normativa - SLTI nº 2/2008; artigos 6º, inciso IX e 40, inciso X da Lei nº 8.666/93, que estabelecem, respectivamente, o Projeto Básico e, vedação da fixação do preço mínimo, critérios estatísticos de variação em relação a preços de referência.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL			87528
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>A FUNAI tomou como base a adoção dos Percentuais de Referência Salarial (PRS's) estabelecido em pesquisa de mercado procedida pelo Ministério da Justiça (MJ) que trata de valor mínimo para cada categoria a partir de percentuais estabelecidos nas pesquisas de mercado, visando preservar a dignidade do trabalho e criar condições propícias à eficiente realização do serviço.</p> <p>O critério adotado não infringe o artigo 40, X, da Lei 8666/93, e cria uma situação específica em que o estabelecimento do PRS que como mencionado visa preservar a dignidade do trabalhador, criando condições propícias à eficiente realização dos serviços, não implicando benefícios à empresa contratada, nem criando obstáculos à competição, muito menos determinando o preço final da contratação.</p>			

Ressalte-se que o MJ realizou pesquisa junto a outros órgãos da Administração Pública, bem como junto a empresas especializadas no mercado de serviços da iniciativa privada, com a finalidade de verificar os valores dos salários praticados em contratos similares, sendo constatado que os PRS's ajustados são compatíveis com o mercado de trabalho, até porque foram verificados, também, os valores das tabelas publicadas pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, fonte de pesquisa dessa natureza, sendo constatado que os valores mínimo, médio e máximo dos salários pesquisados são compatíveis aos salários com os PRS's que foi contratado.

Ademais, em pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que se encontra no Edital do Pregão Eletrônico nº. 55/2009 verificaram-se os seguintes valores pagos para os serviços de recepção:

Cargo	Convenção 2009/10	TST	STF	TCU	Câmara	STJ	TJDF	Valor Médio
Recepcionista	R\$ 752,92	R\$ 752,95	R\$ 1.004,93	R\$ 979,00	R\$ 2.237,35	R\$ 1.610,00	R\$ 752,84	R\$ 1.185,16

No site do Instituto de Pesquisas Datafolha depreende-se dos seguintes parâmetros salariais para os serviços de Recepcionista.

Cargo - Serviços	Menor Valor (R\$)	Maior Valor (R\$)	Média (R\$)
Recepcionista	636,00	2.083,00	1.135,00

O piso salarial da categoria para os serviços de Recepcionista corresponde a R\$ 956,62 (Novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), conforme Convenção Coletiva do SINDISERVIÇOS/DF registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº. 211/2011. Em pesquisa realizada no site da Datafolha On-line, o menor salário corresponde a R\$ 636,00 (Seiscentos e trinta e seis reais), o salário médio corresponde a R\$ 1.135,00 (Um mil, cento e trinta e cinco reais) e o maior salário corresponde a R\$ 2.083,00 (Dois mil e oitenta e três reais). Na pesquisa realizada sobre os salários pagos em contratos de Órgãos Públicos, o menor salário corresponde ao valor de R\$ 752,95 (Setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos), o salário médio corresponde a R\$ 1.185,16 (Um mil, cento e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos) e o maior valor corresponde a R\$ 2.237,35 (Dois mil duzentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos). Assim, chegou-se ao Percentual de Referência Salarial – PRS com base no Piso da Categoria de Recepcionistas.

Por fim, diante de todo o exposto, não obstante a FUNAI já está realizando novos estudos para realização de nova contratação.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201306057	3.2.1.4 (40)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Indicar formalmente servidor para desempenhar atividade de administrador principal do CGU-PAD da FUNAI e manter atualizadas as pertinentes informações no sistema.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			

<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
18	201306057	4.1.1.1 (10)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Aprimorar a rotina relativa à escrituração das despesas realizadas nos imóveis.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES			87501
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>A Diretoria de Administração e Gestão (DAGES), dessa Fundação vem buscando aprimorar as rotinas relativas à escrituração das despesas realizadas nos imóveis. Sendo assim, a DAGES expediu Memorando Circular nº 646/DAGES/FUNAI, de 14 de setembro de 2012, reiterado pelo Memorando Circular nº 25/DAGES/FUNAI, de 17 de julho de 2013, onde estabeleceu as providências urgentes a serem observadas pelas Coordenações Regionais (Unidades Gestoras), orientando-as, com vistas a identificar e informar a essa Diretoria os imóveis que deram origem aos gastos, cujos saldos foram inscritos e constam na conta corrente 999, no que em parte foi atendida/informada. Contudo, essas informações ainda não foram sistematizadas, ou seja, não constam no SPIUnet e, por conseguinte, no SIAFI. Assim, foram encaminhados àquelas CR's formulários para cadastros de servidores visando os registros destes no SPIUnet, como primeiro passo a obtermos as devidas senhas de acesso ao sistema, donde a partir do recebimento das senhas individuais os servidores cadastrados possam adotar de forma rotineira os lançamentos e registros das despesas realizadas nos imóveis, por meio do SPIUnet.</p> <p>A DAGES também disponibilizou na Intranet da FUNAI para toda a FUNAI-Sede e suas Coordenações Regionais, bem como Coordenações Técnicas Locais a elas vinculadas o Manual do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUnet – que faz a gerência da utilização dos imóveis da União, de caráter "Bens de Uso Especial", para consulta de todos, de modo a facilitar/auxiliar a todas as Unidades Gestoras da FUNAI possam fornecer as informações sobre seus próprios imóveis (imóveis sob suas responsabilidades).</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Do total das 37 Coordenações Regionais da FUNAI, 26 já encaminharam os devidos formulários para cadastramentos de servidores de forma a dá prosseguimento as ações com vistas a estabelecerem-se as devidas rotinas relativas à escrituração de despesas realizadas em imóveis. Quanto as 11 restante serão estas novamente instadas a apresentarem suas indicações (envio dos formulários devidamente preenchidos), a fim de darmos continuidade às ações de rotinas relativas à escrituração de despesas realizadas em imóveis.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
19	201306057	4.1.1.1 (10)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Adotar as medidas necessárias para a regularização dos registros que não identificam o imóvel objeto das despesas.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES			87501
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>A Diretoria de Administração e Gestão dessa Fundação expediu o Memorando Circular nº 646/DAGES/FUNAI, de 14 de setembro de 2012, e o reiterou por meio do Memorando Circular nº 25/DAGES/FUNAI, de 17 de julho de 2013, solicitando providências urgentes das Coordenações Regionais (Unidades Gestoras), com vistas a identificar e informar a essa Diretoria os imóveis que deram origem aos gastos, cujos saldos foram inscritos e constam na conta corrente 999, ao tempo em que foram adotadas providências junto às Coordenações Regionais (CR's) no sentido de realizarem as inserções dos valores relativos às despesas ocorridas e registradas no SIAFI para fins de atualizações junto ao SPIUnet, no que foram encaminhados àquelas CR's formulários para cadastros de servidores visando os registros destes no SPIUnet, como primeiro passo a obtermos as devidas senhas de acesso ao sistema, donde a partir do recebimento das senhas individuais os servidores cadastrados possam adotar de forma rotineira os lançamentos e registros das despesas realizadas nos imóveis, por meio do SPIUnet. Sem contar que, além disso, foram expedidos os Memorandos nºs 190 a 202/CGOF/DAGES/2013, todos de 14 de maio de 2013, reclamando a identificação da origem de contas, cuja inscrição constava naquela conta corrente 999, a fim de que fossem identificados os respectivos imóveis que foram objeto dos gastos registrados nas contas contábeis mencionadas. Ademais, por orientação da Diretoria da DAGES, a CGRL abriu um processo (Processo nº 08620.062477/2013-16), a fim de fazer constar todas as informações inerentes à espécie, para melhor acompanhamento e desdobramentos das ações a serem impressas ao caso, cuja guarda e alimentação, acompanhamento e monitoramento das informações, atualmente se encontra a cargo do SEPAT, com vistas a auxiliar/ajudar, de forma sistemática, na prestação dessas quanto às tomadas de decisão por parte dos gestores que o caso requer e/ou venha a requerer.</p> <p>Também disponibilizou na Intranet da FUNAI (link: <a href="http://intranet.funai.gov.br/utilidades/Manuais/Manual_do_SPIUnetII.doc">http://intranet.funai.gov.br/utilidades/Manuais/Manual_do_SPIUnetII.doc</a>) para toda a FUNAI-Sede e suas Coordenações Regionais, bem como Coordenações Técnicas Locais a elas vinculadas o Manual do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União – SPIUnet – que faz a gerência da utilização dos imóveis da União, de caráter "Bens de Uso Especial", para consulta de todos, de modo a facilitar/auxiliar a todas as Unidades Gestoras da FUNAI possam fornecer as informações sobre seus próprios imóveis (imóveis sob suas responsabilidades).</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Do total das 37 Coordenações Regionais da FUNAI, 26 já encaminharam os devidos formulários para cadastramentos de servidores de forma a dá prosseguimento as ações com vistas a estabelecerem-se as devidas rotinas relativas à escrituração de despesas realizadas em imóveis. Quanto as 11 restante serão estas novamente instadas a apresentarem suas indicações (envio dos formulários devidamente preenchidos), a fim			

de darmos continuidade às ações de rotinas relativas à escrituração de despesas realizadas em imóveis.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Apesar da adoção das medidas tomadas, as dificuldades das CR's residem, ou residirão, na efetiva identificação de muitas daquelas despesas vinculadas aos respectivos imóveis, uma vez que essas esbaram na questão temporal, ou seja, por se tratarem de lançamentos que ocorreram em muitos casos, e em certa medida, em exercícios anteriores ao ano de 1996, o que demandarão um exercício de pesquisa intenso e minucioso, conforme algumas CR's já relataram à CGOF/DAGES, em respostas àqueles memorandos (nºs 190 a 202/CGOF/DAGES/2013, todos de 14 de maio de 2013), constando todas essas informações no Processo nº 08620.062477/2013-16.

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
20	201306057	4.1.1.2 (11)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Implantar mecanismos de controles internos para o acompanhamento sistemático da atualização da avaliação dos imóveis cadastrados no SPIUnet.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES			87501
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A Diretoria de Administração e Gestão dessa Fundação, por intermédio do Serviço de Patrimônio, da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio, da Coordenação Geral de Recursos Logísticos – SEPAT/CCCOMP/CGRL, vem acompanhado os prazos de vencimento das referidas avaliações dos imóveis cadastrados no SPIUnet, (FUNAI no DF), bem como passará a acompanhar, por meio de Planilha Eletrônica, a partir das informações a serem prestadas pelas demais Unidades Gestoras da FUNAI (Coordenações Regionais – CR's), enviando-lhes mensagens eletrônicas, alertando-as, a partir de então, quanto aos referidos vencimentos, de forma antecipada, a fim de evitar e/ou melhor controlar e acompanhar de maneira sistemática a atualização dos imóveis sob responsabilidades daquelas Unidades Gestoras da FUNAI, com vistas a mitigar a possibilidade de que se deixe vencer esses prazos sem que medidas necessárias sejam tomadas.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Imóveis no DF com avaliações realizadas e/ou renovadas, de forma que, atualmente os prazos de avaliações destes expirar-se-ão a partir de dezembro de 2014 e dezembro de 2015.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>
---

<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
21	201306057	4.1.1.2 (11)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Adotar as medidas necessárias para a atualização da avaliação dos imóveis com prazo de validade vencida.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES			87501
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<p>A Diretoria de Administração e Gestão dessa Fundação – DAGES/FUNAI, por intermédio do Serviço de Patrimônio, da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio, da Coordenação Geral de Recursos Logísticos – SEPAT/CCCOMP/CGRL, adotou as medidas necessárias para atualização dos imóveis, (FUNAI-Sede), ao tempo que DAGES instou/demandou as demais Unidades Gestoras da FUNAI, Coordenações Regionais (CR's), para que atualizassem os imóveis sob suas jurisdições/responsabilidades, de forma que se evitasse, e/ou melhor, controlasse de maneira sistemática a atualização desses imóveis, expedindo assim Memorando Circular nº 646/DAGES/FUNAI, de 14 de setembro de 2012, reiterado pelo Memorando Circular nº 25/DAGES/FUNAI, de 17 de julho de 2013, no que foram solicitadas às Coordenações Regionais as devidas atualizações das avaliações dos imóveis com prazo de validade vencida, bem como o Serviço de Patrimônio dessa Fundação que acompanhasse a realização dessa tarefa por parte daquelas Unidades Gestoras da FUNAI na aludida adoção de providências. Quanto aos imóveis indígenas, a Coordenação de Registros Fundiários, da Coordenação Geral de Assuntos Fundiários, da Diretoria de Proteção Territorial da FUNAI – CORF/CGAF/DPT – informa que os RIP's foram todos atualizados, com exceção dos RIP's 5371.00037.500-0 da UG 194019 e 9139.00017-500-6 da UG 194029 que foram cancelados – o primeiro RIP por duplicidade e o segundo para correção do código do Município.</p>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<p>Imóveis no DF com avaliações realizadas e/ou renovadas, de forma que, atualmente os prazos de avaliações destes expirar-se-ão a partir de dezembro de 2014 e dezembro de 2015, com exceção de dois imóveis da FUNAI, (Apartamento nº 306 do Bloco “C” da SQS 208 – RIP: 9701.17767.500-6 e Apartamento nº 406 do Bloco “C” da SQS 208 – RIP: 9701.22153.500-6), que inclusive já foram recebidos por doação pela Superintendência do Patrimônio da União do Distrito Federal – SPU/DF, conforme Portarias n.º s 17 e 18, de 28 de setembro de 2012, publicadas no D.O.U do dia 4.10.2012.</p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
22	201306057	5.1.1.1 (4)	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>		<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio		173
<b>Descrição da Recomendação</b>		
Recomendação 1: Aprimorar a rotina relativa a acertos financeiros por meio do estabelecimento de fluxo a ser seguido pelos servidores dos Serviços de Cadastro e de Pagamento de Pessoal no qual deve contemplar inclusive, orientações sobre arquivamento da documentação, notificação aos servidores ou ex-servidores em débito com o erário, acompanhamento dos prazos, reiteração e comunicação tempestiva com os demais setores da Entidade.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
COAP/CGGP		
<b>Síntese da Providência Adotada</b>		
Encontra-se em fase de levantamento criação de um sistema de RH, que visa contemplar todas essas ações.		
<b>Síntese dos Resultados Obtidos: Redução do número de processos de restituição ao erário.</b>		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		
Quantidade da força de trabalho insuficiente para desenvolver as ações da folha de pagamento, levando-se em consideração que os servidores aposentaram e outros prestes em aposentar. Cabe informar que já foi solicitado ao Ministério do Planejamento autorização para realizar concurso público, sem resposta positiva até o momento.		

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
23	201306057	5.1.1.1 (4)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Implantar a reposição ao erário relativa ao Servidor Aposentado de Matrícula Siape nº 0443706.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A reposição ao erário foi implantada na folha de fevereiro/2014, após varias tentativas de localizar o aposentado por intermédio da Coordenação Regional de Tapajós e/ ou Coordenação Técnica Local em Itaituba, com a finalidade de notificá-lo sobre a reposição em questão. Esclarecemos que o aposentado tomou conhecimento da reposição em 06/2/2014 e solicitou que o desconto fosse parcelado, na forma do			

artigo 46 da Lei nº 8.112/90
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>
Inclusão da reposição na folha de fevereiro/2014.
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Fator Negativo: Dificuldade em localizar o aposentado para notificar sobre a reposição, uma vez, que o servidor reside em Aldeia (zona rural) e Correio não consegue chegar ao local.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			0173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	201306057	6.1.1.1 (13)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			0173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Comunicar o registro da inadimplência no SICONV da Unidade recebedora dos recursos provenientes do Convênio nº 751195/2010 (004/2010), por omissão do dever de prestar contas ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial, sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária, na forma prevista no § 2º o art. 56 da Portaria Interministerial nº 127/2008.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Análise Contratos e Convênio – SEAC/CCONT			87511
Síntese da Providência Adotada			
Convênio SICONV nº 751195/2010 (004/2010) Em atendimento à solicitação do conveniente o convênio teve seu status alterado de “INADIMPLENTE” para “AGUARDANDO PRESTAÇÃO DE CONTAS”, sendo estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do Aviso de Recebimento – AR, para a inclusão dos documentos necessários. O cumprimento do prazo está sendo monitorado pelo setor.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Como fatores positivos ciamos o acréscimo da força de trabalho de Contadores para atuarem nas Análises de Prestações de Contas dos Convênios.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
25	201306057	6.1.1.1 (13)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Registrar a não aprovação da Prestação de Contas no SICONV do Convênio SICONV nº 743981/2010 (003/2010), e adotar as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência, na forma prevista no §2º do art. 60 da Portaria Interministerial nº 127/2008.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Serviço de Análise Contratos e Convênio – SEAC/CCONT			87511
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Convênio SICONV nº 743981/2010 (003/2010) Não houve registro da Prestação de Contas no SICONV, no entanto procedeu-se a análise da documentação física encaminhada, onde ficou evidenciada a ocorrência de algumas impropriedades, as quais foram consignadas na Nota Técnica nº 003/SEAC/CCONT/2014, que conclui pela impugnação de algumas despesas estando em andamento as providências junto à entidade com vistas às regularizações.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Como fatores positivos ciamos o acréscimo da força de trabalho de Contadores para atuarem nas Análises de Prestações de Contas dos Convênios.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
26	201306057	6.1.1.1 (13)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 3: Adotar medidas imediatas junto ao conveniente, no que se refere à atualização do Sistema SICONV, das informações relativas aos atos e procedimentos de prestação de contas do Convênio nº SICONV 704309/09 (002/09), em atendimento ao art. 3º da Portaria Interministerial nº 127/2008.			
<b>Providências Adotadas</b>			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Serviço de Análise Contratos e Convênio – SEAC/CCONT	87511
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Convênio nº SICONV 704309/09 (002/09): SICONV atualizado, em face do registro da Prestação de Contas pelo conveniente - Associação Cultural Oficina de Criação Teatral. A Prestação de Contas foi analisada e aprovada.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Como fatores positivos citamos o acréscimo da força de trabalho de Contadores para atuarem nas Análises de Prestações de Contas dos Convênios.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
26	201108777	4.1.4.1 - CONSTATAÇÃO: (042)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos e gerenciamento da Entidade de modo a garantir a observância aos dispositivos legais e às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU a respeito da elaboração dos inventários de bens móveis e imóveis.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES			87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Informamos que desde o exercício de 2011 a FUNAI vem adotando medidas na implementação do inventário anual, sendo concluídos e submetidos à Comissão de Auditoria já realizadas em 2012. Quanto ao Inventário Patrimonial do exercício de 2013, o Sr. Diretor de Administração e Gestão constituiu comissão pela Portaria n.º 384/DAGES, de 25 de outubro de 2013, publicada na Separata do Boletim de Serviço da FUNAI n.º 20, de 29/10/2014, havendo prorrogação pela Portaria n.º 483/DAGES, de 27/12/2013, publicada na Separata do Boletim de Serviço da FUNAI n.º 12, de 30.12.2013.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Observamos que a extensão do prazo deu-se em razão de que o Serviço de Patrimônio está realizando a implantação/reorganização do SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS – SIADS, regularizando para que o inventário do exercício de 2013 ocorra no SIADS visando o prosseguimento do gerenciamento dos bens móveis no sistema.			

## 10.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 10.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	201203649	3.1.6.7. Constatação (13)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Recomendação			1:
Aprimorar os mecanismos de controle da Entidade realizando os pagamentos referentes aos contratos celebrados somente mediante o cumprimento das obrigações da contratada conforme previsto no Anexo IV da Instrução Normativa nº 02/MPOG/2008.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201203649	3.1.6.8. Constatação (15)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Recomendação			1:
Aprimorar os mecanismos de controle da Entidade no que se refere à realização de fiscalização da execução contratual de forma tempestiva e efetiva.			
Providências Adotadas			

<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
23	201108777	4.1.2.1 - CONSTATAÇÃO: (006)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Recomendação 1: Comunicar à empresa A Fonseca Cruz - Telemática e Logística, requisitando o recolhimento do valor referente à diferença nas aplicações das alíquotas da IN/SRF nº 480/2004, fornecendo cópia dos comprovantes de recolhimento à Entidade, os quais serão juntados ao respectivo processo de pagamento.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES			87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
<p>Considerando que a empresa em referência não se manifestou quanto a necessidade do recolhimento do valor referente a diferença nas aplicações das alíquotas da IN/SRF nº 480/2004, foi encaminhado o ofício nº 153/DAGES/FUNAI/2013, de 29/10/2013, ao Centro de Atendimento ao contribuinte da Receita Federal do Brasil – RFB informando sobre a falta de manifestação da empresa em questão conforme parecer da Procuradoria Federal especializada – PFE junto a esta Fundação.</p>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>Como fator negativo citamos a falta de manifestação da empresa em questão.</p>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
24	201108777	4.1.2.2 - CONSTATAÇÃO: (007)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>

<b>Descrição da Recomendação</b>	
Recomendação 1: Atentar para o disposto na lei 8.666/93, artigo 65, §5º, em relação ao princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Para o caso concreto, mencionado no presente Relatório, efetivar as medidas que busquem a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente à empresa contratada desde janeiro de 2009.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
25	201108777	4.1.2.2 - CONSTATAÇÃO: (007)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Providenciar a instauração de procedimento apuratório de responsabilidade do agente que deu causa aos fatos.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação</b>

			<b>Expedida</b>
26	201108777	4.1.4.1 - CONSTATAÇÃO: (042)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 1: Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos e gerenciamento da Entidade de modo a garantir a observância aos dispositivos legais e às determinações do Tribunal de Contas da União - TCU a respeito da elaboração dos inventários de bens móveis e imóveis.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES			87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Informamos que desde o exercício de 2011 a FUNAI vem adotando medidas na implementação do inventário anual, sendo concluídos e submetidos à Comissão de Auditoria já realizadas em 2012. Quanto ao Inventário Patrimonial do exercício de 2013, o Sr. Diretor de Administração e Gestão constituiu comissão pela Portaria n.º 384/DAGES, de 25 de outubro de 2013, publicada na Separata do Boletim de Serviço da FUNAI n.º 20, de 29/10/2014, havendo prorrogação pela Portaria n.º 483/DAGES, de 27/12/2013, publicada na Separata do Boletim de Serviço da FUNAI n.º 12, de 30.12.2013.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
27	201108777	4.1.4.1 - CONSTATAÇÃO: (042)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação 2: Cumprir o disposto no artigo 96 da Lei nº 4.320/64, no que se refere a proceder ao levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES			87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de</b>			

<b>Providências pelo Gestor</b>			
<p>Informamos que desde o exercício de 2011 a FUNAI vem adotando medidas na implementação do inventário anual, sendo concluídos e submetidos à Comissão de Auditoria já realizadas em 2012. Quanto ao Inventário Patrimonial do exercício de 2013, o Sr. Diretor de Administração e Gestão constituiu comissão pela Portaria n.º 384/DAGES, de 25 de outubro de 2013, publicada na Separata do Boletim de Serviço da FUNAI n.º 20, de 29/10/2014, havendo prorrogação pela Portaria n.º 483/DAGES, de 27/12/2013, publicada na Separata do Boletim de Serviço da FUNAI n.º 12, de 30.12.2013.</p>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
28	201108777	4.1.4.1 - CONSTATAÇÃO: (042)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<p>Recomendação 3: Cumprir o que estabelece o item 8 da Instrução Normativa/SEDAP n.º 205/88 no que concerne aos procedimentos a serem dispensados aos inventários físicos.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES			87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>Informamos que desde o exercício de 2011 a FUNAI vem adotando medidas na implementação do inventário anual, sendo concluídos e submetidos à Comissão de Auditoria já realizadas em 2012. Quanto ao Inventário Patrimonial do exercício de 2013, o Sr. Diretor de Administração e Gestão constituiu comissão pela Portaria n.º 384/DAGES, de 25 de outubro de 2013, publicada na Separata do Boletim de Serviço da FUNAI n.º 20, de 29/10/2014, havendo prorrogação pela Portaria n.º 483/DAGES, de 27/12/2013, publicada na Separata do Boletim de Serviço da FUNAI n.º 12, de 30.12.2013.</p>			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
29	2011244047	1.1.4.1 CONSTATAÇÃO: (042)	

<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>	
RECOMENDAÇÃO: 001 Cumprir o contido no parágrafo único do art. 81 do Decreto-Lei nº 200/67 e do parágrafo 2º do art. 45 do Decreto nº 93.872/86, os quais estabelecem que todo o servidor que receber suprimento de fundos é obrigado a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo ordenador da despesa, sem prejuízo das providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposição, das penalidades cabíveis.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES	87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Informamos que esta Fundação vem adotando mecanismos de orientação aos setores da Sede e de suas unidades descentralizadas sobre a correta aplicação dos recursos relativos às concessões de suprimentos de fundos, determinando a apuração de responsabilidades nos caso em que for necessário.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
30	2011244047	1.1.4.1 CONSTATAÇÃO: (042)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
RECOMENDAÇÃO: 002 Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos que garantam o pleno atendimento aos normativos em vigor, em especial aqueles relacionados a utilização da modalidade de aplicação de recursos por meio de suprimento de fundos, haja vista que as falhas verificadas vêm sendo sistematicamente repetidas, conforme apontado em relatórios de auditorias anteriores, alertando que a reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência feita em processo de tomada ou prestação de contas poderá ensejar o julgamento das contas pelo Tribunal de Contas da União pela irregularidade, consoante o contido no § 1º do art. 16 da Lei nº 8.443/92.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES			87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Informamos que esta Fundação vem adotando mecanismos de orientação aos setores da Sede e de suas unidades descentralizadas sobre a correta aplicação dos recursos relativos às concessões de suprimentos de fundos, determinando a apuração de responsabilidades nos caso em que for necessário.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

--

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			0173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	2011244047	1.1.5.1 CONSTATAÇÃO: (010)	
Órgão/Entidade e Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO: Identificar condutor do veículo GM/Omega, placa JFO 7395, que deu origem à multa por infração de trânsito no valor de R\$ 85,13 e do veículo GM/Corsa Wind, placa JFP 1643, que originou a multa no valor de R\$ 191,53 para promover o devido ressarcimento ao erário.			001
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES			87501
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<b>RECOMENDAÇÃO JÁ ATENDIDA quanto ao veículo GM/Omega, placa JFO 7395.</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<p>Em atendimento a Recomendação supra quanto ao ressarcimento ao erário da infração de trânsito do veículo GM/Corsa Wind, placa JFP-1643, informe-se que a CGRL solicitou orientações da Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI – PFE/FUNAI, quanto às providências legais a serem adotadas, haja vista que, a princípio, não foi identificado o responsável pela infração de trânsito (Memo. nº 746/GAB/CR-BGS/12, de 16 de agosto de 2012, e Informação Corregedoria nº 71/FUNAI/2012, de 02 de outubro de 2012 – Protocolo nº 08620.069510/2012-58), no que aquela Procuradoria encaminhou à Corregedoria da FUNAI a Nota nº 341/2013/COAD/PFE-FUNAI/PGF/AGU, de 17 de outubro de 2013, tombada em processo autuado sob o nº 08620.062224/2013-42, para atendimento ao contido no item 8 da referida Nota</p> <p><i>“8. Lado outro, (...) entende-se que a demanda deve sim ser submetida à Corregedoria, para as providências cabíveis, visto que não se trata apenas de apuração para verificar quem foi o condutor do veículo oficial responsável pela infração de trânsito, de ínfimo valor, ou seja, a investigação deve ser pautada por averiguação mais ampla, para que se saiba por que os bens do patrimônio da FUNAI – vinculados a CR de Barra do Garças – não estão sob sua posse, com a indicação de eventual(is) responsável(is). (...) qualquer responsabilização deve ser concluída após o trâmite do devido processo (administrativo) legal, com a observância dos consagrados princípios do contraditório e da ampla defesa, como cediço.”</i></p> <p>E, após remete-se os autos à PFE-FUNAI em Barra do Garças-MT, em razão do exposto nos itens 5, 6 e 7 da citada Nota para que fosse submetido à análise do Órgão Consultivo da PGF em Barra do Garças que tem a atribuição de atender a Coordenação Regional de Barra do Garças – MT, para que em conjunto com a Procuradoria Responsável pela atuação no contencioso judicial e, se fosse o caso, pudesse promover eventual ação em busca dos bens do patrimônio da FUNAI vinculados àquela CR que não estão sob sua posse.</p> <p>Assim, concluem-se, a pesar de todas as dificuldades, as ações visando à promoção do devido</p>			

ressarcimento ao erário foram e tomadas, bem como vem sendo tomadas as ações que delas demandaram desdobramentos, como acima pontuado.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Fundação Nacional do Índio		173	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	2011244047	1.1.6.2 CONSTATAÇÃO: (007)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
<p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Por ocasião dos pagamentos efetuados aos fornecedores e/ou prestadores, a Entidade deverá cumprir rigorosamente o que estabelece a Instrução Normativa nº 480, de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal - SRF, quando for o caso, procedendo às retenções e aos recolhimentos dos tributos incidentes ao Tesouro Nacional.</p> <p>No caso específico referente à empresa Barbara Bela - Editora Gráfica e Papelaria, notificar a empresa contratada para que esta promova o recolhimento da diferença do imposto devido.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES			87501
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Esclarecemos que com o intuito de aperfeiçoar e padronizar os procedimentos administrativos foi realizado treinamento referente ao assunto. O tópico "Retenção de Imposto e Alíquotas" foi um dos pontos objeto do Encontro de Administração e Gestão promovido pela Funai, no período de 29/08 a 01/09/2011, na Oficina sobre Programação e Execução Orçamentária e Financeira, contando com a participação de técnicos de todas as Unidades Gestoras desta Fundação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Fundação Nacional do Índio		173	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	2011244047	1.1.6.3 CONSTATAÇÃO: (027)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

<b>Descrição da Recomendação</b>	
RECOMENDAÇÃO: Comunicar o fato à empresa SET de Filmagem Produções Ltda. e requisitando que a mesma recolha o valor de R\$ 2.246,00, referente a diferença na aplicações das alíquotas da IN/SRF nº 480/2004, fornecendo cópia dos comprovantes de recolhimento, à Entidade.	001
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES	87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Com relação a este item, informamos que notificamos via Aviso de Recebimento – AR nº 497048384B2, a Empresa SET – Produções e Eventos Ltda, a recolher os tributos devidos a época do pagamento da Nota Fiscal nº 979 no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação, ocorrido no dia 15/10/2013. Considerando que a empresa em questão não se manifestou foi enviado o Ofício nº 025/DAGS/FUNAI, de 10/02/2014 ao Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil no Distrito Federal comunicando o fato para que sejam realizadas as medidas necessárias para regularização dos débitos tributários junto a Receita Federal do Brasil/0RFB.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>				
<b>Denominação Completa</b>				<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio				0173
<b>Recomendações do OCI</b>				
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>				
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>		<b>Comunicação Expedida</b>
34	2011244047	1.1.6.4 CONSTATAÇÃO: (054)		
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>				<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>				
RECOMENDAÇÃO:001 Cumprir as determinações contidas na Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, por ocasião dos pagamentos realizados aos fornecedores e prestadores, aplicando de forma correta especialmente o ANEXO I - TABELA DE RETENÇÕES. Para as situações evidenciadas no presente Relatório, cabe a Unidade Gestora respectiva comunicar às empresas contratadas para que façam as compensações dos valores retidos a menor para recolhimento ao Tesouro Nacional.				
<b>Providências Adotadas</b>				
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>				<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES				87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>				
Esclarecemos que com o intuito de aperfeiçoar e padronizar os procedimentos administrativos foi realizado treinamento referente ao assunto. O tópico “Retenção de Imposto e Alíquotas” foi um dos pontos objeto do Encontro de Administração e Gestão promovido pela Funai, no período de 29/08 a 01/09/2011, na Oficina sobre Programação e Execução Orçamentária e Financeira, contando com a participação de técnicos de todas as Unidades Gestoras desta Fundação.				

<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>
Não ocorreram.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	2011244047	1.1.11.1 CONSTATAÇÃO: (001)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO: Providenciar ressarcimento referente ao pagamento do transporte de mobiliário, proporcionalmente ao que excedeu o limite de 30 m <sup>3</sup> , no processo de nº 08755.00207/2009-DV.			005
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			0173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	2011244047	1.1.13.3 CONSTATAÇÃO: (048)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO: Apurar a responsabilidade dos agentes responsáveis que deram causa às situações apontadas, as quais pela sua gravidade podem ter proporcionado prejuízos potenciais aos cofres públicos pela ausência de			002

competitividade nas aquisições.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Corregedoria da Funai.	107102
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Sobre o assunto informamos que da Diretoria de Administração e Gestão – DAGES desta Fundação encaminhou os Memo nº 397/DAGES/FUNAI/2012, de 10/05/2013, protocolo nº 08620.037613/2012-59, à Corregedoria para providências relativas a apuração de responsabilidade dos servidores conforme recomendação da Controladoria-Geral da União-CGU/PR. O assunto em questão encontra-se na Corregedoria desta Fundação aguardando instauração de processo administrativo.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Com relação aos fatores negativos informamos o excessivo número de processo que tramitam na Corregedoria desta Fundação.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
37	2011244047	1.1.13.4 CONSTATAÇÃO: (049)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
RECOMENDAÇÃO: Proceder à apuração de responsabilidade dos servidores que, sem justificativa, realizaram compras por meio de dispensa de licitação, não garantindo a plena observância ao princípio da economicidade nos gastos públicos.			002
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Corregedoria da Funai.			107102
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Sobre o assunto informamos que da Diretoria de Administração e Gestão – DAGES desta Fundação encaminhou os Memo nº 533/DAGES/FUNAI/2012, de 11/07/2012, protocolo nº 08620.052331/2012-81, à Corregedoria para providências relativas a apuração de responsabilidade dos servidores conforme recomendação da Controladoria-geral da União-CGU/PR. O assunto em questão encontra-se na Corregedoria desta Fundação aguardando instauração de processo administrativo.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Com relação aos fatores negativos informamos o excessivo número de processo que tramitam na Corregedoria desta Fundação.			

<b>Unidade Jurisdicionada</b>
-------------------------------

Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			0173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
38	2011244047	1.1.13.6 CONSTATAÇÃO: (055)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
RECOMENDAÇÃO: Apurar a responsabilidade dos agentes responsáveis que deram causa à situação apontada, a qual pela sua gravidade pode ter proporcionado prejuízos potenciais aos cofres públicos pela ausência de competitividade na contratação.			003
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Corregedoria da Funai			107102
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Sobre o assunto informamos que da Diretoria de Administração e Gestão – DAGES desta Fundação encaminhou o Memo nº 397/DAGES/FUNAI/2012, de 10/05/2013, protocolo nº 08620.037613/2012-59, à Corregedoria para providências relativas a apuração de responsabilidade dos servidores conforme recomendação da Controladoria-Geral da União-CGU/PR. O assunto em questão encontra-se na Corregedoria desta Fundação aguardando instauração de processo administrativo..			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Com relação aos fatores negativos informamos o excessivo número de processo que tramitam na Corregedoria desta Fundação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			0173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	224610/2008	3.1.3.1 – CONSTATAÇÃO (019)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			

Recomendação		001:
Encaminhar recomendações às Unidades envolvidas, com vistas à supressão dessas falhas, especialmente quanto ao cumprimento do parágrafo único do art. 81 do Decreto-Lei nº 200/67 e do parágrafo 2º do art. 45 do Decreto nº 93.872/86, de que todo o servidor que receber suprimento de fundos, na forma daquele artigo, é obrigado a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo ordenador da despesa, sem prejuízo das providências administrativas para a apuração das responsabilidades e imposição, das penalidades cabíveis.		
<b>Providências Adotadas</b>		
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>		<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES		87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>		
Informamos que esta Fundação vem adotando mecanismos de orientação aos setores da Sede e de suas unidades descentralizadas sobre a correta aplicação dos recursos relativos às concessões de suprimentos de fundos, determinando a apuração de responsabilidades nos caso em que for necessário.		
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>		

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
40	224610/2008	3.1.3.1 – CONSTATAÇÃO (019)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação			002:
Providenciar com a maior brevidade e rigor possível a notificação dos servidores com vistas à apresentação das prestações de contas, regularizando as pendências, ou, se for o caso, proceder aos descontos dos valores não comprovados;			
Acompanhar, com maior rigor por parte da Administração da FUNAI, a utilização e a aplicação dos recursos de suprimentos de fundos, haja vista que as falhas vêm sendo verificadas sistematicamente em exercícios anteriores, ocasionadas por diversas Unidades da FUNAI, tanto na SEDE em Brasília, quanto nas Unidades Jurisdicionadas nos estados.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES			87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Informamos que esta Fundação vem adotando mecanismos de orientação aos setores da Sede e de suas unidades descentralizadas sobre a correta aplicação dos recursos relativos às concessões de suprimentos de fundos, determinando a apuração de responsabilidades nos caso em que for necessário.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			0173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	224610/2008	3.1.4.1 – CONSTATAÇÃO (027)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES			87501
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 001:</p> <p>a) UG 194009/19208 - FUNAI Boa Vista/RR: Providenciar, no âmbito do órgão e a cada pagamento efetuado à contratada, a retenção e o recolhimento dos tributos cumprindo, assim, os ditames da IN SRF 480/2004, ressaltando que essa providência é atribuída exclusivamente ao órgão público, não devendo ser repassada ao contratado;</p> <p>b) UG 194065/19208 - Administração Executiva Regional de Água Boa/MT: Fazer os devidos recolhimentos e notificar a empresa BRASIL TELECOM S/A, sobre o ocorrido e providenciar o ressarcimento dos valores não retidos, conforme previsão da IN SRF 480/2004;</p> <p>c) UG 194025/19208 - Fundação Nacional do Índio - Londrina/PR UG: Notificar a empresa Telemar Norte Leste S/A de que a retenção e o recolhimento dos tributos incidentes sobre os serviços deverão ser efetuados pela própria FUNAI, conforme os ditames da IN SRF 480/2004;</p> <p>d) UG 194014/19208 - Fundação Nacional do Índio São Luís/MA: Notificar a empresa Telemar Norte Leste S/A de que a retenção e o recolhimento dos tributos incidentes sobre os serviços deverão ser efetuados pela própria FUNAI, conforme os ditames da IN SRF 480/2004;</p> <p>e) UG 194074/19208 - Funai - Administração Regional de Imperatriz/MA: Fazer os devidos recolhimentos e notificar a empresa TELEMAR NOTE LESTE S/A, sobre o ocorrido e providenciar o ressarcimento dos valores não retidos, conforme previsão da IN SRF 480/2004;</p> <p>f) UG 194029/19208 - Fundação Nacional do Índio - Barra do Garças/MT: Fazer as devidas retenções e os recolhimentos além de notificar a empresa CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S.A, sobre o ocorrido e, conforme previsão da IN SRF 480/2004;</p> <p>g) UG 194004/19208 - Funai Administração Executiva Regional de Ji-Paraná: Fazer os devidos recolhimentos e notificar a empresa J.V.COSTA &amp; CIA LTDA, sobre o ocorrido e providenciar o ressarcimento dos valores não retidos, conforme previsão da IN SRF 480/2004;</p> <p>h) Para as Unidades Gestoras Administração Executiva Regional de Ilhéus/BA; Campinápolis/MT; Araguaia/MT; Guarapuava/PR; e de Boa Vista/RR, recomenda-se que façam as retenções e os respectivos recolhimentos regulamentares dos tributos, conforme a Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004;</p> <p>i) UG 194012/19208 - Fundação Nacional do Índio - Itaituba/PA: Fazer os devidos recolhimentos e notificar a empresa RENASCENÇA TAXI AÉREO LTDA, sobre o ocorrido e providenciar o ressarcimento dos valores não retidos, conforme previsão da IN SRF 480/2004 retrocitada;</p> <p>j) UG 194067/19208 - FUNAI Núcleo de Apoio Operacional de Juína/MT: Atentar para o cumprimento da IN SRF 480 por ocasião dos pagamentos efetuados a fornecedores de bens ou prestadores de serviço;</p> <p>l) UG 194086/19208 - FUNAI Adm. Regional de Tangara da Serra: Aplicar corretamente as alíquotas de retenção dos tributos, de acordo com a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado pelos beneficiários, conforme previsto no ANEXO I - TABELA DE RETENÇÃO, da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004;</p> <p>m) UG 194086/19208 - FUNAI Adm. Regional de Tangará da Serra: Notificar a empresa GOVESA Imports Veículos Ltda., sobre a aplicação equivocada e tomar providências para ressarcimento dos valores retidos a menor objetivando o recolhimento regular ao Tesouro Nacional;</p> <p>n) UG 194079/19208- FUNAI- Administração Regional de João Pessoa: Aplicar o Código da Receita 6147, Anexo I da IN SRF 480, sobre o valor das aquisições, considerando alíquota 0 (zero) para a COFINS e PIS/PASEP e as respectivas alíquotas para o IR e CSLL, o que totaliza um percentual a ser aplicado de 2,2%. O procedimento resulta na retenção de R\$ 175,12, para a 2008OB900666 e de R\$ 761,40 para a 2008OB901327;</p> <p>o) UG 194151/19208- Diretoria de Assuntos Fundiários – DAF: Apresentar comprovantes que especifiquem a</p>			

<p>data da consulta, que a Empresa SELTA - Serviços de Engenharia Ltda. era optante pelo Simples Nacional em 2008. Caso não consiga tal comprovação, notificar a referida empresa sobre o ocorrido e tomar providências para o efetivo recolhimento dos tributos;</p> <p>p) UG 194151/19208- Diretoria de Assuntos Fundiários – DAF: Proceder antes dos pagamentos, às consultas ao sítio da SRF, (consulta optantes do Simples), como forma de se assegurar que os prestadores e fornecedores da FUNAI são optantes do sistema, garantindo com o procedimento, o cumprimento dos ditames estabelecidos na Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004;</p> <p>q) Notificar as Empresas quanto ao ressarcimento à Administração Pública dos valores não retidos para recolhimento ao Tesouro Nacional.</p>	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES	87501
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
<p>Esclarecemos que com o intuito de aperfeiçoar e padronizar os procedimentos administrativos foi realizado treinamento referente ao assunto. O tópico “Retenção de Imposto e Alíquotas” foi um dos pontos objeto do Encontro de Administração e Gestão promovido pela Funai, no período de 29/08 a 01/09/2011, na Oficina sobre Programação e Execução Orçamentária e Financeira, contando com a participação de técnicos de todas as Unidades Gestoras desta Fundação. Ainda com relação a esse assunto, informamos que o mesmo foi tratado na realização da Oficina de Planejamento, ocorrida em fevereiro e março de 2013, com a participação de servidores de todas as Coordenações Regionais.</p>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Não ocorreram.	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
42	224610/2008	3.1.6.6 – CONSTATAÇÃO (050)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		<b>Código SIORG</b>	
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendação			003:
<p>Providenciar a restituição dos valores pagos referentes aos dias não trabalhados pelo servidor durante o período de 13.08 a 18.08.2008 sob a alegação de efetuar mudança mobiliária visto não guardar conformidade com a legislação vigente.</p>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			0173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
43	224610/2008	3.1.7.1 – CONSTATAÇÃO (014)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Recomendação			002:
Proceder à apuração de responsabilidade dos servidores que, sem justificativa, realizaram compras por meio de dispensa de licitação, não garantindo a plena observância ao princípio da economicidade nos gastos públicos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração e Gestão- DAGES			87501
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Com relação a este Item temos a informar que a Diretoria de Administração e Gestão – DAGES encaminhou o Memorando nº 98/DAGES/FUNAI, de 27/03/2014, solicitando providências junto à Corregedoria desta Fundação visando a apuração de responsabilidades dos servidores que sem justificativas realização compras por meio de dispensa de licitação, não garantindo a plena observância ao princípio da economicidade nos gastos públicos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
44	224610/2008	3.1.7.7 – CONSTATAÇÃO (057)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			

Recomendação	001:
Inserir no processo licitatório justificativa para a falta de atendimento às recomendações da Assessoria Jurídica emitidas em parecer de que trata o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, e, ainda, justificativa do preço, de acordo com o inciso III, do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/93, relativamente ao processo licitatório instruído para a contratação do objeto, observando previsão inserida no inciso VII, art. 50 da Lei nº 9.784/1999, de forma a validar o ato administrativo praticado.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundação Nacional do Índio			0173
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
45	224610/2008	3.1.8.6 – CONSTATAÇÃO (023)	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
Recomendações004: Apurar a responsabilidade dos agentes responsáveis que deram causa a situação apontada, a qual pela sua gravidade pode ter proporcionado prejuízos potenciais aos cofres públicos pela ausência de competitividade nas aquisições.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
Com relação a este Item temos a informar que a Diretoria de Administração e Gestão – DAGES encaminhou o Memorando nº 99/DAGES/FUNAI, de 27/03/2014, solicitando providências junto à Corregedoria desta Fundação visando a apuração de responsabilidades dos agentes que deram causa a situação apontada.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

### 10.3 Informações sobre a atuação da unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna - AUDIN, órgão seccional da Fundação, subordinada diretamente à Presidência, conforme prevê o Estatuto da Fundação Nacional do Índio, aprovado pelo

Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012; e para o cumprimento de suas competências regimentais conta com a seguinte estrutura organizacional:

Auditoria Interna – AUDIN

1. Coordenação de Auditoria – COAUD

1.1. Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Auditoria – SEPAC

2. Coordenação de Gerenciamento de Risco – COGER

2.1. Serviço de Acompanhamento e Avaliação de Risco – SEAR

E a nomeação e a exoneração do Auditor-Chefe serão submetidas pelo Presidente da FUNAI à aprovação da Controladoria-Geral da União, conforme rege o art. 6º, § 2º do Decreto acima mencionado.

Para a execução de suas atividades, integram a força de trabalho da AUDIN 09 técnicos e 07 no apoio, sendo a formação da equipe técnica a contabilidade, administração, tecnologia da informação e pedagogia.

As principais atividades realizadas no decorrer do exercício de 2013 foram cumpridas de acordo com o planejamento especificado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT-2013, observando-se sempre o cumprimento normativo e os aspectos de relevância, risco e materialidade. As fragilidades detectadas no controle administrativo foram todas objeto de recomendações consignadas nos relatórios de auditoria, bem como subsidiaram a elaboração do PAINT-2014.

Das 11 (onze) auditorias programadas no PAINT-2013, todas foram realizadas no decorrer do exercício na SEDE da Fundação e nas seguintes Coordenações Regionais: CR Passo Fundo, CR Xingú, CR Maranhão, CR Noroeste do Mato Grosso, CR Kayapó Sul do Pará, CR Ribeirão Cascalheira, CR Ponta Porã, CR Campo Grande, CR Interior Sul, CR de Minas Gerais e Espírito Santos e SEDE, sendo que está última ainda encontra-se em curso.

Os períodos programados no PAINT-2013 para a realização dos trabalhos sofreram alterações em função da necessidade de aperfeiçoarmos a força de trabalho ante a demanda de atividades surgidas no decorrer do exercício.

Nº	Ação
1	Elaboração do Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINIT 2012.
2	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 – SEDE
3	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 – Coordenação Regional do Amapá e Norte do Pará
4	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 – Coordenação Regional de Cacoal
5	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 – Coordenação Regional de Cuiabá
6	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 - Coordenação Regional de Dourados
7	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 – SEDE
8	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 – Coordenação Regional de Ji Paraná
9	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 – Coordenação Regional do Litoral Sudeste
10	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 – Coordenação Regional de Manaus
11	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 –

	Coordenação Regional do Noroeste do Mato Grosso
12	Exame do Processo de Prestação de Contas Anual do Exercício de 2012 – Coordenação Regional de Roraima
13	Acompanhamento da implementação das determinações/recomendações dos órgãos de controle interno e externo, para a Fundação.
14	Auditoria nos Convênios.
15	Assessoramento à Gestão.
16	Suporte técnico aos órgãos de controle interno e externo.
17	Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT do exercício seguinte.
18	Exame dos Processos de TCE.
19	Exame na gestão de pessoal.
20	Atendimento às solicitações da Procuradoria da República.
21	Atendimento a consultas formuladas pelas Unidades da Fundação.
22	Auditoria de acompanhamento da gestão nas Unidades Descentralizadas, relativo a área de licitações e contratos.
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	Auditoria de acompanhamento da gestão no Patrimônio da Renda Indígena, especificamente relativo a área de licitações e contratos.

### Principais constatações Relatório de Auditoria 2013

- ✓ Nota Fiscal de Serviço Eletrônica sem fazer referência ao período de prestação do serviço
- ✓ Ausência de cotação e/ou de pesquisa de preços.
- ✓ Abastecimento de veículos que não constam da relação de veículos da Coordenação Regional e das Coordenações Técnicas Locais.
- ✓ Valor da Ordem Bancária não corresponde às quantidades e respectivos valores dos produtos (óleo diesel, gasolina, etc.), constantes das requisições de combustíveis fornecidas à Coordenação Regional.
- ✓ Existência de Notas Fiscais expedidas pela Prefeitura Municipal de Cuiabá, com mesmo número, mas com data, valores e finalidades diversa.
- ✓ Ausência de atendimento à recomendação da PFE/FUNAI.
- ✓ Veículo apresentando um alto custo de manutenção.
- ✓ Descumprimento de cláusula contratual por parte da contratada no contrato.
- ✓ Ausência de Fiscais de contrato.
- ✓ Ausência de Contrato.
- ✓ Ausência de retenção e recolhimento de INSS nos pagamentos efetuados.
- ✓ Realização de despesas com mão-de-obra e substituição de peças em veículos não constantes da relação de veículos.
- ✓ Realização de despesas sem prévio empenho e sem cobertura contratual.
- ✓ Pagamento de despesas, com atraso, gerando encargos financeiros.
- ✓ Ausência de retenção e recolhimento do INSS.
- ✓ Ausência de retenção e recolhimento do ISSQN.

- ✓ Ausência de certidões de regularidade fiscal ou certidões com prazo de validade expirado no processo de pagamento.
- ✓ Ausência de ampla pesquisa de preços.
- ✓ Recolhimento de IRPJ a menor, com utilização de código de recolhimento indevido.
- ✓ Ausência de controle das ligações telefônicas.
- ✓ Ausência de recolhimento do IRPJ.
- ✓ Ausência de Termo de Referência.
- ✓ Ausência de documento contendo a dotação orçamentária para cobrir a despesa com a contratação pretendida.
- ✓ Ausência de comprovação do recebimento dos produtos pelas comunidades beneficiadas.
- ✓ Pagamento efetuado a maior.
- ✓ Ausência de retenção e recolhimento do INSS sobre serviços prestados por pessoa jurídica.
- ✓ Pagamento efetuado em duplicidade.
- ✓ Ausência de procedimento licitatório para contratação de serviços de telefonia fixa.
- ✓ Ausência de consulta ao Serviço de Patrimônio da União - SPU/MPOG, quanto a disponibilidade de imóvel para a instalação da sede da Coordenação Regional.
- ✓ Desconto de IRPF referente a pagamento de aluguel da Sede da Coordenação Regional realizado a menor.
- ✓ Documento de Arrecadação Financeira (DARF) preenchido de forma incorreta no que diz respeito ao valor da base de cálculo do IRPJ.
- ✓ Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - COSIP relativa a 22 (vinte e duas) salas do prédio onde funciona a Unidade, cujo valor mensal é quase três vezes o valor do consumo.
- ✓ Celebração de contrato sem que conste do mesmo o quantitativo de vigilantes utilizados na prestação de serviços de vigilância ostensiva armada tanto na CR quanto na CTL.
- ✓ Retenção e recolhimento a menor do IRPJ.
- ✓ Ausência do relatório do fiscal do contrato.
- ✓ Publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial da União cerca de 80 (oitenta) dias, após a sua assinatura.
- ✓ Execução de contrato sem designação de fiscal por cerca de seis meses.
- ✓ Recibos com data de certifico anterior ao término do período de referência do aluguel.
- ✓ Pagamento de despesa decorrente de reconhecimento de dívida divergindo de solicitação encaminhada pelo Chefe do Serviço de Administração ao Coordenador Regional.
- ✓ Notas Fiscais emitidas com datas anteriores aos termos dos períodos de prestação dos serviços.
- ✓ Pagamento de despesa sem cobertura contratual, como se a mesma estivesse amparada por Termo de Reconhecimento de Dívida.
- ✓ Observância nas faturas de cobrança de multa e/ou diferença de valor de passagem.
- ✓ Ausência de autorização da autoridade competente para a emissão do empenho e pagamento da despesa.

- ✓ Ausência de ampla pesquisa de mercado inclusive através de verificação junto a contratos de outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
- ✓ Ausência dos comprovantes de pagamento da remuneração dos empregados da empresa contratada que prestam serviço na Unidade.
- ✓ Identificação de instalação de softwares sem o número da licença para instalação, nos equipamentos da Coordenação Regional.
- ✓ Proposta de cotação de preços preenchidos com a mesma caligrafia e divergente da assinatura do responsável pelo preço ofertado.
- ✓ Falta de definição detalhada do objeto da contratação.
- ✓ Solicitação de prorrogação de prazo após ter expirado o prazo concedido anteriormente relacionado a passagens terrestres.
- ✓ Multas de trânsito aplicada aos condutores de veículos oficiais da Coordenação Regional.
- ✓ Falha nos controles de movimentação dos veículos.
- ✓ Ausência dos comprovantes de entrega dos vales transportes aos empregados da empresa contratada.
- ✓ Ausência dos comprovantes de pagamentos dos salários e benefícios aos empregados da empresa contratada, no processo de pagamento da despesa.
- ✓ Despesas realizadas em veículos da Renda do Patrimônio Indígena com recursos orçamentários.
- ✓ Reajuste do valor sem previsão contratual e antes do interregno de um ano, ocasionando pagamento indevido.
- ✓ Pagamento de despesa realizada com serviços de despachante.
- ✓ Ausência de comprovação, no processo, do pagamento dos licenciamentos e seguros obrigatórios dos veículos.
- ✓ Realização de despesas em veículo pertencente a renda do patrimônio indígena com recursos orçamentários.
- ✓ Concessão de auxílio financeiro sem informações relativas aos critérios utilizados para determinação do valor.
- ✓ Ausência de justificativas/motivação da contratação relativa a aquisição de bens e/ou serviços nos processos registrados nas modalidades de licitação dispensa, inexigibilidade e não se aplica.
- ✓ Inobservância do princípio da segregação de funções.
- ✓ Ausência de prestação de contas de viagem
- ✓ Solicitação de viagem com inobservância da antecedência mínima de 10 dias para realização da viagem.
- ✓ Impropriedades na concessão de diárias em decorrência de pagamentos a maior.
- ✓ Ausência de restituição de valores referentes a passagens não utilizadas.
- ✓ Pagamento indevido de ajuda de custo
- ✓ Pagamento de taxa não constante no contrato.
- ✓ Viagens realizadas em finais de semana e feriados sem justificativas
- ✓ Há Coordenações Regionais que ainda não fazem do uso do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP do Ministério do Planejamento e Gestão.
- ✓ Gestão Patrimonial ineficiente.
- ✓ Existência de débitos referentes a servidores cedidos pela FUNAI, além de perder quadros, a Fundação ainda vem arcando com o ônus do vencimento do servidor cedido.
- ✓ Convênios com prestações de contas pendentes de aprovação.

- ✓ Movimentação de itens referentes ao patrimônio da FUNAI no sistema SIADS não corresponde ao tempo e ao quantitativo previstos na proposta da empresa contratada (SERPRO)
- ✓ Subutilização dos módulos do sistema SIADS.
- ✓ Ausência de comprovação de vantagem para a Administração na contratação.
- ✓ Utilização indevida de créditos disponíveis no cartão.
- ✓ Apropriação indevida de despesas do exercício de 2012 em nota de empenho de 2011.
- ✓ Utilização do contrato para outros fins que não estão previstos em seu objeto.
- ✓ Ausência no processo do projeto de arquitetura elaborado pela empresa contratada.

Segue abaixo a relação entre a quantidade de recomendações feitas e quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência:

Nº Relatório	Auditorias realizadas	Recomendações			
		Feitas	Implementadas	Em análise pela AUDIN	Em monitoramento
1 (Especial)	CR CAMPO GRANDE/MS	27	10	0	17
1	CR CUIABÁ/MT	37	0	37	0
2	CR JI PARANÁ/RO	29	20	0	9
3	CR SUL DA BAHIA/BA	26	26	0	0
5	CR DO LITORAL SUL/SC	62	36	0	26
6	CR MANAUS/AM	52	27	0	25
7	CR M GERAISE SANTO/MG	28	18	0	10
8	CR INTERIOR SUL/SC	44	26	5	13
9	SEDE - BSB/DF	21	0	0	0
10	SEDE - BSB/DF	32	0	0	0
11	CR CAMPO GRANDE/MS	64	20	33	11
12	CR MARANHÃO/MA	31	0	31	0
	SOMA....	453	183	106	111

O acompanhamento das recomendações expedidas pela AUDIN é realizado sistematicamente por meio do Sistema de Auditoria Interna – SIAUDI, em um menu específico chamado *follow-up*, permitindo um acompanhamento em tempo real da manifestação das unidades auditadas às recomendações de auditoria, inclusive, dos documentos probantes de implementação que são instruídos digitalmente no processo.

A utilização dessa ferramenta possibilita maior celeridade no acompanhamento, vez que ao ser homologado um relatório de auditoria, o sistema emite automaticamente um e-mail para os gestores responsáveis por aquela unidade auditada, com informações do resultado dos trabalhos auditoriais e o prazo estabelecido para a manifestação dos mesmos. Que na sequência, também, manifestam-se acerca da

implementação das recomendações consignadas nos relatórios por meio eletrônico. E o próprio sistema fornece o quantitativo e quais itens das recomendações estão sendo implementadas/respondidas.

No encerramento de cada trabalho auditorial é realizada uma reunião com os responsáveis pela gestão da Unidade auditada, onde são apresentadas e discutidas as constatações e recomendações relativas ao trabalho realizado.

Nos procedimentos de elaboração dos relatórios e acompanhamento das manifestações dos gestores, tanto no atendimento quanto a pendências a AUDIN utiliza o Sistema de Auditoria Interna – SIAUDI, desenvolvido pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, cedido por meio de um termo de cessão e uso em 2009, mas somente entrou em produção em 2010. A partir da utilização dessa ferramenta os relatórios impressos foram suprimidos, vez que o envio dos mesmos aos gestores bem como as suas manifestações a cerca das recomendações passaram a ser tudo automatizado. E na sequência desses procedimentos, o sistema gera um relatório de acompanhamento que nos permite visualizar, por relatório, quantas constatações/recomendações foram respondidas, quantas a AUDIN ainda não examinou as respostas e quantas permanece pendentes. Esse *follow-up* possibilita que periodicamente a AUDIN verifique o *status* de atendimento.

A garantia que a AUDIN tem de que a alta gerência é conhecedora das recomendações consignadas em relatórios de auditoria ou outros meios congêneres, dá-se por meio de reuniões presenciais com o objetivo de levar ao conhecimento da mesma quanto aos resultados dos trabalhos auditoriais, e por meio do encaminhamento dos relatórios de auditoria, via SIAUDI – dotado de um mecanismo de marca de leitura, que gera uma notificação quando o destinatário efetivamente visualiza o relatório.

As situações consideradas de risco são levadas ao conhecimento da presidência da Fundação, e até então nenhuma recomendação da AUDIN foi objeto de decisão pela não implementação.

#### 10.4 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93

##### 10.4.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 10.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função)	Obrigados a entregar a DBR	257	226	955

de Confiança ou em comissão)	Entregaram a DBR	257	226	955
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Siafi

#### 10.4.2 Situação do cumprimento das obrigações

Há um acompanhamento, no ato da posse para novos servidores nomeados para cargo efetivo, função de confiança ou em comissão e contratos temporários, quanto à entrega de um dos formulários solicitados, sendo que todos no exercício de 2011 optaram pela autorização de acesso às declarações anuais.

As Declarações de Bens e Rendas e/ou Autorizações de Acesso às declarações anuais, são arquivados nos assentamentos funcionais do servidor..

#### 10.5 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Quadro 10.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
0	0	0	0	0	0	0	0	0

Houve a comprovação da prestação de contas do convênio nº 004/2007 SIAFI 601519, foi alterado o status da prestação de contas para “a aprovar” estando a Prestação de Contas em análise. Com relação ao convênio nº SIAFI 544943, informamos que por meio do Despacho Nº 386/CGOF/DAGES/2013 foi autorizada a instauração de Tomada de Contas Especial em desfavor do Instituto Via Pública e, desse modo os autos encaminhados ao Setor competente, cuja Tomada de Contas Especial está em andamento. O convênio está registrado na conta “Inadimplência Efetiva”.

#### 10.6 Alimentação Siasg e Siconv

Quadro 10.6.1 -- Declaração De Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

<b>DECLARAÇÃO</b>
Eu, MARCO AURÉLIO FERREIRA PERES, CPF nº 511.462.076-20, Diretor de Administração e Gestão, exercido na Diretoria de Administração e Gestão, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e

atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de março de 2014.

Marco Aurélio Ferreira Peres  
511.462.076-20  
Diretor de Administração e Gestão

## 11. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

São os seguintes os canais disponibilizados aos cidadãos indígenas e não-indígenas para encaminhamento de denúncias, manifestações, solicitações, elogios, sugestões e/ou reclamações, no âmbito desta Ouvidoria:

- Presencialmente, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no seguinte endereço: SBS, Quadra 02, Lote 14, Bloco H, Ed. Cleto Meireles, 11º andar, CEP 70.070-120;

- Por carta, para o endereço acima citado;

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

- Por meio de formulário eletrônico, disponibilizado no Portal da Funai ([www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)), na aba Ouvidoria, “Fale com a Ouvidoria”, bem como pela aba “Fale Conosco”;

- Ou por correio eletrônico, para o seguinte endereço: [ouvidoria@funai.gov.br](mailto:ouvidoria@funai.gov.br).

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

Estrutura de Informação - Não há estrutura definida para fornecimento da informação, ficando a cargo do gestor optar pela forma mais eficiente para apresentação dos dados.

## 12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 Medidas adotadas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público

A Unidade Jurisdicionada Fundação Nacional do Índio por intermédio das Unidades Gestoras 194035 – FUNAI/SEDE-DF e 194022 – MUSEU DO ÍNDIO/RJ, em cumprimento às determinações exaradas na norma MACROFUNÇÃO 020300: Assunto 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA

ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUNDAÇÕES da Secretaria do Tesouro Nacional - harmônica à NBC T 16.9 e NBC T 16.10 - que dispõe sobre as orientações quanto aos procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, está aplicando os critérios e procedimentos inerentes ao registro da *depreciação* na conta contábil 142900000 – Depreciação, Amortização e Exaustão, por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS/SIAFI.

No exercício de 2013 a UJ deu continuidade às ações iniciadas no exercício de 2012, no sentido de realizar o inventário patrimonial das Unidades Gestoras remanescentes, vinculadas à sobredita Unidade Jurisdicionada. A finalização de tais ações está prevista para o mês de Abril do exercício 2014, fato que possibilitará que até o mês de Setembro deste exercício ocorra a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS e, em consequência, a efetivação da depreciação por aquelas Unidades Jurisdicionadas.

Os procedimentos relativos à reavaliação ainda não foram definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo, em decorrência, ainda não aplicável à Unidade Jurisdicionada.

Não são aplicáveis à UJ a amortização e a exaustão, visto que a *amortização* destina-se à redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado e a *exaustão* se refere à redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação e as taxas utilizadas para os cálculos, as quais são realizadas por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, seguem as orientações e critérios da norma MACROFUNÇÃO 020300 – Assunto 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUNDAÇÕES.

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

Não foi mensurado o impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

## 12.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>	
<b>Denominação completa (UJ)</b>	<b>Código da UG</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL DO VALE DO JAVARI/AM</b>	<b>194007</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO TOCANTINS/PA</b>	<b>194011</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO/BA</b>	<b>194018</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO/MG</b>	<b>194019</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL PASSO FUNDO/RS</b>	<b>194027</b>
<b>COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE/MT</b>	<b>194029</b>

COORDENAÇÃO REGIONAL DO XINGU/MT	194031
FUNAI – SEDE BRASÍLIA/DF	194035
COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO/MT	194036
COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT	194042
COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS/AM	194048
COORDENAÇÃO REGIONAL INTERIOR SUL/SC	194061
COORDENAÇÃO REGIONAL MARANHÃO/MA	194074
COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE 1/AL	194077
COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ/MS	194085
FUNAI – DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL	194151
FUNAI – DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	194152

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:

- a) 302 – FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB
- b) 315 – FALTA/RESTRICÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO
- c) 634 – FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS
- d) 642 – FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. AT. IMOBILIZADO
- e) 656 – CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA
- f) 657 – CONVÊNIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA
- g) 666 - TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIG. EXPIRADA
- h) 668 – ACORDO COOP. TÉCNICA A COMPROVAR – DATA EXPIRADA

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça e da Fundação Nacional do Índio, via SIAFI; e
- A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração

<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	12 de março de 2014
<b>Contador Responsável</b>	Maria Raquel Bastos de Carvalho	<b>CRC n.º</b>	4.803/DF

## 13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 13.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

Em 2013 o valor total de R\$ 162,1 milhões empenhado pela FUNAI, corresponde a 99,5% do limite de empenho autorizado para esta Fundação. É um índice bastante elevado, e deve ser valorizado - principalmente - devido à forte restrição orçamentária sofrida durante o ano, determinada pelo Decreto 8.062 de 29 de junho de 2013.

No exercício em análise houve um aumento de 10,8% nos créditos empenhados do orçamento da FUNAI em relação ao exercício de 2012. Consideradas as emendas parlamentares, o aumento no empenho dos créditos foi ainda mais expressivo, representando 33% de acréscimo em relação a 2012. Destaca-se que a execução orçamentária da FUNAI vem aumentando ano a ano, conforme o Quadro V que mostra a evolução do total empenhado desde 2010.

**Quadro V: EVOLUÇÃO DOS CRÉDITOS EMPENHADOS PELA FUNAI**

valores em R\$ x 1.000.000

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
CUSTEIO	117,2	123,7	121,3	139,2
INVESTIMENTO/INVERSÕES	19,5	15,3	25,1	23,0
<b>TOTAL</b>	<b>136,6</b>	<b>139,1</b>	<b>146,4</b>	<b>162,2</b>
EMENDAS PARLAMENTARES	3,6	0,0	0,1	33,3
<b>TOTAL + EMENDAS</b>	<b>140,2</b>	<b>139,1</b>	<b>146,6</b>	<b>195,5</b>

Fonte: Siafi Gerencial

Com exceção da ação de Preservação Cultural dos Povos Indígenas, todas as outras ações da FUNAI, apresentaram aumento nos créditos orçamentários empenhados de 2012 para 2013. A Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável apresentou o maior aumento relativo, de um ano para o outro, correspondente a 19% de crescimento.

Destaca-se nesse contexto a atuação das Coordenações Regionais, que apresentaram um total de créditos empenhados similar ao do exercício anterior, mesmo com a restrição orçamentária enfrentada no segundo semestre de 2013. As despesas fixas das CRs foram empenhadas, indicando que não há previsão de valores expressivos a serem descentralizados em 2014 como despesas de exercícios anteriores devido à falta de pagamento. Outro fator a ser ressaltado foi o aproveitamento de licitações em que uma Coordenação Regional realizou despesas e aquisições para outras Coordenações que não puderam concluir seus processos administrativos por falta de tempo ou recursos, o que contribuiu para a redução de custos e esforços desta Fundação Nacional do Índio, além de ser um esboço do funcionamento em rede.

Imperativo lembrar que a FUNAI manteve o mesmo nível de investimentos do exercício anterior - da ordem de R\$ 25,0 milhões - considerando o orçamento desta Fundação mais as emendas parlamentares. Esse investimento é de extrema importância para o adequado funcionamento das unidades da FUNAI, provendo a infraestrutura necessária para as atividades desenvolvidas nesta Fundação, aumentando a capacidade instalada por meio de aquisições e da recuperação do que foi depreciado.

Em 2013 ocorreu dotação orçamentária e execução expressiva de valores provenientes de emendas parlamentares, principalmente na ação de Fiscalização e

Demarcação de Terras Indígenas. Trata-se de uma fonte de recursos que pode ser bastante útil na complementação do orçamento da FUNAI. No exercício de 2014 está prevista a dotação orçamentária de R\$ 23,1 milhões em emendas parlamentares em adição ao orçamento da FUNAI. A maior parte desse valor refere-se a indenizações para regularização de Terras Indígenas.

O cenário para 2014 contempla forte contingenciamento sobre orçamento de R\$ 184 milhões, menor 5% em relação ao de 2013, porém 13% maior que o valor empenhado naquele exercício, além de eventos que podem impactar na execução das atividades e projetos, tais como a Copa do Mundo entre 12 e 30 de junho, e as eleições que, começam a produzir efeitos sobre as contratações a partir de 4 de julho, três meses antes. O contexto acima recomenda planejar bem e adotar medidas que elevem a eficácia e a eficiência na execução orçamentária dos projetos e atividade, de sorte a garantir o alcance dos objetivos do PPA e a execução das ações estratégicas que garantiu a efetividade na implementação da política indigenista do Estado brasileiro, com vistas à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas.

#### 14 DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

As informações relativas a este Item não se aplicam as unidades gestoras consolidadas.

#### 15 CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

##### 15.1 Contratação de consultores na modalidade “produto”

Quadro 15.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento			PNUD		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
Catalisação da Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas florestais Brasileiros			BRA 09G32		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000099					
Objetivo da Consultoria: Contribuir para o fortalecimento de org. indígenas e governo para implementação do Projeto GATI e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de TI's, apoiando a Direção Nacional do Projeto na implementação do projeto a partir do Núcleo Regional/Conselho Regional Mata Atlântica Sul e nas Áreas de Referência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

08/03/2012	30/05/2013	90.000,00	45.000,00	45.000,00	90.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
Diárias e passagens					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>		<b>Data prevista de entrega</b>		<b>Valor</b>	
Documento contendo proposta metodológica e levantamento preliminar dos subsídios necessários à realização dos objetivos, tais como custos e aspectos logísticos da realização das capacitações e demais atividades nas Áreas de Referência.		03/05/2012		12.500,00	
Documento contendo: (1) levantamento e caracterização de instituições parceiras e material já existentes (diagnósticos /levantamentos), junto com relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com estas; (2) Diagnóstico da situação atual das Áreas de Referência, utilizando metodologia padrão do Projeto.		17/06/2012		17.500,00	
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 1ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.		15/09/2012		15.000,00	
Documento contendo: (1) relatório de acompanhamento das oficinas de etnomapeamento e outras capacitações desenvolvidas nas Áreas de Referência; (2) levantamento das demandas das Áreas de Referência visando apoiar na elaboração de propostas de projetos.		14/11/2012		15.000,00	
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 2ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.		13/01/2013		10.000,00	
Projetos elaborados em conjunto com as Terras Indígenas em Áreas de Referência, articulado com os diagnósticos realizados, em formato a ser apresentado ao Comitê Diretor do Projeto e/ou instituições financiadoras, incluindo Termos de Referência para contratação de apoio técnico e consultorias específicas, se for necessário.		14/03/2013		20.000,00	
<b>Consultor Contratado</b>					
<b>Nome do Consultor:</b> Rosa Elisa Villanueva				<b>CPF:</b> 376.720.534-34	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se o contingenciamento orçamentário, a greve de servidores e conflito intra-étnico. Como facilitador citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.					
<b>Código do Contrato:</b> 2012/000086					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Contribuir para o fortalecimento de org. indígenas e governo para implementação do Projeto GATI e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de TIs, apoiando a Direção Nacional do Projeto na implementação do projeto a partir do Núcleo Regional/Conselho Regional Mata Atlântica Sudeste e nas Áreas de Referência.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total pago no Exercício</b>	<b>Total pago até o Final do Exercício</b>
16/01/2013	28/10/2013	90.000,00	42.500,00	42.500,00	90.000,00
<b>Insumos Externos</b>					

Diárias e passagens					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento contendo proposta metodológica e levantamento preliminar dos subsídios necessários à realização dos objetivos, tais como custos e aspectos logísticos da realização das capacitações e demais atividades nas Áreas de Referência.		02/03/2012	12.500,00		
Documento contendo: (1) levantamento e caracterização de instituições parceiras e material já existentes (diagnósticos /levantamentos), junto com relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com estas; (2) Diagnóstico da situação atual das Áreas de Referência, utilizando metodologia padrão do Projeto.		16/04/2012	17.500,00		
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 1ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.		15/07/2012	15.000,00		
Documento contendo: (1) relatório de acompanhamento das oficinas de etnomapeamento e outras capacitações desenvolvidas nas Áreas de Referência; (2) levantamento das demandas das Áreas de Referência visando apoiar na elaboração de propostas de projetos.		13/09/2012	15.000,00		
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 2ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.		12/11/2012	10.000,00		
Projetos elaborados em conjunto com as Terras Indígenas em Áreas de Referência, articulado com os diagnósticos realizados, em formato a ser apresentado ao Comitê Diretor do Projeto e/ou instituições financiadoras, incluindo Termos de Referência para contratação de apoio técnico e consultorias específicas, se for necessário.		11/01/2013	20.000,00		
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Dafran Gomes Macário				CPF: 022.704.818-01	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se o contingenciamento orçamentário e a greve de servidores. Como facilitador citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.					
<b>Código do Contrato: 2011/000565</b>					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Contribuir para o fortalecimento de org. indígenas e governo para implementação do Projeto GATI e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de TT's, apoiando a Direção Nacional do Projeto na implementação do projeto a partir do Núcleo Regional/Conselho Regional Amazônia-Cerrado e nas Áreas de Referência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
06/01/2012	28/06/2013	90.000,00	77.500,00	77.500,00	90.000,00
Insumos Externos					
Diárias e passagens					
Produtos Contratados					

Descrição		Data prevista de entrega	Valor		
Documento contendo proposta metodológica e levantamento preliminar dos subsídios necessários à realização dos objetivos, tais como custos e aspectos logísticos da realização das capacitações e demais atividades nas Áreas de Referência.		19/02/2012	12.500,00		
Documento contendo: (1) levantamento e caracterização de instituições parceiras e material já existentes (diagnósticos /levantamentos), junto com relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com estas; (2) Diagnóstico da situação atual das Áreas de Referência, utilizando metodologia padrão do Projeto.		04/04/2012	17.500,00		
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 1ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.		03/07/2012	15.000,00		
Documento contendo: (1) relatório de acompanhamento das oficinas de etnomapeamento e outras capacitações desenvolvidas nas Áreas de Referência; (2) levantamento das demandas das Áreas de Referência visando apoiar na elaboração de propostas de projetos.		01/09/2012	15.000,00		
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 2ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.		31/10/2012	10.000,00		
Projetos elaborados em conjunto com as Terras Indígenas em Áreas de Referência, articulado com os diagnósticos realizados, em formato a ser apresentado ao Comitê Diretor do Projeto e/ou instituições financiadoras, incluindo Termos de Referência para contratação de apoio técnico e consultorias específicas, se for necessário.		30/12/2012	20.000,00		
<b>Consultor Contratado</b>					
Nome do Consultor: Márcia Regina Antunes Maciel				CPF: 609.931.461-04	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se o contingenciamento orçamentário, a greve de servidores e conflitos fundiários regionais. Como facilitador citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.					
Código do Contrato: 012/000507					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Contribuir para o fortalecimento das Organizações Indígenas e do governo visando à implementação do Projeto GATI e de uma política nacional de gestão territorial e ambiental de T.I., apoiando a Direção Nacional do Projeto na sua implementação a partir do Núcleo Regional/ Conselho Regional Amazônia Central/Ocidental, e nas Áreas de Referência.					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total pago no Exercício</b>	<b>Total pago até o Final do Exercício</b>
29/06/2012	30/09/2013	90.000,00	62.500,00	62.500,00	90.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
Diárias e passagens					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>				<b>Data prevista de</b>	<b>Valor</b>

		entrega			
Documento contendo proposta metodológica e levantamento dos subsídios necessários à realização dos objetivos, tais como (1) custos e aspectos logísticos da realização das atividades nas Áreas de Referência (2) levantamento preliminar da documentação existente referente às Áreas de Referência e aos atores institucionais que desenvolvem atividades nestas Áreas		12/08/2012		12.500,00	
Documento contendo: (1) Relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com a Coordenação Regional de Ji-Paraná/Funai referente à TI Igarapé Lourdes; (2) Compilação de informações existentes referentes a essa TI, e se necessário, complementação destas informações, utilizando metodologia padrão do Projeto e (3) proposta para estruturação de Plano de Gestão Territorial e Ambiental e seus eixos, identificando custos das atividades e fontes de recursos, em estreito diálogo com a CR-Ji-Paraná, para inclusão destas atividades no planejamento anual da Funai		26/09/2012		17.500,00	
Documento contendo: (1) Relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com a Coordenação Regional de Manaus/Funai referente à TI Andirá-Marau; (2) Diagnóstico da situação atual desta TI, utilizando metodologia padrão do Projeto e (3) proposta de ações necessárias para apoiar a elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental, identificando custos das atividades e fontes de recursos, em estreito diálogo com a CR-Manaus, para inclusão destas atividades no planejamento anual da Funai.		25/12/2012		15.000,00	
Documento contendo: (1) Relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com a Coordenação Regional de Rio Branco/Funai referente à TI Mamoate; (2) Compilação de informações existentes referentes a essa TI, e se necessário, complementação destas informações, utilizando metodologia padrão do Projeto e (3) propostas de ações necessárias para apoiar a elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental, identificando custos das atividades e fontes de recursos, em estreito diálogo com a CR-Rio Branco, para inclusão destas atividades no planejamento anual da Funai.		23/02/2013		15.000,00	
Documento contendo sistematização e análise dos resultados da 1ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação		24/04/2013		10.000,00	
Projetos elaborados em conjunto com as Terras Indígenas em Áreas de Referência, articulado com os diagnósticos realizados, em formato a ser apresentado ao Comitê Diretor do Projeto e/ou instituições financiadoras, incluindo Termos de Referência para contratação de apoio técnico e consultorias específicas, se for necessário		23/06/2013		20.000,00	
<b>Consultor Contratado</b>					
Nome do Consultor: Lúcio Flores				CPF: 274.623.909-49	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se o contingenciamento orçamentário, a greve de servidores e as particularidades típicas da região amazônica, como clima, distância e deslocamento. Como facilitador citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.					
Código do Contrato:					
Objetivo da Consultoria: Texto					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do

			<b>Exercício</b>		<b>Exercício</b>
20/03/2012	28/06/2013	90.000,00	67.500,00	67.500,00	90.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
Diárias e passagens					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>			<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>	
Documento contendo proposta metodológica e levantamento dos subsídios necessários à realização dos objetivos, tais como (1) custos e aspectos logísticos da realização das atividades nas Áreas de Referência (2) levantamento preliminar da documentação existente referente às Áreas de Referência e aos atores institucionais que desenvolvem atividades nestas Áreas.			03/05/2012	12.500,00	
Documento contendo: (1) Relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com a Coordenação Regional de Macapá/Funai referente às TI Jumina (AP), TI Galibi (AP) e TI Uaçá (AP); (2) Compilação de informações existentes referentes a essa TI, e se necessário, complementação destas informações, utilizando metodologia padrão do Projeto e (3) proposta para estruturação de Plano de Gestão Territorial e Ambiental e seus eixos, identificando custos das atividades e fontes de recursos, em estreito diálogo com a CR-Macapá, auxiliando na inclusão destas atividades no planejamento anual da Funai.			17/06/2012	17.500,00	
Documento contendo: (1) Relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com a Coordenação Regional de Manaus/Funai referente à TI Trincheira Bacajá (PA); (2) Diagnóstico da situação atual desta TI, utilizando metodologia padrão do Projeto e (3) proposta de ações necessárias para apoiar a elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental, identificando custos das atividades e fontes de recursos, em estreito diálogo com a CR-Altamira, auxiliando na inclusão destas atividades no planejamento anual da Funai.			15/09/2012	15.000,00	
Documento contendo: (1) Relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com a Coordenação Regional de Macapá/Funai referente à TI Waiãpi (AP); (2) Compilação de informações existentes referentes a essa TI, e se necessário, complementação destas informações, utilizando metodologia padrão do Projeto e (3) propostas de ações necessárias para apoiar a elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental, identificando custos das atividades e fontes de recursos, em estreito diálogo com a CR-Macapá, auxiliando na inclusão destas atividades no planejamento anual da Funai.			14/11/2012	15.000,00	
Documento contendo sistematização e análise dos resultados da 1ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação			13/01/2013	10.000,00	
Projetos elaborados em conjunto com as Terras Indígenas em Áreas de Referência, articulado com os diagnósticos realizados, em formato a ser apresentado ao Comitê Diretor do Projeto e/ou instituições financiadoras, incluindo Termos de Referência para contratação de apoio técnico e consultorias específicas, se for necessário			14/03/2013	20.000,00	
<b>Consultor Contratado</b>					
<b>Nome do Consultor:</b> Alexandre Augusto Lopes Goulart de Andrade				<b>CPF:</b> 130.907.588-30	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se o contingenciamento orçamentário e a greve de servidores e particularidades típicas da região amazônica, como clima, distância e deslocamento. Como facilitador					

citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.

**Código do Contrato:2012/000361**

**Objetivo da Consultoria:** Contribuir para o fortalecimento das Organizações Indígenas e do governo visando à implementação do Projeto GATI e de uma política nacional de gestão territorial e ambiental de T.I., apoiando a Direção Nacional do Projeto na sua implementação a partir do Núcleo Regional/ Conselho Regional Nordeste I, e nas Áreas de Referência

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/04/2012	30/08/2013	90.000,00	62.500,00	62.500,00	90.000,00

**Insumos Externos**

Diárias e passagens

**Produtos Contratados**

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo proposta metodológica e levantamento preliminar dos subsídios necessários à realização dos objetivos, tais como custos e aspectos logísticos da realização das capacitações e demais atividades nas Áreas de Referência.	03/06/2012	12.500,00
Documento contendo: (1) levantamento e caracterização de instituições parceiras e material já existentes (diagnósticos /levantamentos), junto com relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com estas; (2) Diagnóstico da situação atual das Áreas de Referência, utilizando metodologia padrão do Projeto.	18/07/2012	17.500,00
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 1ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.	16/10/2012	15.000,00
Documento contendo: (1) relatório de acompanhamento das oficinas de etnomapeamento e outras capacitações desenvolvidas nas Áreas de Referência; (2) levantamento das demandas das Áreas de Referência visando apoiar na elaboração de propostas de projetos.	15/12/2012	15.000,00
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 2ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.	13/02/2013	10.000,00
Projetos elaborados em conjunto com as Terras Indígenas em Áreas de Referência, articulado com os diagnósticos realizados, em formato a ser apresentado ao Comitê Diretor do Projeto e/ou instituições financiadoras, incluindo Termos de Referência para contratação de apoio técnico e consultorias específicas, se for necessário.	14/04/2013	20.000,00

**Consultor Contratado**

**Nome do Consultor:** Isabel Modercin **CPF:** 011.865.895-66

**Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:** Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se o contingenciamento orçamentário, a greve de servidores e conflitos fundiários regionais. Como facilitador citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.

<b>Código do Contrato: 2012/000160</b>					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Contribuir para o fortalecimento das Organizações Indígenas e do governo visando à implementação do Projeto GATI e de uma política nacional de gestão territorial e ambiental de T.I., apoiando a Direção Nacional do Projeto na sua implementação a partir do Núcleo Regional/ Conselho Regional Nordeste II, e nas Áreas de Referência					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/03/2012	28/06/2013	90.000,00	60.000,00	60.000,00	90.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
Diárias e passagens					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento contendo proposta metodológica e levantamento preliminar dos subsídios necessários à realização dos objetivos, tais como custos e aspectos logísticos da realização das capacitações e demais atividades nas Áreas de Referência.			13/05/2012	12.500,00	
Documento contendo: (1) levantamento e caracterização de instituições parceiras e material já existentes (diagnósticos /levantamentos), junto com relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com estas; (2) Diagnóstico da situação atual das Áreas de Referência, utilizando metodologia padrão do Projeto.			27/06/2012	17.500,00	
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 1ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.			25/09/2012	15.000,00	
Documento contendo: (1) relatório de acompanhamento das oficinas de etnomapeamento e outras capacitações desenvolvidas nas Áreas de Referência; (2) levantamento das demandas das Áreas de Referência visando apoiar na elaboração de propostas de projetos.			24/11/2012	15.000,00	
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 2ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.			24/01/2013	10.000,00	
Projetos elaborados em conjunto com as Terras Indígenas em Áreas de Referência, articulado com os diagnósticos realizados, em formato a ser apresentado ao Comitê Diretor do Projeto e/ou instituições financiadoras, incluindo Termos de Referência para contratação de apoio técnico e consultorias específicas, se for necessário.			24/03/2013	20.000,00	
<b>Consultor Contratado</b>					
<b>Nome do Consultor:</b> Carlos Alfredo Ferraz Oliveira				<b>CPF:</b> 213.002.958-21	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se o contingenciamento orçamentário, a greve de servidores e conflitos fundiários regionais. Como facilitador citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.					

<b>Código do Contrato:</b> 2012/000159					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Contribuir para o fortalecimento das Organizações Indígenas e do governo visando à implementação do Projeto GATI e de uma política nacional de gestão territorial e ambiental de T.L., apoiando a Direção Nacional do Projeto na sua implementação a partir do Núcleo Regional/ Conselho Regional Pantanal-Cerrado, e nas Áreas de Referência					
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>			
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total pago no Exercício</b>	<b>Total pago até o Final do Exercício</b>
30/03/2012	28/06/2013	90.000,00	62.500,00	62.500,00	90.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
Diárias e passagens					
<b>Produtos Contratados</b>					
<b>Descrição</b>				<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>
Documento contendo proposta metodológica e levantamento preliminar dos subsídios necessários à realização dos objetivos, tais como custos e aspectos logísticos da realização das capacitações e demais atividades nas Áreas de Referência.				13/05/2012	12.500,00
Documento contendo: (1) levantamento e caracterização de instituições parceiras e material já existentes (diagnósticos /levantamentos), junto com relatório de reuniões e demais atividades de articulação e planejamento com estas; (2) Diagnóstico da situação atual das Áreas de Referência, utilizando metodologia padrão do Projeto.				27/06/2012	17.500,00
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 1ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.				25/09/2012	15.000,00
Documento contendo: (1) relatório de acompanhamento das oficinas de etnomapeamento e outras capacitações desenvolvidas nas Áreas de Referência; (2) levantamento das demandas das Áreas de Referência visando apoiar na elaboração de propostas de projetos.				24/11/2012	15.000,00
Documento contendo análise e sistematização dos resultados da 2ª reunião do Conselho Regional, indicando encaminhamentos, na forma de Plano de Ação.				24/01/2013	10.000,00
Projetos elaborados em conjunto com as Terras Indígenas em Áreas de Referência, articulado com os diagnósticos realizados, em formato a ser apresentado ao Comitê Diretor do Projeto e/ou instituições financiadoras, incluindo Termos de Referência para contratação de apoio técnico e consultorias específicas, se for necessário.				24/03/2013	20.000,00
<b>Consultor Contratado</b>					
<b>Nome do Consultor:</b> Graziella Reis de Sant`Ana				<b>CPF:</b> 810.981.031-49	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se o contingenciamento orçamentário, a greve de servidores e conflitos fundiários regionais. Como facilitador citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.					
<b>Código do Contrato:</b> 2012/000628					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Contribuir para a implementação do Projeto Gestão Ambiental e Territorial					

Indígena e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), na Região Pantanal/Cerrado, especificamente no levantamento de experiências promissoras com agroflorestas, com a consolidação e divulgação de informações resultantes dessas experiências por meio de seminário, capacitações e cartilhas, como também na indicação de atividades nesta área para serem apoiadas pelo projeto

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/08/2012	31/10/2013	75.000,00	40.000,00	40.000,00	75.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
Diárias e passagens					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Proposta metodológica contendo: (1) abordagem para o levantamento de experiências e iniciativas de agroflorestas na região (identificação preliminar de atores institucionais, fontes a serem consultadas, formato de apresentação dos resultados, etc.); (2) proposta de seminário identificando conteúdo, programação preliminar, nº de participantes, estimativas de custos e etc. e (3) Proposta de conteúdo programático para capacitação em agroflorestas para técnicos da Funai e MMA, gestores indígenas e outros atores do Projeto.			03/10/2012	10.000,00	
Documento técnico contendo levantamento das experiências com agroflorestas no Mato Grosso do Sul, com as seguintes informações: Terra Indígena, etnia, comunidades e associações indígenas envolvidas (se aplicável); instituições responsáveis; período, fontes de financiamento; técnicos envolvidos, espécies agrícolas e florestais utilizadas, avaliação preliminar dos resultados e, quando possível, lições aprendidas.			17/11/2012	15.000,00	
Documento técnico consolidando resultados de seminário regional sobre agroflorestas em terras indígenas.			15/02/2013	10.000,00	
Proposta de cartilha regional de agroflorestas indígenas, incorporando resultados do Seminário.			16/04/2013	10.000,00	
Documento técnico referente à capacitação em agroflorestas para técnicos da Funai e MMA, gestores indígenas e outros atores envolvidos no Projeto GATI, com resultados compilados.			15/06/2013	10.000,00	
Documento técnico descrevendo e avaliando capacitações e assessoria técnica realizadas nas Áreas de Referência.			17/07/2013	8.000,00	
Projetos elaborados em conjunto com as Terras Indígenas em Áreas de Referência, articulado com os diagnósticos realizados, em formato a ser apresentado ao Comitê Diretor do Projeto e/ou instituições financiadoras, incluindo Termos de Referência para contratação de apoio técnico e consultorias específicas, se for necessário.			20/08/2013	12.000,00	
<b>Consultor Contratado</b>					
Nome do Consultor: Jéssica Livio Pedreira				CPF: 721.341.941-20	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se o contingenciamento orçamentário e conflitos fundiários regionais. Como facilitador citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.					

<b>Código do Contrato: 012/000812</b>					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Subsidiar a Direção Nacional do Projeto e o Comitê Diretor no apoio à implementação de Centro de Formação Indígena na região do Pantanal/Cerrado com a elaboração de proposta baseadas na avaliação de experiências existentes e seus programas pedagógicos, e as necessidades de infraestrutura e especificidades regionais					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/10/2012	31/10/2013	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
<b>Insumos Externos</b>					
Diárias e passagens					
<b>Produtos Contratados</b>					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório de levantamento e avaliação de Centros ou experiências de formação indígena existentes (lições apreendidas) em forma de documento de apoio para as discussões do seminário.			05/11/2012	7.500,00	
Proposta metodológica e planejamento de seminário regional, contendo: número e tipo de participantes, programação, materiais necessários e estimativa de custos.			19/11/2012	7.500,00	
Documento Técnico contendo resultados e encaminhamentos do Seminário.			07/01/2013	7.500,00	
Documento Técnico contendo: (1) levantamento de fontes de financiamento e relato de negociações realizadas e (2) Proposta de Centro, contemplando Projeto Político-Pedagógico, público alvo, infra-estrutura necessária, em formato adequado para encaminhamento a possíveis fontes de financiamento.			04/03/2013	12.500,00	
<b>Consultor Contratado</b>					
<b>Nome do Consultor:</b> Ingrid Wweber				<b>CPF:</b> 071.334.927-17	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se o contingenciamento orçamentário e a logística para intercâmbios para a região amazônica. Como facilitador citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.					
<b>Código do Contrato: 2012/000813</b>					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Subsidiar a Direção Nacional do Projeto e o Comitê Diretor no apoio à implementação de Centro de Formação Indígena nas regiões da Mata Atlântica Sul e Sudeste do Projeto GATI, com a elaboração de proposta baseadas na avaliação de experiências existentes e seus programas pedagógicos, e as necessidades de infraestrutura e especificidades regionais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/10/2012	31/10/2013	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00
<b>Insumos Externos</b>					

Diárias e passagens					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
Relatório de levantamento e avaliação de Centros ou experiências de formação indígena existentes (lições apreendidas) em forma de documento de apoio para as discussões do seminário.		05/11/2012		7.500,00	
Proposta metodológica e planejamento de seminário regional, contendo: número e tipo de participantes, programação, materiais necessários e estimativa de custos.		19/11/2012		7.500,00	
Documento Técnico contendo resultados e encaminhamentos do Seminário.		07/01/2013		7.500,00	
Documento Técnico contendo: (1) levantamento de fontes de financiamento e relato de negociações realizadas e (2) Proposta de Centro, contemplando Projeto Político-Pedagógico, público alvo, infraestrutura necessária, em formato adequado para encaminhamento a possíveis fontes de financiamento.		04/03/2013		12.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ledson Almeida				CPF: 421.205.860-04	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se o contingenciamento orçamentário e a logística para intercâmbios para a região amazônica. Como facilitador citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.					
Código do Contrato: 2013/000072					
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Efetivação de uma Rede de Experiências de gestão ambiental/territorial de TIs, por meio da realização de intercâmbios, como forma de promover a capacitação horizontal, e o apoio para a participação indígena em eventos tais como seminários, feiras de sementes e outros, onde há a troca de informações e experiências entre povos indígenas					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/03/2013	19/09/2013	81.000,00	53.000,00	37.000,00	37.000,00
Insumos Externos					
Diárias e passagens					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
Metodologia descritiva para consecução da efetivação da rede de experiências.		09/05/2013		10.000,00	
Documento Técnico relacionando os intercâmbios planejados durante o primeiro semestre, com projeção de número de participantes, custos, e etc., elaborado em conjunto com a UGP e os assessores regionais.		08/07/2013		14.000,00	
Documento Técnico relacionando os intercâmbios planejados durante o segundo semestre, com projeção de número de participantes, custos, e etc., elaborado em conjunto com a UGP e os assessores regionais.		16/10/2013		14.000,00	

Documento técnico sintetizando resultados dos intercâmbios e outros eventos realizados durante o primeiro semestre, contendo análise financeira dos gastos com passagens e diárias emitidas, bem como outros serviços contratados.	15/12/2013	15.000,00
Documento técnico relacionando o treinamento e capacitação de servidores da Funai na operação dos sistemas Atlas e Extranet do PNUD - 2ª etapa.	03/02/2014	13.000,00
Documento técnico consolidando a análise dos intercâmbios e eventos apoiados durante dois semestres, com recomendações pertinentes, contendo também análise das pendências de prestação de contas de passagens e diárias emitidas pelo Projeto, com vistas a adequar ações que visem a redução dessas pendências.	10/04/2014	15.000,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Adreny Costa Nascimento		<b>CPF:</b> 787.313.051-72
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Como fatores de dificuldade para o cumprimento do contrato destacam-se questões de cunho orçamentário do órgão e a pouca disponibilidade de pessoal para o acompanhamento regional. Como facilitador citamos as oficinas e seminários de esclarecimento sobre o projeto aos servidores das Coordenações Regionais envolvidas.		
<b>Código do Contrato:</b> 013/000522		
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Suporte para a execução do Curso Básico de formação continuada em gestão ambiental e territorial de terras indígenas		
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>
<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total pago no Exercício</b>	<b>Total pago até o Final do Exercício</b>
02/12/2013	14/10/2014	100.000,00
10.000,00	10.000,00	10.000,00
<b>Insumos Externos</b>		
Diárias e passagens		
<b>Produtos Contratados</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>
Documento técnico contendo cronograma e detalhamento dos gastos previstos com materiais, passagens, diárias e demais insumos necessários para realização do Curso; cadastro de instrutores e alunos elaborado; e descrição dos arranjos locais para transporte e alimentação, entre outros aspectos logísticos.	15/01/2014	10.000,00
Documento técnico contendo: i) compêndio dos materiais didáticos e para-didáticos utilizados no Módulo 1; ii) planilha de controle das passagens emitidas e diárias pagas aos alunos e instrutores; iii) listas de presença; iv) avaliação da logística do Módulo quanto às lições aprendidas, orientando ajustes, bem como outros controles e avaliações que se fazem necessário, ou que são específicas ao módulo.	01/03/2014	17.500,00
Documento técnico contendo: i) compêndio dos materiais didáticos e para-didáticos utilizados no Módulo 2; ii) planilha de controle das passagens emitidas e diárias pagas aos alunos e instrutores; iii) listas de presença; iv) avaliação da logística do Módulo quanto às lições aprendidas, orientando ajustes, bem como outros controles e avaliações que se fazem necessário, ou que são específicas ao módulo.	15/04/2014	17.500,00
Documento técnico contendo: i) compêndio dos materiais didáticos e para-didáticos utilizados no Módulo 3; ii) planilha de controle das passagens emitidas e diárias pagas aos alunos	30/05/2014	17.500,00

e instrutores; iii) listas de presença; iv) avaliação da logística do Módulo quanto às lições aprendidas, orientando ajustes, bem como outros controles e avaliações que se fazem necessário, ou que são específicas ao módulo.		
Documento técnico contendo: i) compêndio dos materiais didáticos e para-didáticos utilizados no Módulo 4; ii) planilha de controle das passagens emitidas e diárias pagas aos alunos e instrutores; iii) listas de presença; iv) avaliação da logística do Módulo quanto às lições aprendidas, orientando ajustes, bem como outros controles e avaliações que se fazem necessário, ou que são específicas ao módulo.	14/07/2014	17.500,00
Documento técnico contendo: i) compêndio dos materiais didáticos e para-didáticos utilizados no Módulo 5; ii) planilha de controle das passagens emitidas e diárias pagas aos alunos e instrutores; iii) listas de presença; iv) avaliação da logística do Módulo quanto às lições aprendidas, orientando ajustes, bem como outros controles e avaliações que se fazem necessário, ou que são específicas ao módulo; v) análise global do curso atentando para os seguintes itens: a) compêndio dos materiais didáticos e para-didáticos utilizados em todos os Módulos do Curso; b) planilha geral de controle das passagens emitidas e diárias pagas aos alunos e instrutores ao longo do Curso, com detalhamento por fonte de recurso; c) planilha de todos os demais gastos e despesas realizadas no âmbito do Curso, com detalhamento por fonte de recurso; d) avaliação da logística do Curso quanto às lições aprendidas, bem como outros controles e avaliações que se fazem necessário.	04/10/2014	20.000,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Alda Alves da Silva		<b>CPF:</b> 244.011.961-04
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Contrato recém-iniciado, sem observações que possam ser destacadas até o momento.		
<b>Código do Contrato:</b> 013/000523		
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Criar estratégia de comunicação, manter e alimentar site do Portal GATI, atualizando suas informações para refletir os avanços na área de gestão ambiental e territorial de Terras Indígenas, promovendo seu funcionamento como instrumento efetivo para apoiar a implementação da PNGATI e a rede virtual de experiências de gestão, como também pela comunicação regular das ações do projeto.		
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>
<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total pago no Exercício</b>	<b>Total pago até o Final do Exercício</b>
02/12/2013	14/10/2014	126.000,00
15.000,00	15.000,00	15.000,00
<b>Insumos Externos</b>		
Diárias e passagens		
<b>Produtos Contratados</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>
Proposta metodológica contendo descritivo dos subsídios necessários à criação da estratégia de comunicação.	15/01/2014	15.000,00
Documento técnico em forma de boletim, contendo planejamento trimestral com agenda dos Núcleos Regionais, construído em conjunto com assessores regionais e UGP	01/03/2014	17.000,00

Documento Técnico descrevendo características e parâmetros das informações lançadas no Portal GATI	15/04/2014	20.000,00
Documento técnico, em forma de boletim consolidando informações quanto à execução e planos de ação regionais do Projeto, para fins de apoiar o Comitê Diretor na elaboração do Plano Operativo Anual-POA	30/05/2014	21.000,00
Documento técnico contendo planejamento trimestral com agenda dos Núcleos Regionais construído em conjunto com assessores regionais e UGP	14/07/2014	18.000,00
Documento técnico consolidando informações quanto à execução das atividades do Projeto, para fins de subsidiar a UGP na elaboração do Relatório de Implementação do Projeto-PIR, bem como avaliando efetividade do Portal GATI	14/10/2014	35.000,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Andreza Silva de Andrade		<b>CPF:</b> 032.195.164-67
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Contrato recém-iniciado, sem observações que possam ser destacadas até o momento.		
<b>Código do Contrato:</b> 2013/000533		
<b>Objetivo da Consultoria:</b> Coordenar as dimensões políticas, didáticas e pedagógicas do Curso Básico de formação continuada em gestão ambiental e territorial de terras indígenas e avaliando as etapas integrantes do Curso e seu resultado global por meio de relatórios técnicos/avaliativos.		
<b>Período de Vigência</b>		<b>Remuneração</b>
<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Total Previsto no Contrato</b>
<b>Total Previsto no Contrato</b>	<b>Total Previsto no Exercício</b>	<b>Total pago no Exercício</b>
<b>Total pago até o Final do Exercício</b>		
10/12/2013	14/10/2014	150.000,00
		150.000,00
<b>Insumos Externos</b>		
Diárias e passagens		
<b>Produtos Contratados</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Data prevista de entrega</b>	<b>Valor</b>
Proposta metodológica para a execução do curso, contendo sugestão de materiais didáticos e para-didáticos necessários, proposta de práticas de acordo com os temas de cada módulo, composição do corpo docente e do corpo discente e um sistema de avaliação para os módulos do curso.	23/01/2014	15.000,00
Avaliação qualificada do Módulo 1 identificando os pontos positivos e negativos do módulo como um todo e sugestões para aprimoramentos, tendo como principal subsídio o sistema de avaliação dos módulos	09/03/2014	22.500,00
Avaliação qualificada do Módulo 2 identificando os pontos positivos e negativos do módulo como um todo e sugestões para aprimoramentos, tendo como principal subsídio o sistema de avaliação dos módulos	23/04/2014	22.500,00
Avaliação qualificada do Módulo 3 identificando os pontos positivos e negativos do módulo como um todo e sugestões para aprimoramentos, tendo como principal subsídio o sistema de avaliação dos módulos	07/06/2014	22.500,00
Avaliação qualificada do Módulo 4 identificando os pontos positivos e negativos do módulo como um todo e sugestões para aprimoramentos, tendo como principal subsídio o sistema de avaliação dos módulos	22/07/2014	22.500,00

Sistematização dos debates e trabalhos apresentados no Módulo 5		
Seminário Integrador, bem como avaliação final do curso, identificando os pontos positivos e negativos do processo e sinalizando - tendo em vista a continuidade da formação -, os potenciais desdobramentos do curso.	14/10/2014	45.000,00
<b>Consultor Contratado</b>		
<b>Nome do Consultor:</b> Henyo Trindade Barretto Filho	<b>CPF:</b> 002.653.447-94	
<b>Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:</b> Contrato recém-iniciado, sem observações que possam ser destacadas até o momento.		

## 15.2 Análise crítica

A contratação de consultores na modalidade "Produto" representa um mecanismo eficaz para apoiar a implementação do Projeto GATI, pois os profissionais são selecionados em função da sua experiência indigenista e conhecimento dos temas relacionados à gestão ambiental de terras indígenas. Assim, repassam conhecimento aos servidores, complementam a capacidade dos escritórios regionais da Funai e aumentam a capilaridade das ações junto às comunidades indígenas. Em muitos casos, suprem ainda lacunas quanto à capacidade técnica das instâncias da Funai para aplicar abordagens e metodologias inovadoras na área de gestão ambiental.

## 16 AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

### 17 Termos de Parceria Celebrados pela Unidade Jurisdicionada

Não foram celebrados termos de parcerias pela unidade no exercício em análise.

### 18 Gestão das Atividades Relacionadas à Arrecadação das Multas Aplicadas, bem como ao Registro dos Inadimplentes no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e na Dívida Ativa

As informações relativas a este Item não se aplicam às unidades gestoras consolidadas.

## 19 Resultados e Conclusões

### 19.1 Atuação frente aos objetivos estratégicos traçados para o exercício de 2013

No exercício de 2013, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento institucional, destacaram-se como ações relevantes a implementação do novo estatuto e do regimento interno da Fundação, bem como o esforço de implantação da sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação, instituída pela Portaria 1.746/2012, que tem como objetivos:

- a) a melhoria contínua da capacidade de gestão, do acompanhamento e da avaliação das ações, projetos e atividades a cargo da Fundação, com vistas ao cumprimento da sua missão institucional;

- b) o estabelecimento de mecanismos e instrumentos que viabilizem a democratização e a transparência das informações, de forma a subsidiar o processo decisório, nas diversas instâncias de gestão; e
- c) a intensificação do intercâmbio de informações, a articulação e a integração de ações entre as unidades da FUNAI.

Embora o planejamento das ações para 2013, de forma participativa, tenha contribuído para o alinhamento de propósitos, racionalização de recursos, integração das unidades e para aprimorar a comunicação entre as unidades da sede e as unidades descentralizadas da Funai, constituem desafios para o alcance desses objetivos a necessidade de recomposição do quadro de pessoal, em termos quantitativos e de competências técnicas, diante das exigências requeridas pela sociedade para o desempenho das funções institucionais, assim como dar continuidade, nos anos subsequentes, à implantação dos instrumentos necessários para a consolidação do modelo de gestão concebido pela Portaria 1.746/2012.

Com relação às ações finalísticas, as principais realizações e dificuldades foram contextualizadas nos textos de análise situacional da execução das metas e ações constantes dos itens anteriores do presente relatório.

20.2 Quadro – Declaração De Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

**DECLARAÇÃO**

Eu, MACRO AURÉLIO FERREIRA PERES, CPF nº 511.462.076-20, Diretor de Administração e Gestão, exercido na Diretoria de Administração e Gestão, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de março de 2014.

Marco Aurélio Ferreira Peres  
511.462.076-20  
Diretor de Administração e Gestão

## NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

A seguir, apresenta-se o **Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena (RPI)**, exercício de 2013, nas mesmas circunstâncias, formato e condições das utilizadas para o exercício de 2012.

À guisa de esclarecimento, a Funai solicitou em fevereiro de 2013 orientações sobre o formato do Relatório de Gestão (RG) Consolidado da Funai, exercício de 2012, que requeria também a consolidação de informações sobre a gestão da Renda do Patrimônio Indígena (RPI). Considerando que os recursos da RPI são extra orçamentários, com dinâmica própria de gestão orçamentária e financeira e considerando que os recursos da Funai são provenientes do Orçamento Geral da União, foram solicitadas informações sobre como proceder para prestar as informações requeridas, especialmente as que diziam respeito à programação e execução das despesas orçamentárias e financeiras de fontes distintas, no formato dos quadros exigidos pelo TCU. Na ocasião e por orientação da DSSEG/CGU, essas questões foram formalizadas e encaminhadas, via mensagem eletrônica em fevereiro e março de 2013.

O Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena – 2013 segue em sequência ao Relatório de Gestão Consolidado da Funai, exercício de 2013, no mesmo formato e condições das utilizadas em 2012.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

BRASÍLIA  
Março/2014



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO**  
**RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU/PR nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

BRASÍLIA  
Março/2014

## Sumário

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	650
INTRODUÇÃO .....	657
2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE.....	658
2.1 Identificação da unidade jurisdicionada.....	658
2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade .....	659
2.3 Organograma funcional .....	660
3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS .....	660
3.1 Planejamento da unidade .....	660
3.1.2) Objetivos Estratégicos .....	661
3.1.3 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	667
3.1.4 Execução do Plano de Metas ou de Ações .....	674
4.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos .....	713
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	715
5.1 Execução das despesas.....	715
5.1.3 Realização da despesa.....	715
5.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação.....	715
5.1.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação...716	
5.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa .....	717
5.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	718
5.3.1 Análise crítica .....	718
5.4 Transferências de recursos .....	718
5.4.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício .....	719
5.4.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios .....	719
5.4.3 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse .....	720
5.4.4 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.....	721
5.4.5 Análise crítica .....	722
9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	724
9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis .....	725
9.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados.....	726
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....	726
10.3 Informações sobre a atuação da unidade de Auditoria Interna .....	726
10.6 Alimentação Siasg e Siconv .....	726
12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	727

12.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis ..	727
13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....	727
13.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ .....	727
19 RESULTADOS E CONCLUSÕES .....	727
19.1 Atuação frente aos objetivos estratégicos traçados para o exercício de 2013 .....	727
19.2 Principais medidas que deverão ser adotadas nos exercícios seguintes para mitigar os desvios dos objetivos traçados para o exercício de 2013.....	728
20 ANEXOS .....	728
20.3 Quadro 12.2 – Declaração do Contador atestando as demonstrações contábeis .....	728

## **LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS**

Art. - Artigo

CEV - Centro de Exposição e Vendas

CGETNO – Coordenação-Geral de Etnodesenvolvimento

CGGAM – Coordenação-Geral de Gestão Ambiental

CGOF – Coordenação-Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças

CGPDS – Coordenação-Geral de Proteção ao Desenvolvimento Sustentável

CGPIMA – Coordenação-Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente

CGU – Controladoria-Geral da União

CR - Coordenação Regional

CTL - Coordenação Técnica Local

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

DAGES - Diretoria de Administração e Gestão

DN – Decisão Normativa

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DPDS - Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

DPT - Diretoria de Proteção Territorial

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

Funasa - Fundação Nacional da Saúde

GASMAT – Revendedora de Gás Natural LTDA

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

### **Renováveis**

MPF - Ministério Público Federal

OPAN - Operação Amazônia Nativa

PACIG - Programa de Apoio às Comunidades Indígena Guarani

PCH - Pequenas Centrais Hidroelétricas

PRES – Presidência

SIAFI - Sistema de Administração Financeira

T.I. - Terra Indígena

TCU – Tribunal de Contas da União

UFC - Universidade Federal do Ceará

UG - Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

## **LISTA DE QUADROS, TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES**

Quadro 2.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual .....	658
Quadro 4.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	713
Quadro 5.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação .....	715
Quadro 5.1.3.6 – Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação .....	716
Quadro 5.3 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores .....	718
Quadro 5.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência .....	719
Quadro 5.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	719
Quadro 5.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	720
Quadro 5.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse .....	721
Quadro 9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	725
quadro 12.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada .....	728

## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena, consolidado de acordo com os relatórios de gestão de cada programa/projeto recebidos pelas Coordenações Regionais – exercício 2013 – buscou estruturar o referido relatório conforme a DN TCU nº. 127/2013 e a Portaria TCU nº. 175/2013, e demais orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013. No entanto, em virtude da Renda do Patrimônio Indígena não fazer parte do Orçamento Geral da União, além de suas especificidades na aplicação dos recursos, alguns itens serão apresentados de forma distinta ou não apresentados quando não aplicáveis à Renda.

Quanto à apresentação dos itens 3.1.2, 3.1.3 e 3.1.4 deste relatório de gestão, informaram que os mesmos serão apresentados de maneira diferenciada, uma vez que a Renda do Patrimônio Indígena é composta por 27 (vinte e sete) projetos/programas.

Os itens 2.4, 2.5, 2.6, todo item 3.2, item 4.1, item 4.3, 4.4, 4.5, item 5.1.1, item 5.1.1.1, item 5.1.2, 5.1.2.1, item 5.1.2.2, item 5.1.3.1, item 5.1.3.2, item 5.1.3.4, item 5.2, 5.2.1, todo item 5.5, todo item 6, todo item 7, todo item 8, item 9.3, item 10.1, item 10.1.1, item 10.1.2, item 10.2, item 10.2.1, item 10.2.2, item 10.4, item 10.4.1, item 10.4.2, item 10.5, item 11, item 12.1, todo item 14, todo item 15, todo item 16, todo item 17, todo item 18, item 20.1, item 20.2, juntamente com os quadros 3.2.1, 3.2.2, 3.2.3.1, 3.2.3.2, 3.2.3.3, 3.2.3.4, 5.1.1, 5.1.2, 5.1.2.1, 5.1.2.2, 5.1.3.1, 5.1.3.2, 5.1.3.3, 5.1.3.4, 5.2, 5.5.1, 5.5.2, 5.5.3, 5.5.4, 5.6.1.1, 5.6.2.1, 5.6.2.2, 5.6.2.3, 5.6.2.4.2, 5.6.2.5.1, 5.6.2.5.2, 5.6.2.6, 5.6.2.7, 5.6.2.8, 5.6.2.9, 5.6.2.10, 5.6.2.11, 6.1.1.1, 6.1.1.2, 6.1.2.1, 6.1.2.2, 6.1.2.3, 6.1.3, 6.1.4.1, 6.1.4.2, 6.1.5.1, 6.1.5.2, 6.1.5.3, 6.1.5.4, 6.2.1, 6.2.2, 6.2.3, 6.2.4, 6.2.6, 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.3, 8.1, 9.3, 10.1.1, 10.1.2, 10.2.1, 10.2.2, 10.4.1, 10.5, 10.6, 15.1, 17.1, 17.2.1, 17.2.2, 17.3.1, 17.3.2 e 17.4 não se aplicam à natureza jurídica das UG's da Renda do Patrimônio Indígena. Os servidores detentores de cargos e funções de confiança que atuam na Renda Indígena são os mesmos servidores da FUNAI, razão pela qual esta informação deverá constar de forma consolidada no Relatório de Gestão da Unidade Central da Fundação.

As principais dificuldades para o cumprimento dos objetivos propostos foram às limitações encontradas pelas Unidades Descentralizadas da FUNAI na execução imediata dos programas/projetos, tendo em vista que o Decreto 7.778/2012 extinguiu e criou algumas Coordenações Regionais. Com a publicação da Portaria nº. 990 de 07 de julho de 2010, que subordinou a jurisdição de algumas Coordenações Técnicas Locais às respectivas Coordenações Regionais, pode-se observar uma melhora na execução desses projetos/programas. Com a publicação do referido Decreto e com a conclusão do Regimento Interno, as atribuições da Sede e das Coordenações Regionais quanto à execução e acompanhamento das atividades da Renda do Patrimônio Indígena estão contribuindo para o aprimoramento dos projetos/programas.

Em 2014 será dada continuidade na execução de todos os projetos/programas do exercício de 2013.

## 2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

### 2.1 Identificação da unidade jurisdicionada

Quadro 2.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo/Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: <i>Ministério da Justiça</i>			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: <i>Renda do Patrimônio Indígena</i>			
Denominação Abreviada: <i>Renda Indígena</i>			
Código SIORG:	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 194040	
Natureza Jurídica: <i>Fundação do Poder Executivo</i>			CNPJ: 00.059.311/0019-55
Principal Atividade: <i>Administração Pública em Geral</i>			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061)3247-6501	(061)32476502	
Endereço Eletrônico:			
Página na Internet: <a href="http://www.funai.gov.br">http://www.funai.gov.br</a>			
Endereço Postal: <i>SBS Quadra 02 Lote 14 Bloco H, Ed. Cleto Meireles , 2º andar - CEP: 70.070-120 - Brasília/DF</i>			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<i>Lei 5.371/67 Art. 1º item II e Art. 3º itens I, II e III; Lei n. 6.001/73, e Decreto nº. 7.778 de 27/07/2012.</i>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<i>Portaria 990 de 07/07/2010</i>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
194202	PROJETO CHIQUITANO - CUIABA - MT		
194203	PROJETO CVRD - IMPERATRIZ - MA		
194204	RENDA INDIGINA - FUNAI - MARABA - PA		
194205	PROJETO KAIAPO - COLIDER - MT		
194206	FUNAI-R.I PROJETO LEILAO MAD. T.I MEQUENS-RO		
194207	PROJETO AVA-CANOEIRO - GOIANIA - GO		
194208	PROJETO GUARANI - BR 101		
194209	PROJETO GUARANI BR 101 - PASSO FUNDO - RS		
194211	FUNAI-COLIDER - PROJETO ACAO PILOTO- BR-163		
194212	FUNAI-COLIDER AREA INFLUENCIA PROJETO BR 163		
194216	RENDA ARTINDIA - MUSEU DO INDIO - RJ		
194218	R.I-PROJETO PCH CASCATA CHUPINGUAIA/CUIABA/MT		
194221	PROJETO PITAGUARY - NAL - CEARA - CE		
194222	PROJETO DA RESERVA KONDA - CHAPECO - SC		

194223	LOJA ARTINDIA CUIABA - MT
194224	PROGRAMA SARARE - CUIABA - MT
194226	LOJA ARTINDIA DE GOIANIA - GO
194227	PROGRAMA APOIO AOS AVA-CANOEIROS - PAAC
194229	PROJETO JUDICIAL - T.I ALTO TURIACU - MA
194230	LOJA ARTINDIA MUSEU DO INDIO - RJ
194231	PATRIMONIO CULTURAL - ARTINDIA BRASILIA - DF
194232	GESTAO TERRITORIAL INDIGENA SARARE - MT
194233	PROJETO INTEGRADO APYTEREWA E IPIXUNA
194234	PROJETO GUAJAJARA/CARU - T.I CARU - MA
194235	PROJETO JURITI/GUAJA - T.I AWA-GUAJA - MA
194236	PROJETO COMUNIDADE INDIGENA FULNI-O - PE
194238	FUNAI - PROJETO COMUNIDADE INDIGENA COMBOIOS
194239	PROJETO COMUNIDADE INDIGENA KAYAPO
194240	PROGRAMA COMUNIDADE INDEGENA TERENA BR-163
194241	FUNAI-TUCUMA - PROJETO BR-163
194242	FUNAI-TUCUMA PROJETO VALE DO RIO DOCE
194243	PROGRAMA ENAWENE-NAWE PCH JURUENA-FUNAI JUINA
194244	PROGRAMA RIKBAKTA PCH JURUENA-FUNAI JUINA
194245	PROGRAMA PARESI PCH JURUENA TANGARA SERRA MT
194246	PROGRAMA MENKU PCH JURUENA-FUNAI JUINA - MT
194247	PROGRAMA NAMBIKWARA PCH JURUENA TANGARA SERRA
194248	FUNAI-PROJETO NAMBIKWARA-CUIABA MT
194250	PROJETO AREA DE INFLUENCIA INDIRETA - BR163
194251	FUNAI - JI-PARANA - BR 429
194252	PROJETO C. I. ZO'E INDIOS ISOLADOS
194040	RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGINA - CGPIMA
194200	RENDA INDIGENA - FUNAI - SEDE
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
Código SIAFI	Nome
19209	Depto. de Patrimônio Indígena e meio Ambiente
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não há outras unidades gestoras relacionadas.	Não há outra gestão relacionada.

## 2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, instituída por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, tem a atribuição de gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização, conforme determina o art. 1º, inciso II da referida lei. Ainda, determina o art. 3º do mesmo instituto legal que as rendas do Patrimônio Indígena devem ser administradas com o objetivo de emancipação econômica das tribos; acréscimo do patrimônio rentável; e custeio dos serviços de assistência ao índio.

Com o intuito de contextualizar, a definição do que compõe o Patrimônio Indígena e dos seus titulares é objeto do Título IV, “Dos Bens e Renda do Patrimônio Indígena”, arts. 39 a 43, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. E, as rendas do Patrimônio Indígena, ou comumente chamadas de renda indígena, resultam da aplicação de bens e utilidades integrantes do Patrimônio Indígena, e devem ser administradas com o objetivo de emancipação econômica das tribos; acréscimo do patrimônio rentável; e custeio dos serviços

de assistência ao índio. A lei recomenda ainda que a renda indígena seja, preferencialmente, reaplicada em atividades rentáveis ou utilizada em programas de assistência ao índio, e que a reaplicação seja revertida principalmente em benefício da comunidade que produziu os primeiros resultados econômicos.

Os recursos que compõem a renda do patrimônio indígena são provenientes da comercialização de produtos culturais indígenas resultantes das ações de promoção e preservação cultural desenvolvidas ou apoiadas pela Funai, indenizações ou compensações como forma de mitigar os impactos socioambientais causados por empreendimentos, tais como hidroelétricas ou estradas, que por ventura impactam as terras e/ou os povos indígenas, de leilões de recursos extraídos ilicitamente das terras indígenas, de doações, além dos recursos decorrentes da exploração do patrimônio indígena.

A Funai, na gestão do Patrimônio Indígena, propicia a participação das comunidades indígenas na administração dos próprios bens, sendo-lhes totalmente confiado o encargo, quando demonstram capacidade efetiva para o seu exercício.

As Coordenações Regionais em conjunto com as Coordenações Gerais e com os indígenas elaboram o Plano de Aplicação do portfólio de projetos ou programas, em conformidade com as finalidades e objetivos acima citados. A união desses planos forma o Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, aprovado pelo Ministro do Estado de Justiça.

Ressalte-se a participação efetiva das comunidades em todas as fases: no planejamento; na elaboração; na execução e; no controle. Registre-se ainda, que as comunidades indígenas absorvem com qualidade a proposta de gestão participativa, a despeito e, plenamente compreensível, das dificuldades naturais. Todavia, a constante capacitação dos atores envolvidos vem alcançando resultados satisfatórios.

A execução dos projetos fica a cargo das Coordenações Regionais, que seguem as legislações inerentes aos recursos públicos, à execução orçamentária e financeira, e os devidos registros contábeis ocorrem no SIAFI, no órgão 30205 – Renda do Patrimônio Indígena, conforme alínea “d” do despacho nº 594 do senhor Ministro de Estado da Justiça de 22/12/2004, ocorre pertinentes às coordenações regionais a quem cabe à execução, e o controle contábil.

### 2.3 Organograma funcional

A Renda do Patrimônio Indígena não possui organograma funcional. A Renda do Patrimônio Indígena não é uma unidade administrativa típica da FUNAI. Conforme mencionando acima, os programas e projetos que compõem o plano de aplicação da renda indígena são executados pelas coordenações regionais, e às responsabilidades institucionais serão tratadas no item 3.1.

## 3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 3.1 Planejamento da unidade

#### 3.1.1) Competência institucional

De acordo com o Decreto nº. 7.778/2012 cabe à FUNAI a administração dos bens do Patrimônio Indígena.

Ao Presidente da Fundação cabe gerir o Patrimônio Indígena, estabelecer normas sobre sua gestão, além de ordenar despesas da Renda Indígena.

No início de cada exercício é elaborado o Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena. Esse plano será analisado e aprovado pela Diretoria Colegiada e submetido à aprovação do Ministro de Estado da Justiça.

Ao Conselho Fiscal compete fiscalizar a administração econômica e financeira do Patrimônio Indígena.

Cabe à Auditoria Interna da FUNAI o exame da prestação de contas anual da Renda do Patrimônio Indígena.

As atribuições para elaboração dos planos de aplicação e a execução dos programas/projetos da Renda foram definidas no Regimento Interno conforme Portaria n. 1.733/Pres de 27/12/2012.

À Diretoria de Administração e Gestão – DAGES incumbe: coordenar, controlar e executar financeiramente os recursos da Renda Indígena; gerir o Patrimônio Indígena; formalizar instrumentos que envolvam a transferência de recursos da Renda Indígena e analisar a prestação de contas dos mesmos.

À Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – DPDS incumbe: acompanhar e prestar informações sobre o planejamento, programação e execução orçamentária, física, financeira, quanto ao alcance das metas, iniciativas e indicadores das ações sob-responsabilidade da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável-DPDS, inclusive daquelas provenientes da aplicação da renda do patrimônio indígena;

À Diretoria de Proteção Territorial – DPT incumbe: acompanhar e prestar informações sobre o planejamento, programação e execução orçamentária, física, financeira, quanto ao alcance das metas, iniciativas e indicadores das ações sob-responsabilidade da DPT, inclusive daquelas provenientes da aplicação da renda do patrimônio indígena.

### 3.1.2) Objetivos Estratégicos

O Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, conforme estabelece o Artigo 10 inciso VI do Decreto n.º 7.778/2012, integra o planejamento global da FUNAI, objetivando, além da preservação e valorização do Patrimônio Indígena, o fortalecimento da articulação entre os povos indígenas através dos recursos oriundos da Renda Indígena; o desenvolvimento sustentável, por meio da capacitação técnica na área socioambiental; a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, da gestão de recursos e projetos, e da disseminação dos conhecimentos tradicionais, além de demonstrar, os principais desafios por meios de experiências inovadoras de cunho sócio ambiental.

O Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena e suas respectivas ações - exercício de 2013 contou com receita prevista de R\$ 33.742.362,81 (trinta e três milhões, setecentos e quarenta e dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos) e com despesa prevista no valor de R\$ 21.646.072,06 (vinte e um milhões, seiscentos e quarenta e seis mil e setenta e dois reais e seis centavos), consolidados pela Coordenação de Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças e encaminhado pela Diretoria de Administração e Gestão à Presidência desta Fundação, para conhecimento e encaminhamento à Diretoria Colegiada para análise e aprovação, em cumprimento ao Despacho n.º 399 de 31 de outubro de 2007 do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça.

## **DA RECEITA TOTAL**

A arrecadação dos recursos constantes no referido Plano de Aplicação do exercício de 2013 foi no montante de R\$ 25.332.341,47 (vinte e cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil e trezentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos), sendo o valor de R\$ 21.019.709,71 (vinte e um milhões e dezenove mil e setecentos e nove reais e setenta e um centavos) referentes ao saldo de exercício anterior e o restante no valor de R\$ 4.312.631,76 (quatro milhões, trezentos e doze mil e seiscentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos), referentes às parcelas recebidas em 2013 no valor de R\$ 990.302,77 (novecentos e noventa mil e trezentos e dois reais e setenta e sete centavos), aos rendimentos da aplicação financeira em 2013 no valor de R\$ 2.108.855,81 (dois milhões e cento e oito mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos) e ao cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 1.213.473,18 (um milhão e duzentos e treze mil e quatrocentos e setenta e três reais e dezoito centavos).

### **DA DESPESA TOTAL**

Do valor total das despesas previstas no referido Plano de Aplicação foi realizada o montante de R\$ 5.147.878,38 (cinco milhões, cento e quarenta e sete mil e oitocentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos), resultando assim um superávit no valor de R\$ 20.184.463,09 (vinte milhões e cento e oitenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e três reais e nove centavos).

Como a Renda do Patrimônio Indígena é composta por programas/projetos específicos, serão apresentados os objetivos estratégicos de cada um deles, como segue:

#### **3.1.2.01 - Programa Artíndia - 194223, 194230 e 194231.**

Este programa é elaborado e executado pela Diretoria de Administração e Gestão – DAGES, tendo como objetivo resgatar, promover, fortalecer e divulgar as manifestações artísticas e culturais das Sociedades Indígenas Brasileiras por meio da comercialização de artesanatos indígenas; oferecer às Sociedades Indígenas alternativas econômicas para melhoria do seu padrão sócio-econômico através de financiamentos de projetos/atividades de revitalização das manifestações culturais indígenas e, executar o Plano de Recuperação do estoque e acervo do depósito da Artíndia, conforme determinação do Exmo. Sr. Ministro da Justiça – Despacho 291 de 26.12.2005.

#### **3.1.2.02 – Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano - 194202**

Apoiar as ações de segurança alimentar e geração de renda, revitalização cultural, inserção nas redes de sustentação social e gestão territorial, em benefício da etnia Chiquitano, composta por cerca de 2.400 indígenas, na área de influência do gasoduto Bolívia - Mato Grosso, segundo acordado pelo Convênio nº. 08/2002, celebrado entre GASMAT/FUNAI.

#### **3.1.2.03 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD - 194203**

Melhorar a qualidade de vida das Comunidades Indígenas Awa-Guajá, Guajajara e Urubu-K'apor, composta por cerca de 1.954 indígenas, localizadas na área de influência da Estrada de Ferro Carajás, via aplicação de projetos produtivos que auxiliem a busca pelo autodesenvolvimento das referidas comunidades.

#### **3.1.2.04 – Projeto Comunidade Indígena Kayapó - 194205**

O Projeto Kayapó está direcionado para as aldeias Kóróróti, Ômeikrākum e Kakākubem, compostas por cerca de 258 indígenas, localizadas no limite sul da TI Mekrāgnoti para suprir as deficiências vividas nas aldeias. Os recursos para a manutenção deste projeto são oriundos de Leilão Público, da apreensão de madeira no KM 14 (Trecho São Felix do Xingu/Tucumã/São Felix do Xingu – PA).

A proposta inicial tem a função principal de apoiar e fortalecer essas novas Aldeias, com investimento e custeio de materiais de acordo com o Projeto proposto, auxiliando e mantendo as famílias, a construção das casas, apoiando as roças tradicionais, o plantio de grãos e o cultivo de alimentos tradicionais.

Sendo assim a implantação e o apoio a essas aldeias fortalecem a presença indígena ao sul da TI Mekrāgnoti, garantindo a vigilância e a fiscalização nas áreas até então vulneráveis a invasões e interferência da pressão do empreendedorismo de entorno.

#### **3.1.2.05 - Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã) - 194233**

O projeto objetiva fortalecer a gestão e proteção territorial das Terras Indígenas Apyterewa e Araweté Igarapé Ipixuna, compostas por cerca de 425 indígenas, por meio de atividades e de vigilância e de promoção da segurança alimentar e geração de renda, com recursos oriundos da Renda Indígena.

#### **3.1.2.06 – Projeto Comunidade Indígena Surui/Sororó – 194204**

Dar continuidade aos projetos de atividades produtivas em desenvolvimento na Aldeia Sororó, que buscam a autossuficiência de forma a valorizar a participação, a integração e a organização da Comunidade Indígena Surui/Aikewara nas atividades fins, e também relacionadas ao transporte de produtos agrícolas, extrativistas e de pessoas, compostas por cerca de 360 indígenas.

#### **3.1.2.07 - Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 – PACIG - – 194208 e 194209**

Implementar programas e/ou projetos de apoio às Comunidades Indígenas Guarani (Cambirela, Praia de Fora, Morro dos Cavalos, Massiambu, Cachoeira dos Inácios, Campo Bonito, Barra do Ouro, Varginha e Riozinho), compostas por cerca de 790 indígenas, afetadas pelos impactos socioambientais decorrentes das obras de duplicação da BR-101, trechos Florianópolis -SC e Osório-RS.

#### **3.1.2.08 - Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro - 194207**

Desenvolver com os Ava-Canoeiro, com 6 indígenas, ações de promoção do bem estar físico e cultural, moradia atendendo reivindicação indígena, pronto atendimento medico-hospitalar-odontológico e ambulatorial, intercâmbio etnocultural com povos indígena afins e apoio ao uso e ocupação de terra indígena.

#### **3.1.2.09 - Projeto Comunidade Indígena Kayapó – 194239**

Proporcionar o uso sustentável da Terra Indígena Mekrāgnotire, aldeias Kubenkrore e Pykany, etnia Kayapó, compostas por cerca de 947 indígenas, bem como a gestão territorial coibindo possíveis invasões da terra indígena. Será dada continuidade às atividades de agricultura de subsistência, Infra-estrutura e corte e costura.

#### **3.1.2.10 – Programa Museu do índio/Renda Indígena - 194216**

Promover a valorização do artesão e do artesanato indígena, por meio de ações que contribuam para as relações de comércio baseado em valores de justiça socioeconômica, de

solidariedade, de valorização cultural, de responsabilidade social e ambiental e com transparência na gestão.

As atividades desenvolvidas consistem no apoio a eventos visando sensibilizar o público visitante do Museu para assuntos relacionados às culturas Mbya, Marubo, Kalapalo, Yamanawa, Kaxinawa, entre outras. Foram feitos investimentos em suporte para exposições fotográficas produzidas pelos próprios indígenas

#### **3.1.2.11 - Projeto Comunidade Indígena Pitaguary - 194221**

Trata-se de promover o desenvolvimento, escalonado em fases evolutivas, da comunidade Pitaguary, compostas por cerca de 4.185 indígenas, como um todo, com a consequente multiplicação de modelos sustentáveis de aproveitamento dos recursos agrofloretais e aquáticos disponíveis, aliando conhecimentos tradicionais e técnicos, adaptados em parceria entre FUNAI, EMATERCE, UFC, Prefeituras locais e outros atores como IBAMA e Polícia Federal, visando à sobrevivência e a reprodução dos Pitaguary e seus modos de existência tradicionais, incluindo-se aqui a soberania sobre o seu território original, oficialmente regularizado pela Presidência da República. Destaca-se, assim, que o principal fator para a efetivação hábil destes objetivos e metas é a garantia legal de coexistência e trabalho dos Pitaguary em suas próprias terras.

Com sua implantação, o Projeto visou garantir às comunidades um amplo conhecimento nas questões referentes à organização das atividades previstas, participando das iniciativas nos trabalhos comunitários e tendo clareza e consciência das tarefas coletivas.

O Projeto visou também buscar a ampliação das atividades de agricultura de subsistência com ênfase para as culturas de banana, mandioca, milho, cará, macaxeira, batata doce, inhame, mamão, fava, feijão, andu, e outros componentes tradicionais da dieta alimentar dos Pitaguary. Desenvolver atividades de bovinocultura e caprinocultura, ateliê de corte, bem como promover o manejo sustentável dos recursos naturais renováveis, garantido a sobrevivência e biodiversidade das terras, a par com o conhecimento tradicional dos Pitaguary.

O Projeto visou ainda dar continuidade a melhoria da infraestrutura das aldeias e na manutenção da frota de veículos.

#### **3.1.2.12 – Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã – Chupinguaia – 194218**

Assegurar a implementação e a execução de medidas mitigatórias/compensatórias aos povos indígenas beneficiados, impactados pela construção e operação da Central Hidrelétrica Cascata Chupinguaia - RO.

Este projeto tem como objetivo desenvolver e executar os programas de sustentabilidade organizacional, sustentabilidade socioeconômica e sustentabilidade socioambiental junto às comunidades indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã da TI Tubarão Latundê, compostas por cerca de 273 indígenas. As ações têm como objetivo fortalecer a capacidade organizacional, o etnodesenvolvimento e a sustentabilidade cultural dessas comunidades. Promover o acompanhamento e a gestão do território e das comunidades indígenas, através de implementações de roças tradicionais, fiscalização e gestão estratégica de seus territórios, através da implementação de expedições de vigilância nos limites de suas divisas e melhoria da malha viária.

#### **3.1.2.13 – Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina – 194232**

Desenvolver na Terra Indígena Sararé, em benefício da etnia Nambikwara, grupos Katitauru, Nuntatesu e Waihatesu, compostas por cerca de 130 indígenas, ações socioambientais e econômicas, com vistas ao fortalecimento da Comunidade indígena na ocupação territorial e no usufruto da Terra Indígena, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida, geração de renda, etnovigilância da terra indígena demarcada e oportunizando a reversão de atividades clandestinas na gestão territorial indígena.

#### **3.1.2.14 - Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224**

Desenvolver na Terra Indígena Vale do Guaporé, ações de construção de moradia, com vistas a fortalecer a Comunidade para incremento no usufruto da Reserva Indígena, de modo, a melhoria de qualidade de vida, geração de renda e à gestão territorial.

#### **3.1.2.15 – Kondá – 194222**

Atingir uma otimização eficaz e suficiente para desenvolver sustentavelmente, garantindo o completo usufruto dos recursos naturais e o impulsionamento sustentável das atividades de organização econômica indígena, beneficiando cerca de 130 famílias indígenas.

#### **3.1.2.16 – Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235**

Atividade de criação de gado, beneficiando cerca de 46 indígenas.

#### **3.1.2.17– Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios – 194238**

Viabilizar a autossustentação da Comunidade Indígena Tupiniquim da Terra Indígena Comboios e a preservação de seus recursos naturais a partir do desenvolvimento de atividades que levem em consideração a realidade social, cultural e econômica da Etnia Tupiniquim, composta por cerca de 100 famílias da Etnia Tupiniquim, bem como as condições ambientais de seu território.

#### **3.1.2.18 – Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô - 194236**

Oferecer melhores condições, de vida aos indígenas Fulni-ô, composta por cerca de 360 indígenas, a fim de suprir as necessidades das famílias carentes em termos nutricionais, como também produzir renda para própria subsistência da comunidade.

#### **3.1.2.19 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Tucumã – 194242**

O objetivo maior do projeto é auxiliar as comunidades kayapó nas Terras Indígenas Kayapó e Mekragnotire, composta por cerca de 3.000 indígenas, na coleta da castanha, estimulando a organização entre os Mebengokre para fins de geração de renda, a partir do extrativismo e comercialização das sementes da Camaru e da folha do Jaborandi, visto que, anualmente, essa é uma das principais fontes de renda das famílias por meio da comercialização.

#### **3.1.2.20 – Projeto Alto Turiaçu - 194229**

Atender às solicitações do povo Awá, localizado na aldeia Guaja, na Terra Alto Turiaçu, composta por cerca de 97 indígenas, com a capacitação dos Indígenas e instalação de viveiros de espécies nativas da biodiversidade amazônica de interesse do povo Ka'apor, Guajajara e Guaja.

### **3.1.2.21 - Projeto Guajarara/Caru - 194234**

Apoiar a manutenção de equipamentos, beneficiando cerca de 380 indígenas.

### **3.1.2.22 - Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - – 194211, 194212, 194240, 194241 e 194250**

Mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR 163, de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas das Etnias Mebengokre, Paraná, Kayabí, Apiaká e Terena, composta por cerca de 2.045 indígenas, assim como a preservação de suas terras e recursos naturais.

### **3.1.2.23 – Programa de Compensação e Mitigação – PCH's Complexo Juruena - 194243, 194244, 194245, 194246, 194247 e 194248**

O Plano de Compensação Ambiental visa atender às exigências legais, decorrente dos empreendimentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas integrantes do Complexo Juruena denominadas de PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Pareci, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa, localizadas entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio no Estado de Mato Grosso. O Plano Básico Ambiental apresenta as medidas mitigatórias e compensatórias apontadas nos Estudos Socioambientais e Socioculturais realizados na área de abrangência das referidas PCHs. Estão incluídas no Plano Básico Ambiental, as medidas mitigatórias/compensatórias para as Terras Indígenas Erikbaktsa, Japuirá, Escondido e Enawene-Nawé, composta por cerca de 5.348 indígenas.

### **3.1.2.24 - Programa de Proteção aos Índios Isolados – BR 429 - 194251**

Mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-429/Rondônia de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas isoladas, assim como a preservação de suas terras e recursos naturais.

Desenvolver nas terras indígenas e nas referências de índios isolados os projetos de proteção com ações de localização, monitoramento etnoambiental e manutenção das bases operacionais de campo com vigilância permanente.

### **3.1.2.25 – Programa de Comunidade Indígena Zo'é Índios Isolados - 194252**

Desenvolver na terra indígena Zo'é, composta por cerca de 432 indígenas, com a comunidade indígena local, ações socioambientais de reforço ao fundo de artesanato Zo'e.

### **3.1.2.26 – Programa de Apoio aos Ava-Canoeiro – PAAC. 194227**

Implantação do Programa de Apoio aos Ava - Canoeiro – PAAC.

### **3.1.2.27 – CGPIMA – 194040/194200**

Apoiar os projetos e/ou programas de desenvolvimento econômico de iniciativa da comunidade indígena, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros consignados à conta da Renda do Patrimônio Indígena.

### 3.1.3 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida, conforme citado no item 3.1.2, a análise do andamento do plano estratégico também será apresentada por programas/projetos específicos, como segue:

#### **3.1.3.01 - Programa Artíndia - 194223, 194230 e 194231**

Comercializar artesanatos indígenas, bem como oferecer às sociedades indígenas alternativas econômicas para melhoria do seu padrão sócio-econômico através de financiamentos de projetos/atividades de revitalização das manifestações culturais indígenas.

#### **3.1.3.02 – Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano - 194202**

Para a execução do “Projeto de Desenvolvimento da Comunidade Indígena Chiquitano” a Coordenação Regional de Cuiabá utiliza sua própria infraestrutura e equipe técnica, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília.

Por gestão do Projeto/FUNAI procurou-se implementar a inserção da Comunidade dos Chiquitanos, com cerca de 2.400 indígenas, nas redes de sustentação social e institucional, inclusive projetos ligados a FUNAI, objetivando a sustentabilidade futura de suas comunidades quando do termino do projeto.

As articulações entre FUNAI, Polícia Federal-DPF e Ministério Público Federal-MPF possibilitaram o apoio às comunidades de Vila Nova Barbecho, Nossa Senhora Aparecida, Pescaria (Monte Cristo) e Portal do Encantado, compostas por cerca de 2.400 indígenas, além de medidas para apurar constrangimentos e ameaças àquelas comunidades.

#### **3.1.3.03 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD - 194203**

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão – MA disponibilizam servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, que contou com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados/Parceiros e da própria comunidade indígena, beneficiando cerca de 1.954 indígenas.

#### **3.1.3.04 – Projeto Comunidade Indígena Kayapó - 194205**

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT executou, acompanhou e avalia o projeto relativo a Comunidade Indígena Kayapó, que conta com cerca de 258 indígenas, conforme as expectativas da própria população, visando assim o fortalecimento e o incentivo à melhoria das condições de vida nas comunidades indígenas. Buscou-se a participação efetiva das famílias para o bom uso dos investimentos, através de diagnósticos “in loco” sempre que necessários e de deliberações na própria sede da Coordenação com a presença de algumas lideranças indígenas, promovendo assim o bem-estar das populações.

Para a excelência na execução do Projeto a mencionada Coordenação Regional dispõe dos equipamentos e servidores da própria FUNAI. Em casos excepcionais a utilização de serviço de terceiros, principalmente meios de transporte e locomoção.

#### **3.1.3.05 - Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã) - 194233**

A Coordenação Regional da Funai do Centro Leste do Pará/PA utilizou servidores e infraestrutura disponíveis no município de Altamira/PA, para consecução do Projeto Integrado Apyterewa e Ipixuna, além de contar com o suporte técnico de servidores da

FUNAI lotados em Brasília/DF, no intuito de beneficiar cerca de 425 indígenas.

#### **3.1.3.06 – Projeto Comunidade Indígena Suruí/Sororó - 194204**

A Coordenação Regional da Funai do Baixo do Tocantins disponibiliza para a execução do Projeto Comunidade Indígena Suruí/Sororó, compostas por cerca de 360 indígenas, servidores e infraestrutura, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, visando garantir a sustentabilidade dos subprojetos.

#### **3.1.3.07 - Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 – PACIG - 194208 e 194209**

A partir do Decreto nº. 7.778/2012 foi criada a Coordenação Regional do Litoral Sul/SC, que se tornou a responsável por todas as terras indígenas Guarani no litoral da região Sul do País, incluindo aí as terras indígenas participantes do PACIG, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, o que implicou na adequação de todos os procedimentos e das unidades administrativas (antes em Curitiba e Passo Fundo) para que os programas em andamento não tivessem qualquer prejuízo. Aliado a isso, a nomeação de novos servidores na Funai pelo Concurso Público Edital nº 01/2010, incrementou a equipe responsável pelo atendimento às comunidades Guarani da região Sul.

Cabe salientar que a Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente – CGPIMA, antes responsável pela coordenação das atividades e gestão financeira dos recursos alocados na Renda do Patrimônio Indígena foi extinta, dando lugar à Coordenação Geral de Gestão Ambiental - CGGAM.

Cabe à CGGAM, nesse novo desenho institucional coordenar as ações técnicas no Convênio, contanto com a colaboração das demais Coordenações Gerais no acompanhamento das ações inerentes a cada uma. Por exemplo, cabe à CGETNO – Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento - coordenar as ações de etnodesenvolvimento, à CGPDS – Coordenação Geral de Promoção aos Direitos Sociais - as ações de infraestrutura e à CGGAM de coordenar e orientar essas Coordenações Gerais. A execução, deste modo, é responsabilidade das unidades locais da FUNAI.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas na execução do PACIG desde 2007 (quando do início de sua execução) é relacionada ao período de execução do mesmo. Como houve grande atraso no repasse dos recursos e conseqüentemente do início das atividades, o Convênio sempre foi prorrogado anualmente, pelo prazo igual de 1(um) ano. Essa ação inviabilizou algumas atividades, especialmente aquelas que envolvem licitação ou outras modalidades de contratação. Os processos demoram cerca de 4 a 5 meses em análises jurídicas e quando encaminhados para a CGGAM, acabam por não ter mais prazos exequíveis para a realização das atividades. Assim, no ano seguinte, o processo deveria começar outra vez.

#### **3.1.3.08 - Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro - 194207**

A Coordenação Regional da Funai do Araguaia Tocantins/TO em conjunto com o Chefe do Posto Indígena Avá-Canoeiro, composta por cerca de 6 indígenas, disponibilizou para a execução do Projeto os servidores e infraestrutura, além de contar com suporte de contratados para a fiscalização da terra indígena Avá-Canoeiro.

#### **3.1.3.09 - Projeto Comunidade Indígena Kayapó – 194239**

A Coordenação Regional da Funai de Kaiapó Sul do Pará/PA na execução do “Projeto Comunidade Indígena Kayapó”, composta por cerca de 947 indígenas, utiliza seus

servidores, bem como sua infra-estrutura, como equipamentos e veículos disponíveis no município de Itaituba/PA, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, visando dar continuidade e sustentabilidade aos subprojetos implementados em parceria com a Comunidade Indígena.

#### **3.1.3.10 – Programa Museu do Índio/Renda Indígena - – 194216**

As atividades desenvolvidas pelos programas do Museu do Índio necessitam de diferentes estratégias de divulgação – banners, folders, sites e outros – e materiais artesanais que produzidos por artesãos de diferentes etnias, servindo de apoio às atividades desenvolvidas, em especial com alunos da rede pública que visitam o Museu do Índio.

O Museu do Índio tem dado ênfase a atividades como, mostras, palestras, projeções de vídeos e cursos de curta duração para cumprir sua missão de divulgação de informações sobre seu acervo e, em especial, sobre os povos indígenas.

Para acondicionar o artesanato adquirido e liberar espaços no Museu para desenvolver atividades junto ao público e estratégia encontrada foi à locação de contêineres.

O Museu do Índio, através do programa índios no Museu, promove exposições etnográficas, mostras fotográficas e venda de objetos. Todo o processo, da concepção à montagem, conta participação de índios. As fotos são produzidas em oficinas de fotografia nas aldeias e os artesanatos adquiridos servem de suporte para as atividades educativas e de divulgação.

Os objetivos propostos para o ano de 2012 foram plenamente alcançados, expressos através de mostras, palestras que visam ampliar os debates sobre a temática indígena. Os públicos visitantes do Museu do Índio, em geral e, em especial, aqueles oriundos das escolas públicas e particulares do estado, puderam incorporar novos conhecimentos sobre a dinâmica socioeconômica dos povos indígenas brasileiros, transformando-se, eles próprios em consumidores e divulgadores dos valores históricos dessas populações ancestrais.

#### **3.1.3.11 - Projeto Comunidade Indígena Pitaguary - 194221**

A Coordenação Regional do Nordeste II/CE tem a competência, em termos de recursos físicos e orçamentários, de disponibilizar servidores, infra-estrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento adequado do Projeto inerente a Comunidade Indígena Pitaguary, composta por cerca de 4.185 indígenas.

Além de contar com a mencionada estrutura, a mencionada Coordenação Regional, conta com a supervisão da FUNAI-sede em Brasília/DF, por meio da Coordenação Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças-CGOF, da Diretoria de Administração e Gestão-DAGES, tanto quanto da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável-DPDS, com a colaboração de técnicos convidados / parceiros e, ainda, da própria Comunidade Indígena.

#### **3.1.3.12 – Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã – Chupinguaia - 194218**

Após a criação do Conselho Gestor, foi solicitada e criada uma Unidade Gestora para a execução dos recursos recebidos em favor do Programa Ambiental das Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã, compostas por cerca de 273 indígenas, em benefício aos índios impactados direta e indiretamente pela construção e operação da Central Hidrelétrica Cascata Chupinguaia – RO.

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT disponibiliza para a execução do

Projeto, servidores lotados naquela regional bem como de suas Coordenações Técnicas Locais de Vilhena, além de infraestrutura, com equipamentos e veículos, contando ainda com o suporte técnico de servidores lotados na Funai em Brasília/DF.

A aplicação dos recursos referentes ao Plano e Aplicação do exercício de 2013, recursos residuais da parcela final do projeto, consistiu em dar prioridade à manutenção dos equipamentos adquiridos com recursos o Projeto, bem como manter e apoiar as atividades já implantadas (roças tradicionais e criação em pequena escala de bovinos).

#### **3.1.3.13 – Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina - 194232**

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT tem buscado na execução do “Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Sararé” e do “Projeto de Gestão Territorial Indígena Sararé”, compostas por cerca de 130 indígenas, a reversão para a legalidade dos índios aliciados pelos madeireiros, valorizando o interesse indígena pelo seu modo de vida com segurança alimentar e bem estar nas aldeias; a inclusão da comunidade na gestão sócio econômica de sua realidade como: renda local gerada pelo artesanato, palmito, criação de gado e manejos; zelo com os recursos financeiros, bens materiais e serviços bem como, a vigilância indígena regular cominada com maior usufruto indígena dos recursos da terra tradicional protegida.

A Coordenação Regional em questão firmou parcerias locais com as prefeituras de Conquista D’Oeste e Vila Bela/MT, Funasa e com a Escola Indígena Sararé.

#### **3.1.3.14 - Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224**

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT tem buscado na execução do “Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Hahaintsu” e do “Projeto de Gestão Territorial Indígena”, a reversão para a melhoria de moradias dos indígenas, dando qualidade de vida aos mesmos e barrando dos aliciamentos de madeireiros, bem como valorizando o interesse indígena pelo seu modo de vida e bem estar nas aldeias; a inclusão da comunidade na gestão sócio econômica de sua realidade com maior usufruto indígena dos recursos da terra tradicional protegida.

A Coordenação Regional firmou parcerias locais com as prefeituras de Comodoro/MT.

#### **3.1.3.15 – Kondá - 194222**

A Coordenação Técnica Local da Funai de Chapecó/SC disponibiliza servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto. Além da estrutura utilizada, o Projeto conta com o suporte técnico de servidores da Coordenação Regional Interior Sul/RS, FUNAI Brasília/DF, Técnicos Convidados bem como de Parceiros e da própria Comunidade Indígena.

#### **3.1.3.16 – Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235**

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibilizam servidores, infraestrutura, com equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto em referência.

Além da estrutura utilizada pela regional em questão, o Projeto contou com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados, Parceiros e da própria comunidade indígena, composta por cerca de 46 indígenas.

#### **3.1.3.17 – Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios**

#### -- 194238

A Coordenação Regional de MG – ES utiliza na execução do “Projeto Comunidade Indígena Comboios, composta por cerca de 100 famílias indígenas, servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos disponíveis nos municípios de Governador Valadares/MG e Aracruz/ES onde encontra-se localizada a Terra Indígena Comboios, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF.

A referida Regional, por meio da Coordenação Técnica de Comboios, tem buscado construir parcerias com instituições públicas e privadas localizadas no Estado do Espírito Santo, principalmente com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural/INCAPER, visando oportunizar a Comunidade Indígena Tupiniquim de Comboios acesso a conhecimentos técnicos que poderão garantir a sustentabilidade dos subprojetos.

#### **3.1.3.18 – Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô - 194236**

A Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA disponibiliza para a execução do Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô, composta por cerca de 360 indígenas, servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos necessários para o desenvolvimento das atividades propostas.

#### **3.1.3.19 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – Tucumã – 194242**

A Coordenação Regional da Funai de Kaiapó Sul do Pará/PA disponibiliza servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contanto ainda com o suporte técnico de servidores desta Fundação lotados em Brasília/DF e com indígenas da própria comunidade da região, composta por cerca de 3.000 indígenas.

#### **3.1.3.20 – Projeto Alto Turiaçu - 194229**

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibilizam servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contanto com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados, Parceiros e da própria comunidade indígena do Alto Turiaçu, composta por cerca de 97 indígenas.

#### **3.1.3.21 - Projeto Guajarara/Caru – 194234**

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibilizam servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contando também com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados, Parceiros e da própria comunidade indígena, composta por cerca de 380 indígenas.

#### **3.1.3.22 - Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - 194211, 194212, 194240, 194241 e 194250**

##### **194211 - BR 163**

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa que vai de encontro com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos

investimentos e sobre o custeio, promovendo assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria FUNAI e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

#### **194212 - BR 163**

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa que vai de encontro com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria Funai e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

#### **194240 - BR 163**

A Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa que vai de encontro com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria FUNAI e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

#### **194241 - BR 163**

No PBA, cada um dos subprogramas tem projetos específicos para atender a um grupo de impactos socioambientais previamente identificados e assim contribuir para o objetivo geral do programa. Com relação à duração do programa, apresentam-se uma proposta de cinco anos de duração para os subprogramas de Alternativas Econômicas Sustentáveis, Educação Ambiental e Melhoramento de Vias de Acesso. A necessidade de continuidade ou alteração das atividades deverá ser objeto de avaliação, tendo como base os resultados do subprograma de Coordenação e Monitoramento. Para os subprogramas de Coordenação e Monitoramento e de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas, sugere-se que os mesmos tenham duração permanente e que sua continuidade esteja condicionada à avaliação e ao planejamento baseado nos dados de monitoramento.

#### **194250 - BR 163**

*Não houve plano de aplicação no exercício de 2013.*

### **3.1.3.23 – Programa de Compensação e Mitigação – PCH's Complexo Juruena - 194243, 194244, 194245, 194246, 194247 e 194248**

#### **194243 - Programa Juruena Enawene-Nawe**

A Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT, sediada em Juína/MT tem buscado na execução do Programa Enawene-Nawe PCH Juruena, estabelecer uma relação amistosa entre os empreendimentos e a preservação da cultura indígena.

#### **194244 - Juruena Rikbaktsa**

A Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT, sediada em Juína/MT tem buscado, na execução do Programa Rikbaktsa PCH Juruena, estabelecer uma relação amistosa entre os empreendimentos e a preservação da cultura indígena.

#### **194245 - Juruena Paresi**

Após o Decreto nº. 7.778/12, a Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT passou a dar continuidade no acompanhamento dos programas, antes em Tangará da Serra/MT. Devido às longas discussões que se prolongaram por anos, as necessidades dos índios também foram se modificando, o que demanda alterações no programa original.

As ações foram desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. Os apoios logístico e técnico serão dos diversos órgãos parceiros, governamentais ou não, e das Prefeituras Municipais de Conquista do Oeste, Tangara da Serra e Sapezal.

#### **194246 - Juruena Menku**

Após o Decreto nº. 7.778/12, a Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT passou a dar continuidade no acompanhamento dos programas, antes em Tangará da Serra/MT. Devido às longas discussões, que se prolongaram por anos, as necessidades dos índios também foram se modificando, com isso serão necessárias algumas alterações nos programas iniciais, em razão de algumas atividades estarem sendo articuladas através da Prefeitura Municipal e outros parceiros governamentais e não governamentais.

As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis, com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dos diversos órgãos parceiros, como a Prefeitura Municipal de Brasnorte, o IBAMA, a OPAN, entre outros.

#### **194247 - Juruena Nambikwara**

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT é a responsável pela execução do programa. As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dos diversos órgãos parceiros, tais como a Prefeitura Municipal de Sapezal, Associação Moxi, Associação Waklitsu, IBAMA, OPAN e Universidade.

#### **194248 - Juruena Nambikwara**

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT é a responsável pela coordenação e execução do programa. Para isso, utilizam servidores lotados na CR Cuiabá e na CTL Vilhena, infraestrutura, equipamentos e veículos dessas unidades, além de contar com o suporte técnico de servidores lotados em Brasília/DF.

As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dado pela Prefeitura Municipal de Comodoro e pela Associação Nambikwara.

### **3.1.3.24 - Programa de Proteção aos Índios Isolados – BR 429 – 194251**

Gestão junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, quanto à liberação da primeira parcela dos recursos destinados ao referido programa a fim de atender à Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato – CGIIRC/DPDS/FUNAI.

### **3.1.3.25 – Programa de Comunidade Indígena Zo'e Índios Isolados - 194252**

A Coordenação Regional do Centro Leste do Pará – PA utilizou na execução do Projeto Comunidade Indígena Zo'e, servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos disponíveis na Coordenação.

### **3.1.3.26 – Programa de Apoio aos Ava-Canoeiro – PAAC. 194227**

A Coordenação Regional da Funai do Araguaia Tocantins/TO em conjunto com o Chefe do Posto Indígena Avá-Canoeiro, composta por cerca de 6 indígenas, disponibilizou para a execução do Projeto os servidores e infraestrutura, além de contar com suporte de contratados para a realização do Programa de Apoio aos Ava-Canoeiro – PAAC.

### **3.1.3.27 – CGPIMA – 194040/194200**

A Renda do Patrimônio Indígena utiliza a toda a estrutura funcional da Funai em Brasília/DF no apoio técnico à todas Unidades Descentralizadas da Função que executam recursos da mencionada renda.

#### **3.1.4 Execução do Plano de Metas ou de Ações**

Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão, conforme citado no item 3.1.2 a análise do plano de ação também será apresentado por programas/projetos específicos, como segue:

#### **3.1.4.01 - Programa Artíndia - 194223, 194230 e 194231.**

No Plano de Aplicação, exercício de 2013, no programa Artíndia, a receita prevista foi de R\$ 1.937.315,53 (um milhão novecentos e trinta e sete mil e trezentos e quinze reais e cinquenta e três centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 1.915.461,77 (um milhão, novecentos e quinze mil quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos), sendo R\$ 1.674.547,82 (um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos) referentes ao saldo do exercício anterior e R\$ 240.913,95 (duzentos e quarenta mil e novecentos e treze reais e noventa e cinco centavos) como previsão de vendas de artesanato indígena e rendimento da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional. Conforme determina a Portaria nº. 643/PRES/2010 de 05 de maio de 2010, a Loja Artíndia do Museu do Índio fica vinculada ao Museu do Índio.

O valor das despesas previstas para o exercício de 2013 foi de R\$ 964.000,00 (novecentos e sessenta e quatro mil reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 73.042,05 (setenta e três mil e quarenta e dois reais e cinco centavos), sendo R\$ 18.277,95 (dezoito mil e duzentos e setenta e sete reais noventa e cinco centavos) como crédito empenhado liquidado, R\$ 54.764,10 (cinquenta e quatro mil e setecentos e sessenta e quatro reais e dez centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 1.842.419,72 (um milhão e oitocentos e quarenta e dois

mil e quatrocentos e dezenove reais e setenta e dois centavos) na conta única das UG's: 194230, 194231, 194223 e 194040 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 1.937.315,53

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 1.915.461,77

Percentual alcançado: 98,87 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 964.000,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira ....R\$ 73.042,05

Percentual alcançado: 7,57 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

GENEROS DE ALIMENTACAO	3.491,00
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	883,50
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	11.078,00
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	15.758,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	9.898,00
SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	7.900,00
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	7.980,00
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	2.332,60
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	7.900,00
MERCADORIAS PARA REVENDAS-ESTOQUES PROPRIOS	5.820,95
	<b>73.042,05</b>

A loja CEV – Artíndia Brasília - está subordinada à Diretoria de Administração e Gestão - DAGES.

### **3.1.4.02 – 194202 – Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano**

No Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Projeto de Desenvolvimento da Comunidade Indígena Chiquitano a receita prevista foi de R\$ 24.183,47 (vinte e quatro mil e cento e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 25.059,02 (vinte e cinco mil e cinquenta e nove reais e dois centavos), sendo o saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 21.984,97 (vinte e um mil e novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos) do valor de R\$ 2.395,02 (dois mil e trezentos e noventa e cinco reais e dois centavos) é proveniente dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional e do valor de R\$ 679,03 (seiscentos e setenta e nove reais e três centavos) do cancelamento de restos a pagar. Foi prevista uma despesa no montante de R\$ 24.183,47 (vinte e quatro mil e cento e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos), tendo sido empenhadas despesas no valor de R\$ 19.705,66 (dezenove mil e setecentos e cinco reais e sessenta e seis centavos), sendo R\$ 12.486,69 (doze mil e quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos) como valores pagos e R\$ 7.218,97 (sete mil e duzentos e dezoito reais e noventa e sete centavos) inscritos em restos a pagar, passando superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 5.353,36 (cinco mil e trezentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos) aplicado na conta única da UG: 194202, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 24.183,47

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 25.059,02

Percentual alcançado: 103,62 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 24.183,47

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira ....R\$ 19.705,66

Percentual alcançado: 81,48 %

- Em relação à atividade de Reocupação e Gestão Territorial foi promovido o acompanhamento junto ao MPF, PFE, de Regularização Fundiária e ameaças contra os Chiquitanos. Foi promovida a recuperação e construção de moradas e roças.

- Na atividade de revitalização cultural na etapa de edição de cartilha histórico e cultural, foi realizada a reunião com professores e elideranças indígenas.

- Na atividade de Segurança Alimentar e Geração de Renda foram implementados roças em apoio no Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar – PAA. Foi realizado reforma no barracão/Projeto no final de 2012 e início de 2013.

- No que tange ao Fortalecimento das redes de sustentação social, foi realizado o apoio em transporte de material comunitário (escola/saúde) e melhoria da casa de apoio finalizado no início de 2013.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DIARIAS NO PAIS	2.815,55
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	8.653,11
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	4.750,00
COMISSOES E CORRETAGENS	337,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	3.150,00
	<b>19.705,66</b>

### **3.1.4.03 – 194203 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD**

Para o exercício de 2013, foi previsto recursos no montante de R\$ 639.776,72 (seiscentos e trinta e nove mil e setecentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 835.736,82 (oitocentos e trinta e cinco mil e setecentos e trinta e seis reais e oitenta e dois centavos), sendo proveniente do saldo do exercício de 2012 o valor de R\$ 581.615,20 (quinhentos e oitenta e um mil e seiscentos e quinze reais e vinte centavos), somados aos rendimentos da aplicação financeira no exercício de 2013 no valor de R\$ 86.658,96 (oitenta e seis mil e seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e seis centavos), do valor de R\$ 17.462,66 (dezessete mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e sessenta e seis centavos) devido a cancelamento de restos a pagar e do valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) referentes a depósitos no período.

O valor previsto das despesas para o cumprimento do programa, no exercício de 2013, foi de R\$ 639.775,12 (seiscentos e trinta e nove mil e setecentos e setenta e cinco reais e doze centavos), tendo um acréscimo de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) devido a um saldo oriundo do Acordo de Cooperação FUNAI/VALE perfazendo assim um total de R\$ 714.775,12 (setecentos e quatorze mil e setecentos e setenta e cinco reais e doze centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 607.823,69 (seiscentos e sete mil e oitocentos e vinte e três reais e sessenta e nove centavos), sendo R\$ 92.535,48 (noventa e dois mil e quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 515.288,21 (quinhentos e quinze mil e duzentos e oitenta

e oito reais e vinte e um centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 227.913,13 (duzentos e vinte e sete mil e novecentos e treze reais e treze centavos) aplicado na conta única da UG: 194203, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem..... R\$ 639.776,72  
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 835.736,82  
 Percentual alcançado: 130,62 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 714.775,12  
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R\$ 607.823,69  
 Percentual alcançado: 85,03 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DIARIAS NO PAIS	40.726,36
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	45.497,62
GENEROS DE ALIMENTACAO	12.597,31
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	19.482,78
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	9.592,80
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	55.500,00
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	6.991,50
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	7.900,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	21.500,00
OBRAS EM ANDAMENTO	14.407,00
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	3.049,36
EMBARCACOES	58.800,00
MAQUINAS E EQUIPAM. DE NATUREZA INDUSTRIAL	1.598,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	3.130,00
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	641,96
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	7.399,00
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	299.010,00
	<b>607.823,69</b>

#### **3.1.4.04 – 194205 – Projeto Comunidade Indígena Kayapó**

No Plano de Aplicação, exercício de 2013, deste projeto, foi prevista uma receita de R\$ 9.802,76 (nove mil e oitocentos e dois reais e setenta e seis centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 10.556,40 (dez mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), sendo o saldo do exercício de 2012 no valor R\$ 7.824,49 (sete mil e oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos) proveniente do leilão de madeira apreendida em Terras Indígenas, o valor de R\$ 1.633,52 (um mil e seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos) referentes a cancelamento de restos a pagar e o restante no valor de R\$ 1.098,39 (um mil e noventa e oito reais e trinta e nove centavos) é proveniente dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional. Foi prevista uma despesa no montante de R\$ 9.802,76 (nove mil e oitocentos e dois reais e setenta e seis

centavos), atingindo-se um montante de despesas realizadas no valor de R\$ 8.814,77 (oito mil e oitocentos e quatorze reais e setenta e sete centavos), sendo o valor de R\$ 5.483,08 (cinco mil e quatrocentos e oitenta e três reais e oito centavos) como despesas pagas e o restante no valor de R\$ 3.331,69 (três mil e trezentos e trinta e um reais e sessenta e nove centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 1.741,63 (um mil e setecentos e quarenta e um reais e sessenta e três centavos) na conta única da UG: 194205, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 9.802,76  
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 10.556,40  
 Percentual alcançado: 107,68 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 9.802,76  
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 8.814,77  
 Percentual alcançado: 89,92%

O projeto em questão tem por objetivo aplicação dos recursos provenientes do leilão de madeira Kayapó km 14 em benefício das comunidades indígenas das aldeias Kororotí, Omeikrākum e Kakākubem assim discriminados com a proteção e fiscalização da Terra Indígena e apoio a produção de roças tradicionais.

<b>ALDEIA KÓRÓRÓTI, ÔMEIKRĀKUM e KAKĀKUBEM</b>	
<b>PROJETOS</b>	Proteção e fiscalização das Terras Indígenas, apoio a produção e as atividades extrativistas e fortalecimento cultural.
<b>METAS E ETAPAS FÍSICAS</b>	Considerando o Plano de Aplicação de 2013, as metas e etapas físicas previstas para aquele exercício foram cumpridas quase em 100%. O pequeno saldo que remanesceu para 2014, se refere a parte de recursos não utilizados, sendo a parte executada suficiente para o desenvolvimento das atividades propostas.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	1.894,94
MATERIAL DE CACA E PESCA	5.483,08
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	118,80
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	730,00
FERRAMENTAS	193,50
VEICULOS DIVERSOS	394,45
	<b>8.814,77</b>

#### **3.1.4.05 – 194233 - Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã)**

O Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Projeto Integrado Apyterewa e Ipixuna, sob a gestão da Coordenação Regional de Belém, possuía uma receita prevista de R\$ 791.131,21 (setecentos e noventa e um mil e cento e trinta e um reais e vinte e um centavos). Atingiu-se uma receita de R\$ 780.019,86 (setecentos e oitenta mil e duzenove reais e oitenta e seis centavos), oriundos do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 719.210,19

(setecentos e dezenove mil e duzentos e dez reais e dezenove centavos), acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 60.809,67 (sessenta mil e oitocentos e nove reais e sessenta e sete centavos).

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 743.990,00 (setecentos e quarenta e três mil e novecentos e noventa reais), tendo sido empenhadas despesas no valor de R\$ 452.369,11 (quatrocentos e cinquenta e dois mil e trezentos e sessenta e nove reais e onze centavo), sendo R\$ 17.552,44 (dezesete mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) como valores pagos e R\$ 434.816,67 (quatrocentos e trinta e quatro mil e oitocentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) inscritos em restos a pagar, passando superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 327.650,75 (trezentos e vinte e sete mil e seiscentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos) aplicado na conta única da UG: 194233, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 791.131,21  
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 780.019,86  
Percentual alcançado: 98,59%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 743.990,00  
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R\$ 452.369,11  
Percentual alcançado: 60,80 %

### **Gestão e proteção territorial**

- (1) Desfazer benfeitorias de não índios abandonadas e indenizadas na TI Apyterewa;
- (2) Percorrer e conhecer a TI, com a finalidade de planejar o uso sustentável da região ao fim do processo de extrusão.

### **Etnodesenvolvimento**

- (1) Apoiar a implementação de atividades produtivas de subsistência do povo Parakanã (caça, pesca e roças tradicionais);
- (2) Iniciar/Reforçar atividades voltadas para a geração de renda, por meio da comercialização de produtos agroflorestais e pecuários (aproveitamento de roças de cacau dos ocupantes não indígenas que desocuparam/desocuparão a terra indígena e a revitalização das atividades de criação de bovinos, já existentes em algumas aldeias Parakanã desde 2007);
- (3) Adquirir embarcações em alumínio par a Aldeia Payterewa e de barco de ferro para a Aldeia Karawaya-Pya, para dar mobilidade para os indígenas, principalmente, para transporte e comercialização de futuros excedentes.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	7.994,72
GENEROS DE ALIMENTACAO	3.975,10
MATERIAL DE CACA E PESCA	7.872,00
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	3.978,00
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	3.360,00

FERRAMENTAS	4.070,90
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	8.000,00
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.810,39
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	1.600,00
EMBARCACOES	182.381,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS	11.599,00
VEICULOS DIVERSOS	2.628,00
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	211.100,00
	<b>452.369,11</b>

### 3.1.4.06 – 194204 – Projeto Comunidade Indígena Suruí/Sororó

O Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Projeto Comunidade Indígena Suruí/Sororó possuía uma receita prevista de R\$ 10.204,33 (dez mil e duzentos e quatro reais e trinta e três centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 12.555,78 (doze mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 9.276,66 (nove mil e duzentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos), mais os rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 1.258,27 (um mil e duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos) e do valor de R\$ 2.020,85 (dois mil e vinte reais e oitenta e cinco centavos) referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2013 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 10.204,33 (dez mil e duzentos e quatro reais e trinta e três centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 7.302,24 (sete mil e trezentos e dois reais e vinte e quatro centavos), sendo o valor de R\$ 5.811,30 (cinco mil e oitocentos e onze reais e trinta centavos) como créditos empenhado liquidado e R\$ 1.490,94 (um mil e quatrocentos e noventa reais e noventa e quatro centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 5.253,54 (cinco mil e duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos) aplicados na conta única da UG: 194204; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 10.204,33

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 12.555,78

Percentual alcançado: 123,04%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 10.204,33

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R\$ 7.302,24

Percentual alcançado: 71,56%

Para atender os veículos da Associação Indígena Aikewara foram adquiridos combustíveis, óleo diesel, lubrificantes e para o veículo Nissan Frontier pertencente à Associação Aikewara, foi adquirido óleo e filtro lubrificante para o trator marca Massey Ferguson 292, também pertencente à Associação.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	2.802,24
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	4.500,00

### 3.1.4.07 – 194208 e 194209 - Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 - PACIG

Da receita prevista, no ano de 2013, no valor de R\$ 8.534.689,22 (oito milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e vinte e dois centavos), atingiu-se o montante de R\$ 3.175.299,69 (três milhões, cento e setenta e cinco mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos), sendo o saldo do exercício anterior no valor de R\$ 2.031.535,65 (dois milhões, trinta e um mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), do valor de R\$ 262.826,08 (duzentos e sessenta dois mil e oitocentos e vinte e seis reais e oito centavos) proveniente dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional, do valor de R\$ 880.937,96 (oitocentos e oitenta mil e novecentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar, tendo sido realizadas despesas no montante de R\$ 0,00 (zero reais), passando superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 3.175.299,69 (três milhões, cento e setenta e cinco mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos), sendo parte dele aplicada na conta Única do Tesouro Nacional – UG: 194040, Gestão: 19209 e o restante disponível na conta limite de saque das UG's: 194208 e 194209, Gestão: 19209.

Com relação à Gestão Financeira do Convênio, informamos que no exercício de 2012, os recursos foram utilizados da seguinte maneira:

Em Reais (R\$):

SEDE	CR LITORAL SUL	CR PASSO FUNDO	TOTAL
0,00	0,00	0,00	0,00

PI Monit	PI Fund	PI Infra	PI Socio	TOTAL
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Saldo Previsto para 2014: R\$ 3.175.299,69

Ressalta-se que os recursos do Convênio estão aplicados na Renda Indígena e podem ser realocados de acordo com a necessidade de cada subprograma.

Os rendimentos provenientes da Renda Indígena serão utilizados nos subprogramas do PACIG, uma vez que já foi verificada uma defasagem orçamentária e financeira para a execução do Convênio, tendo-se em vista o atraso em sua execução.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 8.534.689,22

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 3.175.299,69

Percentual alcançado: 37,20%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 8.534.689,22

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00%

O projeto em questão tem por objetivo implementar programas e/ou projetos de

apoio às Comunidades Indígenas Guarani (Cambirela, Praia de Fora, Morro dos Cavalos, Massiambu, Cachoeira dos Inácios, Campo Bonito, Barra do Ouro, Varginha e Riozinho), afetadas pelos impactos socioambientais decorrentes das obras de duplicação da BR-101, trechos Florianópolis -SC e Osório-RS, assim discriminados com a subprograma fundiário, monitoramento, sócio econômico ambiental e infra estrutura com a construção de casas para moradias para atender as famílias das Comunidades Guaranis.

### 3.1.4.08 – 194207 - Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro

O Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Projeto Comunidade Indígena Avá-Canoeiro apresentou uma receita prevista no valor de R\$ 3.885.417,61 (três milhões e oitocentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e dezessete reais e sessenta e um centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 3.900.954,37 (três milhões, novecentos mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos), sendo o saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 3.322.197,83 (três milhões e trezentos e vinte e dois mil e cento e noventa e sete reais e oitenta e três centavos); o pagamento de royalties em 2013 no valor de R\$ 201.069,99 (duzentos e um mil, sessenta e nove reais e noventa e nove centavos), dos rendimentos de aplicação financeiro na ordem de R\$ 377.686,55 (trezentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

No Plano de Aplicação de 2013 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 972.144,00 (novecentos e setenta e dois mil e cento e quarenta e quatro reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 17.775,59 (dezesete mil e setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), sendo o valor de R\$ 15.190,69 (quinze mil e cento e noventa reais e sessenta e nove centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 2.584,90 (dois mil e quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 3.883.178,78 (três milhões, oitocentos e oitenta e três mil e cento e setenta e oito reais e setenta e oito centavos) aplicados na conta única da UG: 194207 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....	R\$ 3.885.417,61
Total das Receitas Realizadas/Origem.....	R\$ 3.900.954,37
Percentual alcançado: 100,39%	

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....	R\$ 972.144,00
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....	R\$ 17.775,59
Percentual alcançado: 1,82%	

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	1.935,45
GENEROS DE ALIMENTACAO	7.790,88
MATERIAL DE CACA E PESCA	499,50
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	2.584,90
MATERIAL DE COPA E COZINHA	1.749,61
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	2.352,25
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	863,00
	<b>17.775,59</b>

### 3.1.4.09 – 194239 - Projeto Comunidade Indígena Kayapó

O Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Projeto Comunidade Indígena Kayapó, sob a gestão da Coordenação Regional Kayapo Sul do Para possuía uma receita prevista de R\$ 354.000,89 (trezentos e cinquenta e quatro mil e oitenta e nove centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 354.552,70 (trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos) compostos pelo saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 337.143,70 (trezentos e trinta e sete mil e cento e quarenta e três reais e setenta centavos) mais os rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 17.409,00 (dezessete mil e quatrocentos e nove reais) no exercício de 2013.

No Plano de Aplicação de 2013, não houve previsão de aplicação dos recursos, passando um superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 354.552,70 (trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos) aplicados na conta única das UGs: 194239 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 354.000,89  
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 354.552,70  
Percentual alcançado: 100,15 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 0,00  
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 0,00  
Percentual alcançado: 0,00 %

O projeto em questão tem por objetivo de proporcionar o uso sustentável da Terra Indígena Mekrãgnotire, aldeias Kubenkokre e Pykany, etnia Kayapó, bem como a gestão territorial coibindo possíveis invasões da terra indígena. Será dada continuidade às atividades de agricultura de subsistência, infraestrutura, corte e costura e coleta de castanha.

#### **3.1.4.10 – 194216 – Programa Museu do índio/Renda Indígena**

O Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Projeto Museu do Índio – Renda Indígena possuía uma receita prevista de R\$ 49.291,32 (quarenta e nove mil e duzentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 30.544,32 (trinta mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2012 na ordem de R\$ 19.291,32 (dezenove mil e duzentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos) e o restante no valor de R\$ 11.253,00 (onze mil e duzentos e cinquenta e três reais) referentes à taxa de visitação.

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 49.291,32 (quarenta e nove mil e duzentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 30.159,00 (trinta mil e cento e cinquenta e nove reais), sendo R\$ 30.159,00 (trinta mil e cento e cinquenta e nove reais) como crédito empenhado liquidado, passando superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 385,32 (trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos) disponível na conta única das UGs: 194216 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 49.291,32  
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 30.544,32  
Percentual alcançado: 61,96%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 49.291,32  
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 30.159,00

Percentual alcançado: 61,18 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

MATERIAL DE EXPEDIENTE	689,00
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	13.962,00
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	7.280,00
SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	5.435,60
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	2.792,40
	<b>30.159,00</b>

O Museu organizou oficinas específicas com as etnias. A produção cultural material e os objetos produzidos serviram para desenvolver atividades com o objetivo de integrar atividades de divulgação a um público mais amplo.

O Museu do Índio realizou junto ao público visitante a divulgação de manifestações culturais dos povos indígenas, promovendo oficinas abertas e apresentações de cantos e danças tradicionais, exposições, mostras de filmes, etc..

#### **3.1.4.11 - Projeto Comunidade Indígena Pitaguary – 194221**

Para o exercício de 2013 foram previstos recursos no montante de R\$ 368.854,83 (trezentos e sessenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R\$ 377.992,48 (trezentos e setenta e sete mil e novecentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos), provenientes do saldo financeiro de 2012 no valor de R\$ 221.099,90 (duzentos e vinte e um mil e noventa e nove reais e noventa centavos); da liberação da parcela de 2013, com a devida correção, no valor de R\$ 114.222,67 (cento e quatorze mil e duzentos e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos); dos rendimentos da aplicação financeira no valor de R\$ 32.373,53 (trinta e dois mil e trezentos e setenta e três reais e cinquenta e três centavos) e do cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 10.296,38 (dez mil e duzentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos).

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 368.854,83 (trezentos e sessenta e oito mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 72.698,36 (setenta e dois mil e seiscentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos), sendo R\$ 59.597,12 (cinquenta e nove mil e quinhentos e noventa e sete reais e doze centavos), como crédito empenhado liquidado e R\$ 13.101,24 (treze mil e cento e um reais e vinte e quatro centavos) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 305.294,12 (trezentos e cinco mil e duzentos e noventa e quatro reais e doze centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194221 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 368.854,83

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 377.992,48

Percentual alcançado: 102,47%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 368.854,83

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 72.698,36

Percentual alcançado: 19,70 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

ALIMENTOS PARA ANIMAIS	7.988,00
GENEROS DE ALIMENTACAO	7.868,01
MATERIAL DE COPA E COZINHA	529,40
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	387,50
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	7.960,00
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	1.250,00
COMISSOES E CORRETAGENS	10.400,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	16.949,47
SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	4.800,00
SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	280,00
SEGUROS EM GERAL	598,61
IMPOSTO S/ PROPR.DE VEICULOS AUTOMOTORES-IPVA	784,45
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	250,00
RESSARCIMENTO DE PRESTACAO DE SERVICOS	3.289,44
OBRAS EM ANDAMENTO	9.363,48
	<b>72.698,36</b>

Objetivando a implementação do Projeto para a melhoria de vida da Comunidade Indígena Pitaguary, foram elaboradas Agendas de Desenvolvimento Sustentável para as comunidades Monguba, Santo Antônio, Horto e Olho D'Água, com os seguintes subprojetos:

### **ALDEIA SANTO ANTÔNIO**

#### **Atividades**

Oficina de Corte & Costura, Sistema de Abastecimento Hídrico, Reforma e Melhorias na Escola Indígena, Manutenção de Veículo Utilitário, Oficina de Serigrafia, Centro de Produção & Cultura Pitaguary, Manutenção da Produção de Polpas de Frutas, Fruticultura, Reforma do Ponto de Reunião, Reforma da Palhoça Pitaguary, Festas Culturais (do Milho, da Mangueira e da Banana), Implemento Agrícola, Participação em Eventos, Reforma de Cercas.

### **ALDEIA HORTO**

#### **Atividades**

Manutenção do Centro Cultural, Agricultura de Subsistência Irrigada, Reforma e Melhorias no Salão de Corte & Costura (antiga Casa de Farinha), Oficina de Corte & Costura, Associação Indígena das Costureiras, Capacitação Indígena, Aquisição de Veículo, Festas Culturais (do Milho, da Mangueira e da Banana), Implemento Agrícola, Participação em Eventos.

### **ALDEIA OLHO D'ÁGUA**

#### **Atividades**

Manutenção e Melhorias no Salão de Corte & Costura e no Galpão da Vacaria, Festas Culturais (do Milho, da Mangueira e da Banana), Criação de Gado Leiteiro, Manutenção de Veículo Utilitário, Oficina de Corte & Costura, Capacitação Indígena, Participação em Eventos, Implemento Agrícola.

## **ALDEIA MONGUBA**

### **Atividades**

Oficina de Corte & Costura, Manutenção e Melhorias na Casa de Apoio, Reforma e Melhorias na Escola Indígena, Participação em Eventos, Manutenção de Veículo Utilitário, Manutenção do Projeto de Horticultura, Festas Culturais (do Milho, da Mangueira e da Banana), Implemento Agrícola, Conselho Indígena.

### **3.1.4.12 – Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã – Chupinguaia - 194218**

O Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Projeto Ambiental das Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã apresentou uma receita prevista de R\$ 50.819,31 (cinquenta mil e oitocentos e dezenove reais e trinta e um centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R\$ 50.819,31 (cinquenta mil e oitocentos e dezenove reais e trinta e um centavos), sendo composta pelo saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 36.405,55 (trinta e seis mil e quatrocentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), e do valor de R\$ 14.413,76 (quatorze mil e quatrocentos e treze reais e setenta e seis centavos) referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 50.819,31 (cinquenta mil e oitocentos e dezenove reais e trinta e um centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 50.618,30 (cinquenta mil e seiscentos e dezoito reais e trinta centavos), sendo R\$ 23.539,16 (vinte e três mil e quinhentos e trinta e nove reais e dezesseis centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 27.079,14 (vinte e sete mil e setenta e nove reais e quatorze centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 201,01 (duzentos e um reais e um centavo), disponível na conta das UG's: 194218, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....	R\$ 50.819,31
Total das Receitas Realizadas/Origem.....	R\$ 50.819,31
Percentual alcançado: 100,008%	

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....	R\$ 50.819,31
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....	R\$ 50.618,30
Percentual alcançado: 99,60%	

### **1. Sustentabilidade Organizacional**

- foram adquiridos combustíveis e lubrificantes.
- foram realizados serviços de manutenção e conservação de veículos.
- foram adquiridas passagens terrestres destinadas a indígenas e servidores, atendendo à programação.
- foram adquiridos peças para manutenção do veículo, incluindo pneus para o trator.
- despesas com deslocamento de servidores.

## 2. Sustentabilidade Socioeconômica

- Aquisição e suplementação mineral para o gado.
- Aquisição de peças para manutenção do veículo, incluindo pneus para o trator
- Aquisição de medicamentos de uso veterinário.
- Deslocamento de servidores.
- Serviços de manutenção e conservação de veículos
- foram adquiridos combustíveis e lubrificantes para veículo e trator agrícola.

## 3. Sustentabilidade Socioambiental

- Aquisição de peças para manutenção do veículo, incluindo pneus para o trator.
- Deslocamento e servidores.
- Serviços de manutenção e conservação de veículos

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DIARIAS NO PAIS	6.924,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	10.850,75
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	1.379,30
MATERIAIS E MEDICAMENTOS P/ USO VETERINARIO	1.829,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	20.147,75
COMISSOES E CORRETAGENS	510,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	8.977,50
	<b>50.618,30</b>

### 3.1.4.13 – Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina - 194232

No Plano de Aplicação de 2013, para os recursos provenientes do Termo de Compromisso entre a Funai e a Mineração Santa Elina, foi previsto um montante no valor de R\$ 865.534,09 (oitocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e trinta e quatro reais e nove centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R\$ 870.791,10 (oitocentos e setenta mil e setecentos e noventa e um reais e dez centavos), provenientes do saldo financeiro de 2012 no valor de R\$ 634.555,61 (seiscentos e trinta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos), somados à liberação da parcela de 2013, com a devida correção, no valor de R\$ 139.602,43 (cento e trinta e nove mil e seiscentos e dois reais e quarenta e três centavos) e aos rendimentos da aplicação financeira no valor de R\$ 75.705,04 (setenta e cinco mil e setecentos e cinco reais e quatro centavos) e do valor de 20.928,02 (vinte mil e novecentos e vinte e oito reais e dois centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 755.385,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil e trezentos e oitenta e cinco reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 163.856,78 (cento e sessenta e três mil e oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos), sendo R\$ 38.931,78 (trinta e oito mil e novecentos e trinta e um reais e setenta e oito centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 124.925,00 (cento e vinte e quatro mil e novecentos e vinte e cinco reais)

como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 706.934,32 (setecentos e seis mil e novecentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194232, Gestão: 19209 .

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 865.534,09

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 870.791,10

Percentual alcançado: 100,60 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 755.385,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 163.856,78

Percentual alcançado: 21,69 %

### 1. Gestão Socioambiental da Terra Indígena

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
<b>1 - Gestão sócio ambiental da terra indígena</b>	- Implementar 3 acampamentos de pesca caça e coleta interiorizando o manejo comunitário indígena e ambiental na TI Sararé; manutenção operacional e de reparos dos tratores e barcos pelo Projeto Sararé	- Foram feitas varias incursão com a comunidade, bem como a manutenção dos equipamentos e maquinários da comunidade.
	- apoio em deslocamentos dos índios, viabilizar acesso terrestre e fluvial no interior e no entorno da reserva, sendo: 15 km p/acampamento Kananxué, 12km p/ acampamento córregos Banhado / Paukalirajausu e 08 km p/limite sul (ex-garimpos 1996) no entorno interno da TI Sararé.	- Viabilizar o tráfego dos indígenas no interior da T.I, bem como melhoria do acesso no entorno da T.I
	- aquisição de material permanente solicitado pelos índios: 1 oficina rural artesanal; implementos agrícolas complementares, máquina de solda, roçadeira motorizada, grade aradora com pneus e roçadeira motorizada; 02 celulares/cartão com antena móvel (15m);carreta agrícola; frezer; equipamentos e quatro animais de montaria.	- Não foram adquiridos os equipamentos e quanto aos demais foi devido à dificuldade de adquirir na praça local - Falta de pessoal no CTL, para aplicação do projeto
	- aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico para manutenção das reformas implantadas e previstas em 2011	- foram adquiridas partes de materiais para recuperação e pequenos reparos
	Colaboração eventual de servidores da Funai e outros na implementação do Projeto Sararé em campo.	- foi feita atravez do Chefe da CTL
	- 2 vistorias / mensal no entorno externo da TI Sararé e Paukalirajausu, 2 vistorias / mensal no	- foram feitas varias vistorias por parte da comunidade, chefe da

	entorno interno da TI Sararé;	CTL, serviores da CR, IBAMA e DPF
--	-------------------------------	-----------------------------------

## 2. Manejo econômico das dependências de bens e serviços entre os grupos étnicos da T.I. sararé

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
<b>2 - Manejo sócio-econômico e cultural das dependências de bens e serviços entre os grupos étnicos da TI Sararé</b>	- Disponibilizar, em condições de uso, para as aldeias, trator, equipamentos, gerador e barco/motor de popa, cota mensal de diesel, gasolina e lubrificante; Manutenção e reparos de viaturas e equipamentos a serviço do Projeto Sararé.	- foram dadas as condições, para manutenção dos equipamentos da comunidade no atendimento do dia a dia da comunidade.
	- Manutenção e manejo do rebanho bovino, como vetor de renda aos índios da TI Sararé; manutenção de currais, cercas e pastagens.	- foram comprados insumos para atendimento de parte da demanda da comunidade.
	- Manter a garagem oficina nas aldeias, em condições de atender as demandas de pequenos consertos que podem ser feitos pelos índios;	- não foram feita esta atividade, tendo em vista as viaturas serem mandadas para oficinas regulares.
	- Aquisição e incentivo à manutenção de ferramentas e utensílios domésticos nas aldeias;	- Atendimento foi parcial com a Compra de utensílios e ferramentas conforme a solicitação da comunidade devido à falta de pessoal na CTL.
	-Manutenção operacional da base experimental do Projeto Sararé e da Coordenação local, incluindo viatura a disposição em serviço.	- nada foi feito, pois se aguardava a reforma da sede da CTL, que não foi ainda concluída.
	- Implantação de um centro cultural de multi uso, destinado a guardar os equipamentos, oficina e atividades comunitárias e culturais.	- não foi construído devido a problemas de licitatório - Falta de de pessoal para apoio, época de libração de recurso - férias e viagens de servidor
	Manutenção operacional e aquisição de víveres em atenção a serviços prestados por índios na implementação do Projeto Sararé.	- foi atendido de acordo com a demanda da comunidade

	Realização de 2 intercâmbios para conhecimento de experiências de produção sustentável	- não foi possível devido a outras demanda da comunidade, e a programação da CTL em atendimento ao dia a dia das aldeias.
--	--	---

### 3. Colaboração de servidores da FUNAI e outros para implemento do projeto junto a comunidade indígena.

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
<b>3 – Colaboração de servidores da FUNAI e outros para implemento do projeto junto à comunidade indígena</b>	- Colaboração eventual de servidores da FUNAI e outros na implementação do projeto	- Foi disponibilizado servidor desta Coordenação Regional para acompanhamento nas atividades de fiscalização dos garimpos e na retirada ilegal de madeira, bem como nas atividades cotidianas da comunidade - Monitoramento do entorno da Terra Indígena

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DIARIAS NO PAIS	3.096,19
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	27.936,09
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	850,50
MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTECNICO	4.400,18
MATERIAL DE CACA E PESCA	5.323,00
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	1.773,53
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	4.500,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	4.870,00
FERRAMENTAS	5.078,29
COMISSOES E CORRETAGENS	2.000,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	3.030,00
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	100.999,00
	<b>163.856,78</b>

#### 3.1.4.14 - Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224

Quanto aos recursos originados do leilão de madeira apreendida na terra indígena no ano de 1995, para o ano de 2013 foi previsto um montante de R\$ 203.166,52 (duzentos e três mil e centos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R\$ 209.071,26 (duzentos e nove mil e setenta e um reais e vinte e seis centavos), provenientes do saldo financeiro de 2012 no valor de R\$ 184.696,84 (cento e oitenta e quatro mil e seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos), dos rendimentos da aplicação financeira no valor de R\$ 20.675,72 (vinte mil e seiscentos e

setenta e cinco reais e setenta e dois centavos) e do valor de R\$ 3.698,70 (tres mil e seiscentos e noventa e oito reais e setenta centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2013, não houve previsão de aplicação dos recursos, passando um superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 209.071,26 (duzentos e nove mil e setenta e um reais e vinte e seis centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194224 e 194040, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 203.166,52

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 209.071,26

Percentual alcançado: 102,90 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 0,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira.....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00 %

Não houve execução no exercício de 2013.

#### **3.1.4.15 – Kondá - 194222**

Dos recursos previstos para o exercício de 2013, no valor total de R\$ 86.461,53 (oitenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e três centavos), atingiu-se o montante de R\$ 86.255,72 (oitenta e seis mil e suzentos e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos), sendo o saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 78.601,39 (setenta e oito mil e seiscentos e um reais e trinta e nove centavos), do valor de R\$ 7.654,33 (sete mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos) provenientes dos rendimentos da aplicação na Conta Única do Tesouro Nacional.

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 53.519,48 (cinquenta e três mil e quinhentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos), sendo R\$ 53.519,48 (cinquenta e três mil e quinhentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar a liquidar, passando um superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 32.736,24 (trinta e dois mil e setecentos e trinta e seis reais e vine e quatro centavos) aplicado na conta única da UG: 194222 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 86.461,53

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 86.255,72

Percentual alcançado: 99,76 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 80.000,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 53.519,48

Percentual alcançado: 66,89 %

No exercício de 2013 as seguintes atividades foram desenvolvidas na Comunidade Kaingang reserva do Kondá:

- **Fomento das Atividades Produtivas - Agricultura**

Formação das lavouras comunitárias (aproximadamente 30 hectares de milho e feijão). Foram investidos R\$ 22.556,94 na aquisição de sementes, combustíveis e

manutenção de maquinas e equipamentos.

Foi atingindo resultado satisfatório uma vez que a produção foi utilizada para consumo da comunidade e comercializada pela mesma.

- **Fomento das Atividadeas Pecuárias**

Foram investidos R\$ 11.975,98 para aquisição de medicametos de uso veterinário e pagamento de serviços de manutancao de cercas e roçadas e manejo do rebanho.

O resultado obtido foi satisfatório já que com o manejo correto o rebanho bovino foi mentido e ampliado.

- **Assistência Social**

Foram investidos R\$ 18.986,56 na aquisição de cestas básicas de alimentos para as famílias, na manutenção de veículos e locação de meios de transporte.

O resultado foi satisfatório uma vez que esta ação atingiu o resultado esperado apoiando as ações sociais, culturais e geração de renda.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	6.827,66
GENEROS DE ALIMENTACAO	7.992,00
MATERIAIS E MEDICAMENTOS P/ USO VETERINARIO	7.199,98
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	7.995,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	9.396,84
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	7.000,00
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	3.980,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	2.332,00
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	796,00
	<b>53.519,48</b>

### **3.1.4.16 – Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235**

O Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Projeto Juriti Guaja – Terra Indigena Awa-Guajá apresentou uma receita prevista no valor de R\$ 2.647,85 (dois mil e seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 2.586,99 (dois mil e quinhentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos), sendo o saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 2.407,14 (dois mil e quatrocentos e sete reais e quatorze centavos) e dos rendimentos de aplicação financeiro na ordem de R\$ 179,85 (cento e setenta e nove reais e oitena e cinco centavos).

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 2.647,85 (dois mil e seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 2.462,40 (dois mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos), sendo R\$ 2.462,40 (dois mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 124,59 (cento e vinte e quatro reais e cinquenta e nove centavos) aplicados na conta única das UGs:

194235; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 2.647,85  
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 2.586,99  
Percentual alcançado: 97,70%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 2.647,85  
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 2.462,40  
Percentual alcançado: 92,99%

O projeto em questão tem por objetivo atividades de criação de gado.  
De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	2.462,40

### **3.1.4.17– Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios – – 194238**

O Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Projeto Comunidade Indígena Comboios possuía uma receita prevista de R\$ 1.011.169,27 (um milhão e onze mil e cento e sessenta e nove reais e vinte e sete centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 1.021.876,27 (um milhão e vinte e um mil e oitocentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos), sendo saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 919.244,79 (novecentos e dezenove mil e duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos), e dos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única Tesouro Nacional no valor de R\$ 100.992,82 (cem mil e novecentos e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos) e do valor de R\$ 1.638,66 (um mil e seiscentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) referente a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 778.250,00 (setecentos e setenta e oito mil e duzentos e cinquenta reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 308.282,59 (trezentos e oito mil e duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), sendo R\$ 216.631,67 (duzentos e dezesseis mil e seiscentos e trinta e um reais e sessenta e sete centavos) como crédito empenhado liquidado e pago e o valor de R\$ 91.650,92 (noventa e um mil e seiscentos e cinquenta reais e noventa e dois centavos) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 713.593,68 (setecentos e treze mil quinhentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos) aplicado na conta única da UG: 194238 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 1.011.169,27  
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 1.021.876,27  
Percentual alcançado: 101,05%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 778.250,00  
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 308.282,59  
Percentual alcançado: 39,61 %

#### **1. Apoio a Atividade Silvicultura**

Foi adquirido combustível, peças para manutenção dos veículos que atendem os projetos de tratamentos culturais da rebrota de 400 ha de eucalipto, bem como defensivos e

ferramentas agrícolas.

## **2. Construções**

Não foi executada a construção do PÍER.

Foi elaborado o Projeto Arquitetônico, básico e executivo de um galpão e centro de convivência.

Quanto à construção do galpão para abrigar veículos e do centro de convivência na Terra Indígena Comboios, foi elaborado o Projeto Arquitetônico, básico e executivo, onde falta elaboração do termo de referencia e edital para licitação das duas obras, estamos dependendo da orientação do engenheiro civil da FUNAI, já solicitada.

## **3. Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Matéria Prima**

Não foi autorizada a dispensa para aquisição do veículo e mais 2 pregões foram realizados, porém por diferença nos orçamentos deverá ser realizada nove seção.

Foi adquirido um trator agrícola com carreta agrícola para 4 toneladas.

Não houve solicitação para aquisição referente aos outros itens do subprojeto.

## **4. Seguro e licenciamento do veículo**

As metas desse subprojeto foram realizadas de acordo com as solicitações da Comunidade para atender os veículos da Renda Indígena no desenvolvimento das atividades dos projetos.

## **5. Projeto social de melhorias habitacionais**

Não houve solicitação da comunidade.

## **6. Projeto social de apoio atividade pesqueira**

Foram adquiridos barcos para atender a comunidade indígena de Comboios.

## **7. Projeto social de aquisição de trator agrícola**

Não houve parecer favorável da procuradoria da Funai para aquisição do trator usado.

## **8. Projeto social de agropecuária e silvicultura**

Foi adquirido material para construção de cerca para a criação de novilhas.

## **9. Projeto social pagamento de energia elétrica**

Pagamento de débito de energia elétrica das famílias da comunidade indígena de Comboios.

## **10. Projeto contratação de pessoal**

Não houve solicitação da comunidade.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	19.248,14
MATERIAL QUIMICO	7.940,00
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	16.386,80
FERRAMENTAS	7.941,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	43.000,00
TAXA DE ADMINISTRACAO	1.818,96
SEGUROS EM GERAL	602,92
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	71.606,02
EMBARCACOES	50.049,75
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS	89.689,00
	<b>308.282,59</b>

### 3.1.4.18 – Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô - 194236

O Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô possuía uma receita prevista de R\$ 533.166,87 (quinhentos e trinta e três mil e cento e sessenta e seis reais e oitenta e sete centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 304.552,24 (trezentos e quatro mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 94.697,15 (noventa e quatro mil e seiscentos e noventa e sete reais e quinze centavos), pelas parcelas de indenização do exercício de 2013 no valor de R\$ 198.137,18 (cento e noventa e oito mil e cento e trinta e sete reais e dezoito centavos) e pelos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 11.717,91 (onze mil e setecentos e dezessete reais e noventa e um centavos).

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 533.166,68 (quinhentos e trinta e três mil e cento e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 165.713,56 (cento e sessenta e cinco mil e setecentos e dezessete reais e cinquenta e seis centavos), sendo R\$ 165.713,56 (cento e sessenta e cinco mil e setecentos e treze reais e trinta e seis centavos) como crédito empenhado liquidado, passando para o exercício de 2014 no valor de R\$ 138.838,68 (cento e trinta e oito mil e oitocentos e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos) disponível na conta única da UG: 194236 Gestão: 19209

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 533.166,87

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 304.552,24

Percentual alcançado: 57,12 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 533.166,68

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 165.713,56

Percentual alcançado: 31,08%

O projeto em questão tem por objetivo de oferecer melhores condições de vida aos indígenas, a fim de suprir as necessidades das famílias carentes em termos nutricionais, através de atividades de geração de renda que garantam a subsistência da comunidade, assim discriminados com as práticas sustentáveis de produção de alimentos, apoio à implantação, operação e manutenção da infraestrutura de produção e comercialização de produtos indígenas, capacitação de indígenas na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos produtivos e apoio às mulheres indígenas.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	7.996,56
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	8.000,00
GENEROS DE ALIMENTACAO	7.997,80
ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE	82.995,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	7.000,00
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	8.000,00
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	7.999,20
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	2.175,00
FERRAMENTAS	8.000,00

LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	7.950,00
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	8.000,00
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	1.600,00
SEMOVENTES E EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	8.000,00
	<b>165.713,56</b>

### 3.1.4.19 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Tucumã – 194242

Para o exercício de 2013, foram previstos recursos no montante de R\$ 65.138,74 (sessenta e cinco mil e cento e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 64.373,36 (sessenta e quatro mil e trezentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 59.217,048 (cinquenta e nove mil e duzentos e dezessete reais e quatro centavos) e o restante no valor de R\$ 5.156,32 (cinco mil e cento e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2013.

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 64.951,00 (sessenta e quatro mil e novecentos e cinquenta e um reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 54.989,54 (cinquenta e quatro mil e novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), sendo R\$ 35.142,48 (trinta e cinco mil e cento e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos) como crédito empenhado liquidado, o valor de R\$ 12.554,08 (doze mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos) como valores liquidados a pagar e R\$ 7.292,98 (sete mil e duzentos e noventa e dois reais e noventa e oito centavos) como restos a pagar inscritos, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 9.383,82 (nove mil e trezentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos) disponíveis na conta única da UG: 194242 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 65.138,74  
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 64.373,36  
Percentual alcançado: 98,82%

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 64.951,00  
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 54.989,54  
Percentual alcançado: 84,66 %

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	19.001,71
GENEROS DE ALIMENTACAO	15.500,00
FERRAMENTAS	7.292,98
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	13.194,85
	<b>54.989,54</b>

### 3.1.4.20 – Projeto Alto Turiaçu – 194229

Para o exercício de 2013, foram previstos recursos no montante de R\$ 86.645,43 (oitenta e seis mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 93.013,48 (noventa e três mil e treze reais e quarenta e oito centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 78.768,57 (setenta e oito mil e setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), do valor de R\$ 8.650,51 (oito

mil e seiscientos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos) referentes a cancelamento de restos a pagar e o restante no valor de R\$ 5.594,40 (cinco mil e quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2013.

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 86.645,43 (oitenta e seis mil e seiscientos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 0,00 (zero reais), sendo R\$ 0,00 (zero reais) como crédito empenhado liquidado e R\$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 93.013,48 (noventa e três mil e treze reais e quarenta e oito centavos) disponíveis na conta única da UG: 194229 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....	R\$ 86.645,43
Total das Receitas Realizadas/Origem.....	R\$ 93.013,48
Percentual alcançado: 107,34 %	

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....	R\$ 86.645,43
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....	R\$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00%	

Não houve execução no exercício de 2013.

#### **3.1.4.21 - Projeto Guajajara/Caru – 194234**

Para o exercício de 2013 foram previstos recursos no montante de R\$ 60,15 (sessenta reais e quinze centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 60,15 (sessenta reais e quinze centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 60,15 (sessenta reais e quinze centavos).

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 60,15 (sessenta reais e quinze centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 0,00 (zero reais), sendo R\$ 0,00 (zero reais) como crédito empenhado liquidado e R\$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 60,15 (sessenta reais e quinze centavos) disponíveis na conta única da UG: 194234 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....	R\$ 60,15
Total das Receitas Realizadas/Origem.....	R\$ 60,15,15
Percentual alcançado: 100,00 %	

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....	R\$ 60,15
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....	R\$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00%	

Não houve execução no exercício de 2013.

#### **3.1.4.22 - Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - – 194211, 194212, 194240, 194241 e 194250**

O Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Projeto BR 163 apresentou uma receita prevista de R\$ 6.457.595,26 (seis milhões e quatrocentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 6.518.296,73 (seis milhões, quinhentos e dezoito mil e duzentos e noventa e seis reais e setenta e três centavos), sendo o saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 5.830.554,10 (cinco milhões e oitocentos e trinta mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos) e de R\$

548.021,56 (quinhentos e quarenta e oito mil e vine e um reais e cinquenta e seis centavos) referentes aos rendimentos da aplicação financeira no exercício de 2013, do valor de R\$ 65.740,71 (sessenta e cino mil e setecentos e quarenta reais e setenta e um centavos) referentes a cancelamento de restos a pagar e do valor de R\$ 73.980,36 (setenta e três mil e novecentos e oitenta reais e trinta e seis centavos) referentes à diferença da 2ª parcela do convenio FUNAI – DNIT.

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 1.904.150,98 (um milhão e novecentos e quatro mil e cento e cinquenta reais e noventa e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 1.645.063,30 (um milhão e seiscentos e quarenta e cinco mil e sessenta e três reais e trinta centavos), sendo R\$ 1.486.256,80 (um milhão e quatrocentos e oitenta e seis mil e duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 153.362,10 (cento e cinquenta e três mil e trezentos e sessenta e dois reais e dez centavos) como restos a pagar inscritos, do valor de R\$ 5.444,40 (cinco mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos) como valores liquidados a pagar, passando um superávit para o exercício de 2014 no valor de R\$ 4.873.233,43 (quatro milhões e oitocentos e setenta e três mil e duzentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos) que estão disponíveis nas Unidades Gestoras: 194211, 194212, 194241 e 194040, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 6.457.595,26  
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 6.518.296,73  
 Percentual alcançado: 100,94%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 1.904.150,98  
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 1.645.063,30  
 Percentual alcançado: 86,39%

**194211 BR 163**

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável conforme PBA BR-163.

<b>ALDEIA KURUZINHO</b>	
<b>PROJETO</b>	Viabilizar a fiscalização, alternativas econômicas e Sustentáveis. Teve como objeto fomentar o poder de fiscalização da Terra Indígena Kayabi.
<b>METAS E ETAPAS FÍSICAS</b>	Considerando o Plano de Aplicação de 2013, todas as metas foram alcançadas naquele exercício (aquisição de veículo, manutenção do veículo, motores de popa, e utilização de combustíveis no transporte de indígenas dessa Aldeia, nos interesses de fiscalização e monitoramento). Remanesce apenas, no ponto de vista físico, o aguardo da entrega do veículo utilitário, para transporte de passageiros, adquirido no mês de dezembro/2013, pelo qual aguardamos a entrega pela empresa vencedora do certame

	licitatório
--	-------------

<b>ALDEIA PIARAÇU/KAPOTO/METUKTIRE</b>	
<b>PROJETO</b>	Viabilizar a fiscalização, alternativas econômicas e Sustentáveis. Teve como objeto fomentar o poder de fiscalização da Terra Indígena.
<b>METAS E ETAPAS FÍSICAS</b>	Considerando o Plano de Aplicação de 2013, todas as metas foram alcançadas naquele exercício, e assim, ante às aquisições que fizemos por intermédio de licitação, conseguimos adquirir o que era necessário/previsto para o desenvolvimento das atividades propostas, acarretando ainda na sobra de recursos para o exercício de 2014. A execução física das etapas se deu em parceria com o SEGAT, que viabilizou a entrega de pelo menos 90% dos materiais adquiridos para as Aldeias favorecidas por este PBA. Sendo que o restante ocorreu no início deste exercício de 2014, isso pela necessidade de se aguardar a entrega total dos produtos adquiridos por licitação e pela falta de pessoal para cumprir as atividades propostas.

<b>MAIOWI</b>	
<b>PROJETO</b>	Apoio a produção e as atividades extrativistas e fortalecimento cultural.
<b>METAS E ETAPAS FÍSICAS</b>	Considerando o Plano de Aplicação de 2013, todas as metas foram alcançadas naquele exercício (aquisição de motor de popa, hélice, manutenção de motor de popa, material de pesca, ferramentas e combustíveis). O planejamento do Plano Anual correu em consonância com os projetos previstos dentro da CGETNO em parceria com o SEGAT, principalmente no tange às atividades de extrativismo. No que se refere à execução física, não obstante ter sido realizado unicamente pelo Chefe de CTL, com denodo esforço, conseguiu atingir aos objetivos propostos. Buscando contribuir para o fomento econômico daquela comunidade, que passa pelo processo de retirada de suas terras, de garimpos e pousadas irregulares.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	29.054,60
GENEROS DE ALIMENTACAO	9.403,39
ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE	5.396,10
MATERIAL DE CACA E PESCA	10.280,84
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	371,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	13.389,22
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	4.000,00

MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	31,24
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	2.800,00
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	228,50
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	5.455,66
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	2.392,80
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	5.547,84
SOBRESSAL. MAQ.E MOTORES NAVIOS E EMBARCACOES	7.481,08
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	19.564,95
FERRAMENTAS	42.577,05
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	7.837,50
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	9.697,29
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	9.339,80
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	6.917,80
EMBARCACOES	36.450,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	5.507,40
MAQ., FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	229,86
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS	18.993,60
VEICULOS DIVERSOS	8.364,06
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	33.500,00
	<b>294.811,58</b>

### **194212 BR 163**

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como o subprograma fiscalização, subprograma atividades extrativistas, subprograma fortalecimento cultural e subprograma atividades aviculturas.

<b>ALDEIA NÃÊPOTITI</b>	
<b>PROJETOS</b>	Proteção e fiscalização das Terras Indígenas, apoio a produção e as atividades extrativistas e fortalecimento cultural.
<b>METAS E ETAPAS FÍSICAS</b>	Considerando o Plano de Aplicação de 2013, as metas e etapas físicas previstas para aquele exercício não foram totalmente cumpridas, realizamos apenas 39% da execução financeira. No que se refere à parte das atividades de fiscalização e extrativismo foram cumpridas. Entretanto, em relação ao fortalecimento cultural, a grande parte dos recursos não foram executados, pois destinavam-se a construção da “Casa de Cultura” do Panará, na cidade de Guarantã do Norte- MT. Isso, pelo fato da doação do terreno a ser concretizada pela prefeitura daquela cidade não ter se realizado, em decorrência desse evento não avançamos nas demais providências para viabilização da construção.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	47.036,15
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	2.265,00
GENEROS DE ALIMENTACAO	9.098,70
MATERIAL DE CACA E PESCA	1.116,00
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	4.999,00
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	174,50
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	1.288,50
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	27.330,69
FERRAMENTAS	1.137,55
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	5.516,00
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	15.454,53
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	21.373,74
HOSPEDAGENS	1.477,98
	<b>138.268,34</b>

### 194240 BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável conforme PBA BR-163.

<b>T.I TERENA</b>	
<b>PROJETOS</b>	Proteção e fiscalização das Terras Indígenas.
<b>METAS E ETAPAS FÍSICAS</b>	Considerando o Plano de Aplicação de 2013, as metas e etapas físicas previstas para aquele exercício foram cumpridas em 99%. Dando suporte às atividades de fiscalização e monitoramento das Aldeias localizadas na T.I Terena.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

GENEROS DE ALIMENTACAO	4.686,30
	<b>4.686,30</b>

### 194241 BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável conforme PBA BR-163.

Não houve execução no exercício de 2013.

### 194200 CONVÊNIO BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com o convênio FUNAI e o Instituto Kabu.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
INST.DE CARATER ASSIST.CULT.E EDUCACIONAL	1.207.297,08

### 3.1.4.23 – Programa de Compensação e Mitigação – PCH's Complexo Juruena 194243, 194244, 194245, 194246, 194247 e 194248.

#### 194243 - Juruena Enawene-nawe

Para o exercício de 2013 foram previstos recursos no montante de R\$ 20.979,90 (vinte mil e novecentos e setenta e nove reais e noventa centavos), atingiu-se o montante de R\$ 32.158,77 (trinta e dois mil e cento e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 6.504,38 (seis mil e quinhentos e quatro reais e trinta e oito centavos), e no valor de R\$ 5.058,72 (cinco mil e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2013 e o restante no valor de R\$ 20.595,67 (vinte mil e quinhentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2013 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 20.979,90 (vinte mil e novecentos e setenta e nove reais e noventa centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 20.837,80 (vinte mil e oitocentos e trinta e sete reais e oitenta centavos), sendo R\$ 12.344,09 (doze mil e trezentos e quarenta e quatro reais e nove centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 8.493,71 (oito mil e quatrocentos e noventa e três reais e setenta e um centavos) como restos a pagar inscritos, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 11.320,97 (onze mil e trezentos e vinte reais e noventa e sete centavos) disponíveis na conta única da UG 194243 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 20.979,90  
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 32.158,77  
Percentual alcançado: 153,28%

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 20.979,90  
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 20.837,80  
Percentual alcançado: 99,32%

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	4.979,30
SOBRESSAL. MAQ.E MOTORES NAVIOS E EMBARCACOES	6.000,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	3.500,00
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	1.858,50
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	1.500,00

Da totalidade dos recursos deste programa, foram definidas no Plano de Aplicação de 2013 despesas previstas no valor de R\$ 20.979,90 (vinte mil e novecentos e setenta e nove reais e noventa centavos) que contemplariam inicialmente os seguintes subprogramas:

Sustentabilidade Organizacional (SUSTORG) – haviam ficado previsto somente as despesas com deslocamento das lideranças e diretores da Associação Indígena.

Sustentabilidade Econômica (SUTECON) – Duas ações formam o eixo de sustentabilidade econômica: avicultura e piscicultura; quanto ao primeiro (avicultura) pode-se afirmar que as ações que eram previstas para o ano anterior acabaram ficando para este exercício, tendo sido executadas com êxito, a piscicultura teve sua implementação total, porém devido a questões ambientais ocorreu a perda dos alevinos.

Sustentabilidade Ambiental (SUSTAMB) – Algumas ações de monitoramento ambiental e territorial foram executadas no exercício, também foi adquirido um caminhão de porte médio para apoiar as ações de monitoramento.

Sustentabilidade Cultural (SUSTCULT) – Dentre as atividades previstas foram realizadas ações ligadas a prática ritual do grupo, sendo adquirido combustível e pescado in natura. Todas as ações previstas foram executadas satisfatoriamente, sendo supridas as demandas previstas no Plano de Aplicação do exercício de 2013.

#### **194244 - Juruena Rikbaktsa**

Para o exercício de 2013 foram previstos recursos no montante de R\$ 473.276,29 (quatrocentos e setenta e três mil e duzentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos), atingiu-se o montante de R\$ 530.939,67 (quinhentos e trinta mil e novecentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 430.251,17 (quatrocentos e trinta mil e duzentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos), do valor de R\$ 50.496,93 (cinquenta mil e quatrocentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2013 e o restante no valor de R\$ 50.191,57 (cinquenta mil e cento e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2013 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 473.276,29 (quatrocentos e setenta e três mil e duzentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 307.031,07 (trezentos e sete mil e trinta e um reais e sete centavos), sendo R\$ 75.700,33 (setenta e cinco mil e setecentos reais e trinta e três centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 231.330,74 (duzentos e trinta e um mil e trezentos e trinta reais e setenta e quatro centavos) como restos a pagar inscritos, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 223.908,60 (duzentos e vinte e três mil e novecentos e oito reais e sessenta centavos) disponíveis na conta única da UG 194244 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 473.276,29

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 530.939,67

Percentual alcançado: 112,18 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 473.276,29

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 307.031,07  
Percentual alcançado: 64,87 %

O Plano de Compensação Ambiental visa atender as exigências legais, decorrentes dos empreendimentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas integrantes do Complexo Juruena denominadas de PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Pareci, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa, localizadas entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio no Estado de Mato Grosso. O Plano Básico Ambiental apresenta as medidas mitigatórias e compensatórias apontadas nos Estudos Socioambientais e Socioculturais realizados na área de abrangência das referidas PCHs, assim como a Sustentabilidade Organizacional, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Cultural.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DIARIAS NO PAIS	885,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	17.200,35
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	7.980,65
ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE	3.999,26
MATERIAL DE CACA E PESCA	1.200,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	4.592,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	18.000,00
FERRAMENTAS	7.905,56
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	1.770,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	6.000,00
AUXILIO A PESSOAS FISICAS	20.648,25
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	216.850,00
	<b>307.031,07</b>

#### **194245 - Juruena Paresi**

Para o exercício de 2013 foram previstas recursos no montante de R\$ 553.678,46 (quinhentos e cinquenta e três mil e seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos), atingiu-se o montante de R\$ 554.875,89 (quinhentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e nove centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 503.344,05 (quinhentos e três mil e trezentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos), e do valor de R\$ 49.236,75 (quarenta e nove mil e duzentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2013 e do restante no valor de R\$ 2.295,09 (dois mil e duzentos e noventa e cinco reais e nove centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2013 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 553.678,46 (quinhentos e cinquenta e três mil e seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 43.245,46 (quarenta e três mil e duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), sendo R\$ 32.624,39 (trinta e dois mil e seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos) como crédito

empenhado liquidado e R\$ 10.621,07 (dez mil e seiscentos e vinte e um reais e sete centavos) como restos a pagar inscritos, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 511.630,43 (quinhentos e onze mil e seiscentos e trinta reais e quarenta e três centavos), disponíveis na conta única da UG 194245 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 553.678,46

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 554.875,89

Percentual alcançado: 100,21 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 553.678,46

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 43.245,46

Percentual alcançado: 7,81 %

<b>Objetivos/metasp</b>	<b>Atividades/etapas</b>	<b>Obs/justificativa</b>
<b>1. Sustentabilidade Organizacional</b>	- Aquisição de combustíveis e lubrificantes, manutenção de veículos, aquisição de materiais de processamento de dados, e diárias para servidores.	Foram feitos algumas ações na área de custeio, aquisição de dois notebooks em investimentos, os demais programas serão aplicados em 2014.
<b>2. Sustentabilidade Sócioeconômica</b>	- Aquisição de combustíveis e lubrificantes, manutenção de veículos e diárias para servidores.	O programa prevê o fortalecimento das organizações indígenas.
<b>3. Sustentabilidade Sócio Ambiental</b>	- Manutenção de veículo, com aquisição de peças e prestação de serviço.	Os veículos prestam apoio na busca de parceria e outras atividades do projeto.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DIARIAS NO PAIS	7.370,29
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	13.998,71
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	7.778,46
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	11.000,00
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.098,00
	<b>43.245,46</b>

### **194246 - Juruena Menku**

Para o exercício de 2013 foram previstas recursos no montante de R\$ 837.469,10 (oitocentos e trinta e sete mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e dez centavos), atingiu-se o montante de R\$ 868.922,56 (oitocentos e sessenta e oito mil e novecentos e vinte e dois reais e cinquenta e seis centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 678.370,79 (seiscentos e setenta e oito mil e trezentos e setenta e nove

centavos), e do valor de R\$ 82.261,98 (oitenta e dois mil e duzentos e sessenta e um reais e noventa e oito centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2013 e o restante no valor de R\$ 108.289,79 (cento e oito mil e duzentos e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2013 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 837.469,10 (oitocentos e trinta e sete mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e dez centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 630.502,37 (seiscentos e trinta mil e quinhentos e dois reais e trinta e sete centavos), sendo R\$ 251.624,08 (duzentos e cinquenta e um mil e seiscentos e vinte e quatro reais e oito centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 2.160,00 (dois mil e cento e sessenta reais) como valores liquidados a pagar, e do valor de R\$ 376.718,29 (trezentos e setenta e seis mil e setecentos e dezoito reais e vinte e nove centavos) como restos a pagar inscritos, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 238.420,19 (duzentos e trinta e oito mil e quatrocentos e vinte reais e dezenove centavos), disponíveis na conta única da UG 194246 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 837.469,10  
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 868.922,56  
 Percentual alcançado: 103,75 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 837.469,10  
 Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 630.502,37  
 Percentual alcançado: 75,28 %

O Plano de Compensação Ambiental visa atender as exigências legais, decorrentes dos empreendimentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas integrantes do Complexo Juruena denominadas de PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Pareci, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa, localizadas entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio no Estado de Mato Grosso. O Plano Básico Ambiental apresenta as medidas mitigatórias e compensatórias apontadas nos Estudos Socioambientais e Socioculturais realizados na área de abrangência das referidas PCHs, assim como a Sustentabilidade Organizacional, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Cultural.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DIARIAS NO PAIS	16.700,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	65.996,64
GENEROS DE ALIMENTACAO	15.221,58
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.432,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	575,40
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	2.430,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	37.000,00
FERRAMENTAS	5.547,35
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	108.000,00
COMISSOES E CORRETAGENS	5.000,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	26.500,00

FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	4.993,50
HOSPEDAGENS	3.980,90
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.999,00
MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	420,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS	206.506,00
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	127.200,00
	<b>630.502,37</b>

### **194247 - Juruena Nambikwara**

Para o exercício de 2013 foi previsto recurso no montante de R\$ 139.056,28 (cento e trinta e nove mil e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos), atingiu-se o montante de R\$ 144.383,53 (cento e quarenta e quatro mil e trezentos e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 126.414,80 (centos e vinte e seis mil e quatrocentos e quatorze reais e oitenta centavos), e o valor de R\$ 14.969,35 (quatorze mil e novecentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2013 e o restante no valor de R\$ 2.999,38 (dois mil e novecentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 139.056,28 (cento e trinta e nove mil e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 37.887,09 (trinta e sete mil e oitocentos e oitenta e sete reais e nove centavos), sendo R\$ 22.346,10 (vinte e dois mil e trezentos e quarenta e seis reais e dez centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 15.540,99 (quinze mil e quinhentos e quarenta reais e noventa e nove centavos) como restos a pagar inscritos,, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$106.496,44 (cento e seis mil e quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos) disponíveis na conta única da UG 194247 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 139.056,28  
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 144.383,53  
 Percentual alcançado: 103,83 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 139.056,28  
 Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 37.887,09  
 Percentual alcançado: 27,24 %

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	4.998,51
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	5.868,00
GENEROS DE ALIMENTACAO	1.997,69
ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE	4.999,50
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	3.161,40
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	16.861,99
	<b>37.887,09</b>

### **194248 - Juruena Nambikwara Cuiabá**

Para o exercício de 2013 foi previsto recurso no montante de R\$ 145.383,17 (cento e quarenta e cinco mil e trezentos e oitenta e três reais e dezessete centavos), atingiu-se o montante de R\$ 148.348,41 (cento e quarenta e oito mil e trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 131.256,59 (cento e trinta e um mil e duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), e do valor de R\$ 16.090,90 (dezesseis mil e noventa reais e noventa centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2013 e o restante no valor de R\$ 1.000,92 (um mil reais e noventa e dois centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 145.383,17 (cento e quarenta e cinco mil e trezentos e oitenta e três reais e dezessete centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 108.457,99 (cento e oito mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos), sendo R\$ 55.315,19 (cinquenta e cinco mil e trezentos e quinze reais e dezenove centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 53.142,80 (cinquenta e três mil e cento e quarenta e dois reais e oitenta centavos) como restos a pagar inscritos, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 39.890,42 (trinta e nove mil e oitocentos e noventa reais e quarenta e dois centavos) disponíveis na conta única da UG 194248 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 145.383,17  
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 148.348,41  
 Percentual alcançado: 102,03%

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 145.383,17  
 Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 108.457,99  
 Percentual alcançado: 74,60 %

O recurso disponível para execução do Projeto Nambikwara PCH Juruena em 2013 foi de R\$ 148.348,41 (cento e quarenta e oito mil e trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos), todavia, foram gastos somente R\$ 108.457,99 (cento e oito mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos), nos seguintes subprogramas:

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

**- Projeto 1 – Sustentabilidade Organizacional;**

<b>Objetivos/metasp</b>	<b>Atividades/etapas</b>	<b>Obs/justificativa</b>
<b>1 - Sustentabilidade Organizacional</b>	Aquisição de insumos e manutenção de equipamentos das associações indígenas nambiquara objetivando garantir sua operacionalização e fortalecimento;	- foram atendida a demanda de acordo com a solicitação da comunidade

**- Projeto 2 – Sustentabilidade Socioeconômica;**

<b>Objetivos/metasp</b>	<b>Atividades/etapas</b>	<b>Obs/justificativa</b>
<b>2 - Sustentabilidade sócio econômica</b>	Viagem de técnicos Funai/Índio na cidade de Colorado d'Oeste para visitar Cooperativa de Produtores de Urucum (Bixa orellana)	- Atividade não desenvolvida devido as comunidades estarem com outras atividades programadas por empreendimentos na região e que acabou ficando em segundo plano
	Aquisição de combustíveis, alimentação, insumos e ferramentas para produção em roças tradicionais e implementação de portos pesqueiros/bases de vigilância em novas aldeias dotando-as de roças tradicionais a serem edificadas em locais estratégicos, estimulando também o plantio de urucu como fonte de renda	- foram feitas as aquisições de acordo com o programado, destinando a montagem dos portos pesqueiro.
	Aquisição de materiais e contratação de hora/máquina (trator de esteira), para construção de represa. Aquisição de alevinos e insumos para piscicultura.	- tendo em vista já se ter feito contratação de maquinário o ano anterior fez com não demos andamento nesta atividade

### **- Projeto 3 – Sustentabilidade Sócio Ambiental.**

<b>Objetivos/metasp</b>	<b>Atividades/etapas</b>	<b>Obs/justificativa</b>
<b>3 - Sustentabilidade sócio ambiental</b>	Aquisição e manutenção equipamento, de combustível e insumos para implementação de um sistema de vigilância, melhoria de estradas e materiais de construção de bases rusticas de vigilância em locais estratégicos.	- foram feitas de acordo com o programado

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DIARIAS NO PAIS

5.601,28

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS

29.555,23

GENEROS DE ALIMENTACAO	7.991,50
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.251,14
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	23.000,00
FERRAMENTAS	4.999,64
PASSAGENS PARA O PAIS	3.000,00
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	1.404,20
COMISSOES E CORRETAGENS	3.000,00
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.995,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	22.680,00
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	2.000,00
HOSPEDAGENS	1.980,00
	<b>108.457,99</b>

### 3.1.4.24 – Programa de Proteção aos Índios Isolados – BR 429 – 194251

Para o exercício de 2013, foram previstos recursos no montante de R\$ 2.181.639,79 (dois milhões e centos e iotena e um mil e seiscentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 977.319,79 (novecentos e setenta e sete mil e trezentos e treze reais e setenta e nove centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 977.319,79 (novecentos e setenta e sete mil e trezentos e treze reais e setenta e nove centavos).

No Plano de Aplicação de 2013, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 1.354.540,00 (um milhão e trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e quarenta reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 217.971,30 (duzentos e dezessete mil e novecentos e setenta e um reais e trinta centavos), sendo R\$ 211.625,32 (duzentos e onze mil e seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 6.345,98 (seis mil e trezentos e quarenta e cinco reais e noventa e oito centavos) como restos a pagar inscritos, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 759.348,49 (setecentos e cinquenta e nove mil e trezentos e quarenta e oito reais e quarenta e nove centavos) disponíveis na conta única da UG: 194251 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 2.181.639,79  
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 977.319,79  
Percentual alcançado: 44,79 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 1.354.540,00  
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 217.971,30  
Percentual alcançado: 16,09%

O projeto em questão tem por objetivo desenvolver nas terras indígenas e nas referencias de índios isolados os projetos de proteção com ações de localização, monitoramento etnoambiental e manutenção das bases operacionais de campo com vigilância permanente assim como a Gestão da Proteção a Índios Isolados, Proteção a Índios isolados da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau e Proteção a Índios isolados da Terra Indígena Massaco.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DIARIAS NO PAIS	23.539,59
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	44.995,82
GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	2.032,00
MATERIAL FARMACOLOGICO	864,50
MATERIAL DE CACA E PESCA	554,51
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.199,60
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	998,66
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	347,05
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.499,55
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	2.989,80
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	3.569,30
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	1.994,80
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	1.994,52
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	3.562,75
FERRAMENTAS	1.489,15
MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	3.590,00
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	74.959,50
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	870,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	2.942,00
SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	500,00
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	600,00
AUXILIO A PESSOAS FISICAS	41.878,20
	<b>217.971,30</b>

### **3.1.4.25 – Programa de Comunidade Indígena Zo’e Índios Isolados - 194252**

Para o exercício de 2013, foram previstos recursos no montante de R\$ 43.052,39 (quarenta e três mil e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 43.052,39 (quarenta e três mil e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 43.052,39 (quarenta e três mil e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 33.979,95 (trinta e três mil e novecentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos), sendo R\$ 27.730,00 (vinte e sete mil e setecentos e trinta reais) como crédito empenhado liquidado e R\$ 6.249,95 (seis mil e duzentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos) como restos a pagar inscritos, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 9.072,44 (nove mil e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) disponíveis na conta única da UG: 194252 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 43.052,39

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 43.052,39

Percentual alcançado: 100,00 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 43.052,39  
 Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 33.979,95  
 Percentual alcançado: 78,92%

O projeto em questão tem por objetivo de desenvolver na terra indígena Zo' é, com a comunidade indígena local, ações socioambientais e econômicas, reforçando a comunicação entre as aldeias.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

MATERIAL DE CACA E PESCA	3.890,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	5.996,00
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	2.052,50
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	3.048,48
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	3.000,00
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	2.996,97
FERRAMENTAS	8.000,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	4.996,00
	<b>33.979,95</b>

### **3.1.4.26 – Programa de Apoio aos Ava-Canoeiro – PAAC. 194227**

O Plano de Aplicação, exercício de 2013, do Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro – PAAC, apresentou uma receita prevista no valor de R\$ 3.000.408,19 (três milhões e quatrocentos e oito reais e dezenove centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 1.385.308,59 (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil e trezentos e oito reais e cinquenta e nove centavos), sendo o saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 1.252.301,61 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil e trezentos e um reais e sessenta e um centavos) e o valor de R\$ 133.006,98 (cento e trinta e três mil e seis reais e noventa e oito centavos) referentes ao rendimento de aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2013.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 1.199.071,13 (um milhão, cento e noventa e nove mil e setenta e um reais e treze centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 13.768,93 (treze mil e setecentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos), sendo R\$ 13.768,93 ((treze mil e setecentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos) como crédito empenhado liquidado, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 1.371.539,66 (um milhão, trezentos e setenta e um mil e quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos) disponíveis na conta única da UG: 194227 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 3.000.408,19  
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 1.385.308,59  
 Percentual alcançado: 46,17%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 1.199.071,13  
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 13.768,93  
 Percentual alcançado: 1,14%

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DIARIAS NO PAIS	12.399,00
PASSAGENS PARA O PAIS	1.369,93
	<b>13.768,93</b>

### 3.1.4.27 –CGPIMA - 194040/194200

Para o exercício de 2013 foi previsto recurso no montante de R\$ 306.553,89 (trezentos e seis mil e quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos), atingiu-se o montante de R\$ 6.602,05 (seis mil e seiscentos e dois reais e cinco centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 5.958,08 (cinco mil e novecentos e cinquenta e oito reais e oito centavos) e do valor de R\$ 643,97 (seiscentos e quarenta e três mil e noventa e sete centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2013.

No Plano de Aplicação de 2013 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 306.553,89 (trezentos e seis mil e quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e nove centavos), não tendo sido empenhadas despesas, pois não houve a necessidade de apoio administrativo/operacional para acompanhamento e/ou execução dos projetos, passando para o exercício de 2014 o valor de R\$ 6.520,74 (seis mil e quinhentos e vinte reais e setenta e quatro centavos) sendo que deste valor tem-se o valor de R\$ 81,31 (oitenta e um reais e trinta e um centavos) a classificar perfazendo um valor de R\$ 6.602,05 (seis mil e seiscentos e dois reais e cinco centavos) disponíveis na conta única da UG 194040 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 306.553,89  
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 6.602,05  
 Percentual alcançado: 2,15 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 306.553,89  
 Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 0,00  
 Percentual alcançado: 0,00 %

## 4.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos

Quadro 4.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	

7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise Crítica:</b> <i>A Funai tem envidado esforços no sentido de aprimorar seus controles internos tanto nas atividades desenvolvidas em sua Sede em Brasília/DF, quanto em todas as suas Unidades Descentralizadas com medida de melhoria da gestão.</i>					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b> .					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b> .					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.					

## 5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1 Execução das despesas

#### 5.1.3 Realização da despesa

##### 5.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

###### Quadro 5.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores  
em R\$  
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>811.376</b>	<b>1.191.321</b>	<b>799.506</b>	<b>1.191.321</b>
a) Convite	499		499	
b) Tomada de Preços	10.996		10.996	
c) Concorrência				
d) Pregão	799.881	1.191.321	788.011	1.191.321
e) Concurso				

f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>377.109</b>	<b>640.266</b>	<b>370.610</b>	<b>637.084</b>
h) Dispensa	375.726	640.266	369.227	637.084
i) Inexigibilidade	1.383		1.383	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>				
j) Suprimento de Fundos				
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>				
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
<b>5. Outros</b>	<b>1.814.040</b>	<b>6.586.145</b>	<b>1.810.690</b>	<b>6.585.757</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>3.002.525</b>	<b>8.417.732</b>	<b>2.980.806</b>	<b>8.414.162</b>

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### 5.1.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

Quadro 5.1.3.6 – Despesas Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

<b>DESPESAS CORRENTES</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.550.429	2.583.138	1.365.405	2.466.880	184.888	116.257	1.364.226	2.466.880
Material de consumo	1.295.061	1.539.907	868.840	984.777	426.036	555.130	860.253	981.595
Outros serviços de terceiros – pessoa física	259.500	138.996	243.146	135.496	11.460	3.500	241.584	135.496
Demais elementos do grupo	326.667	290.211	298.744	226.623	9.364	63.588	291.129	226.235
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>4. Investimentos</b>								
Equipamento e material permanente	1.710.400	929.820	201.349	632.990	1.509.050	296.830	198.572	632.990

Obras e instalações	23.770	4.511.688	23.770	3.970.963	0	540.725	23.770	3.970.963
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
Aquisição de bens para revenda	5.820		1.270		4.550		1270	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### 5.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

##### - Alterações significativas ocorridas no exercício

*Item 5.1.3.5 – houve um decréscimo significativo quanto às modalidades de pregão e dispensa e um decréscimo significativo quanto às outras modalidades, em especial a “não aplicável”, devido à baixa execução dos recursos no exercício de 2013.*

*Item 5.1.3.6 – para as despesas correntes na natureza de despesas “outros serviços de terceiros – pessoa jurídica” tem-se um percentual muito bom em relação aos valores liquidados e pagos devido ao pagamento de convênio com outras instituições na execução dos Projetos/Programas executados com recursos da renda do patrimônio indígena. Quanto às demais Naturezas de Despesas, observa-se também um percentual muito bom em relação aos valores liquidados e pagos, pois as Unidades Gestoras tentaram ao máximo executar os programas previstos dentro do corrente ano. Quanto às demais Naturezas de Despesas do grupo de despesas “Investimentos”, houve um aumento na aquisição de materiais permanentes em relação a obras e instalações, pois a maiorias dos recursos previstos para obras e instalações foram executados no exercício anterior ficando pouca obra para o exercício de 2013, e quanto à Natureza de Despesa do grupo de despesas “Inversões Financeiras”, houve um aumento devido à aquisição de artesanato dentro do programa artindia.*

**Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:** *Houve um decréscimo significativo quanto às modalidades de dispensa e inexigibilidade proporcional ao total da execução comparado ao exercício de 2012.*

##### - Contingenciamento no exercício

*Os recursos da Renda do Patrimônio Indígena não sofrem contingenciamento por não fazerem parte do Orçamento Geral da União.*

##### - Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

*Negativos:*

*Dificuldade no planejamento/execução dos projetos e na aplicação dos recursos da Renda devido à deficiência no quadro de servidores da FUNAI, principalmente nas unidades descentralizadas.*

*Positivos:*

*O não contingenciamento dos recursos;*

*Flexibilidade da execução orçamentária, com a possibilidade de adequações no plano de aplicação de acordo com a solicitação e necessidade dos povos indígenas envolvidos, desde que não ocorra alteração do escopo do plano aprovado.*

*No tocante a gestão dos recursos da Renda do patrimônio Indígena, são atendidos os objetivos legais de: emancipação econômica das tribos, acréscimo do patrimônio rentável e custeio dos serviços de assistência ao índio.*

### 5.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 5.3 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	3.569		2.579	990
2011	5.084			5.084
2010	558			558
2009				
2008				
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	1.576.032	1.165.173	253.830	157.027
2011	727.416	400.856	109.769	216.791
2010	51.313	879		50.434
2009	7.657	2.490		10.147
2008	847.293		847.293	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### 5.3.1 Análise crítica

*A Renda do Patrimônio Indígena difere do Orçamento da União. Os registros de restos a pagar ocorrem devido tanto ao controle contábil quanto às execuções orçamentária e financeira serem realizadas no SIAFI, seguindo o ciclo de registros e procedimentos à semelhança da execução do orçamento da União. Todavia, como no caso da execução dos recursos da União, ocorrem compromissos contratados cuja entrega dos bens e dos serviços ultrapassa o exercício financeiro, levando à necessidade de controle por meio do registro em RAP. Note que tais registros em RAP da Renda do Patrimônio Indígena não representam compromissos da União.*

*A permanência de Restos a Pagar por mais de um exercício é justificada por dificuldades na execução e/ou entrega dos bens por parte dos fornecedores, tais como empresas que apresentam problemas ao longo do processo, entregas parciais de bens e serviços entre outros.*

#### 5.4 Transferências de recursos

#### 5.4.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

Quadro 5.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: <i>Fundação Nacional do Índio - FUNAI</i>									
CNPJ: 00.059.311/0019-55					UG/GESTÃO: 194040/19209				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	659153	Instituto Kabu	7.382.475		1.207.297	6.192.618	29/03/10	31/12/14	1

**LEGENDA**

<b>Modalidade:</b>	<b>Situação da Transferência:</b>
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### 5.4.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 5.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:		FUNAI – CGPIMA				
CNPJ:		00.059.311/0019-55				
UG/GESTÃO:		194040/19209				
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011

Convênio				1.207.297	2.281.352	1.240.024
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais				1.207.297	2.281.352	1.240.024

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### 5.4.3 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro 5.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$  
1,00

Unidade Concedente					
Nome: <i>Fundação Nacional do Índio - FUNAI</i>					
CNPJ: 00.059.311/0019-55		UG/GESTÃO: 194040/19209			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	2.904.954,16		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	5.993.623,06		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIAFI GERENCIAL

5.4.4 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

As prestações de contas de convênios e contratos de repasse da renda indígena de responsabilidade deste Setor de Análise de Contratos e Convênios referem-se aos Convênios: nº 01/2010 (Siafi 659153) – Instituto Kabu, o qual apresentou a documentação pertinente, sendo a 1ª e 2ª parcelas analisadas e aprovadas, restando analisar a 3ª e 4ª parcela; e convênios nº 01/2002 (Siafi 553551) - Associação Indígena Akwe e nº 002/2010 (SIAFI 661982) Associação das Comunidades Indígenas MBYA-GU, cujas prestações de contas foram recebidas neste Setor em 2012 e se encontram em fase final de análise.

Ressalta-se que, mesmo com a grande demanda de análise e divulgação dos processos de contratos, os quais exigem urgência na apreciação e despacho, avalia-se positivamente os resultados alcançados nas análises dos processos de prestação de contas que, embora ainda não esteja em nível adequado quanto à tempestividade, teve uma pequena redução no seu estoque.

Quadro 5.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Posição 31/12  
em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: <i>Fundação Nacional do Índio - FUNAI</i>						
CNPJ: 00.059.311/0019-55			UG/GESTÃO: 194040/19209			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2013	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
			Montante Repassado (R\$)			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			1	
		Montante Repassado (R\$)			2.904.954,16	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
			Montante Repassado (R\$)			
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante Repassado (R\$)						
2012	Quantidade de contas prestadas					

	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Montante repassado		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		
<b>2011</b>	Quantidade de Contas Prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
		Montante Repassado		
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
	<b>Exercício Anterior a 2011</b>	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	
Montante Repassado				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

#### 5.4.5 Análise crítica

##### **Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;**

Não há conveniente inscrito como inadimplente.

##### **Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;**

Não houve oscilações na quantidade e no volume de recursos.

##### **Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;**

Não ocorreu no exercício de 2013.

##### **Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;**

Há insuficiência de servidores especializados na análise das prestações de contas de contratos e convênios das 38 unidades regionais descentralizadas.

Os procedimentos adotados para o exame das prestações de contas são:

0 - Termo de Convênio e Plano de Trabalho?
--

1 - Relatório Execução Físico-Financeira?
2 - Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa (contendo recursos recebidos, valor contra-partida, recursos auferidos e saldo)?
3 - Relação de Pagamento?
4 - Relação de Bens Adquiridos e/ou Produzidos?
5 - Extrato de conta bancárias, desde o início até o término?
6 - Cópia de aceitação definitiva de obra, cópia do Despacho adjudicatório e homologatório e das dispensas?
7 - A soma dos demonstrativos está correta?
8 - Os valores constantes do Anexo Receita e Despesa são os mesmos da Relação de Pagamentos?
9 - Os valores debitados nos extratos bancários são os efetivamente pagos, conforme relação de pagamentos?
10 - Os demonstrativos de rendimentos e extratos bancários são concernentes à aplicação financeira?
11 - O extrato bancário apresentava saldo zero antes da liberação dos recursos?
12 - A conta corrente é a mesma indicada no Convênio?
13 - Foram apresentados todos os demonstrativos de que trata a IN 01/1997, inclusive na Prestação de Contas Final, o Relatório de Cumprimento do Objeto?
14 - Está anexado na Prestação de Contas comprovante de devolução de saldo de recursos?
15 - Os despachos adjudicatórios/homologações das licitações realizadas, se for o caso, ou as dispensas/inexigibilidades estão de acordo com o estabelecimento na Lei nº 8666/93?
16 - Os documentos de despesa (Folha de Pagamento, recibos, notas fiscais, etc) foram emitidos em nome do Conveniente?
17 - Estão identificados com o número e o título do Convênio? Artigo 30 da IN 01/1997
18 - Os documentos comprobatórios das despesas foram emitidos dentro da vigência do Convênio?
19 - Os Relatórios de Atendimento foram apresentados mensalmente?
20 - As metas indicadas no Campo Físico do Relatório de Execução Físico-Financeira estão contempladas no Plano de Trabalho e se as quantidades elencadas se coadunam com as estabelecidas no referido Plano de Aplicação, para o período da Prestação de Contas?
21 - Os recursos permaneceram por período de tempo considerados longos, 30 dias, na conta corrente do Convênio sem movimentação? Se sim, deverá se solicitada a devolução do valor correspondente ao período em que deveriam ter sido aplicados) § 1º, Artigo 20, IN 01/1997.

22 - Os saques promovidos na conta do Convênio foram para pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho e se ocorreu a emissão de cheque nominativo ao credor (IN 01/1997, artigo 20)
23 - Houve Transferências de recursos da conta específica para outras contas e/ou saques de recursos para pagamento em espécies? (IRREGULARIDADES)
24 - Todos os demonstrativos estão datados, carimbados e assinados pelo responsável pela Unidade Executora e pelo Executor?
25 - Foram descontados e recolhidos conforme legislação o IRRF, ISS e INSS (empregado e empregador)?
26 - Os Salários pagos aos contratados estão de acordo com o estabelecido na Planilha de Custos anexada ao Plano de Trabalho?
27 - Os recibos estão datados, assinados pelos contratados, constatando os respectivos números do RG, CPF, bem como se estão discriminados os serviços executados e a função exercida por cada contratado?
28 - Todos os comprovantes de despesas estão lançados na Relação de Pagamentos, observando-se as datas e os respectivos valores?
29 - Existem despesas ocorridas e não previstas no Plano de Trabalho?
30 - Foram realizadas despesas com taxas bancárias, juros, multas, cujos valores deverão ser restituídos a esta Fundação devidamente atualizados?
31 - A data de validade das notas fiscais, se as mesmas estão atestadas ou certificadas, e ainda se consta o recebemos do fornecedor
32 - Houve retirada de recursos para outras finalidades com posterior ressarcimento? (IRREGULARIDADE)
33 - Os rendimentos da aplicação financeira foram aplicados conforme finalidade do Convênio?

**Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados**

O gerenciamento das transferências é realizado através de relatório de gestão, prestação de contas e visitas in loco pelos servidores da sede e unidades descentralizadas da FUNAI, quando necessário.

**Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ**

Os recursos foram transferidos conforme disposições contidas nas cláusulas dos convênios.

**9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

## 9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro 9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.  <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.  <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).  <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).  <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>			X		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).  <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>			X		
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.  <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.</li> </ul>			X		
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.			X		

11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
Considerações Gerais: No que se refere ao nível de avaliação 3, informamos que a UJ não tem como se manifestar haja vista que é de responsabilidade das CRs a execução dos processos licitatórios para aquisição de bens ou serviços e, devido ao tempo exíguo, não obtivemos tais informações.					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 9.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados

Em que pese o conteúdo específico do item 8.2 da Parte A – Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, sobre a política de separação de resíduos recicláveis descartados, bem como a obrigatoriedade de apresentação, conforme Quadro A1 da mesma DN, o atendimento ao referido item consta no item 12 do questionário apresentado no item anterior. Ressalta-se ainda que a Portaria TCU nº 175/2013 não dispõe de orientações quanto ao referido item.

## 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 10.3 Informações sobre a atuação da unidade de Auditoria Interna

*Este item será preenchido pela unidade de Auditoria Interna da Fundação.*

### 10.6 Alimentação Siasg e Siconv

*Os contratos, bem como os convênios, os contratos de repasse e os termos de parceria celebrados no âmbito desta Fundação – Renda do Patrimônio Indígena – que envolva transferência de recursos, não são lançados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV uma vez que, os recursos da Renda do Patrimônio Indígena não fazem parte do Orçamento da União (Fiscal e Seguridade Social). Portanto, os registros dos mesmos estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.*

Inclusive o assunto foi objeto de determinação da Controladoria Geral da União – CGU/PR, no sentido de levar a efeito o registro dos convênios da Renda do Patrimônio

Indígena no SICONV. Diante disso, foi consultado o Ministério do Planejamento e solicitado orientações de como registrar no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV os convênios e instrumentos congêneres da Renda do Patrimônio Indígena, e segundo o Ministério do Planejamento, como os recursos não são oriundos do orçamento fiscal e/ou da seguridade social da União não devem ser registrados no referido sistema conforme Ofício nº 2151/DeGST/SLTI-MP de 20/07/2012.

## 12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 12.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

A Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis, nos termos do subitem 11.2 da Portaria TCU nº 175/2010 encontra-se no subitem 20.3 do Anexo deste Relatório (Quadro 12.2).

## 13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 13.1 Outras informações consideradas relevantes pela UJ

*As informações relativas à gestão estão contidas nos demais itens do presente relatório.*

## 19 RESULTADOS E CONCLUSÕES

### 19.1 Atuação frente aos objetivos estratégicos traçados para o exercício de 2013

*Os Planos de Aplicações são elaborados com a participação efetiva da comunidade indígena a ser beneficiada, que participa também da gestão dos recursos a elas destinados, por meio de manifestações expressas em reuniões de Conselho, Assembleias Deliberativas, dentre outros. Isso retrata a autonomia da comunidade indígena beneficiada de forma participativa na priorização das ações a serem desenvolvidas de acordo com os Planos de Aplicações de cada exercício.*

As principais ações desenvolvidas pelos programas/projetos da Renda Indígena, referem-se a projetos nos setores agrícolas e pecuários, manejo agroflorestal e de matérias primas dos recursos naturais, proteção das terras indígenas, investimentos em infraestrutura, dentre outros, de forma a proporcionar às comunidades indígenas atendidas a possibilidade de promover sua autossustentabilidade, dando-lhes melhores condições de vida.

Os programas e projetos apresentados cumprem à determinação legal de conservação, ampliação e valorização do patrimônio indígena, bem como com os objetivos de: Emancipação econômica das tribos; Acréscimo do patrimônio rentável e Custeio dos serviços de assistência ao índio.

No que se refere à Elaboração do Relatório de Gestão, há pontos que merecem aperfeiçoamento:

- a) *A capilaridade do órgão e a força de trabalho insuficiente elevam a dificuldade de acompanhamento e gestão dos projetos/programas pela Sede e Coordenações Regionais;*
- b) *A obtenção de informações qualificadas junto às Coordenações Regionais;*
- c) *Alguns conteúdos solicitados no relatório de gestão, pela Portaria TCU n.º 175/2013, por não se amoldarem às idiosincrasias da Renda do Patrimônio Indígena, são de difícil atendimento;*

Com o processo de reorganização da FUNAI, iniciado em 2010 e ainda em fase de ajustes, com a publicação do Regimento Interno, que envolve diversas unidades da estrutura da Fundação na execução e acompanhamento dos projetos/programas, cria-se condições propícias para elevar a eficiência e a eficácia na gestão da renda do patrimônio indígena. A exemplo da iniciativa promovida pela instituição na realização da “1ª Oficina de Trabalho sobre a Renda Indígena e a Funai”, no Centro de Formação de Política Indigenista – Sobradinho/DF, onde foram promovidos debates com as áreas envolvidas nos projetos da renda. O evento contou com a participação das Diretorias (DAGES, DPT e DPDS), Auditoria Interna, Procuradoria e Presidência, que teve por objetivo nivelar conhecimentos acerca do tema e, discutir propostas de trabalho em relação às atribuições organizacionais, com a participação de 50 servidores nesse evento.

#### 19.2 Principais medidas que deverão ser adotadas nos exercícios seguintes para mitigar os desvios dos objetivos traçados para o exercício de 2013

No exercício de 2014 e seguintes será dada a continuidade dos trabalhos da elaboração dos Planos de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, com a consequente execução orçamentária e financeira dos recursos, bem como o acompanhamento dos projetos apresentados de conformidade com a legislação em vigor, com os objetivos e finalidades preconizados pela legislação.

## 20 ANEXOS

### 20.3 Quadro 12.2 – Declaração do Contador atestando as demonstrações contábeis

#### Declaração Plena

quadro 12.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>	
<b>Denominação completa (UJ)</b>	<b>Código da UG</b>
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º	

4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

<b>Local</b>	<b>Brasília</b>	<b>Data</b>	
<b>Contador Responsável</b>	<b>Roberto da Costa Grangeiro</b>	<b>CRC nº</b>	<b>MT-009374/O-4-DF</b>